FICHA TÉCNICA

Título	SAUDADES DA TERRA – Livro I
Autor	DOUTOR GASPAR FRUTUOSO
Edição	INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA
Revisão de texto e reformulação de índices	JERÓNIMO CABRAL

Catalogação Proposta

FRUTUOSO, Gaspar, 1522-1591

Saudades da terra : livro I / Doutor Gaspar Frutuoso ; [Palavras prévias de João Bernardo de Oliveira Rodrigues ; Notícia biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso por Rodrigo Rodrigues] - Nova ed. – Ponta Delgada : Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998.

Ass: AÇORES / HISTÓRIA / HISTORIOGRAFIA AÇORIANA. séc. 15 -16

PALAVRAS PRÉVIAS

João Bernado de Oliveira Rodrigues
Ponta Delgada, 4 de Janeiro de 1966

Na sequência da empresa a que o Instituto Cultural de Ponta Delgada meteu ombros - a publicação completa da obra conhecida do Dr. Gaspar Frutuoso, de acordo com o texto original - cabe agora a vez ao Livro I das Saudades da Terra, cujos capítulos são, no dizer de Manuel Monteiro Velho Arruda, «o pórtico do magnífico monumento histórico que o insigne patriarca das letras açorianas legou às pósteras gerações destas terras insulares» ([1]).

Já em outra oportunidade dissemos dos motivos que levaram os editores desta obra a não respeitar no trabalho tipográfico a ordem que o autor deliberadamente deu aos livros que constituem o precioso códice, hoje depositado na Biblioteca e Arquivo Distrital de Ponta Delgada ([2]).

Assim, depois dos Livros V e VI, publicados respectivamente em 1964 e 1963 - um, então, ainda inédito e o outro mal e incompletamente conhecido através de revistas e publicações periódicas por iniciativa do falecido investigador faialense António Ferreira de Serpa - segue-se o volume que damos agora à estampa, e que, como o seu título indica, deveria ter precedido aqueles na presente publicação.

Deste Livro I, com base em uma cópia existente na referida Biblioteca (legado do Dr. Ernesto do Canto) e mediante um subsídio concedido pela Junta Geral do Distrito, o falecido investigador mariense, atrás citado, Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda, fizera em 1939 uma edição, que, antecedida de notável ensaio crítico da sua autoria, rapidamente se esgotou, dado o interesse que a obra de Frutuoso sempre tem despertado nos meios cultos do nosso país. E digo sempre, porque esse interesse não é apenas dos nossos dias; vem de longe, podemos mesmo afirmá-lo coevo do próprio cronista, isto é, desde que correu fama o valor documental das Saudades da Terra como fonte primeva e fidedigna dos primeiros tempos da existência das populações insulanas.

De facto, é digna de registo a consideração que a crónica frutuosiana tem merecido através dos tempos, aliás, bem comprovada nas numerosas cópias que profusamente se acham espalhadas por bibliotecas públicas e particulares. Na sua excelente «Notícia bibliográfica das Saudades da Terra» já o erudito bibliófilo João de Simas chamou a atenção para este pormenor, apontando nada menos do que 45 cópias conhecidas, número a que ajuntou mais duas, quando tomou conhecimento, após a publicação daquele trabalho, das que existem no rico espólio literário da Casa dos Duques de Cadaval ([3]).

João de Simas enumera ainda, a este propósito, copiosa bibliografia acerca de Frutuoso, que muito nos ajuda a ajuizar do seu valor como cronista e do apreço em que foi tida a sua obra ([4]).

Não admira, pois, que cedo desaparecessem dos escaparates das livrarias a edição levada a cabo pelo Dr. Velho Arruda, para mais valorizada com o ensaio crítico a que nos referimos e cuja erudição permite ao seu autor enfileirar entre os melhores comentadores do afamado cronista micaelense.

De uma parte deste Livro I - a que respeita às ilhas Canárias - e com excelente aspecto gráfico, foi há pouco tempo (l964) publicado um volume, dentro da colecção «Fontes Rerum

Canariarum», por iniciativa do Instituto de Estudos Canários, que funciona adjunto à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de La Laguna.

Trabalho a que entusiástica e proficientemente se dedicou o Dr. Sebastião Pestana, que naquela escola universitária há anos vem exercendo as funções de leitor de Português, e a que deu modesto contributo quem subscreve estas linhas, cedendo para tal fim o exemplar da edição de Velho Arruda que minuciosamente anotara em confronto com o manuscrito original, impõe-se, acima de tudo, pelas notas que sabiamente esclarecem ou corrigem afirmações confusas do autor e se devem também à proficiência dos professores E. Serra e J. Regulo. Um glossário, da autoria daquele nosso compatriota, também muito o valoriza, bem como o texto traduzido em espanhol moderno, de significado muito especial, por representar a primeira versão em língua estrangeira de um escrito de Frutuoso.

Como acentua o Dr. Sebastião Pestana no prefácio que abre tão abalisado e útil trabalho, este constitui «uma homenagem ao escritor português que com mais curiosidade se debruçou sobre os formosos rincões da terra espanhola, que são as Canárias» ([5]).

E, embora Sebastião Pestana observe que nem sempre sejam dignas de fé as fontes de informação de que Frutuoso se serviu - natural consequência dos processos a que recorreu, quase todos com base na via oral -, reconhece a propósito «que nem tudo o que afirma é joio», constituindo aqueles capítulos «um testemunho até certo ponto válido de uma época distante e atinente a um período pouco documentado» da história d'aquele arquipélago ([6]).

Já aquando da primeira edição, um ilustre filólogo e etnógrafo daquelas ilhas, José Perez Vidal, doutor em Filosofia e Letras em Santa Cruz de Las Palmas, se impressionara com o avultado número e o interesse das notícias que sobre os costumes, vida e tradições dos islenhos podemos colher através dos capítulos que Frutuoso lhes dedicou. Em correspondência mantida com Velho Arruda e encontrada no espólio que este nos transmitiu, Perez Vidal não esconde a sua admiração pelo cronista açoriano, cujo conhecimento divulgou em revistas espanholas da especialidade, elogiando-o como fonte extremamente curiosa da historiografia insular.

Igual apreço manifesta o Sr. A. H. de Oliveira Marques em artigo vindo a lume na revista «Garcia da Horta» com respeito ao capítulo deste Livro I que trata do arquipélago de Cabo Verde. Nesse trabalho, o autor não hesita em considerar as Saudades da Terra documento a todos os títulos excelente para a história caboverdeana, sobretudo no que se refere às características da exploração económica ([7]).

Na sua opinião, e apesar de datarem dos fins do século XVI, «elas (Saudades da Terra) fornecem uma série preciosa de dados para a história das descobertas e da colonização do século XV, já através da recolha de tradições e memórias depois perdidas, já pela própria observação directa do autor e das condições suas contemporâneas que reflectiam quantas vezes estádios bem próximos da era de quatrocentos» ([8]). *E mais adiante: — «estas informações conciliadas com as outras fontes sobre os primórdios da colonização de Cabo Verde permitem traçar um quadro relativamente perfeito da actividade económica do arquipélago»* ([9]).

Tais depoimentos, provenientes de pessoas de subido relevo intelectual e para mais insuspeitas, por serem estranhas aos Açores, é-nos sobremaneira agradável reportá-los como resposta aos que, dominados por um incompreensível preconceito, se empenham em detrair a figura do nosso cronista, não lhe desculpando uma credulidade por vezes excessiva na informação ou recolha das fontes e recusando-lhe os reais méritos de historiador probo e honesto que possuía.

Esses esquecem-se de que o próprio Frutuoso em mais de um passo das «Saudades da Terra», alude às dificuldades com que se defrontou para obter notícias exactas ou satisfatórias, designadamente dos tempos nebulosos do descobrimento e da colonização, recorrendo nos casos mais controvertidos — e nisto está a seriedade dos seus processos — à exposição das várias versões que ao seu conhecimento chegaram sobre determinado assunto, sempre que lhe não era possível pronunciar-se decididamente pela que lhe parecia mais conforme com a verdade.

A tão apregoada falha de senso crítico que lhe atribuem, tem, afinal, a sua razão de ser no escrúpulo com que redigiu as Saudades da Terra, dando ao leitor a faculdade de escolher, entre as variantes que apresenta, aquela que se lhe afigurar mais aceitável.

Nem mesmo se pode admitir que um homem da sua envergadura intelectual, formado em escolas universitárias e detentor de um saber enciclopédico, bem patente em tudo quanto escreveu, fosse completamente destituído de espírito crítico; enferma, é certo, de prejuízos e preconceitos correntes na sua época, filhos da influência escolar que recebera, ainda longe do rigor que caracteriza a investigação científica dos tempos modernos.

Havemos, pois, de convir que se afasta muito do escritor pouco inteligente e falho de discernimento com que alguns teimam em desfigurar a sua personalidade.

Aliás, os investigadores açorianos de maior vulto — e dispenso-me de citar-lhes os nomes, por demais conhecidos, para me referir apenas ao Dr. Ernesto do Canto, o notabilíssmo fundador dos modernos estudos da historiografia insular — foram unânimes em considerá-lo fonte única e a muitos títulos digna de fé em matéria de História e Genealogia, sem a qual desconheceríamos em absoluto os primórdios da civilização portuguesa nestes rincões do Atlântico.

*

* *

Apesar do texto que Velho Arruda editou corresponder a uma cópia que o Dr. Ernesto do Canto em Fevereiro de 1876 mandara corrigir em face do original — e talvez por isso ela não acuse faltas demasiado graves — são, contudo, tão numerosas e frequentes as incorrecções devidas a má leitura ou a negligência, que se impunha a reposição do autógrafo, mesmo, se a justificá-la, não existisse a circunstância de se terem esgotado os respectivos exemplares. Nem mesmo faria sentido que ao pretender reproduzir-se a parte já conhecida da sua obra, divulgada através das edições de Álvaro Rodrigues de Avezedo e Damião Peres (Livro II), da edição centenária de 1922 (Livros III e IV) e da já citada do Dr. Velho Arruda, não se começasse pelo livro com que o Dr. Frutuoso quis inaugurar a sua história dos arquipélagos atlânticos.

Tal trabalho é possível, bem como o da publicação de todo o manuscrito das «Saudades da Terra», devido à atitude altamente compreensiva e generosa do Senhor Marquês da Praia e Monforte, que, como actual representante da família possuidora desse códice, por largo espaço de tempo sonegado a olhos estranhos, corajosamente rompeu com esta absurda tradição, arrematando-o na hasta pública que se seguiu ao falecimento da sua última detentora e oferecendo-o à Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, que, por sua vez, o depositou na Biblioteca Pública desta cidade, onde está à consulta e curiosidade dos estudiosos como o mais valioso cimélio que ali se guarda.

Já no primeiro volume da presente edição — o Livro VI — se prestou a homenagem devida a um tal acto de benemerência e subida elegância intelectual, pelo que nos dispensamos de fazer-lhe mais largo comentário ([10]).

Apenas com estas palavras pretendemos sublinhar o valor de uma tal dádiva para o trabalho que temos entre mãos, por encargo do Instituto Cultural de Ponta Delgada, de que nos vamos desempenhando mais vagarosamente do que desejaríamos.

*

* *

Já também em outra oportunidade se disse o motivo por que ao publicar um texto do século XVI, como é este das «Saudades da Terra», se não respeitou a ortografia e pontuação do autor, segundo as modernas exigências da ciência diplomática. Atendendo a que o Livro I é todo escrito pela mão de Frutuoso, hemos de reconhecer que nenhum outro critério seria de seguir senão copiar fielmente o que saiu da sua pena, respeitando com rigorosa observância a forma antiquada de pontuar, as variantes ortográficas e as abreviaturas, de que em larga escala usou na redacção da sua obra.

Mas levando em linha de conta, além das razões já oportunamente aduzidas ([11]), a circunstância da uniformidade a que deve obedecer a impressão de toda a obra, optou-se pela conveniência de utilizar a ortografia actual, tanto mais que a escrita de Frutuoso, admiravelmente legível, não suscita dúvidas ou embaraços de natureza paleográfica que requeressem uma reprodução literal do texto. E, assim, no seguimento do critério seguido nos livros já atrás publicados, aplicaram-se as normas ortográficas oficiais e modificou-se a pontuação sempre de maneira a que a ideia não resultasse deturpada. Contudo, houve o cuidado de reproduzir os vocábulos nas formas e variantes com que são enunciados, jamais actualizando os que pelo seu sabor arcaico nos dão a nota sugestiva da linguagem do tempo.

Na publicação deste Livro, por ser aquele que Frutuoso intitulou o primeiro das «Saudades da Terra», julgamos indispensável incluir uma biografia do autor, não só como homenagem que lhe é devida por parte dos que tomaram a iniciativa de editar a sua obra, de acordo com o manuscrito original, mas também para esclarecimento e inteligência daqueles que, ao folheá-lo, desejem conhecer a sua invulgar personalidade. Para tal, pareceu-nos oportuna a «Notícia biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso», que Rodrigo Rodrigues escreveu em 1923 para a edição centenária e que abriu o primeiro volume que nessa altura se publicou, o Livro III, dedicado à ilha de Santa Maria.

Trabalho ainda bastante válido, cujas conclusões de um modo geral não foram, que me conste, até aqui contestadas, é, indiscutivelmente, a biografia mais completa que se redigiu sobre o nosso cronista. Conferindo e criticando tudo o que de importante se dissera a seu respeito nos séculos XVII e XVIII, designadamente os escritores Fr. Agostinho de Monte Alverne, Pe. António Cordeiro, Francisco Afonso de Chaves e Melo e D. António Caetano de Sousa, e no século XIX o Dr. Ernesto do Canto, a quem se ficou devendo um primeiro trabalho de crítica documental, resumido em breve notícia publicada no «Archivo dos Açores», Rodrigo Rodrigues ajuntou a estes materiais o produto da sua própria investigação, sobretudo no que se refere à família da qual se presume ter nascido Frutuoso. Conseguiu, assim, fazer um estudo exaustivo, em que pôs à prova as suas inegáveis qualidades de investigador e genealogista, e que mereceu do erudito e notável madeirense, Pe. Fernando Augusto da Silva, as prestigiosas palavras de apreço que passo a transcrever:

«A Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso», da autoria de Rodrigo Rodrigues, é estudo que revela não somente um paciente e consciencioso trabalho de investigação histórica, a par do mais apurado e severo espírito crítico, do erudito e do historiador, entrando em conta com as condições do tempo, do meio e de outras circunstâncias especiais em que a obra foi laborada.

Do magistral estudo do sr. Rodrigo Rodrigues, cumpre destacar o capítulo III intitulado «O Humanista, o Historiador e o valor da sua obra (pág. XXXIX - LV), que, sem a sombra de hipérbole, se pode colocar no mesmo plano de trabalhos congéneres de D. Carolina Michaëlis, Teófilo Braga, Mendes dos Remédios e Fidelino de Figueiredo, os mais autorizados mestres da historiografia literária do nosso país» ([12]).

Apoiado em tão lisonjeiro como honroso parecer, sinto-me à vontade para introduzir na presente edição essa «Notícia biográfica», a qual, à parte a importância, a meu ver sem fundamento, que nela se dá ao Livro V ou «História de Dois Amigos», de que Rodrigo Rodrigues apenas conhecia os nomes dos capítulos e por isso a considerou, na esteira do Dr. João Teixeira Soares, «uma rebuçada autobiografia» ([13]), tem ainda toda a actualidade e merece ser de novo posta em letra de forma pela luz que lança sobre a eminente personalidade do nosso cronista.

Uma palavra de homenagem à Junta Geral do Distrito é de toda a justiça lhe seja novamente aqui endereçada e muito em especial ao Sr. Engenheiro Pedro de Chaves Cymbron Borges de Sousa, ao tempo seu presidente, pela compreensão exacta do significado

do trabalho que vimos realizando para a cultura açoriana, e mesmo portuguesa, removendo com entusiasmo todos os obstáculos que se lhe poderiam antepor.

Honra seja feita igualmente aos seus sucessores na gerência d'aquele alto corpo administrativo, pelo apoio que têm continuado a dar a este empreendimento, facultando ao Instituto Cultural de Ponta Delgada a possibilidade financeira de ocorrer às vultosas despesas que ele acarreta.

Tal circunstância é, indubitavelmente, mais um motivo de regozijo e congratulação pelo regime administrativo que rege os distritos insulanos, visto que sem o auxílio das Juntas Gerais jamais seria possível editar esta e outras obras de valor regional, indispensáveis para o conhecimento das nossas ilhas adjacentes, nos seus aspectos histórico, literário e científico.

Não quero terminar sem dirigir os meus agradecimentos ao Sr. Alfredo Machado Gonçalves, director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, pelas facilidades que sempre me tem dispensado nas minhas consultas quase diárias no estabelecimento que dirige com todo o zelo, e também ao Sr. Hugo Moreira, pelas notas e extractos documentais que amavelmente me cedeu e muito abonam o seu meritório labor no campo da investigação histórica. Para o Sr. Nuno Álvares Pereira vai da mesma forma o meu reconhecimento, pois que, sem o seu precioso auxílio, em especial na organização dos índices, com dificuldade me poderia desempenhar do encargo que pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada, da presidência do Sr. Dr. João Anglin, me foi honrosamente cometido.

NOTÍCIA BIOGRÁFICA DO DR. GASPAR FRUTUOSO

I

DADOS BIOGRÁFICOS

São escassos e incompletos os elementos de que dispomos para compor uma narração minuciosa e fundamentada da vida do Dr. Gaspar Frutuoso, sobretudo no que respeita à sua filiação, época da juventude e circunstâncias do período que passou fora da ilha de S. Miguel, sua terra natal.

Agora que, com a publicação de parte da sua obra histórica, as *Saudades da Terra,* se comemora o quarto centenário do seu nascimento, tentamos esboçar este ensaio biográfico, que pouco avança às notícias já publicadas sobre o assunto, mas em que, concatenando-as e comparando-as em confronto simultâneo com os poucos documentos que existem, pela primeira vez se apresenta uma notícia sobre a sua família e se conjectura quem foram os seus progenitores, problema que até hoje se considerou insolúvel.

O Padre Dr. Gaspar Frutuoso foi o primeiro cronista insulano e nessa qualidade é uma lídima glória da nossa terra a que se não tem prestado a devida veneração; contudo, a sua personalidade é curiosa sob diversos aspectos que diligenciaremos mostrar, porque, a par de sacerdote virtuosíssimo, Frutuoso representa plenamente o tipo do humanista da Renascença, enciclopédico quinhentista, literato, artista e músico, observador atento dos fenómenos naturais, preocupando-se com experimentações alquimistas e tentando especulações nos domínios da geologia, da mineralogia e da petrografia. Na ilha de S. Miguel, onde viveu a maior parte da sua existência, foi sem dúvida um dos homens mais ilustrados do seu tempo, e pelos seus méritos, saber e prestígio, um cidadão que muito deve ter influído no aperfeiçoamento dos costumes e na organização da sociedade coeva, a um século da primitiva colonização e, portanto, no período mais interessante do seu incipiente desenvolvimento administrativo, agrícola, industrial e comercial.

Vamos apresentar todos os elementos que se conhecem sobre a vida de este homem por tantos títulos eminente, começando por enumerar os seus mais antigos biógrafos, que são em ordem cronológica:

— Frei Agostinho de Mont'Alverne (1629-1726), franciscano micaelense, que até ao ano de 1695 escreveu as «*Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*», manuscrito inédito guardado na Biblioteca Pública de Ponta Delgada;

— Padre António Cordeiro (1641 - 1722), jesuíta terceirense, autor da conhecida «*História Insulana*», editada a primeira vez em Lisboa, em 1717;

— Francisco Afonso de Chaves e Melo, micaelense, autor da «*Margarita Animada*» e de uma «*Descrição da Ilha de S. Miguel*», publicadas juntamente em Lisboa, em 1723;

— D. António Caetano de Sousa, o célebre teatino, que apresenta quatro notícias sobre Frutuoso nas seguintes obras: «*Catálogo dos Bispos da Egreja de S. Salvador da cidade de Angra*», oferecido em 1722 à Academia Real de História e publicado no 2.º tomo dos seus *Documentos e Memórias,* (reimpresso e anotado no 2.º volume do *Archivo dos Açores); «História Genealogica da Casa Real Portuguesa»,* impressa em Lisboa, de 1735 a 1749 (tomo I.º, Aparato, pág. LIII); e «*Agiologio Lusitano*», tomo 4.º, publicado em Lisboa em 1744 (a pág. 647 e 653). N'esta última cita o autor duas obras para nós desconhecidas, em que há notas biográficas acerca de Frutuoso, que nada adiantam, porque, tendo-as visto o Padre D. António Caetano de Sousa, nas suas quatro notícias apenas reproduz Cordeiro e Chaves e Melo; são elas uma «*Memória para a Bibliotheca Lusitana*», manuscrito da Biblioteca da Ajuda, composta pelo Padre Francisco da Cruz, jesuíta que professou em 1643 e morreu com 77 anos em 1706; e um manuscrito de Franco *(sic*), que presumimos ser João Franco Barreto, mas que não sabemos o que seja, nem onde para;

— e Diogo Barbosa Machado, que também na sua *«Bibliotheca Lusitana»* se refere sucintamente a Frutuoso e à sua obra.

Posteriormente, e apenas sobre as notícias que ficam apontadas, se bordaram, com pouca crítica, outras biografias de Frutuoso, das quais destacamos a de José de Torres, na folha de Ponta Delgada *O Philologo,* n.ºs 10 e 11 de 15 de Maio e 1 de Junho de 1844; a de António Pereira que acompanhou a edição dos primeiros 36 capítulos do Livro 4.º das *Saudades da Terra,* feita em Ponta Delgada, em 1876, por F. M. Supico e J. P. Cardoso, sob o título *«Genealogias da Ilha de S. Mlguel»;* e a ligeira nota de Inocêncio F. da Silva, no *Diccionario Bibliographico,* tomo 2.º, pág. 368.

O Dr. Ernesto do Canto, a quem tanto devem os estudos históricos dos Açores, é o primeiro a iniciar a crítica documental da vida de Frutuoso, notando algumas inexactidões da biografia do Padre Cordeiro e mandando investigar nas Universidades de Salamanca, Coimbra e Évora os registos de matrículas e graus, em busca de vestígios da passagem do Dr. Frutuoso por aquelas escolas. Os resultados dessas investigações e dos exames a que procedeu nos registos paroquiais das Matrizes da Lagoa e Ribeira Grande, em que Frutuoso escreveu, acham-se resumidos numa breve notícia que publicou no 1.º volume do *Archivo dos Açores,* a pág. 403 e seguintes, acompanhada de quatro documentos que provam a sua frequência na Universidade de Salamanca, de 1553 a 1555, o seu bacharelamento em Teologia em 1558 na mesma Universidade, a sua posse de vigário da Matriz da Ribeira Grande em 1565, e que o grau de doutor não lhe foi conferido nem em Salamanca, nem em Coimbra. A estes documentos juntou o Dr. Ernesto do Canto um alvará régio de 1585 para acrescentamento da côngrua de pregador ao Dr. Frutuoso; e no 10.º volume do dito *Archivo* (pág. 486 e seguintes) mais quatro documentos de 1565, concernentes ao seu ordenado de vigário, confirmação deste cargo e nomeação e confirmação do de pregador da Matriz da Ribeira Grande.

Os documentos relativos à frequência da Universidade de Salamanca, completam-se com os extractos publicados no *Apenso* a esta biografia sob n.º 3, que agora obtivemos do arquivo d'aquela Universidade, graças ao amável interesse que por este assunto tomou o ilustre historiador da ciência náutica portuguesa, Dr. Joaquim Bensaude, que para este efeito se pôs em comunicação com o Sr. D. José de Bustos y Miguel, professor da Faculdade de Ciências de Salamanca; a ambos reiteramos aqui os nossos agradecimentos. Estes novos dados alongam a estada de Frutuoso em Salamanca, de 1549 a 1558, marcando estes anos limites os seus bacharelamentos em Artes e em Teologia.

Com idêntico critério publicou o Sr. Marquês de Jácome Correa, no jornal *Ecos do Norte,* da Ribeira Grande (n.ºs 58 a 71, de Agosto a Novembro de 1917), algumas considerações sobre a vida de Frutuoso, tomando por base os citados documentos e uma sinopse das datas dos termos do registo paroquial da Matriz d'aquela vila, desde 1565 a 1591, que lhe foi fornecida pelo oficial do Registo Civil, Sr. Dr. José de Sousa Larocq.

Há ainda um elemento que nos parece de muita importância para se reconstituir a existência do Dr. Frutuoso no período da sua mocidade, de que muito pouco se sabe. É *a «História dos dois amigos da Ilha de S. Miguel»,* narrada em forma pastoril no Livro 5.º das *Saudades da Terra* que na opinião do erudito jorgense Dr. João Teixeira Soares, encerra uma rebuçada autobiografia ([14]).

Esta parte da obra de Frutuoso está fora do nosso alcance, porque o texto do Livro 5.º (que só o manuscrito original contém, e esse está sonegado a toda a consulta) ninguém o conhece, nenhuma cópia o reproduz, pelo menos as que hoje existem das enumeradas pelo Dr. Ernesto do Canto ([15]), além de mais duas que vimos e que não foram por ele mencionadas — a da Biblioteca da Ajuda, contemporânea, ou quase, de Frutuoso, e a de Frei Nicolau de S. Lourenço, que pertenceu ao falecido Conde de Botelho, de Vila Franca do Campo ([16]).

A conjectura do Dr. João Teixeira Soares é apenas firmada na leitura dos títulos dos capítulos do Livro 5.º, que constam do índice geral da obra, publicado a pág. 133 e seguintes da *«Bibliotheca Açoreana»* do Dr. Ernesto do Canto, e também a pág. 409 e seguintes do 1.º volume do *Archivo dos Açores.* Efectivamente, a análise dos títulos desses capítulos, verdadeiros epítomes dos respectivos textos (segundo inferimos dos do resto da obra, que conhecemos), leva-nos a crer que Frutuoso se descreve n'um dos *dois amigos,* talvez o *Philomesto, a* quem *«o pai manda a terras estranhas em companhia de um mercador, para lá aprender»* (cap.º 2.º). Já no final do último capítulo do Livro 4.º há uma referência preparatória da entrada da *História dos dois amigos* do Livro imediato, quando a *Verdade* diz à *Fama*

(porque *as Saudades da Terra* são contadas pela *Verdade à Fama),* — que põe fim à narração da ilha de S. Miguel *«ainda que o não tem as Saudades da Terra, nem menos as do Céu, que os dois amigos, seus naturais, nela e fora dela tiveram».*

Um dos episódios da *História* decorre nas margens do rio Tormes, afluente do Douro, que passa em Salamanca, onde Frutuoso estudou com outros micaelenses, um d'eles o Dr. Gaspar Gonçalves, depois médico na Ribeira Grande; isto por ocasião das exéquias do príncipe D. João, filho de D. João 3.º, *«celebradas naquela terra estranha»;* foi portanto em 1554, porque a 2 de Janeiro desse ano é que faleceu o príncipe D. João, quando Frutuoso frequentava a Universidade de Salamanca, o que se sabe com precisão pelo documento n.º 1 de pág. 405 do 1.º volume do *Archivo dos Açores.* No decorrer da *História,* em que há referências às *Saudades* de Bernardim Ribeiro, ao *Crisfal* e um soneto a Camões, encontram-se anagramas, como *Narfendo* (Fernando), *Natonio* (António), *Ricatena* (Catarina), *Gurioma* (Guiomar), *Guardarima* (Margarida) e outros, que devem representar pessoas com quem se passaram porventura episódios emocionantes da juventude acidentada do autor.

Os dois amigos aparecem também no capítulo 4.º das *Saudades do Céu,* obra que, em continuação das *Saudades da Terra,* Frutuoso deixou incompleta, e que apenas se conhece pelos epítomes dos seus quatro únicos capítulos, como sucede com o Livro 5.º.

Muitas vezes neste trabalho, recorremos às vagas indicações do índice da *História dos dois amigos,* na persuasão de que ela foi realmente *vivida* pelo nosso biografado ([17]).

Da parte documental, resta-nos mencionar o registo paroquial da Matriz de Santa Cruz da vila da Lagoa, onde existe um fragmento e folhas soltas do Livro 1.º de casamentos, em que Frutuoso lavrou alguns termos, de 2 de Outubro de 1558 a 16 de Março de 1560; e o registo paroquial da Matriz de Nossa Senhora da Estrela da vila da Ribeira Grande, onde há três livros de batisados e um de casamentos, com termos por ele lavrados, como vigário que foi nessa paróquia, durante vinte e seis anos. É curioso notar que nesse longo período nunca lavrou um termo de óbito, havendo, contudo, os respectivos livros, que foram escritos por outros padres em serviço na freguesia.

O primeiro termo escrito por Frutuoso na Ribeira Grande foi o do batismo de Gaspar, filho de Gaspar Martins e de sua mulher Ceroneza da Costa, em 23 de Dezembro de 1565, e está registado a fls. 29 do Livro 2.º, que começa em Janeiro de 1563 e termina a 8 de Janeiro de 1584, (Documento n.º 25 do *Apenso).* Seguem-se no mesmo Livro mais 2268 termos, dos quaes só 107 são lavrados por Frutuoso, notando-se que de 9 de Outubro de 1577 até 6 de Abril de 1580 não há nenhum termo por ele escrito; em 1581, só um, a 12 de Janeiro, e em 1582 também apenas um, a 15 de Agosto. No Livro 3.º de batisados, que principia em Janeiro de 1584 e termina a 14 de Janeiro de 1590, e no 4.º, até 31 de Março de 1591, data do último termo que Frutuoso lavrou (Documento n.º 26 do *Apenso),* há 1021 termos, dos quaes só 24 por ele escritos. Estes três livros estão numerados e rubricados por Frutuoso.

Dos livros de casamentos só escreveu no 1.º, onde a fls. 29 aparece o termo da sua posse ([18]), e a fls. 34 verso o do primeiro casamento que lavrou a 7 de Janeiro de 1567, de Diogo de Caravaca, filho de Francisco de Caravaca (mestre da fábrica de pedra-hume de que se ocupa o capítulo 92.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra),* com Inês Cerveira, celebrado pelo Padre Manoel Vaz (Documento n.º 27 do *Apenso).*

Seguem-se, até 23 de Outubro de 1580, data do último registo de casamento que escreveu, 310 termos, todos por ele escritos e assinados, excepto doze lavrados pelo Padre Manuel Tavares, desde 22 de Junho de 1573 até 7 de Outubro do mesmo ano, dizendo o dito padre no primeiro desses doze termos: — «e *por o vigairo ser ausente me deixou este encarego e em seu nome assino»* (Documento n.º 20 do *Apenso).* Seguem os imediatos, de 18 de Outubro de 1573 a 23 de Outubro de 1580, todos da autoria de Frutuoso. Os restantes 32 termos deste livro, de fls. 74 a 78, são lavrados pelo Padre António Rodrigues, de 4 de Novembro de 1581 a Junho de 1582, não se lendo já as datas precisas dos últimos quatro. Parece ter havido uma lacuna de registos entre o último termo de Frutuoso, no alto de fls. 74, e o imediato da mesma folha, do Padre António Rodrigues.

No Livro 2.º de casamentos não lavrou Frutuoso nenhum termo; são todos escritos pelo Padre Mateus Nunes, até 21 de Julho de 1591. Entre o desta data e o imediato de 22 de Setembro seguinte, está entrelinhada esta nota: — *«O Dr. Gaspar Fructuoso tomou posse desta Igr.ª em 15 de Agt.º de 1565, Vide Livro 1.º fs. 28, esteve nesta Igr.ª 26 an.s, e nove dias.*

O termo asima foi o último q. se fez no tempo e vida do Dr. Gaspar Fructuoso q. faleceo a 24 de ag.º de 1591. O vigr.º Per.ª o fez em 1790». Nenhum dos livros de casamentos é rubricado por Frutuoso.

Nos livros de óbitos, só há a mencionar no 2.º, a fs. 85 verso, o termo do seu falecimento, em 24 de Agosto de 1591, publicado no *Apenso* (Documento n.º 16).

Os termos que Frutuoso lavrou são precisos, concisos e sempre escritos com clareza, boa caligrafia e ortografia correcta como se vê das reproduções sob n.ºs 25, 26 e 27 do *Apenso* que acompanha esta notícia.

Aí damos por extracto ou na íntegra 27 documentos em que há referências a Frutuoso, à sua família ou aos seus homónimos; por eles se faz elucidação directa ou indirecta dos seus parentescos e de alguns traços da sua vida, do seu carácter e do prestígio que teve entre os seus contemporâneos. De muitos documentos do século XVI em que incidentalmente aparece o nome de Frutuoso, só estes selecionamos sob o critério da utilidade biográfica com exclusiva aplicação a esta notícia, e apenas dos inéditos, ou daqueles cuja anterior publicação desconhecemos.

Como todos os biógrafos antes de Ernesto do Canto se guiaram pelo Padre António Cordeiro ([19]), quando no decorrer deste ensaio houver referências às mais antigas biografias do Dr. Gaspar Frutuoso, só a de Cordeiro teremos em vista, por ter servido de norma a todas as outras; confrontá-la-emos com a de Frei Agostinho de Monte Alverne, que é anterior, parece mais fiel e é menos palavrosa; vai publicada no Apenso (Documento n.º 1), por estar inédita e ser pouco conhecida ([20]).

Anotando-as e corrigindo-as em face dos documentos, seguiremos estas duas narrativas da vida de Frutuoso, que nos parecem independentes, mas que certamente foram bebidas nas mesmas fontes — a tradição oral das populações desta ilha (onde viveu Monte Alverne e de passagem esteve Cordeiro) e alguns apontamentos possivelmente fornecidos a ambos os autores pelos padres do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada, instituto da particular afeição de Frutuoso, herdeiro da sua livraria e dos seus manuscritos, entre eles o das Saudades da Terra, que até à extinção da Companhia em 1760 se conservou naquele Colégio.

II

NASCIMENTO, VIDA E MORTE DO DR. FRUTUOSO

O Padre Dr. Gaspar Frutuoso nasceu na cidade, então vila, de Ponta Delgada, da ilha de S. Miguel, no ano de 1522, de pais ricos e nobres, aqui moradores. Assim o afirmam Cordeiro e todos os demais biógrafos, sem precisarem o dia e mês do nascimento, nem mencionarem os nomes dos pais. Monte Alverne corrobora a mesma naturalidade e ano, sem contudo se referir aos pais nem à sua condição; duas vezes declara o ano do nascimento: directamente no princípio da notícia e depois por modo indirecto, quando diz ter Frutuoso 43 anos na época em que veio paroquiar para a Ribeira Grande, que sabemos pelos documentos ter sido em 1565.

A acta do bacharelamento do Dr. Frutuoso na Universidade de Salamanca, em 9 de Fevereiro de 1558 ([21]), confirma a naturalidade, ao dizer: «*Bachalaureus in sacra Theologia Gaspar Fructuoso Presbiter civitatis ponte delgada ex insula divi Michaelis Archangeli Regni Lusitaniae* ... »; e também nos dá a certeza de ser nosso conterrâneo a carta de confirmação da vigararia da Matriz da Ribeira Grande, de 20 de Maio de 1565 ([22]), dizendo ser — «*o Doutor Gaspar Fructuoso clérigo de missa, natural da ilha de S. Miguel* ... » ([23]).

Quanto ao ano do nascimento, nenhum documento o comprova, nem há maneira de o verificar. Não havia, então, registo paroquial, que só depois das prescrições do concílio de Trento começou a ser lavrado com regular continuidade em todas as freguesias ([24]). Também não existe o arquivo diocesano de Angra, hoje perdido, onde talvez se encontrasse o processo *de genere, vita et moribus* da sua ordenação, documento que conteria, senão a data do nascimento, pelo menos a idade do ordenando e a sua filiação, isto na hipótese de Frutuoso se ter ordenado em S. Miguel, conforme asseveram os biógrafos e se depreende do que vamos ver.

Prosseguindo, diz Cordeiro que os pais de Frutuoso, proprietários de terrenos dados de sesmaria, os mandavam cultivar sob a vigilância do filho Gaspar, então moço, que, descuidando-se da tarefa, de preferência se entregava à leitura e à meditação, revelando precoce vocação para o estudo, já antecipadamente manifestada na aula primária de gramática latina; os pais determinaram, então, mandá-lo cursar a Universidade de Salamanca, frequentada por outros estudantes micaelenses. Isto diz Cordeiro, incorrendo em flagrante anacronismo, porque só em 1549 nos aparece Frutuoso bacharelando-se em Artes na Universidade de Salamanca, portanto com 27 anos, idade em que já não era um moço saído dos estudos primários. Monte Alverne, mais substancial em factos e mais sóbrio de palavriado, é deficiente nesta parte, pois apenas diz ter ele ido estudar a Salamanca, sem indicar quando, nem por que idade.

É o período da vida de Frutuoso mais apagado, de que não há traços nas biografias, nem vestígios nos documentos, este da juventude até à entrada na Universidade, talvez em 1548, com 26 anos ou pouco antes, ([25]). Não há dúvida, porém, de que era já um homem feito, cuja vida intensa a *História dos dois amigos* desvendaria, em parte, se fosse conhecida. Debalde procurámos quaisquer indícios sobre que pudéssemos conjecturar a ocupação de Frutuoso dos dezoito aos vinte e seis anos, período interessante na vida de quase todos os indivíduos normais, sempre repleto de actividade, quer prática, quer mental ou sentimental, e que para um homem excepcional, como foi Frutuoso, não pode ter sido passado a vigiar os trabalhos agrícolas do pai, como diz o biógrafo Padre Cordeiro, cujas afirmações têm sido acolhidas sem crítica nem discernimento pelos escritores que após ele trataram a vida do nosso historiador.

Veremos adiante que o pai do Dr. Gaspar Frutuoso, por nenhum biógrafo nomeado, é muito provavelmente um Frutuoso Dias, a quem o filho faz uma ligeira referência no capítulo 31.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra,* sem deixar suspeitar nenhum laço de parentesco, porque, de resto, Gaspar Frutuoso, ao tratar das genealogias de todas as famílias micaelenses nos primeiros 36 capítulos do Livro 4.º nunca declaradamente à sua se refere, como também em toda a obra nunca a si se menciona, senão quando, ao enumerar os vigários da Matriz da Ribeira Grande, diz: - «*o sétimo, o Doutor Gaspar Frutuoso que ora serve os mesmos cargos de vigário e pregador*» ([26]).

O Frutuoso Dias, que temos como pai do Dr. Gaspar Frutuoso (porque há outro do mesmo nome, irmão deste e filho daquele), foi morador em Ponta Delgada (Documento n.º 17 do *Apenso),* como dizem os biógrafos, e é designado por *mercador* no Livro 1.º da Irmandade da Misericórdia de Ponta Delgada, a fls. 7.

Esta designação não invalida a de Cordeiro, que o dá como *lavrador,* porque em S. Miguel, durante o século XVI e sobretudo na sua primeira metade, quase todos os mercadores eram simultâneamente proprietários rústicos e lavradores. A inscrição de irmão da Misericórdia deve ser anterior a 27 de Abril de 1533, porque na respectiva relação, que parece seguir a ordem cronológica das admissões na irmandade, o seu nome antecede os nomes de dezoito irmãos ao de João Álvares, alfaiate, que por um documento do arquivo da mesma Misericórdia sabemos ter sido admitido na referida data.

Concluimos que Frutuoso Dias era vivo por 1533 e já falecido em 1568 à data do casamento do filho homónimo na Ribeira Grande (Documento n.º 17 do *Apenso).* Sua mulher, Isabel Fernandes, constante do termo desse casamento, será talvez a mãe do Dr. Gaspar Frutuoso, o que discutiremos adiante, mas é certamente a primeira consorte de Frutuoso Dias, porque o capítulo 31.º do Livro 4.º das *Saudades da Terr*a, diz que — *«Maria Dias* (uma bisneta de Pedro Vaz Marinheiro, de cuja geração trata o capítulo) *casou com Frutuoso Dias, viúvo»,* — e acrescenta que tiveram três filhos, Maria Dias, João Dias e Manuel Dias; e nada mais diz o autor sobre esta gente, que presumimos com bem fundadas razões, adiante expostas, ser a sua mais próxima família. Maria Dias, segunda mulher de Frutuoso Dias, estava solteira em 1541, segundo se induz do testamento de sua avó materna, Maria Fernandes, que lhe deixou parte da terça dos seus bens. Suas irmãs, Leonor Dias (casada com António Jorge Marecos) e Beatriz Lopes (casada com João Serrão de Novais), têm filhos casados entre 1570 e 1580, o que pressupõe os seus casamentos, bem como o de Maria Dias, por 1540 e tantos a 1550.

Dos enlaces, a que nos vimos referindo, podemos inferir a boa condição do pai e da família do Dr. Frutuoso, que pelo segundo matrimónio se aliou a uma família rica e que vivia à lei da nobreza, como então se dizia. Consequentemente, o imaginoso Padre Cordeiro não seria excessivo atribuindo bens de fortuna e boa condição social ao pai do cronista.

Continua ele contando que o estudante Frutuoso em Salamanca era provido com uma boa mesada paterna; Monte Alverne dá a entender que vivia pobremente, com privações, em companhia do seu patrício e amigo Gaspar Gonçalves, que depois se doutorou e foi médico da Ribeira Grande; do documento n.º 3 do *Apenso* vê-se que efectivamente foram condiscípulos em Salamanca nas disciplinas de filosofia natural, durante os anos lectivos de 1553-1554 e 1554-1555. Tanto Cordeiro como Monte Alverne referem um sucesso milagroso passado em Salamanca com os dois estudantes Gaspar Frutuoso e Gaspar Gonçalves, num aperto de falta de meios para se sustentarem, em que foram socorridos por uma criatura confessada de Frutuoso; este caso deve ter acontecido no ano escolar de 1554-1555, depois dele ter sido ordenado presbítero, como adiante se demonstra. O aperto dos estudantes motiva-o Cordeiro na escassês de navios que de S. Miguel lhes trouxessem as mesadas; Monte Alverne atribui-o à pobreza em que viviam.

Sabe-se, por o contar o capítulo 92.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra,* que o amigo e companheiro de Frutuoso, Gaspar Gonçalves, foi em 1553 para Salamanca, no mês de Setembro; voltou quatro anos depois a S. Miguel (talvez já graduado em medicina), onde fez várias experiências que determinaram a fundação da fábrica de pedra-hume. Também fez ensaios experimentais na persuasão de encontrar prata em S. Miguel, e parece ter interessado nesses trabalhos o seu amigo Frutuoso, que várias vezes o cita com encómios, como no capitulo 34.º do Livro 4.º, em que diz: — *«O Dr. Gaspar Gonçalves, de tanto nome e fama na medicina, além de outras graças e perfeições de que o Senhor o dotou, que quando o chamam para curar algum enfermo, se diz commumente que chamam a saúde»* ([27]). Da intimidade destes dois Gaspares, companheiros de casa e de estudo em Salamanca, cuja amizade se continuou depois na Ribeira Grande, onde ambos viveram, aventamos a hipótese de serem eles os *dois amigos* da *História* do Livro 5.º das *Saudades da Terra,* a que já nos referimos; sobretudo pela coincidência de, tendo ambos o mesmo nome próprio, terem os nomes pastoris dos dois *amigos, Philidor e Philomesto,* o mesmo radical *Phil*.

Cada vez mais nos convencemos de que uma leitura atenta e uma interpretação criteriosa do texto desconhecido da *História dos dois amigos* subministraria importantes materiais para preencher as lacunas biográficas e documentais da mocidade do nosso historiador e da sua

vida sentimental, verdadeiro enigma que apenas transparece dos títulos dos capítulos da *História,* écloga em que *Philomesto* (talvez Frutuoso?) se enamora sucessivamente de três pastoras, *Ricatena, Tomariza e Gurioma,* a última das quais a morte lhe arrebata, desenlace este que o conduz à vida solitária, o que com plausibilidade poderemos traduzir — à vida do sacerdócio.

Passamos agora à parte mais documentada da vida de Frutuoso, que estudou artes e teologia em Salamanca, pelo menos nos anos escolares de 1548-1549, 1553-1554, 1554-1555, 1555-1556 e 1557- 1558, como provam os já citados extractos sob n.º 3 do *Apenso,* e o documento de pág. 405 do 1.º volume do *Archivo dos Açores.* Numa referência à propina que pelo seu bacharelamento em artes pagou o mestre João Gil de Nava em 1540 *(Apens*o, documento n.º 3) e na matrícula do ano de 1553-1554 é designado por *Gaspar Fructuoso Bachiller em Artes;* na matrícula do ano imediato e nas seguintes está inscrito *Gaspar Fructuoso Presbitero Bachiller.* Conclui-se que a ordenação de presbítero teve lugar entre estes dois anos escolares consecutivos, talvez nas férias do primeiro para o segundo, vindo o estudante à sua pátria com esse propósito, porque tanto Cordeiro como Monte Alverne, são unânimes em afirmar que Frutuoso veio de Salamanca à ilha de S. Miguel tomar ordens de sacerdote.

Era, então, prelado de Angra o Bispo D. Frei Jorge de Santiago, que veio para os Açores em 1553, logo depois de confirmado ([28]). Seria ele quem ordenou Frutuoso, porque D. Jorge deve ter vindo aqui por 1553 ou 1555, em visita pastoral, muito embora Ernesto do Canto não mencione esse facto nas anotações que fez ao *«Catalogo dos Bispos da Egreja de S. Salvador da cidade de Angra»,* de D. António Caetano de Sousa, no 2.º volume do *Archivo dos Açores»;* isto porque o Bispo declara no prólogo das suas *«Constituições»* (Maio de 1559) *que: — «viemos a este nosso bispado e há seis anos que nele pessoalmente residimos, no qual tempo por vezes o visitamos, provendo nas cousas necessárias», etc.*

É de presumir que, tendo visitado o bispado, não tivesse deixado de vir, logo nos primeiros anos do seu governo, a esta ilha de S. Miguel, já então a mais importante e mais populosa do arquipélago.

Que ele cá esteve, não resta dúvida, pois o próprio Frutuoso o testemunha no capítulo 15.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra,* quando ao falar de Jerónimo Tavares, surdo-mudo de nascença, a quem os padres negavam os sacramentos, diz que D. Jorge de Santiago o viu e lhos mandou dar, por o achar apto a recebê-los. Não podemos, porém, por esta única referência, precisar o ano em que veio a esta ilha.

Como dissemos, parece que já não existe o processo prévio da ordenação de Frutuoso, onde este ponto e outros de maior interesse para a sua biografia se achariam porventura esclarecidos. Por mais diligências que fizéssemos para pessoalmente intentarmos a sua busca nos arquivos eclesiásticos da sede deste bispado, não foi possível conseguir a necessária permissão, porque as autoridades competentes, tanto do paço episcopal como do Cabido, nos afirmaram não haver nenhuns papéis antigos nos respectivos arquivos, incendiados em época remota. Queremos crer que, infelizmente, assim é.

Continuando com os dois biógrafos que vamos seguindo, Frutuoso, depois de ordenado, voltou a Salamanca para se graduar em Teologia, onde teve por mestre o insigne dominicano Frei Domingos de Soto, que lhe dispensou estima e patrocínio ([29]).

Salamanca era, então, um meio de alta cultura intelectual, onde professavam homens eminentes que deixaram nome afamado na história, na política e na literatura; no entanto, Frutuoso conseguiu sobressair nesse meio, dizem os biógrafos, e acrescenta Chaves e Melo, que foi tão distinto no seu curso, que na Universidade o apelidavam — *El grande sabio de las Islas de Portugal.*

A 9 de Fevereiro de 1558 tomou o grau de bacharel em Teologia na mesma Universidade (Documento n.º 3 de pág. 407 do 1.º volume do *Archivo dos Açores),* depois de nove anos de estudos universitários, talvez interrompidos de 1549, ano em que se bacharelou em Artes e o primeiro em que há vestígios seus no arquivo da Universidade, até o de 1553, em que o seu nome aparece como estudante no registo das matrículas. A sua ocupação nesse lapso de tempo é desconhecida; não a dizem os biógrafos, nem transparece dos documentos até hoje encontrados; mas deve ter sido preenchido pelo estudo, embora sem permanência na

Universidade, cuja frequência só em 1553 parece ter retomado, talvez depois de prolongada visita à sua ilha, que pode muito bem ter sido motivada pelo falecimento do pai.

Quanto ao doutoramento nada se sabe; nem onde, nem quando se graduou. O facto é que em todos os documentos oficiais em que aparece, depois de nomeado vigário da Matriz da Ribeira Grande em 1565 ([30]), e nos posteriores publicados no *Apenso* (n.º 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13 e 16), bem como em todas as biografias, lhe é dado o tratamento de doutor, que ele próprio confirma em meio do parágrafo 1.º do capítulo 46.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra,* única vez em que nesta obra escreveu o seu nome. Cordeiro diz que ele se doutorou na Universidade de Salamanca, mas nos arquivos daquela escola não se encontra o registo de lhe ter sido ali conferido esse grau, nem o precedente de licenciado, os quais eram sempre revestidos de solenidades e de certas formalidades, de que se não acham vestígios. Tam pouco se acham no arquivo da Universidade de Coimbra, onde Ernesto do Canto estendeu sem resultado as suas pesquisas ([31]).

Resta a hipótese de se ter doutorado na Universidade de Évora, de que só há registos de 1569 em diante (segundo as informações do Sr. João Maria de Aguiar, a pág. 51 e 52 do 14.º volume do *Archivo dos Açores),* mas cujo funcionamento deve ter principiado em 1559 ou 1560, porque as bulas da sua fundação foram expedidas em Roma a 18 de Setembro de 1558, tomando dela posse a Companhia de Jesus, a que ficou sujeita, em 1 de Novembro de 1559. Em abono desta hipótese concorrem dois factos: a forte simpatia de Frutuoso pela Companhia, com cujos filhos conviveu em Salamanca e depois em Bragança ([32]), levando-o talvez a tomar na sua nova Universidade o grau de doutor em teologia; e a notícia da sua passagem em Évora, onde esteve com o jesuíta Padre Gonçalo do Rego, natural da ilha de S. Miguel e seu condiscípulo em Salamanca, incidentalmente referida por Cordeiro, sem precisar a época do encontro dos dois patrícios e amigos ([33]).

As afinidades de Frutuoso com a Companhia datam da sua estada em Salamanca, onde se familiarizou intimamente com o Padre Miguel de Torres, fundador do Colégio daquela cidade, amigo e companheiro de Santo Inácio de Loyola ([33]); depois em Bragança continuou a intimidade com os jesuítas, lecionando no Colégio ali fundado em 1561 por intercessão do Bispo D. Julião de Alva e de que era reitor o Padre Rui Vicente ([33]). Desta convivência lhe adveio uma singular afeição pela Companhia de Jesus, para cuja entrada anos depois em S. Miguel muito contribuiu Frutuoso, na justa persuasão da urgente necessidade de se educar e instruir uma sociedade, que, contando somente um século de existência, nunca tratara da sua cultura moral e mental, apenas absorvida pela árdua tarefa do arroteamento dos terrenos virgens e da construção dos centros de população ([34]).

Em Évora, como parece mais provável, ou em Salamanca, como diz Cordeiro, ou em outra Universidade estrangeira, o que é pouco presumível, porque da sua obra não se vislumbra nenhum indício de ter estado fora de Portugal e Espanha, doutorou-se Frutuoso entre 1560 e 1565, segundo a opinião do Dr. Ernesto do Canto, com fundamento em documentos a que nos vamos referir, comparando-os com as biografias de Monte Alverne e de Cordeiro. Estes elementos mostram que no período de 1560 a 1565, Frutuoso esteve fora desta ilha de S. Miguel, tendo, todavia, permanecido aqui de 1558 a 1560 em serviço paroquial na Matriz da Lagoa. Os dois biógrafos citados parece terem desconhecido a sua estada na Lagoa, não só porque se não referem ao facto, mas também porque não dão solução de continuidade aos dois incidentes distintos e espaçados, o do seu curso em Salamanca e o da sua ida para Bragança. Acerca do curso, já vimos que foi frequentado até 1558, ano em que se bacharelou na Faculdade de Teologia. Mas entre esse acto, a 9 de Fevereiro de 1558, e a ida para Bragança coadjuvar o Bispo D. Julião de Alva, é certo ter Frutuoso servido na Matriz da vila da Lagoa, pelo menos desde 2 de Outubro de 1558 até 16 de Março de 1560, como mostram as datas do primeiro e último dos termos de casamentos que ali celebrou, ainda hoje existentes num fragmento de livro, que foi talvez o primeiro dos matrimónios daquela paróquia ([35]), se é que as folhas perdidas do livro não alongavam este período de ano e meio.

A hipótese do doutoramento antes de 1560, logo a seguir ao acto de bacharel, é difícil de admitir, porque, mediando entre esse acto e o primeiro dos referidos termos o curto espaço de oito meses, parece-nos pouco tempo para as delongas da preparação para o grau, acto do doutoramento e a incerta e por vezes longa viagem de regresso a S. Miguel. É mais provável que, só depois de ter estado na Lagoa, se tivesse resolvido a doutorar-se, devendo, então, ter partido para o continente no mesmo ano de 1560, para ainda se encontrar com o mestre Frei Domingos de Soto, que, segundo Cordeiro e Monte Alverne, foi quem o recomendou ao Bispo

de Bragança D. Julião de Alva, recentemente confirmado em Março desse ano, que foi também o ano em que faleceu Frei Domingos de Soto, a 15 de Novembro, ou poucos dias antes.

Daqui se induz que, se a época de serviço na paróquia de Santa Cruz da Lagoa foi porventura mais alongada do que aquela que manifesta o fragmento do Livro 1.º de Casamentos, só o poderia ter sido anteriormente ao primeiro dos referidos termos, encurtando-se assim o período de oito meses que medeia entre o acto de bacharel e a data desse termo.

O facto é que por 1560 foi para Bragança e lá se manteve durante o governo de D. Julião de Alva ([36]), que lhe concedeu benefícios com rendimento superior a mil cruzados, no dizer dos biógrafos. Ali se ocupou, coadjuvando a administração do bispado, devendo ter colaborado na redacção das primeiras constituições da diocese, que D. Julião fez publicar no final do seu governo, em 1563. No ano imediato, sucedendo a D. Julião o Bispo D. António Pinheiro ([37]), Frutuoso renunciou todos os seus benefícios e abandonou Bragança; não sabemos o motivo desta resolução, mas dizem os biógrafos que apenas o movera a intenção de vir para os Açores com o novo Bispo de Angra, D. Manoel de Almada, sucessor de D. Frei Jorge de Santiago, falecido em 1561.

D. Manoel de Almada aparece pela primeira vez com a dignidade de Bispo de Angra em 1564, mas nunca veio aos Açores, e resignou em 1567 para ir ocupar o cargo de Governador da Relação do Porto. Desejando que alguém com saber, prudência e prática da administração episcopal por ele regesse a diocese de Angra, solicitou para Bragança a vinda do Dr. Gaspar Frutuoso a Lisboa para o encarregar do governo do bispado. Isto dizem Cordeiro e Monte Alverne e é natural que assim fosse: D. Manoel não tencionava vir para os Açores e deve ter chegado até ele a fama do bom critério e idoneidade de Frutuoso, pelos serviços que em Bragança prestara a D. Julião de Alva.

Os dois biógrafos dizem que ele renunciou os seus benefícios em Bragança, nas mãos do Bispo D. António Pinheiro; como já dissemos, desconhece-se o motivo desta renúncia; mas, ou por não se dar com o novo Bispo, ou com a ideia nostálgica de vir para os Açores, o facto deve ter-se passado em fins de 1564 ou princípios de 1565, quando este prelado tomou posse da diocese, conforme opina o Sr. Fortunato de Almeida na *História da Igreja em Portugal* ([38]).

O certo é ter Frutuoso vindo para Lisboa encontrar-se com D. Manoel de Almada antes de 20 de Maio de 1565, data da carta da sua confirmação de vigário da Matriz da Ribeira Grande ([39]), e depois de 11 de Novembro de 1563, data em que D. Julião de Alva ainda não tinha resignado a diocese de Bragança.

O Padre Cordeiro, escritor de imaginação excessiva, no capítulo apologético da vida de Frutuoso, assevera que D. Manoel de Almada, ao conhecê-lo pessoalmente e verificando as suas distintas qualidades, quis logo resignar para Frutuoso ser nomeado Bispo de Angra, o que este recusou. Monte Alverne, sempre mais exacto e cuidadoso que o hiperbólico Cordeiro, só diz que o Bispo, como ficava em Lisboa, lhe quis *«carregar nos ombros o governo deste bispado»;* esta deve ser a lição verdadeira; o Bispo quis encarregá-lo da regência do bispado, mas nunca lhe foi oferecida a mitra. No entanto, foi adotada a versão de Cordeiro em todas as biografias posteriores, e como tal o menciona D. António Caetano de Sousa no seu *Catalogo dos Bispos da Egreja de S. Salvador da cidade de Angra,* na relação dos prelados nomeados que não chegaram a exercer o governo.

Em suma, Frutuoso recusou uma ou outra coisa e aceitou unicamente os cargos de vigário e pregador da Matriz de Nossa Senhora da Estrela da vila da Ribeira Grande, vagos por falecimento de Fr. Manoel Rodrigues Pereira ([40]). Foi confirmado na vigararia por carta de 20 de Maio de 1565, passada em Lisboa pelo Bispo D. Manoel de Almada, precedendo provisão régia de apresentação, datada de 26 *(sic)* do mesmo mês e ano ([41]). Deve ter havido erro de leitura na data de um destes documentos, porque a provisão, datada de 26, está contida por traslado na carta de confirmação passada seis dias antes.

Para o cargo de pregador foi nomeado em 19 de Junho do mesmo ano e confirmado a 14 de Julho seguinte ([42]). É natural que só depois desta última data tivesse embarcado para S. Miguel, onde a 15 de Agosto desse ano tomou posse da vigararia e do púlpito da dita Matriz, como mostra o termo lavrado pelo Padre Amador Rodrigues, a fls. 28 do Livro 1.º dos Casamentos daquela paróquia ([43]). Talvez fosse ele próprio o portador destes diplomas, que

em 23 de Novembro do dito ano foram trasladados nos livros de registo da Alfândega de Ponta Delgada, por onde eram pagos os ordenados e côngruas do clero.

Ao vir definitivamente para a sua terra trazido pelas *saudades* dela, tinha Frutuoso 43 anos, uma vasta ilustração e uma longa experiência do mundo e dos assuntos da vida sacerdotal, como quem estudou, praticou e viajou por Portugal e Espanha durante dezassete anos, sempre em convívio com gente culta e distinta. É no período que se segue de vinte e seis anos de humilde pároco da Ribeira Grande que mais documentada está a sua vida e que mais proveitosa foi a sua existência, para os contemporâneos pela acção do seu ministério, dos seus conselhos e do seu exemplo, e para os vindouros pela composição da obra histórica que nos legou. Contudo, a documentação destes últimos vinte e seis anos não acusa nenhum acidente na monotonia da sua vida pacífica e remansosa, contrastando talvez com a mocidade movimentada e buliçosa, em que parece ter havido afeições apaixonadas e cruéis desilusões que o conduziram à vida eclesiástica, como atrás inferimos de conjecturas tiradas dos títulos dos capítulos da *História dos dois amigos.* Este último período da existência, passou-o Frutuoso todo entregue ao ónus paroquial e à prática constante da caridade, que no dizer dos biógrafos atingiu a máxima abnegação e sacrifício.

É também nos primeiros anos deste período que o seu espírito começa a estar ocupado com a investigação dos documentos e a colheita das tradições da curta vida histórica das ilhas, cuja colonização contava pouco mais de um século; período fecundo em que se dedica à observação e estudo da sociedade coeva, em que deve ter percorrido toda a ilha de S. Miguel e algumas outras deste arquipélago, em que esboça enfim o plano das *Saudades da Terra,* fonte única das notícias primevas das mais antigas gerações insulanas, a que só nos derradeiros anos parece ter dado — em parte, apenas — a forma e redacção definitivas. Seria também nessa época de maturação, de tranquilidade e reflexão, que escreveu as obras místicas e teológicas que em dezasseis volumes manuscritos da sua letra deixou aos Jesuítas de Ponta Delgada, e que se não sabe hoje onde param.

Nos últimos anos, de 1580 a 1583, assistiu como espectador indiferente e foi comentador imparcial da intensa agitação política e dos sucessos sangrentos de que os Açores foram teatro, na luta travada entre os pretendentes ao trono português, D. Filipe 1.º e D. António, Prior do Crato. Esses sucessos que constituem uma das partes mais interessantes da sua obra, narrou-os Frutuoso em doze capítulos do Livro 4.º e em quinze do Livro 6.º, não transparecendo do que neles conta para qual dos partidos se inclinava. Trata com toda a reverência o vencedor, pois que, destinando-se, como nos parece, a obra à publicidade, o contrário seria insensatez incompatível com o seu espírito prudente e reflectido. Porém, essas perturbações, por mais imparcial ou cauteloso em actos e opiniões que fosse, devem ter interrompido a tranquilidade da sua existência, porque o castigo impiedoso do vencedor tocou a muitos dos habitantes desta ilha, entre os quais Frutuoso contaria, porventura, parentes ou amigos ([44]).

Nota Cordeiro que Frutuoso gozava da estima geral de todos os micaelenses, que muito instaram pela sua vinda para S. Miguel. Vários documentos que publicamos no *Apenso* confirmam esta asserção e revelam a respeitosa consideração que lhe tributavam os seus conterrâneos de todas as classes. A fama da sua prudência e do seu saber, que, ficando na tradição oral, foi recolhida um século depois por Monte Alverne e Cordeiro, condiz com alguns documentos que no-lo mostram consultado, escutado e venerado pelas autoridades eclesiásticas e pelos homens da governança, que em casos melindrosos se socorriam do seu conselho e da sua experiência.

Assim, vemos a confiança que ao prelado inspiravam os seus juízos de consumado teólogo, quando em 1585 o Bispo D. Manoel de Gouveia ordena que o Dr. Frutuoso, com o ouvidor Dr. Bernardo Leite de Sequeira, façam um novo sumário da vida e virtudes da Venerável Margarida de Chaves (de quem Frutuoso fora director espiritual), para instruir o processo da sua pretendida beatificação, como conta Monte Alverne no capítulo 38.º das suas *Crónicas* ([45]). Pressentimos a preeminência dos seus méritos quando, simples pároco de uma vila, o vemos em destaque na trasladação dos ossos dessa Venerável, cerimónia que em 1587 revestiu desusada imponência na Matriz de Ponta Delgada e para a qual Frutuoso foi especialmente convocado pelo chantre e vigário geral do bispado, o Licd.º Simão Fernandes de Cáceres, pegando a uma vara do pálio sob que iam as cinzas da Venerável, em companhia do Conde donatário D. Rui Gonçalves da Câmara, de D. Francisco, seu filho, do Juiz de Fora Dr. Gil Eanes da Silveira, do afamado Capitão Alexandre e do Sargento-mor António de Oliveira

(Monte Alverne, *Crónicas,* cap.º 38.º — Documento n.º 2 do *Apenso).* Nesta mesma ocasião admiramos a sua humilde modéstia, quando ao descrever esta cerimónia no capítulo 95.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra,* nomeia as cinco altas personagens que com ele pegaram às varas do pálio, e esconde-se na sexta sob a designação anónima de *um sacerdote.*

Calcula-se o valor do seu espírito metódico e a sua prática em assuntos do foro eclesiástico, quando o encontramos em 1587 visitador, pelo Bispo D. Manoel de Gouveia, do mosteiro de Santo André de Ponta Delgada, e que para a aceitação e cumprimento das bulas pontifícias da sua criação, na comissão feita a 8 de Maio desse ano ao vigário geral Licd.º Cáceres, o Dr. Frutuoso é escolhido pelo prelado para acompanhar o dito Cáceres na execução das bulas e em tudo o mais que fosse necessário prover (Documento n.º 5 do *Apenso).* Ainda nas coisas deste convento, conhecemos o seu mérito e probidade, quando o encontramos interferindo na eleição dos cargos da comunidade, presidida pelo vigário-geral em 17 de Junho de 1587, e procedendo à visitação e verificação de contas que, por ordem do Bispo, Frutuoso fez nesse ano ao síndico ou feitor do mosteiro, Baltazar Gonçalves (Documentos n.º 6, 7 e 8 do *Apenso).* Numa revisão de contas tomadas no mesmo ano ao dito Baltazar Gonçalves pelo Licd.º Cáceres, temos ocasião de apreciar a ponderação das suas decisões, quando vemos que àquele se recomenda que — *«nas coisas graves e que hão mister maduro conselho»* — quando se não possa recorrer à consulta do prelado diocesano, se tome o parecer do Dr. Gaspar Frutuoso e o do ouvidor eclesiástico, (Documento n.º 9 do *Apenso).*

Manifesta-se a autoridade do seu voto, com que a Câmara da Ribeira Grande se quis escudar, quando em sessão de 19 de Abril de 1578 convocou as pessoas da governança da vila (entre elas seu irmão Frutuoso Dias) para deliberarem sobre o partido médico a criar para o Dr. Gaspar Gonçalves (o amigo e condiscípulo de Frutuoso, atrás referido), e sobre outras necessidades públicas, cujo provimento era urgente impetrar de El-rei (Documento n.º 4 do *Apenso);* note-se que o assento ou acta desta sessão dá a entender que a assistência do Dr. Frutuoso foi especialmente solicitada, decerto para valorizar superiormente a justiça dos apelos da Câmara.

Para as notícias biográficas de Cordeiro e Monte Alverne remetemos o leitor no que respeita às suas virtudes sacerdotais, ao zelo com que cumpria a sua missão de pastor de almas e à correlativa influência que teve na moralização dos costumes dos seus fregueses, que, como diz Monte Alverne — *«em vez de Frutuoso chamavam-no Dr. Gaspar Virtuoso»* (Documento n.º 1 *do Apenso).*

O documento n.º 10 *do Apenso,* mostra a rigidez da sua ortodoxia de padre católico e a rispidez que punha na observância da doutrina e na pureza da fé, mandando um seu paroquiano a Lisboa confessar na Inquisição os seus erros de judaizante.

A isenção e independência do seu carácter, qualidades, então, muito perigosas de manifestar contra os poderosos, estão patentes na significativa resposta que uma vez deu ao capitão-donatário D. Manoel da Câmara e a seu filho D. Rodrigo, primeiro Conde de Vila Franca; Monte Alverne conta que, tendo-se oposto Frutuoso do púlpito à saída de trigo para Lisboa, pela muita falta que dele havia na ilha, aquelas altas personagens o ameaçaram com as ordens do Cardeal ([46]), ao que Frutuoso respondeu que *«para cardeais, para donatários e para condes também havia inferno»,* (Documento n.º I do *Apenso).*

Para o fim da vida, entre 1586 e 1590, com mais de 64 anos de idade, é que Frutuoso se aplica ao aperfeiçoamento e redacção da sua obra, as *Saudades da Terra* ([47]).

O plano estaria preconcebido de há muito e certamente em esquemas e apontamentos; mas é este o período de mais intenso trabalho, sobretudo no que respeita à ilha de S. Miguel, cuja descrição e história ocupam os 113 capítulos do Livro 4.º. No final do capítulo 13.º desse Livro, explicitamente diz *«nesta era de 1587»;* — mas é mister admitir que a composição dos três livros anteriores lhe ocupou pelo menos o ano de 1586. Contudo, o Livro 3.º, de Santa Maria, foi começado em 1582 ou antes, porque no capítulo 8.º, referindo-se a uma vinha em S. Lourenço que pertenceu a Belchior Homem, diz — *«cuja agora é»* — e sabe-se que o dito Belchior morreu em 1582 ([48]); porém em 1589 era este mesmo Livro acrescentado, porque nele se contém o capítulo 21.º que narra a entrada dos corsários ingleses, sucedida em 1589 ([49]). No fim do capítulo 49.º do Livro 4.º há uma referência no pretérito à enchente das Furnas de 7 de Outubro de 1588; se não foi acrescentada posteriormente, somos forçados a concluir que a composição dos 36 capítulos que medeiam entre o 13.º e o 49.º, lhe absorveu o trabalho de um ano ou mais. É certo que nesse mesmo ano de 1588, escrevia ele o capítulo 52.º, onde diz —

«daí por diante até este ano de 1588» — e logo no capítulo imediato, há uma relação da valia anual do trigo em S. Miguel, desde 1513 até 1589, ano que deve ter sido aditado depois de escrito o capítulo em 1588; também deve ter sido acrescentada a referência ao preço do vinho da Madeira no capítulo 56.º do mesmo Livro, em que diz ter subido — *«até 80 reis como valeu no ano de 1589»* —; isto porque no capítulo 58.º seguinte, torna a indicar como presente o ano de 1588, dizendo — *«até esta era de 1588».*

Em 1590 ainda escrevia ou retocava este Livro 4.º, como se depreende do capítulo 96.º, quando diz que o donatário D. Rui Gonçalves da Câmara — *«é nesta era de 1590 de 57 anos e já pinta de bra*nco» —; mais adiante, falando da filha D. Juliana, repete — *«nesta era* de *159*0». — Também no capítulo 111.º, referindo-se à guerra de Malta, diz que foi sucedida — *«há 25 anos desta era de 1590».*

Vê-se, pois, que até à sua morte no ano imediato de 1591, Frutuoso trabalhou com afinco nas *Saudades da Terra. As Saudades do Céu* que ficaram incompletas e seguem as *da Terra,* diz o Dr. Ernesto do Canto, que compulsou o manuscrito original, serem de factura anterior, porque a sua caligrafia primorosa, miúda e compacta, indica terem sido escritas com mão firme e quando o autor gozava de boa vista ([50]).

Gaspar Frutuoso deve ter percorrido, se não todas, algumas ilhas dos Açores; há nas *Saudades da Terra* descrições de sítios, pormenores e particularidades que são manifestamente filhas da observação directa. Como exemplo típico, veja-se no capítulo 8.º do Livro 3.º a descrição da furna do ilhéu de S. Lourenço em Santa Maria, que só *de visu* pode ter sido redigida.

Quando realizou Frutuoso as viagens de estudo e preparação para o seu trabalho histórico e descritivo? Nada o indica com precisão; mas talvez nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 1573, em que esteve ausente da sua paróquia, como certifica o Padre Manuel Tavares no termo de casamento que lavrou em 22 de Junho desse ano (Documento n.º 20 do *Apenso),* no respectivo Livro 1.º, onde só em 7 de Outubro seguinte reaparece a letra e assinatura de Frutuoso, ininterruptamente até 23 de Outubro de 1580; talvez depois desta data, que é quando ele cessa o serviço do registo dos termos de casamentos, não havendo mais nenhum por ele escrito; todavia, nos livros de batismos alguns termos aparecem com a sua letra e assinatura nesse ano e nos seguintes até à morte. Em 1580, dois, a 6 de Abril e 23 de Outubro. Em 1581 apenas um a 12 de Janeiro, e só em 15 de Agosto de 1582 aparece outro seu. De Setembro de 1583 a Novembro de 1584 há termos que mostram a sua permanência na Ribeira Grande em quase todos os meses. De 1585 a 1589, período em que, como já vimos, esteve mais absorvido com o trabalho das *Saudades da Terra,* só há um termo em cada um dos anos de 85, 86 e 87, dois no de 88, e três no de 89. Em 1590 há seis termos por ele registados em Março, Abril e Junho, e em 1591, ano em que faleceu, cinco, em Fevereiro e Março.

Por este breve exame vemos que há um período de 19 meses, de 12 de Janeiro de 1581 a 15 de Agosto de 1582, em que se pode presumir uma ausência de Frutuoso fora da Ribeira Grande, determinada talvez pela necessidade de percorrer com demora algumas ilhas dos Açores, em busca de elementos para a sua obra, se é que com 60 anos de idade e achacado de cólicas, como diz Cordeiro, se arriscou a empreender a incómoda viagem das ilhas nas embarcações da época.

Acrescentaremos ainda que a descrição desta ilha de S. Miguel é tão pormenorizada, os relevos do terreno, o recorte das costas, as ravinas, as grotas e a paisagem tão minuciosamente pintadas, que não pode haver dúvida que a percorreu toda, anotando vagarosamente a sua miúda topografia e a sua curiosa toponímia.

Em 1 de Maio de 1585 foi passado um alvará régio de acrescentamento da côngrua do Dr. Frutuoso, com mais cinco mil réis anuais ([51]), além dos dez mil réis e quatro moios de trigo que primitivamente lhe foram fixados pelo alvará de 19 de Junho de 1565 ([52]). Esta côngrua era a de pregador, porque pela de vigário vencia ele 32.400 réis e dois moios de trigo em cada ano ([53]). Pelo cargo de vigário, Frutuoso venceu esta importância até morrer, como se vê da visita do Bispo D. Manoel de Gouveia à Matriz da Ribeira Grande em 1591, começada dias antes do falecimento do Dr. Frutuoso em 24 de Agosto desse ano (Documento n.º 11 *do Apenso).* No arrazoado do Bispo se demonstra a exiguidade da côngrua, atendendo aos encargos que pesavam sobre o Dr. Frutuoso, visto que, tendo todos os outros vigários do bispado 30.000 réis de ordenado, apenas com as obrigações da missa aos domingos e dias santificados, a administração dos sacramentos e ensino da doutrina ao povo, a este da Ribeira Grande

impendiam mais as obrigações das missas dos Fiéis de Deus e das missas do Infante D. Henrique, aos sábados; pelo que o Bispo visitador opina que se eleve para 40.000 réis o ordenado anual de vigário ao Dr. Frutuoso, e mais 4.000 réis pela capela dos Fiéis de Deus e 3.000 réis pela do Infante. Nesta altura do relato da visita estão riscadas de modo a não poderem ler-se umas linhas que respeitavam a Frutuoso, como diz uma nota à margem, que reza assim: — *Riscaram-se estas nove regras porque antes de se publicar este livro faleceu o Dr. Gaspar Frutuoso».* — Seria censura do Bispo ao abandono a que parece Frutuoso ter votado, nos últimos anos, o serviço do registo paroquial?

Se fosse qualquer nota de louvor ou recomendação que não envolvesse censura ou repreensão, não haveria necessidade de a riscar, de maneira tão perfeita, que é impossível lê-la.

Por este documento também se vê que a vila da Ribeira Grande era a mais populosa do bispado e portanto a de maior trabalho para o vigário, pois tinha 465 fogos e 2.658 almas de confissão, só na freguesia Matriz, já separada da de Ribeira Seca, criada por 1576 ([54]).

Viveu pois Frutuoso com o modesto ordenado anual de 47.400 réis em dinheiro e seis moios de trigo, computados em 19.800 réis, segundo a avaliação do Bispo no termo da visita de que tratamos. Com tão parcos proventos conseguiu juntar uma importante livraria de mais de 400 volumes ([55]), certamente iniciada em estudante, enriquecida depois em Bragança quando dispunha de maiores recursos, mas continuada aqui, como indicam algumas passagens das *Saudades da Terra;* assim, por exemplo: no capítulo 68.º do Livro 4.º, rectifica uma referência feita por Damião de Gois na «Crónica de El-rei D. Manuel», cap. 3.º da 3.ª parte, impressa pela primeira vez em 1567, portanto já depois da vinda de Frutuoso para S. Miguel em 1565, donde não consta ter voltado ao continente. Esta 3.ª parte da «Crónica», te-la-ia adquirido pelo preço fabuloso que, então, custavam os livros de primorosa edição como era esse. O referi-la na sua obra mostra que estava em dia com as mais recentes novidades literárias do seu tempo, em cuja aquisição despenderia grande parte dos seus vencimentos, que outra riqueza não tinha, porque dos inúmeros documentos dos séculos XVI e XVII vistos e extractados pelo Dr. Ernesto do Canto (escrituras, testamentos, processos orfanológicos e cíveis) em cadernos que se guardam na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, e de muitos outros por nós manuseados, não consta ter Frutuoso possuído nenhum prédio urbano ou rústico. Destes proventos ainda esmolava com desusada prodigalidade os pobres da sua freguesia, como acentuam os biógrafos em frisantes exemplos.

Morreu de 69 para 70 anos de idade, com 37 de presbítero e 26 de vigário da Ribeira Grande, em 24 de Agosto de 1591, tendo dito missa na sua igreja ainda nesse dia, como afirmam Monte Alverne e Cordeiro, e também nos dá a perceber o respectivo termo de óbito (Documento n.º 16 do *Apenso),* em que se declara não ter feito testamento — *«por Nosso Senhor o chamar de pressa e não ter tempo»;* — parece que o seu estado adoentado, de que dá notícia Cordeiro, o não impedia de andar de pé e cumprir os deveres de pároco. A morte, contudo, não foi repentina, porque recebeu os sacramentos.

As últimas disposições devem ter sido verbais e por elas recomendaria a entrega da sua livraria e dos seus manuscritos aos padres do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada, onde até à sua extinção em 1760 se guardou o original das *Saudades da Terra*.

O Bispo D. Manoel de Gouveia, estando então em visita na Ribeira Grande, como já vimos, mandou que o Dr. Frutuoso fosse sepultado na capela-mor da sua igreja, acima dos primeiros degraus, quase defronte do altar-mor, com uma lápide em que se gravou o seguinte epitáfio: - «*Aqui jaz o Dr. Gaspar Fructuoso que foi Vigário e Pregador desta Igreja vere Varão Apostolico insigne em letras e virtudes*» ([56]).

Ao seu enterramento compareceu o auto da Misericórdia de Ponta Delgada, de que era irmão, como está anotado no «Livro da Receita e Despesa de 1591-1592» do arquivo da mesma Misericórdia, (que contém uma relação «dos defunctos que neste ano enterrou o auto»), pela forma seguinte: — *«a 24 de Agosto de 1591 o Doutor Gaspar Fructuoso irmão da Casa».* No livro 1.º da Irmandade da Misericórdia está o seu nome inscrito duas vezes, ambas com a designação de doutor, a fls. 16 verso e 17 verso, sem indício da data da admissão. Também era irmão da confraria de S. Pedro da Ribeira Grande e de outras irmandades que sufragaram a sua alma com muitos ofícios e missas, como refere o termo de óbito.

Em 3 de Setembro de 1866 fez-se a exumação das cinzas do Dr. Gaspar Frutuoso, que depois de recolhidas da sua sepultura numa urna de madeira, foram trasladadas para o cemitério da vila da Ribeira Grande, precedendo deliberação camarária conforme o documento n.º 12 do Apenso. Sobre o local em que repousam esses restos, erigiu-se um pequeno mausoléu, em que está escrito o seguinte: — *«Aqui jazem as cinzas do Revd.º Gaspar Fructuoso, historiador das ilhas dos Açores e doutor graduado em philosophia e theologia pela Universidade de Salamanca, o qual nasceu na cidade de Ponta Delgada em 1522 e faleceu nesta Villa em 24 de Agosto de 1591. Tendo recusado o bispado de Angra que em seu favor quizera resignar o ex.mo Bispo D. Manoel de Almada, preferiu à mitra a vigararia da Matriz desta Villa, que serviu por 40 anos. A Camara Municipal deste concelho a expensas do município e coadjuvada pelos donativos de alguns michaelenses, mandou erigir este monumento à memoria de varão tão insigne em letras e em virtudes, 1867»*.

Como se viu do que atrás ficou exposto, este epitáfio contém algumas inexactidões biográficas. Os nomes dos subscritores que auxiliaram a Câmara da Ribeira Grande na aquisição do mausoléu constam de pág. VII da edição dos primeiros 36 capítulos do Livro 4.º das *Saudades da Terra*, feita em Ponta Delgada no ano de 1876 por F. M. Supico e J. P. Cardoso. Aí oferecem os editores várias razões para prova de que as cinzas exumadas da Matriz para o cemitério da Ribeira Grande são realmente as do Dr. Gaspar Frutuoso. No entanto, suscitam-se dúvidas à vista da seguinte nota contida no tomo 4.º das «Variedades Açorianas» de José de Torres, a pág. 180 a 181, verso ([57]): — «De um exemplar da História Insulana do Padre António Cordeiro, que pertenceu ao Revd.º Vigário da Fajã de Baixo, o Dr. Manuel de Andrade Albuquerque Bettencourt, morto em 1848, e que depois dele é de meu tio o Revd.º Padre M. José Joaquim Borges, trasladei as seguintes notas marginais escritas a tinta, hoje quasi ininteligíveis, e que foram porventura feitas no ano de 1787: — L.º 2.º, cap. 2.º, § 22.º; sobre o Dr. Gaspar Frutuoso: - *«Faleceu em 24 de Agosto de 1591 de 69 para 70 anos. Tomou posse da Igreja em 15 de Agosto de 1565; consta de um seu livro 1.º de casados, fol. 28. Serviu de vigário 26 anos e 9 dias. A sepultura é logo acima do arco da capela-mor da parte do Evangelho, defronte da primeira cadeira do coro, que se viu o seu letreiro em 21 de Janeiro de 1788, quando quis assoalhar de novo a mesma capela, o vigário Pereira de Sá. Em correspondência desta sepultura, da parte da Epístola, está a campa do vigário e pregador da mesma igreja, o Licd.º Francisco Afonso de Chaves e Melo, que faleceu em 1613, mas mandando eu abrir as duas sepulturas, achei serem pedreiras e que as campas se tinham mudado e só conservavam os letreiros. De Janeiro, 22 de 1788. Pregador e vigário, Nicolau de Sousa Pereira Sá»*.

Pelos dizeres desta nota parece que em 1788 já nenhuns restos mortais existiam sob a lápide que com letreiro cobria a campa do Dr. Gaspar Frutuoso. Não há razão para supormos falsidade no que anotou o vigário Pereira de Sá; mas pode ter havido uma ilação errónea, porquanto dizendo não ter encontrado restos mortais no sítio preciso que a lápide cobria, não assevera contudo ter explorado o terreno em redor da sepultura. Isto porque pessoa fidedigna, que em 1866 assistiu à exumação, assegurou-nos que as cinzas trasladadas para o cemitério da Ribeira Grande, não estavam exactamente sob a pedra da campa, mas sim numa escavação lateral, parecendo que a lápide fora colocada tempos depois do encerramento do Dr. Frutuoso, sem cobrir com exactidão a cova ou escavação. Efectivamente, a colocação da lápide não deve ter sido imediata à inumação do corpo, medeando entre uma e outra o tempo necessário para o trabalho de gravura do epitáfio. Quando pronta, seria imprecisamente posta no local aproximado da sepultura, sem esmeros de exactidão. E é de notar que as sepulturas no altar-mor não seriam muitas, porque o sítio era reservado para pessoas de categoria, especialmente eclesiásticos de distinção; tanto assim que o vigário Pereira de Sá, descobrindo o soalho da capela-mor, só dá notícia de duas, a do vigário Chaves e Melo e a do Dr. Gaspar Frutuoso.

Estas considerações, se não destroem por completo as dúvidas suscitadas pela anotação do vigário Pereira de Sá, fortalecem, contudo, a hipótese de serem realmente do primeiro cronista insulano as cinzas que repousam sob o mausoléu erigido à sua memória.

III

O HUMANISTA, O HISTORIADOR E O VALOR DA SUA OBRA

Para estudarmos o alto espírito do homem eminente cuja biografia nos arriscamos a esboçar, parece-nos conveniente traçar um ligeiro quadro do meio em que nasceu e em que evoluíram e se formaram as suas faculdades. É o da vida das primeiras gerações micaelenses.

A colonização dos Açores, principiada em meados do século XV, teve diferente desenvolvimento nas diversas ilhas, mas só se intensificou por 1470 a 1480 nas dos grupos oriental e central. Enquanto a ilha de Santa Maria, a primeira habitada, atraía a emigração continental, o povoamento da de S. Miguel correu resumido e vagaroso até ao tempo do terceiro donatário Rui Gonçalves da Câmara, primeiro do nome, que requerendo à Infanta D. Beatriz (como tutora de seu filho, o duque de Vizeu, alto donatário dos Açores), a confirmação da compra da donataria de S. Miguel, que fizera a João Soares de Albergaria, se propõe *povoá-la e aproveitá-la,* como declara a respectiva carta de 10 de Março de 1474 ([58]); aí diz a Infanta: — *«que a dita ilha dês o começo de sua povoação até o presente é mui mal aproveitada e pouco povoada»*; e mais adiante acrescenta: - *«que havendo respeito à disposição do dito Rui Gonçalves que por todas as razões é muito bem disposto para fazer povoar a dita ilha»*, etc. — confirma a compra e regula a sucessão da donataria. Mas não temos só este indício: da leitura do Livro 4.º *das Saudades da Terra,* vê-se que efectivamente foi este terceiro donatário, o primeiro da família dos Câmaras, quem promoveu a colonização da ilha, operou a repartição das terras, impulsionou a sua cultura e o estabelecimento dos primeiros centros de população. O autor, no capítulo 66.º do mesmo Livro, expressamente diz que foi ele quem veio povoar esta ilha, que até então *era quase erma.*

Data portanto de 1474 ou 1475 o povoamento metódico de S. Miguel e a sua organização colonial, como sociedade jurídica e de privilégios municipais. Meio século depois, pouco menos, ao nascer Frutuoso em 1522, o incremento da população era relativamente importante: havia seis vilas, Ponta Delgada, Vila Franca, Ribeira Grande, Nordeste, Lagoa e Água de Pau, com dezasseis freguesias ([59]); a população de Vila Franca, então capital da ilha, era tal, que sendo subvertida nesse ano de 1522, consta terem perecido na catástrofe quatro a cinco mil pessoas, ainda que, é mister observar, este número, como exagerado, foi posto em dúvida por Frutuoso.

Com o aumento dos habitantes desenvolvera-se a agricultura, estando já os terrenos quase todos repartidos em *dadas* ou *sesmarias,* e iniciara-se a vida cívica em torno dos municípios e das misericórdias. Mas, a par destes progressos materiais, temos todos os indícios de que a cultura moral e mental desta sociedade embrionária estava atrasadíssima, vivendo os habitantes com a única preocupação do arroteamento dos terrenos virgens, sem clero suficiente para a educação do povo, sem escolas e sem conventos onde se ministrasse instrução, com um comércio rudimentar, ainda sem exportação intensiva e quase sem navegação, portanto com raras comunicações com o continente europeu. A terra produzia muito; vivia-se na abundância e no isolamento, uma vida farta e rotineira.

O atraso, a ignorância e penúria de espírito, em que jaziam estas populações, são testemunhados pelo Bispo D. Agostinho Ribeiro, quando ainda vigário do Corvo, pouco antes de 1521 ([60]). O desregramento e pouca moralização do povo micaelense, filhos da fartura em que vivia, estão notados no capítulo 69.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra,* que precede a narrativa da catástrofe de Vila Franca, impressionante sucesso que foi tido como mandado de Deus para castigo da destemperança dos costumes. O abandono a que a corte portuguesa e o governo central votavam esta ilha e em geral todos os negócios dos Açores ficou abundantemente revelado em numerosos documentos recolhidos no *Archivo dos Açores,* versando conflitos entre autoridades, queixas dos povos e dos municípios contra as imprecisas jurisdições temporais e espirituais, e frequentes desordens e abusos de poder, para que se imploravam providências que tarde ou nunca chegavam dos governantes.

Este estado de coisas encontra-se bem exemplificado em dois documentos publicados no 1.º volume do *Archivo dos Açores* (pág. 107 a 115), um de 1511 e o outro de 1515; apesar de escritos com quatro anos de intervalo, ambos se queixam das mesmas desordens, acusam pelos mesmos factos as mesmas autoridades e referem-se aos mesmos conflitos.

Para completarmos o quadro da vida de então em S. Miguel e decerto nas demais ilhas dos Açores, notaremos que, sendo a agricultura a única ou quase única ocupação de todos os habitantes, a identidade de profissão formava de todos eles uma só classe; a vida era igualitária e de trabalho para todos, não havendo ainda castas ociosas e de luxo, nem aquela acentuada distinção de classes sociais, que só na segunda metade do século XVI principia a estabelecer-se com a formação das casas vinculares.

E muito embora as ascendências de alguns dos primitivos colonos sejam fidalgas e nobiliárquicas, Frutuoso em diversas passagens da sua obra, mostra-os, a eles ou a seus filhos, nos trabalhos árduos e plebeus da lavoura, rudes no trato, fragueiros, derrubando árvores, matando reses, conduzindo carros e carregando aos ombros pesadas cargas, sem embargo de os podermos considerar como os aristocratas do primeiro quartel do século XVI pelos títulos e distinções que possuíam, ou pelos cargos que desempenhavam, porque muitos eram cavaleiros de ordens militares, escudeiros, juízes, vereadores, etc.

Eis o meio em que nasceu o nosso historiador Gaspar Frutuoso e onde parece ter vivido até à sua ida para Salamanca em 1548, ou, talvez, pouco antes. Contudo, é nesse decurso de cerca de trinta anos que mais profundamente se modifica a vida micaelense. De 1520 a 1550 a mutação é radical: alarga-se a cultura da terra, fundam-se as indústrias de transformação dos produtos agrícolas, como a do açúcar e a do pastel, e a minéria da pedra-hume, que já exigem inteligência, engenho e técnica; desenvolve-se o comércio de exportação, sobretudo do trigo e do pastel, estreitando as relações com Portugal e o estrangeiro, pela frequência da navegação; aparece o trato mercantil com a vinda de muitos mercadores portugueses, ingleses, franceses e flamengos; alguns cristãos-novos, acossados pela perseguição do Santo Ofício, refugiam-se aqui, trazendo capital com que fundam casas de negócio e alargam a circulação monetária; triplica o preço dos géneros, induzindo-se este aumento dos valores do moio de trigo entre 1520 e 1550; começa a desenvolver-se a instrução com a abertura de aulas de gramática e latim, com o estabelecimento dos primeiros conventos de franciscanos; multiplica-se o clero secular que por dever do múnus paroquial é obrigado a ensinar, pregar e moralizar o povo; saem para as Universidades alguns estudantes, entre eles Frutuoso; cresce a construção urbana, tanto a civil como a religiosa e militar; progride a vida cívica e delimitam-se as jurisdições das diversas autoridades e tribunais; começa a organizar-se a defesa territorial com a criação das milícias e a fortificação das ilhas; melhora, enfim, a educação moral do povo e acentua-se o sentimento religioso.

O leitor compenetrar-se-á da exactidão deste quadro, percorrendo com atenção as narrativas das *Saudades da Terra,* mormente as do Livro 4.º, e a abundante documentação entesourada pelo Dr. Ernesto do Canto nos doze primeiros volumes do *Archivo dos Açores;* estes dois elementos de imperecível valor para a história dos Açores (ainda por fazer, sequer por esboçar), mostram de uma forma indirecta, mas flagrante, que o período evolutivo que coincide com os primeiros cinco lustres da existência de Frutuoso representa para os habitantes de S. Miguel, e em geral para os açorianos, uma época de transição e de elaboração da sua actividade e da sua mentalidade, como reflexo esbatido do movimento intelectual da Renascença portuguesa, então em plena florescência.

É neste período de renascimento e fecunda actividade científica, artística e literária da Península que Frutuoso sai do meio que acabamos de descrever, propício a empreendimentos e estimulante das inteligências como a sua, e entra como estudante em Salamanca, ambiente erudito, em cuja Universidade se operara uma funda reforma nos cursos das suas disciplinas, talvez uma revolução nas ideias, nos programas e métodos de ensino, com a remodelação do plano de estudos feita nos estatutos de 1538, e a regência das cadeiras das suas faculdades por uma plêiade de homens ilustres que ali professaram na primeira metade do século XVI, trazendo à Escola um esplendor que fez de Salamanca uma cidade puramente universitária, celebrada entre a intelectualidade do tempo com o nome de *Atenas Espanhola.*

Ali acorriam sábios, artistas e personagens de distinção de toda a Europa latina; ali iam escolher professores outras Universidades nacionais e estrangeiras, entre elas a de Coimbra, que tantos esforços empregou para alcançar como seu catedrático o de prima de cânones de

Salamanca, Martim de Azpilcueta, célebre jurisconsulto espanhol, apelidado — o doutor Navarro — a quem Frutuoso cita, mas de quem já não chegou a ser discípulo, porque em 1538, a convite instante de D. João III, foi Azpilcueta reger uma cadeira na Universidade de Coimbra, com rija oposição da de Salamanca.

O Dr. Navarro ocupou cargos eminentes em Espanha e em Roma, e foi conselheiro íntimo de Carlos V, de Filipe 11 e do Papa Gregório XIII, sem embargo de ser um avançado em direito político, pois defendeu em público, logo depois da sangrenta repressão da revolta dos *comuneros,* o princípio da soberania nacional, na seguinte proposição que tanto o celebrizou: — *«Regnum non est regis, sed communitatis; et ipsa regia potestas jure naturali est ipsius communitatis et non regis; ob idque non potest communitas ab se illam abdicare»,* ([61]).

Dentre os mestres afamados que com Azpilcueta professaram por essa época em Salamanca (de cujos merecimentos dá larga notícia o Sr. Enrique Esperabé Arteaga, na sua «Historia de la Universidad de Salamanca», tomo II, *passim),* destacam-se:

Frei Melchior Cano, Bispo das Canárias e escritor de extraordinária erudição; o doutíssimo português Pedro Margalho, a quem D. João III com frequência consultava e que também conseguiu transferir da Universidade de Salamanca para a de Coimbra, onde foi lente de prima de teologia, depois professor do Infante D. Afonso (irmão de D. João III), e autor de várias obras impressas, entre elas um compêndio de física; e o sábio Frei Francisco de Vitória, aluno da Universidade de Paris, principal reformador dos estudos de humanidades nos estatutos de 1538, os primeiros que a Universidade elaborou em claustro pleno, porque antes deles regia-se pelas Constituições que lhe outorgara no século XV o Papa Martinho V.

Nesses estatutos, bem como nos imediatos de 1561, são patentes as tendências progressivas do século XVI e a influência renovadora dos homens de superior cultura que regiam a escola salamantina, centro docente donde anualmente saíam médicos, teólogos, filósofos, jurisconsultos e matemáticos de renome.

A população escolar era numerosíssima; a vida da cidade e dos seus habitantes girava em torno da Universidade, dos incidentes das aulas, do cerimonial dos graus e das festas dos estudantes; o próprio tempo era regulado pelo relógio universitário.

Neste meio entrou Frutuoso por 1548 e já vimos que teve por mestre e afeiçoado patrono o insigne Frei Domingos de Soto, que professava em Salamanca desde 1532, em cuja cátedra de prima de teologia sucedeu a Frei Melchior Cano; fora discípulo das Universidades de Paris e de Alcalá, e representou a de Salamanca no concílio de Trento, por mandado de Carlos V, de quem era confessor; foi ali nomeado redactor das decisões e decretos do concílio, tal era a sua autoridade de jurisconsulto. Morreu em 1560, talvez a 15 de Novembro, porque nesse dia se reuniu o claustro para declarar vaga a cátedra de prima de teologia que professava.

Outro emérito professor de Frutuoso foi o catedrático Martim Vicente, mestre em artes, em filosofia e em teologia, que a 9 de Fevereiro de 1558 encontramos presidindo ao acto do seu bacharelamento em teologia, como mostra a respectiva carta a pág. 407 do 1.º volume *do Archivo dos Açores.* Martim Vicente foi discípulo da Universidade de Saragoça e veio para a de Salamanca em 1542 como catedrático de uma cursatória de artes; em 1557 foi eleito catedrático de prima de lógica, que regeu até ao seu falecimento em 1561.

Ainda outro professor nos aparece no documento n.º 3 do *Apenso,* pagando a propina de um real e dois maravedis em 7 de Maio de 1549, pelo grau de bacharel em artes conferido a Frutuoso. É o mestre João Gil de Nava, que o referido documento nomeia João Gil de *Mata,* talvez por má leitura, pois que a citada «História de la Universidad de Salamanca», a pág. 354 do tomo II, chama-o João Gil de Nava, dizendo que assim figura na *História del Colegio de San Bartolomé,* e que foi catedrático de artes de 1536 a 1538, de vésperas de lógica em 1540, e de filosofia moral no ano seguinte, por morte de Frei Alonso de Córdova. Em 1549 era catedrático de vésperas de teologia, que regeu até falecer em 1551.

Frutuoso teve muitos condiscípulos notáveis nas letras e nas ciências; distinguiremos o afamado escritor Frei Luiz de Leon, que nesta Universidade se graduou em teologia em 1560 e nela professou até à sua morte em 1591. Foi um dos mestres que mais brilho deu à Universidade salamantina, onde lhe erigiram uma estátua de bronze, na praça dos Estudos.

Cristobal de Madrigal foi outro distintíssimo condiscípulo de Frutuoso, a cujo acto de bacharelamento assistiu, ainda estudante, como consta da já citada carta. Foi vice-reitor do

Colégio de Trilingue e emérito professor da cadeira de hebreu, que estivera vaga por falta de mestre idóneo, desde 1508 até 1561, ano em que reabriu sob a regência proficiente do Dr. Madrigal. Este notável professor era presbítero e nascera em Salamanca, onde faleceu em 1592.

Os estatutos de 1538, que vigoravam quando Frutuoso cursou a Universidade, estabeleciam que para o grau de bacharel eram necessários três cursos inteiros de *súmulas, lógica e filosofia,* em três anos distintos, com a duração de seis meses em cada curso, de modo que decorressem dois anos e meio entre o começo do primeiro curso e o acto de bacharel em artes; só depois de obtido este grau é que passava o estudante aos cursos das outras faculdades, para nelas se bacharelar.

Já vimos que Frutuoso se bacharelou em artes em 1549, parecendo pela disposição estatutária dever ter cursado as respectivas disciplinas preparatórias durante dois anos e meio, do que não há registo na Universidade. A sua aplicação aos estudos da Faculdade de Teologia data de 1553 e continua até 1558, ano em que se bacharelou, podendo contar-se-lhe um período de nove ou dez anos de estudos superiores e, com certeza, cinco de permanência em Salamanca, visto presumir-se uma interrupção de frequência de 1549 a 1553, que já atrás notamos.

Este longo trato escolar fez de Frutuoso um estudioso durante toda a sua vida, com entranhado amor aos livros, às letras e à investigação histórica e científica.

Além das sumidades com quem conviveu no meio universitário, Frutuoso cultivou relações muito íntimas com os Jesuítas, tanto em Salamanca, onde se deu com o Padre Miguel de Torres, como depois em Bragança, onde conheceu o Padre Rui Vicente, dois vultos de nomeada da Companhia, como já atrás frisámos.

Ambos os biógrafos, Monte Alverne e Cordeiro, dizem ter Frutuoso leccionado no Colégio de Bragança, de que era reitor o Padre Rui Vicente. Cordeiro, que era jesuíta, insiste laudatoriamente na simpatia de Frutuoso pela Companhia, dizendo que a fundação do Colégio de Ponta Delgada se lhe deve, bem como à sua confessada, a Beata Margarida de Chaves ([62]). Não esqueçamos que os Jesuítas constituíam, então, uma aristocracia intelectual de recentíssima formação, conservando ainda toda a pureza de princípios e correlativa conformidade de actos que lhes impunha a sua instituição, qualidades que depois lhes foram tão violentamente contestadas e, ainda hoje, tão apaixonadamente discutidas.

Vejamos agora qual fosse a alimentação do espírito de Frutuoso e a sua convivência com as obras científicas e literárias mais em voga no seu tempo.

Se não conheceu pessoalmente o escritor e filólogo espanhol Aleixo de Vañegas, que em 1540 publicou em Toledo o mais afamado dos seus livros — *«Diferencia de libros que hay en el Universo»* — reeditado em Salamanca em 1572, deve ter feito repetidas leituras das suas obras, pois é através delas que trata de diversos assuntos de geografia e ciências naturais, revelando estar muito familiarizado com este autor, que talvez tivesse sido adotado como expositor na Universidade de Salamanca. Aleixo de Vañegas era tido como suma autoridade nas línguas grega, latina e castelhana, mas nunca Frutuoso o cita como filólogo, mostrando, contudo, consultá-lo permanentemente em outros assuntos.

Pelo título de um dos capítulos do enigmático Livro 5.º das *Saudades da Terra,* parece ter travado conhecimento com a poesia, então revolucionária, dos célebres inovadores João de Boscan e Garcilasso de La Vega, ambos unidos por íntima amizade e pela escola literária que iniciaram, porque foram os introdutores do metro hendecassílabo e do gosto italiano na literatura poética da sua pátria, e, como tal, guerreados pelos tradicionalistas da poesia espanhola. O título a que nos referimos é o do capítulo 15.º, que diz assim: — *«Como indo ter Philidor ao bosque de Buscão* (o Dr. Ernesto do Canto leu erradamente — *de Bulcão* — que não faz sentido) *onde tambem estava embuscado Garcilasso de La Vega, fez em louvor de ambos uns sonetos».* Parece à primeira vista que um dos *dois amigos,* apaixonado pela nova corrente poética que os dois escritores cultivavam, os fora procurar e lhes dedicara uns sonetos; esta interpretação simplista colide, porém, com as datas da morte dos dois poetas, porque Garcilasso faleceu em 1536 e Boscan em 1542, anos em que ainda não andavam por Espanha nem Frutuoso, nem talvez o seu amigo *Philidor* ([63]). À morte de Garcilasso contava Frutuoso catorze anos, sendo quase certo não ter ainda saído da ilha onde nascera.

Mais plausível é admitir que, figuradamente, o *bosque* onde *Philidor* se foi encontrar com Boscan e Garcilasso é uma das primeiras edições das obras destes dois poetas, cuja união se prolongou além da morte, na publicidade dos seus versos, editados pela primeira vez em Barcelona no ano de 1543, sob o título *«Las obras de Boscan y algunas de Garcilasso de La Vega repartidas en quatro libros»*.

Em 1547 fez-se outra edição em Salamanca, que foi talvez o *bosque* onde pouco tempo depois *Philidor* e Frutuoso os conheceram e admiraram.

É quando estudante em Salamanca que o nosso cronista se deve ter entusiasmado pelas literaturas portuguesa e espanhola suas contemporâneas, acompanhando a sua evolução nas mais modernas inovações do género, como transparece da referência a Boscan e Garcilasso. Nota-se, contudo, que os seus mestres de estilo são nacionais e muito particularmente Bernardim Ribeiro e João de Barros, a quem frequentemente cita. O estilo das *Saudades da Terra* lembra muitas vezes a *Menina e Moç*a, que até pelo título parece ter sido o modelo literário do autor.

No sumário do capítulo 14.º do dito Livro 5.º se diz que *Philidor* viu escritas nos *Paços de Lamentor* as *Saudades* de Bernardim Ribeiro; pode muito bem ter sido por 1557, quando Frutuoso em Salamanca já cursava teologia, porque foi nesse ano que pela primeira vez se editaram as *Saudades* de Bernardim. Ainda no mesmo Livro 5.º e também no 3.º há referências de muita apreciação a Cristóvão Falcão e à sua écloga. Dos poetas portugueses cita ainda Camões, cujo alto valor reconheceu e de quem parece ter sido leitor assíduo; no capítulo 37.º do Livro 4.º chama-lhe *«engenhosíssimo e gravíssimo poeta»,* e no 30.º do Livro 5.º, *«grande poeta lusitano»,* a quem *Philidor* dedica um soneto laudatório.

Dos cronistas coevos menciona Garcia de Rezende e cita com frequência João de Barros e Damião de Goes, de quem transcreve alguns textos das «Crónicas» do Príncipe D. João e de El-rei D. Manuel.

Nos assuntos das descobertas e conquistas segue de preferência as opiniões e as narrativas de António Galvão, que foi capitão e governador das Molucas e compôs o — *Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veio da India às nossas partes e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos em a era de 1550,* — impresso pela primeira vez em Lisboa em 1563, ano em que Frutuoso, então em Bragança, porventura o adquiriria.

Refere-se ao historiador espanhol Estevão de Garibay, a Pedro Mexia e à sua *Silva de varia lição*, demonstrando aturado estudo que deve ter abrangido a historiografia nacional e espanhola, bem como a geografia mundial antiga e sua contemporânea, porque desta relata as viagens e os resultados dos recentes descobrimentos marítimos, as suas consequências políticas, as empresas de Colombo e de Magalhães, e comenta a bula de Alexandre VI e o tratado de Tordesilhas de 1494 sobre a divisão do mundo para as conquistas de portugueses e espanhóis; e daquela, disserta largamente sobre a Atlântida, as navegações de Eudoxio, a geografia de Strabão e o *De Situ Orbis* de Pompónio Mela.

Bastas vezes patenteia a sua predilecção pelo estudo das ciências naturais, citando amiúde Aristóteles, Lucano, Plínio, Júlio Obsequens ([64]), Avicena ([65]), João de Sacrobosco ([66]) e o médico milanês Jerónimo Cardano (cujo livro *De Sapientia* foi publicado em Nuremberg em 1544), que eram, então, os didáticos mais em voga. Frutuoso, ainda que de fugida, comenta-os e discute-os por vezes, apontando quase sempre capítulos e textos das suas obras mais célebres que parece ter à vista ([67]).

Igualmente por citações e transcrições que faz, vê-se que lia com assiduidade Cícero, Virgílio, Horácio, Ovídio, Plutarco e Cornélio Tácito, que eram os mestres da cultura clássica do tempo. Mostra-se, pois, integrado em todo o brilhante movimento literário e cientista do quinhentismo peninsular, cujo conhecimento revela copiosamente na sua obra.

Frutuoso manifesta-se com insistência, talvez com um pendor maníaco, um apaixonado amador e fino entendedor de boa música, tais são as inúmeras referências que faz à arte musical e a admiração que revela pelos seus cultores, a quem dedica por isso os mais lisonjeiros epítetos, parecendo considerar uma superioridade de distinção o ser cantor, tangedor ou compositor. As informações que sobre música nos fornece em toda a obra, dão-nos a impressão de que esta arte teve uma profusa difusão nos Açores e sobretudo em S. Miguel, onde parece ter atingido um desenvolvimento que nenhuma outra obteve. Os termos

musicais vêm-lhe com notável frequência à pena, e muitas das suas metáforas foram buscadas na música. Assim, para figurar a aprazível chilreada dos pássaros no vale das Furnas, que descreve primorosamente no capítulo 49.º do Livro 4.º, imagina um coro a quatro partes, em que os tentilhões são os tiples, as toutinegras os tenores, os melros os contraltos e os pombos torcazes os contrabaixos, acompanhados pelos canários, que fazem o contraponto do canto.

Este homem de mentalidade invulgar, com a alta cultura humanista da sua época e a ciência enciclopédica e aristotélica do seu tempo, veio aos 43 anos de idade paroquiar humildemente na sua terra, abandonando a carreira propícia e rendosa que encetara em Bragança, e rompendo as relações com tantos homens de mérito e valimento com quem convivera. Estranha resolução; tanto mais que devia conhecer a inferioridade do meio iletrado em que vinha viver, pouco progressivo em ilustração, ainda que em permanente aumento de riqueza e progressos materiais.

Entre 1587 e 1590, quando escreveu o capítulo 113.º do Livro 4.º da sua obra, Frutuoso fornece os seguintes dados estatísticos, que acusam um outro importante incremento na população e na vida da ilha de S. Miguel: diz ter cinco vilas e a cidade, com vinte e dois lugares e trinta freguesias, 97 igrejas com 104 sacerdotes (fora os das ordens regulares), incluindo 30 vigários, 42 beneficiados e 9 curas; a população de toda a ilha era superior a 40 mil almas, distribuídas por 5667 fogos; havia 5 mil homens de infantaria e 500 de cavalaria, além de 280 soldados espanhóis no presídio da fortaleza de Ponta Delgada; os impostos rendiam só para El-rei mais de 50 mil cruzados, que era quantia superior à que rendiam todas as outras ilhas dos Açores.

Tal era a ilha de S. Miguel em desenvolvimento material, quando Frutuoso se dedicou à composição da obra que o imortalizou, sendo fácil presumir que a mentalidade e instrução dos seus habitantes seria muito inferior aos dotes de espírito e à vasta ilustração do seu cronista.

Frutuoso possuía as múltiplas qualidades que o género histórico exigia: tinha um grande poder de observação, que é manifesto nas repetidas descrições topográficas e paisagistas de que estão repletas as *Saudades da Terra;* tinha o tino da investigação e o amor do documento, pois muitas vezes o vemos apoiar os seus assertos com a justificação documental que declara ter examinado, o que não era vulgar nos historiadores da época; a par da preocupação da exactidão e do miúdo pormenor, não lhe faltava o método e clareza de exposição, mesmo nas difusas e longuíssimas deduções genealógicas, cuja justeza podemos afirmar, em face da abundante documentação com que o Dr. Ernesto do Canto e outros genealogistas micaelenses as confrontaram e verificaram; possuía a facilidade e vivacidade de estilo, com que tendia às vezes para o *humor,* mas nunca para a sátira ou sequer para a crítica acerba. No juízo que formava dos homens e dos acontecimentos políticos do seu tempo, mostra-se sempre benévolo e já notámos como era prudente e cauteloso, o que nos faz crer que tencionava dar ao prelo a sua obra ([68]).

Trata os assuntos com reflexão, alguns com carinho e sempre com amor pátrio; mas o estilo nunca se esquenta, nem pelo entusiasmo, nem pela indignação. Era talvez um optimista, raramente desanimado ou queixoso; no entanto, os primeiros oito capítulos do Livro 1.º são de tristeza, onde a *Verdade* desiludida monologa com frases amargas acerca da gente do seu tempo e sua conterrânea, de quem diz num resumo: — *«e ainda que o Mundo todo se perde por três M. M. M., entre alguns o vejo por isto mais perdido, porque tudo é muito gastar e pouco ter, muito falar e pouco saber, e muito presumir e pouco valer».* Não personaliza as suas críticas, mas no capítulo 8.º repete observações mordentes como esta: — *«Dizia um estrangeiro que esta ilha* (de S. Miguel, onde a *Verdade* fal*a) era terra de igualdades, por ver presumir tanto a uns como a outros. Eu digo que não é senão terra das desigualdades e sem igual; porque mais blasona aqui de fidalguia o rico vilão que o fidalgo nobre, e mais presunção tem de saber o tosco néscio que o discreto sabio».* — Pregaria Frutuoso do púlpito contra as misérias do mundo com o castigo destas frases e a justeza destes termos? Talvez, porque já vimos que ele tinha coragem de dizer verdades duras, ainda aos mais poderosos.

Neste Livro 1.º, a *Verdade* amiúde lastima a deserção que desta terra fizeram seus irmãos, o *Temor* e a *Vergonha,* e, como estribilho, outra vez encontramos a mesma reprimenda nas linhas terminais do capítulo 85.º do Livro 4.º, posta ainda na boca da *Verdad*e, que por estas palavras diz à *Fama: — «Não é para estranhar a grande saudade que tenho de meu irmão Torme* (anagrama de temor) *desterrado do mundo e de minha irmã Nhervoga* (vergonha) *já perdida, dele de todo ausente, fugida e degradada».* Os primeiros capítulos do Livro 1.º contêm

muitas lástimas semelhantes; contudo, a breve trecho, volta o seu optimismo nativo a amenizar as mágoas e contrariedades da vida, como, por exemplo, no dito capítulo 8.º, onde mais se queixa dos destemperos da sorte e da fortuna, contando com chiste e elegância a seguinte anedota: — «*Lembra-me agora uma resposta que o Imperador Sigismundo deu a um criado que disto se queixava; porque havendo-o servido muitos anos sem receber dele mercês, como outros de menos ou nenhum serviço recebiam, aconteceu que, passando por uma ribeira, viu urinar o cavalo nela, e queixou-se que era o cavalo naquilo como seu senhor era. O que ouvindo Sigismundo, lhe perguntou porque o dizia; respondeu ele: que como o cavalo urinava na ribeira onde já havia tanta água e tão sobeja, assim César fazia mercês a quem tinha dos bens do mundo, que tinha menos necessidade deles. Entendeu Sigismundo que o criado o mordia do pouco galardão que lhe havia dado pelos muitos serviços que lhe tinha feito, e respondeu-lhe dizendo: Nunca me a mim faltou vontade de tu me ficares devendo, mas as mercês dos príncipes não são dos que as merecem, senão daqueles que por acerto as alcançam. O que lhe provou depois ser assim, mandando aparelhar duas bocetas duma mesma feição e igualdade: uma encheu-a de ouro, e outra de chumbo, e chamando o criado lhe mandou que escolhesse uma delas, qual quisesse; abaixou-se o malditoso servo, e sopesando ora uma, ora outra, duvidando qual escolheria, veio finalmente escolher a que tinha o chumbo; então, se viu que a desventura do criado era para culpar, e não a vontade de César».*

Pelo índice do muito aludido Livro 5.º, parece haver no seu texto algumas poesias, de que só conhecemos o soneto que está intercalado no capítulo 25.º, que é um deplorável espécimen do seu estro, se é que foi de sua autoria, do que nos é lícito duvidar por dizer o título do capítulo que foi feito por *Philidor em louvor do grande poeta lusitano Luiz de Camões* ([69]).

Ora na hipótese que atrás desenvolvemos acerca da identificação dos *dois amigos, Philidor* não seria o autor, mas porventura o Dr. Gaspar Gonçalves. Talvez seja porém da autoria de Frutuoso o romance que em redondilha maior preenche todo o capítulo 73.º do Livro 4.º, sobre a catástrofe de Vila Franca; apesar da sua forma meramente popular, parece-nos muito extenso e por isso insusceptível de se fixar na tradição oral, donde Frutuoso o poderia colher, visto não se encontrar nenhum outro exemplar dessa poesia, nem tão pouco nenhuma referência à sua origem popular e anterior às *Saudades da Terra.*

Frutuoso é inexcedível no estilo descritivo, em que, com desenho e colorido, desce às mais miúdas meticulosidades sem perder a elegância; contudo, nem todos os capítulos das *Saudades da Terra* têm forma esmerada; há mesmo muitos em que a prosa foi descuidada e alguns parecem meros apontamentos a que o autor pretendia depois dar forma literária. O Livro 4.º, que é o mais extenso e o que melhor conhecemos, não tem visivelmente uma redacção definitiva, talvez por falta de tempo, pois já vimos que Frutuoso escreveu nele até morrer. Segundo o testemunho do Dr. Ernesto do Canto, pessoa que mais recentemente examinou com maior atenção o manuscrito original, Frutuoso entrelinhou no texto de toda a obra muitos aditamentos e correcções, algumas com letra menos segura, demonstrando que o fez nos últimos tempos da vida, já trémulo e alquebrado pela doença que o vitimou ([70]).

De resto, nos cinco livros que conhecemos (1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 6.º) ainda que sem relevo literário muitos textos e alguns capítulos, há sempre ordem e clareza na exposição dos assuntos, com raras excepções, que são evidentemente *lapsus calami.*

Em suma, Frutuoso foi um alto espírito com excepcionais faculdades coordenadoras; a sua vasta obra, mesmo fragmentária e de cópias infiéis, como a conhecemos, afigura-se-nos que excede o tipo das crónicas da época, e para ser tal como é, deve ter exigido um prodigioso trabalho prévio de colheita e selecção de materiais de toda a espécie — tradições, documentos, descrições, estatísticas, observações pessoais, informações secundárias e até experimentações científicas. É um repositório abundantíssimo de informações de toda a sorte, não só como *magnum opus* da crónica dos sucessos insulares primitivos e coevos, mas também como obra de incomparável importância para os estudos regionais e localistas ([71]).

Deve ter-lhe consumido muitos anos de trabalho, porque descreve com minudente interesse a flora e a fauna dos Açores; particulariza as produções agrícolas, os aperfeiçoamentos e inovações das culturas, e até os remédios e preventivos contra os flagelos climatéricos e meteorológicos; estuda e historia as indústrias do açúcar, do pastel e da pedra-hume; discorre sobre o comércio e a navegação, circunstanciando o seu progresso e o seu movimento.

Em conclusão, aborda todos os assuntos: a estatística demográfica, do preço dos géneros, da produção e dos valores da propriedade; a riqueza particular, os impostos, a administração pública, as milícias, os usos e costumes populares, a indumentária e os divertimentos públicos; as instituições pias e de beneficência, as igrejas, os conventos, os bispos, o clero e os cargos eclesiásticos, o funcionalismo e os homens da governança.

Nas coisas antigas da primitiva colonização, cujos pormenores já então estavam nebulosos e apagados, narra como lhas contou a tradição que bebeu de pessoas antigas, das quais nomeia algumas, filhas dos primeiros colonos; aparecem, então, os factos por vezes amplificados e envolvidos no maravilhoso ou no exagero, e a realidade de mistura com o sobrenatural. No final do capítulo 8.º do Livro 1.º, justifica-se por estas palavras: — *«Algumas coisas contarei destas ilhas, como testemunha de vista e outras que não vi, direi como as pude saber doutrem, que não me faltou diligência para inquirir e examinar a verdade delas, com assás trabalho e custo; ainda que em algumas não pude bem descobrir a certeza que eu quisera».*

Apesar de tudo, em confronto com os escritores insulanos do século imediato, Frutuoso é muito mais sóbrio em sucessos milagrosos e mais cauteloso e exacto em tudo o mais, do que Frei Diogo das Chagas, Monte Alverne, Cordeiro e Chaves e Melo.

Frutuoso tinha especial predilecção pelos assuntos geológicos e pelas descrições dos fenómenos vulcânicos e cataclismos sísmicos com que os Açores foram fortemente abalados durante o século XVI. Dedicou-se, com o seu amigo Dr. Gaspar Gonçalves, a trabalhos experimentais de alquimia, como declara no capítulo 88.º do Livro 4.º. Nesta especialidade e do seu valor como geólogo e petrógrafo, recorremos ao que, com toda a autoridade, dele disse o falecido mineralogista micaelense, Dr. Eugénio Vaz Pacheco do Canto e Castro, transcrevendo as seguintes linhas do seu estudo intitulado *«Ensaio sobre a bibliografia geológica dos Açores:»* ([72]).

— «O Dr. Gaspar Frutuoso, que é indubitavelmente o mais esclarecido de todos os cronistas micaelenses, é também aquele que mais amplamente nos relata as revoluções geológicas sucedidas até o seu tempo. Na descrição, por exemplo, da erupção do Pico do Sapateiro (1563), há um trabalho de observação directa ([73]) interessantíssimo e tanto mais útil, quanto é certo que se torna possível descobrir os produtos dessa erupção — facto da mais reconhecida importância para se estabelecer a cronologia das diferentes camadas de lavas que se têm expandido sobre o solo naquela região da ilha e para permitir a comparação dessas lavas entre si, sob o ponto de vista da sua composição e estrutura. — Sendo tão poucas as conclusões gerais a que a Petrografia tem chegado a respeito da idade relativa das rochas vulcânicas, tornam-se valiosíssimas neste ponto as observações legadas pelo Dr. Frutuoso. — Uma outra circunstância, porém, torna para nós ainda mais particularmente interessante a crónica deste venerável sacerdote: é que o Dr. Frutuoso foi o primeiro que procurou classificar as rochas de S. Miguel, tomando em consideração a sua cor e densidade. — Os grupos por ele estabelecidos ([74]) são os seguintes: — *Pedras vermelhas,* leves, queimadas. — *Biscoito*s, pedra crespa, tosca, preta e mais pesada que a precedente, etc. — *Pedra cinzenta,* sob forma de veios debaixo da terra, etc. — *Pedra branc*a, tirando para cinzento ou azul claro, etc. — *Tufo,* pedra cor de boi, etc. — Além destas rochas o Dr. Gaspar Frutuoso distingue mais as pedras pomes e a obsidiana, a que ele dá o nome de *atabona.* Na descrição citada mostra o douto observador quais são os elementos minerais que, segundo ele, formam as diferentes *pedras negras. A marquesita é matéria mais principal dos bisco*itos; mas há neles também o *acernefe* ([75]), *que se acha nas Furnas e que é um material amarelo, como pedra luzente, no qual pega fogo mais que enxofre e queimado se derrete e torna em escória,* de sorte que, conclui ele, *acernefe e marquezita são materiais dos biscoitos.* É fácil de ver que Frutuoso se refere ao grupo de rochas a que hoje damos o nome de *basalto,* sendo a *marquezita* e o *acernefe* correspondentes aos minerais chamados augite e olivina. — Das outras variedades de *pedras* não indica ele a composição; mas parece provável, segundo se pode depreender da sua narrativa, que as considerasse constituídas por estes mesmos elementos. — Relativamente à pedra pomes, há uma curiosa experiência do Dr. Frutuoso que mostra que este produto não é distinto da obsidiana, mas sim uma transformação dela, devida à acção do fogo. *É de notar,* escreve ele, *que nas cavernas da terra desta ilha há material quebradiço e estaladiço que se pode quebrar com a mão, mui espesso e preto como azeviche, de que fazem imagens que trazem os romeiros nos sombreiros; alguns dizem que se chama atabona, como uma pedra preta que há nas Canárias; mas não é semelhante, pois este material estala e*

quebra muito, e a atabona é tão forte pedra que dela fazem navalhas e lancetas. Este material preto que digo, de que há grande cópia nas cavernas e centro desta ilha (fazendo eu, como alquimista, experiência dele), pondo-o no fogo se torna branco; e fervia tanto como fazendo-se todo em escuma, que de pequena quantidade se tornava grande, e de pouco, muito; e resfriado ficava pedra pomes, como a que saiu pelas bocas que o fogo fez na serra; pelo que claramente se vê e entende que, aquentando o fogo que se acendeu debaixo da terra, este material, etc. ([76]). Esta experiência, realizada no último quartel do século XVI, quando ainda não fora criada a petrografia sintética e as concepções geognósticas, em geral, não passavam de simples comentários a Aristóteles, sem nenhum carácter positivo, esta experiência, dizemos, além de extraordinária, é suficiente para colocar o Dr. Frutuoso no plano dos que melhor têm sabido investigar a constituição física de S. Miguel. Levar-nos-ia longe a análise da crónica deste sábio micaelense, pois nas questões de petrografia geral raro é o ponto em que nos não fornece uma observação original que os trabalhos recentes não deixam de confirmar. Saibamos, no entanto, que ele, o modesto vigário da Ribeira Grande, chegou a determinar a causa da fluidez das lavas; reconheceu que o estado mais ou menos cristalino de uma rocha vulcânica só depende do processo do seu resfriamento, e finalmente, contra o que então se pensava, afirmou que os basaltos são um produto da fusão ígnea de vários minerais».

A esta autorizada apreciação, que tanto realça os méritos do nosso biografado, acrescentou o mesmo saudoso mineralogista a seguinte anotação, que não resistimos à tentação de reproduzir:

> — «Numa nota que há anos consagrei ao Dr. Gaspar Frutuoso — *Un pétrographe du XVI siècle* — ([77]) ocupei-me desenvolvidamente destas e doutras questões que foram esboçadas na sua crónica inédita «Saudades da Terra». - De bom grado me presto a dar em português uma edição amplificada desta nota, se vingar a ideia, simpática a muitos, de comemorar em 1892 o tricentenário do Dr. Frutuoso. Aproveito este lance para, de fugida, mas muito profundamente, lamentar que as «Saudades da Terra» continuem em mãos particulares, subtraídas às vistas dos estudiosos, com tão flagrante detrimento para a História açoriana; e seja-me lícito esperar que, como homenagem de gratidão à memória do micaelense distintíssimo, que é uma glória indisputável desta terra, os meus patrícios se lembrem de celebrar a data do seu passamento, quando não seja por outra forma mais solene, ao menos pela publicação integral da sua crónica em edição escrupulosa e acessível a todas as bolsas. Desta arte solveríamos a dívida que, desde muito, trazemos em aberto com um homem que, se é credor de piedosa veneração pelos talentos e virtudes raras que o extremaram entre os seus contemporâneos, tem ainda maior jus ao nosso reconhecimento pelo trabalho pacientíssimo e assombroso que nos legou nos seus escritos.
>
> Tragam-se a público esses escritos, onde estão narrados episódios tão caros aos filhos desta ilha, e já assim se terão eles de certo modo desonerado do muito que devem ao seu primeiro cronista.
>
> Aqui fica exposta a minha ideia. Praza a Deus que ela possa vir a realizar-se, como tantos outros empreendimentos que aí temos visto levar a cabo com geral aplauso».

Que nos seja relevada a longura da transcrição, mas quisemos suprir com estas palavras justas e expressivas de um talentoso escritor, que foi também um entusiástico admirador de Frutuoso, tudo o que não soubemos dizer do merecimento do nosso biografado, que, sem dúvida, tinha jus a um melhor panegirista.

As Saudades da Terra foram compostas em forma de narrativa contada pela *Verdade* à *Fam*a, estando ambas numa serra na ilha de S. Miguel. Divide-se a obra em seis livros: o 1.º contém 32 capítulos; nos primeiros oito, a *Verdade,* que tem escritos no peito — postos em triângulo — estes três aforismas: — *Não digas quanto sabes,* — *Não creias quanto ouves,* — *Não desejes quanto vês,* — monologa sobre o seu desterro nesta ilha, e encontra-se com a *Fama,* que lhe pede a narração dos sucessos das ilhas; a *Verdade* inicia o assunto no capítulo 9.º, tratando desenvolvidamente do descobrimento das Canárias e descrição de todas as suas ilhas até ao capítulo 20.º; fá-lo com tanta demora e minúcia, que é lícito supor ter Frutuoso ali passado numa das suas viagens; no capítulo 21.º trata sucintamente do arquipélago de Cabo Verde. Os capítulos imediatos versam o descobrimento das Antilhas, a viagem de Colombo e suas consequências, o tratado de Tordesilhas, as dissenções entre Portugal e Castela por causa das ilhas de Maluco, a empresa de Magalhães e a lenda platónica da Atlântida, em que

rejeita a hipótese dos Açores representarem um resíduo desse misterioso continente. Também discute e aceita a suposição dos Açores terem sido conhecidos antes do Infante D. Henrique os mandar povoar. O 2.º livro trata do arquipélago da Madeira em 51 capítulos, que foram impressos no Funchal, em 1873, com muitas anotações, por Álvaro Rodrigues de Azevedo; observa o Dr. Ernesto do Canto ser inexacta a cópia por que se fez esta edição ([78]). O livro 3.º, com 26 capítulos (sendo o 4.º escrito pelo Dr. Daniel da Costa, da Madeira), é este da ilha de Santa Maria, que agora se publica, por cópia conferida pelo original ([79]). O 4.º, que é o mais extenso, trata da ilha de S. Miguel em 113 capítulos; está no prelo em continuação do presente volume. O 5.º. a *História dos dois amigos da ilha de S. Miguel,* a que tantas vezes nos tempos referido, contém 31 capítulos que só pelos títulos se conhecem. Finalmente, o 6.º trata das restantes ilhas dos Açores, em 49 capítulos, que o Sr. Ferreira de Serpa, da ilha do Faial, publicou no Arquivo da Universidade de Lisboa e no «Instituto» de Coimbra, por traslado extraído da cópia da Biblioteca da Ajuda, que, não obstante ser uma das mais antigas, é infiel como quase todas as que conhecemos.

As *Saudades da Terra* são continuadas no manuscrito original com as *Saudades do Céu,* de que o autor apenas escreveu quatro capítulos e umas *«lembranças»* em forma de apontamentos, que pretenderia porventura desenvolver. Não conhecemos o assunto das *lembranças* que ocupam três folhas do manuscrito, e dos capítulos só temos os títulos.

São também desconhecidas as obras místicas e teológicas de Frutuoso, a que já nos referimos; ainda existiam no Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada, onde o Padre António Cordeiro as viu, quando aqui esteve, entre 1664 e 1714.

IV

A FAMÍLIA DO DR. GASPAR FRUTUOSO

Em nenhuma das biografias de Gaspar Frutuoso se dá notícia da família a que pertencia e parece mesmo ter havido o propósito de ocultar a sua origem, porque não é fácil admitir que Monte Alverne e Cordeiro, escrevendo um século depois da sua morte, não tivessem conhecimento pela tradição — que tantas minúcias de somenos importância lhes contou — dos nomes dos seus progenitores e dos seus mais próximos parentes, quando os vemos entreter-se com pormenores secundários da sua existência.

Era e sempre foi da praxe começar-se uma biografia pela filiação do biografado. Nesta, apenas Cordeiro diz que Frutuoso era filho de pais ricos e nobres, que se ocupavam na lavoura e eram moradores em Ponta Delgada. Monte Alverne guarda silêncio neste ponto, e todas as notícias posteriores seguem a vaga indicação de Cordeiro, sem terem procurado precisá-la. O mesmo silêncio se encontra nos documentos coevos, lacuna de estranhar nos registos de matrículas da Universidade de Salamanca, pois que na de Coimbra, de que conhecemos alguns registos de matrículas do século XVI, era hábito mencionar sempre o nome do pai do matriculado e a sua naturalidade.

Note-se, contudo, que Cordeiro, no citado capítulo em que biografa Frutuoso, faz referência a um seu sobrinho, por quem algumas pessoas da ilha de S. Miguel, de passagem em Lisboa, lhe escreveram para Bragança, persuadindo-o a vir para esta ilha; e também alude a um seu cunhado, *nobre hóspede* do Dr. Frutuoso, que em dia de finados na Ribeira Grande presenciou a distribuição de esmolas que fez o caritativo vigário a quantos nesse dia lhe foram pedir o *pão por Deus;* alude, porém, a estes dois parentes sem os nomear.

Daqui nasceu a conjectura de ser o Dr. Frutuoso filho espúrio, qualidade que os mais próximos biógrafos ocultariam, por envolver, então, melindre e desconsideração para o biografado, sobretudo para o sacerdote. E neste ponto a dúvida fica de pé, não obstante estarmos convencidos de que encontramos o pai do nosso cronista, que, como já dissemos, se chamava Frutuoso Dias, de profissão *mercador* em Ponta Delgada. A solução integral do problema estaria no processo eclesiástico que deve ter precedido a ordenação do Dr. Frutuoso, mas que, como já expusemos, ou não existe, ou é impossível encontrar-se.

Tentamos durante anos desvendar o mistério da família do Dr. Gaspar Frutuoso, tomando como ponto de partida três homónimos, que adiante discutiremos e que se encontravam insuficientemente identificados nos trabalhos genealógicos do Dr. Ernesto do Canto, do Dr. Carlos Machado e do professor José Pedro da Costa. Os três homónimos viveram logo depois do Dr. Frutuoso, em fins do século XVI e primeira metade do século XVII, e são: — o Padre Gaspar Frutuoso, morador na freguesia Matriz de Ponta Delgada, onde morreu a 29 de Março de 1630; seu sobrinho Gaspar Frutuoso Carreiro, casado com Ana de Paiva, também moradores em Ponta Delgada, onde ele morreu a 21 de Janeiro de 1642, na freguesia de S. José; e Gaspar Frutuoso da Rocha, marido de Ana Pacheca, moradores na Ribeira Grande, freguesia de S. Pedro da Ribeira Seca, onde ele morreu em Março de 1666. Em volta destes três nomes, cujas filiações e parentescos conseguimos apurar com segurança, andamos durante anos com a suspeita de serem da família do historiador, sem, contudo, termos achado qualquer documento que o confirmasse ([80]).

Quando já todas as investigações tinham sido infrutíferas e abandonáramos o assunto, comunicou-nos o Sr. Padre Manuel Ernesto Ferreira, de Vila Franca do Campo, ter encontrado ali, no extinto cartório dos Resíduos (hoje dos legados pios, na Administração daquele concelho), o testamento do Licd.º António Furtado da Rocha, vigário de S. Pedro de Vila Franca, feito a 27 de Janeiro de 1660, em que o testador, referindo-se a seu irmão Gaspar Frutuoso da Rocha, pede que o indivíduo, que da geração deste, suceder num vínculo que institui, se chame Gaspar Frutuoso, *em memória daquele insigne varão, o Dr. Gaspar Frutuoso, honra de toda a sua geração e tio dele testador* (Documento n.º 13 do *Apenso).*

Encontrara-se, pois, uma pista segura, alguém da família do cronista, porque não é crível que setenta anos depois da sua morte o testador, em documento tão solene, se intitulasse falsamente seu sobrinho. A cronologia exigia, porém, que o considerássemos sobrinho neto.

Indo atrás dos progenitores do Licd.º António Furtado da Rocha, achamos ser ele filho do capitão Melchior Alves da Rocha e de sua mulher Margarida Furtada, moradores na Ribeira Seca e casados a 5 de Julho de 1592 na Matriz da Ribeira Grande (Documento n.º 18 do *Apenso);* e neto paterno de Manuel Rodrigues da Rocha (da Ribeira Seca, onde morreu a 1 de Outubro de 1511) e de sua mulher Maria Pires, mencionados pelo Dr. Frutuoso na genealogia dos Rochas, no capítulo 25.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra;* e neto materno de Frutuoso Dias e de sua mulher Catarina Nunes, casados pelo Dr. Gaspar Frutuoso na Matriz da Ribeira Grande, a 23 de Fevereiro de 1568 (Documento n.º 17 do *Apenso).*

Logo aqui se fixou a nossa convicção de que este Frutuoso Dias era irmão do Dr. Gaspar Frutuoso, e por isso é que o testador, Licd.º Rocha, sendo neto daquele, se diz sobrinho deste. Efectivamente, só por esta linha pode ter havido o parentesco com que tanto se ufanou o Licd.º Furtado da Rocha, visto que, investigando a linha paterna dos Rochas, prolixamente esmiuçada pelo Dr. Frutuoso no citado capítulo *das Saudades da Terra,* não se encontra possibilidade de ligação consanguínea entre o historiador e o pai do testador. A identidade do nome *Frutuoso,* patronímico no historiador e próprio do avô materno do testador, levou-nos à convicção de serem irmãos, se não germanos, ao menos consanguíneos. É facto que o Dr. Frutuoso podia ser irmão, não de Frutuoso Dias, mas de sua mulher Catarina Nunes, sendo assim também tio avô do testador Furtado da Rocha; mas essa hipótese ficou invalidada ao ver-se no citado termo de casamento que Catarina Nunes é filha de pais ribeiragrandenses, não lhes sendo por isso atribuível a paternidade do Dr. Frutuoso, nascido em Ponta Delgada, onde os pais viviam, segundo todos os biógrafos e a carta do grau de bacharel. Esta naturalidade confere, porém, com a do dito Frutuoso Dias, porque do referido registo do seu casamento verifica-se que ele foi filho de outro Frutuoso Dias e de sua mulher Isabel Fernandes, já falecidos e *moradores que foram em Ponta Delgada.* Portanto, o Dr. Gaspar Frutuoso adoptou por apelido o patronímico do pai, reproduzindo-se o nome no seu sobrinho neto Gaspar Frutuoso da Rocha, irmão do testador António Furtado da Rocha.

Temos, pois, como mais remoto tronco desta geração, Frutuoso Dias (o pai do outro Frutuoso Dias e também do Dr. Gaspar Frutuoso, segundo as ilações expostas), de quem só sabemos que era mercador, conforme a sua inscrição de irmão da Misericórdia de Ponta Delgada, anterior a 1533, como atrás dissemos; ou lavrador, como assevera a biografia do Padre António Cordeiro, onde o autor diz que viu *há quase 50 anos* (portanto em 1664, porque no final da biografia dá a entender que a escreve em 1714, explicando serem já passados 123 anos depois da morte do biografado) um frontal do altar-mor da Matriz da Ribeira Grande, mandado fazer pelo seu vigário Dr. Frutuoso, que em alusão à profissão do pai fizera nele bordar, de um lado, um arado, sobre o dístico - *Se soubera* - e do outro um livro, sobre as palavras – *Não soubera.*

Conforme o casamento do filho homónimo em 1568, sabemos mais que sendo já falecido nessa data, fora morador em Ponta Delgada, e casara com Isabel Fernandes, também já falecida. E das *Saudades da Terra,* capítulo 31.º do Livro 4.º, ainda mais sabemos que casou outra vez com Maria Dias, filha de Lopo Dias e de sua mulher Isabel Vaz.

Nesse capítulo, desfiando a geração de Pedro Vaz Marinheiro, um dos primeiros colonizadores de S. Miguel, diz Frutuoso que Maria Dias, bisneta de Pedro Vaz Marinheiro, casou com Frutuoso Dias, viúvo, havendo deste casamento três filhos, que foram: Maria Dias, casada com Gaspar Fernandes, Manuel Dias e João Dias, então, solteiros: e acerca desta família, que tudo nos leva a crer que é a sua, nada mais acrescenta o Dr. Gaspar Frutuoso.

Este Frutuoso Dias, *viúv*o, marido de Maria Dias, é indubitavelmente o que foi casado com Isabel Fernandes; primeiro, porque este último casamento foi em Ponta Delgada, onde viviam quase todos os descendentes de Pedro Vaz Marinheiro, que morou na praça da mesma cidade, defronte da cadeia; segundo, porque o casamento com Maria Dias deve ter sido por 1540 e tantos a 1550, depois de viúvo de Isabel Fernandes, pelas razões que vamos expor: Maria Dias, à data do testamento de sua avó materna, Maria Fernandes (nora de Pedro Vaz Marinheiro), em 5 de Junho de 1541, ainda estava solteira, pois que sendo herdeira de parte da terça da avó, esta menciona-a sem aludir ao seu estado, o que indica não ser casada; e as irmãs (dela Maria Dias), Leonor Dias, mulher de António Jorge Marecos, e Beatriz Lopes,

mulher de João Serrão de Novais, casaram também em meados do século XVI, segundo inferimos das datas dos casamentos dos filhos, tudo gente moradora em Ponta Delgada.

Frutuoso Dias, que já era falecido quando o filho homónimo casou em 1568, parece ter morrido poucos anos depois do seu casamento com Maria Dias, talvez quando o filho Gaspar Frutuoso estava em Salamanca, entre 1549 e 1558, porque, recorrendo à *História dos dois amigos* tantas vezes citada, achamos no epítome do capítulo 8.º que *Philomesto* (que, segundo nós, é o autor) teve novas do falecimento de seu pai, fora desta ilha, *«e se tornou a sua terra ver sua mãe»*; — seria por 1554, quando veio ordenar-se a S. Miguel, como atrás estabelecemos, ou antes, entre 1549 e 1553, em que parece ter interrompido os seus estudos em Salamanca, como também já atrás discutimos?

Mas a afirmação de ter vindo *ver sua mãe* só seria verosímil no caso de ser filho natural, e a mãe ter sobrevivido à primeira mulher de seu pai, Isabel Fernandes, e também à morte dele, Frutuoso Dias; pode, contudo, o vocábulo *mãe* designar a madrasta Maria Dias, e é talvez o mais plausível.

Entre tantas dúvidas podemos resumir como dados seguros que: Frutuoso Dias, mercador e lavrador em Ponta Delgada antes de 1533 e já falecido em 1568, foi casado pelo menos duas vezes: a primeira com Isabel Fernandes (Documento n.º 17 do *Apenso)* e a segunda com Maria Dias (capítulo 31.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra).* Da primeira conhece-se documentalmente o filho Frutuoso Dias, casado e morador na Ribeira Grande, onde foi almotacé em 1578, assinando, como tal, o Livro das Vereações da Câmara a 4 de Janeiro desse ano, e onde morreu na freguesia Matriz, a 21 de Outubro de 1603, sendo testamenteira a mulher, Catarina Nunes, que lhe mandou fazer um ofício de 9 lições, (Documento n.º 19 do *Apenso)* ([81]); da segunda, conhecem-se os três filhos nomeados nas *Saudades da Terra,* Maria Dias (casada com Gaspar Fernandes, filho de António Fernandes, da Relva, e de Ana Esteves), João Dias e Manuel Dias, ambos solteiros quando redigido o dito capítulo que os menciona. Vejamos o que apuramos acerca destes três filhos do segundo casamento.

De Maria Dias veremos adiante que, talvez, com o nome de Catarina Dias seja a viúva de um Gaspar Fernandes, da Relva, de quem seu sobrinho, o Padre Gaspar Frutuoso, de Ponta Delgada (um dos homónimos do cronista) herdou uma terra que vendeu em 3 de Novembro de 1609. De João Dias só há notícia que vivia em 1607, talvez ausente desta ilha, pois que em uma quitação feita em Ponta Delgada a 9 de Março desse ano, Manuel Dias, cirurgião, morador nesta cidade na freguesia de Santa Clara (que é, seguramente, o irmão, pois que adiante vamos já citar um documento em que Manuel Dias, filho de Frutuoso Dias, é chamado o *Mestre,* ou cirurgião), declara ter recebido 100 mil réis por conta e pagamento que os herdeiros do Conde de Vila Franca fizeram a João Dias, *«seu irmão, de cujo procurador é».* De Manuel Dias, além do documento que acabamos de citar, encontramos o seu nome no — «Livro de Lembranças da Misericórdia de Ponta Delgada do ano de 1614. — a fls. 30, na seguinte verba: - «*Manuel Dias, Mestre, filho de Frutuoso Dias, paga novecentos réis em cada um ano pelo dito mês de Agosto, que é* o *foro que pagava Domingos Roiz Mau-Tempo».* — No «Livro de Lembranças» da mesma Misericórdia de 1620-1621 está também a seguinte verba: — *«Manuel Dias Furtado, mestre, filho de Frutuoso Dias, paga novecentos réis de foro por meio alqueire de terra que houve de Domingos Roiz Mau-Tempo e está quase no cabo da rua de cima».*

Por aqui se mostra não só a perfeita identidade deste filho de Frutuoso Dias, mas também que era *mestre* ou cirurgião, e que usou o apelido Furtado, o mesmo de sua sobrinha Margarida, mãe do dito testador Licd.º António Furtado da Rocha, o que ainda mais prova que o Dr. Gaspar Frutuoso era irmão de Frutuoso Dias e não da mulher deste, Catarina Nunes, que só tem o parentesco afim de cunhada com o Mestre Manuel Dias Furtado. Também com a mesma lógica concluimos que o nome Furtado provém do primeiro Frutuoso Dias, tronco da geração, que pelo primeiro matrimónio com Isabel Fernandes o transmitiu à neta Margarida Furtado, e pelo segundo casamento com Maria Dias, o legou ao filho Manuel Dias Furtado e à descendência deste ([82]).

Expostos estes elementos seguros sobre o pai e irmãos (conjecturais) do Dr. Gaspar Frutuoso, examinemos quem seria sua mãe. Não pode ser filho de Maria Dias, porque tendo ele nascido em 1522, esta, quando a avó testou em 1541, ainda estava solteira. Consequentemente, ou é filho da anterior mulher de seu pai, Isabel Fernandes, ao que parece opor-se, como já notámos, o que diz o título do capítulo 8.º *da História dos dois amigos,* ou de

outra precedente, — matrimoniada ou não — aparecendo outra vez a suspeita do historiador ser filho ilegítimo. Ainda que se não ligue sentido literal ao título do dito capítulo, em que a *mãe*, que ele veio ver à sua terra, seria a madrasta Maria Dias, afigura-se-nos que para ser filho de Isabel Fernandes faria sensível diferença de idade do irmão Frutuoso Dias, porque este casa quando o cronista contava 46 anos. Sendo filho natural de Frutuoso Dias, havido antes do seu primeiro matrimónio com Isabel Fernandes, a hipótese fortifica-se não só com a cronologia da vida do irmão e com as considerações que fizemos acerca da ocultação dos nomes dos progenitores, que parece propositada nos biógrafos e suspeitosa nos documentos, mas também e sobretudo pelo facto do Dr. Frutuoso não estudar a genealogia desta família com a demora e desenvolvimento que dedica a outras de menor condição, como quem não quis mexer muito em matéria que envolvia melindre pessoal e talvez outras susceptibilidades devidas a não estar em relações correntes com todos os seus parentes. Mantinha certamente relações com o irmão Frutuoso Dias, a quem casou; e talvez com a madrasta Maria Dias, se dermos crédito ao título do dito capítulo 8.º da *História dos dois amigos.*

Pela linha de seu irmão Frutuoso Dias, só pudemos explorar esta família no ramo da filha Margarida Furtada, casada com Melchior Alves da Rocha, única de quem conhecemos descendência (como mostra a árvore de geração n.º 1, do *Apenso),* que deve ser numerosíssima na Ribeira Grande, principalmente na Ribeira Seca, onde viveram os filhos e netos, mas da qual só pudemos seguir até à actualidade a linha dos Pontes, de que é um dos representantes o ilustrado clérigo, Sr. Padre Herculano Augusto de Medeiros, actual vigário de S. Pedro de Ponta Delgada, 8.º neto de Gaspar Frutuoso da Rocha, (irmão do mencionado testador Licd.º António Furtado da Rocha) e portanto 10.º neto de Frutuoso Dias, irmão do Dr. Gaspar Frutuoso.

Frutuoso Dias e sua mulher Catarina Nunes, tiveram dois filhos, pelo menos: *a)* — Gaspar, baptizado na Matriz da Ribeira Grande a 29 de Maio de 1569 pelo padre bacharel Ascêncio Gonçalves, sendo padrinhos o Licd.º Manuel Garcia ([83]) e Francisca Ferreira, mulher de Pedro de Paiva; deste Gaspar mais nada sabemos; *b)* — e Margarida Furtada, baptizada na mesma Matriz a 21 de Março de 1572, sendo padrinhos Vicente Anes Bicudo e Margarida Fernandes, e que, como já dissemos, casou na Matriz da Ribeira Grande a 5 de Julho de 1592 com Melchior Alves da Rocha, morador na Ribeira Seca (onde faleceu sem testamento a 6 de Fevereiro de 1626), filho de Manuel Rodrigues da Rocha e de sua mulher Maria Pires, também moradores na Ribeira Seca, onde ele faleceu com testamento a 1 de Outubro de 1611, instituindo uma missa perpétua e nomeando testamenteiro o filho Melchior; a sua ascendência consta do capítulo 25.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra.*

Melchior Alves da Rocha e Margarida Furtada tiveram os seguintes quatro filhos:

1.º — Licenciado Padre António Furtado da Rocha, vigário de S. Pedro de Vila Franca do Campo, onde morreu a 9 de Junho de 1660, com testamento feito a 27 de Janeiro desse ano (Documento n.º 13 do *Apenso),* em que vem a preciosa referência a seu tio o Dr. Gaspar Frutuoso, que foi a base desta investigação; também fala em sua irmã, já falecida, Bárbara Furtado da Rocha, em seus irmãos, o capitão Matias Furtado da Rocha e Gaspar Frutuoso da Rocha, e nas filhas deste que adiante se nomeiam;

2.º — A dita Bárbara Furtado da Rocha, que só conhecemos pela referência do testamento do irmão, não se sabendo se morreu solteira ou se foi casada;

3.º — Capitão Matias Furtado da Rocha, baptizado em S. Pedro da Ribeira Seca a 11 de Dezembro de 1608; morreu na mesma freguesia, onde era morador, a 29 de Setembro de 1677, tendo casado aí em 21 de Outubro de 1634 com Maria de Sousa, baptizada na dita freguesia a 21 de Janeiro de 1601, filha de Gaspar Lopes e de Maria de Sousa, casados e moradores na Ribeira Seca, onde ele morreu a 20 de Maio de 1633 e ela a 15 de Setembro de 1639. Do casamento do capitão Matias Furtado da Rocha com Maria de Sousa, conhecemos quatro filhos: *a)* o Padre António Furtado da Rocha, herdeiro do tio Licd.º do mesmo nome, que o criou e encaminhou para a vida de clérigo, e que, como ele, viveu em Vila Franca, onde fez testamento a 23 de Janeiro de 1694; *b)* — o Padre Manuel Furtado da Rocha, que viveu com seu irmão António em Vila Franca; *c)* — Melchior Alves da Rocha, que casou na Matriz da Ribeira Grande a 19 de Novembro de 1667 com Maria Mourato Moreira, de quem não sabemos descendência; *d)* — e o Capitão Francisco da Rocha Furtado, que viveu solteiro na Ribeira Seca, onde fez testamento a 19 de Setembro de 1679 e morreu a 10 de Janeiro de 1681,

deixando um filho natural de quem nada sabemos (nem sequer o nome), senão que foi havido em Maria Cordeiro, filha de Domingos Caldeira, da Ribeira Grande;

4.º — Gaspar Frutuoso da Rocha, morador na Ribeira Seca, onde foi baptizado a 14 de Fevereiro de 1599 e morreu a 20 e tantos de Março de 1666, com testamento feito nas notas do tabelião Francisco de Melo Rezendes; foi casado (não sabemos onde, nem quando) com Maria Pacheca, de quem teve, pelo menos, quatro filhos:

a) — António Pacheco da Rocha, casado em S. Pedro da Ribeira Seca a 2 de Setembro de 1675 com Marta de Aveiro, com geração na mesma freguesia;

b) — Maria Pacheca, citada no testamento do dito Licd.º António Furtado da Rocha, que a diz casada, sem se saber com quem;

c) — Marta Cabral, que casou na Matriz da Ribeira Grande a 8 de Maio de 1660 com Domingos da Ponte, de quem não sabemos se há geração;

d) — e Bárbara de Medeiros, também citada no testamento do tio, casada a 18 de Junho de 1653 em S. Pedro da Ribeira Seca com Jerónimo Pereira Ouros, filho de Bento Ferreira da Costa, de Vila Nova de Gaia, e de sua mulher Maria Pereira Ouros, da Ribeira Grande (casados em S. Pedro da Ribeira Seca a 17 de Setembro de 1626), esta, filha de Manuel Pereira Ouros e de sua mulher Catarina de França (casados pelo Dr. Gaspar Frutuoso a l de Maio de 1589 na mesma paroquial da Ribeira Seca), sendo Catarina de França filha natural, mas reconhecida, do Padre Licd.º Ascêncio Gonçalves, ouvidor do eclesiástico, vigário da dita paroquial e amigo do Dr. Frutuoso. Por esta linha de Bárbara de Medeiros e de seu marido Jerónimo Pereira Ouros, é que se continua na árvore n.º 1 a geração desta família até à actualidade, havendo todavia muita outra descendência dos mesmos progenitores, que não pudemos explorar.

Tratemos agora dos outros dois homónimos do historiador, o Padre Gaspar Frutuoso, de Ponta Delgada, e seu sobrinho Gaspar Frutuoso Carreiro, da mesma cidade, que devem ser seus parentes, talvez o primeiro sobrinho neto e o segundo sobrinho bisneto. Observemos primeiramente sobre que dados assentam estes supostos parentescos. O Padre Gaspar Frutuoso, cuja ascendência apuramos, como se vê na árvore n.º 3, do *Apenso,* é filho de Lourenço Vaz Carreiro e de uma Margarida Furtada, sua mulher, nome que repetidas vezes encontramos na família dos Frutuosos, descendentes do primeiro Frutuoso Dias; este mesmo Padre Gaspar Frutuoso em 1609 vende uma terra na Relva. que tinha herdado de sua tia Catarina Dias, viúva de Gaspar Fernandes, da Relva, segundo uma anotação do Dr. Ernesto do Canto, extraída do cartório da casa do Barão da Saúde (Documento n.º 14 do *Apenso).* O ter ele herdado de viúva de Gaspar Fernandes sugere a ideia de ser neto ou bisneto do primeiro Frutuoso Dias, por ser Gaspar Fernandes seu genro, como atrás vimos; mas segundo as *Saudades da Terra,* Gaspar Fernandes foi casado com Maria Dias (filha do dito Frutuoso Dias) e não com Catarina Dias. Pode, no entanto, ter havido má leitura deste nome na escritura de venda, se por acaso foi escrito em abreviatura, pois é fácil confundir na letra dos princípios do século XVII *M.ª* com *C.ª*.

Não é natural que o erro se tenha dado no texto das *Saudades da Terra,* porque o autor dificilmente se teria enganado no nome de uma sua irmã, e porque o manuscrito original deve dizer *Maria* e não *Catarina,* por assim estar em cinco cópias que consultámos ([84]).

Estes factos, aliados à continuidade do nome Gaspar Frutuoso no tio e no sobrinho (indício de que a memória do cronista foi venerada pela família no século imediato), reforçam a suposição do seu parentesco com o Dr. Gaspar Frutuoso; nunca achámos, porém, documento que o confirmasse. Entretanto, surgem as seguintes dúvidas: sendo o Padre Gaspar Frutuoso sobrinho da viúva de Gaspar Fernandes, lógico seria supô-lo descendente do segundo matrimónio de Frutuoso Dias, com Maria Dias *(Saudades da Terra,* Livro 4.º, capítulo 31.º), porque é por esta filha desse segundo casamento que Gaspar Fernandes é genro de Frutuoso Dias; mas tendo-se efectuado esse casamento por 1550 (como já demonstrámos indirectamente) e sendo o Padre Gaspar Frutuoso filho de Lourenço Vaz Carreiro e de Margarida Furtada, a cronologia, se não rejeita por completo a hipótese dele ser descendente do segundo casamento de Frutuoso Dias, torna-a pouco aceitável, porque sua mãe, Margarida Furtada, por cuja via se pode conjecturar essa descendência (pois que a paterna está claramente estabelecida no capítulo 21.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra),* deve ter casado por 1560, poucos anos depois do casamento de Frutuoso Dias com Maria Dias. Induzimos esta

data do casamento de outro filho, Manuel Ribeiro, na Matriz da Ribeira Grande a 4 de Fevereiro de 1587. Todavia não há razão de força que impeça considerarmos Magarida Furtada como neta do precedente casamento de Frutuoso Dias com Isabel Fernandes, vindo assim o seu filho Gaspar Frutuoso a herdar de sua tia paterna, a viúva de Gaspar Fernandes, pois tanto uma como outra são filhas do mesmo Frutuoso Dias.

Tudo se esclareceria se soubéssemos o nome e a filiação da mãe de Margarida Furtada, assim como sabemos a ascendência do marido, Lourenço Vaz Carreiro, que já vamos expor; porém, só se sabe pelo capítulo 21.º do Livro 4.º das *Saudades da Terra* que Margarida Furtada é filha de Gaspar Rodrigues Ribeiro, de Ponta Delgada, sem nomear a mãe, que pode muito bem ser irmã do Dr. Gaspar Frutuoso, filha de Frutuoso Dias e de sua primeira mulher Isabel Fernandes; neste caso, Gaspar Rodrigues Ribeiro seria o *nobre hóspede, seu cunhado,* a quem se refere anonimamente a biografia do Padre Cordeiro, no § 19.º do cap.º 2.º do Livro II da «História Insulana», que, por ser de Ponta Delgada, estaria na Ribeira Grande, como hóspede em casa do vigário, seu cunhado.

O Dr. Frutuoso, tratando no dito capítulo 21.º do Livro 4.º da geração dos Carreiros, diz que Lourenço Vaz Carreiro, marido de Margarida Furtada (filha de Gaspar Roiz Ribeiro, de Ponta Delgada), é filho de Bartolomeu Vaz Carreiro, e este, filho de Gonçalo Vaz Carreiro, primeiro desta família que veio de Tavira para S. Miguel com o 4.º Capitão-donatário João Rodrigues da Câmara (depois de 1497 e antes de 1502), e de sua mulher Isabel Cabeceiras, filha do almoxarife de Tavira, Duarte Cabeceiras.

Neste capítulo não menciona nenhum filho de Lourenço Vaz Carreiro e de sua mulher Margarida Furtada; porém, no capítulo 25.º do mesmo Livro, tratando dos Paivas, diz que Margarida de Paiva e seu marido Duarte Privado, sargento-mor de milícias e juiz dos órfãos na Ribeira Grande, tiveram uma filha, Maria de Paiva, que casou com António *(sic)* Ribeiro, filho de Lourenço Vaz Carreiro. Aponta, assim e apenas neste capítulo, um único filho do casamento de Lourenço Vaz com Margarida Furtada, e ainda lhe errou o nome, porque do termo do respectivo casamento, celebrado na Matriz da Ribeira Grande a 4 de Fevereiro de 1587, se vê que *Manuel Ribeiro,* filho de Lourenço Vaz Carreiro e Margarida Furtada, casou com Maria de Paiva, filha de Duarte Privado e de Margarida de Paiva.

É estranhável o lapso do autor em pessoa que parece ser seu parente; mas, ainda que o não fosse, casou na sua igreja e é de uma família com quem Frutuoso mantinha íntimas relações, porque em diversos trechos da sua obra declara que um dos seus mais verídicos informadores sobre os sucessos antigos desta ilha fora Pedro Gonçalves Carreiro, homem muito antigo que viveu mais de 100 anos, filho do primeiro Gonçalo Vaz Carreiro, que para aqui veio; ainda mais prova a sua intimidade com a família Carreiro o facto de ele ter vindo da Ribeira Grande à Lagoa celebrar o casamento de um membro desta família, Diogo Vaz Carreiro, com Ana Fernandes, em 14 de Fevereiro de 1577, na Matriz de Santa Cruz.

Também de estranhar é não se referir o Dr. Frutuoso ao outro filho de Lourenço Vaz e de Margarida Furtada, Gaspar Frutuoso, seu homónimo, talvez seu afilhado e sem dúvida seu contemporâneo, como indica o testamento do pai, Lourenço Vaz, que, falecendo a 31 de Maio de 1592 (nove meses depois da morte de Frutuoso), fala no filho Gaspar, a quem deixa uma terra na Relva, com obrigação de missas; isto consta do termo de óbito na Matriz de Ponta Delgada (Documento n.º 21 do *Apenso),* porque o próprio testamento não aparece, nem no cartório dos Resíduos ou legados-pios, nem no arquivo da extinta Relação dos Açores, onde se guardam muitíssimos originais de testamentos dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Soubemos da filiação do Padre Gaspar Frutuoso pela verba de fls. 28 verso do «Livro de Lembranças da Misericórdia de Ponta Delgada de 1638», que diz: — *« Gaspar Frutuoso Carreiro paga 300 réis de foro da casa que ficou de Briolanja Baldaia, mulher preta. Esta casa foi aforada a Lourenço Vaz, pai do Padre Gaspar Frutuoso». — À* margem: — *«Agora paga António Carreiro seu sobrinho».* Procurando no arquivo da Misericórdia o aforamento a que se refere esta verba, encontramos a competente escritura feita a 26 de Abril de 1587, a fls. 218 verso do «Livro do Tombo Antigo», pela qual a Mesa da Misericórdia afora a Lourenço Vaz Carreiro, morador em Ponta Delgada, a casa que na rua da Palha ([85]) desta cidade lhe deixou Briolanja Baldaya (Documento n.º 15 do *Apenso).*

Lourenço Vaz Carreiro é o único filho de Bartolomeu Vaz Carreiro, a quem o Dr. Frutuoso se refere no capítulo 21.º do Livro 4.º; no capítulo 110.º do mesmo Livro diz que ele, Lourenço, foi o primeiro alferes da 3.ª companhia da cidade de Ponta Delgada, de que era capitão João de

Melo. Lourenço Vaz aparece como testemunha de um casamento da Matriz desta cidade a 14 de Janeiro de 1588, com D. Jorge Pereira, Pedro Velho Cabral e Pedro Homem, todos pessoas nobres e distintas da época. Sua mulher Margarida Furtada, que pelas *Saudades da Terra* sabemos ser filha de Gaspar Rodrigues Ribeiro, de Ponta Delgada, é designada por Margarida Roiz no termo de óbito do marido, a 31 de Maio de 1592 na Matriz de Ponta Delgada (Documento n.º 21 do *Apenso);* no termo do seu próprio óbito, na mesma paroquial a 21 de Janeiro de 1616, é nomeada «por Margarida Furtada, viúva, mãe do Padre Gaspar Frutuoso» (Documento n.º 22 do *Apenso).*

Deste casamento conhecemos os dois filhos:

1.º — Manuel Ribeiro (a quem, como dissemos, o Dr. Frutuoso chama António Ribeiro), que tomou o apelido de seu avô materno Gaspar Rodrigues Ribeiro; casou em 4 de Fevereiro de 1587 na Matriz da Ribeira Grande com Maria de Paiva, de quem houve duas filhas: *a)* - Margarida Furtado, baptizada na Matriz de Ponta Delgada a 23 de Agosto de 1588, onde casou a 6 de Fevereiro de 1612 com Jorge Dias da Cunha, com geração (Árvore n.º 3 do *Apenso);* — *b)* - e Maria de Paiva, casada na mesma Matriz a 30 de Setembro de 1617 com Duarte Neumão *(Newman),* inglês, viúvo, — *c)* - tiveram mais um filho, Gaspar, baptizado na dita paroquial a 10 de Dezembro de 1592, que temos dúvidas se é o Gaspar Frutuoso Carreiro de que adiante tratamos;

2.º — Padre Gaspar Frutuoso, de quem já provámos a filiação; fez serviço na Matriz de Ponta Delgada, em cuja freguesia era morador e onde morreu a 29 de Março de 1630, com testamento que não aparece, sabendo-se pelo termo de óbito ter nomeado testamenteiro o sobrinho Gaspar Frutuoso Carreiro (Documento n.º 23 do *Apenso).* À data da morte do pai, em 31 de Maio de 1592, ainda não estava ordenado, nem no ano seguinte, a 13 de Julho, em que aparece como testemunha num casamento celebrado na sua freguesia; mas já era padre a 3 de Novembro de 1609, data da escritura de venda de uma terra na Relva, que herdara de sua tia Catarina Dias, viúva de Gaspar Fernandes, caso que atrás discutimos. Este padre, bem como toda a sua família, tinha vários prédios na Relva; numa escritura de arrendamento de uma terra sita nessa localidade, feita em Ponta Delgada, nas notas do tabelião Gregório Sanches a 13 de Setembro de 1627, aparece como senhorio outorgante o *«Padre Gaspar Frutuoso, clérigo de missa».*

Parece ter havido um 3.º filho de Lourenço Vaz Carreiro e Margarida Furtada, com o nome do pai, que encontramos a 9 de Fevereiro de 1624 (32 anos depois do falecimento do pai), numa escritura feita em Ponta Delgada nas notas de Rafael Cardoso, pela qual Duarte Neumão e sua mulher Maria de Paiva (seus sobrinhos?) venderam uma propriedade rústica ao Padre Francisco Cordeiro Espinosa. Lourenço Vaz Carreiro assina como testemunha, com bela caligrafia.

Quanto ao terceiro homónimo do Dr. Frutuoso, Gaspar Frutuoso Carreiro, testamenteiro do tio Padre Gaspar Frutuoso e seu herdeiro (de outros bens, além da casa da rua da Palha foreira à Misericórdia, atrás mencionada), não sabemos de quem é filho; parece ser o Gaspar baptizado na Matriz a 10 de Dezembro de 1592, filho de Manuel Ribeiro e de Maria de Paiva; mas a fls. 96 verso do Livro 1.º de óbitos da mesma paróquia, encontra-se o termo de falecimento de Maria Furtada, a 11 de Março de 1631, sendo testamenteiro o irmão Gaspar Frutuoso Carreiro. Ora, já vimos que Manuel Ribeiro e Maria de Paiva tiveram uma filha Maria de Paiva que foi mulher do inglês Duarte Neumão; teriam uma outra filha Maria com o apelido Furtado? É possível; mas, decerto, aquela de quem foi testamenteiro o irmão Gaspar Frutuoso Carreiro não é a mulher de Duarte Neumão, porque este sobreviveu-lhe (e casou 3.ª vez) e seria o testamenteiro da mulher, além de que o termo de óbito de Maria Furtada indica ser solteira, pois não aponta o seu estado civil.

Estas considerações fazem-nos vacilar se não seriam Gaspar Frutuoso Carreiro e Maria Furtada filhos de outro irmão ou irmã do Padre Gaspar Frutuoso, cuja pista não encontramos.

Gaspar Frutuoso Carreiro foi casado com Ana de Paiva, o que se sabe pelo termo de óbito (Documento n.º 24 do *Apenso*) e de um processo cível, em que foram autoras as freiras do convento de Santo André de Ponta Delgada e réu Gaspar Frutuoso Carreiro, instaurado a 11 de Junho de 1641, cujo extracto diz em resumo: - que o réu deve às autoras rendas atrasadas, desde 1633, de uma terra na canada da Saúde e de um foro de 300 réis imposto numa tulha da rua d'Água desta cidade, bens que o réu houve por herança de seu tio o Padre Gaspar Frutuoso; prova-se que o dito falecido tio pagou a renda e o foro até 1620 e assinou uma

obrigação de dívida por uns restos que ficou devendo, a 22 de Junho de 1621; a 17 de Março de 1642 é citada a sentença na pessoa de Ana de Paiva, *«dona viúva, mulher que foi do réu originário Gaspar Frutuoso Carreiro* ([86]).

Procurámos, sem resultado, nas três freguesias da cidade, nas paróquias mais próximas e nas da Ribeira Grande o termo do casamento de Gaspar Frutuoso Carreiro com Ana de Paiva, para esclarecermos a sua duvidosa filiação; deve ter sido por 1629, porque em escritura de 6 de Junho desse ano, nas notas do tabelião Jorge de Palha, de Ponta Delgada, Ana de Paiva foi dotada por seu irmão Manuel Pires de Paiva, ambos filhos de Domingos Pires de Paiva e de sua mulher Maria Fernandes, moradores na mesma cidade. Do seu casamento não houve geração, porque foi herdeiro dele o sobrinho, António Carreiro Pimentel (como mostra a aludida verba do «Livro de Lembranças» da Misericórdia de Ponta Delgada), baptizado na Matriz da cidade a 3 de Fevereiro de 1620, filho de Jorge Dias da Cunha e de sua mulher Margarida Furtada (casados, como já vimos, na mesma Matriz a 6 de Fevereiro de 1612), esta, filha de Manuel Ribeiro e de Maria de Paiva, e portanto sobrinha do Padre Gaspar Frutuoso, homónimo do cronista. António Carreiro Pimentel casou em S. José de Ponta Delgada a 30 de Abril de 1642 com Catarina de Araújo, filha de Gonçalo de Teve Osório (administrador de um vínculo na Relva) e de sua mulher Ana de Vasconcelos; deste casamento há numerosa descendência nos Arrifes e na Relva.

Gaspar Frutuoso Carreiro era morador na freguesia de S. José desta cidade, quando faleceu em 21 de Janeiro de 1642; mas antes, a 16 de Maio de 1623, talvez ainda solteiro, era freguês da Matriz da mesma cidade, como mostra um termo de baptismo, em que foi padrinho, a fls. 34 do Livro 2.º da paróquia de S. Pedro, também da cidade; é aí nomeado - Gaspar Frutuoso, sobrinho do Padre Gaspar Frutuoso.

De um nobiliário de famílias de Portugal, sem nome de autor, da Colecção Pombalina, códice n.º 282, fls. 172, extraiu o Sr. Aires de Sá o documento DCXXXVI, publicado a pág. 176 e seguintes do 2.º volume da sua obra *«Frei Gonçalo Velho»*, documento referente à família Bormão desta ilha de S. Miguel, em que desfiando a respectiva genealogia, diz no fim: - *«cujas notícias passou por uma certidão José Vieira de Miranda, beneficiado da igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela da Vila da Ribeira Grande, escrivão da visita dela e notário apostólico, referindo-se ao livro do Dr. Gaspar Frutuoso que tem o Licenciado João de Sousa Freire, vigário que foi da Igreja de S. Pedro da Ribeira Seca, sobrinho do dito Dr. Gaspar Frutuoso, cuja certidão passou em 13 de Julho de 1620»*.

Aparece-nos, assim, um outro sobrinho do Dr. Frutuoso, que apenas por vagas conjecturas poderemos relacionar com a família dos dois últimos homónimos, de que acabamos de tratar. A certidão do Padre Vieira de Miranda foi passada em 1620, em face do Livro do Dr. Frutuoso, talvez uma cópia das *«Saudades da Terra»*, que *tem* seu *sobrinho* Padre João de Sousa Freire, vigário de S. Pedro da Ribeira Seca. Ora este vigário foi baptizado doze anos depois, a 2 de Fevereiro de 1632 na Matriz de Ponta Delgada, onde moravam seus pais, Rolando Inques, inglês, e sua mulher Maria de Sousa Freire, casados a 30 de Junho de 1631 na paroquial de S. José da mesma cidade; este vigário instituiu um vínculo por testamento aprovado a 26 de Outubro de 1696 e aberto por sua morte, a 9 de Novembro de 1709. Houve posteriormente um outro Padre João de Sousa Freire, sobrinho daquele (filho de seu irmão o alferes Francisco de Sousa Inques e de sua mulher Maria da Costa, casados em S. Pedro de Ponta Delgada a 6 de Outubro de 1640), que foi vigário da Matriz da Ribeira Grande e não teve o grau de Licenciado.

Portanto o documento publicado pelo Sr. Aires de Sá refere-se ao tio, vigário de S. Pedro da Ribeira Seca, que à data da certidão estava ainda no *«tipo imenso das gerações futuras»*. Conclui-se que o *livro* de que foi extraída a certidão estava em 1620 noutra mão e que depois, à data desconhecida da factura do nobiliário, é que o tinha o Padre João de Sousa Freire. Isto significa muito boa vontade da nossa parte em ligar crédito ao que diz o documento.

Vejamos a ascendência do vigário João de Sousa Freire, cujos pais já nomeámos; é neto paterno de Ricardo Inques e Maria Inques, ingleses, que nunca vieram à ilha de S. Miguel, e por isso abandonamos esta linha; é neto materno de António de Monforte (filho de um flamengo do mesmo nome e de sua mulher, com quem casou nesta ilha, Marquesa Gonçalves Caiado, mencionada pelo Dr. Frutuoso no capítulo 17.º do Livro 4.º *das Saudades da Terra*) e de sua mulher Beatriz Meirinho de Sousa Freire, casados na Matriz de Ponta Delgada a 15 de Novembro de 1588. Unicamente por esta sua avó materna se pode estabelecer um longínquo

parentesco afim, entre o Padre João de Sousa Freire e o historiador Dr. Frutuoso, e ainda assim por via da coincidência do apelido Ribeiro na família Sousa Freire e na dos dois homónimos do historiador, Padre Gaspar Frutuoso e Gaspar Frutuoso Carreiro, cuja ligação com a família de Frutuoso Dias só por vagos indícios estabelecemos. A dita sua avó materna, Beatriz Meirinho de Sousa Freire, que morreu de 60 anos em S. Pedro de Ponta Delgada a 16 de Abril de 1635, é filha de André Gonçalves Freire e de sua mulher Beatriz Meirinho, casal que teve uma outra filha, Águeda Meirinho (falecida na freguesia Matriz da mesma cidade a 23 de Janeiro de 1605), que foi casada com o Provedor dos Ausentes António Botelho Ribeiro, falecido na mesma freguesia Matriz a 29 de Maio de 1616.

Temos portanto que este António Botelho Ribeiro era tio avô por afinidade do vigário Licd.º João de Sousa Freire, e apenas pelo insignificante acaso de o Padre Gaspar Frutuoso (o que foi morador em Ponta Delgada e homónimo já tratado do Dr. Frutuoso) ter por irmão um Manuel Ribeiro e serem ambos netos maternos de Gaspar Rodrigues Ribeiro, como atrás assentamos, se pode forçadamente conjecturar serem primos em segundo ou terceiro grau, e daí se tirará a arriscada ilação de ser o dito Sousa Freire parente afim muito afastado do Dr. Gaspar Frutuoso, que repetimos, não está documentalmente provado ser tio do Padre Gaspar Frutuoso, de Ponta Delgada.

As outras linhas ascendentes do Padre Sousa Freire, bem conhecidas dos genealogistas, não conduzem a nada que possa firmar, sequer de longe, a afirmativa do seu parentesco com o autor das *Saudades da Terra*, tão categoricamente expresso no referido documento.

Toda esta árida explanação genealógica, que julgamos indispensável comentar e discutir, está resumida esquematicamente nas três árvores que adiante publicamos.

Afigurar-se-á isto de pouco interesse, e é-o, realmente, agora, porque as conclusões a que chegamos com o que fica arrazoado acerca da família do Dr. Frutuoso, são indecisas e carecem de documentação segura; pareceu-nos, porém, que, de futuro, outrem com utilidade e melhor êxito se poderá valer dos elementos que deixamos expostos, para prosseguir na solução do problema dos progenitores e da família do nosso eminente conterrâneo Dr. Gaspar Frutuoso. Só esta esperança justifica a publicação dos fracos resultados das nossas investigações sobre este assunto, em que trabalhamos há muitos anos.

Também, somente desculpará a inabilidade com que ficou tracejado este ensaio biográfico, o constrangimento com que o fizemos, levados pela necessidade intuitiva de lembrar aos contemporâneos este esquecido vulto da nossa literatura quinhentista, agora que se edita a parte mais importante da sua obra.

Ponta Delgada, 31 de Março de 1922.

Rodrigo Rodrigues

APENSO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO N.º 1

Cap.º 2.º das «Crónicas da Província de S. João Evangelista», de Frei Agostinho de Monte Alverne (pág. 226 do 2.º vol. do original) ([87])

«Da vida e morte do Doutor Gaspar Frutuoso»:

1.º - Nasceu este varão apostólico na cidade de Ponta Delgada, no ano de 1522; de menino foi devotíssimo de N.ª Sr.ª, e tão inclinado, que cativava a todos com sua virtude; foi estudar Artes a Salamanca, e, voltando à pátria, se ordenou de sacerdote, onde abalou a todos com sua doutrina. Tornou a Salamanca a estudar Teologia, onde teve por mestre o Doutor Fr. Domingos Soto, que, conhecendo seu grande talento, o tratava com muito respeito.

2.º - Abrasava-se muito com a santa pobreza e por isso dava graças a Deus; porque, estando estudando em Salamanca com o Doutor Gaspar Glz ([88]), por lhe faltar o viático, passando com uns gravanços, por lhe faltarem estes às vezes, estando dando graças a Deus, com um cesto grande lhe bateu um moço à porta, de certa pessoa que se confessava com ele, sem saber da necessidade grande que padecia o pobre estudante.

3.º - A rogos do seu mestre, o P.e Fr. Domingos Soto, veio para o bispo de Bragança Dom Julião de Alva, que o tinha pedido, e no governo lhe foi de grande alívio, lendo alternativamente casos com os padres da Companhia, que há pouco tempo tinham fundado naquela cidade, sendo o p.e Ruy Vicente reitor daquele Colégio.

4.º - Deixando o bispado Dom Julião, sucedendo a Dom George de Santiago no bispado de Angra Dom Manuel de Almada, tendo notícia deste servo de Deus pelos naturais que estavam em Lisboa, se valeu para que viesse com ele e, vencido dos rogos que lhe fizeram, renunciou nas mãos do bispo Pinheiro os benefícios que lhe tinha dado o bispo Dom Julião, que excediam mil cruzados o que rendiam.

5.º - Chegando a Lisboa o servo de Deus, estava vaga a igreja de Nossa Senhora da Estrela, paroquial desta vila da Ribeira Grande, por morte do p.e pregador Fr. Manuel Pereira, que foi o sexto vigário desta igreja, a quem o dito bispo e naturais que em Lisboa estavam, pediram a quisesse aceitar, o que fazendo, tendo idade de 43 anos, como o bispo ficava em Lisboa, querendo-lhe carregar nos ombros o governo deste bispado, vindo ele, por bom modo se escusou.

6.º - Às suas ovelhas pregava apostolicamente, porque deixando os vereadores embarcar trigo de sorte que ficaram os pobres perecendo à fome, pregou-lhe de modo no púlpito, que se lhe vieram botar aos pés, e remediaram a necessidade que havia, o que também fez o donatário Manuel da Câmara e seu filho Dom Rodrigo, o primeiro conde de Vila Franca, e falando-lhe no Cardeal, lhe deu por resposta que para cardeais, para donatários e para condes havia Inferno, que a sua intenção toda tocava em seu interesse.

7.º - Era muito amigo dos pobres; para os remediar, solicitava todos os meios; quando os franceses roubaram a Madeira foi ter com o provedor e mais conselheiros da Misericórdia tirassem uma esmola, e assim a tiraram de trigo e dinheiro, que, enviada, foi a seu tempo bem cabida.

8.º - Era vigilante sobre suas ovelhas, fazia amistadas (sic), evitava ódios, tirava a umas de mau estado, compunha outras das desavenças que tinham; em qualquer hora, fosse de dia ou fosse de noite, por mais que as ocupações, ou hóspedes, por graves que fossem, o prendessem em casa, em ouvindo que a ovelha dava um balido, por tudo rompia, acudindo-lhe logo com o remédio.

9.º - O tempo que lhe restava de pastorear as ovelhas gastou em fazer um livro do descobrimento das ilhas de Canárias, de Cabo Verde, Madeira, Corpo *(sic)* e destas nossas, em que dá notícia não só dos primeiros que nelas entraram e dos honrados troncos que nelas plantaram, mas ainda das igrejas, conventos e mosteiros que nelas se fundaram, o qual livro, com mais de 400, de que constava a livraria que tinha, deixou aos padres da Companhia, de quem era devoto, e neste tempo davam princípio ao Colégio que hoje têm já na cidade de Ponta Delgada.

10.º - Tratava sua pessoa com muita aspereza, cilícios, disciplinas, jejuava quartas, sextas, sábados e na Quaresma a pão e água, jejuava às sextas; também querendo Deus apremiá-lo, conforme o que tinha merecido em vida, lhe enviou uma enfermidade, correio da morte, e dizendo missa e rezando vésperas e completa, recebendo a Santa Unção em dia do Apóstolo S. Bartolomeu, 24 do mês de Agosto de 1591, com 26 de vigário e verdadeiro pastor, e 69 de idade, piamente poderemos dizer que estará descansando em Deus, pois era tão grande sua virtude, que em lugar de Frutuoso, lhe chamavam o Dr. Gaspar Virtuoso.

11.º - Quando Deus o levou estava de visita na vila o bispo Dom Manuel de Gouveia com o seu vigário geral; e mandou que fosse enterrado na capela maior de sua igreja acima dos primeiros degraus defronte do altar maior, com uma campa, e nela mandou gravar este letreiro: «Aqui jaz o Dr. Gaspar Frutuoso que foi vigário e pregador desta igreja, vere varão apostólico, insigne em letras e virtudes».

DOCUMENTO N.º 2

Excerto do Cap.º 38.º das «Crónicas da Província de S. João Evangelista», de Fr. Agostinho de Monte Alverne (pág. 164 do 2.º vol. do original) ([89]*):*

«Vida, morte e milagres da Venerável Matrona Margarida de Chaves»:

..... 233 — Para isto se efectuar, vindo a esta ilha o Licd.º em Cânones Simão Fernandes de Cáceres, chantre da Sé de Angra e vigário geral do bispado, lhe requereu o filho Manuel Correia George, mandasse transferir o caixão em que estava o corpo da mãe para a capela maior; presentes o Doutor Gaspar Frutuoso e o vigário Sebastião Ferreira, que foram chamados por ordem do dito vigário geral, e lida a sentença e provisão sobre a grade e separação, do dito bispo. e certidão por que consta que o bispo Dom Pedro mandara fechar os ossos da serva de Deus em um caixão que ficou em sua sepultura, e a carta em que o bispo Dom Manuel de Gouveia deu licença ao dito P.e vigário para que trasladasse o corpo para a capela maior, onde parecesse melhor. Assentaram que a grade se não podia fazer na sepultura onde estava o caixão metido, por ser grande impedimento da administração do Santíssimo Sacramento, como por estar no meio de uma nave da igreja, que por ser estreita, impedia a grade e a serventia da igreja; e indo ao altar maior, em virtude da dita carta, escolheram sepultura ao pé do altar maior à parte do Evangelho, junto à parede da dita capela, por ser lugar alto e parecer mais conveniente para a reverência do dito corpo, e, de facto, aí se abriu a sepultura, com licença do dito vigário geral, determinando que a trasladação se fizesse em dia de Santo António à tarde, e feito este assento se assinaram todos três: vigário geral, Frutuoso, e vigário, em 10 de Junho de 1587.

234 — Em 13 de Junho de 1587, dia de Santo António à tarde na sacristia de S. Sebastião, estando presente o Licd.º Simão Fernandes, de Cáceres, chantre da Sé de Angra e vigário geral do bispado, e o Dr. Gaspar Frutuoso, e Timóteo Roiz Teixeira, ouvidor eclesiástico desta ilha de S. Miguel, e o P.e Sebastião Ferreira, vigário da dita igreja e toda cleresia da cidade, que por devoção se ajuntaram, foi praticado entre eles que a igreja estava cheia de grade e a maior parte do povo da cidade e o mais dela da gente principal dela, que, portanto, seria bom ler-se em voz alta e inteligível a sentença que o sr. bispo tinha dado, por virtude dos sumários que, por sua autoridade e comissão de outros prelados passados, se tiraram sobre a vida e milagres de Margarida de Chaves, de gloriosa memória, e a certidão que o Sr. bispo D. Pedro de Castilho mandou fazer, no tempo que mandou fechar seus ossos em uma caixa, que ficou metida na sepultura que ao presente estava em a igreja e o termo que tinham feito em dez deste mês e ano, para se fazer a traslação do dito corpo para a capela maior, em virtude da licença que para isso deu o sr. bispo na forma de sua carta, assim para que o povo e gente que estava junta entendesse o que se queria fazer, e o modo com que se tinha praticado em as

maravilhosas obras da dita Santa Margarida de Chaves, como também para que não ficassem cuidando que então se tratava de sua beatificação ou canonizacão, pois tudo estava remetido a Sua Santidade, pela dita sua sentença, mas somente se tratava da traslação do dito corpo para a sepultura da capela maior, para o lugar que estava preparado; a qual sentença, certidão, termo de assento, provisões, que disso havia, foram lidos em alta e inteligível voz, no cruzeiro da igreja, por Afonso de Góis, escrivão do eclesiástico, de modo que todos os papéis foram bem entendidos do povo, e como se queria fazer a traslação do dito corpo; e logo foram à sepultura que estava na igreja abaixo dos degraus da capela do Santíssimo Sacramento, onde estava metida a caixa do dito corpo, segundo relatava a certidão feita por mandado do sr. bispo D. Pedro, pelo seu Deão de Angra, que agora é bispo do Funchal; e aberta a dita sepultura, acharam a dita caixa examinada pelas confrontações conteúdas na certidão, acharam ser a mesma que se meteu na dita sepultura, com os ossos da dita santa matrona; e logo foi tirada fora e posta em uma mesa que estava na capela do Santíssimo Sacramento, tudo feito com a devida reverência, a qual com muita cera acesa e devoção do povo foi levada à sepultura que estava feita na capela maior, onde foi posta e metida, e coberta a sepultura com suas pedras, e por cima, um estrado de madeira coberto com um pano de veludo, com sua grade à roda, na forma da dita sentença e declaração que para isso o dito sr. bispo deu por sua provisão e carta; e assim foi levado com muita solenidade e cantoria de salmos, debaixo de um pálio de brocado que levavam sacerdotes, foram devotamente levados por Ruy Gonçalves da Câmara primeiro Conde de Vila Franca, e Dom Francisco seu filho, e o juiz de fora da cidade, o Dr. Gileanes da Silveira, e o Dr. Gaspar Frutuoso, e o capitão António de Oliveira, e o capitão Alexandre, e diante a cleresia toda em procissão, fazendo-se tudo com a devida reverência ao dito santo corpo, e foi para ver a devoção do povo, na profunda cova que se fez na sepultura, tirando e levando terra dela, que todos estimavam por grande relíquia, com a qual fez Deus muitos milagres em louvor desta maravilhosa glória e resplendor das ilhas do mar oceano, certa regra do bom viver, estímulo penetrante dos seus naturais e do seu estado, e espertador geral para a salvação; em cuja sepultura está hoje ardendo um formoso lampadário de prata que lhe mandou das Índias seu irmão Antão de Chaves, aplicando vinte alqueires de terra de sua legítima, no lugar dos Mosteiros, para de seu rendimento se lhe comprar o azeite, o qual administra o capelão do anal de Afonso Anes, bisavô da serva de Deus.

DOCUMENTO N.º 3

Extractos dos livros do arquivo da Universidade de Salamanca, fornecidos pelo Sr. D. José de Bustos y Miguel, professor da Faculdade de Ciências da mesma Universidade:

Libro de matrículas de 1553 en 1554: —Haciendo el n.º 183: «gaspar frutuosso. b. ar. *(bacharel em artes).*

Libro de matrículas de 1554 en 1555: — Haciendo el n.º 304 entre los estudiantes: «gaspar frutuosso p.º ba. *(presbitero bacharel).*

Libro de matrículas de 1556 en 1557: — cursos y bachilleramientos en santa theologia, al folio 4 y haciendo el n.º 110 de los matriculados en dicha facultad: - «gaspar frutuosso p.º b. art.» - (tiene llamadas à direcha e esquierda).

Libro de matrículas de 1557 en 1558: — entre los estudiantes y bachilleres en santa theologia figura haciendo el n.º 74: — «gaspar frutuosso p.º b. art.»

Libro de pruebas de cursos y bachilleramientos de 23 Abril 1557 a 2 Abril 1560: — al folio 23: — «cursos de gaspar fructuoso presbitero natural de... *(esto está en blanco):* probo el susodicho un curso de sentencias deste ano de cinquenta y seis en siete con matheo arador presbitero y con baltasar quadrado; yten probo diez lectiones: con francisco de peña cerrada nueve y la una con jorge da mota y todas diez con juanes de villalua. Juraron en forma»,

Al folio 24 v.to de dicho libro: — «Presentacion de una carta de bachilleramiento en artes de gaspar frutuosso presbitero: - El dicho dia 21 de mayo de 1557 el dicho gaspar frutuosso presbitero presento su carta de bachilleramiento en artes fecha en esta universidad en el año de mil e quinientos e quarenta e nueve años a treze de mayo e del dicho año e luego se le bolvio y el mismo la rescibio e lo firmo, Gaspar Frutuoso - *(rubrica).*

Al folio 48 v.to del referido libro: - *(Segue a carta de bacharel em teologia publicada a pág. 407 do 1.º volume do Archivo dos Açores).*

Falta el libro de bachilleramientos del año 1549.

En un libro titulado *«Pruebas de cursos y bachilleramientos desde 1 Dbro 1549 a 20 Octubre 1551»,* se ha encontrado el seguiente assento: — este dia VII de mayo de 1549 el señor maestro Juan Gil de Mata (sic) echo el un Real e dos maravedises del bachiller en artes gaspar frutuosso».

Se han mirado detenidamente los libros de licenciamientos y doctoramientos desde 1558 a 1561 y no se hay encontrado asientos relativos al licenciamiento de este individuo.

Libros de pruebas de curso y bachilleramientos en theologia, artes y medicina desde 20 abril 1555 a 16 marso 1556: — folio 190 v.to: cursos de gaspar gonçalves de la isla de san miguel: — «este dicho dia (11 mayo 1555) probo el dicho tres cursos, uno de filosofia natural e dos de medicina, de los dos años de cincuenta e tres en cincuenta y quatro e de cincuenta y quatro en cincuenta y cinco años con gaspar frutuoso e con Rodrigo de miranda, el de filosofia, y de medicina del año de cincuenta y tres en quatro y de medicina deste año de cincuenta e cuatro en cinco años con Juan hernandez e con pedro de llerena. Juraron en forma de derecho».

DOCUMENTO N.º 4

L.º 2.º dos acórdãos da Câmara da Ribeira Grande fl.ª 77 v.º:

«Ajuntamento das pessoas da governança sobre o doutor: Em os dezanove dias do mês de Abril do ano de 1578 anos em a casa da Câmara desta Vila da Ribeira Grande desta ilha de S. Miguel, foram juntos os oficiais da Câmara, s. s. Gaspar Vaz de Sousa, juiz ordinário, e Pedro Alves Cabral, e João Roiz, vereadores, e Bastião Alves, procurador do concelho e sendo juntos, por eles oficiais foi mandado a Pero Marinho, porteiro, que fosse chamar as pessoas da governança e vieram as pessoas seguintes, s. s.; Luís Tavares, Francisco Tavares, Nuno de Sousa, Cristóvão de Vasconcelos, Pero de Paiva, Gaspar de Braga, e Jordão Pacheco e Domingos Fernandes, Belchior do Amaral, e Duarte Tavares, e Henrique Tavares, e Frutuoso Dias, Gonçalo Bezerra e outros abaixo assinados, e por eles oficiais foi mandado pedir ao doutor Gaspar Frutuoso, vigário da igreja desta Vila, que quisesse ser presente com eles oficiais e pessoas da governança para haverem de pedir a Sua Alteza coisas que cumprem o bem da república desta Vila, o qual foi presente na dita Câmara com eles oficiais, e sendo juntos praticaram as coisas seguintes: Roque Roiz o escrevi; e foi presente também Gaspar Manuel, procurador dos mesteres; e sendo juntos por eles oficiais foi dado prática a eles senhores, dizendo-lhes em como esta Vila e seu termo era de grande povo e era muito necessário haver continuamente um médico e que ora lhe era dito que o doutor Gaspar Gonçalves, que estava ora nesta Vila, se queria ir a morar fora dela, por onde o povo ficaria muito desconsolado e afrontado dos muitos trabalhos em haverem de mandar cada dia buscar médico para outras partes, para os haver de curar, por ser o dito povo muito grande como dito é, por ele ser um homem muito bom letrado e experimentado nas letras e virtuoso e de bom viver e ser cristão-velho de pai e de mãe e ser pessoa que curava os pobres sem interesse algum, e para o dito ofício muito diligente, e era necessário pedir a Sua Alteza que da imposição de que tem feito mercê a esta vila, haja por bem de lhe darem trinta mil réis dela em cada um ano, para que também cure os pobres do hospital desta Vila, porquanto Sua Alteza tem feito mercê a quando concedeu a dita imposição a esta vila, que da dita imposição pagassem a um cirurgião, do qual não temos necessidade, somente do médico, e que portanto eram chamados para com eles consultarem se se pediria a Sua Alteza que quisesse fazer mercê ao povo desta Vila conceder o que acima diziam; logo sendo dada a dita prática todos disseram que a eles lhe parecia bem e que era muito serviço de Deus e de Sua Alteza e bem da república desta vila e termo, e honra dela, o dito doutor não o deixarem ir desta vila, por ter todas as ditas qualidades, e com muita brevidade mandarem pedir a Sua Alteza os ditos trinta mil réis da dita imposição para seu remédio de sua vida e estar nesta vila. Roque Roiz o escrevi. E outrossim acordaram de pedir a Sua Alteza que de suas rendas haja por bem de dar em cada um ano mantimento a um mestre de capela para o serviço da igreja desta vila e honra do culto divino, por ser das primeiras igrejas destas ilhas e bem servidas, e por estar nesta vila um Gaspar Gonçalves boticário há muitos anos e bom cantor de canto de órgão e serve na dita

igreja e faz oficiar os ofícios divinos como se pode fazer em uma nobre sé, e portanto assentaram todos de pedir a Sua Alteza lhe faça mercê de lhe dar mantimento de mestre de capela, como tem a cidade da Ponta Delgada e em outras partes deste bispado; e de tudo mandaram fazer este acordo e o assinaram e eu Roque Roiz o escrevi». *(Seguem muitas assinaturas, entre elas a do Dr. Gaspar Frutuoso).*

DOCUMENTO N.º 5

(A fl.ªs 160.º do L.º do Tombo do Convento de Santo André de Ponta Delgada, no arquivo da Repartição de Finanças do distrito de Ponta Delgada):

«Comissão feita ao vigário geral para aceitação das Bulas e execução da visitação do Mosteiro: Saibam quantos este instrumento passado em pública forma com o teor dos autos ao diante relatados virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e oitenta e sete anos aos cinco dias do mês de Junho na cidade da Ponta Delgada da Ilha de S. Miguel, nas casas aonde pousa o Senhor Licenciado Simão Fernandes de Cáceres, chantre da Sé do Salvador da Sé de Angra, vigário geral em todo este bispado de Angra e Ilhas dos Açores, pelo muito Il.mº e Rev.mº Sr. Dom Manuel de Gouveia, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, do Conselho de Sua Magestade, por ele sr. vigário geral foi dado a mim tabelião abaixo nomeado a comissão do dito Senhor sobre o Mosteiro de Santo André das religiosas da ordem de Santa Clara, da obediência do dito senhor, e mandou que autuasse a dita comissão para se proceder por virtude dela na forma ao diante declarada. Eu tabelião ajuntei a comissão seguinte ao diante acostada. Francisco Lobo o escrevi.

Dom Manuel de Gouveia, Bispo de Angra, &, fazemos saber aos que esta nossa comissão virem que o Licenciado António de Frias, morador na cidade de Ponta Delgada, nos mandou amostrar umas Bulas Apostólicas que impetrou sobre o padroado do Mosteiro de Santo André das religiosas da nossa obediência; e porque para aceitação das ditas Bulas, e assentarmos com ele o como devem haver seu efeito em todo o caso, era muito necessário ver-se o dito Licenciado connosco, o que não pôde fazer por estar doente, segundo somos informados, mandamos ao Licenciado Simão Fernandes de Cáceres, chantre da nossa Sé de Angra e nosso vigário geral neste Bispado, e lhe damos poder para que com o dito António de Frias e com a instituidora do dito mosteiro trate e acerte tudo o que lhe parecer sobre o cumprimento das ditas Bulas e nisso fará o que nós fizéramos se presentes fôramos, porque para tudo lhe damos poder e cometemos nossas vezes, e tudo o que fizer e aceitar sobre a interpretação e aceitação e cumprimento delas haveremos por firme e valioso, como se connosco fora celebrado e feito, assim no sobredito como em tudo o mais que fizer e requerer sobre o negócio das ditas Bulas por nossa parte e do mosteiro, e porque por virtude da visitação que por nosso comissão fez nela *(sic)* o Dr. Gaspar Frutuoso, e segundo disposição do breve do nosso mui Santo Padre Sixto, Papa quinto, que passou acerca das clausuras dos mosteiros das freiras, mandamos no dito mosteiro de Santo André, e provemos algumas cousas pias e justas, entre as quais foi a eleição da presidente e oficiais dele, até com o favor divino o podermos fazer em pessoa canonicamente, a votos das religiosas, a qual elas, segundo fomos informados, aceitaram, posto que algumas por não ser feita a votos se mostraram desconsoladas; e porque nossa tenção em tudo o que podemos é que as ditas madres vivam todas muito consoladas e quietas e se tratem com todo o amor e caridade, e nós não podermos logo em pessoa ir visitar o dito mosteiro, cometemos e ordenamos que o dito Licenciado Simão Fernandes de Cáceres que no dito mosteiro proveja tudo o que lhe parecer no espiritual e temporal, por virtude da dita visitação, dando saudáveis penitências às madres que achar culpadas, provendo de síndico e demais oficiais que forem necessários das portas a fora, e removendo os que lhe parecer, e vendo o que é necessário para quietação e consolação das ditas madres; fazer eleição da abadessa e mais oficiais do dito mosteiro, a fará canonicamente a votos das religiosas dele, na forma do sagrado concílio tridentino; e para o que mais for necessário prover e ordenar no dito mosteiro, cumprir entrar dentro a visitar as oficinas dele, lhe damos para isso licença, indo acompanhado do Doctor Gaspar Frutuoso, ou do padre Sebastião Ferreira, ou do Licenciado Timóteo Roiz Teixeira, nosso ouvidor, e para tudo escolherá por escrivão um padre que lhe parecer, escreverá também com ele qualquer outro escrivão leigo que ele quiser; fará outrossim dar a sua devida execução o breve de Sua Santidade sobredito na forma e maneira que se nele contém, se já não for executado, para cujo

efeito arbitrará as penas que forem necessárias conforme ao teor do dito breve; e poderá fazer as perguntas matrimoniais a Martim de Sousa Furtado e a Isabel Nunes e na forma da sentença dada e em tudo proceder como lhe parecer. Dada em Angra sob nosso sinal e selo. Melchior Estácio o fez a oito de Maio de mil e quinhentos e oitenta e sete. O Bispo de Angra. Para Vossa Senhoria ver. / Estácio /.

DOCUMENTO N.º 6

A *fls. 68 do Tombo Velho do Convento de Santo André de Ponta Delgada (Arquivo da Repartição de Finanças da mesma cidade):*

«Traslado do auto da eleição das oficiais que fez o Sr. Licenciado Simão Fernandes de Cáceres, vigário geral, no Mosteiro de Santo André»:

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e oitenta e sete anos aos dezassete dias do mês de Junho do dito ano, estando o Sr. Licenciado Simão Fernandes de Cáceres, chantre da Sé do Salvador da cidade de Angra e vigário geral em todo este bispado, &. pelo ilustre Sr. Bispo Dom Manuel de Gouveia, Bispo deste bispado de Angra das ilhas dos Açores, do conselho de Sua Magestade, &, dentro na igreja do Mosteiro do Apóstolo Santo André, à grade da igreja da banda de fora, de comissão do dito Sr. fez a eleição das oficiais do dito Mosteiro por ser de sua obediência, por virtude da visitação que nele tinha feito o Sr. Doutor Gaspar Frutuoso, de mandado do dito Sr., o qual se fez estando as reverendas madres religiosas do dito Mosteiro, todas as que eram professas no coro de baixo da parte de dentro, juntas ao som da campa tangida, conforme ao seu louvável costume, e o dito vigário geral, de fora, na igreja com a portinha da grade aberta e o coro claro de maneira que bem via e conhecia as madres religiosas que vinham votar, e com ele de fora, o dito Doutor Gaspar Frutuoso, e eu, Frutuoso Coelho, eleito por ele vigário geral para escrivão dos ditos votos, todos três juntos a uma mesa por lhe parecer assim necessário para mais desengano da eleição e quietação das religiosas, e logo estando assim todos juntos, trataram elas de nomear presidente, entretanto que se tomava resolução se tinha o padroeiro do Mosteiro direito para nomear abadessa o primeiro triénio por virtude de suas bulas, e logo lhe nomeou duas religiosas, scilicet, a madre Inês de Santiago e a madre Isabel de Jesus, dizendo que votassem em qualquer delas e a que levasse mais votos, essa aceitaria, e logo por elas una voce foi dito com quietação que a presidente se não fazia a votos, senão por nomeação e que ele vigário geral podia anomear quem lhe parecesse e a que nomeasse obedeceriam e seriam muito disso contentes; então ele, feito primeiro comemoração ao Espírito Santo, em nome e pela comissão do Senhor Bispo, nomeou por presidente a tempos e por entretanto a madre Inês de Santiago, a qual aceitou o cargo e todas as mais religiosas professas, depois dela haver juramento em forma devida de fazer bem seu ofício e de lhe entregar as chaves e selo da religião, lhe deram a obediência devida, aceitando-a por sua prelada, e logo depois disso sucessivamente a votos das reverendas madres religiosas as mais vozes que foram reguladas por todos três, saíram por vigária da casa a madre Clara de São Francisco, e por vigária do coro e presidente no espiritual a madre Maria do Espírito Santo, e mestra das noviças e da ordem a madre Beatriz da Encarnação e por porteiras da roda e torno *(sic)* a madre Maria de Jesus e Maria de S. João e por porteiras da porta coral a madre Isabel de Jesus e Ana de S. João e porteiras da porta do granel a madre Maria da Madre de Deus e a madre Úrsula de Jesus que não aceitou o dito cargo por ser enferma, e ficou com ele a madre Luzia dos Anjos por ter mais votos, e por sacristãs a madre Maria dos Anjos e a madre Maria de Cristo, e por enfermeiras e prefeitas nas cousas espirituais Maria da Apresentação e Maria da Madre de Deus e por escrivã do convento a madre Maria de S. Francisco, e por provisora a madre Mécia do Espírito Santo, e por discretas a madre Maria de Cristo, as madres vigárias, a madre Beatriz da Encarnação e a madre Maria da Encarnação, a madre Isabel de Jesus, e a madre Maria da Conceição, e por escutas a madre Úrsula de Jesus, Beatriz do Espírito Santo, Maria da Conceição e a madre Maria de S. Pedro e Maria de Santa Clara, Beatriz da Ascensão, e por celeireira a madre Maria da Encarnação, e por depositária do dinheiro das religiosas em particular, a madre Beatriz da Madre de Deus, e a refetuleira ([90]) não se fez a votos porque o serão as madres a meses ou como a madre presidente com as discretas da casa ordenarem ou com a madre vigária, as quais todas aceitaram os ditos ofícios e pelo juramento que receberam prometeram de o servir cumprindo com as obrigações deles inteiramente como eram obrigadas, procurando o serviço

de Deus, proveito da religião e Mosteiro e rendas dele e a salvação das suas almas, e ele senhor vigário geral lhe encomendou em virtude da santa obediência que assim o cumprissem mui inteiramente, encomendando-se também a clausura, recolhimento e honestidade de sua religião para que em tudo fossem perfeitas, e todas assinaram com o dito senhor vigário geral e seus conjuntos. Frutuoso Coelho o escrevi. - Com a entrelinha, digo. O chantre. Frutuoso Coelho. - Gaspar Frutuoso, Inês de Santiago, Clara de S. Francisco, Maria do Espírito Santo, Maria de Cristo, Maria de Jesus, Isabel de Jesus, Maria da Encarnação, Beatriz da Encarnação, Maria de São João, Ana da Madre de Deus, Maria dos Anjos, Ana de São João, Úrsula de Jesus, Maria de S. Francisco, Beatriz do Espírito Santo, Maria de São Pedro, Luzia dos Anjos, Maria de Cristo, Maria de Cristo, Maria de Santa Clara, Beatriz da Ascensão, Beatriz da Madre de Dens, Maria da Apresentação.

DOCUMENTO N.º 7

Transacção e quitação de Baltazar Gonçalves de seu ordenado e serviço: (a fls. 121 v.º do Tombo Velho do convento de Santo André de Ponta Delgada, — no mesmo Arquivo):

Em nome de Deus Amen. Saibam quantos este instrumento de quitação virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1587 anos ao 1.º dia do mês de Julho na cidade de Ponta Delgada da ilha de S. Miguel no Mosteiro de Santo André da dita cidade na casa do locutório à grade da parte de fora, estando presente o Senhor Licenciado Simão Fernandes de Cáceres, chantre da Sé do Salvador da Sé de Angra e vigário geral em todo este bispado, pelo muito ilustre e reverendíssimo Senhor Dom Manuel de Gouveia, bispo de Angra e ilhas dos Açores, do conselho de Sua Magestade, e assim Baltazar Gonçalves, feitor e procurador da dita religião, disseram da parte de dentro do dito ralo e grade estarem presentes segundo seu costume a som de campa tangida as senhoras madres religiosas que em voz *(alta)* disseram serem juntas e que no fim desta escritura assinaram, a saber, a Madre presidente, Inês de Santiago, Clara de S. Francisco, vigária da casa, Maria do Espírito Santo, vigária do coro, e as discretas Maria de Cristo, Beatriz da Encarnação, Maria da Encarnação, Isabel de Jesus, Maria da Conceição e as mais discretas e religiosas que abaixo assinaram, e por elas religiosas foi dito que sendo abadessa no dito Mosteiro a Madre Maria de Jesus, o dito Baltazar Gonçalves recebera 120 mil réis em letras de câmbio e dinheiro do dito Mosteiro para pôr em banco em Lisboa, para impetrar umas bulas do Santo Padre para obediência do dito Mosteiro, o que ele Baltazar Gonçalves fora negociar por mandado e ordem do dito Mosteiro, abadessa e religiosas, o que não houvera efeito e ele Baltazar Gonçalves tornara o dinheiro ao dito Mosteiro na maneira seguinte, scilicet, dera 60 mil réis ao dito Mosteiro em I quarto de azeite e em outras cousas que mandara ao dito Mosteiro estando em Lisboa, e em custas e despesas de papéis e gastos de sua pessoa, um tostão por dia, como constava da conta que lhe tomou o doutor Gaspar Frutuoso quando visitara o dito Mosteiro, por autos que estavam em poder de Afonso de Góis, escrivão no juízo eclesiástico, que ele senhor vigário geral tinha visto, e havida a dita conta por boa e os 60 mil réis dera a António Fernandes, mercador na dita cidade, na mão de Marcos Lopes Henriques, morador na cidade de Lisboa, por ao tempo que se veio de Lisboa os deixar em poder do dito Marcos Lopes, de que também tinha feito obrigação a ele António Fernandes nas notas de Francisco Afonso, tabelião na dita cidade, dos quais 60 mil réis o dito António Fernandes se houve por pago e satisfeito sem ficar obrigado a os pagar ao Mosteiro, porquanto ele António Fernandes os emprestara ao Mosteiro à conta do dote de sua filha, como parece de uma escritura feita na nota de Paulo António, tabelião, que se anulou por virtude de outra feita nesta nota entre o dito António Fernandes e o dito Mosteiro, e por as ditas madres se darem por satisfeitas dos ditos 120 mil réis, deram de todo quitação ao dito Baltazar Gonçalves e o houveram por quite e livre, a ele e sua mulher e herdeiros, deste dia para sempre e a todo cumprirem obrigaram os bens e fazenda do dito Mosteiro, e porque as ditas religiosas quando ele Baltazar Gonçalves foi para Lisboa lhe deram quitação em pública forma em que confessaram estarem entregues dele Baltazar Gonçalves de todas as rendas e foros e de todo o que negociara enquanto fora procurador e feitor da dita casa e Mosteiro, e às ditas religiosas não tinha dado quitação de como estava pago do ordenado de procurador e de todo o que merecia de seu trabalho, e, sobre isso viera com suas reconvenções que corriam perante o senhor juiz de fora, o doutor Gilienes da Silveira, ele Baltazar Gonçalves nesta presente escritura era contente de dar quitação ao dito Mosteiro e religiosas dele, confessando estar satisfeito e pago delas religiosas de todo o ordenado que

mereceu em todos os anos que serviu de feitor e procurador do dito Mosteiro e de todo o mais que podia merecer em todo o tempo e anos até hoje e daqui para trás, de seu trabalho, com declaração que as madres e o dito Mosteiro não corram mais com ele Baltazar Gonçalves, nas demandas que traziam perante o juiz de fora, dos quais feitos era escrivão Paulo António, tabelião na dita cidade, e elas religiosas pagarão as custas dos ditos feitos que estiverem feitas até ora, porque ele Baltazar Gonçalves também cedesse das reconvenções com que tinha vindo nos ditos feitos que houveram por findos, e que mais se não proceda neles nem cada um deles daqui em diante, e com isto deram fim às ditas demandas por via de transacção e amigável composição e de todo se deram quitação de parte a parte, e todo aceitaram e se obrigaram cumprir por sua fazenda e bens, e o senhor vigário geral por estar presente, em nome do ilustríssimo senhor bispo deu a este contracto seu decreto, e interpôs sua autoridade e decreto judicial e consentimento, e porque elas tinha *(sic)* feito trespasse e escritura da dita vinha ao dito Baltazar Gonçalves sem consentimento e autoridade de seu prelado, pediram ao senhor vigário geral houvesse por bem de lha ratificarem e aprovarem *(sic)* por esta escritura, o qual consentimento e autoridade lhe pediram o desse, e ele por elas religiosas lho rogarem e pedirem nesta escritura lho deu, declarando que ele Baltazar Gonçalves cumprisse todas as obrigações conteúdas na dita escritura e encargo do foro, o que ele prometeu ter e cumprir, e desta maneira se aprovou e ratificou a dita escritura ao dito Baltazar Gonçalves que todo aceitou e se obrigaram ter e cumprir por suas fazendas e bens e assim o outorgaram dar do teor desta escritura os instrumentos que se pedirem sem embargo da ordenação e assim o assinaram as religiosas e o senhor vigário geral e ele Baltazar Gonçalves e testemunhas que foram presentes a todo, Bastião Álvares aljubeiro e António Fernandes, mercador, moradores na dita cidade, e Francisco Fernandes, filho do dito António Fernandes, e eu Francisco Lobo, tabelião público e do judicial por el-rei Nosso Senhor na cidade de Ponta Delgada da ilha de S. Miguel que este instrumento de quitação em meu Livro de notas notei e dele o fiz tirar, concertei e sobscrevi e assinei de meu sinal público que é &.

DOCUMENTO N.º 8

Extracto do regimento que deu o vigário geral a 7 *de Julho de 1587 ao procurador do convento de Santo André, Baltazar Gonçalves, sobre o recebimento das rendas do convento, e suas despesas: (a fls. 111 verso do Tombo Velho do convento de Santo André de Ponta Delgada, no Arquivo da Repartição de Finanças):*

«Destas dívidas q. logo arrecadará o feitor Balthazar Gez e o que por virtude do monitório q. tirará, pagará a si mesmo dous mill e sete centos rs. que lhe ficarão as religiosas devendo de sesenta digo *(sic)* q. pagou pr elas a ãt.º fez como cõsta do auto da cõta que lhe tomou o doutor Gaspar Fructuoso de cento XX mil rs. q. levou ho dito feitor ao reino de huna obrigação que fez de sesenta mill rs. ao dito Ant.º fez, *etc.».*

DOCUMENTO N.º 9

Extracto da — «Declaração e regimento que o feitor Baltazar Gonçalves guardará nos gastos de trigo e conduto com as madres deste convento e mais gastos necessários» (a fls. 113 do Tombo Velho do convento de Santo André de Ponta Delgada):

. . . «Do azeite, lenha e agoa e outras cousas necessárias terá o dito feitor de fóra cuidado e as proverá comodamente e a seu tempo, de maneira q. não haja falta, q. fará por si e pelos servidores da casa q. a ele em tudo obedecerão, os quaes gastos p.ro q. os faça comunicará cõ a madre abadessa e vigaria da casa e discretas quãdo for necessário e cõ parecer delas e a seu beneplacito e das religiosas do cõvento, dado cõta (quando for necessario) ao Sõr bispo das cousas graves e q. hão mester maduro cõselho correrá em todas as cousas e quãdo não puder em breve aver recurso, o dito feitor tomará o parecer do doutor Gaspar Fructuoso e do ouvidor e parecendo tambem necessario do padroeiro do moest.ro».

DOCUMENTO N.º 10

Extracto dos Livros das denunciações da Inquisição de Lisboa:

«No dia 12 de Janeiro de 1573 compareceu Fernão Lopes, cristão novo, da ilha de S. Miguel, que disse ter vindo a Lisboa *buscar remédio para salvação de sua alma, por lho aconselhar o doctor Gaspar Fructuoso, pregador e vigário da vila da Ribeira Grande,* e confessou-se como judaizante, denunciando como tal, sua mãe Maria Lopes, que foi presa».

(A pág. 152 do 7.º vol. do «Arquivo Histórico Portuguez», fascículo de Março e Abril de 1909).

DOCUMENTO N.º 11 ([91])

Do Livro 1.º das visitações da igreja de Nossa Senhora da Estrela da Ribeira Grande:

Termo de visita do Bispo D. Manoel de Gouveia:

« — Dom Manuel de Gouuea per merce de Ds & da Sancta igreja de Roma bispo d'angra e Ilhas dos Açores, do conselho de sua mag.de &. fazemos saber aos q. esta nossa carta de visitação virem que visitando nos a igreja de nossa snõra da estrella da villa da Ribeira grande, por informação que do vigairo, e freigueses tomamos, achamos que por seruiço de nosso snõr, e descargo de nossa consciencia se deuia prouer nas cousas seguintes.

Nas vizitações passadas foi mandado ao feitor de Dom fran.co manuel, administrador das Irmidas e capellas do Saluador, e dos Reis magos ([92]) fizesse nellas certas cousas necessarias: não cumprio com mais que com acabar o Retabolo, sendo estas Irmidas & capellas dotadas de muita Renda, & auendo muitos annos que tem necessidade de serem p. uidas (providas) das ditas cousas. Pello q. auemos por incorrido o administrador dellas nas penas contheudas nas visitações, q. serão executadas na mão de simão lopez, mercador, em cujo poder estão as ditas Rendas: ese lhe fará socresto de todo o dinheiro necessario para se cumprirem todas as ditas cousas, e pera se dourar o Retabolo feito primeiro orsamento do dinheiro que será para tudo necessario, & este capítulo dará com effecto a execução o nosso ouuidor, fazendo fazer as ditas peças e polas nas ditas lrmidas, e capellas tudo a custa das ditas Rendas.

Antre as cousas que nas visitações passadas são mandadas fazer nas Irmidas e capellas da obrigação do pouo, se não cumprirão as seguintes. SS. ([93]) na de sancta Catharina dous frontais; na de sam Sebastião huã taboa da sacra, huã pedra dara, e hum frontal de chamalote de cor; e na de sancto Andre hum frontal de chamalote; e na de sancta luzia, ([94]) não fizerão nada do que lhe mandaram e na de nossa sñora da concepção ([95]) não fizerão huã vestimenta de chamalote roxo, ou alionado, incorrerão nas penas contheudas nas ditas visitações os officiaes da camara que seruirão o anno de oitenta e quatro, conforme a ultima visitação, aos quaes condenamos nellas, e mandamos aos officiaes da camara do anno q vem de oittenta e dous (sic) que dentro no seu anno fação cumprir as ditas cousas inteiramente, sob as ditas penas contheudas nas visitações em dobro que pagarão de sua casa. - & assi mandarão pintar ([96]) o Retabolo de sancta luzia dentro do dito tempo sob pena de dez cruzados.

Mandamos aos officiaes da camara do anno presente de nouenta e hum que dentro no seu tempo mandem concertar o espelho ([97]) do choro melhor do que está de maneira que de boa claridade, e mandarão dourar a charola ([98]) que está feita para as p. cissões (procissões) de corpus christi sob pena de pagarem de sua casa dez cruzados, cinco por cada hua das ditas cousas, para obras pias e meirinho. — e mandarão concertar os orgãos ([99]) q estão desafinados, sob pena de dez cruzados.

Na visitação passada foi mandado aos mordomos do Santíssimo Sacramento que mandassem forrar o Sacrario por dentro o que não cumprirão pello que mandamos aos

mordomos ([100]) deste anno que dentro no seu tempo fação forrar o dicto Sacrario Sob pena de pagarem de sua casa cinco cruzados para obras pias e m.ro (meirinho).

Nesta igreja está hum sino grande quebrado, que não serue tendo delle necessidade a igreja ([101]) pello q mandamos q a custa da fabrica pequena Seja leuado a alfandega da cidade de Ponta delgada, e nella Será entregue por peso ao feitor da fazenda de sua mag.de por ordem do contador della, para ser carregado em Recepta; e disso e do peso do sino Se tirará Certidão do dito contador com a qual Se Requererá a sua mag.de na sua mesa da consciencia, aja por bem de mandar dar outro tal sino do mesmo peso, aqual diligencia farão os officiaes da camara do anno presente de nouenta e hum Sob pena de dez cruzados para obras pias e meirinho, e porque esta diligencia não fique por fazer pola não fazerem os ditos officiaes Serão executados na dita pena não o cumprindo assi, e os officiaes da camara do anno q vem ([102]) de nouenta edous a darão a sua execução Sob a mesma pena que tambem pagarão de Sua casa.

Somos informados q os mordomos das confrarias e Irmandades desta igreja querem que Se lhes digão Suas missas aos domingos, e não Se compadece porq. perece o seruiço da igreja. Pello que mandamos que se guarde nisso a ordem seguinte: que aos domingos se não digão as ditas missas Senão as do Sanctissimo Sacramento e de nossa snorã do Rosario; & a de nossa Snorã da concepção, e a de sancto Andre Se dirá as quartas feiras; & a de sam Sebastião nas sestas feiras; e a de sancta Catharina nas quintas feiras; & as mais que ouuer Se dirão pellos dias da somana Repartidamente como parecer ao vig.ro o que tudo mandamos que se cumpra em virtude de sancta obediencia.

Porque o pouo desta igreja he grande não se compadece, sem oppressão, dar se o Sanctissimo Sacramento Só aos domingos na coresma pello que mandamos que daqui em diante Se dé tambem pella Somana nos dias que parecer ao vigairo, & cura necessario.

Posto q. nas visitações passadas está p.uido *(provido)* Sobre o Regimento desta igreja e choro della, e os ministros della Sejão curiosos de cumprir com a obrigação de Seus benefícios, temos ordenado hum Regimento que mandamos por no dito choro para que inuiolauelmente se guarde Sob pena de estranharmos fazendosse o contrario como nos parecer que conuem a serviço de Ds; e defendemos aos ministros desta igreja, & a todos os mais clerigos Residentes na freiguesia della que não vão ao açougue com Sobrepeliz vestida em virtude de obediencia & Sob pena de quinhentos rs para obras pias e meirinho por cada vez q. o contrario fizeram, e os aduertimos que Resulta disso escandalo neste pouo, e menosprezo do habito clerical.

Na visitação passada foi mandado ao administrador da Irmida de Sancta Luzia, q. fizesse nella certas cousas necessarias q. não cumprio incorreo nas penas contheudas na Visitação em que o condenamos, e Sob as ditas penas em dobro ([103]) lhe mandamos que dentro em hum anno cumpra com o que lhe está mãdado.

A thesouraria ([104]) desta igreja ha muitos annos que não tem de ordenado para despesas della mais que seis mil rs. de que hande suprir os gastos continuos de vinho, hostias, cera para as missas assi do vigairo como de oito beneficiados que nella há, & hum cura, e thesoureiro, e outros clerigos extrauagantes, a que se não deue negar o guisamento para se cumprir com a obrigação do serviço da igreja: Além disso Se hade acender a alampada da capella mayor quotidianamente pello menos em quanto estão aos officios diuinos, e se hade pagar a lauagem da Roupa, ([105]) e comprar incenso, e fazer outras despesas necessarias, o que não he possivel Suprir cô os ditos Seis mil rs considerado a carestia das ditas cousas, e a como he bem q. Se Sirua esta igreja q. he das principaes villas deste bispado, e maior em pouo que nhuã *(nenhuma)* das outras: cõ thesoureiro q. a serue não tem para seu mantimento mais q. hum moyo de trigo e dous mil rs em dinheiro que nem he igual ao trabalho, nem congruo (sic) para sua sustentação pello que Sua mag.de deue de auer por bem acrescentar para as ditas despesas mais quatro mil rs para serem dez: para mantimento do thesoureiro, outros quatro mil rs para ter Seis mil rs e hu moyo de trigo e ficará com isso em huã cousa e outra mediocremente accomodado.

Achamos que esta igreja ha vinte e seis annos q. foi provida de trinta e dous mil e quatro centos rs de mantimento para o vigairo, e dous moyos de trigo do q. foi feita particular merce ao doctor Gaspar fructuoso. Segundo vimos per huã p.uisão *(provisão)* del Rey que Ds tem com differentes obrigações do que tem com seus ordenados Semelhantes igrejas, as quaes todas neste bispado, estauão postas pella carta geral passada no anno de sessenta e oito em trinta mil rs de ordenado Sem mais obrigação que dizer missa aos domingos e sanctos, &

ministrar os sanctos Sacramentos ao pouo ([106]), nos quaes trinta mil rs lhe entrão quatro mil rs que lhe dão por insinar a doutrina, & a esta igreja com o dito mantimento de trinta e dous mil rs ([107]) quatro centos rs e dous moyos de trigo Se lhe derão Com differentes obrigações ([108]) que não competem ao carrego de Vigairo por Razão de seu officio, nem hum Vigairo deste bispado as tem por que delles Se lhe applicarão oito mil rs por insinar a doutrina e quatro mil rs por dizer as missas dos fieis de Ds que não he obrigação dos vigairos ([109]): e dous mil e quatro centos ([110]) rs por dizer as missas do Infante dom Enrique ([111]) aos Sabbados, que Somão catorze mil e quatro centos rs & assi não resta ao vigairo de seu mantimento mais que dezoito mil rs e dous moyos de trigo ([112]) que se computão em seis mil e seis centos rs conforme ao preço perque Sua mag.de o manda dar neste bispado aos ministros ecc.cos *(eclesiásticos)* delle, e fica sendo vinte e quatro mil e seis centos rs a ordinaria de vigairo que não he igual ao que tem as Semelhantes igrejas e hora no novo accrescentamento que sua mag.de fez pello padrão geral aos vigairos deste bispado acrecentou a esta igreja mais cinco mil rs fazendo Conta que tinha trinta mil rs e dous moyos de trigo de ordenado como do dito padrão Se vê Sendo postas as semelhantes igrejas por elle em corenta mil rs. Pello q. nos parece que por Se tirarem confusões nos ditos pagamentos Sua mag.de deue de auer por bem mandar passar p.uisam *(provisão)* particular (?) para que o vigairo desta igreja q hora he, e pelo tempo for aja de seu mantimento ordenado corenta mil rs ([113]) duas partes em trigo e huã em dinheiro como tem as Semelhantes igrejas deste bispado pello dito nouo padrão, ainda de menos trabalho e pouo com as obrigações com que cada hum dos ditos vig.ros os tem que he só mente dizer ([114]) as missas domingos, e sanctos, e ministrar os Sacramentos, e insinar a doutrina christaã ([115]): e quanto a esmola da capella dos infantes que ja está acrescentada ([116]) por prouisão particular a tres mil rs cada Vig.ro não entrão na dita ordinária, e se lhe pagão alem della de fora pellas missas que dizem aos Sabbados pello infante Dom Henrique q. he differente obrigação, e se Sua mag.de o ouuer por bem que o vigairo desta igreja diga as missas dos fieis de Ds como ategora disse, e aja por isso os ditos quatro mil rs que por ellas se lhe pagauão também deue de mandar declarar ([117]) que se lhe paguem alem dos ditos corenta mil rs da ordinaria de Vigairo por q. não he obrigação de algum vigairo deste bispado dizelas por Rezão de seu benafficio ([118]).

Os beneficiados desta igreja, e das mais deste bispado pella instituição de seus benefícios tem obrigação ajudarem a confessar ([119]) no aduento e coresma, e acompanharem o vigairo, ou cura quando ministrarem os Sanctos Sacramentos, e enterrarem os defunctos hum ou dous por turno Conforme ao numero dos beneficiados, e qualidade das igrejas, e pouo dellas; e somos informados que estando provido nas visitações passadas que assi o fizessem o não cumprem especialmente nos encerramentos dos defunctos. Pello que lhes mandamos que daqui em diante que per turno acompanhem dous cada somana o vigairo, ou cura nas Sobreditas cousas ([120]) Sob pena q. o que nisso faltar seja multa mulctado (sic) nos fructos, e ordenado pro rata lhe couber em seu benefício, excepto tendo legítimo impedimento que pareça ao vigairo tal que não possa cumprir o sobredito, aliás Será apontado nisso sem Remissão, & o vigairo o fará dar aponto em virtude de obediencia.

Mandamos ao thesoureiro desta igreja que não leue polo guisamento ([121]) que da pera as missas que dizem os clerigos nesta igreja mais que o que está prouido nas visitações passadas sob pena de ser por isso grauemente castigado, e restituir tudo o q. mais leuar.

Esta igreja tem falta de alguns ornamentos, especialmente de hum pontifical Roxo que temos por informação que Sua mag.de tem já mandado dar ([122]) e está feito no Reino ([123]), e senão está já ha muito tempo nesta igreja he por descuido dos officiaes da camara e tambem temos informação q. Sua mag.de tem já mandado dar outros ornamentos emquanto nos não constar de que cores, e qualidades são não temos que prouer nisso: Somente o de q. ha necessidade ([124]) que a fabrica desta igreja não pode suprir he hum frontal, capa, manipulos, e estolas de veludo verde Com sabastros de brocado Laurado, ou brolado q. São peças q. faltão ao pontifical de veludo verde que esta igreja tem com sabastros de brocado brolado de Ingraterra, as quaes peças Sua mag.de deue de auer por bem mandar dar a esta igreja para se seruir do dicto pontifical.

E do deposito q. hora tem a fabrica desta igreja mandamos ao thesoureiro geral das fabricas mande fazer para esta igreja Cô brevidade as cousas Seguintes. Quatro missaes do uso Romano; huã taboa da sacra boa para o altar mor, huns ferros de hostias de duas hostias; huãs corridices de Ruão para o Retabulo do altarmor franjadas de linhas; outras de lona delgada, ou de lenço grosso tintas de Roxo, ou azul para o aduento, e coresma; huãs vergas

de ferro para que corrão as cortinas no Retabolo: dous castiçaes de latão grandes; quatro mantos com suas aluas quotidianos de chamalote verde, ou de tafeta; e baeta branca a q. for necessaria para se dobrar com ella o pontifical de Veludo carmesi; e mandará fazer tres estolas do mesmo veludo carmesi para q. possão Seruir cõ este pontifical: & dous baptisteiros do uso nouo. As quaes cousas fará com a mais diligencia diligenciã (sic) que puder, & encomendamos ao doctor Gaspar fructuoso q. faça fazer instancia com o thesoureiro ate q. tudo Com effecto Seja posto nesta igreja.

Mandamos ao Vig.ro q. acusta da fabrica pequena faça logo fazer huã caixinha de boa grandura para os Sanctos oleos; e hum prato com sua ambula dos q. fazem em Agua do Pao para o oleum infirmorum (sic).

Mandamos a Ruy Gago da camara administrador da capella da concepção q. mande por na fresta della hum barão de ferro ([125]), e hum encerado, e mandará Retelhar a capella porque choue nella tudo feito em quinze dias primeiros Seguintes Sob pena de pagar por cada huã das ditas cousas quinhentos rs. para obras pias & meirinho.

Mandamos aos mordomos de nossa snorã do Rosario Confraria dos pretos que ponhão logo nella huã pedra dara, e huã taboa da sacra ([126]) Sob pena de pagarem por Cada huã das ditas cousas hum cruzado para obras pias e meirinho.

Esta igreja foi provida no anno de sesenta & noue de oito mil rs. de fabrica para os ornamentos della per huã carta geral del Rey Dom Sebastião q. está em gloria. Depois disso crescerão nesta igreja os ministros, e avalia das cousas tanto q. lhe não bastão mais que para as cousas meudas, & quotidianas que a capellamor ha mister, e para alguãs vestimentas ordinarias, como ate agora se tem visto por experiencia, e não he possíuel que as dias (sic) ditas cousas Se possão suprir, e Reste dos ditos oito mil rs q. Se faça deposito para os ornamentos necessarios e porisso está falta delles, e se Requerem a sua Mag.de há annos. Pello que o dito Snõr deue auver por bem acrescentar a dita fabrica ([127]) com outros oito mil rs para q. tenha cada anno dezasseis com q. Se poderá remedear das cousas quotidianas, e Restar de q. Se faça deposito para ornamentos, e com isso Se escusará Requereremnos na sua mesa da consciencia mais, Como ate agora se fez.

Esta igreja he das principaes deste bispado, e esta Villa he a maior em pouo de todo o bispado, e tem crescido muito de poucos annos aesta parte tem ao presente nouecentos ([128]) *(em branco)* fogos, e ([129]) *(em branco)* de confissão, & o seruiço della he grande, e trabalhoso em q. ha muitas faltas Com detrimento do pouo por ter poucos ministros, nem pode ser bem servida com outo beneficiados que tem Somente; e em outras igrejas deste bispado de menos Seruiço e obrigações, e de muito menos povo há muitos mais ministros. Pello que Sua Mag.de deve de auer por bem por seruiço de Ds & Seu, dar Seu consentimento para Se criarem nesta igreja mais dous beneficios Simples ([130]) para se suprirem as faltas ([131]) q. ate agora ouue de os não auer, auendo tambem Respeito a serem de muita importancia os dizimos q. importa esta Villa a sua fazenda.

Por esta Villa Ser das principaes deste bispado ouue sempre nella, como ha, mestre da grammatica q. continuam.te *(ensina)* muitos estudantes, ao qual sua mag.de dá mantimento acusta de sua fazenda e nos por nos parecer assi Seruiço de ds temos prouido nella mestre da capella ([132]) para insinar os estudantes a canto dorgão pera Reformação das igrejas em q. ha muita falta de clerigos destros p.a o seruiço dellas, Pello que sua mag.de deue de auer por bem que o mestre da capella aja p.a Seu mantimento dous moyos de trigo cada anno ([133]) q. he menos do q. tem outros mestres da capella q. Há neste bispado.

Mandamos ao Vig.ro ou cura desta igreja q. publiquem esta visitação em tres dias festiuos continuos prim.ros Seguintes de verbo ad verbum estando o pouo junto Sob pena de excomunhão, e de cinco cruzados para obras pias, e meirinho, e passe da publicação certidão neste liuro. Dada em Põta delgada Sob nosso signal e Sello a XXX j de ag.to de 1591 Melchior Estaçio a fes screuer.

Achamos q. El Rey nosso S.or passou huã p.uisam para que se fizesse a capella mor desta igreja de aboboda, e posto q. nos demos pera isso a informação foi estando ainda no Reino Sem termos visto a dita Capella como agora vimos porq. nos apresentarão hum capitulo de Visitação q. fez Manuel glz Dantona Visitador do B.põ Dom Gaspar, e agora visitando nos pessoalmente esta igreja Vimos adita Capella mor q. he grande, fermosa, e bem acabada de pedra, e cal e tem o emmadeiramento muito bom deponto, e de excelente obra melhor ornada

que quantas vimos nas Ilhas de madeira e achamos que por este Respeito o bpo Dom P.o de castilho nosso antecessor não quis consentir que adita capella se desmanchasse, nem nos tal consentimos antes mandamos q. Se não desmanche nem use da dita prouisão por q. he grande perda da fazenda de sua mag.de e se poderá com isso tambem danar o Retabolo q. he novo, e bem acabado, e custou m.to e por que de aboboda não ficará mais perfecta do q. está de madeira antes assi está mais firme por causa dos tremores da terra, porem Sua mag.de deue de mandar passar prouisão para q. Se concerte o entabolamento, e os fechaes da dita capella q. estão maltratados e com isto ficará bem. Dado Ut supra: - e este Capitulo Se publicará tambem sob as penas atras declaradas.

Melchior Estaçio a fes screuer.

O Bpõ dAngra ([134])

DOCUMENTO N.º 12

Cópia de parte da acta da sessão da Câmara Municipal da Ribeira Grande, de 30 de Agosto de 1866:

«Aos trinta de Agosto de mil oitocentos e sessenta e seis, nesta vila da Ribeira Grande, da Ilha de São Miguel, e casas dos Paços do Concelho, reunida a Câmara, composta do Presidente Ildefonso Climaco Raposo Bicudo Correa, e vereadores António Júlio de Melo, Jorge Botelho Pacheco, António Augusto da Mota Frazão e António de Medeiros Botelho, faltando os vereadores Manoel Pedro Peixoto de Viveiros e António Pedro Betencourt Galvão por motivos justos, e tomando a Câmara seu respectivo assento, o Presidente declarou aberta a sessão, regulando os trabalhos pela forma seguinte.....
.....

Mais deliberou que a exumação dos restos mortais do Doutor Gaspar Fructuoso tivesse lugar no dia três de Setembro próximo futuro, pelas dez horas da manhã, para o que convidassem os vereadores ausentes para assistirem com a Câmara à dita exumação, comunicando-se esta deliberação ao Prior da Matriz, Administrador do Concelho, oficiando-se ao Reverendo Padre José Caetano Dias para prestar um lugar na parte da Igreja, a seu cargo, afim de se depositarem aqueles restos mortais, em uma urna para esse fim já feita, sendo também convidado a assistir àquele acto para o tornar mais edificante..... . . . . .

E por não haver mais que tratar o Presidente levantou a sessão e dela mandou exarar esta acta, que depois de lida a assinou com os vereadores supra mencionados comigo Manoel da Silva Avelar, escrivão da Câmara, o escrevi - B. Corrêa - Melo - Pacheco - M. Frazão».

Está conforme. Secretaria da Câmara da Ribeira Grande, onze de Maio de mil novecentos e vinte e um. Eu, João Cabral de Melo e Silva, Chefe da Secretaria da Câmara, o escrevi e assino.

João Cabral de Melo e Silva

DOCUMENTO N.º 13

Proc.º n.º 1881 do Arquivo dos Legados-Pios da Administração do Concelho de V.ª Franca do Campo: (Excertos do testamento do Lic.do António Furtado da Rocha).

Jhsu Maria Joseph. In nomine Domini. Saibam quantos esta cedula e declaração de ultima vontade e como melhor em direito se deua chamar pera total vigor ter, virem, que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e seis centos e sessenta annos aos vinte sete dias do mes de Janeiro do dito anno nesta villa franca do campo nas moradas do Reuerendo padre vigairo da parochial do apostolo Sam pedro da dita villa, o Lecenceado Antonio furtado da Rocha, ahi estando elle Reuerendo vigairo infermo e indisposto de sua saude mas en todo seu perfeito juizo e entendimento disse a mim o padre cura Manoel de Souza que por se temer da hora de seu passamento desta vida, e a ter por certa mas não saber quando, e como Deus nosso Senhor seria servido de o chamar... *(rôto)* sy queria satisfazer as necessidades de sua

alma, e dispor de suas couzas, e declarar sua ultima vontade e me pedia lhe escreuesse o que elle ordenasse, e eu o fis a seu rogo e he o seguinte, e assinou comigo o padre Manoel de Souza o escreui. Antonio Furtado da Rocha. O padre Manoel de Souza. Primeiramente disse que elle como catholico sacerdote e fiel christão crê, *etc.* . . . . . .

Disse elle testador que elle não tem erdeiros forçados, e por este ha por desherdados todos seus parentes, e somente auerão o que elle lhe quizer deixar de seus bens. — Disse que elle he senhor, e possue quatorze alqueires de terra citos na villa da Ribeira grande na lomba aonde se chama o loural no Moio, que ouve de legitimas de seus pais, que deus tem, e contratos que tinha feito com seus irmãos, os quais quatorze alqueires de terra traz de arrendamento seu irmão o Capitão Mathias furtado da Rocha, e estes quatorze alqueires de terra assim como elle testador os pessue os deixa a seu sobrinho Antonio furtado da Rocha estudante, filho do dito seu irmão liuremente pera seu estado, e estimara elle muito que seja de sacerdote, pois o criou desde menino pera esse estado e seruiço de nosso Senhor; e sendo cazo, que o dito seu sobrinho faleça antes de chegar a herdar estes quatorze alqueires de terra, ficarão a seu pai o dito Capitão Mathias furtado da Rocha com obrigação de tres missas a sanctissima trindade em quada hum anno pera sempre enquanto o mundo durar, e por morte do dito seu irmão ficarão a seu filho Melchior Alures da Rocha com a dita obrigação, e na sua linha irão correndo com a mesma obrigação e encarreguo das tres missas perpetuas e faltando a linha do dito seu sobrinho Melchior Alures e do dito seu irmão delle testador, Mathias furtado da Rocha succederão e irão buscar a linha do outro seu irmão gaspar furtuozo, e nella irão correndo sempre com a dita obrigação das missas, na masculina, e pede que o que nella succeder por esta via que ordena se chame guaspar furtuozo em memoria daquelle insigne varão o doutor guaspar furtuozo honra de toda sua geração, e tio delle testador. - Disse *etc.* . .

.....

Disse que elle tem, e pessue moio e meio de foro a retro na mão de Manoel de paiua casador morador na villa da Rebeira grande do qual foro deixa hum moio delle a seu irmão guaspar frutuozo pera ajuda do amparo de suas filhas solteiras e o meio moio deixa a seu irmão o capitão Mathias furtado da Rocha com mais hum quarteiro que elle mesmo capitão lhe pagua sem escretura, que vem a ser tres quarteiros pera ajuda da criação de seus filhos. - Disse que tem sete alqueires e meio de triguo de foro a retro na mão de Izabel Borges molher que foi de Gonçale Annes Cabral morador na ponta da garça, e outo alqueires na mão de Joam esteiues do mesmo lugar que tudo junto vem a ser quinze alqueires e meio de triguo os quais deixa a seu sobrinho Antonio furtado da Rocha estudante que criou pera ajuda de seu estado e assim lhe deixa mais hua pipa de vinho de foro que lhe pagua em quada hu anno Bartholameu Lopes guerreiro por duas escreturas assaber de hu quarto quada escretura hu de preço de des mil rs e outro de doze e são a retro. - Disse que tem outra pipa de vinho de foro a retro na mão do capitão mór Sebastião da Costa Machado em preço de vinte mil rs a qual pipa de foro deixa a suas duas sobrinhas cazadas filhas de seu irmão guaspar furtuozo Maria pacheca e Barbora de Medeiros hu quarto a quada hua. - Disse mais tinha hu quarto de vinho de foro em preço de des mil rs na mão de Antonio Monis furtado morador nesta villa o qual quarto de vinho deixa a seu irmão guaspar furtuozo. - Disse que a sua liuraria que tem deixa a António Vieira Carneiro lecenceado filho de seu compadre francisco Vieira morador em a cidade de lixboa por obrigações que tem ao dito lecenceado António Vieira Carneiro e logo por falecimento delle testador seu testamenteiro lhe mandará recado pera que os mande leuar, e sendo no tal tempo o dito lecenceado falecido ou com resposta sua não dando ordem a lhe irem en tal caso ficará a dita liuraria aos muito Religiosos e Reuerendos padres da companhia de Jesus desta ilha da qual liuraria quer que seu sobrinho o dito seu sobrinho Antonio Furtado da Rocha estudante tire pera Si até doze liuros os mais comuenientes pera seu estado e os mais entreguará as pessoas que ordena nesta verba e serão aquelles que elle seu sobrinho dizer e declarar por sua verdade e não será obrigado nem cõpellido a mais pello criar e entender ser digno de credito, e porque elle testador tem tenção de fazer rol do numero, declaração e repartição dos ditos liuros de sua liuraria, quer, e he sua ultima vontade que o que no dito rol escreuer, declarar e deixar isso mesmo se guarde e cumpra tam inteiramente como se neste mesmo testamento estiuesse escrito e incorporado, e outra couza não, posto que aqui seja escrita. - Disse ... *etc.*.....

Disse que a sua prima Barbora furtada filha de sua tia Catharina furtada deixa de esmola meio moio de trigo que se lhe dará logo por seu falecimento delle testador avendo-o ou do

primeiro que ouuer e por esta vez somente, e não lhe deixa mais por ter pouco, e ter outras obrigaçoens. Disse ... *etc*.....

Disse que ao seu grande amigo o lecenceado Manoel ferreira Rabello morador em ponta delgada deixa a sua lamina da santa madanella que era a cousa que elle mais estimava em lembrança de sua grande amisade e pera que elle tambem a tenha de sua alma como nelle confia.

Disse...*etc*.....

Diz que tem um escravo Bazilio, que era de sua irmã Barbora Furtada da Rocha, que Deus tem, etc.....

(Nomeia testamenteiro o sobrinho António Furtado da Rocha, que tambem institui por seu herdeiro do remanescente dos bens, e pede aos irmãos, Gaspar Fructuoso e Matias Furtado, que auxiliem o dito seu sobrinho na testamentaria). — Aprovado a 8-2-1660 em Vila Franca nas casas de morada do testador, Lic.do António Furtado da Rocha, vigário confirmado na igreja do Apóstolo S. Pedro da dita Vila; o testamento foi feito pelo P.e cura Manoel de Sousa Novaes. Testemunhas de aprovação: o dito padre cura, Simão da Costa, mestre de gramática, seu pai Manoel Fernandes, João Garcia Velho, Agostinho Ferreira, pedreiro, Manoel Martins, carpinteiro, e Domingos Fernandes Gamona, trabalhador, todos moradores em Vila Franca. — Aberto a 9-6-1660 em Vila Franca perante o Juiz ordinário Dionisio Botelho Dutra. — Este traslado foi tirado pelo tabelião de Vila Franca, António Gonçalves Pereira, em 17-6-1660, do próprio original que ficou em poder do mesmo tabelião.

DOCUMENTO N.º 14

Nota extraída do cartório da casa do Barão da Saude:

«A 3 de novembro de 1609 em Ponta Delgada foi lavrada nas notas do tabelião Manoel Lobo uma escritura de venda, feita pelo P.e Gaspar Frutuoso a Manuel d'Almeida, meirinho da visitação na mesma cidade, de uma propriedade que herdara de sua tia Catarina Dias, viuva de Gaspar Fernandes, moradores na Relva. A dita Catarina Dias tinha feito testamento com seu marido Gaspar Fernandes, em que deixaram bens a outro seu sobrinho de nome Gaspar Fernandes».

DOCUMENTO N.º 15

Do Lº do Tombo antigo da Misericórdia de Ponta Delgada, fls. 218, v.º:

Aforamento que se fez a Lourenço Vaz Carreiro, da casa que foi de João Fernandes digo (sic) de Briolanja Baldaya.

«Em nome de Deus Amen. Saibam quantos este público instrumento de aforamento deste dia para todo sempre virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e oitenta e sete anos aos vinte seis dias do mês de Abril do dito ano, na casa da Santa Misericórdia desta cidade pareceu Lourenço Vaz Carreiro e por ele foi dito que esta casa tinha dado em casamento a João Fernandes em sua vida uma casa palhoça que ficou por morte de Briolanja Baldaya, a qual casa por falecer o dito João Fernandes, tornou a ficar a esta casa, e por assim ser dizimo *(sic)* a Deus, disseram os ditos *(sic)* senhores provedor e mais conselheiros que presente estavam, que eles a davam de aforamento para sempre ao dito Lourenço Vaz Carreiro e para quantos dele descenderem, e isto por preço logo nomeado de trezentos réis pagos em cada um ano, pelo mês de Agosto, para sempre, a qual casa assim e da maneira que a esta casa pertence, com todas suas entradas e serventias, lh'a davam pelo dito preço, e vem a dita casa a partir da banda do norte com Jerónima Silvestra e do sul com o dito Lourenço Vaz, e do ponente com chãos de António de Frias digo *(sic)* do levante, e do ponente com rua pública, e com quem de direito deva partir, a qual casa e quintal e benfeitorias que assim lhe aforam pelo dito preço, poderá haver e lograr como coisa sua que é, e a o cumprir obrigou a dita casa e mais sua fazenda, e para ajuda de alguma *(perda?)* que na dita casa haver *(sic)* deu tres mil réis que foi contente dar por fazer esmola, que uns e outros

aceitaram e mandaram por mim Gaspar Dias, escrivão da Misericórdia, fazer este instrumento que assinaram com testemunhas Frei Diogo da + *(sic)* e o capelão Salvador Francisco. Gaspar Dias. Lourenço Vaz Carreiro. António de Brum. Gaspar dias. Pedro Gonçalves. Manoel Fernandes. Silvestre Gonçalves. B. d'Armenteiros. Francisco Fernandes. Domingos Fernandes. Salvador Francisco.

DOCUMENTO N.º 16

Termo de óbito do Dr. Gaspar Frutuoso:

«Aos vinte quatro de agosto de 91 faleceo o doutor gaspar fructuoso vigr.º q. foi nesta Villa e pregador Recebeo os sacramentos da Sancta madre igreja não fez testamento por Nosso Sõr o chamar de preça e não ter tempo mas fizerãolhe m.tos offícios e missas da irmandade de São p.º e de outras irmandades de q. elle era irmão e por verdade assinei. Matheus Nunes».-(à *margem):* — «Fora certidão a Ant.º de Lemos da Ilha 3.ª em 31 de maio de 1779. Vigr.º Per.º».

(A fls. 85, verso, do L.º 2.º de Óbitos da Matriz da Ribeira Grande).

DOCUMENTO N.º 17

Termo de casamento de Frutuoso Dias com Catarina Nunes

«A vinte e tres de feuereiro de 1568 Recebi a fructuoso diaz filho de fructuoso diaz e de Isabel frz defunctos moradores q. forão na cidade da ponta delgada cõ catherina nunez filha de a.º annes defuncto e de Maria luiz moradores nesta Villa da Ribeira grande: forão apregoados primeiro em ambas as partes e não ouue impedimento estauão presentes francisco de mares, Ruy gago e manoel da costa e outras pessoas.-Gaspar fructuoso».

(A fls. 37, v.º, do L.º 1.º de Casamentos da Matriz da Ribeira Grande).

DOCUMENTO N.º 18

Termo de casamento de Belchior Álvares da Rocha com Margarida Furtada:

«Aos cinco de julho de 92 Recebeo em face de igreija o p.e vice vigairo gaspar alurez a belchior alurez da Rocha f.º de m.el roiz da Rocha e de maria piz sua molher moradores na freguezia do s. p.º da R.ª cequa, com margarida furtada f.ª de fructuoso dias e de catharina nunez sua molher moradores nesta villa, forão primeiro feitas as tres denunciaçõis em ambas as partes não houue impedimento foram presentes joam lopez do porto morador na cidade e cristouã a.º e outras p.ªs e assinei. P.e Matheus Nunez».

(A fls. 39 do L.º 2.º de Casamentos da Matriz da Ribeira Grande).

DOCUMENTO N.º 19

Termo de óbito de Fructuoso Dias:

- Falleceo fructuoso dias aos vinte e hum de outubro de 1603 anos recebeo os Sacram.tos fez hua sedula aberta en a qual deixou por sua herdeira e testamenteira a sua molher C.ª Nunez que ella fizesse por sua alma como elle fizera sua molher lhe mandou fazer hum nocturno de prezente e hum officio de noue lições aos outo dias. Gaspar alurez».

(A fls. 3 do L.º 3.º de Óbitos da Matriz da Ribeira Grande).

DOCUMENTO N.º 20

Termo de casamento de Antonio de Roy com Beatriz de Sousa:

- Aos vinte e dous de junho de 1573 annos recebi eu em face da igreija a antonio de roy filho de bertolameu lopez e de genebra Vaz ja defunta moradores na freguizia dos fenais da maia com briatiz de Sousa filha de afonso piz já defunto e de izabel de Sousa moradores nesta Villa forão primeiro apregoados na estação tres dias de festa cõtinuos em ambas as freguizias e não ouue empedimento estauão presentes lopo dias e Simão de Sousa e chistouão de Vasconcelos e outras p.ªs e por o Vigairo ser ausente me deixou este carrego e en seu nome assino. P.e M.el tauares».

(A fls. 52, v.º, do L.º 1.º de Casamentos da Matriz da Ribeira Grande).

DOCUMETO N.º 21

Termo de óbito de Lourenço Voz Carreiro:

- Ao derradeiro dia de maio de 92 ãºs, faleceo L.ço Vaz fes testamento deixou por seus testamenteiros sua molher mr.da Roiz e seu f.º M.el Ribeiro, esta emterrado nesta Igreja.

Manda fazer quatro officios de noue lições e presente outo dias mes e año: ao presente ofertarão simquo alqueires de trigo e simquo canadas de vinho da ilha da madeira e mea duzia de pescado: aos mais sinquo alqueires de trigo e seis canadas de vinho.

Toma simquo alqueires de terra em des q. tem na Relua a qual deixa a seu f.º gaspar frutuoso cõ obrigação de simquo missas das chagas pera sempre».

(A fls. 13 do L.º 1.º de Óbito da Matriz de Ponta Delgada).

DOCUMENTO N.º 22

Termo de óbito de Margarida Furtada:

«Aos 25 do dito mes e anno *(Janeiro de 1616)* faleceo Marg.da furtada v.ª mãi do p.e G.par fructuoso, fez testam.to foi enterrada em a Ig.ra..

(A fls. 64, v.º, do L.º 1.º de Óbitos da Matriz de Ponta Delgada).

DOCUMENTO N.º 23

Termo de óbito do Pe. Gaspar Fructuoso:

«O P.e g.ar fructuoso faleceo em 29 de Março de 630 seu sobr.º g.ar fructuoso testament.ro».

(A fls. 95, v.º, do L.º 1.º de Óbitos da Matriz de Ponta Delgada).

DOCUMENTO N.º 24

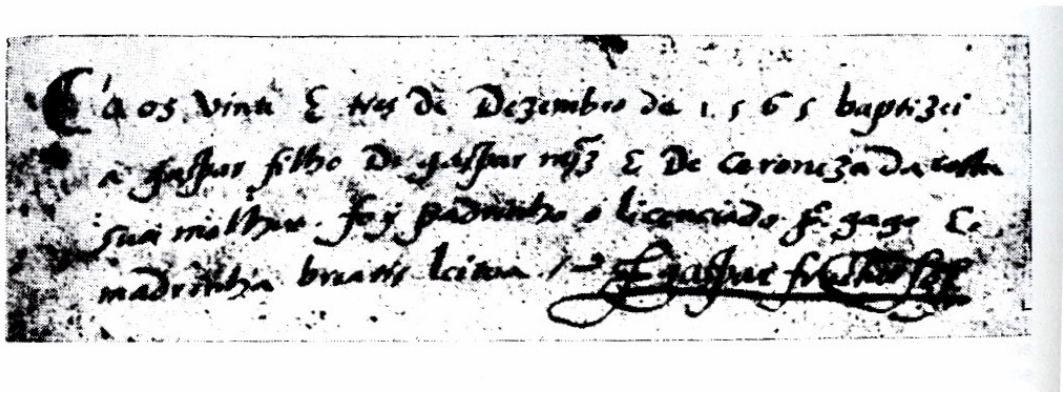
Termo de óbito de Gaspar Fructuoso Carreiro:

«En os uinte e hum dias do mes de janeiro deste anno de mil e seis sentos, e quarenta, e dous annos fallesçeu gaspar furtuozo Carreiro freiges desta freigezia de Santa Clara Recebeu os sacramentos slc. da confissão e santissima eucharistia e unção, esta enterrado na igr.ª de San Sebastião desta cidade na coua de seu pai fes testamento, ficou sua m.er Anna de paiua por testamenteira, e por uerdade assignei hoje dia mes era ut supra. O cura ant.º f.ez Quental.»

(A fls. 2 do L.º 1.º de Óbitos de S. José de Ponta Delgada).

DOCUMENTO N.º 25

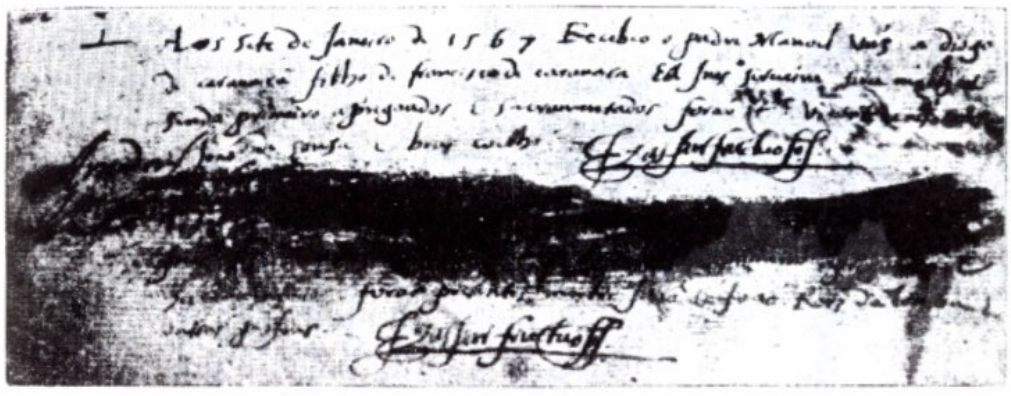
1.º Termo de baptismos lavrado pelo Dr. Gaspar Fructuoso:



(A fls. 29 do L.º 2.º de baptismos da Matriz da Ribeira Grande)

DOCUMENTO N.º 26

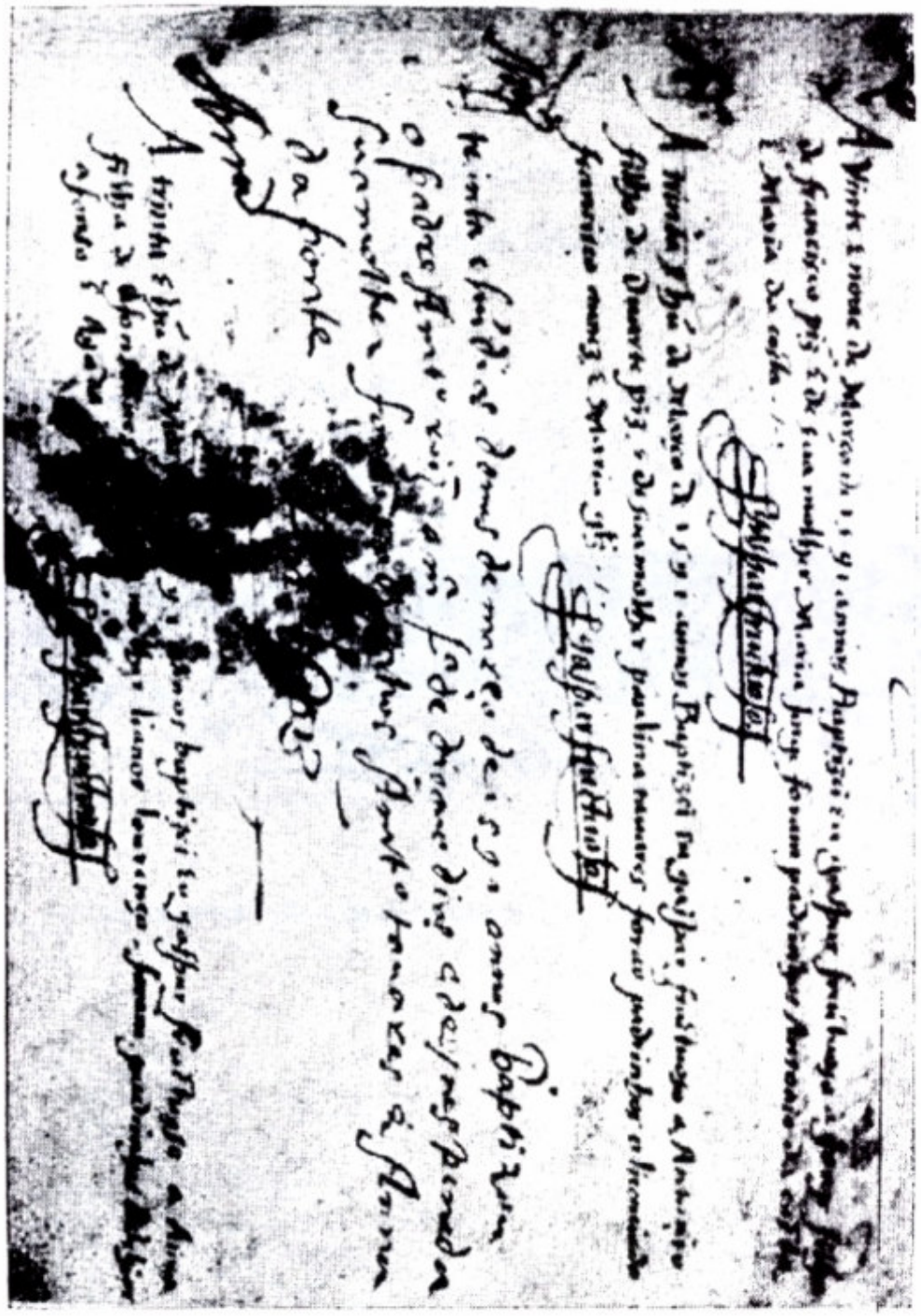
1.º Termo de casamentos lavrado pelo Dr. Gaspar Fructuoso:



(A fls. 34 v.º do L.º 1.º de casamentos da Matriz da Ribeira Grande)

DOCUMENTO N.º 27

Último termo de baptismos lavrado pelo Dr. Gaspar Fructuoso:



(A fls. 23 do L.º 4.º de baptismos da Matriz da Ribeira Grande)

O MANUSCRITO ORIGINAL DAS «SAUDADES DA TERRA»

O manuscrito original das «Saudades da Terra» é um códice de 571 folhas, numeradas no retro e reunidas em cadernos de diferentes marcas e dimensões, com um formato que no seu conjunto mede 0m,35 X 0m,23 ([135]).

Está dividido em seis livros, cujos títulos, exceptuando o do Livro VI, foram escritos pelo mão do autor, como se deduz da forma e do talho da letra, facilmente identificável nos registos paroquiais da Matriz da Ribeira Grande, onde o Dr. Gaspar Frutuoso desempenhou o cargo de vigário desde 1565 até Agosto de 1591, mês e ano em que faleceu.

Por um velho hábito vêm os bibliófilos chamando autógrafo a este manuscrito; porém, manda a verdade que se diga que muitos dos respectivos capítulos, embora da sua autoria, não são do punho do Dr. Frutuoso, e em alguns, nem mesmo aquela lhe pode ser atribuída, como adiante se dirá.

É, pois, um conjunto bastante heterogéneo de caligrafias e de cadernos com variados tipos de letra e papel de diversas marcas e espessuras, se bem que a escrita de Frutuoso apareça em todos os livros e chegue a preencher totalmente o I e o V.

A única nota de uniformidade, que neste códice se observa, é a que respeita à numeração dos cadernos e dos fólios; embora bastante esmaecida e, por vezes, quase ilegível, pelo que foi avivada nalguns sítios, é desde a primeira à última folha toda do mesmo punho e coeva da confecção da obra, não me repugnando acreditar que fosse esse punho o do autor.

Neste caso, temos de convir que não passa de acrescentamentos ou substituições feitas pelo cronista, ou, quando muito, com a sua conivência, o que à primeira vista poderá julgar-se uma fraude ou interpolação grosseira, cometida por outrem.

A este problema nos referimos adiante e mais de espaço.

O Livro I, que contém 53 folhas, versa sobre as ilhas Canárias e de Cabo Verde, incluindo igualmente capítulos em que se relatam o descobrimento dos Antilhas e as questões suscitadas pela linha de demarcação do tratado de Tordesilhas, a empresa de Magalhães, as viagens de Drake e os seus actos de pirataria, e, a propósito da origem do Arquipélago dos Açores, se discute a existência da Atlântida de Platão.

O Livro II, com 79 folhas, trata das ilhas da Madeira e do Porto Santo, de cuja descoberta, capitães donatários, prelados etc., dá notícias bastante pormenorizadas. Para a sua elaboração, serviu-se Frutuoso, sobretudo, do trabalho que, a seu pedido, fez o cónego da Sé do Funchal, Jerónimo Dias Leite, o qual, inédito e de paradeiro desconhecido, só em 1947 foi dado à estampa pelo Dr. João Franco Machado, mediante um apógrafo existente na Academia das Ciências de Lisboa.

O Livro III, bastante mais pequeno — conta 38 folhas apenas — refere-se à ilha de Santa Maria, a primeira dos Açores por ordem da sua enumeração sueste-noroeste, e está redigido nos moldes do anterior, se bem que de dimensões muito mais reduzidas.

O Livro IV, que respeita à ilha de S. Miguel, terra da naturalidade do cronista e onde residiu uma grande parte da sua vida, é, por isso mesmo, o mais volumoso e rico de informações de variada natureza, abrangendo o longo período que vai desde a colonização no século XV até à data do seu falecimento, que ocorreu a 24 de Agosto de 1591. São 251 folhas, em grande parte da sua própria mão, com abundante matéria genealógica, pelo que se considera fonte de inestimável apreço para os estudos desta especialidade na ilha de S. Miguel.

O livro V ou História dos Dois Amigos, pequena novela de cavalaria, abrangendo 41 folhas, foi introduzida na obra, possivelmente com o fim de amenizar a severidade do assunto histórico que constitui o seu fulcro; é um documento assaz comprovativo da acentuada tendência do

autor pelas belas-letras, como, aliás, foi evidenciado pelo Dr. Almeida Pavão no prefácio que abre esse livro, vindo a lume em 1964.

Finalmente, o Livro VI, com 106 folhas, condensa as notícias que Frutuoso pôde colher sobre as restantes ilhas dos Açores, todas de indiscutível interesse, mormente a aclamação de D. António, Prior do Crato, em Angra e os trágicos episódios da luta pela independência que se lhe seguiram, a qual, como se sabe, teve neste Arquipélago o seu último reduto.

São, pois, as «Saudades da Terra» um monumento literário a todos os títulos notável, que o erudito bibliófilo micaelense, João de Simas, não sem motivo, apelidou algures de «catedral frutuosiana», tomado de justa admiração pela sua importância cimeliária, «grande sob o ponto de vista nacional e única sob o ponto de vista açoriano» ([136]).

*

* *

Quando pela primeira vez manuseaámos os diferentes livros que compõem o precioso códice, já estes se não encontravam reunidos no in-fólio de capas de couro, a que se refere o Dr. Ernesto do Canto na «Bibliotheca Açoreana», e, se bem me recordo, como em 1950 foi ele entregue pelo seu último proprietário ao Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, na presença da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito, sua actual possuidora. Então, sem qualquer cobertura, rosto ou frontispício, os livros distribuíam-se separadamente e dentro da sua respectiva pasta; hoje o todo forma um único volume, após a encadernação a que mandou proceder o actual Director daquela Biblioteca.

Este cimélio, de tão notável valor para a história dos arquipélagos portugueses do Atlântico, nomeadamente o Açoriano, conservou-se sempre nesta Ilha de S. Miguel, onde no tranquilo remanso da sua Vila da Ribeira Grande foi laboriosamente redigido, e onde os seus habitantes sempre lhe votaram o melhor apreço.

Como se sabe, e assim o afirmam Fr. Agostinho de Monte Alverne e o P.e António Cordeiro, por expressa vontade do Dr. Gaspar Frutuoso, foi ele entregue, após o seu falecimento e juntamente com a sua importante livraria, ao Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada, em cuja biblioteca por largo tempo se manteve, isto é, até 1760, ano em que foram expulsos os padres da Companhia de Jesus, que aqui residiam. Transitou, então, o in-fólio, para a posse do Governador de Armas de S. Miguel, António Borges de Bettencourt, que o Marquês de Pombal encarregara de cumprir o decreto da expulsão e também de proceder ao inventário dos bens que esses religiosos possuíam nesta ilha ([137]).

Por morte deste benemérito Governador — já assim o chamou Bernardino José de Sena Freitas, por ter preservado de um possível descaminho tão precioso documento da vida insular ([138]) — ficou seu detentor um dos seus filhos padres, o reverendo Luís Bernardo Borges de Bettencourt, vigário da Matriz de Santa Cruz da Lagoa e ouvidor do eclesiástico nesta ilha de S. Miguel, cujo herdeiro, José Velho Quintanilha, que fora seu protegido e amigo, entrando na posse do manuscrito, o vendeu pouco tempo depois ao Morgado Duarte Borges da Câmara Medeiros, mais tarde 1.º visconde da Praia ([139]).

Uma vez nas mãos deste titular — e por espaço de um século se conservou na posse dos seus descendentes — sobre ele caiu o rigoroso e pesado sequestro, a que se manteve sempre fiel esta família, cujos membros timbravam em negar-se terminantemente a qualquer pedido de consulta ou estudo.

Uma excepção foi aberta em 1876 para o Dr. Ernesto do Canto pela Viscondessa da Praia, já viúva. Mesmo assim foi suspensa inopinadamente, quando o erudito investigador micaelense conferia com o original a edição do Livro II, que, por iniciativa do Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, aparecera pouco antes na Ilha da Madeira.

Tão estranha atitude parece relacionar-se com as presumíveis origens hebraicas do fundador da Casa dos Viscondes da Praia, às quais, diga-se de passagem, Frutuoso, com as cautelas que lhe eram peculiares ao falar da gente graúda desta ilha, nem sequer faz alusão.

Depois do falecimento da Condessa da Cuba, última sobrevivente dos filhos do 1.º Marquês da Praia e Monforte e, por conseguinte, sua derradeira possuidora em linha directa, na hasta pública dos seus bens que, então, se realizou, foi o decantado códice adquirido por seu sobrinho, o actual Marquês da Praia e Monforte, que, num gesto de elegância intelectual, que jamais nos cansamos de louvar, rompeu contra tão incompreensível como obsoleta tradição, oferecendo-o à Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, que na Biblioteca Pública desta cidade o tem à disposição dos estudiosos.

Algumas tentativas se fizeram para imprimir as «Saudades da Terra». Todas, porém, falharam, possivelmente perante a recusa sistemática dos seus proprietários em ceder para tal fim o manuscrito original. Que me conste, foi a Sociedade Promotora de Agricultura que primeiramente se propôs fazer uma edição do precioso códice, como se pode ver no n.º 49 do «Agricultor Michaelense», de Fevereiro de 1852, chegando a publicar um aviso sobre os condições da assinatura. Em 1855 foi anunciada novamente a impressão por Francisco José Machado, que se propunha realizá-la em dois volumes de 700 páginas cada um, pelo preço de 3.600 réis para os assinantes ([140]).

Mais tarde, também a Sociedade de Geografia pensou em editar a obra, e para tal, a instâncias da sua Direcção, consta que chegou o Rei D. Luís, presidente honorário daquela instituição, a solicitar do 1.º Marquês da Praia e Monforte a cedência do autógrafo, sem qualquer resultado, porque aquele titular escusou-se perante o monarca, alegando que ele próprio pretendia custear uma edição, que de há muito planejava ([141]).

Foi esta igualmente a resposta de seu filho, o Barão de Linhô, quando a Comissão Promotora do Centenário do Nascimento do Dr. Gaspar Frutuoso em 1922 lhe fez o mesmo pedido, no desejo de publicar integralmente a obra, pelo que teve de limitar seu trabalho às edições dos Livros III e IV, únicos de que existiam cópias conferidas com o original.

E, como estas, foram sempre, até aqui parciais, as que se fizeram das «Saudades da Terra»: a da parte genealógica da ilha de S. Miguel, em 1876, por Francisco Maria Supico e José Pedro de Jesus Cardoso, as duas do Livro II, devidas respectivamente ao Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo e ao Prof. Damião Peres, e a do Livro I, em 1939, da iniciativa do Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda.

Como se disse, não há nesta espécie bibliográfica qualquer uniformidade no que respeita ao papel e à letra.

Por três vezes aparece interrompida a numeração, sinal notório de folhas arrancadas ou casualmente desaparecidas.

Ressaltam na obra as intromissões forçadas de cadernos e capítulos, cuja redacção nem sempre se pode atribuir a Frutuoso, seguidas de rasuras e emendas bem visíveis nos números destes últimos.

Contudo, por toda a parte surgem as entrelinhas e marginálias do seu próprio punho, apostas com o fim de corrigir ou acrescentar o texto, o que nos leva a supor, como foi acentuado, que muitas das anomalias e pretensos atropelos, que se notam no original das «Saudades da Terra», datam do seu tempo e se praticaram com o seu consentimento.

Contém, pois, este manuscrito problemas de difícil resolução, sobre os quais me detive sem qualquer resultado definitivo para muitos deles.

*

* *

O papel, que constitui o grosso da obra, isto é, a parte que o Dr. Gaspar Frutuoso escriturou com a sua própria mão e totaliza 365 folhas, é a do almasso vulgar: 350 x 230 mm. e em algumas partes 342 x 230 mm.

Nele está escrito todo o livro I e todo o Livro V, em que a letra do cronista nos aparece sem qualquer intromissão estranha, desde a primeira à última página, e ainda a maior parte dos Livros II, III e IV, igualmente preenchida pelo seu inconfundível cursivo.

Não parece este papel ser de fabrico nacional, como, aliás, nenhum dos outros tipos que, em menor escala, se acham encorporados no códice, com letra que não é a de Frutuoso, levando-nos, por isso, à primeira vista, à suspeita de ter havido interpolações abusivas e atentatórias da autenticidade do texto.

É, pois, o papel que o autor utilizou um almasso bastante encorpado, de pontussais muito salientes, apresentando como filigrana uma coroa aberta, de aro elíptico, com um florão trilobado e dois meios florões laterais, cada um deles bilobado, semelhante às que no grande reportório de Briquet figuram com os números 4.667, 4.678 e 4.679, da segunda metade do século XVI, pelo que, na opinião do Dr. Jorge Peixoto, bibliotecário da Universidade de Coimbra, cuja competência especializada consultámos, terá tido a sua origem na Alemanha, com data provável de 1580 a 1584.

Já João de Simas observara que a marca de água do material que serviu para a confecção do livro I — precisamente o papel a que nos estamos reportando — não lhe parecia ser dos que se usavam em Portugal no século XVI, pelo que lhe ocorria que talvez a sua origem fosse de algum dos países do Norte da Europa, com os quais esta ilha mantinha relações comerciais: Inglaterra, França e Holanda ([142]).

Assim deve ser, pois inquirindo igualmente a Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, por amável diligência do Sr. Alfredo Machado Gonçalves, director da Biblioteca e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, a quem mais uma vez consigno os meus agradecimentos, ficou a suspeita — dentro dos limites condicionados pelo processo pouco rigoroso de identificação pelas filigranas e outras marcas de água — de que, pelo menos, quatro dos tipos de papel empregados nas «Saudades da Terra» seriam de origem europeia (francesa, alemã e talvez genebresa).

Foi este, portanto, o material de que o cronista dispôs para uma redacção tanto quanto possível definitiva da sua obra. Exprimimo-nos assim, porque até à data do seu falecimento lhe foi introduzindo numerosas correcções e acrescentamentos, num desejo evidente de aperfeiçoar a forma ou rectificar e ampliar a informação.

É o que se conclui do exame da sua escrita, como disse, facilmente identificável nos registos paroquiais da Matriz da Ribeira Grande: um cursivo extremamente elegante e harmonioso, em que os grossos e finos se sucedem numa regularidade perfeita, sugerindo-nos em alguns passos, sobretudo nas páginas de abertura dos livros I e V, letra de imprensa, como já o Dr. Ernesto do Canto observara na sua «Bibliotheca Açoreana».

Do estudo paleográfico a que procedi, verifiquei que Frutuoso usou de duas variantes do mesmo tipo de letra: aquela, a que acabo de fazer referência e constitui o corpo do texto, talvez empregada quando o passou a limpo, pois que revela o evidente propósito de fazer caligrafia apurada, e a que utilizou para as marginálias e entrelinhas, nos numerosos acrescentamentos e emendas, a que já aludi, e com que, até ao fim pretendeu corrigir e melhorar a sua obra. Esta segunda variante é de uma pequenez assombrosa, mas também admirável de clareza e legibilidade.

O Morgado João de Arruda não considerou esta última do punho de Frutuoso. Nos comentários que deixou exarados na sua notável cópia das «Saudades da Terra» - a mais importante de todas as que se conhecem, hoje existente no Biblioteca Pública de Ponta Delgada - acerca das alterações que se lhe deparavam no original à medida que o ia trasladando, expressamente se refere a esses acrescentamentos em letra muito miúda, atribuindo-os a outrem.

Já assim o não entendeu o Dr. Ernesto do Canto, que compulsou o manuscrito, como se disse, em 1876, e dele fez cuidadoso estudo, como o afirma na sua «Bibliotheca Açoreana», não hesitando em discordar do Morgado João de Arruda e inclinando-se a supor tais acrescentamentos como saídos da mão de Frutuoso, que, por não ter margens suficientes para lançar as suas correcções, as escrevia com caracteres muito minúsculos nas entrelinhas.

João de Simas, na sua importante «Notícia bibliográfica das Saudades da Terra», tende para o parecer do Morgado João de Arruda, com fundamento no sua «grande familiarização com o original, de que leu todas as páginas, notas e acrescentamentos no extenuante trabalho de cinco anos, que tanto levou a fazer-lhe a cópia ([143])». Não creio que tenha razão; lembremo-nos de que o falecido Director da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, ao escrever aquela «Notícia», nunca pusera os olhos sobre o autógrafo das «Saudades da Terra». No estudo que publicou no Correio dos Açores, em 1950, ao ser este confiado à sua guarda, não chegou a abordar o problema das letras e aditamentos, pelo que ignoramos se alguma vez mudou de parecer sobre este assunto.

O que me mantém na certeza de que o Dr. Ernesto do Canto não errou ao emitir um ponto de vista contrário ao do Morgado João de Arruda é o minucioso estudo comparativo que fiz entre o manuscrito das «Saudades da Terra» e os termos do registo paroquial da Matriz da Ribeira Grande, lavrados pela mão de Frutuoso. Nos Livros II, III e IV de baptisados (1563-1603) e no I de casamentos (1542-1582), que, juntantente com outros sacerdotes, o cronista foi escriturando durante 26 anos, figura frequentes vezes a sua bem característica letra, traçada despreocupadamente e sem qualquer intenção de fazer caligrafia esmerada, em tudo muito semelhante à que usou em todos os livros daquela obra para o lançamento das referidas corrigendas e aditamentos.

E diga-se de passagem que até ao termo da sua vida ela acusa uma firmeza de mão e uma acuidade de vista admiráveis, pois que jamais se lhe nota qualquer tremulência: sempre perfeitamente intelegível, assume, por vezes, uma tal pequenez ou miudeza de tipo que não dispensa aos olhos mais cansados o auxílio de uma lente ([144]).

*

* *

Encaremos agora o problema das presumíveis adulterações, que o códice sofreu com o fim de, porventura, substituir folhas e cadernos que convinha passar a limpo, ou com vista à introdução de novos capítulos, cujo estilo e caligrafia são manifestamente estranhos a Frutuoso, particularidade a que o Dr. Ernesto do Canto também se refere, atribuindo-a, quando muito, aos jesuítas, como possuidores que foram do manuscrito durante quase dois séculos.

Com este problema se prende o das mutilações de que o mesmo foi vítima e de que resultou terem desaparecido várias folhas, ficando os respectivos capítulos irremediavelmente truncados, por não se conhecerem cópias anteriores a tão grave viciamento.

No que respeita ao primeiro, não é difícil convencermo-nos de ter havido manifesta concordância da parte do cronista, pois a sua letra, extremamente miúda, em entrelinhas e marginálias lá está a comprová-la. Não nos repugna aceitar, por isso, que muitos desses cadernos sejam da sua autoria, embora escriturados por outrem, quando passados a limpo, talvez numa época em que já não dispusesse de forças para trabalho tão penoso e fatigante.

No entanto, estamos crentes, quanto às mutilações apontadas, de que elas foram cometidas após a sua morte, num propósito evidente de adulteração ou malícia e representam já um acto atentatório da integridade do manuscrito, praticado com preconcebido intuito. Lembremo-nos de que algum motivo houve para os padres do Colégio de Todos os Santos em Ponta Delgada tomarem a medida preventiva constante do «aviso», que em letra bem grada apuseram na primeira página do códice e reza da seguinte forma: *«Está ordenado pelos superiores que estes livros se não emprestem em nenhum modo pera fora de casa, por varios inconvenientes que nisso pode aver e ainda quando em casa se deixe ver a alguém de fora, deve assistir-lhe algum dos nossos por boas rezões».*

Já João de Simas anotara que estas «boas rezões» eram significativas ([145]). Daquele «aviso» nitidamente se depreende o propósito de prevenir novos e semelhantes atentados.

*

* *

Com respeito às variadas caligrafias que aparecem na obra em cadernos de papel muito diferente do usado por Frutuoso, é de apontar que nem Fr. Agostinho de Monte Alverne, nem o P.e António Cordeiro, que utilizaram largamente as «Saudades da Terra» na elaboração das suas crónicas, põem, sequer, em dúvida a autoria dos respectivos textos.

Não regateiam encómios ao Dr. Gaspar Frutuoso, considerando-o como único e verdadeiro «cronista das Ilhas»; na sua esteira se seguiram D. António Caetano de Sousa e todos os demais que tiveram conhecimento daquela obra, quer através do autógrafo, quer através das suas numerosíssimas cópias.

Há, contudo, um pormenor que nos põe de sobreaviso nesta matéria: é a circunstância de não existirem no apógrafo da Biblioteca da Ajuda os panegíricos de Tristão Vaz de Veiga e do bispo do Funchal, D. Luís de Figueiredo e Lemos, que no original constituem capítulos claramente introduzidos à força, depois de concluído o livro II. Se tivermos em linha de conta que aquela cópia se fez com expresso destino ao célebre jesuíta P.e Martim Gonçalves da Câmara ([146]), valido de El-rei D. Sebastião, a quem interessaria sobretudo a parte histórica da Madeira — terra da naturalidade da sua família — da autoria do nosso cronista, havemos de reconhecer que é muito significativa a exclusão d'aqueles capítulos, tanto mais que a linguagem em que foram redigidos nada tem de frutuosiana.

Concluiremos, pois, que, ao lado de intromissões aparentemente estranhas a Frutuoso — na sua maioria não hesitamos em considerá-las fruto do seu labor, porventura cópias de capítulos que houvesse redigido — aquelas testemunham já a existência de outros autores a colaborarem, ainda que em parcela mínima, no acabamento definitivo do manuscrito das «Saudades da Terra».

De facto, a primeira anomalia com que deparamos, ao folhear o códice, é a biografia de Tristão Vaz da Veiga, o famigerado governador da fortaleza de S. Julião da Barra, que, em 1580, com a maior desenvoltura, se passou para o campo oposto ao aproximarem-se as tropas do usurpador, recebendo como prémio de um tal acto de perfídia a capitania do Machico e mais tarde o governo da Ilha da Madeira.

São nove capítulos numerados de 21 a 29, abrangendo cerca de um caderno e meio de papel almasso, com os medidas de 33,5cmX22,5cm, cuja letra, muito diferente da de Frutuoso, é, fora de dúvida, dos fins do século XVI e poderá, com algumas reservas, atribuir-se ao P.e Simão Tavares, que foi beneficiado da Matriz da Ribeira Grande, onde lavrou vários termos do respectivo registo paroquial a partir de 1587.

Esse mesmo punho e em igual tipo de papel escreveu todo o livro VI. Mas, ao passo que a linguagem deste é na sua generalidade a de Frutuoso, nos capítulos referentes a Tristão Vaz de Veiga logo ela se mostra totalmente diversa e de modo algum se pode confundir com a do cronista.

Tais capítulos foram introduzidos já depois do livro II estar concluído, isto é, nunca antes de 1590, data que expressamente se menciona no cap.º 28.º, a página 102 (verso).

Prova da inclusão forçada de tais capítulos são as numerações, com visíveis emendas, dos que se seguem, em que se distinguem muito bem, por debaixo dos algarismos actuais, os que dantes aí figuravam.

Para o seu conveniente arrumo no livro II, foi necessário ao introdutor copiar de novo os últimos sete parágrafos do cap.º 20.º para folha que ostenta o n.º 92, e, em cujo verso e in-fine, está a epígrafe do 21.º, aquele em que se dá começo à referida biografia, que decorre até às primeiras linhas da folha 104.

Para remate desta mais que notória interpolação, houve a necessidade de recopiar com a mesma letra, mas de talhe muito largo, a fim de ocupar o espaço que sobejava, todo o capítulo 30.º (pág. 104 e 105 do original), que trata já dos filhos e filhas de João Gonçalves Zarco, 1.º Capitão do Funchal.

Este é, fora de dúvida, de Frutuoso, pois que nas entrelinhas, a propósito do Cónego Jerónimo Dias Leite, intitula-o «capelão de Sua Magestade» com o seu cursivo extremamente miúdo, usado sempre em todos os acrescentamentos e correcções saídas da sua pena. Isto nos convence de que não passa, afinal, de um acto consentido pelo próprio cronista aquilo que à primeira vista parecia constituir um ataque grosseiro à autenticidade do códice.

Note-se ainda que em nenhuma das páginas que se ocupam de Tristão Vaz de Veiga aparece essa letrinha de Frutuoso, sinal evidente de não ser ele o autor.

Para mais, como já vira João de Simas, nunca em toda a obra o nosso historiador dedicou a qualquer dos capitães donatários das ilhas nada que em extensão se parecesse com os nove capítulos, que compõem a prolixa e enfadonha biografia de Tristão Vaz da Veiga ([147]).

São estes, de facto, uma cópia de um original que desconhecemos, feita de propósito para ser incluída nas «Saudades da Terra», pois é frequente notarem-se, nas margens e entrelinhas, frases, na própria letra do copista, que lhe haviam escapado no momento de as trasladar. Alguns, pelo menos, devem ter sido inspirados na obra que Jorge de Lemos publicou em 1585, historiando os cercos de Malaca, quando António Moniz Barreto era Governador da Índia ([148]).

O papel utilizado é o mesmo que constitui o Livro VI e, por isso, já a ele nos referimos no prefácio da respectiva edição.

Exceptuam-se as últimas quatro folhas, de um tipo sensivelmente mais espesso e possuindo como filigrana um escudo coroado e timbrado, tendo em campo um leão rompante, que olha à sinistra; a coroa é fechada e tem por timbre uma flor de quatro pétalas; sob o escudo, um sub-rectângulo anepígrafo.

Assemelha-se muito àquela que, no repositório de Briquet, se designa com o número 10555, da região de Troyes e da segunda metade do século XVI; por conseguinte, papel de fabrico francês, possivelmente do fabricante Jacques Lebé, cujo nome figura no exergo daquela filigrana, conforme o parecer recebido da Inspecção das Bibliotecas e Arquivos.

Como já noutra oportunidade se acentuou quanto ao material utilizado para o livro VI — o da maior parte da biografia de Tristão Vaz da Veiga — a respectiva filigrana indica também, possivelmente, proveniência francesa, do mesmo século, embora as entidades consultadas não conheçam similares que permitam uma afirmativa concludente ([149]).

Deste mesmo papel são os capítulos referentes ao bispo do Funchal, D. Luís de Figueiredo e Lemos, também introduzidos nos Livros II e III, já depois destes estarem confeccionados, aí figurando com os números 42.º e 4.º, respectivamente.

Trata-se de mais um acérrimo partidário de Filipe II, que em 1585 fora nomeado para aquela diocese, onde desembarcou em Agosto do ano seguinte, isto é, depois de redigidos aqueles livros, o que calculamos tenha sido entre 1582 e 1584 ou 85.

Não há dúvida de que houve o propósito de introduzir na obra, já depois de concluída, ou, pelo menos, elaborada na sua maior parte, os panegíricos dessas duas destacantes figuras do regime filipino, ligadas, uma pelo cargo e a outra pelo nascimento e também pela sua posição

de bispo do Funchal, à história dos arquipélagos Atlânticos, dos quais as «Saudades da Terra» seriam o mais importante repositório de notícias, porventura com destino à publicidade.

Para que a biografia daquele prelado figurasse no Livro II, constituindo o seu capítulo 42.º, foi preciso incluir no caderno n.º 13 todo escriturado por Frutuoso, seis folhas do referido papel com filigrana de coroa, contendo não só o bosquejo da vida do bispo, mas também o final do cap.º 41.º, todo o cap.º 43.º e ainda o começo do cap.º 44.º, que o nosso cronista escrevera e houve a necessidade de trasladar, para que a interpolação, a que nos referimos, ficasse aparentemente bem consertada. A letra, muito legível, bastante grada e inclinada para a direita, apresenta algumas semelhanças com a do copista dos últimos capítulos do livro IV.

Quando Frutuoso escreveu o Livro II era prelado do Funchal D. Jerónimo Barreto e a ele lhe dedicou um capítulo, declarando no próprio título que era o bispo que «agora a (diocese) governa».

Mais tarde, ao introduzir a biografia de D. Luís de Figueiredo e Lemos, não só aquela frase foi riscada, como se alterou a numeração dos capítulos seguintes. E lá figuram as entrelinhas do punho do nosso cronista a confirmar a sua conivência na prática de tais alterações.

Por D. Luís de Figueiredo e Lemos ter nascido na ilha de Santa Maria, há-de ser de novo objecto de um «Contraponto» -— assim se intitula o cap.º IV do Livro III — igualmente incluído à força a folhas 145 do original, como se vê pelas emendas dos números dos capítulos que se lhe sucedem.

Se o papel utilizado para os elogios do Bispo é o mesmo que serviu para o Livro VI e a maior parte da biografia de Tristão Vaz da Veiga, a letra, neste «Contraponto», é já totalmente diferente: claríssima, alta e larga, no dizer de João de Simas chega a ser monótona à força de regularidade ([150]).

Estamos, portanto, na presença de novas interpolações, bem manifestas na linguagem empolada e artificiosa em que foram redigidas, em especial o «Contraponto», cujo estilo de modo algum se pode confundir com o de Frutuoso. Aliás, na respectiva epígrafe expressamente se diz que o seu autor é o Dr. Daniel da Costa, físico, que D. Luís de Figueiredo levara consigo para a ilha da Madeira.

Para que o elogio deste bispo pela pena do Dr. Daniel da Costa, figurasse no livro III, foi preciso passar quatro traços verticais sobre o verso da folha 145, no qual, com letra de Frutuoso, se falava da genealogia do mesmo prelado, e que, no entanto, se reproduziu na folha seguinte, isto é, a primeira do caderno a que pertence aquele panegírico, acrescida de novas informações sobre a progénie dos Lemos. Vê-se bem o intuito deste novo atropelo: a exaltação do prelado, não só através do «Contraponto», do Dr. Daniel da Costa, mas da linhagem a que pertencia. E com este fim, numa dos folhas recopiadas, a que nos referimos, (146-148) e onde vem a genealogia daquela família, a meio do capítulo deve ter ficado um espaço em branco, que o próprio copista preencheu com letra de formato muito menor, a fim de nele caberem mais informes que recebera sobre a família do Bispo. Aí fala-se de Nuno Lourenço Velho, e de seu filho Matias Nunes Velho Cabral, pai de António Cabral de Melo, que «tirou papéis de nobreza e de seus brazões» e, a propósito, descreve-se o escudo de armas dos Velhos Cabrais. Tudo para lisonjear D. Luís de Figueiredo e Lemos, que, pela mãe, Inês Nunes Velho, era parente do primeiro capitão de Santa Maria, Fr. Gonçalo Velho.

Este problema, — o da introdução dos referidos panegíricos no manuscrito das «Saudades da Terra» — prende-se, sem dúvida, ao da atitude do Dr. Gaspar Frutuoso perante a grave crise sucessória, que atormentou o país após a morte do rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir.

Já este assunto foi objecto de estudo, da nossa parte, no prefácio que abre a edição do Livro VI das «Saudades da Terra»; para esse trabalho remetemos o leitor e nos dispensamos de repetir o que ali já foi dito, embora no campo das hipóteses, sem qualquer prova documental, que nos possa certificar do pensamento íntimo do cronista em face de tão angustiosa situação política.

Escritas as «Saudades da Terra» precisamente na época em que ela se debatia, ou nos anos que se lhe seguiram, como é mais provável no que respeita aos Livros II, III, IV, e VI, é indubitável que o cronista mostra sempre um acatamento respeitoso da realeza de Filipe II, cujos direitos à coroa de Portugal aceita sem discussão. Lamenta, contudo, e por mais de uma vez, os tristes acontecimentos, que, então, ocorreram, deixando perceber quanto a sua alma

sofreu com a violência que assumiram nos Açores. Mas nunca nele poderemos ver um ardente «filipista», como tantos da sua classe, incondicionalmente colocados, desde o princípio da crise, ao lado de Filipe II.

É de presumir que a convivência com os jesuítas, que em Angra tomaram ostensivamente o partido do rei castelhano —alguns deles deslocaram-se a S. Miguel, na comitiva do bispo D. Pedro de Castilho, pouco antes da ilha Terceira proclamar a realeza do D. António — lhe tivesse influenciado a atitude perante o gravíssimo problema. Da sua consideração e estima pela Companhia de Jesus há provas concludentes e sabemos que foi ele uma das pessoas que mais se esforçaram pela abertura do seu Colégio em Ponta Delgada. É, pois, provável que a instâncias dos jesuítas do Funchal — cuja sede Tristão Vaz da Veiga frequentava com assiduidade, como nos é relatado — em 1590, um ano antes de falecer o cronista, este aceitasse introduzir nas suas «Saudades da Terra» a biografia de quem, por virtude da sua traição, se tornara figura destacante do regime filipino. Observemos, no entanto, que ao falar no livro II dos capitães de Machico, Frutuoso não tem uma palavra para Tristão Vaz da Veiga, nem sequer nas entrelinhas e marginálias com que costumava referir acontecimentos ocorridos após a redacção do capítulo, donde poderá depreender-se que a figura do traidor não lhe mereceria especial entusiasmo.

E com idêntica complacência deve também ter acedido a homenagear no livro VI Cristóvão de Moura, cuja pequena biografia não nos parece do seu punho.

Quanto ao Bispo D. Luís de Figueiredo e Lemos, não poderia haver qualquer repugnância em introduzir os panegíricos que na obra se contêm. Mariense ilustre, que fora pároco da igreja de S. Pedro de Ponta Delgada e exercera funções de relevo na diocese de Angra — nada menos do que vigário geral e governador do bispado —, é de admitir que o cronista mantivesse com ele relações pessoais e que de boa vontade acedesse em homenageá-lo após a sua ascensão à cátedra prelatícia, onde subira por mercê também da sua devoção a Filipe II.

Ainda no livro III e a fls. 174 surge novo acrescentamento: um capítulo com o número 21.º sobre a acção do Capitão Braz Soares de Sousa contra duas naus de corsários em Santa Maria, acontecimento que ocorreu em 2 de Novembro de 1589, por conseguinte já depois desta parte da crónica estar escrita. Feita ou consentida por Frutuoso — as entrelinhas do seu próprio punho bem o comprovam —, tal intercalação obrigou a novas emendas ao numerar mais uma vez os capítulos que se lhe seguem.

O papel utilizado é o que serviu para os aludidos panegíricos de Tristão Vaz da Veiga e D. Luís de Figueiredo e Lemos e a letra, igual à do «Contraponto», mantém as mesmas características: bem talhada, muito legível e tão regular que mais parece de imprensa.

Esse mesmo papel e essa mesma letra tornam a aparecer no livro IV, logo na quarta folha, a 184.ª do códice, onde começa o capítulo III, que trata dos dois primeiros Capitães de Santa Maria e S. Miguel e da progénie dos Velhos e seus descendentes. Aqui, novamente, se denuncia o intento de ampliar as notas genealógicas sobre a família daqueles capitães donatários, Fr. Gonçalo Velho Cabral e seu sobrinho, João Soares de Albergaria, ou melhor, sobre a sua ascendência no continente, tal como no Livro III, a propósito da linhagem dos Figueiredos e Lemos.

É uma meia folha que substitui uma outra, que foi cortada à tesoura e pertencia à folha em que prossegue a narrativa, a l85.ª, onde, de novo, volta a figurar a letra de Frutuoso e o papel que habitualmente usou.

Nessa folha inserida não se nota a filigrana, mas os pontussais são muito salientes, tal como nos cadernos que serviram para as interpolações já referidas. Como substitui uma folha inutilizada, não se alterou a numeração daqueles que se lhe seguem, todos com dez folhas, cada um, ordenadamente e sem interrupção, até terminar a parte genealógica sobre que versam, toda ela escrita pelo punho do nosso cronista, num total de 34 capítulos.

Mais um acrescentamento se observa no livro IV, a fs. 250 do manuscrito:

É constituído por uma série de catorze capítulos, a começar no 37.º, que contém a pormenorizada e saborosa descrição da Ilha de S. Miguel, escrita em quatro cadernos de dez folhas, medindo 30,cm5 X 20,cm5, a que se juntam no fim mais quatro, participando da ordem geral do códice, mas com os números da paginação avivados. Há três folhas com números repetidos: 254, 262 e 266, de modo que a última ostenta o n.º 290.

O papel é finíssimo, género papel de arroz, diferente de tudo quanto até aqui vimos, que era sensivelmente muito mais encorpado. A filigrana representa uma serpente, sem semelhança com qualquer das que figuram no reportório de Briquet. Papel de origem oriental, divulgado nos Açores por virtude da escola que as naus da Índia, no regresso, faziam por este Arquipélago?

A letra assemelha-se muito à do «Contraponto», embora de talhe mais pequeno. Estou convencido de que do mesmo copista, isto é, daquele excelente calígrafo, que Frutuoso encarregaria de copiar o «Contraponto» e também alguns capítulos da sua obra, porventura, os que estivessem mais carregados de notas e emendas, como deveriam ser estes, de que ora tratamos.

Tudo indica, mormente o estilo, que tais capítulos sejam da autoria de Frutuoso: é a descrição topográfica da ilha, feita com a minúcia e o espírito de observação que lhe são peculiares, e para a qual deve ter reunido durante longos anos numerosos apontamentos, para só mais tarde os transcrever, isto é, numa época em que o penoso trabalho de passar a limpo lhe seria extremamente fatigante, exigindo, por conseguinte, o auxílio de outrem. Algumas entrelinhas do seu punho, no seu conhecido cursivo inconcebivelmente miúdo, mas muito poucas, atestam que a redacção dos capítulos fora revista e podia considerar-se definitiva.

Da última folha desta série de cadernos, que vimos analizando, a 290.ª, passa-se logo para o número 300, isto é, faltam nove folhas.

Contudo, o reclamo do verso da folha 290.ª diz: *«Capítulo 51.º,* e, de facto, na folha 300.ª começa este capítulo, já num caderno com a letra de Frutuoso e com o número 30, do nosso já muito conhecido papel filigranado de coroa, que utilizou para a maior parte da sua obra.

Não vejo razões para duvidar de que fosse ele o autor desses catorze capítulos, em que tão pitorescamente se descreve a Ilha de S. Miguel, e cujo estilo, tão conforme com o das restantes descrições topográficas, que se contém nas «Saudades da Terra», é do melhor sabor frutuosiano.

Depois da obra numerada da primeira à última folha, esses capítulos foram com certeza passados a limpo, sem quaisquer emendas ou acréscimos.

Daí o facto de terem restado folhas em branco, que serviram ao P.e Manuel Gonçalves, da Companhia de Jesus, quando da sua estadia no Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada, para escrever a notícia do terramoto de 2 de Setembro de 1630, que acompanhou a erupção vulcânica da Lagoa Seca no Vale das Furnas, e que parece ser a súmula da relação que acerca de tal sucesso fez para ser entregue ao Conde de Vila Franca, D. Rodrigo da Câmara, que lha encomendara. Hoje, tal notícia já não existe no manuscrito das «Saudades da Terra», donde foi arrancada em data relativamente próxima, explicando-se assim o corte que se nota na numeração das folhas, que vimos passarem do número 290 para o 300.

De facto, o Dr. Ernesto do Canto, ao publicar aquela descrição no «Archivo dos Açores», chamando-lhe «lembrança», diz expressamente que foi escrita pelo autor (p.e Manuel Gonçalves) no manuscrito original das «Saudades da Terra» do Dr. Gaspar Frutuoso, e que dela fala o P.e António Cordeiro na «História Insulana», Livro V, cap.º XII.

É de ter com conta o depoimento do ilustre historiador micaelense, porquanto, ao dar à estampa aquele volume do «Archivo dos Açores», já ele compulsara o códice.

Não indica, porém, o local em que tal notícia estava exarada, o que aconteceu também com o P.e Cordeiro.

Contudo, uma nota colocada na folha 355.ª, num pequeno espaço intercalado entre o fim do capítulo 74.º e a epígrafe do que se segue, elucida-nos acerca deste ponto e permite-nos dizer que a «Lembrança» do p.e Manuel Gonçalves fora escrita nas folhas em branco, que deviam existir entre a n.º 290 e a n.º 300.

Essa nota, por letra que parece do século XVIII e faz lembrar a do Morgado João de Arruda, diz o seguinte: De *um muito notável terramoto que em ordem dos passados se pode chamar o 3.º, o qual aconteceu em Setembro de 1630 se trata antes da folha 300.*

Isto justifica-se porque vem precisamente na parte da crónica que se refere à subversão de Vila Franca em 1522. Com efeito, o capítulo 74.º, a seguir ao qual vem a referida nota, intitula-se: *«De um jogo de canas que o Capitão Rui Gonçalves da Câmara ordenou entre os*

moradores da ilha de S. Miguel para os animar e fazer esquecer dos trabalhos que o tremor causou na dita ilha e na destruição de Vila Franca».

Qual o motivo do desaparecimento das folhas do códice que continham a descrição do P.e Manuel Gonçalves? Porque relatavam um facto ocorrido após a morte de Frutuoso, o que representava, por conseguinte, um anacronismo impossível de aceitar? Seja como for, foi este um novo atentado que o códice sofreu, e, para mais, cometido em época bastante recente, visto que ainda no século XIX tais folhas existiam, como provam a asserção do Dr. Ernesto do Canto e a circunstância de algumas cópias das «Saudades da Terra», feitas naquele século, darem conta dessa notícia.

Na folha 300.ª onde começa o cap.º 51.º, num caderno, já com letra de Frutuoso, uma nota a lápis, escrita no nossa época diz: *terceira parte.*

De facto, começa uma terceira parte do Livro IV, porque acabou a descrição geográfica de S. Miguel, que seria a segunda parte, a seguir-se à primeira, que foi a parte genealógica, toda do punho do autor.

A folhas 420 deste Livro IV, com uma escrita totalmente diferente das que até aqui examinamos e constituindo os seus últimos capítulos, surgem três cadernos de papel sensivelmente mais pequeno e estreito do que o usado pelo cronista e mesmo de tipo diverso dos outros, que figuram na crónica.

São vinte e quatro folhas numeradas de 420 a 443, das quais seis constituem o caderno 42.º, dez o 43.º e oito o 44.º, números que pertencem à ordenação geral do manuscrito; as suas dimensões (30cm x 21cm) aproximam-se das do papel tipo arroz já referido, mas ao passo que este é admiravelmente fino, aquele possui já uma consistência de certo modo espessa.

A marca de água também diverge: uma esfera sobrepujada por uma cruz floretada e com um pedestal enramelhetado, que se não conseguiu identificar.

Num cursivo nitidamente oblíquo para a direita, de muito boa legibilidade e desenhado com tinta da mesma natureza e cor do que a usada pelo cronista, prossegue-se nestes cadernos a descrição da batalha naval de Vila Franca, que preenche o capítulo 102.º do mesmo Livro, do punho de Frutuoso até esta altura, versando ainda outros assuntos que se prendem com a conquista dos Açores pelos espanhóis, bem como feitos militares praticados por micaelenses e a organização das milícias em S. Miguel, com que se dá por encerrada a história desta ilha

A introdução dos ditos fólios fez-se indiscutivelmente com a concordância do autor, porque são numerosos os acrescentamentos na sua conhecida letra, extremamente miúda. As folhas têm todas reclamo no retro e no verso, conforme era seu costume.

É natural que na descrição dos episódios da guerra da Independência ocorridos nos Acores, o cronista se servisse de fontes transmitidas por testemunhas oculares, que reproduziu quase na íntegra. Parte desses cadernos tem todo o aspecto de ser uma dessas fontes, cuja redacção entendeu não alterar, limitando-se por isso a incluí-la no manuscrito, tal como lhe chegara às mãos, e a abrir nas entrelinhas novos capítulos, um deles, o 103.º, cujo número e epígrafe são da sua letra, tendo por objectivo tornar menos extenso o cap.º 102.º e pôr em destaque os nomes das vítimas do sangrento combate que foi a batalha naval de Vila Franca.

Com efeito, o título daquele capítulo, que ele próprio escreveu, *«Dos mortos e feridos de ambas as partes nesta batalha e dos franceses que nela foram presos»,* assim o indica, como também as emendas bem visíveis dos números dos capítulos que se seguem até ao fim do Livro IV estão a comprovar o que acabamos de dizer.

O Livro VI das «Saudades da Terra», que é a parte final do códice frutuosiano, constitui outro problema que procurei solucionar da forma mais razoável que se me ofereceu, no prefácio que antecede a edição de 1963.

Limito-me, pois, a formulá-lo nas suas linhas gerais.

Todo o livro está escrito por mão que não é a de Frutuoso, a mesma, sem dúvida alguma, que no Livro II escreveu os capítulos referentes a Tristão Vaz de Veiga e o que se lhes segue, dedicado aos filhos do 1.º capitão do Funchal, João Gonçalves Zarco.

O papel utilizado é igual ao que serviu para essas biografias e por isso a ele nos referimos já, sendo inúteis quaisquer considerações a tal propósito. Mas ao passo que a autoria do elogio a Tristão Vaz da Veiga, não pode, como se viu ser atribuída a Frutuoso, tão diferentes se nos afiguram a linguagem e o estilo em que foram redigidos, o Livro VI é indiscutivelmente produto do labor e da redacção do nosso cronista, exceptuando-se talvez a parte que se refere aos «alevantamentos do Senhor D. António» e a tudo o mais que com eles se prende. No capítulo 1.º deste livro, a Verdade declara que «falará da ilha Terceira no estado em que estava antes de ser tomada e saqueada», o que levou João de Simas a aventar a hipótese de não pertencerem a Frutuoso os capítulos que tratam dos sucessos do Prior do Crato e da conquista espanhola. Por minha parte, estou convencido de que a fonte testemunhal, que informou Frutuoso acerca destes acontecimentos, tanto no Livro IV, como no VI, designadamente a descrição dos combates, foi transcrita na íntegra, tal como ele a recebera.

Já algures chamei a atenção para a curiosa semelhança que se nota entre as narrativas destes episódios nas «Saudades da Terra» e a relação que sobre o mesmo assunto escreveu o licenciado Mosqueira de Figueiroa, Adido Geral da Armada e do Exército do Rei Católico, a qual, publicada em Madrid em 1596, isto é, cinco anos após a morte do nosso cronista, foi transcrita pelo Dr. Ernesto do Canto no volume IV do «Archivo dos Açores».

Isto nos leva a supor a existência de uma fonte documental comum e, se nos lembrarmos de que foi aquele magistrado quem lavrou a sentença de morte dos partidários de D. António, aprisionados pelo Marquês de Santa Cruz após a conquista da ilha Terceira, é de presumir que essa fonte fosse qualquer peça do respectivo processo ([151]).

Pode concluir-se que o Livro VI foi, na sua maior parte, redigido por Frutuoso, independentemente da mão que o escreveu, pela existência de numerosos aditamentos do seu punho com o fim de completar ou actualizar a informação, o que, aliás, em toda a obra se observa.

Não nos repugna, por isso, aceitar que depois de redigir o livro sobre as Ilhas de Baixo, como geralmente as designa, ele tivesse encarregado alguém do trabalho penoso e fatigante de o passar a limpo, possivelmente o P.e Simão Tavares, beneficiado da Matriz onde paroquiava, a quem já atribuímos a cópia do panegírico de Tristão Vaz da Veiga.

Não se esqueça que a última data mencionada naquele livro, pela sua própria mão, é a de 24 de Julho de 1590, isto é, praticamente um ano antes do seu falecimento, ocorrido já em avançada idade.

*

* *

Outros problemas tem o Livro VI de difícil solução, pois que não podemos ir além de conjecturas.

Refiro-me às mutilações que sofreu nos capítulos que tratam das ilhas Graciosa e Flores, e ao desaparecimento da última ou últimas folhas do códice, o que nos priva de saber como Frutuoso finalizava a sua obra, se acaso chegou a fazê-lo.

O assunto foi tratado no prefácio, que antecedeu a edição daquele livro, e por isso, aqui o resumimos.

Nota-se no original a falta das folhas 586 e 587, donde resultou terem desaparecido a maior parte do capítulo XLIV, «Da descrição da Ilha Graciosa pelo meio da terra», de que só restam as primeiras vinte linhas no verso da folha 585.ª, todo o capítulo XLV — que, presumimos, trataria do descobrimento da ilha das Flores — e o começo do XLVI, do qual ainda se conservam três páginas, todas respeitantes à descrição desta última. Tais folhas teriam sido retiradas do códice em vida de Frutuoso, ou já após o seu falecimento? Que propósito haveria na sua supressão?

O P.e António Cordeiro na «História Insulana» inculpa o decorrer dos anos, na sua acção demolidora, hipótese que se nos afigura sem consistência pelo motivo de se observar já essa falta na cópia da Biblioteca da Ajuda, feita poucos anos depois da morte de Frutuoso, com destino ao P.e Martim Gonçalves da Câmara, que morreu em 1613. Daí se pode concluir que não foi a accão do tempo que a provocou, pois não é de admitir que em tão curto espaço o manuscrito se deteriorasse a esse ponto, tanto mais que no Colégio dos Jesuítas, onde ficou depositado após o falecimento do cronista, foi sempre altamente apreciado.

Conjecturamos que as folhas desaparecidas fossem arrancadas pelo próprio autor, com o fim de as substituir, como o fez em outras partes da sua obra, e a doença e a morte, sobrevindo-lhe inesperadas, não permitiram reparar a falha.

Frutuoso faleceu quase repentinamente, pois que no dia da sua morte ainda disse missa na igreja Matriz da Ribeira Grande, como relatam Fr. Agostinho de Monte Alverne e o P.e António Cordeiro e também nos dá a perceber o respectivo termo de óbito, em que se declara não ter feito testamento «por nosso Senhor o chamar depressa e não ter tempo».

O seu estado de saúde, bastante precário, de que dá notícia o P.e António Cordeiro, pode tê-lo inibido de proceder à substituição daquelas folhas desaparecidas, as quais, separadas do manuscrito, facilmente se extraviaram por incúria dos que tiveram o encargo de dar destino aos seus papéis.

Na parte final do Livro VI é que houve, com certeza, deterioração provocada pelo desgaste do tempo e por descuido em preservar convenientemente a última ou últimas folhas do manuscrito, sempre muito manuseado pelos genealogistas ou interessados em parentescos, enquanto esteve na posse dos jesuítas.

O Morgado João de Arruda nos comentários que introduz na sua cópia, já acusa tais estragos. Contudo, por um passo da «História Insulana», em que expressamente se diz que Frutuoso acabara com a citação da ilha de Santa Cruz o VI livro da sua história no capítulo XLIX *(Das ilhas que no Oceano Atlântico ainda estão por descobrir),* induzimos que os danos no final da obra, não foram de grande monta. Com efeito, ainda hoje se lê no verso da última folha a referência a essa ilha de Santa Cruz.

Como a deterioração atingisse sobretudo a margem inferior impedindo a leitura das linhas finais, foi preciso reconstituir o texto, recorrendo ao apógrafo da Casa Cadaval, que se encontra admiravelmente conservado.

Porém, lendo o último período, obtém-se a impressão de que a frase, incompleta no seu sentido, ficou como que interrompida, embora o copista a desse por finda com um ponto final.

Isto nos leva a crer que já nos meados do século XVII, ao qual essa cópia parece remontar, na opinião de João de Simas ([152]), desaparecera do autógrafo a última folha, porque só assim se explica a interrupção brusca do texto em ambos os manuscritos. A corroborar esta hipótese, vem em nosso auxílio o P.e António Cordeiro, quando estranha que, ao dar uma daquelas ilhas perdidas como povoadas, Frutuoso não dissesse a que religião pertenciam os seus habitantes.

Ora, o que é certo é que no texto das «Saudades da Terra», tal como hoje se apresenta, não há qualquer referência a populações nas ditas ilhas, e por isso só em folha, que se perdesse, poderia o P.e Cordeiro ler a passagem que motivou aquele comentário.

Não constando existir do Livro VI outras cópias, além dos apógrafos aqui mencionados da Casa Cadaval, do Morgado João de Arruda e da Biblioteca da Ajuda (estes últimos não trazem o capítulo a que nos estamos referindo), permanecemos na ignorância de como Frutuoso rematou a sua obra, se acaso chegou a fazê-lo.

Segundo o autor da História Insulana, devia seguir-se-lhe um outro tomo intitulado «Saudades do Céu», de que compôs apenas quatro capítulos, que parecem ligar-se às «Saudades da Terra», pelas referências que ele faz à Verdade e à Fama, as figuras míticas que presidem à elaboração da sua obra, e muitas vezes lhe servem de pretexto para o moralista se evidenciar, mas, pelo que se lê nesses quatro capítulos, é de supor que esse tomo apenas versaria assuntos de ordem mística e de natureza moral. Mas nas folhas que os constituem começa de novo a numeração, o que parece indicar tratar-se de outra obra e não de um prolongamento das «Saudades da Terra».

*

* *

Até aqui tratámos das anomalias consentidas ou praticadas por Frutuoso, dada a prova irrefutável das suas características entrelinhas, com que até ao fim da vida acrescentou, recompôs ou alterou a primitiva redacção das «Saudades da Terra».

Contudo, o códice apresenta outras, que, como se esclareceu, constituem já verdadeiros atentados à sua autenticidade, para não lhes chamar actos de criminoso vandalismo, que dificilmente podemos atribuir à sua mão.

Entram neste particular o desaparecimento de algumas folhas no Livro IV e a destruição pelo fogo de três linhas da página 202 do mesmo livro.

A falta das referidas folhas fora já assinalada no século XVIII por alguém que no pé da página 302, verso, escreveu: — *f. 4 fol.* (faltam quatro folhas).

Com efeito, a folha que se segue tem o número 307 e o reclamo «nosso» do verso daquela folha 302 não condiz com a palavra que dá começo à folha seguinte. Não há dúvida, pois, de que desapareceram ou foram arrancadas quatro folhas (303 a 306). E a confirmar o atentado está o capítulo seguinte, o 52.º, que primitivamente era o 53.º, pois que o três, ainda bem visível, foi emendado para dois com tinta muito diferente da usada por Frutuoso.

Isto indica-nos que havia um capítulo 52.º, que foi mutilado e de que resta apenas o que está escrito nas folhas 307 e 308, hoje fazendo parte do capítulo 51.º, cuja epígrafe é como segue: *«Do que rende a ilha de S. Miguel e das grossas fazendas de homem naturais que há e houve nela».* É de notar que neste capítulo, todo pela letra do autor, este demora-se na enumeração dos grandes proprietários da terra, aqueles que constituíam a nobreza da ilha, descendentes dos primitivos povoadores do século XV e dos que, no decorrer do século XVI, receberam dadas de terras por parte dos capitães-donatários.

É lógico supor-se que o capítulo, que se seguia, o 52.º, donde constariam as quatro folhas desaparecidas e as que no códice figuram com o número 307 e 308, tratasse da actividade comercial da ilha, visto que aquela folha, hoje fazendo parte do capítulo anterior, começa precisamente com a relação dos principais mercadores da época em S. Miguel, expressa nos seguintes termos: *«Há nesta ilha neste tempo de agora e sempre houve de trinta até quarenta homens da terra que todos negoceiam».* E logo cita Gaspar Dias, Cristóvão Dias, seu irmão, António e Francisco Mendes Pereira, os Crastos ou Castros, João Lopes Cardoso, etc., todos negociantes ricos e poderosos, que assim figurariam nas «Saudades da Terra» em capítulo especial e bem destacado do que diz respeito aos proprietários do solo. Tal separação que, porventura, beliscaria a vaidade daqueles vultos importantes do comércio local, pode ter sido o motivo do desaparecimento que vimos referindo, pois que, com ele, esses mercadores se reuniram no mesmo capítulo aos proprietários da terra, por assim dizer, aqueles a quem Frutuoso atribuía foros de nobreza, representando as famílias dos antigos povoadores, como Botelhos, Camelos, Regos, Bettencourts, Oliveiras, Barbosas, Medeiros, Velhos, etc.

Não nos parece que esse acto fosse obra do próprio Frutuoso, porque a emenda verificada no actual capítulo 52.º (o primitivo 53.º), não é da sua mão, e a tinta é muito diferente da que ele usava.

Mais adiante, a fls. 311, verso, a fraude completa-se. Frutuoso, na sequência do que estava a escrever sobre o valor do trigo, dá início, no alto do verso dessa folha, à tabela dos diversos preços daquele cereal desde o ano de 1513, pondo, como reclamo no retro da mesma, as palavras com que se inicia a dita tabela.

Ora, com letra que não é a dele, abre-se o actual capítulo 53.º, *«Da valia do trigo em tempos diversos de 1513-1589».* Quer dizer: essa tabela fazia parte do capítulo anterior,

intitulado *«Da grande abundância de trigo que houve na ilha de S. Miguel e dos preços que teve em alguns anos».* Mas como era preciso harmonizar os números dos capítulos que se seguem com a supressão do primitivo capítulo 52.º, depois de emendar o capítulo 53.º para 52.º, criou-se um outro com a tabela do trigo, a que se pôs aquela numeração, para assim condizer com os restantes capítulos do Livro IV, que seguem todos daí em diante regularmente e sem mais emendas até ao fim. É de notar que a letra da epígrafe deste novo capítulo 53.º é a da mão que emendou o número do capítulo 52.º.

O Morgado João de Arruda, com a sua minúcia habitual, dá conta do desaparecimento dessas quatro folhas e dos arranjos habilidosos a que procederam para não haver emendas na numeração dos capítulos seguintes.

Terá a fraude, que vimos analizando, alguma relação com o preconceito de limpeza de sangue, que sempre existiu entre os descendentes desses mercadores, que a tradição diz serem de origem cristã-nova, e mui particularmente na família do Visconde e da Viscondessa da Praia, directos representantes de Gaspar Dias, o mais rico e poderoso de todos eles em Ponta Delgada, nos fins do século XVI?

Com efeito, Gaspar Dias aparece na cabeça de uma lista de cristãos novos residentes nesta ilha de S. Miguel, copiada pelo Dr. Ernesto do Canto de uma certidão passada a 13 de Novembro de 1606 pelo tabelião de Ponta Delgada Francisco Serrão, para efeito do pagamento da finta que o rei Filipe I lançou sobre a «gente de Nação» (subentenda-se judaica), nascida e existente nos reinos e senhorios de Portugal.

Nesta lista Gaspar Dias aparece fintado em 1.400.000 réis, quantia que ficou reduzida para metade, por virtude de sua mulher, Ana de Medeiros Araújo, ser cristã-velha ([153]).

O que é certo é que Gaspar Dias e os seus descendentes fizeram sempre todos os esforços para se libertarem do labéu de cristãos-novos, que já vinha de sua avó castelhana, Maria Fernandes, que consta ter sido sambenitada em Sevilha ([154]).

Prova da repulsa que sentiam por semelhante origem está o testamento do próprio Gaspar Dias, feito de mão comum com sua mulher em 24 de Junho de 1623 em Ponta Delgada, no qual deserdam seu neto Gaspar de Medeiros pelas ofensas que dele tinham recebido quando um dia, com a espada desembainhada, o mesmo o ameaçara, usando de termos injuriosos, como «cristão-novo, mouro e cornudo».

Gaspar Dias morreu em l l de Setembro de 1623 e em 2 de Agosto de 1630, mercê de várias diligências, algumas das quais ainda empreendidas em sua vida, foi passado um alvará régio, em que juntamente com seus filhos e netos, é tido e havido por cristão-velho.

Este alvará de limpeza de sangue foi reformado por ordem régia de 1646 e registado na Câmara de Ponta Delgada a 6 de Dezembro de 1649 *(Livro dos registos da Câmara, fls. 645)* e mais tarde, em 9 de Novembro de 1673, houve nova reforma a pedido dos bisnetos Drs. Vicente Borges de Sousa e António de Bettencourt e Sá, Agostinho Borges de Sousa, provedor da Fazenda Real nos Açores, Dr. Francisco Borges de Sousa, cónego da Sé de Angra, e D. Maria Margarida de Bettencourt, mulher do capitão Jordão Jácome Raposo.

*

* *

Haveria naquelas folhas arrancadas qualquer alusão à costela presumivelmente hebraica de Gaspar Dias? Custa-nos a crer, dado o escrúpulo do cronista em não ferir a susceptibilidade das famílias principais da ilha, que sempre procurou lisonjear, exaltando-lhes os merecimentos e as origens fidalgas.

Se o atentado foi cometido intencionalmente, o mais grave que o códice padeceu, não nos parece descabido supor que a causa residisse no preconceito que durante séculos envolveu a

profissão de «mercador», considerada humilhante para todos aqueles que se blazonavam de «nobres».

De resto, nas longas resenhas genealógicas, que figuram no Livro IV, os Dias são somente mencionados a propósito das suas ligações matrimoniais com famílias mais antigas e aparentadas com velhos povoadores.

Os descendentes de Gaspar Dias e dos outros comerciantes citados nas «Saudades da Terra» pertenceram, de facto, a partir do século XVII à nobreza da terra, já pelo seu parentesco com famílias mais antigas, já pelos cargos públicos que desempenhavam e títulos de fidalguia que foram adquirindo, já pelas instituições vinculares que iam fundando para maior lustre e poderio de suas casas.

Não lhes seria, por certo, agradável, que num livro, durante muito tempo considerado fonte probante e incontestada de genealogias e parentescos, os antepassados figurassem em capítulo destacado daquele que respeitava à nobreza proprietária da terra.

A confirmar esta suposição está o facto de a palavra «mercador», aplicada por Frutuoso a Gaspar Dias, aparecer sempre riscada ou rasurada e substituída por «cidadão», esta última escrita com letra muito diferente da do nosso cronista e inegavelmente bastante posterior.

Talvez não nos arredemos muito da verdade, afirmando que o principal móbil que levaria o Visconde da Praia a adquirir o manuscrito frutuosiano, após o falecimento do P.e Luís Bernardo Borges de Bettencourt, fosse ainda essa velha pecha de família, que durante várias gerações se perpetuou, chegando até aos nossos dias com o rigoroso sequestro que ele próprio e os seus descendentes impuseram a tão importante documento da vida insular de antanho. Aliás, a tradição, divulgada entre nós no século XIX a esse respeito, confirma em absoluto tais suposições.

Procurámos reconstituir o texto desaparecido consultando as cópias da Biblioteca da Ajuda e da Casa Cadaval, como se disse, as mais antigas que se conhecem das «Saudades da Terra», mas debalde, porque tanto uma como a outra reflectem já o vandalismo praticado. Isto nos leva a concluir que este se cometeu nos últimos anos do século XVI ou começo do XVII, se considerarmos, com João de Simas, o primeiro daqueles apógrafos destinado ao P.e Martins Gonçalves da Câmara, falecido em 1613.

*

* *

Resta-nos referir o estrago que o códice sofreu a fls. 202, isto é, no capítulo XI do Livro IV, todo ele escrito pela própria mão de Frutuoso.

Este é de tal forma grosseiro, que não oferece dúvidas o seu intuito criminoso.

Com a ponta de um cigarro, alguém destruiu no sentido horizontal uma parte dessa folha, abrangendo cerca de três linhas do texto. A proeza não é antiga, pois cometeu-se em tempo relativamente próximo, isto é, já depois de concluída a cópia do Morgado João de Arruda, que é datada de 1814.

Por esta, podemos, pois, reconstituir o texto inutilizado, que se refere ao cativeiro que sofreram na guerra de África, onde haviam acompanhado el-rei D. Sebastião, os filhos de Duarte Borges de Gamboa, provedor da Fazenda nestas ilhas dos Açores e tesoureiro-mor do Reino.

Diz o Morgado João de Arruda, nas notas que exarou na sua cópia, ter extraído a notícia circunstanciada respeitante a esse cativeiro de um bocado de papel, que «todo está escrito por letra diferente», e que parece estava preso ao manuscrito original dos «Saudades da Terra».

Contudo, uma nota, em letra da mesma época e na margem direita da respectiva folha na aludida cópia, referindo-se à letra que o morgado refere ser diferente, diz: *«aliás igual».* Isto

nos convence de que tal bocado de papel fora redigido por Frutuoso, com a sua letra muito miúda que, ele, morgado, considerou, como sabemos, de outra pessoa.

Seja como for, o que parece certo, pelo testemunho do autor daquela cópia é que a maior parte da narrativa acerca do cativeiro dos irmãos Borges não consta do texto original, onde teria sido apensa depois dele escrito, certamente por não caber no estreito espaço disponível.

Presumimos, por isso, que Frutuoso, depois de ter dado uma pequena notícia sobre o acontecimento — a que o fogo mais tarde havia de destruir — quis desenvolvê-la com informações mais completas que recebera e, não podendo incluí-las no texto, apensou-as ao manuscrito na folha competente.

Se nos lembrarmos de que o apelido Borges é um dos que figuram sempre na linhagem do Visconde da Praia — ele próprio se chamou Duarte Borges da Câmara Medeiros — não é difícil adivinhar a origem de tão insólito como escusado dano.

*

* *

Como se viu, o manuscrito original das «Saudades da Terra» contém problemas de difícil resolução. É um códice bastante complexo, para cujo exame se requerem qualidades especiais de análise, aliadas a um espírito de penetração crítica, suficientemente exercitado em estudos desta natureza.

Pena foi que João de Simas, em quem sobejavam tais requisitos e uma argúcia bibliográfica, que a sua notável erudição nesta matéria tornava ainda mais penetrante, não prosseguisse no estudo analítico do manuscrito, que iniciou em Agosto de 1950 no quotidiano micaelense «Correio dos Açores», versando sobretudo o seu aspecto exterior.

Desse exame, que interrompeu, quando pretendia analizar os materiais da escrita, respigamos algumas notas que interessam à descrição do códice.

A primeira observação que faz João de Simas, e que bastante o surpreendeu, é a circunstância muito especial da numeração das folhas do códice começar pelo algarismo 7. Contudo, este, que devia figurar na primeira página, já aí não está, porque desapareceu o canto exterior da cabeça, onde decerto existiu, como existem os números das folhas que se seguem, 8 (que hoje se não lê), 9, 10, 11, 12, e assim por diante.

Por conseguinte, a primeira folha estaria certamente numerada de 7, anomalia bastante de estranhar, se considerarmos que um livro abre sempre na página n.º 1.

João de Simas observa que de tal pormenor se despercebeu o Dr. Ernesto do Canto, quando manuseou o códice, mas lembra que no momento em que o confrontava com o volume, que possuía do Livro II, editado pelo Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, aquele lhe foi bruscamente retirado por decisão da sua proprietária, facto a que já aludimos; quando mais tarde pretendeu descrever as «Saudades da Terra» na «Bibliotheca Açoreana», já lhe não era possível consultá-lo, pelo que não pôde registar nessa notícia o número de folhas que compõem o manuscrito.

No parecer do falecido director da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, que vimos citando e foi o primeiro a observar tão estranha anomalia, Frutuoso destinara as seis páginas antecedentes aos requisitos da abertura: «Título geral, presumivel dedicatória e mais que provável introdução». E prossegue: «Coisa que guardou para o fim, porventura, para quando o livro fosse para a imprimir, como acontece com todos os autores que só fazem o prólogo e escolhem o título e dedicatória definitiva depois de escrito o trabalho e muitas vezes até depois de tudo impresso». Emite ainda a opinião de que nunca Frutuoso chegou a colocar ali as seis folhas que faltam, tendo apenas feito o cálculo do espaço de que necessitaria para essas peças preambulares, e conclui dizendo que foi pena que assim acontecesse «porque a sua falta determinou o cansaço desta primeira folha, que hoje se nos apresenta, além de mais

amarelecida, do que qualquer outra, muito ensebada e puída pelas muitas mãos que nela tocaram durante perto de 400 anos; o desgaste foi tal que na parte inferior da frente, assim como em todo o pé, o papel acabou por desaparecer; naquele não há prejuízos, mas na frente deixaram de existir letras e até palavras» ([155]).

Valeu muito ao códice ser o papel que o constitui em grande parte de boa qualidade, um almasso forte e encorpado, que por boa sorte o preservou de maiores estragos.

Continuando a seguir João de Simas, diremos que a mancha da escrita é em média de 290 x 200; a medianiz regula pela largura de 35, o que dá uma metade de 17 para cada margem interior» ([156]). Há margens em todas as folhas, embora pouco largas.

«As da cabeça e do pé são sempre maiores que as da frente e, ao contrário do que se dá com os livros impressos, a margem da cabeça é quase sempre mais larga que a do pé». ([157]) Todas as páginas contêm na parte interior do pé o reclamo ou palavra de ordem, «o que é de certa novidade, pois usualmente os autores e impressores antigos empregavam-no apenas na passagem do verso de uma folha para o retro da seguinte» ([158]).

«Frutuoso, para maior segurança, fazia-os do retro para o verso de cada folha e do verso desta para o retro da seguinte. A palavra reclamada nunca aparece sozinha, mas ladeada por duas minúsculas vinhetas — uns traços ondulados, do mesmo desenho daqueles com que costumava fechar os parágrafos, menos o último de cada capítulo» ([159]).

Na primeira folha do códice está escrito no canto interno da cabeça o algarismo 1. É o número do caderno, seguindo-se todos os outros numerados pelo mesmo punho, para ordenar a sua colocação. Esse punho (possivelmente do autor) é aquele que numerou as folhas, o que leva a supor que elas se juntaram antes de feita a numeração das que subsistiram.

Tais cadernos são geralmente de dez folhas, tal como hoje, havendo, porém, alguns com menos. Assim, no Livro I, que abrange seis cadernos, só o último se apresenta com seis folhas, das quais três totalmente em branco, pois que, terminando esse Livro na folha 59, verso, seguem-se numeradas de 60, 61 e 62 essas que o autor não chegou a utilizar. Esta parte teria, pois, de certeza, 56 fólios.

É também na primeira folha do códice, que traria outrora o número sete, que está lançada a epígrafe do Livro I «ao alto da lauda, mais ou menos na altura em que principia o texto em toda a obra».

Aliás, em cada um dos livros ela tem sempre essa disposição.

Nessa primeira folha, ao lado das últimas quatro linhas do título está o «Aviso» dos padres jesuítas do Colégio de Ponta Delgada, a que já nos referimos, e se transcreveu em nota no frontispício deste volume.

A dois centímetros abaixo da última linha, vem a epígrafe do capítulo primeiro, seguindo-se uma nota de 30 de Agosto de 1865 sobre o pagamento do selo na importância de 40 réis na Repartição da Fazenda Pública na Ribeira Grande, e, mais adiante, outro registo de 240 réis, que igualmente se reproduziram no referido frontispício. Aliás, essa nota aparece mais de uma vez. Não nos foi possível apurar a razão de ser de tais registos, em virtude de já não existirem os respectivos livros naquela repartição e desconhecer-se o seu paradeiro.

Neste Livro I, que contém 32 capítulos, e é todo do punho de Frutuoso, há uma folha, a 44.ª, que foi por ele introduzida mais tarde, o que deduzimos do talhe da letra, sensivelmente menor do que aquele que habitualmente usou em toda a obra; a própria tinta, da mesma cor castanho escura, contrasta pelo seu tom bastante vivo (talvez de fabrico diferente) com o desbotado característico, geral a todas as páginas. Esta folha diz respeito ao cap.º XXVI, em que se relaciona a viagem de Colombo à América com a heráldica do Imperador Carlos V. De resto, o reclamo constante do verso da folha 43.ª, aposto com tinta igualmente carregada (ainda se vê o primitivo que se tentou apagar) confirma ter havido uma substituição. É possível que Frutuoso, obrigado a escrever muito mais do que a folha poderia conter, usando a letra de tipo graúdo, peculiar a este livro, se visse compelido a reduzir-lhe as dimensões. Na folha 45.ª volta a aparecer a letra habitual do autor e na tonalidade que lhe é vulgar.

*

* *

O Livro II, começando a fls. 63 e terminando a fls. 141, inclui 51 capítulos e é constituído por oito cadernos, de número de folhas bastante variável, embora predominem os de dez; o caderno n.º 9 tem apenas nove folhas, porque se suprimiu a última a fim de ser introduzida a biografia de Tristão Vaz da Veiga, em dois cadernos com a numeração de 10 e ll, este último com quatro folhas apenas, em que figuram também o capítulo XXX e o começo do XXXI, ambos da autoria de Frutuoso, que foi necessário transcrever. O caderno n.º 13 tem quinze folhas, porque nos dez existentes intercalaram-se seis para o elogio do bispo do Funchal, D. Luís de Figueiredo Lemos, depois de se ter suprimido uma, de que resta o vestígio, por haver sido cortada à tesoura.

Este livro é um dos que sofreram mais alterações, por virtude da introdução forçada daqueles panegíricos, que obrigou a variadas emendas e rasuras, no sentido de conciliar os mesmos com a parte já escrita pelo nosso cronista e também pelo cuidado deste em actualizar o mais possível os dados informativos. Está bem visível a preocupação de corrigir os datas, de forma a dar a quem lê a impressão de uma época posterior àquela em que realmente o livro foi redigido, ou, então, para no caso de ser publicado, não se notar qualquer discrepância ou anacronismo.

São numerosos os passos deste livro II, que provam à evidência a necessidade de ajustar dentro da crónica a inclusão dos capítulos que, de princípio, lhe eram estranhos.

Encontram-se ainda os vestígios das folhas subtraídas, geralmente cortadas à tesoura, para se poder introduzir os novos cadernos, em que foi necessário copiar o que Frutuoso havia escrito nessa parte, que teve de ser eliminada.

No capítulo XX, sobre os capitães do Machico, do punho de Frutuoso, a mão que escreveu a biografia do bispo D. Luís de Figueiredo e Lemos, acrescentou as seguintes palavras: «até à vinda de Tristão Vaz de Veiga», o que nos dá a certeza de que o panegírico do antigo governador da fortaleza de S. Julião da Barra foi incluído já depois da obra confeccionada, isto é, nunca antes de 1590, data que expressamente se menciona no cap.º XXVIII, ao descrever-se o físico e a idade do homenageado.

João de Simas aventa a hipótese de não serem da autoria de Frutuoso tais capítulos dedicados a Tristão Vaz da Veiga, pelo facto de não existirem na cópia da Biblioteca da Ajuda. Mas acontece que aí também não figuram os capítulos n.ºs XLIV, XLV, XLVI, XLVII e XLVIII, que são da letra de Frutuoso. Porém, é de admitir que os referentes a Tristão Vaz da Veiga fossem propositadamente excluídos do apógrafo da Ajuda, por se saber que constituíam uma interpolação alheia ao nosso cronista e sem qualquer interesse para a história dos dois Arquipélagos.

Por nossa parte, estamos convictos de que ela se efectuou no último ano da vida do Dr. Gaspar Frutuoso. A data de 1590 assim o prova, e o consentimento do historiador micaelense é atestado pela frase «capelão de sua majestade», numas entrelinhas que ele próprio apôs ao texto, logo a seguir a uma referência, que neste se contém, ao cónego da Sé do Funchal, Jerónimo Dias Leite.

Pela semelhança que notamos entre a letra que figura nestes cadernos interpolados e a do P.e Simão Tavares, beneficiado na Matriz da Ribeira Grande, que, a partir de 1587, lavrou numerosos termos do respectivo registo paroquial, poderá supor-se que, a pedido de Frutuoso, fosse esse sacerdote o copista daqueles capítulos, que resolveu introduzir no códice pouco antes da sua morte, possivelmente enviados pelos jesuítas do Funchal, cujo Colégio Tristão Vaz da Veiga visitava com frequência, tanto mais que, destinando-se as «Saudades da Terra»

à publicidade, ficariam exaltados perante os vindouros os méritos do homem, que, pelo acto de deslealdade que cometera, deveria ser na época objecto de reprovação para muitos.

Os algarismos em algumas destas folhas não foram avivados e são iguais aos da restante numeração da obra, donde se conclui que esta foi numerada depois de se lhe juntarem todos estes capítulos estranhos à sua primitiva ordenação.

Ao mesmo tempo, alteraram-se os que figuravam nas epígrafes dos capítulos que se lhes seguem, distinguindo-se ainda, por debaixo do número actual, o primitivo, que Frutuoso escrevera com o seu próprio punho.

*

* *

O Livro III começa na folha 142 do manuscrito, no retro, imediatamente à folha 141, em que termina o Livro II, e conclui na página 179. O número de folhas dos três cadernos, que o compõem, é variável e assim o 15.º, que é o primeiro, tem dezassete, por nele se ter intrometido o «Contraponto»; o 16.º tem dez e o 17.º tem onze, porque se intercalou uma destinada a narrar a acção de Brás Soares de Sousa contra os corsários, ocorrida após a confecção do livro.

Todo ele está escrito pela mão de Frutuoso, excepto a última parte do capítulo III (a partir de folhas 146), o capítulo IV, que é o «Contraponto» do Dr. Daniel da Costa acerca do Bispo do Funchal D. Luís de Figueiredo e Lemos, e também o capítulo XXI, que trata da referida proeza do capitão Brás Soares de Sousa.

A numeração das folhas é toda do mesmo punho, quer elas sejam escritas por Frutuoso, quer não, donde se conclui que a introdução desses fólios de letra diferente da do cronista se fez antes da obra ter sido numerada inteiramente.

A partir do capítulo V, que, de começo, era o IV, os números dos capítulos foram alterados, em consequência da introdução do referido «Contraponto», a qual exigiu que se cortassem duas folhas, de que há ainda os vestígios, e se substituíssem por aquelas em que o copista teve o cuidado de transcrever a última parte do capítulo III, que era com certeza do punho de Frutuoso.

No capítulo V (o antigo IV, pois está bem visível a numeração primitiva, anterior à inclusão do «Contraponto») começa Frutuoso, com a sua própria letra, a descrever a costa da ilha de Santa Maria. Reaparece o papel filigranado de coroa, que ele usava ordinariamente, e voltam os reclamos a fazerem-se no fim de cada página, segundo era seu hábito.

Para incluir no códice o capítulo XXI que trata dos feitos de Brás Soares de Sousa, na defesa de Santa Maria contra os corsários, introduziu-se a folha 174 e nela aparece a mesma letra, que escreveu o «Contraponto».

Uma tal inclusão obrigou a copiar o final do capítulo XX na parte de cima dessa nova folha e a riscar com vários traços verticais esse mesmo final na folha 175, onde ele figurava com letra de Frutuoso. Isto prova claramente o acrescento, que se efectuou, sem dúvida, com o acordo do nosso cronista, cuja letra muito miúda aparece em algumas entrelinhas.

Os capítulos que se seguem, n.ºs XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI, com a numeração visivelmente emendada, são do punho do cronista, e o papel, a que pertencem, é o mesmo que ele em toda a obra usou.

*

* *

O Livro IV das «Saudades da Terra» começa a fls. 180 do códice, com o caderno n.º 18.º e termina a fls. 443 no caderno n.º 44.º.

Em muitas páginas a numeração foi avivada. Na primeira folha e à esquerda do título do livro, mão, que não conseguimos identificar, escreveu «IV L.º», com tinta igual à que avivou a numeração de alguns fólios.

A folha 189 está muito estragada, sobretudo na margem externa da frente, que se apresenta bastante carcomida. Aliás, isto acontece a toda esta parte genealógica da ilha de S. Miguel, que decorre até ao capítulo XXXVI na página 249, sinal de que foi muito compulsada através dos tempos.

No entanto, desde o começo deste livro, os cadernos seguem-se de dez folhas cada um, com a sua numeração bem ordenada e sem qualquer espécie de interrupções.

Mas, concluída essa parte genealógica, começa a descrição topográfica da ilha de S. Miguel, que se contém numa série de quatro cadernos e quatro folhas de um papel finíssimo e muito diferente em espessura e tamanho de tudo quanto até aqui vimos, o que já se acentuou.

O primeiro caderno desta série, que vai desde o capítulo XXXVII ao L, tem o número 25 e segue-se a um de dez folhas, com escrita de Frutuoso, numerado de 24. A numeração, que é do tipo e tinta comuns a toda a obra, foi avivada em muitos fólios. As últimas cinco folhas mostram vestígios de terem sido atingidas pelo fogo (possivelmente uma ponta de cigarro) na margem lateral externa, chegando a prejudicar a mancha da escrita.

São, pois, 44 folhas, cobertas pela letra do excelente calígrafo, a que nos temos referido, mas cujo texto deve ter saído dos bicos da pena do nosso cronista, como se anotou. A propósito do pico da Ferraria e da sua constituição vulcânica, quase no final do capítulo XLIV, vem na margem externa da frente da página 274, verso, uma nota, que descreve em poucas palavras a erupção, que a 3 de Julho de 1638 se registou naquele local.

Termina esta parte do Livro dedicado à ilha de S. Miguel no verso da folha 290, seguindo-se logo a folha 300 com o capítulo LI, em que volta a figurar a letra de Frutuoso em cadernos do tipo habitual.

É, pois, aqui que faltam as nove folhas já assinaladas, onde deveria figurar o relato da erupção de 1630, da autoria do Padre jesuíta Manuel Gonçalves.

E logo a seguir, a página 303, depara-se com o desaparecimento das quatro folhas, a que atrás nos referimos, pois que daquela página passa-se imediatamente para a folha 307, mutilação que se comprova com a discordância manifesta entre o reclamo existente no fim da página 302, verso, e a palavra que se segue na folha imediata. O respectivo caderno, numerado de 30, que deveria ter dez folhas, como quase todos deste Livro IV, possui apenas seis, visto faltarem-lhe as quatro que foram arrancadas. Daí em diante o livro IV está bem conservado, apenas com pequenos estragos em uma ou outra margem lateral externa das páginas, em que se descreve a conquista de S. Miguel pelos espanhóis, prova de que tais capítulos foram bastante manuseados.

Os últimos capítulos deste livro IV ficaram incompletos. É o que se depreende dos espaços em branco deixados pelo autor, com destino, porventura, a serem preenchidos com notícias, que quereria acrescentar à medida que os anos fossem decorrendo.

O capítulo CII, sobre a batalha naval de Vila Franca, é da mão de Frutuoso até ao fim da página 419, verso, cujo reclamo já se não lê; prossegue a narrativa do combate a fls. 420, mas já com letra totalmente diversa da do cronista e mesmo das outras, que figuram na crónica.

Essa página pertence a uma série de três cadernos, num total de 24 folhas numeradas de 420 a 443, constituindo o final do Livro IV, onde, por vezes, Frutuoso abriu capítulos com o seu próprio punho, intercalando nas entrelinhas os respectivos números e epígrafes, com a letra muito miúda, que lhe é característica.

Assim fez com os capítulos CIII, CXI e CXIII. O CXII só tem o título: *«De Gonçalo Vaz Coutinho que agora é governador da milícia na ilha de S. Miguel»*. O final, nas páginas 442 e 443 consta de pequenas notas, algum tanto desligadas entre si, a que pretendia, porventura, dar redacção definitiva.

Porém, na folha 443, a última deste livro, Frutuoso anuncia o assunto do Livro V, ou «História dos Dois Amigos». Desfaz-se, assim, a suposição formulada por João de Simas, com fundamento na cópia da Biblioteca da Ajuda, de que o Livro V seria constituído pela história das Ilhas de Baixo e o VI poria fim à obra, narrando a «História dos Dois Amigos» ([160]). Aliás, já no prefácio do livro VI tivemos a oportunidade de esclarecer este assunto, denunciando a falsificação que sofreu o final daquele apógrafo, cometida propositadamente para o copista se eximir ao trabalho de copiar a novela de cavalaria, que nenhum interesse tem no conjunto historiográfico das «Saudades da Terra».

Finalizando o exame, que vimos fazendo ao Livro IV, diremos que este abrange vinte e seis cadernos, desde o número 18.º até ao 44.º, na sua maioria de dez folhas, pois que o 29.º, com quatro, o 30.º, com seis, e o 44.º, com oito, constituem excepções.

*

* *

O Livro V tem todo o aspecto de um trabalho definitivo e, pela caligrafia extremamente apurada, ficamos com a impressão de que os respectivos cadernos se reuniram ao códice já passados a limpo. Contudo, Frutuoso, na ânsia de aperfeiçoar o verso, apôs, nas numerosas poesias que fazem parte do seu contexto, pequenas emendas e rectificações que denotam que essa foi uma preocupação dominante do seu espírito até ao fim da vida. É todo da sua mão, com letra magnífica, designadamente nas primeiras páginas, e isto leva-nos a supor que ele fosse passado a limpo mais cedo do que os restantes livros das «Saudades da Terra».

O título começa por letras capitais, imitando caracteres de imprensa; só assim procedeu com o Livro III. Nele se diz natural da ilha de S. Miguel, sendo esta a única vez que menciona a terra da sua naturalidade. Todos os capítulos têm a primeira linha da epígrafe em letras daquele tipo, geralmente a numeração e as primeiras palavras, pormenor que não se regista nos outros livros. No fim, escreveu «Fim do Livro V». Tudo isto denuncia um trabalho cuidadosamente feito, antecedendo em muito a redacção dos restantes livros.

Abrange quatro cadernos de dez folhas, com os números 45, 46, 47 e 48, possuindo este onze folhas, das quais a última é numerada de 484.

Com o caderno 49.º e na página 486 entra-se no Livro VI. Há por conseguinte falta de uma folha.

*

* *

O Livro VI, como já se elucidou, é todo constituído, por papel do tipo que serviu para a biografia de Tristão Vaz da Veiga. O mesmo acontece com a letra e a respectiva tinta.

Em algumas páginas esta espalhou-se, ficando a escrita com borrões e a própria folha bastante deteriorada.

Também já observámos faltarem neste Livro os folhas 586 e 587, porque da página 585, verso, passa-se imediatamente para a 588, em cuja cabeça alguém escreveu: «faltam aqui folhas 586 e 587». Porém a numeração do respectivo caderno não faz pressupor qualquer anomalia, seguindo-se a um caderno de dez folhas numerado de 58. No entanto, há discordância no reclamo da página antecedente, testemunho iniludível de folhas desaparecidas. Existiriam elas, porventura, soltas entre os dois cadernos e ter-se-iam perdido após a morte do cronista?

Problema difícil de resolver, sobre que tentamos dar explicação plausível ao abordarmos pela primeira vez o assunto no prefácio do Livro VI.

Este livro compõe-se de doze cadernos de dez folhas, sendo o 12.º, presentemente, de seis; deste último caderno, além das duas atrás citadas, deve ter desaparecido, pelo menos, uma folha, possivelmente a derradeira, e, por tal motivo, desconhecemos a forma como o Dr. Gaspar Frutuoso concluiu o Livro VI e, por conseguinte, as suas «Saudades da Terra».

Não existindo já o pé da última página do manuscrito e não podendo ler-se as suas linhas finais, ignoramos hoje se a narrativa terminava aí, ou se prosseguia em mais alguma folha, que se perdeu.

*

* *

Com respeito ao título da obra, João de Simas na sua «Notícia Bibliográfica», fundamentando-se em Frei Agostinho de Monte Alverne, D. António Caetano de Sousa e outros autores antigos, põe em dúvida que ele fosse o de «Saudades da Terra», inclinando-se para as designações de «Descobrimento das Ilhas», ou «História das Ilhas», como alguns escritores apelidam a obra de Frutuoso. Contudo, parece-nos que a este respeito não pode haver hesitações, como já acentuei no prefácio do Livro VI, visto que cada livro, no manuscrito original, ostenta invariavelmente o respectivo título na cabeça da página que dá começo à narrativa, bem a meio, onde, após a indicação por extenso do numeral competente, vêm sempre mencionadas as palavras «Saudades da Terra», seguidas do nome do seu autor e da súmula dos assuntos que se vão tratar ([161]).

De resto, os volumes publicados nesta edição transcrevem na íntegra os dizeres das respectivas epígrafes. Daqui se conclui que, sendo comum a todos os livros o nome de «Saudades da Terra», não há razão para crer que o cronista intitulasse de outra maneira o conjunto por eles constituído, tanto mais que nem o Morgado João de Arruda, nem o Dr. Ernesto do Canto, que conheceram o códice no seu revestimento de couro, acusam a existência de qualquer frontispício com designação diferente, a qual, se lá estivesse, com certeza lhes não passaria despercebida. As expressões «História Insulana», «História das Ilhas», e «Descobrimento das Ilhas», com que os autores dos séculos XVII e XVIII se referiam à obra de Frutuoso, não passam, a meu ver, de formas vulgares e correntes de a nomear, para melhor esclarecimento da natureza dos assuntos nela versados, os quais dificilmente podem ser entrevistos através da denominação fantasiosa que lhe deu o autor. A este respeito, julgo convincente o testemunho do Padre António Cordeiro, quando diz que Frutuoso «deixou um grande tomo chamado comummente Descobrimento das Ilhas, e a que ele intitulou «Saudades da Terra» ([162]).

De resto, todos os que têm estudado esta obra — e o próprio João de Simas não faz excepção — acordam em reconhecer que a «Menina e Moça», de Bernardim Ribeiro, influenciou poderosamente o nosso cronista. Ainda não há muito tempo, o Dr. Manuel Baptista de Lima pôs em relevo a grande semelhança, quanto ao aparato literário, e até analogia de situações, entre o livro V e as «Saudades» daquele escritor ([163]).

*

* *

Quanto à data ou datas em que o Dr. Gaspar Frutuoso redigiu as «Saudades da Terra», não é possível estabelecê-las com rigor.

Alguns pontos de referência existentes na crónica permitem-nos colocar o grosso da obra nos anos que se seguiram a 1580.

Presumo que o Livro V ou «História dos Dois Amigos», verdadeira novela de cavalaria, fosse o primeiro a ser elaborado, possivelmente na juventude, fase da vida em que predomina o pendor para as belas-letras, sobretudo numa mentalidade, que, como a de Frutuoso, se abriu para as mais variadas curiosidades científicas. Aliás, as referências, que, logo no começo do Livro I, o autor faz à «História dos Dois Amigos da Ilha de S. Miguel», indicam que a novela estaria já redigida ou, pelo menos, delineada para fazer parte integrante das «Saudades da Terra».

Como se viu, esse Livro deve ter sido o primeiro passado a limpo; o esmero da caligrafia e os bem visíveis cuidados postos na sua apresentação assim o indicam.

Da mesma forma, o Livro I tem igualmente o aspecto de uma redacção feita alguns anos antes da sua morte. Os vastos conhecimentos que ali expende, como resultado de uma cultura de longo tempo adquirida, a quase ausência de entrelinhas do seu próprio punho e o apuro da letra, sempre cuidadosamente traçada, são indícios de um trabalho feito com vagar e trasladado com carinho.

No final do capítulo XI, onde o último período é um acrescentamento do seu próprio punho, menciona-se o ano de 1586. Isto nos permite situar a confecção deste livro em data anterior. E, como no capítulo XXV, falando das expedições, que os ingleses fizeram a seguir às de Drake, cita a data de 1583 como a do ano em que estava escrevendo, parece-nos possível concluir que este livro I fosse redigido por essa altura.

Com respeito ao Livro II parecerá à primeira vista fácil fixá-lo antes de 1582, e isto porque no capítulo XX, que trata dos capitães do Machico, não há qualquer referência a Tristão Vaz da Veiga, que a 25 de Fevereiro daquele ano fora nomeado para essa capitania, como prémio da vileza que havia cometido e da qual só tomou posse em 1585 ([164]). Mas acontece que o respectivo texto alude à morte, em fins de Julho seguinte, do donatário que o antecedeu, o Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, ocorrida na batalha naval de Vila Franca, em que participava, como entusiástico defensor dos direitos do Prior do Crato à coroa portuguesa. Temos de convir que a omissão do nome do traidor neste capítulo foi propositada, pois que nem sequer ele figura no fim em aditamento, como, aliás, frequentemente se observa nas «Saudades da Terra», todas as vezes que o autor deseja actualizar os acontecimentos. Esta é, a meu ver, mais uma prova de que a admiração de Frutuoso pelo famigerado governador da ilha da Madeira não seria grande, pelo menos, nesta época, ainda próxima da conquista de Portugal por Filipe II; de facto, só em 1590 ou 91 é que introduz na sua obra os capítulos de exaltação dessa figura sombria, isto é, quando se tivessem já esbatido quaisquer ressentimentos, que lhe restassem dos trágicos dias vividos por ocasião da luta nos Açores.

Hoje, não duvidamos em colocar a redacção do Livro II na segunda metade de 1583 e em todo o ano de 1584.

É o que se depreende de várias passagens do próprio texto, e ainda de algumas datas, que nele se contêm, e foram propositadamente emendadas, sendo ainda visíveis os algarismos que de princípio as formavam.

Assim, por exemplo: na epígrafe do capítulo X, a data primitiva de 1584, escrita como sendo a da sua redacção, foi depois corrigida para 1590. Também no capítulo XVI a frase «faz esta

era de 84 dezassete anos» foi alterada para «fez a era de 84», etc. Logo abaixo, na mesma página, referindo-se ao artífice Gaspar Borges, escreve: «Faz nesta era de 84 dezasseis anos», frase que não foi riscada, certamente por lapso da pessoa que fez a emenda anterior e que pela letra e tinta me parece ser a mesma que escreveu os capítulos sobre Tristão Vaz da Veiga. Na descrição da cidade do Funchal (cap.º XVI), Frutuoso fala do bispo D. Jerónimo Barreto como se estivesse vivo e ainda prelado daquela diocese, expressando-se da seguinte forma: «como agora o é o ilustríssimo prelado deles D. Hierónimo Coutinho». Igualmente no capítulo XLI, dedicado a este bispo e escrito quando ainda governava o Funchal, a respectiva epígrafe foi quase totalmente alterada por motivo da sua transferência para Silves em 1585 e, possivelmente, da sua morte, ocorrida em 1589.

Tudo isto nos convence de que o ano de 1584 foi aquele em que Frutuoso redigiu muitos dos capítulos do Livro II.

Já João de Simas chamara a atenção para um pormenor do seu capítulo L, que ajuda a fixar a época em que o escreveu.

A propósito da dedicatória deste mesmo livro ao 3.º Conde da Calheta, diz o autor que o faz sem embargo de oferecer toda a obra ao capitão donatário da ilha de S. Miguel, Rui Gonçalves da Câmara. Ora, este fidalgo fora elevado a Conde de Vila Franca a 17 de Junho de 1583, e, se o livro fosse escrito após esta data, certamente que o cronista não se esqueceria de o nomear pelo título, como se pode observar no decorrer do Livro IV.

Quanto ao Livro III, referente à ilha de Santa Maria, Rodrigo Rodrigues admite que fosse começado em 1582, ou mesmo antes, pela citação que no seu capítulo VIII se faz de uma vinha, que em S. Lourenço pertencia a Belchior Homem, «cuja agora é», na expressão do autor. Como esse indivíduo morreu em 1582, o biógrafo do Dr. Gaspar Frutuoso fundamenta-se neste passo do dito Livro para estabelecer a sua cronologia. Ora, acontece que Velho Arruda, ao estudar a família de Belchior Homem, revela-nos nada menos do que três indivíduos com este nome e todos vivendo aproximadamente na mesma época, visto tratar-se de tio, sobrinho e sobrinho-neto, o que, aliás, se acentuou em nota da pág. XXXIX deste volume, ao fazer-se a reimpressão da «Notícia biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso».

Contudo, Frutuoso refere-se expressamente a Fr. Belchior Homem, como proprietário da referida vinha, sendo de notar que o sobrinho-neto do mesmo nome e seu testamenteiro é sempre tratado nos documentos como padre.

O Livro III é com certeza anterior a 1586, data em que foi sagrado bispo do Funchal D. Luís de Figueiredo e Lemos que, no capítulo XIV, Frutuoso cita como «Vigário que foi de S. Pedro da cidade de Ponta Delgada e ouvidor do eclesiástico nesta Ilha de S. Miguel, e agora é emérito deão da Sé de Angra e Vigário Geral em todo o bispado». Mais tarde, para o designar como prelado da diocese da Madeira, riscou as palavras «agora é emérito» e acrescentou nas entrelinhas «e agora é bispo do Funchal». Esta emenda feita seguramente depois de 1586 é bastante elucidativa e permite-nos fixar a conclusão do Livro III nos anos que imediatamente precedem esta data.

No Livro IV há várias referências, que nos permitem datá-lo de 1587 em diante. Rodrigo Rodrigues chama a atenção para o capítulo XIII, em que explicitamente se diz «nesta era de 1587». No capítulo XLIX há uma referência no pretérito à enchente dos Furnas de 7 de Outubro de 1588 e no capítulo LVIII torna a indicar como presente esse mesmo ano.
Em 1589 e 1590 ainda Frutuoso escrituraria o Livro IV, como se pode ver no capítulo LVI sobre o preço do vinho da Madeira na primeira daquelas datas e no capítulo XCVI, quando diz que «nesta era de 1590» o capitão donatário D. Rui Gonçalves da Câmara tinha 57 anos.

Com certeza que Frutuoso, desde cedo, teria coligido numerosos elementos para a elaboração do Livro IV e podemos mesmo admitir que muitos desses seus capítulos fossem escritos antes de 1587 designadamente a parte genealógica, onde são numerosos os acrescentamentos do seu punho, com o fim de actualizar o mais possível a informação. Igualmente poderemos considerar anterior àquela data a descrição topográfica da ilha de S. Miguel, que se apresenta com todo o aspecto de já passada a limpo e redigida em definitivo.

Mas os últimos capítulos mostram-se inacabados e com espaços em branco, onde ele com o seu característico cursivo ia registando o que considerava digno de menção à medida que os anos se sucediam.

O Livro VI deve ter sido concluído por alturas de 1589 e isto pelo que se pode observar no capítulo XVIII em cuja epígrafe este ano vem mencionado e onde o corpo do texto escrito pelo copista vai até essa data. Há, porém, um aditamento do punho de Frutuoso em que se fala da dia 24 de Julho de 1590.

Porém, como todo este Livro nos aparece escrito por mão que não é a do cronista — a mesma que traçou os capítulos dedicados a Tristão Vaz da Veiga no Livro II — não sabemos se a parte que indiscutivelmente é de Frutuoso —, isto é, aquela que trata da ilha Terceira antes dos «alevantamentos do Sr. D. António», e mesmo todos os outros capítulos dedicados às restantes ilhas dos grupos central e ocidental, foram redigidos antes de 1589.

O que é certo é que todos eles, e sobretudo os que versam a descrição das referidas ilhas, contêm numerosos acrescentamentos da mão do cronista, como informações sobre a população das freguesias, o orago e os nomes dos párocos, e outras notícias destinadas a actualizar o texto anteriormente escrito, com todo o aspecto de lhe terem sido fornecidas depois da confecção do Livro e da sua cópia definitiva.

Quanto a saber se Frutuoso destinava a sua obra à publicidade, inclinamo-nos a acreditá-lo. Isto pelas numerosas correcções e aditamentos que, com a sua própria mão, introduziu, no desejo manifesto de apurar a forma literária e rectificar ou actualizar a informação. Poderemos talvez adiantar que ele próprio fosse o censor do livro, como demonstram as numerosas passagens riscadas com tinta igual à que sempre usou. Muitas delas ainda legíveis, referem-se, quase sempre, a factos ou acontecimentos que, porventura, pudessem causar escândalo ou ferir susceptibilidades, e quando muito suscitar dúvidas ou embargos por parte do Santo Ofício. Estão neste caso as referências que no capítulo XXV do Livro I faz a Drake, onde tudo o que ali se deduz da cumplicidade da rainha Isabel de Inglaterra nos latrocínios, que aquele e os seus corsários cometeram, foi totalmente riscado, sem as entrelinhas que ele habitualmente apunha, quando apenas pretendia melhorar ou corrigir uma afirmação.

O mesmo se deverá dizer acerca das alusões a um castigo de Deus, que no mesmo livro se contém, no capítulo XVI, pelo facto de dois turcos terem introduzido o pecado nefando numa das Ilhas Canárias, e, ainda, a casos milagreiros ou sobrenaturais, que na obra por vezes surgem, denunciadores de fácil crendice ou superstição, como se pode ver no capítulo XXIII do Livro III a propósito de uma religiosa do Convento da Anunciada em Lisboa, filha do comendador de Santa Maria, D. Francisco Coutinho.

A circunstância de muitas vezes aparecer riscada ou rasurada a designação de «senhor», que quase sempre emprega ao referir-se a D. António, Prior do Crato, a qual poderia parecer deslocada numa época ainda muito próxima da sua derrota e dos ódios que ele suscitou entre os partidários do usurpador, julgo que também tenha obedecido à mesma preocupação.

Todos estes passos da crónica, que, como vimos salientando, incidem sobre matéria política e religiosa de extrema delicadeza, foram de certo eliminados por razões de prudência, que aconselhavam não ser conveniente virem a público.

A introdução no códice das «Saudades da Terra» do panegírico de Tristão Vaz da Veiga só poderá explicar-se pelo intuito de publicidade que estava no pensamento do cronista, ou daqueles, possivelmente os jesuítas, que, admirando-o e conhecendo o valor da obra a que tinha metido ombros, o incitavam a não deixá-la ficar no fundo de uma gaveta. Assim, destinando-se as «Saudades da Terra» a serem publicadas, como crónica dos dois mais importantes arquipélagos portugueses do Atlântico, oferecia-se a Tristão Vaz da Veiga mais uma ocasião, a todos os títulos importante, de se valorizar perante a posteridade, o mesmo acontecendo a D. Luís de Figueiredo e Lemos, que, açoriano de nascimento, devia ser, ao tempo, a figura mais ilustre nascida nas nossas ilhas.

Um espaço em branco a seguir à referência que faz ao «ano presente de mil quinhentos e oitenta», no cap.º XL do Livro II, tratando dos prelados que administraram a diocese do Funchal, parece indicar que Frutuoso pretenderia preenchê-lo quando desse a obra por terminada; depois emendou os «oitenta» para «noventa», e isto afigura-se-nos mais um indício do seu intuito de publicar a obra, pois não o quereria fazer sem a inclusão de todos os bispos que àquela data tivessem passado pela mitra da Ilha da Madeira.

Não tendo sido publicadas as «Saudades da Terra» durante o domínio espanhol, por motivos que ignoramos, difícil se tornaria fazê-lo depois da Restauração, em vista da apologia do regime filipino, que na crónica se contém e decerto iria ferir as susceptibilidades de um

nacionalismo exaltado, como devia ser o da época em Portugal. Talvez, por este motivo, os jesuítas do Colégio de Ponta Delgada se recusassem a mandá-la imprimir, apesar do interesse que o seu conhecimento suscitava entre os eruditos, como o atestam as suas numerosas cópias. É o que se depreende da frase de D. António Caetano de Sousa, quando, na sua qualidade de censor e qualificador do Santo Ofício para a publicação da «História Insulana», do P.e António Cordeiro, diz que um dos méritos dessa obra e do seu autor é «fazer patente ao mundo a escondida e sempre desejada História das Ilhas que compôs o Doutor Gaspar Fructuoso» ([165]).

Todo o códice está escrito com tinta acastanhado-escura, mas com tais variantes de tonalidade, que não nos parece ser toda do mesmo fabrico.

Há páginas, e são sobretudo as escrituradas por Frutuoso, em que ela está bastante empalidecida; outras, como, por exemplo, as que constituem o Livro VI, mantêm tons ainda bastante vivos e fortes, tendo-se a tinta muitas vezes estendido para além do desenho da letra, dando à folha um aspecto de borrado ou manchado.

Embora essa tinta seja da coloração corrente no século XVI, e, por conseguinte, fabricada com noz de galha, a que serviu para o traçado dos últimos fólios do Livro VI deve conter qualquer ingrediente de natureza corrosiva, porque essas páginas, nos sítios onde ela mais se espalhou, mostram-se gravemente deterioradas, com roturas e fendas, que hoje muito prejudicam o conhecimento do texto.

À parte algumas nódoas de humidade e pequenos furos produzidos pela traça, aliás, muito poucos, pode dizer-se que o manuscrito das «Saudades da Terra» se encontra bem conservado. Exceptuam-se, é certo, a primeira e a última folha, que acusam evidente falta de resguardo e, além das já citadas do Livro VI, a parte genealógica da ilha de S. Miguel, muito manuseada por espaço de séculos, e aquelas folhas, também do Livro IV, que reputamos vítimas, propositadamente ou não, de uma ponta de cigarro.

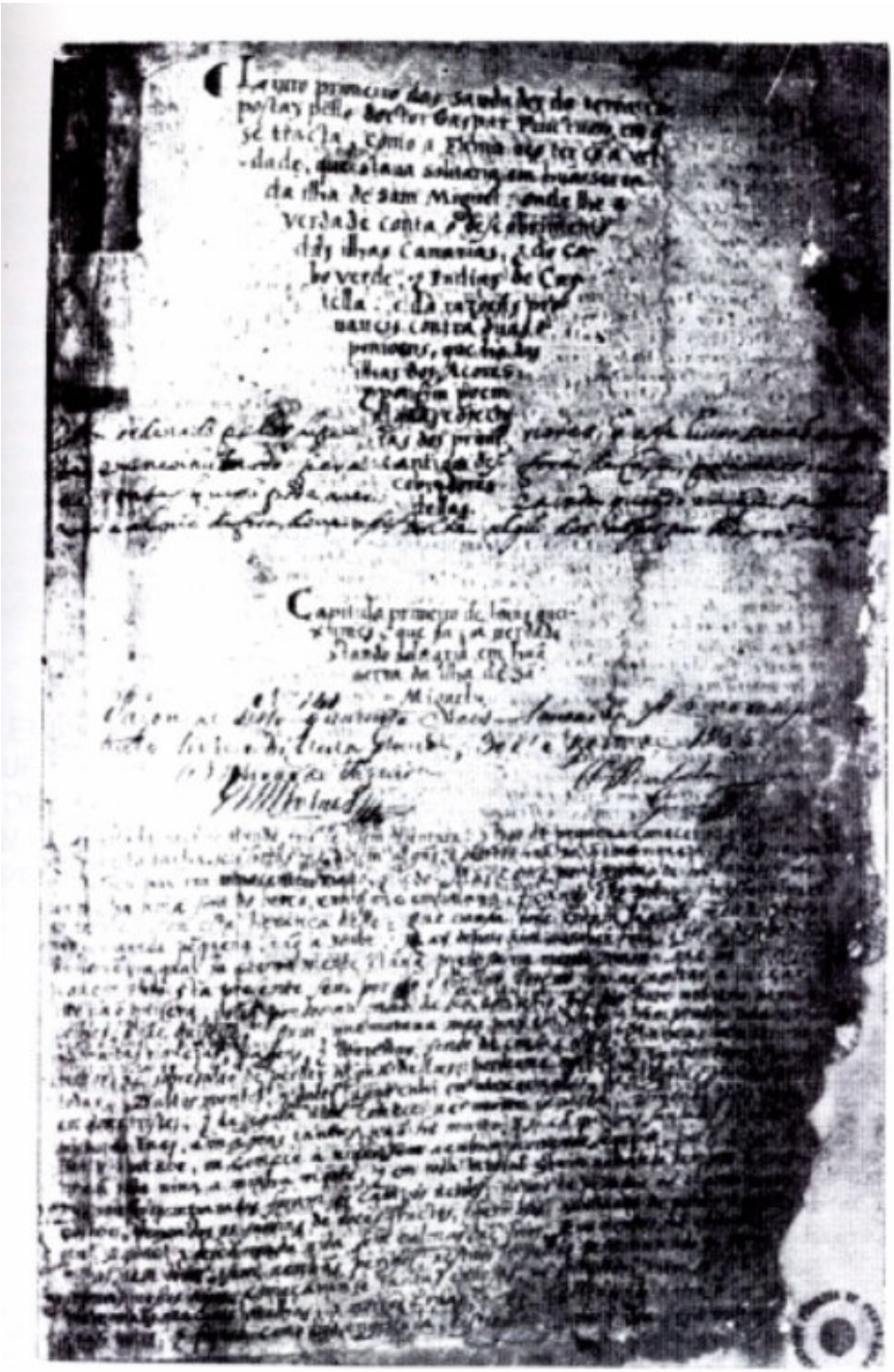
As grafias usadas nas «Saudades da Terra», caracterizam-se pela sua extrema variedade, aliás própria da época, em que os escritores, dando neste ponto largas à fantasia, não se sujeitavam a regras de disciplina ortográfica. As abreviaturas são muito frequentes, podendo dizer-se que se sucedem a cada passo, mas alternando, por vezes, com formas completamente desenvolvidas. Predominam, por conseguinte, a instabilidade e a indeterminação no emprego de consoantes, como *s*, *ç* e *z*, e ainda do *m*, do *n* e do til, nas formas nasais, este último quase sempre deslocado para cima da segunda vogal do ditongo ou da consoante seguinte. O uso do til em nasalações, que correntemente se fazem com *m* ou *n*, é muito frequente. O *u* medial substitui quase sempre o *v*, mas esta consoante não deixa de aparecer, sobretudo, quando inicia o vocábulo.

Como bom autor da Renascença, Frutuoso parece fazer gala nos seus conhecimentos de morfologia gramatical. Assim se depreende da riqueza do vocabulário que utiliza, em que as formas eruditas e populares de uma mesma palavra são indistintamente empregadas. E a erudição do humanista denuncia-se ainda nas grafias latinizadas de muitos vocábulos, como, por exemplo, «docto», «regno», «absente», «secreto» (segredo), etc., que a todo o momento surgem nas páginas das «Saudades da Terra».

É inegável que tudo isto testemunha o profundo conhecimento que o Dr. Gaspar Frutuoso possuía da língua portuguesa e das suas origens, colocando-o sem favor, entre os nossos bons clássicos do humanismo quinhentista.

Ponta Delgada, 4 de Janeiro de 1966.

João Bernardo de Oliveira Rodrigues



FOTOCÓPIA DA PRIMEIRA PÁGINA DO MANUSCRITO ORIGINAL
DAS SAUDADES DA TERRA

LIVRO PRIMEIRO DAS SAUDADES DA TERRA

COMPOSTAS PELO DOCTOR GASPAR FRUCTUOSO, EM QUE SE TRATA COMO A FAMA VEIO TER COM A VERDADE, QUE ESTAVA SOLITÁRIA EM UMA SERRA DA ILHA DE SÃO MIGUEL: ONDE LHE A VERDADE CONTA O DESCOBRIMENTO DAS ILHAS CANÁRIAS, E DO CABO VERDE, E ÍNDIAS DE CASTELA; E DÁ RAZÕES PROVÁVEIS CONTRA DUAS OPINIÕES, QUE HÁ DAS ILHAS DOS AÇORES; E POR FIM PÕEM ALGUMAS CONJECTURAS DOS PRIMEIROS E ANTIGOS DESCOBRIDORES DELAS ([166])

CAPÍTULO PRIMEIRO

DE UNS QUEIXUMES QUE FAZ A VERDADE, ESTANDO SOLITÁRIA EM UMA SERRA DA ILHA DE S. MIGUEL

Engeitada nasci no Mundo, triste, sem ventura, e logo de pequena comecei ser desestimada por esta tacha. Seis horas, me dizem alguns, e outros uma só, que tive riqueza e alegria, quando meu Pai era inocente, rico e ledo. Mas, como por engano de um envejoso, me deitou minha ama fora do berço em que me embalava, ficando ele pobre e triste, fiquei eu também com esta herança dele. Que causa fosse, então, daquele meu desterro, era eu ainda pequena, não a soube. Mas depois vim a saber uma, que foi a desobediência do homem, a qual já eternalmente estava previsa na mente divina, que é omnisciente, a quem tudo está presente, sem por isso o obrigar, forçar ou necessitar a pecar, se ele não quisera, pois que, pondo-o na mão de seu conselho, lhe deu livre arbítrio pera escolher o que quisesse.

Ouvi que morava meu Pai em altos e sumptuosos paços, senhor de muitas riquezas, pagens e donzelas, sendo de cousas altas e baixas bem servido, sem temor nem sobressalto de perder alguma delas; perdeu-me a mim só e, perdendo-me, perdeu todas.

De altos montes e de alto lugar caí em baixos vales, de alegrias grandes vim a dar ([167]) em dores tristes e de segura vida comecei ver morte incerta; vivendo, pois, pera ver ([168]) tristezas tais e mágoas tantas, não é muito que só com minhas saudades de tanto bem ([169]) perdido acabe ou comece a viver sem acabar, morrendo sempre por que esteja de contino ([170]) em roda viva a minha morte e em roda mortal esteja voltando sempre à mortal vida ([171]).

Depois que desemparados foram os campos verdes, depois de perdidas as claras fontes, ricos ([172]) rios, deixados os jardins de doces frutos e fermosos, acabando de perder aquela quieta ([173]), segura e descansada vida, sem calmas nem frios, sem ventos nem chuvas, sem trabalhos ([174]) nem dores, sem nenhuns perigos e infortúnios; vestidos de peles peregrinando pelo vale de ([175]) lágrimas nossos ayos ([176]), começaram-se ([177]) tantas envejas e contendas antre os filhos, começaram-se mais que civis batalhas e mortes cruas; tanto que, contendendo antre si, me perderam ([178]) quase todos e fiquei, como digo, engeitada, desterrada e aborrecida no mundo e sem viver ([179]). Mas que fora de mim, se isto não fora, pois perdera mil coroas nesta safra bem lavradas! Não há mal, enfim, que pera algum bem não venha. Esta consolação de meus trabalhos e perdas só me fica, mas nem com isso têm repouso os meus cuidados, que, como desci doutra terra mui alta a esta baixa, logo fiquei estranhada e estrangeira em terra alheia.

Não entendo a linguagem das gentes, nem me entendem. Ouço tantos vasconços disfraçados, vejo disfraces novos vasconçados; sendo eu tão clara, fico obscura e triste. Nos desertos trajos brancos e a boca aberta trago, mas, se a povoado vou, doutra cor me visto; cadeado mourisco que por dentro fecha os beiços nela levo, com silêncio dissimulando falas e obras mentirosas, que, se as reprendesse muito mais do que agora sou perseguida fora.

Quando meu Pai de ouro de altos quilates se vestia, depois de perder o serviço das verdes esmeraldas, fermosos rubis, subidos topázios, claros diamaens, balais, hiacintos, safiras, jagonças, ametistes, crisólitas, perlas ricas, aljôfar e outra pedraria fina, resplandescia e soava no Mundo a fama do meu nome esclarecida.

Mas, depois que foi roubado dos vasos de ouro acendrado e puro, servindo-se já com branca prata, rica e limpa, veio outra manada de piratas roubadores e ficou com vasos de baixo cobre e metal servido. Foram suas riquezas sonhos sonhados de alegria, que lhe estava parecendo que tinha mui segura, mas ficou com dobradas penas e agonias tristes, quando, depois de acordado, em vão apertava a mão vazia; cuidando o pobrezinho que achava um grão tesouro, quando esperto olhou, viu e achou ser tudo nada e vento. Nem o metal e cobre ainda pôde lograr por muitos anos o cansado velho, porque na partilha do ouro e prata, que

roubada lhe era, houve antre os salteadores sobre isso tanta guerra, que, pera mais crua lha fazer, fundiram dele artilharia tão cruel e fera, que lhe foi necessário vestir seus fracos e cansados ombros de pesado e duro ferro.

Em mancebo, sem armas, andava em toda a parte sem perigo, e em velho, carregado de arnês e malha, quase de todos ofendido, andando em guerra campal com todos e consigo mesmo, nem ainda vestido de ferro se pôde bem livrar de seus contrários. Assi como ia crescendo a malícia dos homens que nascendo iam, assi ia minguando a excelência do metal que dantes possuíam. Assi parece que de mal em pior vai, até que, por fim, meu Pai acabe o tempo e, já de muito velho, se torne em terra fria, sem mover-se. Não chorarei eu, então, sua morte, mas a vida sua choro, que mais digna é de chorar a vida de muitas mortes cheia que uma só morte, fim de tantas vidas tristes. Choro também a mim e a pouca ventura minha, pois, por mais que me fez Deus fermosa criatura antre as gentes, quase de ninguém sou vista, nem ouvida, nem querida.

Revolta desta sorte, que digo, a casa de meu Pai, quieta e leda, pera maior mágoa minha nunca conheci mãe que me criasse, sendo assim mal criada de mães alheias e estranhas amas, como quem não tinha em mim parte pera me bem criar e amar; e, como cousa doutro diferente sangue, casta e vida, caí em tanto avorrecimento às mulheres com meus queixosos choros até que também, por sua parte, dos homens vim ser avorrecida.

Já não havia pessoa que com direitos olhos me olhasse; nenhum me via, nem ouvia, que não me perseguisse e, se alguém me tinha afeição, não ma mostrava; quase de todos desestimada, de muitos nem vista nem querida, vivi eu alguns anos antre as gentes, onde vi tantas cousas de tristezas tão crescidas, que me faziam sentir menos as muito maiores que eu passava; e, vendo assi as alheias com passar as minhas, aprendi também a ser sempre sem ventura, que, se alguma agora me viesse, já me não faria leda. Desejava eu acabar, por ver se acabariam comigo minhas mágoas, mas não lhe vendo cabo, me vinham elas mais a pares.

Por a morte fugir tanto de mim, me veio já em algum tempo suspeita que poderia ela ser fim de meus desgostos, e que por isso fugiria, por me privar de um gosto tão crescido e desejado. Mas depois que por longos anos me vejo morta cada hora, sem alguma meus choros se esgotarem, nem faltarem, vim a cair na conta que uma só morte, que de mim fugia, não era poderosa pera matar tantas que cada dia viva me enterravam, que sempre ouvi dizer que os muitos faziam perder aos poucos esforço e valentia; e, pois, eu padecia tantas mortes, mal poderia uma só, que desejava, matar a multidão das muitas que eu sofria.

Outro erro, como este, me lembra ouvir, sendo minina: que a roda da Fortuna, costumada nunca estar em um ser, lugar e ponto, sempre andava; cria-o eu, porque era ainda moça de pouca experiência e tenra idade; mas do Tempo, meu Pai, tenho aprendido ser tudo abusão e fingimento daqueles que tiveram ou têm poucos cuidados, pois os primeiros que eu tive, de tantos anos a esta parte, nunca mais me deixaram a mim, nem a si mudaram; e, se por ventura tem alguma mudança a sua roda, não me digam que é pera bens, pois eu a não sinto senão pera mores males, que dos bens pera eles, ou deles pera outros peores, bem me vejo eu andar voltando nela; ... ([180]) do mal pera algum bem na casa da Verdade avorrecida não me tirará ninguém da fantesia; .. . ([181]) a não tem; e se, porventura, por esta via a fortuna dalgum instrumento usa, poderá dizer ([182]) ser quadrado, que assente e afirme, e não redondo, que rode, pois meus males nunca foram pera bens, mas sempre fizeram firme e imóbil assento no que sempre foram e dantes eram ([183]), donde vejo eu que só herdei grande e firme estado. Porque os príncipes, herdeiros de impérios e reinos e grandes senhorios, não os herdam mais que como emprestados, pois os tornam a deixar ([184]) pera outros que neles lhe são logo sucessores, mas meus acrescentados males e trabalhos estão tão firmes, sem fazer de mim mudança pera outra parte, que eles com tanta ânsia se podem chamar estado. E bem sei eu que depois de minha morte, se me vier, ninguém os sustentará em tanta perpetuidade de firmeza e grandeza, como eu faço. Assi que em mim são os desgostos, como modronhos (sic) que nunca saem da árvore, uns maduros, outros verdes, uns caídos, outros nascidos. Parece que é já esta doença hereditária e justa, ou injusta herança de meus primeiros avoengos mal logrados, que, em mim, sem avante passar, há de fazer seu fim, termo e remate. E já com isto me contentaria, se presto acabasse eu, ou acabassem eles, mas parece que levam o seu passeio tão vagaroso, como se afirma levar o nono ([185]) Céu, a que chamam Cristalino ([186]) o qual dizem dar sua volta natural em quarenta e nove ([187]) mil anos. Poderá ter tudo, e terá este Céu, período de acabar seu curso em determinado tempo, mas as mágoas e saudades, que

em mim vejo, não têm outro mais limitado fim que não ter termo. Se eu alguma consolação tenho, é não a ter; e, se alguma vida vivo, é não viver antre as gentes.

Já em outro tempo vivi antre os homens mui honrada, mas, agora, sem honra e sem vida, sou pera todos quase morta, mais porque eles assi o quiseram que porque eu lho mereça, nem me lembra que nunca lho merecesse; antes o desejo que eu tenho de viver em sua companhia, e o que eles houveram de ter da minha, nunca lho eu desmereci, nem nunca mo eles mereceram.

Agora quero antes morar antre estas sombrias e frondosas árvores e repousar sobre estas verdes e frescas ervas e encostar-me a estes duros e lisos penedos, das contínuas correntes tão lavados, que viver onde a vida me era morte de cada dia e cada hora; que, quem tem razão, mortes suas pode chamar às sem razões alheias. E por as gentes se governarem já por opinião e pompa, deixando a Verdade à parte, quis eu fugir dantre elas e vir-me morar neste solitário ermo, onde não há senão cousas governadas na obediência do Criador que as criou todas. Aqui espero passar alguns dias com menos mortes, que não tratarei neste lugar, ao menos com quem mas dê contínuas; e as que comigo trouxe dos povoados cuidarei que, pelo descostume, se me irão gastando e consumindo; e, assi, poderei ter confiança nalgum tempo de algum descanso neste ermo, o que no povoado jamais pude esperar, por mais que o desejasse, pois nunca lá esperei bem, senão como a má paga tarde, mal e nunca.

Mas, coitada de mim, que estou falando e não vejo que até neste lugar não estou segura, que, pois não há cousa que por tempo se não descubra, como, se souber que eu aqui estou e moro, me hão de fazer os homens guerra a ferro e fogo.

Nos breves dias que aqui estever (sic), sem que de mim se saiba parte, quero escrever o que nesta terra passei e vi, antes que pera outra mude o meu desterro. Saberão, ao menos, as gentes a quem perseguem, querendo, ou acertando, depois algum triste ler o que eu aqui deixar escrito, que eu não hei de escrever senão tristezas, pois no mundo já não há contentamentos, e os que há, ou houve, são e foram breves e mui pequenos, por grandes que eles pareçam e parecessem, depois que se vem a descobrir a mistura e liga do mal encoberto que consigo trazem e com que aguados foram. E ainda que compridas e perfeitas fossem as alegrias, como logo foram salteadas com ciladas de tristezas, ainda que mui pequenas quantas vimos, vem cada um experimentar em si, ou em seu vizinho, que nunca nesta vida triste os grandes bens se igualam com pequenos males, porque, enfim, mais magoa uma pequena mágoa do que deleita um gosto grande. E se por algum caso, neste mundo me dessem algum bem e gosto de tristeza isento e forro, ainda esse não escaparia do seu desgosto, quando se acabasse e conhecesse, pois todos confessam ter o bem este mal, que nunca se conhece, senão depois que se não pode cobrar e é já perdido. Pera os contentes se vá o prazer, e a mim tristeza me contente, que ela é o manjar deste mundo e os prazeres não são dele, e, se os há, ou têm algumas das tachas que ditas tenho, ou são de todo contrafeitos, e com feitos de enforcado pois se acabam. Nem cuide ninguém que foram neste choroso vale dados os olhos pera ver prazeres, que não há nele; seu ofício não é senão chorar mágoas tristes, porque pera rir já não há alegrias; houve-as elas na Terra (como dizem) só por espaço de seis horas, ou de uma só, antes que o Criador dela a maldissesse, mas tudo se depois tornou trabalho e tristeza obscura, quando com espada de fogo deitaram os homens do lugar alegre a este triste, onde, como em prisão e desterro, foram todos postos.

Suspendidos e destemperados estão os instrumentos da alegria. Sem eles, quem cantará cantar alegre em terra alheia? Se não for insensível, que preso engorda e folga, e, sem lhe lembrar soltura, pela doce pátria e casa não suspira?

Com mostras de prazeres enramados, engana o mundo a muitos; com heras em seus vãos e podres troncos abraçadas e empinadas apascenta os olhos sós, mas faminto fica o gosto, e, se ele algum fruto gosta, é verde e azedo e desgostoso, donde nasce o triste pranto meu e as vãs querelas. Pera ver mágoas, ou chorá-las, nos foram os olhos dados, pois já todos os contentamentos se acabaram; mas porque se acham alguns tão duros que nunca choram, supriu nisto a Natureza, como próvida e sábia mestra, criando em seu lugar árvores que pelos tais chorassem, como vemos claramente umas chorar resina e goma, e outras bálsamo, e ... ([188]) licores outras; até as ervinhas do campo não estão sem sua parte de choro, quando as pisam, e, sem serem pisadas, lhe veremos seus olhos de lágrimas arrasados, se as formos ver antes que o Sol as veja.

Em umas ilhas do mar Oceano setentrional, em cima da Alemanha, nasce o fino electro, que as gentes daquela região chamam glesso, pela qual causa os que andavam com Germânico César por aquelas partes, a uma ilha daquelas, onde mais abundantemente se criava, puseram nome Glessária, havendo-se chamado primeiro Austrária. É o electro (que os latinos chamam succino e os vulgares âmbar ou ambre) uma goma estilada de certas árvores, mui semelhantes a pinhos, e, por isso, esfregado antre as mãos cheira como pinho e, caindo na terra, se congela e endurece, e, dali arrebatado com a crescente fúria das ondas do mar, que, ensoberbecidas como vento, entram em os vizinhos matos, é levado com a volta da maré à costa da terra firme de Alemanha, como de Adão e Eva, com o vento e soberba enchente de seu pecado, foi levado o choro de Eva ([189]), da costa ([190]) de Adão formada, à costa de toda a Terra e vale de lágrimas sobre todos os desterrados filhos de Eva, de cuja costa procederam, e, com tal naufrágio, deram à costa.

A este electro chamaram os árabes médicos charabe, e os espanhóis âmbar amarelo, por diferença do âmbar gris cheiroso, porque todo o riso humano tem cor amarela de morte e cheira a choro. Acha-se natural em algumas veias da terra e faz-se também por arte, como o choro nos é natural, ainda que alguns algumas vezes artificiosamente choram. E é nascido como electro ou goma, de que se fazem contas, a que chamam alambres, que se trazem ao pescoço, em que trazemos dependuradas diante do peito as tristezas, rezando os humanos por elas como por lágrimas daquelas árvores, que, esfregadas, atraem a si as palhas, apegando-se e grudando-se em choro (sendo bem considerada e rumiada) toda a vaidade humana, pois caindo, como electro, em terra ou no pó que o vento leva, pela morte, em que tudo nesta triste vida fenece, se endurece e esquece, e fica pesada e fria terra na obscura sepultura de terra. E, se alguns por desastres ou naufrágios se sepultam nas águas, nelas vão enfim parar (como rios no mar salgado), donde traziam sua origem os choros, prantos e lágrimas que em toda a vida choraram.

De lágrimas de uma erva fazem também muitos contas. E haver antre nós contas deste nome não parece sem mistério e causa grande, pois não temos com outras maior conta, nem antre os mortais neste vale por outras mais se reza. Tudo, enfim, antre nós lágrimas são, ou suas companheiras. E, se alguns, nalgum tempo, cuidaram que riam em seus prazeres, é certo que depois vieram a entender e crer que foi chorado quanto riram. E isto me faz, a mim, desejar de escrever chorando quanto vejo, porque, quantos risos vi, vi tornados choros.

Nisto me satisfaz muito o filósofo Heráclito, que, cada vez que saía de sua casa, pelas ruas e lugares públicos, sem cessar ia chorando e derramando lágrimas, dizendo que fazia isto movido de compaixão de quanto via, porque toda esta vida lhe parecia miséria estranha e tudo quanto os homens passam cousa pera muito haver dó e sentimento dela, assi pelos males e trabalhos que sofrem, como pelos males e pecados que fazem. E dizia que chorava as maldades e misérias humanas, vendo que todos os mortais, que habitam sobre a face da Terra, vão desviados, e muito longe, da justiça e da verdade, servindo quase todos a avareza e vanglória com loucura e torpeza tão perdida, que, por escusar a pena e dor que de conhecer e ver isto sentia, não queria estar onde visse homens, contentando-se com ter o necessário estreitamente, vivendo o mais do tempo solitário, comendo ervas e naturais e singelos e não contrafeitos mantimentos. Quando era moço dizia que nenhuma cousa sabia e, sendo homem de antiga idade, se louvava que já sabia tudo, afirmando que de ninguém aprendera, senão que só a soidade e contemplação lhe fora mestra. Era tal a imaginação deste filósofo, que abastava fazê-lo andar sempre chorando, como a de Demócrito, em contrário, o fazia andar alegre e rindo. E ainda que a Séneca e a Juvenal e a outros este Demócrito mais contente, o Heráclito, a mim, me quadra, por me ser em tudo mais conforme ([191]). Pois também o Filósofo Supremo, que ensinou a filosofia cristã ([192]) e é fonte dela, nunca neste mundo o viram rir, mas, com grande sentimento, chorou algumas vezes; e, pois, ao autor da verdade, nunca ninguém o viu rir, mas chorar o viram, não é muito, se eu seguindo a tam bom e certo mestre, me incline mais a chorar na vida toda. Chorando, entramos neste mundo triste, e, com tristezas e não com alegrias, vivemos nele, e não há ninguém que dele, sem seu choro próprio ou doutrem, por ele se aparte.

São os homens nesta vida como flores que, graciosas e enfeitadas com cores diversas, se alevantam e vêm logo murchas e secas cair quebrantadas em terra seca, e, em breve tempo, não têm ser, nem nome, nem fruto, nem lugar onde o achar cuidavam e pretendiam. E vimos muitos maus alevantados, como os empinados cedros do monte Líbano, e, tornando, logo, a atentar por eles, já não eram nem se viam, porque perece a figura deste mundo, e o dia, que

um falece, se acaba tudo o que o mundo tem pera ele e, naquele dia, se põe fim derradeiro a toda concupiscência e desejo da condição humana.

E por não conhecermos neste corpo grosseiro a brevidade destas cousas da Terra, cuja figura perece o dia que a vida neste mundo se acaba, não sabemos, nem acabamos de entender, que é esta vida breve até que, de improviso, sua brevidade antre as mãos fenece, pelo que não será bem tachar-me querer eu escrever, saudosa, cousas tristes, pois que, por fim, não há no mundo senão esperanças vãs dalgum bem desejado ou saudades certas dalgum prazer perdido. E nenhuma destas se pode bem contar sem tristeza grande, principalmente as destas duas ilhas, de quem mais particularmente contar pretendo, pois estão tão cheias de esperanças e desejos que esperam, sem chegarem, e atormentados de agonias mortais com as saudades que têm dos bens que já tiveram, sem tornarem.

Bem sei que nenguem (sic) pode chorar bem o que muito sente, nem bem poderá sentir de todo o que não chora nem magoa, e, por isso, não quisera eu chorar isto que escrever desejo, porque, com contar menos do que sinto, farão grande senrrazão (sic) a meu mal minhas palavras, e os que lerem meu choro me terão por menos triste, porque não poderão sentir tanto o que não choraram nem passaram. Contento-me com ter coração pera sentir os males alheios e os meus próprios, ainda que me falte a língua pera saber contar tanto número deles, pois até nisto se ordena maior a minha mágoa em não saber dizê-la.

Se, nalgum tempo, algum triste acertar de ler isto que escrevo, bem cuido que o meu mal lhe parecerá maior a ele, como a moeda dentro na água maior parece, e, assim, antre choros, poderá minha tristeza dar de si mais grande mostra; e bem sei que, lá consigo, me escusará de minhas faltas, que a sua triste mágoa o terá já ensinado que nunca a tristeza soube, nem saberá, contar nada por arte. E, se alegres o lerem, pera mim só seja chorado isto, e pera eles historiado seja. Nem queria que o sentisse nenguem tanto como eu sinto, pois abasta nascer pera mim só minha dor e não pera outrem. A duas pessoas poderá isto doer como a mim mesma, mas não quis minha desaventura que eu soubesse parte delas, por que só comigo sentisse mais meu sentimento e choro, pera melhor me acompanharem meus desgostos, sem sua companhia.

Irmãos meus alongados, quem vos apartou e levou de mim e me deixou assi tão só comigo? Não sabia que vós sem mim não viveríeis, como eu sem vós não vivo? Não me abastava não conhecer mãe de pequena e ser, de porta em porta, enjeitada antre as gentes, mas ainda me estava estoutro maior mal guardado, que, depois que por irmãos vos vim a conhecer, vos perdesse logo. Se pera o Céu subistes, porque cá nesta baixeza me deixastes? E se, porventura, viveis ainda em algum lugar da Terra, porque consentis que viva eu, neste ermo, de vós desemparada? Se não ousais aparecer, porque também vos perseguem a vós, como a mim, os homens, vamos viver todos três antre os animais brutos e bestas feras, que, antre elas, é certo que não nos faltará melhor gasalhado e companhia, e, se lá faltar, agasalhar-nos-á a terra em alguma cova obscura.

Bem vejo que só com estes cedros e faias falo, e não convosco, mas pode ser que estas mesmas árvores vos dirão, em algum tempo, meus queixumes e me serão, diante de vós, testimunhas (sic) fiéis de minhas mágoas, que eu vos escreverei nelas minha solitária vida, meus cansados cuidados, meus alongados desejos, minhas crescidas saudades. E pode ser (como espero) que, andando vós peregrinando pelo mundo, como eu também, algumas vezes, peregrinar costumo, venhais descansar à sombra destas faias algum dia e vejais escritas nelas as mágoas de vossa irmã Dederva, sem ventura. E se de Deus está ordenado que ainda em algum tempo nos vejamos tarde ou cedo, como vos vir, ou de vós tever (sic) novas certas e aprovadas, logo poderemos morar nos povoados sem arreceio, que eu descerei das montanhas, onde ando, pera ver-vos; antretanto, irmãos meus tão desejados, viverei sem vós e morrerei comigo. Se ainda tendes vida, Deus vos faça melhor afortunados do que até aqui fostes, que eu não tenho outra ventura mais ditosa que andar de monte em monte, de vale em vale antre serras e antre gados desconhecida, homiziada, abscondida, avorrecida e sem prazer; parece que, quando eu nasci, já isto pera mim nascera.

Se não foram as muitas cousas tristes que eu com estes meus chorosos olhos vi no mundo, muito tempo há que desejara menos vida. Mas vi, antre meus pesares, tantos outros de outras muitas donas e donzelas tristes e tão desastrados casos de muitos e esforçados cavaleiros, aventureiros sem ventura, que não estranho tanto os meus em vendo tantos, e não me pesa de viver, pois só pera tristezas vivo e vou vivendo.

Esses dias, que da vida me ficam, que não sei quantos poderão ser, ainda que cuido que não podem já ser muitos, quero gastá-los em escrever minhas saudades e mágoas neste pequeno livro e deixá-lo nesta obscura cova, onde aqui perto moro, pera os que nele e nestas faias virem algumas cousas por mim escritas possam conhecer que o fez e escreveu Dederva, que já, em algum tempo, morou na cova obscura e triste, onde o deixa. E por que as tristezas me não acabem de todo, se só me acharem, porei muitos e muitas diante, em que elas a todo seu poder se entregaram quase todas. Indo, ao menos, muitos por esta triste estrada com suas mágoas, ainda que as alheias me não façam sentir as minhas menos, por-me-ão, sequer, coração pera as melhor sofrer, que eu não desejo a vida pera alegrias, pois bem sei que ninguém dá o que não tem, e que as não pode dar o mundo a outrem, pois pera si lhe faltam. E, se desejo viver, é pera ser mais triste, e, já agora, os contentamentos me seriam mores mágoas, ainda que, se pera isto me aproveitassem, os não enjeitaria.

Ameaçam-nos, cada momento, tantas mortes, enquanto temos tão perto e tão duvidosa a certa que esperamos, que não sei se é melhor passar uma só morrendo, se viver e temer vivendo tantas; e não duvido eu que escolho mal em querer a vida com temor de muitas, que melhor era escolher uma só pera não temer mais outra; mas, porque nunca se me levedou bem cousa que eu muito desejasse nesta vida e me vem muitas vezes o mal que eu não queria, a não quero desejar por que me venha e ainda temo que me não virá ela, sabendo que, por isto, a não desejo. Ora venha ou não, venha quando e como quiser, que, já agora, as minhas longas mágoas não podem ser maiores.

CAPÍTULO SEGUNDO

DE UM SONHO QUE SONHOU A VERDADE

Nesta solitária serra, onde, por acerto ou desastre, me trouxe um dia o meu cuidado (a qual eu escolhi por couto de meu longo homezio (sic), pela soidade que nela achei conforme à que comigo vinha), vivo eu de poucos dias a esta parte, porque, logo, quando fugi dos povoados, não foi este o primeiro lugar pera onde vim, que um grande e espesso bosque, que, aqui, com ela está apegado, foi a primeira pousada onde me agasalhei os primeiros anos de minha fugida triste. Ali vivia eu acompanhada de minhas dores e das muitas árvores, que nele havia, e não quero dizer que estava também cercada de minhas soidades sós, porque também o bosque tinha as suas.

Avorrecida eu, assi, das gentes e de mim mesma, costumava muitas vezes correr grã parte do deleitoso bosque, que era bem lugar de gosto, mas não pera mim, que, de longos tempos, o tinha já perdido. E com eu saber de mim que nenhuma alegre cousa me podia fazer contente e leda pera enganar este meu importuno pensamento, fazia por não estar ociosa antre aquele mato espesso e andava os mais dos dias, que o Céu pera isso aparelhava, ora de penedo em penedo, ora de sombra em sombra, pera que, vendo a pintura alegre daquelas verdes e espessas árvores, pudesse mudar a negra cor da tristeza, que em mim havia, que era uma cruel enfermidade que naquele tempo me não deixava e ainda agora me não deixa.

E acertou, assi, que um dia, estando mais agastada de mim que nunca, indo com maior desassossego a buscar o costumado remédio (se remédio se pode chamar o que o mal não cura), corri todo o bosque sem achar cousa que nele me contentasse, havendo-me ele já dado por vezes algum alívio. E parece que me dizia o coração que me fosse à serra, onde poderia achar o lugar que eu buscava. Nisto acabei de crer quão perto da morte as minhas dores me traziam, pois já desejava, como em agonia dela, mudar camas.

E, assi, com esta doença (como não tinha muitas alfaias que mudar, senão só este pobre vestido, que sobre mim trazia), sem pôr contradição, entrei muito dentro por esta grande serra, onde agora ando, por dar mais lugar a meus pensamentos tristes, pela condição, que já deles tinha conhecida, que se não queriam senão sós, sem companhia; por isso me meti pelas soidades desta serra, que são muitas, ainda que muitos passos achava tão travados de ramos e de arvoredos, que não podia passar adiante, senão por rodeios mui compridos.

Assi andei, por grande espaço, cansando o corpo por ver se podia algum pouco descansar o espírito. E, depois de haver dado a meus pensamentos bem de comer de muitas cousas passadas, que eram tudo lembranças cheias de alegria pera maior pena, passando de uma sombra em outra sombra, fui ter a uma, onde (não sei se acordada, se dormindo) me vi antre uns álemos, que artificiosamente pareciam prantados, pela boa ordem com que estavam postos, e, a seus pés, ao longo de uma grande ribeira, estavam muitos limoeiros, que, com seus sobejos espinhos, quase tolhiam o passeio por antre eles.

Ali havia também muitas ervas de aromáticos e confortáveis cheiros, tanto que, com eles, podia o estômago humano por longo espaço escusar qualquer necessário mantimento. E pareceu-me lugar conveniente só a meu pesar e cuidado. Assentei-me, então, sobre aquelas cheirosas ervas e debaixo daquela desejada sombra, e meus olhos começaram dar fé da grande ordem que os álemos tinham e das ruas que mostravam. Pareceu-me que nos troncos tinham abertas umas mossas à maneira de janelas, por que não faltasse nada pera as ruas que antre si faziam e, correndo com os olhos um e um, vi que em todos, ou nos mais deles, estavam cortadas aquelas mossas, que amarelas ao longe pareciam. Deu-me o coração uma volta grande, cuidando o que poderia ser aquilo, que em um ermo, que parecia nunca ser trilhado de pé humano, não podia haver cousa que, como aquela, parecesse de arte humana.

Depois que assosseguei, lancei os olhos ao pé de um álemo, de que eu mais perto estava; e, atentando bem pelas mossas que tinha, então senti tal sobressalto, que perdi a fala e quase ceguei de todo, porque acabei de ver que aquelas cortaduras do casco dos álemos, que dantes me pareceram janelas ou frestas das ruas que eles faziam, eram letras cortadas na casca deles, que, como vi as do primeiro, logo pude conhecer as dos outros ser do mesmo jeito e sorte.

Naquele instante, não posso eu negar que não tive temor de poder haver ali algum encantamento grande. Mas o lugar era em si tão alegre e bem assombrado, que me não deixou levar este medo mais avante, porque logo me assegurei que isto que eu cuidara não podia ser, não por ver eu tantas razões pera isso, mas porque o consentiu assi, naquela hora, o meu juízo.

Vendo eu, como vi, que eram letras, desejei e procurei saber o que diziam; e quis minha ventura, ou minha tristeza (a que aquele bem estava, parece, ali guardado), que fossem as letras romanas, pera que eu não deixasse de as poder ler, como, pela ventura, as não lera, se outras foram.

Comecei, então, a ler no primeiro álemo, que era começo de rua, à mão esquerda, e vi, logo nas primeiras regras, que se podiam bem ler, ainda que eram letras de muito tempo escritas; antes que nada entendesse, li primeiro muitas regras até o pé do álemo. E começando ler no outro, que junto daquele estava, pareceram-me as razões de ambos atadas, o que me fez confiar que alguma cousa viria entender adiante, como, de feito, foi assi, porque, chegando ao terceiro álemo, comecei de ir entendendo e sentindo muito do que lia, até que, por fim, caí na conta de tudo, depois que tudo tive lido.

E a passos que ia entendendo, iam meus olhos chorando a pintura que me representava meus pesares, porque tudo aquilo eram mágoas que aqui, nesta ilha, e em outras terras se passaram em outro tempo passado, escritas em prosa e versos naqueles altos álemos, que, por serem cantares tristes e lamentações chorosas, acordei, por me ser cousa tão conforme, notar tudo o que alcançar pude pera minha companhia. Arreceando que, mudando o lugar, me não lembrassem, tresladei, então, na memória alguns versos e cousas que aqui, antre esta história, neste papel escrevo, ficando-me por notar muitas cousas que no mais alto dos álemos estavam escritas, apartadas em outra ordem, que a minha curta vista não compreendia, as quais eu bem ler não alcançava; e antes quis que me ficasse este pouco que ficar sem nada.

Tudo eram elegias e choros de cavaleiros, que nesta terra em outro tempo andaram, muitos dos quais eu alcancei ver vivos com estes meus olhos tristes.

Adiante contarei quem eram todos, pois um deles é principal desta minha história dos álemos, que eu contar quero.

Depois de notado dos álemos tudo o que alcançar pude e que a meu propósito mais quadrava, renovou-se-me tanto o choro com a lembrança do tempo quando aquilo naqueles álemos se escrevera, que, de desfeita em lágrimas ou de transportada em pensamentos, ou dantes dormia, ou então adormeci ali, não sei quando, nem como, nem senti que dormira senão depois de acordada, porque, acordando, não vi álemo nenhum dos que dantes vira, senão faias e cedros e outras árvores de menos conta que eles; e os álemos com que eu dantes a tevera (sic) já ali os não contava. Algum espaço estive, assi, confusa sem que me entendesse, mas depois vim a entender e suspeitar ser ou sonho ou encantamento o que dantes vira; porque não havia álemos nesta terra, o que eu de princípio não atentei, que se bem advertira nisso, logo crera o que era. Adiante contarei eu a razão disto tudo, como o contei a uma donzela que neste ermo comigo veio ter um dia.

Agora não direi mais senão que o que dantes vi julguei por sonho, por serem cousas de verdade; que, mal pecado, já ela não anda no mundo senão sonhada.

Por isto, que nesta serra achei ou sonhei que achara, e por outras cousas muitas que nela vi (como contarei a seu tempo), vive a minha tristeza aqui tão contente nesta minha soidade, que mais me contento já do mal que tenho que do bem que tive, sendo o bem passado cousa que muitas horas me apresenta grande contentamento no pesar que ainda hoje me dá sua lembrança. Porque o bem se não pode chamar bem, se não se comunica, se fezeram (sic), pera os que o tevessem, as cidades e povoados; mas pera os tristes guardou (parece) a Natureza os lugares sós, como este, porque adivinhava, ou sabia, que dão mais contentamento a quem o tem, como dão maior mágoa a quem a teve; por isso digo que ninguém haja de mim

dó, enquanto eu estiver só nesta morada, porque nela tem a minha tristeza lugar de se estender por antre estas árvores e comunicar com elas sem estorvo algum nem embaraço, o que antre as gentes não podera ser com os negócios delas, a que o Mundo, por não chamar embaraços, cobriu com a capa de tão honesto nome.

Aqui me ando sem eles de sombra em sombra, de penedo em penedo, sem me empedirem as praças cheias de murmuradores e lisonjeiros, eu e o meu pesar diante, com milhões de tristezas após mim, que me levam pera onde vão e vão pera onde eu quero, que a conformidade que elas comigo e eu com elas tenho, e a vizinhança das árvores deste lugar, que nos não empede nosso querer conforme, nos faz viver com assossego em nosso mal neste deserto, porque, nos povoados, nem quem tem bem, nem quem tem mal, vive com repouso.

Aqui ando vendo novas cousas e novas soidades, que, cada dia, pelo tempo se me descobrem; ora antre as árvores, ora antre as ribeiras, que por antre elas correm, ando suspendendo o meu cuidado. E tudo isto abastava pera muito o enganar, se ele tão desenganado não fora.

CAPÍTULO TERCEIRO

COMO VIU A VERDADE FIGURADA SUA TRISTEZA EM UMA RIBEIRA

Muito poucos dias se passaram depois daquele em que vi as letras nos sonhados álemos, quando eu logo vim pera esta serra, em que não tornasse a ver nela cousas novas, ainda que o não eram elas na tristeza que me representavam, que esta sempre foi pera mim velha.

E foi assi que um dia destes passados me alevantei mais cedo que os passados dantes, mas a estrela de alva vinha alevantada do horizonte um bom espaço, preparando o claro caminho a seu amado esposo, e ouvi tantos cantares e assovios de passarinhos, e antre eles, de quando em quando, uns brados de muitos melros, que me fezeram uma saudade tamanha, quanta nunca me lembra ter por cousa que visse nem ouvisse. Porque uns cantavam de perto e outros davam aqueles brados de longe tão saudosos, que me alevantaram os pensamentos a meus prantos, que costumam vir de muito longe pera os prantear de mais perto. Já o dia dantes eu começara a dormir com os cantares que eles fizeram, quando se recolhiam pera seus ninhos, e nunca noite me deu o meu cuidado tanto lugar pera o repouso como aquela.

Vendo eu a manhã, após ela, tão festejada daqueles alegres cantos pera os alegres, que em mim se tornavam todos tristes, pus-me a cuidar muito queda quão grande era o meu mal, pois me não deixava ouvir aquelas alegrias daqueles passarinhos, senão pera mas converter em meus pesares. E, lembrando-me muitas cousas doutro tempo e muitos contentamentos feitos mágoas, me transportei toda nisto e não acordei, senão quando o Sol me levou os olhos aos montes, que ele, já saído, alumiava.

Pareceu-me aquele dia tão diferente dos outros na sua alegre sombra, que o Céu mostrava, que desejei buscar também melhor lugar onde o passasse; e, passo a passo, me dei tanto a andar por esta serra, que vim ter a esta grande ribeira, que nunca dantes vira, onde ouvi o tom das suas águas baixo e rouco, mais conforme a mim que o cantar das avezinhas. Pus-me antre uns lisos e lavados penedos, que à beira da água dela estavam a ouvir e olhar o tom e correr dela, que parecia que me estava dizendo tudo quanto eu cuidava.

Espelho me foram aquelas águas com seu correr contínuo, trazendo-as aquela ribeira de novo sempre novas, sem cessarem, porque, como umas águas chamam outras águas e uma ribeira outras ribeiras, vejo que também as minhas mágoas chamam outras e sempre correm novas, sem nunca cessar seu continuado curso de perturbar o meu descanso, se algum posso ter, e encadeando as gentes e travando antre si, com as antigas costumadas, perpétuos fuzis de outras novas correntes de frescas mentiras, no tão frequentado correr delas vejo eu, claramente, que assi correu sempre, como elas e como as águas, e corre e correrá o mentiroso mundo, e o meu grave mal comigo.

Estive assi até que meus descuidados descuidos me deixaram alevantar os olhos pera uma grande e alta rocha, que perto da outra parte da ribeira defronte estava, e vi, por antre umas murtas e uns pés de feitos, vir feitas umas grossas gotas de água que, lágrimas me pareceram, de duas em duas e de três em três vinham cair em uma grande alagoa, que, pera a banda de baixo, a grande ribeira ali fazia, sobre que a alta rocha quase dependurada estava; e, caindo no grande remanso, como a água estava queda e sossegada, cada gota daquelas fazia uma grande roda e muitas rodas de ondas pequenas, que vinham acabar onde eu sobre o penedo me encostava.

Ali não puderam meus olhos (vendo cousa que também os figurava) deixar de fazer outro tanto de sua parte, e, soltas três e três, me começaram correr as lágrimas pelas faces, apressurando-se por enviar suas rodas pela água do remanso, em que caíam a receber as outras que visitar as vinham da outra banda, e no meio da água se abraçavam tão passo e brandamente, como amigas muito conhecidas de longo tempo absentes e de novo juntas.

Vi-me ali toda figurada naquela pequena fonte que, caindo naquela grande alagoa do remanso, fazia tão grandes rodas, porque assi as faço eu, quando as minhas lágrimas pelo rosto me caem nos peitos, onde o meu coração tem feito um grande remanso delas, com que me faz dez mil rodas de pensamentos tristes, que não vão acabar senão onde estender-se mais não podem.

Tornando a levantar os olhos pera aquela fonte, que assi chorava daquele alto, deixou-se cair juntamente um grosso tronco de uma árvore, que, seco, sem ramos estava e uma pedra pequena de junto dele, tudo em um mesmo tempo e ponto; e primeiro chegou o grande tronco à água que a pequena pedra, porque era mais pesado, mas a pedra, chegando, foi-se ao fundo e o tronco ficou nadando.

Também estive cuidando nisto, vendo que sem causa se não fazia, dando-me a entender minha tristeza que, como aquela pequena pedra se deteve mais tempo em chegar à água, mas, depois de chegada, logo se foi ao fundo, assi, quando eu mais me detenho em algum triste pensamento, ainda que com mais detença ([193]), venho a chegar a alguma profunda tristeza, onde me alago toda, como a pedra.

E, como desceu o tronco do ar mais azinha, por ser mais pesado que a pequena pedra, e nadou, chegando à água, assi eu das alegrias, quando as vejo, porque minhas grandes mágoas são mais pesadas, antre elas ([194]) desço mais ligeira pera as lágrimas e, depois que nelas me acho, polas ver tanto amigas minhas e conformes companheiras, nado nelas, como aquele tronco, que, com a humidade da água se criou, na água nadava. E, já agora, com elas sustento melhor a vida do que sustentaria com alegrias, se me viessem algum dia. Mas jamais me virão bater à porta, que pera elas sempre a tive cerrada e bem fechada, assi como pera as tristezas nunca a deixei, nem deixarei, de ter aberta e rasa.

Com a queda daquela árvore sem ramos a pequenina fonte esteve um pouco sem deitar gota alguma, mas logo tornou a correr água dela em fio com muito maior presteza e mais profia; parece que o cair da árvore ou da pedra lhe fezeram caminho pera que mais corresse.

Também aquilo vi eu em mim, nem mais nem menos, que, assi como àquela fonte fez cessar o estrondo da árvore, quando caiu por ela, e depois correr em fio, também o estrondo e arruído das alegrias, quando as vejo, me fazem estar um pouco sem chorar, calada; mas, aquele tempo que não choro, estou cobrando forças e abrindo caminhos pera chorar depois dobrado. E, se dantes choro gota e gota, depois de ver alegrias soltam-se-me as lágrimas, como de represa em fio, e não sabem então tornar-se-me a esgotar nem um momento.

Se andássemos sobreaviso em tudo quanto vemos, tudo parece que nos representaria as tristezas e mágoas que em nós passamos; mas andamos em nosso favor, alegres entendimentos dando a nossas cousas, não havendo cousa bem vista cá da Terra que tristes e chorosos os não encubra e tenha.

CAPÍTULO QUARTO

COMO A VERDADE VIU VIR VOANDO A FAMA, E, VENDO-A A FAMA, SE DESCEU ONDE ELA ESTAVA, E DA PRÁTICA QUE AMBAS TIVERAM

Transportava-se o meu sentido nisto que, assi tristemente, entendendo estava, quando ouvi um tom espantoso que, de muito longe, parecia vir soando. E, alçando os olhos pera o Céu, vi vir pelo ar não sei quê como voando; somente enxergava um vulto grande, que, por ser de tão longe visto, não pude divisar bem o que em si era. Mas veio-se-me logo assi chegando pera tão perto, que vi o que nem naquela hora, nem nunca ver quisera, tanto foi o temor que tive daquela vista tão medonha e nova; porque era uma fermosa donzela, assentada sobre um espantoso grifo, que, de quando em quando, tangia uma trombeta, que nas mãos trazia, rodeada toda com umas bandeiras de cendal de muitas cores.

Houve eu temor do grifo, da donzela não, porque era mulher como eu. Mas o pouco medo dela de como vinha, assi pelo ar, em um animal tão fero, me pôs ainda muitas e muitas vezes muito maior medo.

Chegando ela, então, a um escampado, que junto daquela mais alta rocha estava, deixou-se vir a ele, abaixando (parece por me ver ali perto, como eu, depois, dela ouvi e soube) e descendo logo do grifo, tirando-lhe o freio e dependurando-o em um ramo de um castanheiro, que ali grande sombra fazia, o deixou ir solto por antre o arvoredo e bravo mato, dando saltos. E assi, em pé, tirou do seio um espelho e uma fita azul, com que enastrou os seus compridos e dourados cabelos, que, soltos e espalhados, como voando trazia e, sem pôr outro toucado, se olhou no espelho, que do seio tirara, em que viu sobre a sua cabeça, da fita e cabelos tecida e trançada, uma rica coroa feita toda e bem lavrada de ouro e azul. E, tornando com muita graça a recolher seu espelho, sem mais outra detença, deu a andar pera mim, que a estava olhando como aquilo assi fezera tão bem feito e como vinha vestida de penas, que de aves pareciam de mil cores. Quanto mais se vinha chegando, tanto mais me confortava e consolava com a fragrância de sua pessoa e de seus vestidos, de que saía um mais odorífero e confortativo cheiro que quantos aromáticos a Índia cria.

Vendo-a eu vir, já tão perto de mim, com doces e quedos passos e tão boa sombra, me alevantei pera a ir receber, ou pera esperar alevantada o que ela faria ou quereria, quando, chegando a mim, abriu os braços (rindo-se toda), como que me queria abraçar e agasalhar como amiga. Abri eu, então, os meus, sem entender o que fazia de confusa, e abraçando-nos ambas, como conhecidas, ainda que eu a não conhecia, dizendo-me ela ao abraçar estas palavras: — «Sejais bem achada, Senhora, quem quer que vós sejais, porque, achando-vos em tal lugar, não pode deixar de me dar contentamento vossa vista». — «E vós bem chegada», lhe respondi eu, com a voz rouca, que quase se não ouvia. O que ela, vendo-me, tornou a dizer: — «É certo, Senhora, que vos pôs algum espanto o meu vir voando pelo ar, ou o grifo que me trazia, ou ambas estas coisas». — «Qualquer dessas (lhe disse eu, cobrando já mais forças) bastava, como sobejaram ambas, pera me enrouquecer de medo, mas por isso basta vossa boa sombra pera mo tirar do vosso voar ousado, e sobeja vossa fermosura pera me dar seguro de vosso grifo». — «Palavras são essas (me tornou ela) pera muito me obrigardes, se já o vosso bom parecer o não tevera feito».

Tomando-me, então, as mãos, se inclinou pera se assentar e assentamo-nos ambas sobre aqueles seixos, que, ao longo da água, estavam, dizendo-me: — «Assentemo-nos aqui, Senhora, se vos apraz, e dir-me-eis algumas coisas que perguntar-vos quero, se quiserdes. Mas primeiro me dizei porque estais tão triste, que o vosso rosto me dá a entender que não deveis de ter o coração mui ledo». — «Nem muito, nem pouco» (lhe respondi, como por antre dentes), e ela, prosseguindo em suas razões, dizia: — «Que, se vós, Senhora, alguma mágoa tendes e sois triste, não cuideis que, por eu vir vestida nestes alegres vestidos, vos não

ajudarei a sentir o vosso mal, se o tendes assi interior, como mostrais de fora». A isto lhe respondi eu: — «Não tenho, Senhora, o meu mal tão pequeno, que se possa ver e enxergar com tão pequenas mostras, nem contar com minhas curtas palavras, que têm muitas faltas e descontos. Mas as vossas, com a vossa presença, me obrigam tanto, que vos não saberia negar já cousa alguma, por mais dificultosa e trabalhosa que ela fosse. As minhas tristezas todas mal vo-las posso eu contar, porque não posso viver tantos dias pera contar tantas, mas o que agora mas renovou me faz estar chorosa, ainda que poucas são as horas que eu assi não esteja». A estas palavras não pude eu refrear as lágrimas, as quais vendo ela, parece que de compaixão das minhas não pôde ter as suas.

E, vendo que tardava eu em lhe dar de mim conta, me disse, já chorando: — «Ora dizei, Senhora, quem sois e o vosso mal tão grande, que, pois já as vossas lágrimas me vão chamando as minhas, também o meu sentido vos ajudará a sentir o vosso sentimento; e, pois, eu me assentei, não tenho tanta pressa que não folgue muito de vos ouvir, enquanto vós o contar quiserdes. Se também vos pesa de minha companhia, não vos pejeis de mo dizer desembuçadamente, que ali tenho o grifo, que me trouxe hoje, que logo me poderá levar a outra parte, e ainda que me seja grande mágoa deixar-vos assi, sem saber de vós outras novas, por fazer vossa vontade torcerei a meu pesar e forçarei a minha». — «Já vos disse, Senhora, (lhe disse eu) que vos não saberia negar coisa alguma, quanto mais esta, que eu vos fico devendo, querer dela vós ouvir de mim, além das vossas lágrimas que já vos devo. Da tristeza, que me dizeis que vos conte, digo isto: que, de dizer-vos quem sou, espero paga igual, com saber também de vós quem é a quem já tanto devo e dever quero».

CAPÍTULO QUINTO

EM QUE A VERDADE DIZ À FAMA QUEM É

— «Se eu deixar à parte as minhas mágoas, de mim não tendes muito que saber, pois, brevemente, vos posso contar tudo.

Eu sou uma pobre donzela, ainda que em outro tempo já fui rica. Sou um igual fiel da coisa e do entendimento dela e uma virtude pela qual o ser das coisas é mostrado. Sou objecto e perfeição da razão humana ([195]) e lei de todas as artes, e minha natureza é mestra. Sou mais forte que todas as cousas fortes, ainda que, algumas vezes, pareça ser fraca antre as gentes, mas, contudo, só por mim mesma, sem buscar ajuda, me defendo. Sou conservadora da companhia humana e dos contratos dela, a qual, sem mim, presto desfalece e se desfaz de todo. E, às vezes, comigo se escandalizam os amigos companheiros, porque ofendo na presença a quem resisto; quando açoitada sou, apareço mais asinha, e em sobejas altercações logo sou perdida.

Muitos me buscam mais em vaidade que em verdade, mas só aos humildes me manifesto. E, algumas horas, saio à luz, quando não sou buscada; sendo impugnada, mais fermosa resplandesço. Mais seguramente sou ouvida que pregada, e, quase como em deserto, pregada sou antre os mentirosos. Aos que me não querem seguir sou mal aceita e nisto pareço bem parenta da justiça, tão chegada, que, como por ela clamam todos e a louvam e desejam sempre feita em outros, sem ninguém a querer ver em sua casa própria, assi, não há ninguém que me deixe de louvar e engrandecer em reprensão alheia, mas nenhum, em seus erros, me quere receber em seus ouvidos. Muitas vezes, em muitas coisas, estou encolhida e abscondida, e, quando desato qualquer dúvida, então me acham. Sou suspeitosa na boca dos mentirosos e não sou crida.

Minha natural forma é singela e sem posturas, nem afeites de palavras bem ornadas, com que desagrado a muitos; mas a forma contrafeita e enfeitada me dá lustro, porque tem tanto poder a força da eloquência e língua solta, que mais doce e aceita é na orelha e no ânimo dos ouvintes curiosos uma fábula composta com o decoro que lhe convém e uma mentira bem feita e afeitada, que uma verdade sem ordem e sem ornato, que é a forma natural e própria dela.

Visto branco vestido, por mostrar o singelo e não contrafeito, nem enfeitado natural de minha condição e estado. Não uso de outro toucado senão destes meus cabelos crespos e arrepiados, arreceosa já, neste tempo, de aparecer antre as gentes, por ver quão espreitada e caluniada sou de meus imigos mentirosos. Nem trago coberta a cabeça de outra coisa alguma, porque descabelada quase sempre choro, pranteando todos os dias a minha pouca dita, que neste mundo tenho. E também porque, por eles assi soltos, tirando-me da cova obscura em que agora moro e das em que costumei morar em outras partes, me leva e levava meu pai algumas vezes presa, alevantando-me por esses claros ares, e ainda forçando-me algumas horas com açoites, quando se não contenta, nem contentava, que esteja ou estevesse eu assi abscondida; e, depois de muitas porfias, suspeitas e opiniões diversas, me quere ou queria mostrar clara e manifestar às gentes ou ignorantes ou porfiosas ou enganadas. E, quando vou ter a quaisquer dos povoados de toda a redondeza do Universo, trato e comunico com os mais virtuosos e prudentes, com os mais magnânimos e fortes e com os mais letrados e sábios que acho neles, e só destas gentes magníficas sou honrada.

Sou filha de el-rei Ponte; mãe não a conheci e fui enjeitada antre as gentes e mal criada, já ora vedes, por casas alheias, como filha sem mãe e sem abrigo. Tinham-me as gentes ódio e má vontade ([196]), mas, por amor de um irmão e uma irmã, que tinha, mo não mostravam tanto. Andavam-me encobrindo suas más vontades, tão danadas, por temor de meu irmão Torme,

que assi se chamava ele. Minha irmã, que Nhevorga era seu nome, também me defendia muito e era muro.

Mas todo o mundo me queria mal, porque era assi enjeitada, que ele (como sabeis) não estima, nem nunca estimou as pessoas por que são, senão por filhos de quem foram. E as gentes não me conheciam pai pera, por ele, me estimarem e, posto que o conheceram, não lançaram mão da sua perfeição, senão da minha falta de enjeitada. Deixo isto que é cegueira velha e já não tem emenda, nem remédio. Mas torno-vos a contar, Senhora, como, por causa do emparo que meus irmãos me davam, vieram os maus, com falsos testimunhos, a degradá-los pera onde eu não sei deles novas nem mandado.

Vendo-me eu assi desemparada, porque não tinha, por fim, outro emparo nem socorro, vim-me, então, pera esta ilha que descoberta estava; e, sendo povoada, andei algum tempo dissimulada, e encolhida quase, antre os primeiros habitadores dela alguns anos, mas vieram a crescer depois nos povoados tantos males, que foi forçado acolher-me com o meu pera um bosque que aqui estava, junto desta serra, onde passei alguns tempos com a miserável vida que em tal lugar passar podia. Como a truta se torna desatinada e sobreaguada, quando lhe turbam e envolvem com cal o rio em que anda, assi eu, como fora de mim, sem tino, vendo turbados e revoltos os lugares e povoados quase todos com falsidades, me vim pera onde a água em volta me não afogasse de todo. Porque tinham os homens condição de caçadores, que só presam, querem e seguem a lebre que lhe foge, fugi eu pera estes ermos por ver se buscavam absente a quem, sendo presente, avorreciam.

Mas em tudo eles têm esta condição de caçadores cobiçosos, senão em buscar esta Dederva fugitiva, triste e perseguida. Não somente sou, Senhora, assi tão maltratada pela falta do favor de meus irmãos, o Temor de Deus e Vergonha do Mundo, que não sei onde andam, e por a Mentira, minha contrária quase continuamente me dar e atirar de rosto, e arrogância e dissimulação (extremos de excesso e defeito) me ferirem dos lados, que é uma contínua e quase doméstica batalha. Mas Afeição, Ódio, Temor Mundano e demasiada Ousadia e Aderência me sepultam, e, muito mais que todas estas coisas, o vil e cego interesse por qualquer pequeno ganho quase continuamente me desterra, o que tanto mais alta baixesa é quanto nos mais altos se acha.

Dederva me chamo agora, por mudar o nome quando mudei a terra e casa, mas nem por isso se mudaram de mim os meus desgostos.

Não há muitos dias que eu vim ter daquele bosque, em que estava, a esta serra e vi nela tantas soidades e coisas tristes, que me julgo por menos triste por achar pera o meu mal tal companheira. Cada dia, vou vendo nela mais quanto me é conforme.

Aqui, vi uns sonhados álemos com muitos versos escritos e, posto que nunca mais os tornei a ver, me deixaram tanto em que cuidar, que sempre cuido neles. Porque conheci muito bem os cavaleiros, que os versos neles escreveram, e vi-lhe passar muitas mágoas no tempo que eu no povoado passava as minhas. E, ainda que eu digo ver isto sonhando, todavia, obras acordadas foram que estes cavaleiros fezeram e escreveram, não em altos álemos, que esta terra nunca criou, nem cria, mas em altíssimos pensamentos que neles houve, nela nascidos.

Aqui ouço o cantar dos passarinhos, o bradar dos melros, o gritar dos pavões, o arruído das árvores e o roncar destas ribeiras. E hoje, por novo caso (porque vos havia, Senhora, porventura de ver), vim ter a esta ribeira, onde dantes não viera, pera ver o que nunca vira. Porque jamais aqui vi pessoa nascida senão vós e os meus pensamentos, que nascem da minha dor e cuidado. Quando vós, Senhora, chegastes, estava eu acabando de estilar umas poucas de lágrimas, porque vi aquela pequena fonte, que naquela rocha podeis ver, estar chorando gotas de água, feitas como as lágrimas que eu quase sempre choro. E bem vedes as rodas que fazem, quando caem neste remanso, que outras maiores fazem as minhas, quando nos meus peitos vêm descendo.

Aqui as árvores deitam de si folhas em que eu me deito, lançam de si ramos com que me cubro, produzem também fruto com que me sustento, e, às vezes, nas suas folhas acho águas e rocio do céu, que bebo; quanto mais que há aqui tantas ribeiras, que, além de me darem de beber das suas águas frias, ajudam a meu pranto com o tom, que fazem rouco, e a meus suspiros com as querelas com que correm. Ora, julgai, Senhora, se é bem que viva eu neste deserto, pois tal companhia nele a meu mal acho. Se às gentes avorreço e os matos só me querem, quero neles antes estar só que nos lugares povoados mal acompanhada».

CAPÍTULO SEXTO

COMO A FAMA CONHECEU A VERDADE E LHE DISSE TAMBÉM QUEM ELA ERA

Toda esta conta lhe andei encurtando, porque lha não podia bem contar com choro, e ela também não deixava o seu, como quem se doía de minha pena.

Alimpando, então, o seu fermoso rosto com um lenço, e eu o meu com os meus cabelos crespos, por não ter mais outra alfaia nem toucado, em alta voz me disse estas palavras, assi, chorando: — «Filha de el-rei Ponte, tanto meu amigo, filha, meu amor!» — E tornou-me a abraçar de novo assi assentada, tendo-me abraçada grande espaço, junta sua face à minha e as lágrimas de ambas juntas. Passou ali calada muitos saluços e suspiros tristes, até que, mais adiante, disse: — «Eu sou Mafa, duquesa no seu grande reino, e vós sois a sua filha, de que eu grande fama tinha. Amor meu, quem vos a vós persegue e enjeita, por não vos conhecer, vos desestima tanto. Oh! ditoso dia que aqui me trouxe e mais que ditosa hora que aqui me tem, Senhora, em tal ventura! Vós sois Dederva, desconhecida no mundo e já perdida, que eu agora vim conhecer e achar neste deserto mato! As minhas lágrimas, Senhora minha, até aqui foram de tristeza, que a vossa dor ([197]) me dava, mas agora choro de contentamento, porque vos acho e vejo. Como vos atreveis, Senhora, sendo donzela sem forças, sem mais companhia estar nesta serra solitária, sem temer as bestas feras, que por aqui podem andar fazendo seu cruel ofício, que, segundo este mato é cerrado e espesso, não devem elas andar daqui mui longe?»

Nessas palavras, lhe respondi eu: «Vejo serdes estrangeira nesta terra, posto que o vosso novo trajo mo não dissera, o que me faz ser-vos mais afeiçoada, além do que vossa presença e o conhecimento, que de mim tendes, e as lágrimas, que comigo agora chorastes, me obrigam a amar-vos. Sabei, Senhora, que nesta terra estou segura dos animais feros, que não há nela, mas não dos murmuradores e envejosos (sic), que ela tem tão imigos meus, que melhor me vem vizinhar com estas altas árvores e com estas duras pedras, que me não fazem mal nem dano, que antre gentes que, sem porquê, me perseguem tanto a cosso. Vereis, se bem atentardes, que até esta terra, no que de si produz, demonstra e sente melhor o que nela vai passando, porque cria muitas e viçosas malvas; cuido que não pera mais que pera dar a entender que, com o seu viço, vão muitos e viçosos males nela. Se as bíboras ou outros peçonhentos animais pera aqui vieram doutra parte, já muito tempo há que foram mortos, que a peçonha de alguns maus, maior que a que eles de lá trariam, os matara cá logo e acabara. E, de não haver aqui animais peçonhentos, não vos deveis espantar, Senhora, que claro está que foram eles nesta terra sobejos, pois a peçonha, que neles houvera de andar, se encerrou contra mim em alguma gente que anda nela. Não queria que se agravassem os bons, porque dos maus me queixo, que bem sei que, assi como onde há os bons há os maus, também, onde há os maus há os bons, cujos louvores ousarei também dizer em algum tempo, como agora só dos maus apresento meus queixumes».

— «Não é muito isso que dizeis (me disse ela) terdes, Senhora, mil contrários, pois é fama que, sendo vós tão boa mãe, paristes um ruim e avorrecido filho chamado Ódio, o qual dizem que é contrário vosso e vos faz guerra».

— «Nessa guerra que me faz (lhe respondi eu) vereis bem claramente ser estranho, nem me perseguira ele se o eu parira ou concebera; mas, como eu costumo mostrar maior ousadia onde se me faz mais força, e sempre clamo pelas mentiras, que reprendo, e pelas verdades, que às gentes falo sem temor nenhum e sem receio, vêm elas, em suas danadas vontades, conceber tal filho desse nome de Ódio e o vêm a parir nas obras e falsos testimunhos que contra mim murmuram, vindo-me, por fim, deitar à porta, parindo-o elas. Não curo já das palavras das gentes, nem das obras. As vossas desejo ouvir, Senhora, com que me contai, por

mercê, quem sois e donde vindes, que eu não sei mais de vós que ouvir-vos falar em meu Pai, que agora, com tanto amor e choro, como mui conhecido, nomeastes».

— «A quem tanta mercê me faz em se me dar a conhecer (disse ela), muito pequeno serviço lhe faço eu em fazer o mesmo».

Então me começou a contar de si desta maneira:

— «Já vos disse, Senhora, que era Mafa, duquesa no grande reino del-rei Ponte, vosso pai, meu Senhor e superior, a que obedeço. E por serdes vós sua filha, como pelo discurso da vossa vida e irmãos, que nomeastes, e pelo lugar onde vos acho e no vosso branco e claro vestido que eu vos vejo, logo caí na verdade de quem éreis; gritando, como vistes, de prazer, vos abracei por amiga e rendi obediência por Senhora.

Sou bom nome, bom rumor e boa opinião de qualquer que dos outros em algum bem se extrema e quase um acidente que da substância da virtude emana. Sou um licor odorífero de cousas boas; como vemos que as boas árvores e aromáticas, como o cedro e acipreste, de sua interior substância soem deitar exteriormente alguns bons cheiros e licores, assi eu sou, como acidente que das virtudes do varão perfeito se deriva e procede ([198]), porque como o cheiro se sente ao longe da cousa donde sai, assi eu mui longe me posso estender e dilatar a remotíssimos lugares, como agora vim de remotas terras a estas ilhas por saber as coisas delas ([199]). Sou um estado de ilesa dignidade com leis e com costumes aprovado. Anuncio muitas vezes a soma das coisas, não a ordem.

Faço viver os meus vassalos depois da morte, e, como cada um deles tem necessidade da consciência pera si e da fama pera seu próximo, é às vezes cruel o que, confiado em sua consciência, me despreza, porque sou uma boa estimação que o povo tem de alguma pessoa, que nunca costumo nascer senão de algum bem verdadeiro ou aparente, o qual bem é de duas maneiras, ou temporal ou espiritual. Quando meu nascimento é dos que têm bens temporais, também sou temporal, e dos que os têm espirituais, fico espiritual. Tem um fama de rico por ter fazenda, boa casa, criados bem tratados, sem ter necessidade de ninguém, sem ver cousa que lhe contente que não compre. Outro tem fama de valente, fere a um, mata a outro, faz fugir a quatro; andou em Itália, devulgou-se (sic) a fama de sua valentia como a dos gigantes antigos, de que se escreve no Génesis, que eram no princípio varões poderosos e famosos.

Tudo isto é bem exterior e temporal, que o que o tem pode ter em pouco, sem lhe dar nada ao rico que o tenham por rico ou pobre e ao valente em conta de covardo (sic) e à fermosa que seja julgada por feia, porque as coisas de que nasce esta fama se podem licitamente desprezar, como são as forças, fazenda e fermosura.

Mas há aí outros bens espirituais, como são misericórdia, humildade, paciência, caridade e outros desta sorte, dizendo de um que é homem piedoso, humilde, paciente, caritativo; esta fama é bem espiritual, porque a causa donde nasce são bens espirituais, donde resulta ser também espiritual o efeito, que é a fama, o qual bem não é só da pessoa que o tem, senão da república toda. E não abasta pera que um seja afamado de esmoler que faça todas as obras de misericórdia e dê muitas esmolas, porque ainda fica em liberdade do povo estimar estas obras, que o tal faz por boas. Exemplo disto temos que Cristo, Nosso Deus, fazia boas obras, mas infamavam-no os fariseus com malícia e enveja de cegos entendimentos e depravadas vontades, dizendo que eram más, pelo que duas cousas se requerem à boa fama da pessoa: a primeira, fazer boas obras; a segunda, que o povo as estime em bem.

E, assi, esta fama aproveita a ambos, a quem as faz e ao povo que as vê e ouve, e faz e causa dois bens, ou dois efeitos.

O primeiro é freio pera não pecar, porque muitas vezes deixam os homens de pecar por não perder a fama e bom nome, que têm, de virtuosos, e, por isso, amoesta S. Crisóstomo aos superiores que se hajam com os súbditos como se hão os pais com os filhos, quando os acham em algum delito, do qual secretamente os amoestam e castigam, porque, se uma vez o filho, ou súbdito, se vê desonrado, fará e cometerá dali por diante quantas maldades houver. Cristo, Nosso Redentor, quando ressuscitou a filha do Arquisinagogo, que é figura do pecado, secretamente o fez, não com brados, nem chamou gente que entrasse a vê-lo, mas mandou lançar fora toda que não estevesse em casa. Santo Augostinho diz que, ao tempo que um emenda a alguém e lhe quere dar castigo, não o faça em presença de outros, principalmente que ainda o não sabem, por que não perca a fama. Daqui vem que onde os efeitos são espirituais e a causa donde nascem é espiritual, a fama não se pode satisfazer com dinheiro.

Se se dá uma cutilada na cabeça, cura-se, mas uma cutilada na fama não tem cura, e muitas destas feridas trago eu, Senhora, abertas e incuráveis, que cubro com minhas penas.

O segundo bem que faz a fama, e em que aproveita à república, é que excita a outros pera que sejam bons, porque os exemplos os constrangem e obrigam. Por isso os romanos punham estátuas aos passados pera que excitassem aos presentes, porque, segundo diz Salamão (sic), a boa fama engrossa e engorda os ossos, que são as virtudes, como declara São Jerónimo; e, como diz Ovídio de Ponto, a virtude louvada açora e esperta o desejo do ouvinte. Donde venho a concluir o que acima dizia, que, pois a boa consciência é necessária, pera quem a tem, e a boa fama pera o próximo, pera este, ao menos, e pera a república é cruel quem a própria fama espiritual despreza, pois lhe era esporas pera ir correndo à glória. E não lhe aproveitara dizer, como alguns dizem, que se lhe não dá nada de perder a fama, já que sua consciência está segura, pois é dano da república perdê-la. E ainda que a rica consciência a despreza, a república necessitada a estima. Donde vem que o que diz mal de alguém não somente faz mal a ele, mas à república, de que o murmurado é membro, e o que murmura de uma pessoa honrada ofende a todo o povo e a toda a cidade. Como, segundo diz Salamão, é melhor o bom nome e a boa fama que as muitas riquezas, pelo que avisa a todos que tenham cuidado dela, pois fica depois da morte. Se os ladrões têm obrigação a restituir o dinheiro que furtam, muito mais obrigados são os infamadores e roubadores do bom nome a restituir a fama que roubam, ainda que esta restituição seja mui dificultosa.

Mas, com toda esta doctrina tão pregada no Mundo, em cujos ouvidos cabem muitos brados, como nas orelhas do lobo estragador das ovelhas, não deixo eu de ser muitas vezes roubada e infamada, o que sufro (sic) com paciência em desconto do vão contentamento que levo, quando de alguns sou de fora dourada e esmaltada do bem que não tenho, sendo eu só comigo, interiormente, de baixo metal e barro, de que já estou arreceando mostrar minha baixeza e falta, sendo e parecendo outra no último juízo, diante daquele Divino Tribunal, onde, então, cada um aparecerá e será visto claramente quem é e quem foi e quem procurou ser, e não o que agora parece.

Os que me servem não procuram conhecer a muitos, mas trabalham por onde de nenhum deixem de ser conhecidos. E os que por só amor divino fazem grandes virtudes e (sic) ocultas, sem querer nem desejar de ser vistos nem ouvidos, estes, como mais apurados servidores meus, vêm ter e alcançar muito maior nome, porque quem com magnanimidade e humildade me sabe e quere enjeitar no bem que faz, sendo vivo, esse me vem ter e alcançar depois de morto, e ainda em vida, com mais glória. E assi faço vivos os defuntos e presentes os absentes, e quantos eu estou engrandecendo desejam de se ver e viver juntos.

Quando o ócio do povo alevanta alguns rumores, sou vão rumor dalguma cousa, ou bom ou mau, sem conhecimento da verdade. E não só sou fama da cousa fresca, como sou quando rumor me chamo, mas também tenho este nome de fama de cousa introduzida ([200]) e afirmada na opinião dos homens, ainda que seja incerta; e quando sou verdadeira, sem ter dúvida, a porfia dos que não me crêem me acende (sic) e, então, fico com mais fermoso rosto. Só as costas tenho feias, porque, virada da outra parte, sou infâmia, que não é outra cousa senão perda da boa fama, ou diminuição, ou nódoa nela, e desta maneira me temem, a mim, muitos e poucos a consciência.

Muitos me buscam no mal que fazem, e tanto, às vezes, se acende o sacrílego desejo de me alcançar fermosa, que vêm alguns a fazer vilezas e maldades por ter fama, que se lhe torna infâmia, e assi nunca me alcançam estes ver o rosto, mas só as costas me vêem de longe, ficando infames.

E como o moinho, andando, ganha, e ventando os ventos, com seu circular movimento ao longo da fria terra, com a frescura dela se vão acrescentando e correm, soprando com mais fúria e força, assi, correndo eu por toda a redondeza mui ligeira, as línguas das gentes filhas da Terra me vão dando tanto favor e alento, que, andando voando, pera mais andar e voar, ganho, acquiro e cobro sempre novas forças e vou crescendo; às vezes, em línguas de harpias vou voando, conturbando os custosos banquetes com ruins cheiros e com a sombra de minhas feias costas profanando as sacras mesas. E por isso dizem alguns que sou um monstro e mal ligeiro, quando os males conto. Verdade é que o sou, por ser castigo certo de maus, que mal vivem e obram, porque, por seus vícios secretos, permite Deus que venham a dar deles mostras de fora, ou fazer outros públicos, confiados com a cobiça de por isso ter e alcançar grande nome e fama, com que eu, virando-lhe as costas e abscondendo-lhe o rosto, por não

ver sua vileza e ousadia, abrindo as asas e espertando melhor os olhos, e ouvidos dobrados e línguas e bocas, que, debaixo de cada uma das penas delas, trago tantos como elas, voando de noite pela sombra da terra, sem dormir, com as mesmas asas dos pés e ombros com velocíssimo curso, alegre com a novidade da obra que contar quero, anunciando e afirmando com perseverância o feito e não feito, o fingido e verdadeiro do que, assentada sobre os telhados das altas casas, espiando, vi fazer de dia e em qualquer tempo; e virando-me e tornando-me assi cruel, venho a ser algoz e açoite de todos eles e sua infâmia; e, desta maneira, o desfavor e desonra, que lhe dou por azeda pena de sua culpa, lhe fica por amargoso galardão de seu desejo.

Muitas vezes, nas obras, palavras e peito dos maus ou envejosos sou infâmia dos bons e virtuosos, que merecem ser louvados, e não caluniados, no que dizem ou fazem. E, algumas horas, sou bom nome daqueles que têm más obras, os quais, com nomes de doctores ou fidalgos, sem terem letras de letrados nem grandezas de fidalguias, levam o lugar, honra, prémio e proveito aos que têm as obras sem nome.

Às vezes, sou infâmia de inocentes, mas pouco prudentes, porque, ainda que não fazem algum pecado, com a familiaridade suspeitosa que têm, todos o suspeitam deles; por onde a fama dos tais, que deve ser clara, se torna obscura no coração das gentes, e tornadas denegridas suas faces, não é conhecida sua virtude em público, nem nas praças, como nos *Trenos* diz Jeremias, onde a fama se chama face ou rosto, porque, como pelo rosto é conhecido cada um, assi se conhece também pela fama com que é divulgado.

E, pois, pela fama são conhecidos os homens, os bons pela boa fama, e os maus pela má se conhecem, pelo que tenho o rosto fermoso diante, onde a ocasião tem gadelhuda sua fronte, e a cara feia detrás, onde ela tem o toutiço calvo; e, por isso, com alguma razão ficam os sem pecado escalvados, esbulhados e infamados, pois, sabendo ser castos, não sabem ser cautos, os quais publico ao Mundo com outra trombeta, que nas costas dependurada trago, que não soa senão faltas e infâmias. Mas, mostrando o rosto, sou duquesa e coroa de muitas gentes, todas de altos pensamentos e de heróicos feitos e obras grandes, cujos louvores apregoa esta trombeta dourada que diante do peito me vedes.

E crede, Senhora, (como já tereis sabido) que nenhum destes meus vassalos vos desestima, como as outras gentes de pouca estima fazem; antes nas mininas dos seus olhos vos dão o vosso lugar e assento, porque, sem vos honrar muito, não podem fazer grandezas. Se eles viveram juntos em uma terra só, pedira-vos que fôreis morar nela, pera serdes de todos juntamente bem servida e venerada; mas vivem derramados por toda a redondeza do Universo: uns, confessando a fé diante dos cruéis tiranos e esmaltando suas alvas estolas com seu roxo sangue; outros, com a pureza da vida, lavrando pera si lauréolas resplandescentes; uns, fazendo nos ermos solitária e santa vida, outros, como claros espelhos de todos nos povoados, esmerando-se em virtudes; uns, em guerras servindo o belicoso Marte, outros, em ciências em serviço de Minerva, nascendo em diversos lugares, onde uns dos outros apartados andam, sem por isto vos poder ser boa nem valer com eles.

Da língua dos sábios e curiosos falando e muito mais da sua pena escrevendo, como de meus fiéis caixeiros, me sirvo, passando por letra minhas riquezas de umas terras a outras, espalhando-as e assoalhando-as por diversas partes do Mundo todo, onde tenho meu comércio. Meu ofício é andar de terra em terra, de porto em porto e de lugar em lugar, e às vezes de praça em praça, de rua em rua, de canto em canto, de porta em porta e de casa em casa. E assi, voando, vou celebrando seu nome de geração em geração té (sic) fim do Mundo, onde a memória de todalas cousas por fim acaba. Outras vezes, rodeando o Universo, ora por mar em navios, ora a pé por terra, ou em andadores dromedários, ou cavalos mui ligeiros, e muitas vezes pela posta ou com correios, ora pelos ares com estas minhas asas voando, ora em aquele meu grifo, que tenho ensinado ao freio e faço subir quanto quero com a cobiça que ele tem (enganado cuidando que são carne) destas bandeiras de cendal encarnado, que trago ao redor desta trombeta, com que ando apregoando no Mundo os serviços que meus vassalos me oferecem, estendendo estas asas de tantas cores, em que cada um deles traz uma pena com que o seu nome e a sua fama voa, e são as penas tão diversas, porque foram diferentes e diversos seus serviços.

«Das pretas vereis aqui mais penas e maiores, porque são mais os tristes, a que as suas mágoas grandes deram grande fama. Os alegres, embebidos em seus contentamentos, esqueceram-se mais do tempo, que foge à rédea solta, gastando-o só em cousas que

acabaram com eles juntamente. E vós, Senhora, me deveis mais do que cuidais, ou podeis cuidar agora, porque, debaixo de cada pena destas (sobre que está uma orelha com que ouço), trago um olho ([201]) com que vejo aquele que ma oferece e me está servindo, e, com todos eles (ainda que só pera ver os trago), vos ajudei a chorar nesta hora o vosso desterro saudoso, que, tão tristemente, me contastes. Estas fitas azuis, com que enastro os meus cabelos, são os arreceios que os grandes têm de morrer sem fama, o que depois, por fim, lhe fica na cabeça por coroa.

Em outro tempo me lembra ter novas de vossos irmãos, que degradados andam; mas, estes anos, em que tenho de novo corrido o Mundo todo, nunca deles ouvi fazer menção que lembrar-me possa; eu me tevera por muito maior senhora e mui ditosa, se agora deles vos pudera contar e dera novas certas, que, por dar algum alívio a vossa desconsolação tamanha, ficara eu maior e mais alegre em meu estado. Mas as que deles em outro tempo soube vos contarei logo, brevemente, pois vos não alcancei achar nem ver mais cedo e pois também as não tendes doutrem ainda ouvidas.

Aqui comecei eu de chorar de contentamento de tais novas, mesturado (sic) com a tristeza, com que havia de ficar, vendo-me sem eles. Ela, então, com os seus fermosos olhos arrasados de água, por ter aos meus a acostumada companhia, me foi contando assi, com palavras tristes.

CAPÍTULO SÉTIMO

DAS NOVAS QUE DEU A FAMA À VERDADE DE SEUS IRMÃOS O TEMOR DE DEUS E A VERGONHA DO MUNDO

«De vosso irmão Torme, Senhora, não sei eu mais que o que agora sei de vós e vossa vida, porque assi me disseram peregrinos, que de remotas terras vinham, que vivia ele nos desertos encoberto, como eu vejo que vós viveis aqui secreta, fugida e abscondida. Mas de vossa irmã Nhevorga muito bem me lembra que, andando eu peregrinando pelo mundo, como é meu costume e sempre uso, me vim ajuntar em um comprido caminho com uns romeiros, com que, caminhando alguns dias, viemos um, de palavra em palavra, a falar em vós e em vossos irmãos, de que não havia nova alguma. Dizendo eu o que de Torme ouvira a outros, que morava nos desertos abscondido, me disse um peregrino, daqueles de mais dias que os outros de toda aquela companhia: — «Eu ouvi em outro tempo, sendo ainda minino de pouca idade, que Nhevorga e o Fogo, o Vento e a Água andavam todos quatro juntos e teveram companhia muitos anos, mas não eram os anos de agora, senão os da idade dourada já perdida, e querendo-se cada um já por sua parte recolher e aposentar, como velhos que eram, enfadados de ver o dourado tempo já passado, não se atrevendo ter em outra mais baixa idade companhia, determinaram antre si apartar-se, vendo que não se escusava aquela triste despedida, posto que a saudade os apertava muito, arreceando de se apartar pela amizade que antre eles tinha criada a conversação passada. Mas forçando-os mais a necessidade que a vontade, apesar de si, se vieram a despedir, com condição, porém, de se tornarem a ajuntar em um certo lugar e tempo antre eles concertado, quando alguma sombra da dourada idade aparecesse, ou se achasse, dando cada um sinais como depois se conhecessem todos juntos sem se errar e se tornassem à mesma liança e liga dantes sem se negar (como alguns costumam), porque sabiam que a Fortuna, e a mudança, muda às vezes os amigos de maneira que uns a outros se não conhecem; não que o pobrezinho, que desceu de seu estado, a memória perca, mas por ficar sem ela o que a Fortuna subiu, com esquecimento eterno. Por isso, despedindo-se, disse o Fogo: — querendo-me buscar, senhores companheiros, ferindo a dura pederneira, me achareis sempre nela. Depois disse o Vento: — se vós outras, senhoras, me quiserdes achar, não me busqueis pelos vales, onde acaso ando e mui forçado; buscai-me nos montes, onde os ramos das árvores ou folhas das ervas se moverem, e lá me achareis em todo tempo que buscar me fordes. A Água disse: — se vós, companheiros, me quiserdes buscar, dar-vos-ei um sinal certo com que me não possais perder, porque em qualquer prado ou vale, em que no seco estio virdes ervas muito frescas e verdes juncos, chegai-vos ali, que, logo, antre elas, no meu peito vereis as vossas figuras, que nele esculpidas levo com a grande saudade que de vosso apartamento me leva. Nhevorga (magoada, parece, ou do sentimento daquelas palavras, ou daquela tão triste despedida de seus amigos), como, arrebatadamente, com cólera, disse: não tenho, senhores companheiros, sinal nenhum que vos possa dar pera depois me conhecerdes; só este sinal vos dou, que, se uma vez me perderdes, nunca mais me vereis. E assi se apartou logo deles, sendo no sinal a derradeira e no apartar a primeira».

«Esta história de vossa irmã me contou aquele romeiro, que, Senhora, vos digo; e disse mais que ouvira em muitas terras, por onde depois andara, que o Fogo, Vento e Água se achavam sempre nos lugares onde disseram e ele o experimentara algumas vezes em algumas rochas e serras altas, que em longos caminhos fora atravessando, e em alguns fundos vales, por onde já caminhara. Mas que de Nhevorga nunca mais se soubera dela parte nem mandado. Não vos quisera, Senhora, dar estas novas por não serem alegres, como eu quisera, mas onde as alegres faltam as tristes vos poderão dar prazer no vosso descontentamento, que também o pesar duvidoso descansa quando vem saber a certeza do seu pouco descanso».

Isto dizia ela por me ver desfazer com choro. E sem me deixar dizer palavra, por me tirar (parece ser) dele, me foi assi dizendo mais adiante.

CAPÍTULO OITAVO

EM QUE A FAMA PEDE À VERDADE QUE LHE CONTE AS COUSAS DAS ILHAS, E A VERDADE LHE DECLARA UMAS LETRAS DO TRIÂNGULO QUE TRAZ NO VESTIDO, E A FAMA A CONSOLA

«Cheguei agora a estas ilhas por saber a fama que delas corre, pois já tenho sabida a maior parte de todas as outras partes. E quis minha boa ventura que, vindo pelo ar no grifo, vos visse aqui estar nesta ribeira. Abaixei logo por saber de vós algumas novas, e achei-as mais e melhores que quantas achar podia, com vos achar no mundo viva. Porque muitas cidades e povoações corri por vos ver, sem o poder alcançar, e não corria os desertos, porque vós pera eles não nascestes, ainda que as condições das gentes os fez pera vós nascer contra direito.

«E, pois aqui vos achei, determino não passar adiante, porque de vós posso saber melhor a certeza das cousas e das gentes destas terras, ao menos destas duas ilhas que aqui vejo. Não vos enfadeis, Senhora, de me dizer quanto aqui pera contar vistes, porque me escusareis o trabalho que, passando eu a outras partes, se me ordena, e ordenareis cousa com que passemos tão bom e alegre dia. E, primeiro que tudo, vos peço que me deis a entender essas letras que trazeis escritas no peito e no vestido, que, pois as vós trazeis, não devem ser sem causa grande».

«Não as trago (lhe disse eu) pera mim, senão pera quem de mim as quiser ouvir pera seu aviso; trago-as no peito por que sejam espelho daqueles que pera mim olharem; mas as gentes já me não olham só por isto, que ninguém quer já ser desenganado de seu erro».

Então, lhe li as letras que, por esta ordem, estavam em um triângulo que tem três cantos e assi diziam: — Não creias quanto ouves; não digas quanto sabes; não desejes quanto vês.

«Estão escritas neste triângulo, que é uma só figura e tem três cantos, porque pera as três potências da alma de cada um se fez semelhante espelho. Com a memória recebe o homem e crê o que ouve; com o entendimento diz o que sabe; com a vontade deseja o que vê.

«Este é o sinal que trago por ser enjeitada, o qual é espelho da vida humana, mas ninguém se quer ver nele, porque torna feios aos que dele mal usam. Vendo-se, o que crê quanto ouve se acha mentiroso, porque muitos falam muitas mentiras que não devem de ser cridas. Vendo-se, o que diz quanto sabe se acha néscio, pois há muitas verdades sabidas que se devem calar a seus tempos. Vendo-se, o que deseja quanto vê se acha cobiçoso e ladrão, ao menos na vontade.

«Aos maus mostra este espelho o rosto às vessas (sic), mas aos bons às direitas lho está mostrando, pois eles são os que direitamente não crêem quanto ouvem, nem dizem quanto sabem, nem desejam quanto vêem, como diz este espelho. E de as gentes se não quererem

ver no direito dele, senão no avesso, daqui nascem todos os desconcertos e erros da vida humana, que são: confiança da carne mentirosa, concupiscência e desejo dos olhos cobiçosos, soberba da vida vã; por onde muito poucos são os que do mal e do duvidoso muitas vezes não creiam mais do que ouvem, nem digam mais do que sabem, nem desejem mais do que vêem. E, desta maneira, se vem no mundo a perder e desterrar a verdade, que sempre traz estas letras nos peitos, pera que nunca erre.

«E, como dizem os filósofos, não há cousa querida sem ser primeiro conhecida, assi, pera usar bem dos cinco sentidos, principalmente do ver, ouvir, falar e obrar, é necessário ir o entendimento escudeirando, como escudeiro diante da vista, do ouvido, da fala e da obra, pera saber ver o que vê, ouvir o que ouve, falar o que diz, acertar o que faz; porque, ficando atrás o entendimento, fica nossa vista cega, às escuras, sem tocha, vendo o que não vê, e nosso ouvido surdo, ouvindo o que não ouve, e nossa voz falsa e enganosa, falando o que não é, e nossa obra errada, obrando o que primeiro não entende.

«Esta é a causa por que muitos, por ser largos no passo, empeçam em grandes erros e vêm cair em falsidades, e outros, por curtos, dão muitos cincos, sem chegar à casa da verdade, o que vem ser grande seminário de muitas mentiras.

«Estoutras letras do brial, que eu nele lavrei depois que estou neste desterro, dizem: — Eu sou Dederva, que estou aqui escondida, porque meu irmão Torme se perdeu e minha irmã Nhevorga é já perdida.

«O vestido trago branco por ser mais simple (sic) e verdadeira cor antre as cores, que não havia eu de andar buscando cousa que bem parecesse, senão pano com que me cobrisse; assi como não busco manjares compostos e forjados, senão singelos, com que me sustente.

«O Mundo todo não vai desta maneira, senão a velas despregadas; em outra volta e rodeio, após o apetite e vontade, vai buscando seu porto.

«Ninguém quer o que deve querer, e cada um quer o que quer.

«Já não quero eu senão tristezas, porque elas também a mim me querem, em me virem tanto a pares; e em mim só vejo mais verdadeiro o que comummente dizem, que se vai, por fim, o bem pera o bem e o mal pera quem o tem.

«Porque vós só, Senhora, (me disse ela) sois pera querer, vos não quer ninguém. Pode ser que desse vosso claro espelho lhe vem nascer esta cegueira, que, mal pecado, já o Mundo as cousas claras o cegam e as cegas lhe dão claridade, porque amaram mais os homens as trevas obscuras e feias que a luz fermosa e clara. E os que deviam ser mais favorecidos, esses têm menos favor das gentes e vemos mais abatidos e enjeitados. Quantos, ora, merecem muito (como vós mereceis, Senhora), que moram em casas pobres, e outros de nenhum merecimento, que vivem em altos paços e dourados, favorecidos e privados de grandes senhores! São assi as vezes das cousas distribuídas por sorte e trocadas como em feira de cega lagarta, e a pobre balança de ferrugem se cobre, sem com ela pesarem, por faltar o fiel, de muitos dias perdido, guia de todo o peso.

«Lembra-me agora uma reposta (sic) que o Emperador Sigismundo deu a um seu criado, que disto se aqueixava, porque, havendo-o servido muitos anos sem receber dele mercês, como outros de menos ou nenhum serviço recebiam, aconteceu que, passando por uma ribeira, viu ourinar o cavalo nela, e aqueixou-se que era o cavalo naquilo como seu senhor era, o que ouvindo Sigismundo, lhe perguntou porque o dizia. Respondeu ele que como o cavalo ourinava na ribeira, onde já havia tanta água e tão sobeja, assi César fazia mercês a quem tinha dos bens do Mundo, que tinha menos necessidade deles. Entendeu Sigismundo que o criado o mordia do pouco galardão que lhe havia dado pelos muitos serviços que lhe tinha feito, e respondeu-lhe dizendo: — «Nunca me a mim me faltou vontade de tu me ficares devendo, mas as mercês dos príncipes não são dos que as merecem, senão daqueles que por acerto as alcançam». — O que lhe provou depois ser assi, mandando aparelhar duas bocetas de uma mesma feição e igualdade; uma encheu de ouro, e outra de chumbo, e, chamando o creado, lhe mandou que escolhesse uma delas, qual quisesse; abaixou~se o malditoso servo e, sopesando ora uma, ora outra, duvidando qual escolheria, veio, finalmente, escolher a que tinha o chumbo. Então se viu que a desaventura do criado era pera culpar, e não a vontade de César.

«Mas, posto que o Emperador não tinha vontade danada, todavia digo eu que tinha esquecimento insofrível e descuido culpável, porque, ainda que um seja monarca do Mundo, tão obrigado é, como qualquer pequeno do povo, a dar a cada um o que se lhe deve, o do pobre ao pobre, o de Deus a Deus, e o de César a César. E não fazendo isto, sendo vigilantíssima sobrerrolda dos que manda governar seu povo, ainda que tenha boa vontade de dar o seu a seu dono e fazer em tudo o que deve, nunca a pouca dita do bom servidor, rico ou pobre, o poderá escusar de culpa diante de Deus, que é maior Senhor que ele.

«Se na pouca dita de seu criado, coube escolher a boceta de chumbo, na justiça de César devera caber dar-lhe a de ouro, se a ele merecia. De Deus vem o sucesso próspero das cousas e também o adverso, pois não há mal de pena na cidade que o mesmo Deus não faça, ou por castigar a uns, ou por avisar a outros, e o coração dos reis em sua mão se encerra. São secretos juízos seus que a nosso juízo não pertencem.

«Se vós, Senhora, andais sopeada e carregada com o grave peso da mentira em que, atada, como cortiça em pedra, fostes lançada e abscondida no alto e profundo pego das inquietas e salgadas ondas de línguas mentirosas, ou, pouco e pouco, se irá rompendo e cortando esse laço e atadura, ou, com o medo de alguma grande tormenta ou temor de algum perigo ou castigo, se desatará de todo algum dia e vireis aparecer e nadar como a mesma cortiça sobre as águas, mostrando o vosso peso leve e claro rosto. Abasta que, se agora estais abatida, pode ser, e sem pode ser, que é pera mais merecerdes e pera melhor subirdes; que, assi como já em a dourada idade fostes estimada, com o andar do tempo podereis vir a ser conhecida e posta no alto lugar que merece o vosso nome».

« — Palavras são essas (lhe disse eu) pera muito me consolar, se o meu mal neste mundo pudera ser consolado. Mas umas tristezas me chamam outras tristezas e um desgosto outros desgostos, e eu não vivo senão na esperança de se me acabarem, e nunca se me acabam, que eu vejo já sinais pera acabar primeiro. Mas deixemos isto, Senhora, pera quando eu estever só; nem sei pera que é mostrar-me tão triste diante de vós, que pera as tristezas não nascestes; eu só pera elas nasci, ou elas sós pera mim nasceram».

« — Nestas penas pretas, que trago (me disse ela), vereis se pude eu escapar delas. Mas lembre-vos, Senhora, de me contardes novas destas ilhas deste mar Oceano Ocidental, e principalmente desta e daquela outra mais pequena, que ali vejo, pois eu as não queria saber doutrem, se vós contar-mas quiserdes, como espero. Sendo vós quem sois, sei eu que haveis de conceder o que vos peço».

« — Mandar-me podeis vós, Senhora (lhe disse eu), em qualquer cousa que quiserdes, porque tudo farei de boa vontade, enquanto me não mandardes ser alegre, pois que isto não me lembra que jamais, em algum tempo, o pudesse acabar comigo, nem quisesse.

«As novas que desejais saber destas duas pobres ilhas, em comparação do que foram, porque foram já mui ricas, não vos espanteis se as der chorando, pois pelos males e misérias, que presentes vejo, e pelas alegrias e riquezas passadas e saudades delas, tanta razão de chorar tenho.

«Quem não quereis, Senhora, que chore no Mundo a bondade e singeleza dos homens antigos, que nele foram, tão mal imitada e seguida dalguns presentes que agora vivem? Que, com a pobreza em que caíram, vieram a ser tão amigos de demandas e tão expertos nelas, que, se Lúcifer a eles viera, lhe ousaram dar esperança (sem efeito) de ser, em algum tempo, ainda livre.

«Mas, se têm esta tacha alguns dos homens com pobreza, bem a recompensam com outra grande e mais que liberal virtude, pois por um, que devem, pagando cento, são os melhores pagadores que há no Mundo todo. E, pera pagar tão liberalmente, entesouram as verdades e não as falam, porque dizem que as têm alguns guardadas pera irem acompanhados delas quando deste mundo partirem. E com este tesouro abscondido e junto se fazem alguns fidalgos, a quem seus pais deram os brasões detrás das brasas nas longas noites dalgum chuivoso inverno, e outros mais altivos e empinados se fazem reis, mas a nenhuns vejo reinos de que o sejam. E, ainda que o mundo todo se perde por três M M M, antre alguns o vejo por isto mais perdido, porque tudo é muito gastar e pouco ter, muito falar e pouco saber, muito presumir e pouco valer.

«Já, em outro tempo, valiam alguns tanto quanto tinham; agora já não valem pelo que têm, senão pelo que presumem, e não deixam de ser príncipes na presunção os que são nus e

pobres na fazenda. A qual presunção lhe ficou em lugar das riquezas, que dantes eles tinham e teveram seus avós e estão agora em estrangeiros; pelo que dizem que disse o Infante D. Hanrique, descobridor desta ilha e das outras, que os primeiros povoadores delas roçariam e os filhos comeriam, os netos venderiam, e os bisnetos fugiriam; porque três cousas os deitaram a perder: vaidade, demandas e fianças, com um contrapeso de deitar em rendas, cuidado que alguns, ou com cobiça ou sem conselho, quiseram tomar sobre seus ombros, com que vieram a dar no chão com toda a carga junta do seu e alheio, ficando-lhe somente a opinião por riqueza, com que cada um dos que a governam quer acabar o que começa e poucos dão fim à obra começada por outro, causa de serem perdidos negócios de muita importância, e, em seu lugar, sucederam grandes inconvenientes; e, quando alguns se soldaram, foi à custa de El-Rei ou da República, ou de ambos juntamente, pelo que tudo aqui são alicesses (sic) e ali cessam. Como se não fosse mais glorioso dar bom fim a um honrado negócio que principiá-lo, pois sabemos que o fim, e não o princípio, é o que aprova ou reprova todalas coisas.

«É certo que já agora nesta ilha (pois os homens têm por melhor coisa a mais nova) seria maior novidade acabar alguém o começado por outrem, que principiá-lo por si mesmo, pois quem quer dá princípios sem cabos e ninguém dá fim e cabo ao começado. E, por alguns quererem em seu tempo começar e acabar as cousas que começam, lhe ficam elas tão mal feitas e com tantas faltas, que lhe vêm a faltar a eles a fama e louvor que em fazê-las pretenderam.

«Assi que sendo os homens bons, ricos e poderosos nesta terra, vieram muitos a enfadar-se e enfastiar-se tanto das grandes rendas e riquezas que quietamente possuíam, que, de muito bons que pera outros foram, ficaram maus pera si; e, com lançarem em rendas e com fianças que sobre si tomaram, sem nunca quererem deixar de entrar no atoleiro em que viram perdidos e afogados seus vizinhos, foram tão fiéis vassalos a seu Rei e ao senhor da terra, como vos tenho dito, que, de enfadados e enfastiados das abundantes e ricas fazendas que tinham, as deixaram e entregaram de sua livre vontade à Coroa, ou ao senhor da terra, ou a estrangeiros.

«E esta é uma das cousas de que eu mais saudade tenho e que mais choro nesta terra que outras muitas; porque, se se perderam por desastre, caso fortuito ou naufrágio, cuidara que vinha isso da mão de Deus ordenado; mas vejo-os vendo e querendo aceitar tão livremente sua perda, que claramente se vê vir da mão dos homens, ainda que também isto Deus o permite pera seu castigo.

«E assi, tendo eu dó de quem de si o não tem, choro o que eles riem e sinto o que eles choram. Sendo mancebos, se correm de ter malícia e vaidade, e, velhos, se prezam disso, tendo-o por prudência e grande honra. Assi que o tempo da velhice é como os dias da feira franca, que têm liberdade de se vender neles, sem direito, aquilo que nos outros depois e dantes se defende. Vieram, enfim, a ser os homens moços na velhice e velhos na mocidade nestes nossos tempos tristes.

«Dizia um estrangeiro que esta ilha era terra das igualdades, por ver presumir tanto a uns como outros.

«Eu digo que não é senão terra das desigualdades e sem igual, porque mais brasona aqui de fidalguia o rico vilão que o fidalgo nobre, e mais presunção tem de saber o tosco néscio que o discreto sábio. Os que nunca vestiram arnês, nem malha, dizem que são fortes cavaleiros, e os que não aprenderam letras se prezam de letrados extremados, e isto com tanto despejo e ousadia, com meneios e com tão pouco pejo o afirmam e sustentam com palavras, que, até a quem os está conhecendo, põem em dúvida se será assi o que dizem, quanto mais aos que vêm de fora e a quem os não conhece.

«Com ameaças sustentam sua fidalguia postiça. Com brados e porfias vãs querem acreditar por firme ciência sua vã ignorância, sendo nisto como as más mulheres, que, quanto mais perdidas são, tanto com maior soltura e mais desavergonhadamente, até no seu rosto, desonram as boas, honradas e virtuosas com palavras feias, dignas de quem as diz, mas não de quem as ouve. E, às vezes, com testimunhos falsos e com aleives, presumindo igualar-se com elas na bondade, honra e virtude, em que ainda se apregoam por maiores e de avantagem, o que é mais certo sinal de sua maldade e pouca vergonha (com que todo mundo é seu), como o é de sua baixeza, nos baixos, presumir de se empinar com os altos, e, nos néscios e ignorantes, de sua maior ignorância e cegueira querer-se igualar com os sábios.

«E, se quisessem ver bem suas mãos e obras, elas lhe mostrariam, como claro espelho, que não são iguais (como dizem) todolos dedos.

«E é tão certa esta verdade que não convém despender ([202]) muito almazém de razões na prova dela, nem é necessário sobre esta questão porfiar nem contender o fidalgo com o vilão, dizendo-lhe e provando-lhe que é mais nobre que ele, nem o virtuoso com o mau, nem o sábio com o rústico, pera lhe fazer evidente que tem mais virtude ou ciência, pois isto é demonstração e passa já em causa ou cousa julgada em que pez ([203]) a baixos e néscios, por mais que eles apelem da sentença, de que se lhe não deve nem pode receber apelação nem agravo, nem passar estromento; antes, de nenhuma qualidade deviam ser ouvidos antre discretos e honrados. E se não fôssemos cristãos ou próximos, ou não fosse proibido, em começando a falar os tais tão soltamente, logo era bem que pagassem os próprios e as custas de seu atrevimento, pera lhe dar livramento com o castigo. Porque assi como o servo não se emenda com razões, senão com açoites, assi do vil e rústico atrevido (que é de sua natureza servo) diz o provérbio castelhano que *el nescio por la pena es cuerdo.*

«Só o fidalgo é aqui vilão antre vilãos, e só o sábio é nesta terra néscio antre néscios, sem poder achar a água que dizem que em outro tempo choveu pera emprasto e mezinha disto. Não é aqui (segundo se diz) tão bom Pedro como seu amo, mas muitas vezes melhor sem conto. E bem se parece nos vestidos, em que o nobre e poderoso, contentando-se com o honesto, se refrea, e o baixo e pobre à rédea solta corre, como desenfreada besta. E assi se ficam e ficarão nesta terra estas enfirmidades (sic) sem remédio.

«Ora se choram todos o enfermo que, sem ter cura, vai morrendo, como não chorarei, Senhora, estas perigosas doenças tão cegas e incuráveis? Estas são as gerais condições quase antre as gentes todas do Universo, que em outras terras se podem melhor sofrer que nestas, em que não há lugar pera onde subir, pera descer si, e este sempre o houve, porque, como a justiça da terra seja, como o vinho dela, que não tem força alguma, onde não há prémio pera bons nem castigo pera maus, tudo são descidas.

«Já esta terra não é terra, mas é desterro; e, quando era desterro de alguns, era verdadeiramente terra. Mas, agora, foi-se fazendo tão estéril dos bens que tinha e dos mantimentos que dantes, com grande abundância, dava, e envelheceu tão asinha, que quem se lembra dos bens que nela houve, e tem experiência das misérias que nela agora vê, não pode deixar de chorar com saudade daquele bom tempo passado e consumido, vendo que vão os pecados das gentes enchendo e suprindo o lugar dos fruitos que a terra nega. E o que digo desta (pois correm a igual passo), entendo também destoutras ilhas, suas vizinhas, que em tudo vizinham bem com ela.

«Crede-me, Senhora, que por nenhuma outra cousa tanto vivo triste e trago as letras do meu nome assi mudadas, senão porque vejo o bom tempo tam mudado.

«Algumas cousas contarei destas ilhas, como testimunha de vista; e outras, que não vi, direi, como as pude saber doutrem, que não me faltou diligência pera inquirir e examinar a verdade delas com assaz trabalho e custo, ainda que em algumas não pude bem descobrir a certeza que eu quisera. Recebereis, Senhora, esta vontade e história, sabida pelo melhor modo que alcançar pude, mas não como a vosso saber se deve. E aceitai por obra o meu desejo, porque, desta maneira, o trabalho de a contar se me tornará descanso.

CAPÍTULO NONO

EM QUE A VERDADE, RESPONDENDO A UMA DE DUAS PERGUNTAS QUE LHE FEZ A FAMA, TRATA EM GERAL DO DESCOBRIMENTO DAS CANÁRIAS E DALGUMAS COISAS DELAS

E, querendo eu começar a contar o que destas ilhas sabia, me disse ela:

— Vejo, Senhora, estas ilhas dos Açores estarem neste grande mar Oceano e nele mesmo estar a ilha da Madeira e Porto Santo e outras que são de El-Rei de Portugal, tão perto das Canárias, que são de El-Rei de Castela, e, logo, as ilhas do Cabo Verde, povoadas de portugueses, e não entendo esta mistura, como neste mar houve dois senhores diversos. Também me faz duvidosa a terra das Antilhas, como, passando por este mar da navegação de Portugal, as mandaram descobrir e povoar e possuem, pacificamente, os Reis de Castela. E, pois, em vós se acha o desengano de muitas dúvidas, mercê receberei desenganardes-me nesta.

— O coração (lhe disse eu) desenganado o tenho pera todos, e muito mais pera vós, Senhora, que tão obrigada me tendes. E o desengano, que quereis saber de mim nisso que me perguntais, sou contente de o dar da maneira que o soube de diversos cronistas e autores e de meu antigo pai, que o contava.

Verdade é que os Reis de Portugal teveram alguns anos a conquista do mar do Ocidente, até que em tempo de El-Rei D. João, o segundo do nome, houve nisso alguma mudança, que depois contarei, como também deixo pera contar adiante o descobrimento destas duas primeiras ilhas dos Açores e das sete mais abaixo que desejais saber. Mas, por agora, quanto à dúvida delas e das outras que dizeis, sabei, Senhora, que os legistas e canonistas têm uma regra que diz: «*primo occupanti conceditur locus*», que quer dizer: o primeiro, que ocupa e possui algum lugar, fica pelo mesmo caso senhor dele. Isto se usava, antigamente, nos descobrimentos das terras, antes de serem dadas as conquistas delas. O que primeiro descobria alguma ficava senhor dela, se queria e podia sustentar sua posse. Até que pelo Santo Padre (como senhor que é supremo e logo-tente de Deus na Terra, do espiritual e temporal do Universo) foi isto determinado e limitado antre os Reis de Portugal e Castela, como claramente vereis nisto que irei dizendo.

Quatrocentos e quarenta anos antes da vinda do Salvador do Mundo a ele, um Hanom, capitão cartaginense, partiu de Andaluzia com sua armada contra a costa d'África e Guiné, e dizem que este foi o primeiro que neste caminho e jornada descobriu as ilhas Bem Afortunadas, que agora chamamos Canárias, e, além delas, outras, que dizem Dórcadas, Hespérias e as Gorganas, que se agora chamam do Cabo Verde, mas não ficaram suas, porque não teve mais que de passada a vista delas.

E depois da vinda de Cristo Nosso Deus, no ano de mil e trezentos e quarenta e quatro, reinando D. Pedro de Aragão, o quarto, dizem os cronistas de seu tempo que lhe pediu ajuda D. Luís de Lacerda, neto de D. João de Lacerda, pera ir conquistar as ilhas Canárias, que estão em vinte oito graus desta mesma banda, por lhe serem dadas pelo Papa Clemente sexto, natural de França. E, segundo isto, já naquele tempo havia muita notícia daquelas ilhas por toda Europa, quanto mais em Espanha, porque tamanhos príncipes não se haviam de mover a esta empresa sem muita certeza.

Também querem (como escreve o capitão António Galvão no livro que fez de diversos descobrimentos) que neste meio tempo fosse a ilha da Madeira descoberta, que está em trinta e dois graus, por um ingrês, que se chamava Machim ([204]), que, vindo de Ingraterra pera Espanha com uma mulher furtada, foram ter à ilha com tormenta e surgiram naquele porto que agora se chama Machico, de seu nome tomado. E, por a amiga vir do mar enjoada, saiu em

terra com alguns da companhia, e a nau com tempo se fez à vela e ela faleceu de anojada. Machim, que a muito amava, pera sua sepultura fez uma ermida de Bom Jesú, e escreveu em uma pedra o nome seu e dela, e a causa que os ali trouxera, e pôs-lha por cabeceira. E ordenando um barco do tronco de uma árvore, que ali havia muito grossa, e embarcando-se nele com os que tinha, foram ter à costa de África, sem velas nem remos (porque, quando a fortuna a alguém começa ser contrária, de todo o despoja); os mouros, que os acharam, e os mais, que os viram, houveram isto por coisa milagrosa e por tal os apresentaram ao senhor da terra. E ele, pela mesma causa, os mandou a El-Rei de Castela, que era naquele tempo D. Anrique (sic) terceiro, e, pela informação que desta ilha deram este ingrês Machim e a nau de sua companhia, reinando em Castela este mesmo Rei D. Henrique terceiro, no ano de mil e trezentos e noventa e três se moveram muitos de França e Castela a irem descobri-la e a Gram Canária, principalmente andaluzes, biscainhos, lepuscanos ([205]), levando assaz gente e cavalos, mas não se sabe se foi isto à sua custa, se de El-Rei. Como quer que seja, querem que fossem os primeiros que houvessem vista das Canárias e saíssem nelas e cativassem cento e cinquenta pessoas. Outros querem que fosse no ano de mil e quatrocentos e cinco. Mas por mais verdadeiro tenho o que de Machim se conta na história e crónica dos ilustres capitãis da ilha da Madeira, como direi adiante, quando particularmente tratar deles e do descobrimento dela.

No ano de mil e quatrocentos e dezassete ([206]), governando a Castela a Rainha D. Caterina, mulher que foi de El-Rei D. Henrique, terceiro do nome, pelo príncipe, seu filho, D. João (que foi o segundo rei do nome), como governadora dos reinos, um Mossem Rubem ou, segundo outros, Rubim de Bracamonte, almirante de França, que com cópia de franceses dizem que ajudou a El-Rei de Castela em uma certa guerra, com este merecimento e por este serviço lhe pedira a conquista das Canárias, com título de rei, pera um fidalgo francês seu parente, chamado Mossem ou Mosiur João de Betancurt, a quem outros chamam Letencor ou Betencor, e que a Rainha lhas dera e o ajudara, partindo, então, de Sevilha com boa armada o novo rei de Canária. E querem ainda que a principal causa, que a isto o movera, era descobrir a ilha da Madeira, que Machim achara. E não a achando, mas (segundo dizem alguns) descobrindo a ilha do Porto Santo, foram ter às Canárias. E chegado às ilhas, saindo em terra, ganhara Lançarote, Forteventura e a do Ferro, ou (como outros dizem) a do Inferno. E, segundo diz João de Barros, somente Lançarote, Forteventura e a do Ferro. Mas não pôde conquistar a Gram Canária, por achar nela muita resistência de mais de dez mil homens de peleja. Na de Lançarote fez um bom castelo, ainda que de pedra e barro, com que conservasse o que tinha ganhado. E, começando contratação de escravos, couros, cevo, mel, cera, cânfora ([207]), urzela, figos, sangue de dragão e outras algumas cousas, que daquelas ilhas mandava a Espanha, tirava interesse e ganhava bom dinheiro o Rei João de Betancurt ou Betancor.

E, logo, no ano de mil e quatrocentos e vinte foi descoberta pelos portugueses a ilha da Madeira, perto das Canárias, como em seu lugar contarei adiante.

Estando assi o Rei Mossem João Betancor na conquista das Canárias, como dito é, dizem que o mataram. E deixara por seu herdeiro um parente, chamado Mossem Menante ou Menaute, o qual dizem que, com ajuda de alguns castelhanos, conquistou depois a Gomeira.

Outros querem dizer que Mossem João Betancor se fosse a França refazer de novo pera esta conquista e deixara ali um sobrinho, que se chamava Mossem Menante, e, como nunca mais de lá viera, o parente, que não podia sustentar a guerra, vendera as Canárias ao Infante D. Henrique por certa cousa que lhe dera na ilha da Madeira, como direi adiante. E porque, de doze ilhas que elas são, ainda ficavam por conquistar estas, Gram Canária, Palma, Graciosa, Inferno, Alegrança, Santa Clara, Roque e a dos Lobos.

No ano de mil e quatrocentos e vinte e quatro mandou o mesmo Infante fazer uma armada pera conquista destas ilhas Canárias. Ia por capitão-mor dela D. Fernando de Castro, e como as gentes delas eram belicosas, defenderam bem suas casas, e vendo D. Fernando o grande gasto que fazia, se tornou. E depois o Infante largou estas ilhas à coroa de Castela pelas ajudas que a Betancor dera.

Mas os castelhanos contam isto doutra maneira: que nem El-Rei de Portugal, nem o Infante D. Henrique, as quiseram largar até chegarem a direito diante do Papa Eugénio quarto, veneziano, o qual, vendo isto, deu a conquista daquelas ilhas por sentença a El-Rei D. João de Castela no ano de mil e quatrocentos e trinta e um, por onde cessou esta contenda das Canárías antre os Reis de Portugal e Castela.

Mas, como ia contando e segundo outros dizem, morto ou ido a França, sem mais tornar, o rei João Betencor, sucedeu no reino das Canárias seu parente, chamado Mossem Menante ou Menaute. E provendo o Papa Martinho por bispo destas ilhas a um religioso chamado Frei Mendo, começaram os insulanos a receber a santa fé. Mas, vendendo El-Rei Menante por escravos a muitos que a santa fé haviam recebido, se aqueixou o bispo a El-Rei D. João, pedindo-lhe que deitasse este príncipe daquela terra. Por esta causa havendo algumas diferenças, mandou lá El-Rei a um Pero Barba de Campos, vizinho de Sevilha, com três naus armadas, e, por fim, El-Rei Menante, por concerto e licença da Rainha D. Caterina, vendeu as ilhas ao mesmo Pero Barba. E Pero Barba fez o mesmo a um fidalgo de Sevilha, chamado Fernão Peres, em cujos descendentes e de outros vizinhos de Sevilha se conservaram até os tempos dos Reis Católicos, D. Fernando quinto e D. Isabel. Porque, reinando eles em Castela no ano de mil e quatrocentos e setenta e oito, mandaram uma boa armada com Pedro de Vera, fidalgo natural de Xarez ([208]), pera conquistar as Canárias. E surgindo em Gram Canária, foram notáveis as cousas que castelhanos fizeram em as conquistas delas, que duraram três anos.

E no ano de mil e quatrocentos e oitenta e três, ainda que os Reis Católicos, D. Fernando o quinto e D. Isabel, sua mulher, tinham começada a guerra de Granada e esperavam a de Navarra, acometeram outra contra estas ilhas do oceano Atlântico, à Gram Canária, Tenarife e à da Palma, que, de sete principais, e descobertas que elas são, restavam de conquistar estas três, (porque as outras estavam em poder de vizinhos de Sevilha desde os tempos de El-Rei D. João segundo, como atrás tenho dito), mandando com uma boa armada Afonso de Muxica e Pedro de Vera, capitãis destros assi no mar como na terra, os quais deram de súbito sobre a Gram Canária, em a qual achando dois reis bárbaros que pugnavam sobre o domínio, favoreceram a um, com cujo favor veio em breve tempo ao domínio dos Reis de Castela toda a ilha.

Desta maneira contam esta história os cronistas castelhanos.

Mas o doctíssimo João de Barros, no livro primeiro da primeira Década de sua Ásia, no capítulo doze, diz: — «que depois de tornar das Canárias D. Fernando de Castro, pera favorecer os canários que lá ficavam convertidos à fé, mandou o Infante alguma gente, e por capitão dela Antão Gonçalves, seu guarda-roupa. E passados alguns anos, desistiu o Infante delas por se antremeter nisso El-Rei de Castela, dando razões como lhe pertenciam, porque, se Maciot vendera a fazenda e terras que tinha aproveitado, não podia vender o senhorio e jurdição, que era da coroa de Castela. Depois, em tempo de El-Rei D. Henrique, o quarto do nome em Castela, quando casou com a Rainha D. Joana, filha de El-Rei D. Duarte de Portugal, D. Martinho de Ataíde, conde de Atouguia, que a levou a Castela, houve de El-Rei D. Henrique estas ilhas de Canária per doação que lhe delas fez. E ele as vendeu depois ao marquês D. Pedro de Meneses, o primeiro deste nome. E o marquês as vendeu ao Infante D. Fernando, irmão de El-Rei D. Afonso e sobrinho do Infante D. Henrique. E mandou logo tomar posse delas por um Diogo da Silva, que depois foi conde de Portalegre. Em meio do qual tempo veio a Portugal um cavaleiro castelhano, por nome Fernão Peraza, pedindo restituição delas, porquanto ele as tinha comprado a um Guillan *(ou Guillare?)* de las Casas, o qual as comprara a D. Henrique, conde de Nebla, em quem Maciot Betancor as trespassara per via de doação, com procuração que tinha de seu tio João de Betancor, mostrando pera isso bastantes procurações, escrituras e provisões dos Reis de Castela em confirmação das tais compras. E vendo El-Rei e o Infante sua justiça, desistiram delas. Por morte do qual Fernão Peraza as herdou uma sua filha, por nome D. Inês Peraza, com quem casou um D. Garcia de Herrera, fidalgo castelhano. E antre os filhos que houve dela, foi D. Maria de Aiala, com quem casou Diogo da Silva, português, estando ainda lá, por parte do Infante D. Henrique, na conquista e governança delas. E, porque as ilhas da Gomeira e Ferro eram feitas em morgado, de que hoje é intitulado conde D. Guillen de Peraza, seu filho, ficaram partíveis as ilhas de Lançarote e Forteventura, em que D. João da Silva, segundo conde de Portalegre, por parte de sua mãe, a condessa, tem herança, que lhe rendará passante de trezentos mil réis, o que é uma memória em Portugal dos trabalhos que o Infante D. Henrique levou na conquista destas ilhas, posto que o senhorio e jurdição delas fosse trespassado em Castela na maneira acima dita.

Além do que João de Barros no mesmo capítulo escreve dos ritos ([209]) e costumes dos moradores destas ilhas, como nele se poderá ver, direi das sete mais principais algumas cousas, que mais pude alcançar saber, lidas e ouvidas.

Estas ilhas Canárias, que eram e são habitadas e que se chamam as Beatas ou Bem Afortunadas, estão quase todas arrumadas de leste-oeste e demoram da ilha da Madeira, do

sul até o sueste, desta maneira: a Gram Canária, que está em vinte e oito graus e com Forteventura leste-oeste, doze léguas; demora-lhe o Cabo Bojador ao sueste e à quarta do sul; e Forteventura com Lançarote está norte-sul três léguas uma da outra, antre as quais está uma ilha pequena despovoada, chamada ilha dos Lobos. E de Lançarote à Alegrança serão duas léguas, e canal limpo antre uma e outra; e da Alegrança às ilhetas de Canária haverá trinta e três léguas; e de Lançarote à Graciosa, que é terra despovoada, haverá meia légua somente, que é um canal antre ambas. De Canária a Tenarife há treze léguas, a qual Tenarife está em vinte e oito graus e um terço e também leste-oeste com as ilhetas de Canária; e dela à Gomeira são seis léguas, a qual Gomeira está em vinte e oito graus menos um quarto e vinte e cinco léguas da ilha Canária. E da Gomeira ao Ferro há seis léguas e está a ilha do Ferro em vinte e sete graus e dois terços e da ilha de Canária trinta léguas. De Canária à Palma são trinta léguas e está a Palma em vinte e oito graus e meio. E (como disse) correm-se estas ilhas principais umas com as outras quase leste-oeste, e são estas ilhas de Canária doze (como disse), contando a do Inferno, como diz João de Barros, ainda que não vi carta nenhuma de marear em que a achasse ([210]). Mas sete são as descobertas e mais principais.

Estão em vinte e oito graus da parte do norte. Tem o maior dia treze horas e a maior noite outras tantas. Distam de Espanha duzentas léguas e da costa de África dezassete, ainda que de Forteventura ao Cabo Bojador, que está na Berbéria, há treze léguas, e este é o mais perto caminho das Canárias até à costa de terra de mouros.

A Gram Canária é a principal. Os naturais dela se chamam canários, por haver nela grandes cães, e desta tomaram o nome geral de canários os habitadores das outras, ainda que tenham também seus particulares nomes. Esta Gram Canária é redonda e a melhor de todas e bem povoada, e por isso tem o nome de grande, não por ser maior em quantidade. Tem muito gado, colhe-se nela muito pão e vinho e mel; há nela muitos engenhos de açúcar, e desta e dalgumas das outras se carrega muita quantidade dele pera diversas partes.

Tenarife é outra ilha destas, maior de todas. Está bem povoada e dá muito pão e vinho. Os naturais dela se chamam Ganches, por serem muito enrochadores. Tem uma serra que alguns chamam o pico de Teide e outros de Tereira, do Duque de Maqueda, por particular mercê de Sua Majestade ([211]), que dizem ser uma das cousas mais altas que navegantes sabem e vêem claramente sessenta léguas antes de chegar a ela, e de um terreiro, que faz como praça no cume dela, quando o mar está em calma, se vêem todas as outras ilhas, e parece cada uma delas um bairro pequeno com estar algumas distantes mais de cinquenta léguas e ter outras tantas de circuito ([212]), a qual é verde no pé e sempre nevada no meio até o S. João, e dali até ao fim de Agosto podem subir a ela; está com neve, havendo nela muita o restante ano, com não nevar jamais em todas aquelas ilhas circunstantes ([213]). É rasa e fumosa, a tempos, no alto, pelo muito enxofre que nela se acha, de que levam a Espanha grande cópia ([214]).

A Palma é pequena; há nela muito gado, do qual se fazem muitos e bons queijos. Os naturais dela se chamam palmeiros por ter a ilha muitas palmas.

A Gomeira é boa ilha; tem grande abundância de gado e pão e vinho e açúcar e muita urzela; estes se chamam Gomeiros, como a ilha Gomeira, de um rei chamado Gomeiro ou Gomauro.

Forteventura, que é mais comprida, e Lançarote são duas ilhas algum tanto despovoadas, mas têm muito gado cabrum; estão mui juntas uma da outra, como um quarto de légua. E contam que uma mulher islenha nadou este espaço, de Forteventura a Lançarote, por livrar um seu filho da morte, a que ia condenado por justiça, levando provisão e perdão do governador que, então, estava em Forteventura, sem esperar por barco. Os moradores dela se chamam Maforeiros, não sei por que razão.

O Ferro tem um lugar de poucos vizinhos, que se chamam Ferrenhos, porque há nela pedras que parecem ferro, e a costa fragosa da mesma maneira, que parece escória de ferro, e as árvores são ásperas e ferrenhas; dizem que já alguns biscainhos, que vieram em ajuda de sua conquista, acharam e fundiram ferro nela. É ilha pequena e toda fragosa. Esta não tem água de rio, nem fonte, nem poços, mas uma árvore grande perto do lugar, em um alto, sobre a qual se assenta uma névoa pela manhã, à maneira de nuve (sic) branca, mui clara, e dali estila continuamente água pelas folhas, como rocio, a qual cai em um tanque, e dela bebem os homens e os animais, e é boa água; têm, além disto, algumas cisternas em que recolhem água pera as bestas e pera seu serviço; os gados se mantêm com ramos e erva verde. Esta árvore nunca envelhece, nem cresce, mas sempre está em um ser, com suas folhas verdes. Dizem

que se quer parecer com o almástico, que dá almécega, como há muitos na ilha de Tenarife, mas não o é; o almástico tem o parecer e rijeza e cortar do pau branco, que há nesta ilha de São Miguel, e ainda mais forte e rijo; e dizem que tem as folhas quase como maneira de três folhas de silva miúdas, que todas três e, às vezes, cinco juntas parecem uma só folha farpada.

Quando foram depois conquistadas estas Canárias (como tenho dito) pelos espanhóis em tempo do Católico D. Fernando, Rei de Castela, no ano de mil e quatrocentos e oitenta e três, teve Pero de Vera, cavaleiro, natural de Xarez, guerra mui rija com estes canários, que eram de muito esforço, os quais ainda não tinham armas; usavam de varas, que aguçavam com pedras mui agudas (as pedras se chamam tubonas ([215]), e são pretas à maneira de azeviche, com as quais, como com dardos, passavam as adargas e escudos e, também atiravam pedras com muito grande força, porque eram todos mui valentes e desenvoltos; mas, por fim, foram vencidos e reduzidos a sujeição de Espanha e ao culto divino, que era o que mais lhe importava.

Antes disto, não usavam de pão nem de vestido; somente se cobriam com peles de animais, de cabras, de ovelhas, que havia na terra, cortidas com casca de pinho, cozidas com correias do próprio couro e com sovelas de osso, que aguçavam com as mesmas pedras tubonas; os trajos feitos destas peles chamam tamarcos e ficava o couro cortido delas à maneira de baio. Comiam raízes de ervas, leite e carne de cabras e frutas de árvores, e alguns querem dizer que também comiam a carne crua por não ter fogo, e agora assada e cozida ([216]), depois que o tiveram, ou inventaram fazer com dois paus, um chamado teinaste, que é rijo, e outro tabaiba (de que se faz o visgo), que é brando, roçando um no outro. Comiam gofio de cevada torrada. Casavam-se com muitas mulheres e, primeiro que as cognescessem, as davam a seus senhores por grande honra e por outra razão que dá João de Barros. Tinham casas de ramos e covas, onde moravam. Careciam de fogo ([217]), ferro, letras e bestas de carrega, pera seu serviço. Semeavam cevada sem nada, e algum trigo, lavrando a terra com cornos de bois, bodes e cabras, e colhiam muito fruto.

Há nestas ilhas uns pássaros que chamam canários, que em Espanha são de muitos estimados.

Adoravam a um só Deus, alevantando as mãos ao Céu, porque não tinham ídolos, e por esta razão foram bons de converter à nossa fé. Tinham seus oratórios que, cada dia, rociavam com leite de cabras, a que chamavam animais santos. Tinham também sua linguagem bárbara, cada ilha a sua, com que se entendiam. E, de todos eles ficaram muito poucos, porque todas estas ilhas estão povoadas já de gente de Espanha e doutras partes.

Contarei, Senhora, algumas cousas que, particularmente, pude saber de cada uma delas, dizendo primeiro o que se diz da variedade de suas linguagens.

CAPÍTULO DÉCIMO

DO QUE SE DIZ DAS LINGUAGES DE TODAS ESTAS ILHAS CANÁRIAS

Já disse que tinham os moradores destas ilhas de Canária sua linguage bárbara, cada ilha a sua, com que se entendiam.

Dizem que fazendo guerra os romanos aos de Cartago e vencendo-os nela, cortando as línguas a muitos, os puseram em navios no mar, os quais, saindo pelo estreito de Gibaltar (sic), foram ter às Canárias, que naquele tempo estavam desertas, e destes cartaginenses se povoaram; e, como não tinham línguas inteiras com que falassem, seus filhos e descendentes inventaram, cada uns na ilha que habitavam, nova linguage, e por isso cada uma destas ilhas tinha a sua diferente das outras, e em uma mesma ilha se achavam também diferentes linguages em diversas partes dela, onde em diversos lugares desembarcaram com as línguas cortadas.

Também se diz nestas ilhas Canárias, e há esta presunção, que algum rei daquela parte de Berbéria, a elas mais chegava visinha, com algum nojo que teria de alguns seus vassalos ou povos seus súbditos, por castigo de alguma rebelião ou delito, lhe mandaria cortar parte das línguas com que os alvoroços e amotinações se fazem, e os deitaria fora de sua terra em embarcações, donde vieram ter às Canárias, a povoar aquelas sete ilhas desertas, e em cada uma delas inventaram os sem línguas, ou os seus descendentes, novas linguages.

Também pode ser que, sem trazerem estes canários as línguas cortadas, cortou o discurso do tempo (que tudo muda) e mudou a primeira linguage, que eles de princípio falavam, em diferentes e diversas, como agora têm, por se eles dividirem uns dos outros em diversas ilhas e em vários lugares de cada uma delas, e assi variaram as linguages pelo muito número dos anos corromper a primeira língua antiga que todos traziam juntamente. E parece isto ser assi pela razão que deu um André Martins, homem nobre e honrado, filho de Antão Martins, da casta dos Monizes desta ilha de São Miguel, morador que foi no lugar de Rabo de Peixe, termo da vila da Ribeira Grande desta mesma ilha, o qual, passando à ilha de Tenarife, uma das sete ilhas Canárias, e havendo lá residido muitos anos, tendo particular amizade com um homem honrado canário, natural de Gram Canária, que se chamava Antão Delgado, espantando-se de não terem memória os naturais daquelas ilhas donde procederam, e, perguntando-lhe se tinha disso alguma notícia, lhe respondeu Antão Delgado, sorrindo-se, que donde podiam proceder senão dessa Berbéria, que estava ali tão perto. E André Martins lhe replicou que não podia isso ser, porque, se foram daí, teveram a lei e seita dos mouros e a mesma língua. Ao que Antão Delgado respondeu, dizendo: «parece que naquele tempo em que os moradores destas ilhas Canárias vieram aqui ter da terra de África não havia ainda a seita de Mafâmede, que agora têm os mouros; porque eu entendo três línguas, convém a saber: a de Canária, e a de Tenarife e a de Gomeira, e todas vão quase parecendo a linguage dos mouros». E disse mais Antão Delgado que bem parecia isto ser assi, pois os canários toda a maneira tinham dos mouros em seus costumes, porque têm suas moendas de mão e usam de gofio como mouros e parece que, ainda que mudaram a linguage que traziam de princípio, não mudaram alguns costumes de sua terra, que com os olhos viram e lá antre si costumavam. E ainda que os canários tinham variedade, suas linguages quase todas têm um modo da dos mouros.

Mas, com todas estas razões sobreditas, nada disto afirmo pera que se haja de ter por certo, porque outros afirmam que estas ilhas de Canária têm mui antigo princípio e foram já em tempo de Trajano, aquele insigne e notável emperador de Roma, descobertas e achadas por seu grande saber e indústria, e povoadas por seu mandado. Dizem que era este Emperador Trajano grão filósofo, astrólogo e matemático, e que foi natural de Cális ([218]) de Espanha, o qual governando o Império e mandando fazer gente de guerra pera ajuntar grande exército contra seus imigos, lhe foi dito que havia certa nação de gente belicosa e usada nas armas

perto de seu Império, ou, porventura, seus súbditos, os quais, por serem montanheses, pelejavam a pé tão esforçadamente, que, havidos em seu exército, se podia haver com eles gram vitória, mas que arreceavam usassem os tais de sua má inclinação e costume, que era serem muito mudáveis e fáciles de tornar atrás, como dizem que fazem alguns tudescos, indo-se pera quem mais soldo lhes dá, ainda que seja a tempo que os exércitos estão a ponto de se romper, pelo que se haviam causado já mui notáveis danos em outros encontros semelhantes e exércitos de alguns seus antecessores. Sabido isto por Trajano, e que sempre ficaram sem castigo, ordenou um meio por onde não pudessem executar sua malícia, nem causar algum dano sua mudança ou cobiça, mandando a seus capitãis que a todos matassem, reservando vivos somente os velhos e mulheres e moços e os que não pudessem tomar armas, e, cortadas as línguas, lhos trouxessem. Trazidos diante dele, os mandou levar em navios, dando regimento que, entrados no Mar Oceano, navegassem não muito longe da costa de África direito ao Sudoeste, e que a certos graus achariam as sete ilhas Bem Afortunadas e nelas deitassem aquela gente sem línguas, repartindo em cada ilha certo número deles, onde os deixassem, pelos extinguir e apartar de seu mau nascimento e pera que os que deles sucedessem não soubessem dar conta de seu princípio.

O que parece ser assi, porque, em todas estas sete ilhas, os duma não entendiam a linguage das outras, ainda que nos costumes eram e são semelhantes, porque todos são mui valentes e animosos, destros e ligeiros em todolos exercícios de guerra, correm, saltam, lutam e tiram funda e lança, mais que outra nação; são afábiles, alegres e amigos de banquetes, mas não dados a vinho. As mulheres são pela maior parte limpas, polidas, louçãs e de rara fermosura, pelo qual muitos dos conquistadores, ou quase todos, se casaram nestas ilhas e não tornaram a Espanha solteiros.

Agora, já têm perdido estes islenhos a constelação ou inclinação de mudáveis, e são firmes na amizade que prometem, e na religião cristã, e devotos de Nossa Senhora.

São dados a criações de gado e, não buscando curiosidade de casas, moram nas cavernas da terra e covas e furnas das rochas, ainda que na polícia e trajos do vestido são já agora quase todos tão custosos, eles e elas, como os mais polidos castelhanos de Espanha.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

DE ALGUMAS COUSAS QUE OUTROS DIZEM DAS DUAS ILHAS FORTEVENTURA E LANÇAROTE

Das sete ilhas de Canária, que estão povoadas, dizem alguns que a chamada Forteventura foi a primeira conquistada. E tem este nome por se achar nela uma escritura em pedra, que dizia ser povoada por forte ventura, e que a conquistou um Saiavedra, criado dos Reis Católicos D. Fernando e D. Isabel. Tinha esta ilha três reis: um fora de Curralejo, à banda de Berbéria, e outro em Oliva, que está três léguas do porto de Roque, e outro, principal sobre estes dois, tinha mais dentro da ilha sua estância. E por não terem árvores de que pudessem fazer algum modo de armas, como os de Gram Canária e as demais ilhas, tirando Lançarote, foram fáciles de ganhar, ainda que com os gados e com suas fundas se defenderam alguns, mas como a terra é mui descoberta, ainda que é a maior ilha de todas, a houveram os espanhóis em pouco tempo e sem muito dano.

Tem esta ilha quarenta léguas em circuito, mas não é frutífera por ser pedregosa a maior parte dela. Tem quatro povoações pequenas, a Vila e Oliva, o Porto e Curralejo.

Os moradores são criadores de gado miúdo e de camelos, e já são liados com os espanhóis, com que casam seus filhos e filhas. Os islenhos e islenhas são grandes de estatura, quase morenos, bem dispostos e direitos, e elas alvas e fermosas, porque guardam bem o rosto do Sol e do ar. São leais a portugueses e a castelhanos, e inimigos de mouros de Berbéria, aonde vão fazer muitos saltos e trazem muita presa deles, que vendem pera a ilha da Madeira, com quem têm grande trato e comércio, por causa do vinho e mel de canas que lhes levam por ser perto. Comem mais gofio que outro pão. São grandes comedores de carne de rês miúda; bebem o leite de cabras e de ovelhas por água, pelo que são frescos e gordos, ligeiros e fortes e muito membrudos.

Dizem alguns que foi tomada esta ilha dia de S. Filipe e Santiago, porque sua principal igreja é destes apóstolos. Antre os moradores dela há fidalgos dos Perdomos e Sayavedras e de outros apelidos.

A ilha de Lançarote dizem ter este nome por o rei principal dela ser assi chamado. É quase tão grande como Forteventura, e está muito perto dela ao esnoroeste, a maior parte infrutífera.

Dizem que foi conquistada logo depois de Forteventura, também por outro capitão, criado da casa dos Reis Católicos, já ditos, chamado Nuno Ferreira, português, muito parente do Conde da Castanheira. E outros dizem que deram os Reis Católicos a conquista e descobrimento destas ilhas de Canária a um fidalgo de sua casa, chamado D. Afonso de Lugo, ou D. Luiz de Lugo, e bem podia ser virem dois Sayavedra e Nuno Ferreira ([219]) por seus ajudadores e, como eram valorosos, dar-lhes cargo de semelhante empresa.

Tem esta ilha duas povoações medíocres: a Vila e Faria.

Detiveram-se os conquistadores pouco em sua conquista, como na de Forteventura, por ser terra descoberta de arvoredo.

Os islenhos destas duas ilhas se chamam mahoreros ([220]), que em nossa linguage quere dizer criadores de gados, porque este é seu ofício. São tão misturados com os da Berbéria, que há mui poucos que não tenham alguma cousa de mouriscos, por razão de se darem de princípio muito às entradas e saltos contra os alarves da Berbéria, que a elas está chegada e vizinha, como é Cabo Branco, Teide ([221]), S. Bartolomeu, o Rio do Ouro, que chamam Arguim, e outros lugares.

É agora condado, e conde destas duas ilhas D. Augustinho de Herrera, genro de Pero da Ponte, de Tenarife, o qual conde em sua mocidade foi mui dado a estas entradas e saltos em Berbéria, com que enriqueceu muito, mas depois lhe custou caro a ele e a toda sua ilha, como agora direi.

Vendo-se este senhor D. Augustinho de Herrera mancebo bem disposto de grandes forças e ligeiro, antes de ser casado, e com tal morgado e bons súbditos e parentes do mesmo esforço e altos espíritos, começou a dar-se a fazer saltos em Berbéria, o que fazia tanto a seu salvo, que quase não havia quem lho estorvasse, por não serem té li (sic) os imigos deles salteados e viverem em seus aduares sem algum sobressalto.

Desta continuação deste Conde se vieram apelidar e avisar os xilmeiros ([222]), alarves e berberiscos pela terra dentro, até que chegou notícia onde havia mouros de guarnição e polidos (porque estes xilmeiros são pobres criadores e pastores de vacas em aquela terra, chã e arenisca e campinas cobertas de uma mata baixa, povoada de uns aduares ou choças, onde com suas mulheres e filhos fazem sua morada estes alarves, dados a buscar junto da costa ambre de baleias), e como os mouros de dentro da terra são destros de cavalo, ricos e versados na guerra, correndo a fama de tantos saltos e entradas que o dito D. Augustinho de Herrera com os seus lhe fazia, deram muitas vezes a paga aos de Lançarote e aos de Tenarife, como em seu lugar direi. E não podendo sofrer tantas afrontas e perdas (parece que pera ter melhor vingança), se socorreram ao turco de Larache e a outros cossairos ([223]) turcos, como os de Argel ou seus semelhantes.

E estando D. Augustinho de Herrera com seus vassalos sem sobressalto nem receio de chegarem galés nem fustas de mouros à sua ilha, no ano de mil e quinhentos e sessenta e oito, ou nove, deram na dita ilha sobre eles sete ou oito fustas bem apercebidas e armadas, e, entrando na terra, quase a todos os moradores prenderam, mataram, cativaram e roubaram, levando consigo mulheres e mininos, que foi uma grande mágua e maior perda. O Conde e sua mulher escaparam como milagrosamente, escondidos em umas covas, e foram tão fiéis seus vassalos que, posto que os mouros ou turcos lhe prometiam soltar-lhe a presa e cativos, se lhe dessem somente o Conde, jamais puderam acabar isto com eles, ainda que se crê que muitos sabiam o lugar onde ele estava. Do qual feito se vê estar já mudada ou extinguida neles a mudança de seus predecessores.

Pelo grande desejo que estes infiéis mostraram de haver à sua mão o Conde e a Condessa, se suspeitou e afirmou que não eram estes turcos ali vindos pela causa, que atrás disse, da frequência das entradas e do dano que dele haviam recebido os ditos alarves, nem pela indústria dos mouros, senão por um feito que dizem cometer este senhor com uma mulher de um seu vassalo, natural de Tenarife, o qual indo negociar algumas cousas a uma das outras ilhas e deixando sua mulher e filhos pequenos em Tenarife, sendo ela muito fermosa e recolhida, dizem que entrou o dito senhor em sua casa contra sua vontade, fazendo pouco caso desta ofensa. Vindo o marido desta mulher e achando-a triste e coberta de dó, chorosa e tão dessemelhada, que quase a não conhecia, e perguntando a causa de tão estranha mudança, lhe contou ela sua desaventura. Dissimulando ele esta injúria e consolando-a, dizendo que os senhores das terras tinham grande poder sobre seus vassalos, se partiu pera Tenarife, onde vendeu a fazenda que lá tinha, e, tornando a Lançarote, deitou fama que se mudava a Tenarife. E embarcando-se ele e sua mulher e filhos com alguns parentes, que por todos eram oito pessoas, como era homem de grande espírito, apartados do porto, fez por força navegar ao mestre pera Larache, onde desembarcou com os sete de sua casa, dos quais não se soube mais que dizer o mestre depois que jurara este homem de não descansar até não haver à sua mão o dito D. Agustinho de Herrera, e pera isso se passaria a Turquia, se em África não pudesse ser socorrido do Turquinho e de outros cossairos, pera que com suas fustas viessem a Lançarote e o vingassem. Pelo que se crê trazer este os turcos a esta ilha e nela fazer o destroço já contado, em que não deixaram coisa que alguma coisa valesse, com que ficou tão destruída que, inda até hoje, não está restaurada, por ser terra pobre só de criações de gado miúdo e de camelos, como os de Forteventura, seus vizinhos.

Faz-se sal nestas ilhas muito alvo; são as salinas do Conde. Vão a elas por Faria, que é um lugar de criadores pequeno, distante légua e meia da vila. Fazem também bons queijos. A gente é mui afábil. São destros a cavalo, como mostraram no triste sucesso dos turcos e com os franceses, duas ou três vezes que na terra quiseram entrar, porque, como está a vila do porto dos Arrifes quase légua e meia e tenham em um monte alto, perto da vila, uma torre pera vigia, em descobrindo navios, logo se apercebem e defendem com ânimo valente, e, inda que

são poucos, são de grande esforço e já fizeram render muito maior número de franceses cossairos, dando-se tanta pressa na defensão, que os franceses caíam vivos no mar e se afogavam a montes, por não poder aguardar sua forte e apressurada resistência. É finalmente terra belicosa e pera a saúde de bons ares; nem se viu nem se soube em algum tempo haver nela. nem em nenhuma das outras, peste.

Do caso, atrás contado, da destruição que os mouros ou turcos fizeram na terra, os regentes e ouvidores de Gram Canária quiseram tomar conhecimento, mandando por ante si chamar ao Conde, o qual se partiu pera a corte, querendo antes dar a conta disto a Sua Majestade, mas não foi ouvido, sendo remetido ao regente e ouvidores. E aparecendo diante deles, por do caso da mulher desonrada não se achar bastante prova e ele e a Condessa ficarem roubados de toda sua fazenda e tão descontentes, levando-lhe isto em conta, e que pela defensão da ilha e povo se pôs no campo como muito animoso e milagrosamente escapou dos imigos, encomendando-se a Nossa Senhora da Candelária, de que todos os islenhos são mui devotos, ou (o que é mais pera crer) por estar inocente neste caso que dele se diz, foi Deus servido de o livrar e foi tornado e reduzido a seu estado, sem fazer mais entradas em Berbéria. Crê-se que lho proibiram.

No ano de 1586 dizem que vieram sete galés de mouros a esta ilha de Lançarote e cativaram até trezentas almas, e que, estando escondidas em uma cova a mulher e uma filha do Conde, as descobriu uma moura e foram cativas com toda a gente de sua casa, que resgataram por dezassete mil cruzados, e outra filha solteira, indo fugindo ao longo do mar, se acolheu em um barco pera a ilha de Canária. E, depois de andarem os mouros alguns dias na terra, se foram, levando somente as trezentas almas cativas e muito despojo ([224]),

Há nesta ilha fidalgos Perdomos, Cifontes, Sayavedras, Herreras e Betencores, gente de muito lustro, subjectos a Gram Canária, como todas as mais ilhas destas sete. Tem uma igreja paroquial, bem ornada, e outras duas ou três ermidas.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO

DE ALGUMAS COUSAS DA ILHA CHAMADA GRAM CANÁRIA

Dizem alguns que a ilha chamada Gram Canária foi a terceira que, depois das de Forteventura e Lançarote, se conquistou, e dista delas vinte léguas, pouco mais ou menos, demorando-lhe a loes-sudoeste. É de quarenta léguas em circuito, quase redonda, alta e grossa; cabeça e metrópolis de todas as sete, onde reside o tribunal e audiência real e desembargo de três ouvidores seculares e regente, onde vão dar todos os casos e negócios de todas as outras ilhas, senão os crimes, os quais julgam e sentenceiam e executam os governadores de cada uma delas, porque nesta Gram Canária há, por si só, governador que tem jurdição de baraço e cutelo, e o mesmo tem cada uma das outras ilhas. É diocesis e cabeça de todo o bispado, cuja cidade das Palmas foi erigida em episcopal de todas sete, tresladando a ela a cadeira da de Lançatote, onde dizem que primeiro esteve. Onde tem assento a Santa Inquisição, com os necessários oficiais do Santo Ofício que Carlos quinto, felicíssimo Imperador, mandou à dita ilha pera destruição de quaisquer heresias ou cismas que houvesse, por haver nestas ilhas um contínuo trato e comércio de diversas nações, por causa dos bons açúcares e vinhos, breu, lãs, queijos e outros frutos que em todas as mais delas há.

Como fica tocado atrás, pois D. Afonso de Lugo, ou D. Luiz, não conquistou mais das três, Palma, Tenarife e Gram Canária, e as outras couberam a diversos capitães, como adiante se dirá ([225]). Foi esta ilha a mais dificultosa de conquistar de todas elas. Defenderam-se os islenhos muitos dias. Tinha cinco ou seis reis e usavam de armas de pau lavradas com pedras queimadas e tostadas ao fogo, em tanta abundância e com tal artifício aguçadas que, defendendo-se duramente, puderam também ofender aos espanhóis, de que finalmente com grande dificuldade e trabalho foram vencidos, tomados e desbaratados. A principal e última peleja foi em Guimar ([226]), ainda que outros dizem que em Arucas.

E dali até estes nossos tempos foi sempre em crescimento e aumento de todalas cousas e grande comércio, que, como os espanhóis a acharam disposta e fértil, a cultivaram tanto, aplicando-lhe todos os frutos necessários à vida humana, que sempre será cabeça, como agora é, de todas as outras.

Chama-se Gram Canária (como tenho dito) por razão dos grandes cães que acharam nela, e ainda hoje em dia há alguns maiores que lobos; são brancos e malhados e de tal presa que sogigam a fortíssimos touros, e por curiosidade dos mestres se tornam tão domésticos, que levam na boca cestos de carne dos açougues e outras coisas, sem ninguém ousar de lhos tomar, por serem bravos contra quem não é seu dono.

Tem esta ilha estas povoações: a cidade de Santa Ana, principal cabeça, que terá mais de três mil vizinhos, bem assentada e situada com uma igreja catedral, grande e rica e de obra e traça mui custosa; tem outras duas ou três paróquias e dois mosteiros de franciscos e domínicos bem ornados. Está a igreja catedral situada em uma grande praça, onde há um fermoso chafariz, servida com muitas dignidades e cónegos de grossas prebendas. O daião D. João de Padilha, antecessor do que agora é, tinha mais de mil e quinhentos cruzados de renda. O Bispo, sete ou oito contos, com que traz grande casa. O inquisidor dois contos, E executa-se com tanto rigor a justiça no crime, como na corte de Sua Majestade, com o que é nestas ilhas cada um senhor do que tem. Esta cidade de Santa Ana (que tem este nome por ser ganhada a ilha neste dia) é de tudo bem bastecida e de grossos mercadores que tratam quarenta e cinquenta mil cruzados, e mais e menos. O porto da banda de leste corre em praia quase uma légua norte e sul da cidade até uns ilhéus, onde está uma fortaleza bem situada, no qual comprimento estão a lugares baluartes e fortes bem artilhados; nunca foi de contrários entrada, ainda que muitas vezes cometida, pela boa ordem que há na defensão e armas. Onde tem muitas bandeiras, e são os moradores, de sua condição, belicosos e destros.

No cabo deste porto há umas estalagens que a cidade proveu pera remédio e colheita de estrangeiros e navegantes; donde se começa uma ladeira pera o norte, que terá de subida quase meia légua e mais largura, no fim da qual, da parte de oeste pera a banda de Tenarife, está outro porto que chamam o Confeital, por haver ao lado dele um cascalho que da terra sai tão branco e crespo, que parece confeitos de mui alvo açúcar. Neste porto se abrigam os navios quando venta leste e les-sueste, e por estar perto do dos Ilhéus se encontram os mares e ressacas em águas vivas e quase continuamente, tanto que algumas vezes aguardam pera passar os que vão da cidade às ditas estalagens ou pousadas, até que vaze mais a maré, pela qual causa se chamam os Ilhéus ou Ilhetas. Servem-se, nesta cidade e nos carretos do porto, de camelos, que há muitos na ilha. É temporã de frutos, porque em Maio se vendem uvas na praça, figos e bêberas e melões de meado Abril, tudo tão bom e maduro como em Espanha no estio e outono. Parte esta cidade uma grota que traz em tempo de chuvas grande enchente, ainda que não se viu nunca sair tanto de madre que faça dano.

Desta cidade, ao sul, distância de duas léguas, está Telde, nobre povoação, onde há dois ou três engenhos de açúcar da gente da terra, que são disto grandes lavradores e de vinhas e algodões, como ao redor da cidade. Os espanhóis ali moradores são tão benfeitores, que não há palmo de terra que não stè (sic) prantado e cultivado pera todo género de frutos; mas os islenhos são mais dados a criar gado, com que uns e outros dão muito proveito à terra e enriquecem o povo de Telde, vila de até quinhentos vizinhos, por causa dos engenhos. Tem aqui um Pero Seirão um engenho, onde mantém seis meses do ano mais de cento e cinquenta homens e dá de proveito a seu dono mais de quinze mil cruzados.

De Telde vão a Guia ([227]), vila em que também há outros engenhos, e a Guimar e Arucas, que tem outros, em que se faz açúcar que quere competir com o da ilha da Madeira, e dizem os moradores ser melhor.

Haverá em toda a ilha até vinte e quatro engenhos de açúcar, nenhum dos quais abaixa de safra de seis, sete mil arrobas, pelo que é tão frequentada de diversas nações e tão rica, fértil, abundante e sadia. Somente à banda do sudoeste, onde há também povoações e fazendas de açúcar, dão febres, de que alguns morrem. Mas não há outras enfermidades, se os homens se sabem reger. E inda das febres dizem ser causa estar esta ilha e outras perto do mais quente de Berbéria pera a parte do rio de Telde, e Sam Bartolomeu, que é mui torrada do Sol, pelo que estas ilhas não são húmidas, nem chove muito, nem muitas vezes nelas.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO

DE ALGUMAS COUSAS DA ILHA CHAMADA TENERIFE

A ilha de Tenerife (sic) dizem que foi a quarta conquistada ([228]) e é logo a segunda ilha depois da Gram Canária, mais principal de todas as outras, ainda que a Palma o seja nas escalas das armadas e navegações, como, antre estas ilhas dos Açores, a mais rica e principal é esta ilha de S. Miguel, pois ela rende só mais que todas as outras juntas, mas a ilha Terceira, além de ser mais principal por ser a cabeça do bispado, o é também por a razão das escalas, armadas e navegações que ali vão ter em diversos tempos.

Dizem que, quando a conquistou o primeiro adiantado (que dizem ser D. Luiz), foi a mais rija, trabalhosa e dificultosa de ganhar que todas as outras ilhas, por ser a gente dela muito belicosa e exercitada em guerras que antre si traziam. Chegando o adiantado a ela e assentando seu arraial onde agora está situada a cidade da Alagoa, que é uma légua de porto de mar pela terra dentro, costa arriba da banda do Oriente, em cujo porto está uma freiguesia de Santa Cruz, onde está uma fortaleza, e conquistando a terra o mesmo adiantado, quis um dia fazer um salto sobre um lugar grande, que agora se chama Orotava (que está quatro léguas do campo donde partiram, onde agora está a cidade), de um de sete ou nove reinos que havia na mesma ilha. Foram sobre ele pera lhe tomar seus gados e cativar os moradores, e tomando-os de sobressalto, todavia se acolheram à serra, e tomando-lhe seus gados, se tornaram os espanhóis. Mas os naturais da ilha, como homens mui ligeiros e desenvoltos que eram, vindo por riba, pela serra, que é de muitos pinhais e outras árvores de diversas maneiras, os esperaram em um lugar que agora se chama Montanha Obscura, e aguardando-os ali, como chegaram, falando a sua linguage ao gado o viraram sobre os espanhóis, com que os meteram em muito aperto, e morreu muita gente de ambas as partes, porque os da ilha pelejavam com grande ânimo com pedras e lanças de tea, que é um pau de pinho, do cerne do qual queimado se faz o breu, e estas lanças com as pontas feitas e tostadas no fogo, sem mais outro ferro, à maneira de azagaias.

Nesta guerra dizem que quebraram um olho ao adiantado e ficou sua gente muito desbaratada. E pela muita mortindade (sic) que ali houve nesta batalha se chamou, e ainda agora se chama, aquele lugar a Matança.

Vendo-se o adiantado desbaratado de gente, dizem que tornou a Espanha e que lá o favoreceu o Duque de Medina com oitocentos homens, com os quais se tornou a conquistar a mesma ilha de Tenerife. E de caminho levou consigo muita gente dos naturais de Gram Canária, já convertidos e pacíficos, por serem homens fragueiros e valentes, prometendo-lhes dadas e repartições de terras na própria ilha de Tenerife depois da guerra acabada. E como os mesmos canários, naquele tempo, não faziam tanta conta das dadas, nem das terras, vindo depois o tempo de mais necessidade, alembrando-se seus filhos e netos e mais descendentes das promessas feitas a seus antepassados, se moveram e movem a fazer muitas demandas sobre elas.

Indo o adiantado com esta gente e dando modorra nos naturais de Tenerife, a foi vencendo e ganhando. E, porque foram tão trabalhosos de vencer e resistiram mais que nenhuns de todas as outras ilhas de Canária, os cativaram. Esta foi a causa por onde daquela só ilha traziam canários cativos, e não das outras, que mais facilmente se renderam ([229]). Mas depois os mesmos naturais de Tenerife, conhecendo a verdade, foram e são mui obedientes e bons cristãos.

Dizem que, se estes guanches foram concordes uns com outros, nunca os puderam vencer e sempre ficaram senhores de sua terra, porque era ilha muito fragosa. Mas foram vencidos, porque as mulheres beneficiavam a terra e faziam suas lavouras de cevada pera seu gofio, e

os homens sempre andavam em guerra antre si, uns regnos com os outros, que eram nela uns dizem sete, outros nove. E por serem regnos divididos os puderam vencer.

Há nesta ilha de Tenerife umas árvores baixas como murteiras, que chamam lenhonoe ([230]), o pau das quais é aromático e cheira bem, do qual levam pera Espanha pera fazer dele cofres e contas cheirosas. Também há outras árvores baixas e rasteiras que chamam lenhos santos, ou lenha santa, a qual, verde, arde e tem a cor como de losna. Há também outras duas maneiras e qualidades de árvores que chamam tabaibas; uma se chama tabaiba doce, que do leite dela, que se leva pera Espanha e pera outras partes, se faz visgo, o qual é alvo como massa de pão de trigo e algumas pessoas trazem esta massa dele na boca por dizerem ser boa pera alimpar os dentes. A outra espécie de tabaiba tem o leite, que deita de si tão forte que não há dúvida, caindo nos olhos, cega-los, pelo que se guardam muito dele, e, se o deitam na água onde há peixe, logo fica amortecido e sobreaguado.

Há também umas ervas à maneira de árvores, que do pé lançam muitas hastes sem folhas; umas, que chamam cardões, que são maiores, e outras cardomilhos, mais pequenas, cujo sumo de ambas é peçonhento e muito mais posto ao sereno; e o cardomilho tem mais forte peçonha que o cardão.

Há nesta ilha muitos corvos, que fazem muito dano, assi nas sementeiras, quando as semeiam, como quando começam a engraecer, e também nos gados miúdos, quando nascem, porque lhe tiram os olhos e os matam e comem, pelo que as mães os ciam muito deles e guardam, enquanto são pequenos. Há também outras aves, quase tão grandes como patas, brancas e pretas, chamadas guirres, que comem animais que acham mortos. E há bilhafres e milhanos ou milãos, que são como bilhafres, e gaviães e açores e outras aves de rapina.

Nesta ilha de Tenerife (que parece que ardeu mais que nenhuma outra ilha) há grandes e altas rochas e grotas pela terra dentro, do mar à serra, e, principalmente, mais da banda do sul que do norte. E ficaram nestas rochas e grotas grandes algares ou covas à maneira de moradas, em que os guanches, naturais da terra, moravam. E há cova, antre elas tão grande, feita daquela rocha de pedra, que podem caber e morar nela duzentos e trezentos homens juntos. Estas estão mais baixas, ao longo da terra chã; e nos pináculos mais altos há muitas covas e algares, onde faziam suas sepulturas, as quais ordenavam desta maneira: quando faleciam, morrendo algum principal deles, lhe tiravam o ventre (como aos outros mais baixos faziam), embalsamando-o com manteiga de gado miúdo (porque não tinham outro, nem havia antre eles gado vacum); assi os curavam ao Sol e ao ar e vestiam e atavam com suas correias de couro em peles curtidas, à maneira de mortalha, e os metiam em aquelas covas altas daquelas grotas e rochas como guardados, onde nenhuma cousa lhe chegasse. E, ainda agora, os que procedem deles se injuriam e afrontam muito, se lhe vão bulir com eles e se algum travesso lhe vai deitar algum daqueles corpos mortos e mirrados pela rocha abaixo.

Quando lhe faltava chuva pera suas searas e pastos e havia grande seca, pera a pedir a Deus faziam suas procissões, levando os gados a lugares grandes e espaçosos, como praças, que tinham já limitados pera isso, a que chamavam e chamam ainda hoje bailadeiros, e tangendo o gado ao redor, como quem debulha em eira, lhe faziam dar tantas voltas até que de esvaecido o mesmo gado caía, um pera uma parte e outro pera outra; e, feito isto, se iam então dali com esperança da chuva que desejavam, a qual Deus mandava quando era a vontade do mesmo Deus e não a sua, deles, que com tal modo e superstição lha pediam.

Parece que, quando a gente que povoou estas ilhas das Canárias foi ter ali, nesta ilha de Tenerife saíram nove casais e desembarcaram e povoaram em diversas partes da mesma ilha, e ensenhoreando cada um o que pôde, se vieram a chamar nove reis nela. E nas outras ilhas, conforme ao número dos casais que em cada uma delas desembarcaram, assi foi o número dos reis que antre si tinham. Mas nesta ilha de Tenerife houve mais reis que em nenhuma das outras.

Lançarote e Forteventura estão em algumas partes, três léguas uma da outra, e trinta léguas de Tenerife. E de Lançarote e Forteventura dizem que se vê a costa de Berbéria, donde vieram a elas mouros por duas vezes e, roubando-as, levaram delas alguma gente cativa, porque estes e outros semelhantes gostos, ou desgostos, costuma dar a ruim vizinhança.

Dizem que dista Tenerife de Gram Canária quase quinze léguas. É terra mui alta e foi conquistada não muitos dias depois da Gram Cánária. Os islenhos se chamam guanches, que em nossa linguage quer dizer valentes ou enrochadores, e assi o são os que há ainda agora.

Corre esta ilha leste oeste quinze léguas de comprido, e de largo a lugares oito e a lugares seis, e à banda de Teide quase dez, como é por Chasna, Eycode e Acadeixe. Tem em si doze ou treze povoações. A cidade e cabeça principal, chamada Alagoa, bem situada, dista do porto de Santa Cruz uma légua. Tem dois mil fogos, pouco mais ou menos. Há nela duas igrejas paróquias, a Concepção e São Cristóvão, por ser ganhada dia do mesmo santo. Tem um mosteiro de Domínicos, outro de Augustinhos e outro de Franciscos, donde há sempre bons pregadores, e são conventos de muitos religiosos. Há também outro convento de freiras de Santa Clara, algum tanto fora da cidade, da qual não se vê o mar por estar situada em um campo chão, no meio da ilha, de mar a mar, à parte de leste, bem bastecida de todas as cousas, por ser toda a terra muito grossa, fértil e abundante, que quase não tem necessidade de cousa alguma de fora, senão de especiaria. Panos se podiam escusar de fora pelos fazerem na terra, de lã de muito gado ovelhum. Sedas também se dão, fiam e tecem nela. Linho, sombreiros, calçado, trigo, mel, vinho, açúcar, e, se tivera em si azeite, fora excelente, porque, além de ser fértil, é mui sã e de frescas águas, com que quase toda se pode regar, como regam as vinhas e canas.

Tem a cidade, à banda do norte, junto do mar, estes lugares: Tegueste, Tejina, Taguavava ([231]), Taraconte e a Matança.

Indo da cidade pera oeste, está a vila chamada Orotava, de até trezentos vizinhos, onde, como em outras vilas destas ilhas Canárias, não há mais justiça que um alcaide com alçada de até oitocentos réis, como juiz pedâneo, com seu meirinho e escrivão; em todo o mais vão à cidade ou cidades, como são Gram Canária e a Palma. Tem esta vila de Orotava lavradores ricos de pão, vinho e açúcar, como na cidade, onde há também mercadores ricos e os melhores e mais destros ginetairos que há em todas as sete ilhas. São os cavalos todos mouriscos, e haverá duzentos nobres de cavalo. Há doze regedores perpétuos, cuja primeira voz no Cabido vale dez mil cruzados, e os outros a quatro e a cinco mil, quando se vendem com licença de EI-Rei, ou os dão em casamento. Destes doze saem, cada mês, dois por deputados que dão a execução às posturas da Câmara e põem preço às cousas comuns de pão e vinho, frutas e verdura, e trazem, nesta ilha e nas mais, tudo tanto a direito, que não se perde ponto de justiça. Há, além destes, um fiel executor que tem jurdição sobre os pesos e medidas, o qual procede com tanto rigor, que a ninguém perdoa. Tem mais a cidade muita e honrada cleresia, de ricas prebendas, e os templos bem servidos.

A vila de Orotava está situada em um fresco sítio de águas e verduras. Há nela mais de quarenta homens de cavalo, que acodem aos alardos gerais da cidade, ainda que está quatro léguas dela.

Logo adiante, caminhando pera Garachico, estão duas vilas, que chamam Realejos, Norte Sul uma da outra, e uma légua, cada uma delas, da Orotava. São povos, cada um, de mais de cem vizinhos, ricos de lavouras e açúcares. No Realejo de Riba está um engenho do Adiantado, que tem ali as mais das terras ocupadas de canas. Têm bons templos, e há também nelas gente de cavalo lustrosa.

Do Realejo de Baixo se vai à Rambla, onde há muitas vinhas e malvazias, que se regam pelo pé com frescas águas, como todas se querem regadas. Logo adiante está S. João, no mesmo sítio, onde tudo são vinhas, e um povo pequeno, perto do mar, pela banda do Norte. E dai a duas léguas está Icode dos Vinhos, que também é vila de duzentos vizinhos, quase todos portugueses ricos de vinhos, lavouras e criações. Faz-se aqui muito vidro, que vai pera as outras ilhas e algumas vezes pera as Índias de Castela pera estilar e fazer águas fortes pera as minas, por ser vidro mui rijo.

Deste Icode dos Vinhos, a diferença de outro, que fica atrás, chamado dos Trigos, lugar de bons lavradores, até Garachico há duas léguas todas prantadas de vinhas e canas de açúcar. A esta vila de Garachico vem grande escala por ter bom porto, onde se carregam muitos vinhos e açúcares, que da banda do Norte se fazem, pera as Índias de Castela, Flandes (sic) e Inglaterra. Dista esta vila da cidade nove léguas; será de quinhentos vizinhos; há nela dois alcaides ordinários e dois meirinhos e guardas do porto e dois regedores e deputados, criados e eleitos pela cidade. Tem estalagens públicas bem providas, como na cidade.

Desta ilha não se pode levar dinheiro pera fora dela senão empregado. Assiste o Governador o mais do tempo na cidade e visita cada vila e lugar de três em três meses, ou per si ou per seu logotente (sic).

Há nesta vila uma casa de seda, junto ao porto, onde se fia e tece muita. Tem boa igreja paroquial e um mosteiro de franciscos, cuja capela, com ser grande e de madeira bem lavrada e de artesão, certificam ser feita toda de um pau de tea, cousa que parece impossível, mas quem vir os pinhos, que há na ilha, e sua grandura não o terá em muito, ainda que são muito maiores na ilha da Palma.

É esta vila de Garachico abundante de mantimentos. Tem à entrada do porto por muro um rochedo mui alto de pedra viva com uma grande cruz em cima, o qual, sendo de altura de uma torre de boa altura, viram já os moradores coberto de mar, porque o ano de mil e quinhentos e cinquenta e nove foi esta vila quase alagada do mar, e entrou por ela, saindo de madre, pela banda de Malpais mais de dois tiros de besta, e foram as casas e ruas todas alagadas com uma grande maresia de levadia repentina, que durou cinco horas, sem perigar pessoa. As perdas que fez nas casas se repairaram logo por haver na dita vila ricos lavradores de vinte até trinta mil cruzados de renda e de suas lavouras e engenhos próprios de açúcares.

Desta vila pera a banda de sudoeste está Boa Vista, que é pequeno lugar, onde, em um alto, tem a igreja de S. Pedro, de muita romagem.

Correndo a ilha ao redor, vão por Chasna a Adexe ([232]) à banda do Sul, onde o mais do ano há no mar calmarias. Estão aqui dois engenhos de açúcar dos Pontes, que moem cada ano nos seis meses da açafra oito, nove mil arrobas; os canaviais ocupam mais de quatro léguas de comprido. Daqui vão direitos ao pico de Teide, que está quase no meio da ilha, que por sua grande altura aparece do mar em distância de cinquenta e sessenta léguas, e afirmam os que o viram ser mais alto que o da ilha do Pico. Vindo pela parte do Sul, há alguns que o vêem da banda de Gram Canária, que demora ao Sueste deste pico, que parece se ajunta com o céu. Neva muitas vezes neste pico, com que muito tempo do ano está com as neves mui alvo, ainda que da banda do Sul, Sueste, Sudoeste tenha um vulcão que de si deita continuamente fumo, como o vulcão de Guatimala das Funduras, que correu no tempo do capitão Alvarado, quando, morto ele pelos índios, disse sua mulher, D. Beatriz, que não lhe podia Deus fazer maior mal, mas, dita esta blasfémia à tarde do dia, ao outro pela manhã não ficou ela, nem cousa sua, nem quanto alcançou a terra, que correu do vulcão, que não fosse subvertido, como foi Vila Franca desta ilha de S. Miguel no ano de mil quinhentos e vinte e dois, a vinte e dois dias de Octubro.

De Adexe vão a Nossa Senhora da Candelária, que está menos de três léguas por chão e bom caminho, por ser pela faldra da ilha, pola parte do Sul. A qual igreja é de grande romagem, onde se fazem muitos milagres, como é notório em toda a ilha, nos naturais e nos de fora, que vêm a ela em romaria.

Também a ilha de Tenerife enriquece não somente a seus naturais, mas a estrangeiros portugueses, que nela moram, lavradores, e mercadores e oficiais, e a outros de diversas partes e reinos, que a ela vão. É abundantíssima em todos os frutos, de ares sãos e frescos, bem governada e regida. Seus moradores são tementes a Deus, afábiles e de boa conversação, mui exercitados em escaramuças e armas. E, finalmente, quieta e ditosa terra, pois nunca foi de imigos entrada nem saqueada.

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO

DE ALGUMAS COUSAS DA ILHA DA PALMA, PRINCIPALMENTE, DE SUA PRINCIPAL CIDADE

A Palma, que é uma das maiores ilhas das sete de Canária, está ao Noroeste da ilha de Tenerife dezoito léguas pouco mais ou menos dela. É terra mui alta e frutífera. Foi (segundo alguns dizem) por D. Luiz de Lugo ganhada não muitos dias depois da de Tenerife. Chama-se Palma pelas muitas palmas que houve e há nela, grandes e mui altas, que dão tâmaras.

Tinha em si quatro reis. Não foi tão trabalhosa de conquistar como Tenerife e Gram Canária, porque os islenhos dela (ainda que grandes homens de corpo e bem dispostos) não eram guerreiros; dizem que as mulheres pelejaram e, não podendo mais, se renderam, e muitos de seus maridos se meteram nas covas das altas rochas e, não ousando sair, morreram nelas miseravelmente de fome, de que dão testemunho, hoje em dia, os ossos deles ([233]) que estão nas mesmas furnas alvejando e se vêem no Barranco Seco, que é alta grota, e em outros lugares. Os que ficaram destes e as mulheres trocaram depois as compreições, que os homens são agora tão esforçados, valentes e ligeiros que excedem a todos os das outras ilhas, e as mulheres, de feras, bravas e guerreiras, se tornaram umas cordeiros mansas, afábiles e conversáveis; são muito fermosas, alvas e discretas, corteses e bem ensinadas, algumas casadas com portugueses e algumas com castelhanos, ainda que são poucos os mestiços; são de gentil corpo e disposição, graciosas no falar, cantar e dançar, que é seu costume.

É fidelíssima gente a quem deles se fia, tanto que, se a algum português ou castelhano, ou pessoa de qualquer outra nação, de que agora está a cidade povoada, acontece algum homízio, eles o abscondem em lugares de covas tão secretos e mantêm com carne assada, gofio, leite e água, que, por mais que o busquem, pode ser achado nem descoberto pelos filhos pequenos de casa, por mais que os afaguem ou ameacem, até que busquem ordem pera os embarcar.

São todos criadores de ovelhas e cabras. Seu comer é gofio de trigo e cevada, amassado com azeite, mel e leite; têm tostadores, que eles mesmos fazem de barro muito lisos e limpos, em que tostam ao fogo sobre brasas o trigo e cevada, e têm também moinhos pequenos de mão em que o moem; e comem disto com a carne tão assada, que quase a queimam, e com a cozida mal cozida, bebendo duas partes de leite e uma de água, tudo envolto (que eles chamam beberagem), duas vezes no dia, com o que andam tão luzidos e gordos, e são tão valentes e ligeiros, que põem espanto.

Lutam, saltam, tiram ([234]) uma pedra à maneira de barra, tanto que nenhuma outra nação lhes pode ganhar. Tiram muito uma lança e um dardo tão certo a um alvo, que põem sobre um pau fincado no chão, de altura de sete ou oito palmos, como à barreira, de vinte, trinta passos atrás, e encravam no pau, e muitos no alvo. Deitam-se com uma lança levada ao comprido do corpo do homem, terçada de maneira que põem um terço primeiro na terra ou pedra, onde dão com um ferrão de aço, que a lança traz de um palmo de comprido com seu calço, sem poder fugir do lugar donde dá; e, ainda que seja três lanças de alto, se lançam abaixo e se vêm a pôr no chão com tanta facilidade que parecem aves.

Não são ciosos, não guardam mais que mulher, filhas e irmãs. Não têm por amigo o que não quere comer e beber com eles. Quando vão à cidade, vão tam bem tratados e limpos, como os mais polidos castelhanos. Elas são tão galantes e vestem tão custoso, que parecem ter grossas rendas, e tudo sustentam com os queijos que fazem. Lavram bem, mas quase não sabem fiar nem tecer, o que deixam pera as portuguesas. Só em fazer camisas, pespontar jubões, lavrar almofadas e fazer obras de rede, mui custosas, ganham pera todos os seus gastos, e assi andam tão cheias de ouro e sedas, que, quando vão pelas festas à cidade, são

causa dos cavaleiros e senhores fazerem muitas gentilezas, a cavalo, e custosos serãos (sic) com librés de seda, que vão arrastando pelo chão de cima dos cavalos. São estas islenhas tão formosas, porque nunca as queima o Sol, posto que a terra é assaz calmosa, e porque, afora uns badulaques de que usam, que chamam mudas, andam embuçadas no campo com seus chapéus na cabeça e luvas nas mãos com as pontas dos dedos descobertas, com que conservam muito sua alvura, pelo que muitos filhos de regedores e de homens principais da cidade e de ricos mercadores se casam com elas.

Quanto à fundação e origem da cidade da Palma, os conquistadores, que a situaram e lhe deram princípio, a chamaram muitos anos a vila de Apuron e S. Miguel de Santa Cruz da Palma. Mas depois foi feita cidade por Carlos Quinto, felicíssimo Imperador de Alemanha, invictíssimo Rei de Espanha, pai do católico Rei Filipe, que agora vive e viva muitos anos, como coluna e substentador da fé católica e de toda a república cristã, que há florescido e floresce com maravilhosos triunfos, tanto que, isso (sic) mesmo, é invictíssimo e sempre vencedor de seus contrários, a quem a maior monarquia do Mundo hoje por Deus Todo Poderoso está entregada, a qual lhe deixe gozar muitos anos em paz e sossego pera extirpação e diminuição dos infiéis, herejes, cismáticos e incrédulos, pera glória do mui alto Senhor e memória de tão insigne e glorioso príncipe de gloriosa memória. Depois de feita pelo dito imperador cidade a vila de Apuron, a intitulou de S. Miguel de Santa Cruz da Palma.

Dizem os islenhos desta ilha que, antes e depois que foi tomada, caía no cume e alto dela um manjar do Céu miúdo e mui alvo, como confeitos muito miúdos, de tanta suavidade, que dava grande substentação e consolação a quem o comia, que eles chamavam graça de Deus e maná de grande cheiro, o qual coziam ([235]) muito cedo e aquele dia o comiam. Dizem mais que, enquanto na vila ou cidade, que agora é de mais de dois mil vizinhos, não houve tratos de mercadorias, nunca deixou de chover esta graça de Deus e maná, mas que, como os houve, logo se perdeu e não apareceu mais.

Foi-se engrossando a terra e com a notícia de sua fertilidade concorreram a ela framengos e espanhóis, catalães, aragoneses, levantiscos, portugueses, franceses e ingreses com seus tratos, de que foi em tanto aumento que veio a ser a maior escala de Índias e de todas as outras ilhas. Prantaram vinhas e vendo a grande abundância de vinhos que davam, encheram desta pranta toda a terra, até entrar pela serra grande espaço, e as ladeiras altas e baixas, grotas, espessuras e montanhas, biscoitos, pedregais e brenhas, tanto que à banda do Sul, dezoito léguas que tem de compridão esta ilha, todo o mais são vinhas, tirando as terras de canas de açúcar, dos salgueiros, que lá chamam sauzes, que é também um grosso fruto que se dá nela bem, inda que agora é mais custoso por causa das águas com que se regam, e tirando algumas poucas terras de pão, como são a Ponta Chá e Balravento, no princípio da ilha. E como a terra é mui larga e comprida, tem terras pera tudo, assi pera vinhas como pera trigo e canas.

Foi sempre esta ilha tão fértil de vinhas, quando não há aí alforra, e, da banda do Norte, de pão, trigo e cevada, que dá cinco, seis mil pipas de dízimo; e só o sítio da cidade dá duas mil. E daqui veio a ter grande comércio e escala quase de todalas nações, e em tanto crescimento de bens que ela só rende de entradas e saídas de direitos da Alfândega mais de trinta mil cruzados a seis por cento.

Quanto ao rendimento do pão, ano houve em que, especialmente em Agatavar e Tixarafe, respondeu a cento e quinze, cento e trinta fanegas por fanega. E o ano de mil e quinhentos e sessenta e três respondeu a cento e dez e a cento e doze fanegas por cada uma de semeadura; valeu, então, a fanega do trigo a quatro reales. Mas, os dois anos atrás, foi tão grande esterilidade e carestia de trigo, que não se comia em toda a ilha por muitos dias pão, porque naqueles dois anos arreo não choveu cousa que matasse o pó da terra; mantinham-se somente com carnes, queijos, inhame e leite, sem morrer pessoa alguma de fome, não chovendo, nem se colhendo pão nem vinho estes dois anos ([236]).

E a dez de Junho do ano de sessenta e um, estando já as uvas maduras e trazendo-as a vender à praça da dita cidade, veio um fogo ou quentura do Céu, que ninguém podia sofrer fora de casa, e em três horas que durou não ficou vinha em toda a ilha em que não queimasse as uvas todas, sem ficar cacho por queimar pouco ou muito, e vinha que dava quatrocentas pipas ou botas de vinho não deu dois barris. Até as cepas se queimaram de tal maneira, que por mais de quatro anos arreo não deram vinho como dantes. E se algum vinho escapou, foi no

termo da vila de Santo André e nos Salgueiros, junto do rio; o mais todo ficou assado e destruído.

Também de trigo nada se colheu e morreram muitos à fome, se não fora por um padre Francisco, pregador, natural da ilha da Madeira, o qual fez com os regedores tanto que mandaram a um homem honrado, framengo, mercador, chamado Anes Bantrilha, tio de Luiz Dolfos, framengo, vizinho na cidade da Ponta Delgada desta ilha de São Miguel, a Frandes e a Bretanha, donde trouxe duas naus de trigo em tão breve espaço, que, partindo da ilha o primeiro domingo da Quoresma do ano de sessenta e três, chegou véspera de Lázaro, quando já tinha chegado um mestre, chamado Silvestre Jorge, com uma caravela carregada de trigo e toucinhos de um Gonçalo Diniz, mercador da vila da Ribeira Grande, que havia desgarrado com temporais, pera acudir a tão bom tempo, com que se basteceu a terra e as outras ilhas, que também com a seca não deram pão. E se estas naus e caravela não chegaram, morreram muitos à fome, porque já a esta sazão não ficaram nem se achavam ervas que comessem, e andavam as gentes como pasmadas, fazendo procissões; a principal foi a uma ermida de Nossa Senhora de Taçacorte, três léguas da cidade, onde se ajuntaram mais de duas mil almas sem levar que comer, pelo não haver na terra. Mas a todos manteve dois dias, que ali estiveram, um Luiz de Vendaval, framengo honrado e rico, casado com D. Maria Belhida, natural da mesma ilha, dos principais dela.

E é de notar que não se apagou a cera na procissão aquelas três léguas de caminho, aquele dia, primeiro de Março do ano de sessenta e dois, ainda que fez vento e choveu no cume da serra; do qual se fez uma prática na igreja maior de S. Salvador da dita cidade aquela noite da tornada, quando se mostravam as relíquias dos santos, antes de se despedir a gente. E em uma véspera de Nossa Senhora da Assunção, catorze de Agosto do dito ano ([237]), choveu subitamente tanto, que fartou a terra de água. E, logo, no ano seguinte de sessenta e três deu Deus tanto trigo na ilha, que de uma fanega de semeadura se colhiam cento e dez e cento e doze. E também a colheita do vinho foi fértil.

Tornando ao princípio: A cidade está bem situada junto ao mar, quase no meio da ilha, porque dela a Garafia, que está à banda de Leste ([238]), há mais de dez léguas e a Foncallente, da parte de Oeste, sete ou oito; corre Leste Oeste como a ilha. Tem ricas igrejas e casas de Cabido e de regedores, que são dez perpétuos e dois jurados, que são procuradores da cidade, fidalgos, que lá chamam cavaleiros. Há primeira voz no Cabido. Vale cada regimento dois e três mil cruzados. Em sexta-feira de cada semana entram em Câmara, a qual casa é tão rica, que vale vinte mil cruzados. A principal igreja é de São Salvador. Tem mais dois conventos de domínicos e franciscos. Esteve muito rica e próspera esta cidade, inda que descuidada, e sem suspeita de ser saqueada, pelo que não tinha fortes nem artilharia, o que foi causa e motivo de os franceses a entrarem e saquearem e queimarem, por se vingar da morte de um capitão que lhe mataram, ou por pecados dos moradores dela, como logo direi.

CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO

COMO FOI SAQUEADA A CIDADE DE SANTA CRUZ DA PALMA POR COSSAIROS FRANCESES

Estando a cidade tão rica com seus abundantíssimos frutos, tão soberba com o seu grosso comércio, sem temer adversidade, descuidada e desapercebida, como já disse, uma véspera da Madalena, a vinte e um de Julho do ano de mil e quinhentos e cinquenta e três, apareceram sete velas pela banda de Leste, a horas de terça, e com bom vento chegaram mais prestes do que se esperava ao porto da dita cidade, cuidando todos serem de Espanha, posto que duas naus framengas, que delas vieram fugindo do Cabo de Gué, onde se encontraram e pelejaram e, escapando, se abrigaram a esta ilha também por seu dano, afirmaram serem cossairos; mas não abastou o que disseram pera os crer a gente da terra, de que, quase por escárneo, saíram algumas companhias mal ordenadas à Horta do Cabo, que é princípio da cidade.

Os franceses que traziam bons capitãis, Jaques Soria e outros seis, e a Pé de Pau, seu geral, eram destros e soldados velhos e traziam já as lanchas cheias de soldados armados de armas brancas, mui luzidas, pelo costado das naus, da banda do mar, e, chegando ao porto, começaram a disparar seus tiros com tanta fúria nos da terra e na cidade, que ninguém ousou aguardar nele, e, entretanto que a artilharia jogava, encobertos com a fumaça dela e outros artifícios, que de indústria faziam, saíram em terra, sem haver algum que lhe defendesse a saída, porque toda a gente fugia sem aguardar marido por mulher, nem pai por filho. E assi tomaram a cidade, dizendo os franceses aos homens e mulheres que viam atravessar fugindo: *Vete a la sierra, vete a la sierra.* Somente a um clérigo sancristão, chamado João de Mançano, mataram de uma arcabuzada, e a outro leigo, que se lhes puseram diante.

Tomada a cidade em menos espaço de uma hora, aconteceu que um Diogo de Estupinhão, regedor, saiu fugindo de sua casa, dizendo a sua mulher e filha que saíssem após ele, pois não era tempo de a guardar, o que sua mulher, Belchiora de Socarrá, não quis fazer, porque havia de ser a destruição da Palma, como depois foi, ficando em casa com sua filha e criadas, sem querer sair, por mais que outras vizinhas honradas lho diziam e requeriam, que, como moravam muito apartadas do porto, tiveram tempo pera escapar se quiseram, às quais ela respondia que com uma garrafa que tinha, cheia de vinho na mão, havia de pelejar contra eles. Não tardou muito que não aparecessem os franceses pela rua, indo dando surriada com seus arcabuzes por todalas janelas e portas, pelo que se abscondeu a dita Belchiora de Socarrá com sua filha e criadas em um lugar muito secreto de sua casa, onde estiveram dois dias, sem serem dos franceses sentidas, ainda que tinham a casa tomada, donde levaram muito tesouro de ouro, prata e roupa, assi de dinheiro, baixelas e jóias, como de fato, tapeçaria e alfaias, porque nada tinham tirado. Descobriu-as um menino pequeno de uma ama e foram logo levadas cativas às naus, donde resultou muito dano.

E, sem falta, Pé de Pau com todos os seus que saíram em terra foram ali mortos, se esta mulher não fora. Porque, tornando a gente da terra sobre si, especialmente os islenhos, que por seu capitão traziam um valoroso islenho chamado Pero Fernandes de Justa, grande homem de corpo e tão animoso como um Alexandre, e com eles um valentíssimo framengo, senhor das duas naus que dantes haviam vindo, que, não podendo escapar dos franceses, carregadas de açúcares que traziam de Trudante ([239]), lhes picou as amarras e se vieram à costa, onde se fizeram pedaços, o qual, assi por esta perda como porque lá no Cabo de Gué, pelejando com estes franceses, lhe tinham morto um seu irmão, homem de grande esforço e rico, tomou tanta coragem contra eles que, junto com Pero Fernandez de Justa, andava também por capitão, ajudando aos da terra, e só com uma espada e rodela, cada um ajudados de outros islenhos, fizeram tanto contra os franceses, que a mal de seu grado os encurralaram em uma só rua e praça da Alfândega ([240]), onde estiveram sem ousar de sair nem desmandar-

se pela cidade, e, se algum saía, logo pelos islenhos era morto. O framengo os acometia com grande esforço, como os via cessar de suas surriadas, e, metido uma vez antre eles, matou nove à espada, coberto com sua rodela, de que era mui destro, e posto seu giolho em terra, por debaixo das lorigas os estoqueava e matava, ajudado de Pero Fernandes de Justa. E de tal maneira os tinham encerrados naquela praça, que não havia mais que fazer senão pôr-lhe fogo com tea, breu e alcatrão, que se buscava pera assi os queimar todos, e nenhum remédio tinham os franceses senão morrer, porque a este tempo se alevantou o mar de súbito tão bravo e furioso em dia de Santiago, que parecia pelejar o Senhor pelos islenhos contra seus contrários, por intercessão e merecimentos de seu glorioso Apóstolo, patrão geral de Espanha. Mas como os pecados dos homens são causa de privação de bens e glória, não pôde ser haver vitória destes imigos por um estorvo e revés que houve, e é este.

Como os franceses tivessem no mar, cativas nas naus, as ditas Belchiora de Socarrá ou Socarrate e a sua filha e uma ou duas criadas, filhas de homens honrados, e João de Estupinhão ([241]), seu marido e regedor da cidade, andasse em terra com o tenente Pero de Arguijo e visse a determinação dos islenhos e seus capitãis ser matarem aos franceses naquele santo dia, o que seria causa de desonrarem a sua mulher e as mais, procurando o remédio disto, que não redundava mais que em seu proveito particular, esquecido do bem comum e da honra da pátria e do serviço de Deus e de seu Rei, se foi ao tenente Arguijo, que estava em Boavista acolhido com outros fora do perigo, e a altas vozes lhe começou a fazer grandes requerimentos, dizendo o estado das cousas da cidade e que, dando os islenhos Santiago nos franceses aquele dia, como estava determinado, e matando-os, se lhe seguia, a ele, notável mal e dano e perda de sua honra, por ter sua mulher, filha e criadas cativas, que lhe requeria da parte de Deus e de El-Rei mandasse logo à cidade meirinhos, escrivãis e porteiros deitar pregão real que, sob pena de morte, nenhum homem, de qualquer condição que fosse da terra, matasse nem fosse em favor de matar a algum francês, nem desse ajuda pera o tal aos capitãis islenhos, por se alevantarem sem autoridade da justiça, e cumpria ao serviço de Deus e de El-Rei deixarem pacificamente embarcar os ditos franceses sem lhes fazer mal nem dano algum. Ao que o dito tenente sucedeu com tanta facilidade, como se fora a mais justa e santa coisa do mundo. E como se não fora mais o proveito e honra de todos e de vir a ser grande serviço de Deus e de El-Rei alcançar vitória de imigos luteranos que, sem temor de Deus e contra sua lei, saem de suas pátrias a infestar e roubar as terras pacificas de cristãos, fazendo dos templos sagrados sujas estrebarias, profanando as cousas sagradas, destruindo honras, fazendas e vidas, queimando as igrejas, cidades, vilas e lugares, salteando portos, derrotas e vias, e fazendo tais insultos, que põem medo dizê-los, quanto mais cometê-los.

Acabando Estupinhão seu requerimento, sem mais consideração nem dilação mandou Arguijo que assi se fizesse como pedia, e logo foi feito. Ouvido o pregão e mandado, os islenhos, como são obedientes à justiça, cessaram de ir adiante com sua determinação, de que nenhum perigo se lhes seguia, porque não havia em seiscentos, que podiam ser os imigos em terra, um frasco cheio de pólvora, e estavam todos rendidos, procurando de fazer uma jangada em que pudessem atar algum cabo que das naus, por alguma via lhe deitassem, com que poucos a poucos se pudessem embarcar e livrar dos da terra, que, este dia e a este tempo e conjunção, tinham havidos três índios, gentis nadadores, e buzios, que se atreviam, andando (?) o mar pelo ar bravo e alterado, ir às naus e picar as amarras e cabos delas e deitá-las à costa todas sete. Mas como lhe foi proibido, aos islenhos e framengos e a outros animosos mancebos da terra, não quiseram em nada mais entender que em comer e beber, de que havia assaz pelas lógeas e adegas, e ainda, por ventura, em roubar. E, assi, não o estorvavam nem impediam aos imigos, que logo cobraram alento, e os da terra e eles se encontravam no roubo. E daqui veio alargarem os franceses tanto o passo, que um capitão, parente do mesmo Pé de Pau, saiu com alguns soldados seus algum tanto fora da cidade, pera a banda do Norte, ainda antre as casas e arrabalde dela, e visto pelos islenhos, os mataram e ao capitão prenderam, o qual lhe pediu que o não matassem, porque quanto havia nas naus do saco ([242]) e cativos todo lhe faria dar por seu resgate. E aceitando-o os islenhos, chegou um, de novo, mui valente, chamado João Angel, e vendo o francês capitão ser imigo, não podendo sofrer vê-lo vivo, arremeteu pera o matar; os mais, que estavam vendo sua determinação, lho estorvavam, dizendo que quanto tinham nas naus da terra lhe dariam por ele só, que era capitão e parente de Pé de Pau, que tudo cumpriria, ao que João Angel disse: «não tornará este mais a França». E atravessando-o com um dardo que trazia de um ferro comprido, deu com ele morto em terra, o que foi outro impedimento de alcançar a vitória e também grande dano pera a terra, como

sucedeu; donde parece claro ser este e outros semelhantes sucessos castigo geral ou particular de pecados, pois ainda da boa oportunidade e ocasião, que antre as mãos tinham, se não souberam ou não puderam aproveitar estes islenhos.

Foi a morte deste capitão muito pior sucesso e mal pera a terra, por ser sobrinho de Pé de Pau, que era geral de toda esta armada, porque, dissimulando os franceses por indústria e recado do mesmo Pé de Pau, que ([243]) dando o tempo lugar e abonançando o mar, logo pôde ser avisado dos seus de todo o que passava e lhe mandou logo pólvora e mais munição, com muito alcatrão e instrumentos de fogo, e a ordem e fingimento que haviam de ter com os da terra e o preço e resgate que se havia de dar da dita Belchiora de Socarrate e filha e criadas, que ele tinha em sua nau capitaina mui veneradas e acatadas, entregues a um Anes Bantrilha, framengo, mercador mui rico, vizinho da mesma cidade, e de outro mercador da dita Palma, chamado Beltrão de Çuroagua, biscainho, que disseram depois o bom tratamento e respeito que Pé de Pau a estas mulheres tinha.

Trazida a terra a nova do resgate e quanto se pedia por elas, que eram oito mil cruzados, vieram a concordar em cinco mil, que logo lhe mandou o regedor João de Estupinhão por Anes Bantrilha e Beltrão de Çuroagua, de quem se fiou o Pé de Pau, o qual, recebendo este dinheiro, mandou logo as mulheres e mais cativos, que por outros preços foram resgatados.

Feito isto, querendo já os franceses alevantar âncora, mandou Pé de Pau pôr fogo à cidade com muitos barris de pólvora e alcatrão, em pago, pena e castigo de lhe matarem seu sobrinho. Teve pera este efeito o francês seu ardil tão dissimulado, que o não puderam os islenhos nem outros da terra suspeitar, porque os franceses, vendo que tinham por si a justiça da mesma terra, que havia defendido que lhes não fizessem mal por causa dos cativos, pediram e outorgou-se-lhe que ninguém lhe estorvasse embarcar, nem tomar água e fazer biscoitos aqueles dois dias, em os quais tiveram lugar de pôr pólvora e alcatrão pelas portas e casas desde a praça de Vorciro *(ou Voreiro?)* ([244]) pera baixo, que é a maior parte da cidade; a outra, que é pera Assomada e S. Francisco, a Horta de Santa Catarina e a Horta do Cabo, era ocupada dos da terra, da qual não saíam abaixo por dar lugar aos franceses que se fossem mais prestes, sem receio do dano que eles queriam fazer. Embarcada sua aguada, biscoitos, vinhos, açúcares e todo seu roubo e saco à sua vontade, havendo treze dias que possuíam a cidade, começaram as naus no mar a disparar sua artilharia por alto e os soldados sua arcabuzaria em terra, pelas bocas das ruas a fim que nenhum dos da terra aparecesse. Puseram fogo na pólvora e alcatrão e madeira de tea tão disposta pera arder que, ateando-se a um mesmo tempo, ardeu toda a cidade, com que os franceses luteranos tiveram sua embarcação livre.

E Deus cala e dissimula com os semelhantes algozes, com que, como benigno pai, com piedosíssima mão castiga os filhos, tirando de nós o supérfluo e danoso e convidando-nos com o necessário e proveitoso, pondo, como mãe, azinhavre azedo nas tetas pera nos destetar e apartar dos mimos e regalos da terra e alevantar nossos espíritos a buscar outra riqueza e manjar mais alto de vida eterna, que é Ele mesmo.

Era esta cidade tão vã e soberba, tão louçã e pomposa, tão rica e abastada, tão solta na injustiça e vícios, e tão dada a deleites com sua fertilidade, e tão isenta e senhora que não temia a adversidade nem arreceava castigo, por donde bem mereceu ser cauterizada em sua inchada presunção e descuido.

Soube-se, tenteado bem, que podia montar o que dela levaram estes franceses, que a saquearam, em conto de ouro, e o dano, que fizeram em a queimar e destruir, outro e muito mais. Era vê-la arder uma grande mágoa, tanto que fazia e fez causar uma tristeza perpétua. Não perdoou o fogo e incêndio desta desditosa cidade ao templo e casa de Nossa Senhora das Dores, que era fermoso, fresco e bem situado, com sua claustra, ricas oficinas e enfermarias, em que se curavam diversas enfermidades, hospital bem provido. Nem perdoou ao templo de São Domingos, convento mui aprazível, nem às casas tão ilustres que havia de regedores fidalgos e ricos mercadores, que eram muitas de valor, cada uma de quinze e dezasseis mil cruzados, com seus ricos palácios e fontes de água e adegas cheias de pipas e botas de vinhos, e alfaias ricas de casa. Finalmemte o que estes cossairos não puderam levar, tudo queimaram e destruíram.

Era dantes muito pera ver as casas ricas, cheias de caixas e cofres encourados, e escritórios ricos, tudo cheio de vestidos de sedas e brocados, ouro e prata, dinheiro e jóias, baixelas, tapeçarias, com que estavam ornadas com histórias e cavides cheios de lanças e

alabardas, adargas e rodelas, armas e jaezes riquíssimos de cavalo de selas, com mochilas e cobertas de brocado com muita pedraria, cadeiras de muito preço, arneses, cotas de malha com outras ricas armaduras.

Porque não há naquela ilha homem honrado que não tenha dois, três cavalos mouriscos, e muitos oficiais os têm e sustentam, os quais, nas festas de canas e escaramuças, todos saem à praça e são dos mais nobres estimados e buscados, e não invejados nem murmurados, como em outras partes e nações fazem muitos, inchados que lhes parece serem sagrados, que não se hão-de deixar conversar de todos. O contrário do qual se usa nesta ilha da Palma e mais ilhas Canárias, onde vestem calção e cavalgam tão custosos os oficiais de ofícios mecânicos, como os fidalgos e regedores, conversando-se todos e indo a serãos (sic) disfraçados com librés mui custosas, de que se não usa mais daquele dia.

Tão rica era, então, aquela ilha e tais cousas sofria. Toda sua glória ardeu e passou com tão infelice sucesso, ardendo toda a cidade em grandes chamas. Os homens e mulheres, meninos e velhos a altas vozes choravam e, não podendo de mágua vê-la assi queimar, maldiziam seus pecados. Pé de Pau com sua companhia a estavam vendo arder das naus com grande contentamento, mostrando ser outro Nero que com outra não menos crueldade mandou queimar a Roma e a olhava de Tarpea.

Com este contentamento se partiram do porto e foram sobre a Gomeira, de que em seu lugar direi. Os de Tenerife, vendo grande fogo na Palma, logo suspeitaram o que era. Gram Canária e as mais ilhas, sentindo-o também e suspeitando o que seria, se aperceberam e fortificaram o melhor que puderam por não se ver em outro tanto, receando que fossem estes piratas a seus portos. E todos choravam e ajudavam a sentir a dor e perda de seus vizinhos.

Havia nesta cidade homens tão ricos, que passavam alguns de duzentos mil cruzados. E os franceses, que a saquearam, lhe chamavam o Peruche, querendo dizer perú, pelo que era tão soberba e vã. Mas Deus, que sabe curar tais enfermidades com abaixar os altos e humilhar os soberbos e com saudável mezinha se permitiu que padecesse tão grande calamidade, destroço e miséria, o tem remediado em dobro e mais e tirou disto grandes bens, porque se pôs a terra em cobro, fazendo-se agora tão forte que é inexpugnável.

Pediu esta cidade ao católico Rei Filipe lhe desse com que se fortificassem. E concedeu-lhe Sua Majestade pera as fortificações, artilharia e munições tudo o que rendessem suas alfândegas (que importa muito), pelo tempo necessário, e imposições e os mais próprios do concelho, acrescentando-os em tudo e mandando-lhes armas e muita artilharia grossa. E, assi, por isto, como por a terra acudir com prósperas novidades, se restaurou tanto em dez anos, que está mais avantajada do que soía, porque reedificaram templos mais ricos e sumptuosos, casas mais altas, fermosas e custosas, e o convento de S. Domingos muitas vezes melhor do que dantes estava, mandando-lhe fazer o licenciado de Santa Cruz a capela-mor de seus bens, muito alta e custosa, dando-lhe também um rico retábulo e ornamentos. E Luís de Vendaval, que no tempo da fome manteve a gente os dias atrás ditos, fez uma capela logo junto da maior deste convento, à banda do Sul, mui alta e fermosa, com seu retábulo com a história do Santíssimo Sacramento e do Maná, sua figura, alto e grande e de extremado pincel, com todos os ornamentos necessários de brocado, ouro e prata, pera o qual tem dotado mui grande património, além de um riquíssimo pontifical de brocado que deu pera a igreja maior da cidade, que é de S. Salvador, a qual tem de fábrica cinco mil cruzados.

Quis dizer isto destes nobres, Senhora, pera que se animem os ricos do mundo a ser amigos dos necessitados, e do culto divino, pois não os fez Deus tão proprietários, que os escusasse de dispenseiros dos bens que Ele lhe deu graciosos, pois dele os receberam pera repartirem em semelhantes obras e com os pobres, e não pera os guardar ou mal gastar em vaidades.

CAPÍTULO DÉCIMO SEXTO

DE TAÇACORTE ATÉ MIRAFLORES

Taçacorte, que nesta ilha da Palma dizem ser o primeiro lugar que foi conquistado, tem este nome por duas razões que pude saber da informação de alguns nobres e antigos islenhos: uma, pela disposição do sítio, que parece uma taça, e outra, porque o rei mais principal dos que havia nela tinha nesta parte sua corte, e dizem que era tão polido e entendido, que no tempo que foi conquistada tinha paços e edifícios mui semelhantes aos de Espanha, somente feitos e traçados de seu saber e bom engenho, o qual se chamava Taço e tinha mãe, mulher e filhas de grande estatura.

Na conquista desta ilha houve pouco que fazer, porque os homens dizem que foram muito pusilânimes e, vendo armas, fugiam todos ao mais áspero das serras, grotas e rochas, que há na ilha, e deixarem o feito às mulheres, das quais há verdadeira notícia serem mui belicosas, ousadas e animosas, e nelas esteve a maior defensão de sua ilha, mas, como eram mulheres e os espanhóis pelejavam com armas, foi pouco o trabalho que tiveram em alcançar a vitória.

El-Rei Taço, que neste lugar tinha sua corte, defendeu muito a entrada até que junto com sua mãe caíram mortos, pelo qual os seus ficaram rendidos; e, fugindo de medo dos espanhóis, acolhidos a ásperos lugares, sem mais quererem sair deles, morriam e morreram miseravelmente, de que hoje em dia se acham covas no áspero da terra, cheias de ossos deles, e se vêem algumas na grota, que chamam Barranco Seco, e no de Nogais e no de Santa Luzia.

Ganhado este lugar, Taçacorte, que dantes se chamava Corte de El-Rei Taço, ou por razão do nome do rei ou do sítio de feitura de uma taça, ou de ambos juntos, os espanhóis lhe puseram nome Taçacorte, que hoje tem. É ao presente um dos melhores sítios que pode haver nas ilhas e em toda a terra firme, por causa de sua grande fertilidade e de se aproveitarem nele mais os homens pobres e engrossarem os ricos em dois engenhos de açúcar, que há nele, de grandíssimo rendimento e proveito.

Tomou-se este lugar pelos espanhóis em dia de S. Miguel de Maio, pelo qual fizeram logo uma igreja dedicada a este arcanjo. E tem o porto da banda do Noroeste, ou a Loes-noroeste, pouco mais ou menos, e, à parte de Leste, tem sobre si a Caldeira, chamada assi porque é uma cova semelhante a ela de grande altura e de largura de nove léguas, que é neste lugar a da ilha, da qual saem três ribeiras de muita água, mais doce, clara e sã que quantas se podem achar, porque a qualquer hora que se bebe, ou de noite ou de dia, não faz mal, nem se viu parlesia nesta ilha nem enfermidade contagiosa senão só em seis pessoas tocadas do mal de S. Lázaro por excesso de comer leite e pescado, e por serem tão poucos não há casa deputada pera Lázaros. E pela fresquidão destas águas que da Caldeira saem, ou pelo são e bom clima, ou constelação, é tão sadia a ilha; nem se vê nela morrer alguém de tísico, nem de hidropisia, nem peste, nem as águas causaram algum dano.

As ditas três ribeiras saem tão apartadas umas de outras, que as duas da banda do Sul dela distam, uma da outra, quatro léguas. Uma vai direita à cidade e outra aos Salgueiros, ou Sauzes; a da cidade é tanta, que moem seis ou sete casas de moinhos com ela, afora a que atrás tomam pera ir por canos à dita cidade, de que (além das muitas particulares em mosteiros, casas nobres e hortas) se fazem cinco fontes do concelho, repartidas em bairos e praças: uma, junto da igreja maior de S. Salvador, na praça principal, outra no porto, outra arriba de S. Sebastião, outra na rua Real, que chamam Chorrilho, e outra junto a Santa Caterina, perto do Telhal. Nasce esta ribeira da serra como um terço de altura, por subir em direito da que vai a Taçacorte, e dista dela quase três léguas.

E todas estas três ribeiras parece claramente terem sua origem na Caldeira. Estão ao nascer divididas, como em triângulo, e são todas iguais, donde se colige o grandor da dita Caldeira, em que se compreende o mais grosso da ilha, que, com a vertente, faz por esta parte de largura as ditas nove léguas.

Tem dentro em si grandes pastos pera ovelhas, cabras e carneiros que todos os criadores têm, usando dela pera seus gados como de cousa comum a todos, metendo-os nela no princípio do inverno por uma entrada tão estreita em seu cume, à banda de Taçacorte, que não cabe mais de um homem por ela; e, descido o gado por suas veredas, depois de ser em baixo, no lugar mui espaçoso e fundo, não pode atinar a sair daquele lugar, e assi os trazem todos sem pastor, nem guarda, onde copiosamente multiplicam e engordam. E é de notar que na multiplicação parem as ovelhas e cabras mistiços (sic), e assi se chamam, e parecem a bodes e carneiros, cujas peles são mais prezadas pera botas e calçado que as dos extremes e a carne muito gostosa e tão sã que se dá a enfermos. Matam-nos por Páscoa de Ressurreição e, então, os começam a tirar pera os açougues. É tão proveitoso este sítio pera criar e engordar estes gados, que em toda a ribeira de Guadiana, em Espanha, o não há em sua quantidade melhor.

Sai pela banda do Nornoroeste uma ribeira de muita água, por um estreito e muito fundo lugar, e vai correndo por uma grota tão funda até entrar no mar, que não se aproveita ninguém dela, ainda que passa por junto dos lugares de Taçacorte e Argual, onde está outro engenho de açúcar, que foi de João de Monteverde, que dela tirou com grande custo água pera o dito engenho e seus canaviais por lugares tão perigosos, rompendo grandes rochedos, que pareceu ao princípio impossível tirar-se da mãe e trazê-la ao dito lugar de Argal (sic); mas com grande indústria de um Lesmes de Miranda, à custa de João de Monteverde, se tirou desde o ano de mil e quinhentos e cinquenta e cinco até o de cinquenta e sete, em que se acabou de tirar, e custou mais de doze mil cruzados, mas foi causa de grande proveito nestes dois engenhos e fazendas, que são avaliadas em mais de duzentos mil cruzados, porque não fazem neles menos de sete, oito mil arrobas de açúcar cada ano, moendo de Janeiro até Julho sem cessar, e são grandes os proveitos dos méis e reméis que enviam a Frandes. Forram os senhores deles muitos gastos, por terem muitos escravos e camelos pera cortar e acarretar as canas e lenha.

Tem este lugar, que lá chamam dos Llanos antre si, e o de Taçacorte, à banda da serra, que fica pera o Sueste, o engenho de Argal, que se chamou assi por um algar ou cova grande, que faz todo aquele sítio a modo de fundo vale, por cima do qual vai começando a serra mui agra e fragosa até os pinhais, que por antre a penedia e pináculos se mostram mui grossos e altos, subindo até o cume da serra, deixando a Caldeira à banda do Nordeste, e todo o que à parte do Noroeste e Oeste fica deste sítio é muito chão e terras de pão e pastos, pelo que lhe chamaram Llanos, que cá chamamos chãos, que serão espaço de légua e meia de comprido e quase uma de largo. Limitam-se pela parte do ponente com o mar, e vão fazendo uma volta e ponta pera o Sudoeste, e acabam-se com umas terras também chãs, mas muito ardidas, que correram do cume da serra, por onde vão da Brenha, à parte do Norte, pelos Paus Fincados até o mar, que é espanto imaginar quão grande incêndio devia ser aquele nateiro de escória que se mostra, pois não hão tentado de descobrir alguma parte dele, e, nem porque venham correntes de chuvas ou inundações, não faz impressão nele, senão esta, toda contínua quase até o mar, que é mais de légua e quarto, feito uma cousa estanhada, a qual, com o Sol claro, dá uma reverberação que parece dar o Sol em cousa de estanho. E junto do caminho, por onde passam, tem feito aquele escorial como um cascalho miúdo de escória pura, que dizem ser qualidade de minerais que antre si pelejaram, movendo contenda natural, e se inflamaram e, ardendo, brotaram pera fora por aquele lugar e sítio, que está calvo e estéril, sem produzir fruto nem erva.

E deste lugar, quase ao Sol posto, aparece a ilha do Ferro e também outra por descobrir, que chamam de S. Brandão, ao parecer não muito longe da Palma, mostrando-se uma terra negra não mui alta, à maneira de redonda, como a ilha da Gomeira, a qual nunca puderam acertar nem achar, inda que muitas vezes é vista e buscada.

Passado este escorial, começa o sítio da Fonte Quente, que lá chamam Foncaliente, e o lugar chamado Tehiaja, onde moram islenhos criadores de gados. Além, está logo a Fonte Quente, que, inda que está cinco léguas da cidade, não lhe faltam mimos das cousas que a terra dá de si, porque tem muitas frutas e lugares deleitosos de muita recreação. Tomou o nome este lugar de uma fonte que ali havia de água muito quente, a qual secou e tornou a

correr, e nela se curam sarnosos, gotosos e enfermos de outras enfermidades. Vão destes dois lugares ouvir missa aos Chãos, ou Llanos; agora dizem que já tem igreja. E todos eles ficam sem moradores quando mudam seus gados pera outras partes e pastos, conforme aos tempos de fazer seus queijos e trosquias (sic).

Além está o lugar de Tigualate, onde estão outras casas e cafuas de gado onde residem os islenhos mais ricos de gado, como são o capitão Pero Fernandes de Justa e seus irmãos. Logo está Tigorte, onde há o mesmo que em Tigualate, chamados assi com nomes islenhos, que querem dizer cortinhas, ou cortiços, ou cafuas de gados. Não tem igreja; vão ouvir missa a Mazo, lugar de muitos vinhos, onde está a freiguesia de S. Brás, duas léguas deles.

Limitam-se estes sítios pela parte do mar também ao Sudoeste, e pela parte do Noroeste com os lugares atrás ditos, e pela parte do Norte com a montanha, onde chamam os Paus Fincados, chamada assi porque, como era áspera e pouco seguida, pera atinar aonde haviam saído fincavam paus, e ainda hoje os tem, e seguiam, indo e vindo por eles sem errar, como por balisas.

Têm nestes lugares, por não haver fontes, tanques tão grandes, feitos de pau de tea, que é uma maneira de pinho, de que se faz o breu, que há alguns que levam mil botas de água, a qual conservam tão fria e gostosa, que dizem os médicos ser esta água, que bebem os islenhos, causa de serem tão sãos.

Além está o Mocanal, que é uma espessa defesa, como se chama em Castela, toda destas árvores, que chamam mocão, que tem a folha mui verde e denegrida da feição da da oliveira, mas não tão comprida, e mais larga; dá fruta que se come quase como cerejas pretas, muito docicada e carouçosa, chamada mocães ou mocanes. A qual defesa ou floresta cerra o sítio de Mazo, chamado assi por uma ponta que deita ao mar, chamada a ponta de Mazo por ser grossa de penedia, algum tanto larga e comprida, no cabo redonda e na parte de terra delgada, de maneira que parece da feição de uma maça de maçar linho, pelo que lhe chamaram ponta do Maço e depois ficou Mazo; e deita três pontas ao mar que fazem umas calhetas, que chamam Charcos das Liças, peixes que nelas se tomam.

Vão ouvir missa à igreja de S. Brás, um quarto de légua, estes e os de Tiguerote e Tigalate.

Recolhem muito trigo e vinho e mel de abelhas. Criam gados, cabras e ovelhas que dão muitos queijos e manteiga.

Há nesta montanha árvores silvestres, como são faias, louros, vinháticos, barbuzanos, tis, adernos, azevinhos e mocães, ou mocanes, e sabipeduiaes (sic), cheirosos como cedros.

Dizem os islenhos que neste sítio habitava, antes de conquistada a ilha, um rei dos mais graves de toda ela, que se chamava Maxerco, ou Maxorco, que tinha filhos e filhas, os quais morreram todos na defensão da conquista, escapando só uma filha, de que procederam os de Justa, que era o nome desta infante.

É o mocão árvore como oliveira na madeira pera bem arder e edificar, mas difere na folha e fruto, e quanto mais cortam dele tanto mais nasce.

Além do Mocanal, estão duas brenhas de pedra como biscoutal, a de Cima e a de Baixo, onde há tantas vinhas, que dão de dízimo cada ano mais de mil e quinhentas botas de bom vinho e melhor de toda a ilha. Dá também trigo, romãs, cardos e outras frutas. Na Brenha de Baixo está a freiguesia de S. José, e na de Cima a de S. Pedro.

Além está outro sítio, que chamam as Mecheiras, onde há muita fruta de espinho, coelhos e perdizes e muitos pavões domésticos, que naquelas fazendas criam, onde não têm água, e bebem os moradores da fonte de Agacêncio, que são duas fazendas grandes, também de vinhas, pomares e jardins. O mesmo tem Boavista, que é outra freiguesia. Chama-se Agacêncio por ter dantes muitos agacêncios, que cá chamamos losna. Tem este lugar e sítio um quarto de légua de comprido e vai-se alargando até o cume da serra, onde dizem os antigos islenhos que choveu muito tempo uma cousa como maná, branca e suave, que eles apanhavam antes do meio dia, de grande sustentação e gosto, que caía sobre as árvores baixas e espessas, como são tagestes, retamas e ascênsios.

Boavista tem uma igreja de Nossa Senhora da Concepção à vista da cidade, pelo que lhe chamaram Boavista. Confina este sítio com a Caldeireta, que é uma subida mui agra do mar até à dita igreja, que por não se poder andar por ela passavam os caminhantes com baixa-mar

ao longo da costa, e o Penteado, capitão português, indo ali ter, mandou assestar dois tiros do mar a esta rocha e quebrou parte dela, com que fez melhor o caminho.

Adiante está o Verodal, e Figueiral, de figueiras de inferno, que chamam tabaibas, e as Covas Fragosas, que chamam Velhas, onde se recolhiam os islenhos na rocha. E logo está a Vinha da Fraga, e além o Barranco, e a grota de João Maior, e depois o vale de Miraflores.

CAPITULO DÉCIMO SÉTIMO

DE MIRAFLORES ATÉ O BARRANCO OU GROTA DA ÁGUA, DA VILA DE SANTO ANDRÉ

O vale de Miraflores tem este nome por dele se verem todos os pomares, jardins e fazendas que há em Boavista e em Valoco, dito assi por ser fundo ou vão, que lhe cai pera a banda de Leste, Lesnordeste, e em ambos estes vales há grossas fazendas e riquíssimas vinhas até chegar a Aroyos e ao barranco ou grota de Nossa Senhora das Dores, perto da cidade, e confinam com o lombo de Mata Velhas e a grota ou barranco dos Moinhos que também se chama da Água, por se tomar nele a água que vai ter à cidade e passa por uma ermida de Nossa Senhora das Neves, meia légua da cidade. E antre a grota de Mirca e a do Rio está uma ermida de Nossa Senhora da Encarnação, de grande romage.

Todos estes vales e grotas são povoados, não só de vinhas temporãs, mas de frutas de diversas sortes de agro, romãs, peras pardas e outras muitas, até a Horta do Cabo. E neste espaço vão da serra muitas grotas direitas ao mar que com enchentes de chuvas põem muitas vezes em perigo a cidade e fazem grandes danos. No campo de Mirca não há mais árvores que uma palma, da qual cuido que tomou nome a ilha ([245]).

Há também outra grota, que se chama o Barranco Seco, por não levar água; e dele até à serra há campos chãos cobertos de murta, urzes e poejo, onde andam muitos coelhos, que se estendem ao Norte meia légua até aos pinhais da parte de Tenágua, em que se colhe muito pão.

Do Barranco, ou Grota Seca, sobem à Ponta Chã por Mirca, baixa mar, que é caminho direito pera os Sauzes, ou Salgueiros, Santo André, Galga e Galguitos e Lombandas. E acabando de subir, tornam a descer pera Tenagua, onde há uma fonte de boa água que nasce na terra chã, antre umas lages movediças. Arriba um pouco desta fonte começam as terras lavradias de Tenágua, nas quais se dá muito pão. E até os almásticos não há por ali outra pranta senão cordões e cardos ao redor das rochas que caem sobre o mar e por esta parte são mui altas, indo todo este termo até à parte do Norte, desde as rochas, fazendo como ladeira arriba muito íngreme.

Os almásticos são três ou quatro árvores a modo de Oliveiras, mas mais baixas, porque não crescem muito em alto, senão em roda; têm a folha mui densa e macia, a qual cozida em água e em vinho branco com alguns ferros velhos dentro fazem tinta mui fina pera escrever, sem lhe deitar galha, nem caparrosa, nem algum outro material; não produzem estas árvores fruto, senão, somente, dão aquela graxa, que chamam almécega, que é medicinal pera muitas cousas e pera fazer fino verniz; jamais perde a folha, nem lhe cai, nem a verdura, e é sua sombra mui fresca, pelo que parece que as pôs Deus neste lugar, junto do caminho, pera alívio dos que por ele vão, e, como árvores reais, ninguém corta delas mais que alguns ramos pequenos e folhas pera mezinhas, lavatórios e tinta. A terra é tão grossa e massapez que, por muita água que chova, toda a embebe em si, e, por isso, se chama (segundo meu parecer) Tenágua, ou porque há ao redor deste lugar quatro ou cinco fontes até chegar ao barranco de Santa Luzia.

Começa Tenágua da saída do Barranco Seco, onde logo toma seu nome, indo pera a Ponta Chã até à entrada do barranco de Santa Luzia mais de meia légua de largo Leste Oeste e, do Sul à banda do Norte, quase outra meia légua, porque acaba seu limite ao tanque de Luís Álvares, junto aos murtais. À parte de baixo do caminho está uma fonte bem lavrada, feita em quadra, em pedra viva, que ao picão e escoda se fez na mesma rocha onde nasce, e logo abaixo um tanque, onde bebem os gados e lavam a roupa de toda aquela vizinhança, a qual dizem que mandaram fazer Luís Álvares e Rodrigueanes, de Tenágua, com um sombreiro,

como abóbada, na mesma rocha, que cobre toda a fonte. O baixa-mar, abaixo em direito desta fonte, é mui chão e dá muito trigo, cercado ao redor, como muro, de cardões grandes, espaço de dois moios de terra e outro moio, onde se chama o porto da Nau, distante da Ponta Chã mais de meia légua, os quais dois moios de terra de baixa-mar se chamam Ponta Chã, que é de grosso massapez, e o lugar, afastado meia légua, toma o nome da Ponta Chã que em sua linguagem chamam Punta Llana.

Tornando ao barranco de Santa Luzia, que tem este nome por uma ermida que nele está desta santa e é cerrado de rochas de ambas partes, e à entrada tem uma fonte, com que podiam regar as vinhas e arvoredo, que tem, se quisessem, mas não é costume, nem necessário regá-las nesta ilha, por onde se vê que é mais fértil que Tenerife, onde se costumam regar.

Além das terras de Santa Luzia, e depois da Ponta Chã, está a igreja parroquial (sic) de S. João, de cem vizinhos, todos lavradores. E há bons vinhos onde chamam o Granel e o Sabinal; tem légua e meia de termo, mas porque chega do fim de Tenágua até a Galga, que é mais de légua e meia de comprido e de largo, do mar à serra, toca no baixa-mar, onde há uma espaçosa e funda baía, que pela parte do Sul tem sua entrada tão larga que caberá uma grande nau por ela, e pode servir pera galés. Chama-se este lugar Lhancon, onde há muitas cracas ([246]) e marisco. Além estão vinhas de outros barrancos. E, nesta parte, são os pinhos e teas mais grossos que em todo o restante da serra, porque passam de dez palmos de quadra os que se podem serrar, e de alto, toro de trinta e quarenta palmos em comprido. Tem este lugar uma grande fonte, e há nele muitas árvores de frutas, em especial peras pardas e limões de talhada, que chamam franceses, e todo agro. Há outros moradores nobres e ricos onde chamam o Granel. E o Sabinal, terra de pão e vinhas e pastos, bastecida de carnes e frutas.

Passado o Sabinal, indo pera os Sauzes, está o barranco de Nogales, chamado assi porque começa abaixo do lugar da Galga, onde há muitas nogueiras e castanheiras, como o Granel ([247]), de um granel grande, que sobre esteios está feito mui antigo, onde os moradores dali guardavam seu trigo; e o Sabinal, porque pera a parte do barranco de Nogales faz uma ladeira onde há muitas sabinas, que é um pau à maneira de cedro, e de melhor cheiro, mas mais alvo na cor.

E toda esta parte do ponente é mui cultivada, o que não é a parte do oriente da ilha por ser de rochas talhadas e mui íngremes; e, com muito gram trabalho e a voltas, vão subindo os de pé e de cavalo que vão pera Santo André e pera os Sauzes pelo caminho real, que vai por este lugar. Estão nesta parte, além do Granel, as terras do Pinho, ditas assi por estar nelas um pinho manso, que não há outro em toda a ilha, porque os outros são teas de que fazem os ricos as casas com ele mui cheirosas e perpétuas, mas perigosas com o fogo que na tea, como em alcatrão, se ateia e arde com gram fúria e não abasta água pera o apagar, mas com mantas molhadas o atalham. Os pobres fazem casas de outra madeira. E por isso no mais alto deste barranco cortam os ricos a sua no verão, quando as névoas sobem ao mais alto das encumeadas da serra, donde vem frescura que recreia os baixos. E nesta ilha não se vê outra tormenta nem em inverno nem em verão, senão névoas.

Alguns dizem que, como Berbéria está tão perto destas ilhas e é terra tão quente e baixa e sem névoas, nem outro impedimento que impida a grande quentura que nela cai, por isso não têm as ilhas de Canária virações do mar frescas, como a ilha da Madeira, que está perto destas de Canária; e como Tenerife e a Palma são tão altas que neva nos altos e coalha a neve no pico de Teide, inda que tem o vulcão no meio do pico que continuamente arde e deita fumo, todavia não impede esta quentura ordinária ao frio natural, que não condense as chuvas e vapores de sobre estas duas ilhas altas, que não deixe de nevar. E no dito pico de Teide assiste a neve todo o ano, como se vê, até no estio, estar coalhada muitos anos. E da frescura destas duas ilhas Palma e Tenerife colijo eu que vêm as virações à da Madeira, pois distam sessenta léguas no mais dela. As névoas da serra causam na ilha da Palma, no verão e estio, suave recreação e são medicinais à alvorada e à tarde são danosas, e por isso os filósofos e médicos desta ilha aconselham aos moradores que madruguem pela manhã por gosar aquela frescura.

Acabando de passar o Barranco Fundo, se começa a entrar pelas terras lavradias da Galga, dita assi por ser um sítio redondo, a modo de uma galga que deitam a rodar por uma ladeira. Onde há muitas árvores e frutas, trigo, vinhas, hortas e legumes, fontes e águas. É este lugar

de lavradores e serradores. Tem sua igreja da advocação do Nascimento de Nossa Senhora e é povo de até cinquenta vizinhos.

Logo se segue o barranco ou grota do Biscainho, que toma do mar à serra, todo prantado de vinhas nas ladeiras de ambas as bandas. Saindo deste barranco pera a parte do Norte, está o lugar de Galguitos, que é todo de vinhas e bons vinhos pera carregação das Índias, por lhe dar o Sol depois que nasce até que se põe, porque a ilha é algum tanto nordesteada e é aqui quase o meio dela. Tem até vinte vizinhos, que vão ouvir missa a S. João, ermida da vila de Santo André, ou vão à Galga por ordem do bispo.

Saindo deste lugar, logo se entra em outro barranco pequeno, que se chama de S. João, todo prantado de vinhas, onde, e na Galga e Ponta Chã, houve já muito pastel que deixaram de fazer por haver mais proveito nos vinhos e trigo e por os da escala das Índias, de que é frequentada aquela ilha, não pedirem senão vinhos. Concluindo, este barranco de S. João, pela parte do caminho real que vai da cidade, e o que vem das Lombadas e Galguitos se ajuntam em um à entrada da vila de Santo André, quatro léguas da cidade, de lavradores ricos de vinhas e trigo. Tem duzentos vizinhos, tem duas calhetas da parte do Sul, onde carregam seus vinhos e açúcares, mas não temem ser entrados por elas de imigos, porque são baixos de costa brava e o mais rochas talhadas, onde dez homens se podem defender contra mil. Não têm moinhos; vão moer aos Sauzes que têm boas moendas.

Dois tiros de arcabuz pera Leste está uma ermida de Nossa Senhora da Piedade e, adiante, espaço de um tiro de arcabuz, está o Guindaste, porto que disse, em que carregam os açúcares pera Frandes ou Espanha, onde vai ter, como em receptáculo, toda a água que sobeja da regadia dos canaviais e moendas e faz uma comprida e estreita alagoa, pelas bordas da qual se dá muito inhame branco que em anos caros supre por pão, sendo cozido.

Deste porto adiante, pelo baixa-mar, tudo são rochas e penedias, onde escassamente podem pescar de cana e com trabalho tomar cranguejos, de noite, com lume de tea.

O barranco da vila de Santo André, que se chama de Água pela contínua ribeira que por ele corre, será meia légua de comprido à parte do Norte, toda cultivada de vinhas e pomares. E junto a ele há dragoeiros, como no barranco de Nogales e nas mais grotas de toda a ilha, que são árvores que nascem em lugares ásperos e tão íngremes, que parece impossível ir onde estão, mas, todavia, vão e colhem deles uma goma tão vermelha como sangue, que chamam sangue de dragão, ferindo-o com uma fouce ou espada e pondo-lhe debaixo em que caia. Pelos golpes dá este sangue de si que, em caindo, logo coalha e fica uma goma pera muitas mezinhas proveitosa e pera conservar limpas as armas sem tomar ferrugem, untando-as com ela brandamente derretida, com pouca quentura. Desta goma, uma sai de si por antre gretas da cortiça da árvore, e outra cai de gota, que é a mais fina e prezada. São estas árvores à maneira de palma, direitas arriba, e poucas têm braços, senão é já no fim, onde em cima fazem copa redonda, como palma sem pencas; sua folha é como a de espadana ou lírio espadanal, tão rija, que fazem dela tamiça pera ataduras e cordas. E neste barranco são mais grossas e altas estas árvores que em toda a ilha, de que fazem grandes e pequenas gamelas do troço, e do costado rodelas. Ninguém tem licença pera cortar alguma por ser árvore real, ainda que a tenha em sua propriedade. E as rodelas e vazilhas, que fazem, são dos que algum furacão arranca.

Não se criam nestas ilhas Canárias rãs, nem sapos, nem cobras, senão somente em uma alagoa da Gomeira, e por isso as águas deste e dos outros barrancos são limpas e frescas, e com elas moem os engenhos de açúcar que há nelas.

CAPÍTULO DÉCIMO OITAVO

DO BARRANCO DA ÁGUA DA VILA DE SANTO ANDRÉ ATÉ FONCALLENTE ([248]), FIM DA ILHA, DA PARTE DO PONENTE ([249])

Tornando ao caminho direito que da vila de Santo André vai pera os Sauzes ou Salgueiros, que à parte do Nordeste caem, todo é ladeira acima até entrar na praça ou campo que no dito lugar dos Sauzes está. E de baixo até riba, que será meia légua de comprido e outra meia de largo, tudo são canaviais até o barranco da Ferradura, que é todo o termo dos Sauzes, dito assi pela muita cópia destas árvores que, em si, tem ao longo das ribeiras onde estão dois ricos engenhos de açúcar. Cuja igreja parroquial é da advocação de Nossa Senhora de Monserrate.

Há neste lugar muitos pomares, jardins e frutas.

Os sauzes são quase à maneira de salgueiros, mas de outra casca e pau, inda que a folha é toda uma não é tão oco como o salgueiro, nem quebra tanto; é muito branco e dele se fazem uns pauzinhos cozidos em vinho branco com sangue de dragoeiro que mandam a Espanha de presentes pera fazer os dentes alvos.

Em um engenho destes esteve um feitor chamado Plazencia, que curava a enxaqueca com ensinar a beber o vinho puro, tendo já o jarro de água na outra mão, pera, em tirando o copo da boca, beberem logo os enfermos a água após o vinho, com o qual remédio saravam.

Tem este lugar muita lenha, barbusanos, mocão, til, vinháticos e adernos. A folha dos vinháticos faz dano às alimárias, porque qualquer boi, ou porco, ou outro gado, que a come, se embebeda de maneira que estão a par da morte e, sobre todos, as bestas muares, as quais sem nenhum remédio morrem.

Cortando-se aqui a lenha, logo torna a brotar, pelo que jamais faltará nesta parte até chegar aos pinhais e cume da serra, que é ali o mais alto da ilha, e é o caminho dos Sauzes à Garafia, por onde se atravessa a ilha de nove léguas, e tão fria a maior parte do ano esta encumeada, que se hão gelado muitos homens nela e outros se perderam com a névoa e outros morreram, por ser em cima escalvada e sem abrigo, donde se vê toda a caldeira, que tem nove léguas em circuito, a qual alguns dizem ser assi criada em princípio, porque não há sinal de pedra alguma que corresse, senão as rochas agras, pelo que não pode entrar lá gado vacum.

Logo mais adiante, no mesmo caminho que vai e vem a Garafia, está uma cruz que chamam dos Frades porque, passando por esta parte dois franciscos a pedir sua esmola, acharam um homem morto de frio e outro quase morto, o qual remediaram com remédios do seu alforge. E, por não esquecer este caso, fizeram pôr ali aquela cruz, que tomou o nome deles.

Olhando desta cruz pera a parte do Nordeste, se vê algumas vezes uma ilha grande e mais alta da banda de Leste, tão chegada como a de Tenerife, que desta cruz dos Frades demora ao Sueste, que parece ter como dezoito léguas de comprido. E, inda que esta ilha e a de S. Brandão se vêem desta ilha da Palma mui claras, nunca as foram buscar os moradores dela, ocupados em seus tratos e lavouras. Alguns dizem ser a ilha da Madeira, que demora ao mesmo rumo, mas não parece assi, porque nenhuma aparência tem uma com a outra. E aos que dizem que por aquela parte é o mar mui lavrado e cursado com os que vão e vêm a Espanha e ilha da Madeira, digo que parece não terem razão, porque os que vêm de Espanha põem a proa a Oeste, vindo à Palma, e os que vão da Palma põem a proa a Leste, e os que vão à ilha da Madeira levam a proa um pouco a Leste até quase descobrir a Lançarote, por melhor cobrar e poder tomar a mesma ilha da Madeira, e assi se desencontram do rumo destas ilhas.

Passando a Cruz dos Frades, se entra logo em um espesso pinhal, cuja largura de duas léguas chega até Garafia e compridão de cinco até Água Tuvar ([250]) e Candelária, que é a parte de Oeste, e discorre até João Adalid e adiante de Santo António, onde anda grande cópia de gado de toda sorte dos moradores daqueles lugares.

Mas, tornando aos Sauzes da costa do Sul, depois deles está o barranco da Ferradura, dito assi porque, por onde vai o caminho pera Balravento e se abaixa por ele, é a modo de uma ferradura. Está o termo dos Sauzes antre o barranco do Rio e este da Ferradura, que é muito fresco de árvores silvestres e domésticas, frutas, vinhas e fontes, e moradas de islenhos fidalgos, por ser lugar de recreação e disposto pera nos chãos de suas saídas trazerem seus gados, que, quanto ao pastar deles, são as terras comuns e não há lugar proibido senão os que têm fruto, e por isso os islenhos se mudam com seus gados de umas partes a outras muitas vezes. Se não houvesse neste barranco lagartixas, que destroem muita uva, colheriam muito mais vinho. E ainda que com remel do açúcar nos engenhos matem muitas, todavia há aí tantas, e mais que em outra parte da ilha, que fazem grão dano, pelo que os moradores tomam por valedora a Santa Marta, em cujo dia fazem grande festa na igreja de Nossa Senhora de Monserrate, freguesia dos Sauzes. Antre o qual lugar e o de Balravento, pera o mar, está um alto monte de penedia e rochedo que abriga este barranco da parte de Leste e Sueste, pelo que é calidíssimo e cria tantas lagartixas, mas os vinhos, com a quentura, são bons e as frutas estremadas, por ser também a terra arenisca, inda que massapez diferente de toda a ilha, que é de puro massapez. E se chovesse nela como em outras partes, daria tantos mantimentos, que não teria sua igual.

Passado este termo dos Sauzes, está um campo chão, que ao pé da vertente da serra se faz, onde estão as casas dos nobres e ricos Aparícios e se começa o termo de Balravento, estendido pera o mar, todo de terras de pão com algumas boas vinhas; pela qual parte está povoada a costa baixa de homens honrados, fregueses da igreja de Nossa Senhora do Rosairo do lugar de Balravento, de oitenta vizinhos, que está situado em um campo chão, todo cercado de arvoredo, como no meio do cume da serra, onde vai fenecer e abaixar a dita serra pera a banda de Leste, onde é o começo desta ilha, e por este baixa-mar está um cirne ou penedo junto à costa, do qual até Foncallente corre a ilha Leste Oeste dezoito léguas de comprido, assi por mar como por terra ([251]).

Desta ponta e penedo de baixa-mar de Balravento começa a voltar a ilha, pela parte do norte, do oriente pera o ocidente, com áspera e agra costa e algumas fajãs de vinha ao pé da rocha, ao longo do mar, e com espesso arvoredo pela terra, criações de gados e algumas casas de lavradores, ainda da freiguesia do lugar de Balravento, onde vão à missa, ainda que distam três léguas até a granja e fonte nova, que é de um regedor da ilha chamado Simão Garcia, perto do lugar de Santo António, antes de Garafia. O porto desta granja, onde se carregam os vinhos que ela dá e levam nas botas, à toa, em barcos à cidade, que dista dela quinze léguas, está ao Noroeste dela, feito como uma pequena calheta, sem haver outro porto da banda do Norte pera barcos somente, senão este e o de Taçacorte.

Partindo desta granja pera o lugar de Santo António, onde dela podem ir lá ouvir missa, pois é só espaço de meia légua por antre alto arvoredo, fica já o cume da serra à parte do Sul. E haverá no dito lugar de Santo António, igreja parroquial, até quarenta vizinhos, que granjeiam vinhas e gados em um monte, que chamam Gordo, antre o lugar e o mar, onde se não pode semear nem colher trigo, que nesta parte há muito e bom os mais dos anos. Tem uma fonte, junto da igreja, e muitas frutas, indo pera Garafia e João Dalid e S. Domingos, que assi se chama todo o termo de Garafia, que está abaixo de Santo António mais de meia légua, povoada de moradores ricos portugueses, onde também está uma fonte do Pinhal, que se chama de João Dalid, por um homem deste nome, passando no princípio por ali com seus companheiros, lhes dizer «não passara hoje João Dali daqui».

E indo mais abaixo, aonde está Nossa Senhora da Luz, chamou aquele sítio Garafia, que em língua islenha quere dizer aifaraga ([252]) e em espanhol rancho ou morada. Celebra-se a festa desta parróquia de Nossa Senhora da Luz em dia de sua Natividade; e terá duzentos vizinhos, porque inclui seu termo João Dalid, Garafia, S. Domingos, a Cova da Água e a Luz. Tem uma grota ou barranco, que se chama Grande pelo ele ser de um quarto de légua de comprido e outro tanto de largo, prantado de vinhas, onde há covas e furnas, em que vivem alguns fregueses, e uma fonte, de que bebem à parte de Oeste. Saindo deste barranco dos Pinhais até o mar, tudo são terras de pão e de algumas vinhas.

E logo começam as terras e vinhas do sítio de S. Domingos, em a faldra chã e água vertente da serra um quarto de légua de largura e outro de comprido até a Cova da Água. Tem o termo de S. Domingos, dito assi por ter aqui o convento desta ordem da cidade uma sua herdade de até vinte vizinhos, onde tem tanques de água da chuva, sem ter fonte, até a Cova da Água, que tem este nome por uma grande cova, que ali está toda de pedra ao redor e em baixo, feita como um poço, sempre no fundo com grande quantidade de água que cai em gotas de riba da abóbada e dos lados, donde se provêem os moradores daquele termo, sem nunca lhe faltar. E alguns deles moram em outras covas, ou furnas, ou cavernas da terra ou pedra, como a que nesta ilha de S. Miguel chamam biscoutal ou biscoito; e algumas vezes acontece cair alguma destas casas, quebrando a terra e pedra, e matar seus habitadores, como no ano de mil e quinhentos e cinquenta e cinco caiu uma lapa que estava sobre o rio de Sacavém, junto de Lisboa, Domingo de Ramos, e matou mais de quarenta pessoas e feriu outras tantas dos que iam apanhar camarões, que a maré trazia, e doutros que estavam aguardando pela barca, que havia de vir da outra parte de Povos, e com uma chuva que sobreveio se acolheram ali, onde os alcançou tal desastre.

Estende-se este sítio da Cova da Água pelas faldras dos pinhais e limite da Ponta Gorda, que está mais de meia légua da costa, e do barranco de Fernão Gil, onde este homem rico tinha suas casas e herdades.

E todo o espaço que há antre a Cova da Água e a Ponta Gorda, onde tem a igreja de Santo Amaro, freiguesia de todo aquele termo, está cheio de pinhais grossos e mui altos, onde estão os fornos de breu e alcatrão, que só nesta parte da ilha se faz, estendendo-se os pinhais pera o cume da serra e caldeira, que à parte do Sul cai três léguas e, pera a Cruz dos Frades, três ou quatro. Faz-se aqui o breu dos pinhos, tão grossos como um tonel que com algum furacão caem alguns anos, desta maneira: Atoram estes troncos, que são bons de fender e cortar, e estão uns fornos ou covas na terra, tão fundas como três fornos de cal, das quais, quando as fazem, tiram os torrões com que logo ali, em terra chã, fazem uns repartimentos, que chamam tendais, apegados uns a outros em ordem, à maneira de um tavoleiro de enxadrez, e tem seus lugares abertos por onde corre o breu, que vem, fervendo, derretido dos fornos em que se queimam os toros da madeira e tea, primeiro no primeiro forno, onde está somente derretido e se chama então alcatrão; e está abaixo outra cova em quadra, tão grande que possa caber nela todo o que na primeira se derrete; depois de bem queimada a tea, sem aparecer tição, senão uma terríbel chama que faz por cima daquele breu, que chamam alcatrão antes de ser a segunda vez cozido, a qual chama é como quando se acende o lume em azeite ou cera que põem a derreter na tacha, que não se pode apagar senão com se tirar do fogo. Estando, pois, assi o alcatrão derretido e inflamado no primeiro forno, lhe destapam o cano por baixo, com um engenho de madeira, e corre logo pera a segunda cova ou forno com tal fúria e tão inflamado, que nem o metal, quando fazem algum grande sino, leva tal inflamação. E estando neste segundo forno quadrado, ali lhe fazem o segundo cozimento, em que estão todo um dia e uma noite até ver estar já gastada a fúria e crueldade daquela matéria, que é tal antes, que, se quando está alcatrão o soltassem por um rio de água fria, iria ardendo sem se apagar, até todo se consumir. Depois que se coze aquele dia e noite neste lugar, o tiram por seus canos feitos na terra pera ir aos tendais, feitos a modo de enxadrez de umas casas a outras, com tal quentura e força, que não se pode ninguém chegar a ele e, em breve espaço, enche todo um campo tão grande como um jogo de pela, que está cavado todo em tendais, a modo de enxadrez, como disse. E não se tira dali ainda aquele dia, mas ao outro seguinte já está disposto pera tirar os tendais. E de um forno podem sair cem quintais de breu, ou mais ou menos, conforme às covas que fazem e ao grandor delas, e ardem às vezes cinco, seis covas destas a que chamam fornos. Dali o levam os moradores da Cova da Água ao porto de Fernão Gil pera dele o levarem à cidade.

Chama-se também este termo Ponta Gorda, por sair ali uma ponta ao mar um quarto de légua de comprido e meia légua de largo, e, por ser alta e redonda, herdou este nome. E dista da cidade sete léguas, indo por Tiniçara. Da Ponta Gorda, pela parte do norte, cinco léguas até Tixarafe são tudo faldras águas vertentes da encumeada da Caldeira, estando primeiro Tiniçara, que é um vale de meia légua povoado de sete ou oito islenhos, criadores de gados, no qual dizem que um rei tinha sua morada, chamado Altini, que quer dizer bom rei ou rei grande, por não haver outro em toda aquela banda até o de Taçacorte.

Logo entram em Água Tavar, que se devera chamar terra de pão, pois responde a cem fanegas por fanega em anos de chuvas; está aqui a igreja de Nossa Senhora da Candelária,

parróquia destes três termos, Água Tavar, Tiniçara e Tixarafe, que se estendem duas léguas de terra. E serão, antre todos, oitenta vizinhos, onde também está o barranco do Bom Jesu, por ter ali sua ermida. Não tem aqui vinhas, nem frutas, nem fontes e, assi, Água Tavar se podia melhor chamar Água Tomar, pois a tomam da chuva que se recolhe em covas de lagens, de que bebem e fazem tanques pera os gados.

E indo de Tixarafe pera os Chãos, que chamam Llanos, por dentro da terra, há um barranco mui profundo, por onde passam por grandes e íngremes voltas, que se chamam as voltas de Magar por sua agra e áspera e amargosa subida; e, assi, esta ilha da Palma conclui seu fim, não com a doçura dos engenhos de açúcar em que começou, senão no amargoso destas voltas que serão mais de vinte. Há deste barranco aos Chãos, ou Llanos, menos de meia légua, e três à cidade, indo pelo caminho direito ao Pinho de Vaza Borrachas, sobre cuja sombra fazem os sequiosos caminhantes este ofício, que lhe deu tal nome, e deste Pinho à cidade duas léguas pequenas e boas de passar a encumeada, que, por esta parte, não é mais grossa que (?) acabando de a subir, começar logo a descer caminho aprazível, e também o que há, pelo meio desta encumeada, deste caminho pera a parte de Foncalliente (sic), como é indo pelo escorial, que é caminho, pelo cume, de gente e de gados até à dita Foncalliente, onde se acaba a ilha ao ponente, e distará deste caminho a fonte quente seis boas léguas. E deste lugar indo à parte do oriente até o cirne, ou penedo, em que se começa a ilha em balravento doze léguas, com que umas e outras fazem as dezoito que a ilha toda tem de comprido.

E tirando meia légua do escorial e alguns picos rasos pela parte do meio da caldeira, toda a encumeada é de pinhais e outras árvores tão verdes, que nunca lhe falta folha, pelo que, vendo esta ilha da de Tenerife, ou da parte do Sul, sempre parece verde e divisam o arvoredo de longe, quando a deixam as névoas e neves que a continuam muito, mas, nem por isso a deixam de andar todos os dias os islenhos com seus gados, passando a umas e outras partes com a lança ao ombro e o saco ao tiracolo com sua vitualha, seu calção atado na cinta, em faldra de camisa, zombando e dizendo um ao outro: — *pariente, ataja la bruma* —. que assi chamam à névoa. Desta encumeada vão à cidade, que ao presente está aumentada e se vai acrescentando com mui grossos fortes e baluartes, e em todalas outras particularidades, por estar bem segura no zelo do serviço de Sua Majestade e reformada nos costumes, pelo grande cuidado e vigia que nisso tem o reverendíssimo bispo D. Bertolameu, estremado prelado. Com o que tenho concluído o que desta ilha da Palma pude saber de testemunhas de vista e de ouvida ([253]).

CAPÍTULO DÉCIMO NONO

COMO FOI ACHADA E TOMADA A ILHA CHAMADA FERRO E DE ALGUMAS COUSAS QUE HÁ NELA

A ilha chamada do Ferro, que ao ponente da ilha da Palma está distância de doze léguas, corre seu comprimento de pouco mais de légua e meia Sueste Noroeste. É ilha mui pequena e quase triangulada; terá em circuito três léguas e meia. Tem bom porto e entrada à parte do Nordeste, onde faz a ilha como duas pontas à maneira de baía, o qual está da vila, que agora é, quase uma légua.

Chama-se ilha do Ferro pela chamar assi um João Machim, biscainho, que foi o que dizem que a achou, indo na viagem das Índias, o qual, vendo a costa ser de pedras e rochas ferrugentas, que não parecem senão ferro, disse: — «esta é a ilha do Ferro»; e não disse mal, pois a mostra da pedra bem o parece.

E porque a povoação que então havia, quando se achou, e agora há, está quase no meio da ilha, não quero logo tratar do povoado, senão de sua costa ao redor. A qual, começando deste porto, que se chama o porto do Ferro, antre as duas pontas, a de Santo André e a ponta Verde, que se mostra assi por ter em si altos e verdes feitos e gamões e outras verduras, antes de entrar nos pinhais, que, por esta parte do Norte e Noroeste, são mui espessos, e o porto está mais perto da ponta de Santo André que da Verde, à boca de uma fajã seca e arenosa, há de uma ponta à outra, começando na de Santo André e indo à Verde, onde dá volta a ilha pela parte do Noroeste, mais de meia légua, e da Verde à ponta do Sueste, pela parte de Oeste e Sudoeste e Sul até o Sueste, légua e meia, que é o comprimento; e, dando a volta por Leste e Nordeste até a dita ponta de Santo André, há outro tanto caminho, e assi fica a ilha de três léguas e meia em circuito, pouco mais ou menos; e é grossa, tanto pera uma parte como pera outra.

Alta de costa e lombada, sem ter outro algum porto senão o que está dito, nem tem, ao redor de si, outra cousa notável senão alguns penedos e rochedos, que faz, à banda do Sul, um de outro dois tiros de arcabuz, onde com dificuldade podem ir a pescar de cana alguns mancebos islenhos, ainda que não são mui dados a este exercício.

Sendo, pois, a ilha tão pequena e havendo já sido conquistadas as ilhas de Lançarote, Forteventura e, segundo alguns afirmam, a de Gram Canária e Tenerife, e pode ser que também a Palma, indo pera as Índias este João Machim, biscainho, depois de tornado já Colon e ido Fernão Cortez, inda que outros dizem que antes que o dito Fernão Cortez fosse ao descobrimento de México, nem Santo Domingo, e, antes que Magalhães soubesse navegar, fora João Machim com dois navios na volta das Índias e, de rota batida, chegou à vista desta ilha do Ferro e, conhecendo não ser alguma das já ganhadas, se espantou, vendo que era tão pequena, pelo que viu não ser nenhuma das outras de que tinha notícia, de cuja derrota tinha faltado pela não saber bem tomar ao sair de Espanha, ou pelos ventos lhe serem contrários. Como quer que seja, isto lhe aconteceu, a João Machim, como afirmam duas filhas suas, Maria Machim e Luzia Machim, moradoras na Palma, as quais na ilha do Ferro se criaram, vindo-se seu pai nela morar por lhe haver feito El-Rei D. Fernando mercê de muita parte dela, como adiante se dirá.

Mas este é o primeiro descobrimento desta ilha e o primeiro espanhol que nela entrou, o qual, levando (como disse) a derrota das Índias e chegando à vista desta pequena ilha, se deliberou de a reconhecer e entrar nela e, surto no porto que viu disposto pera encorar, saiu em terra e, vendo rasto de gente e gados, sem achar pessoa alguma a quem perguntasse o que era, espantado passou adiante e, entrado mais dentro, depois de subido aquele primeiro vale, achou um campo chão, onde viu mais gado e ouviu muitas vozes, às quais estiveram

atentos ele e os que em sua companhia iam, que podiam ser seis ou sete pessoas, parecendo-lhes que ouviam cantos, e assi era, que a esta hora o rei desta ilha, com todos os que nela havia, estavam em um geral sacrifício que ofereciam ao modo gentio.

João Machim, com os seus, correu pera aquela parte onde ouviam as vozes, e não andaram muito que não viram o que era; vendo-o, estiveram quedos por não serem sentidos, espantados de ver a maneira com que faziam seu sacrifício. E imaginando como dariam neles, se iriam logo acometê-los pera tomar alguns, ou se tornariam aos navios a trazer mais gente e melhor aparelho pera fazer a presa, acordaram não mais de como estavam chegar a eles, como fizeram.

Este rei, segundo os antigos islenhos afirmam, se chamava Ossinisso, que em sua língua quer dizer rei que guarda justiça, o qual usava muito estes sacrifícios, pera que Deus lhe mostrasse o que havia de ser dele e daquela sua gente, e tinha dito aos seus que umas gentes santas e boas os haviam de levar daí a outras partes onde haviam de ter maiores e melhores cousas que as que ali possuíam, e os tinha previndos (sic), dizendo mais que, quando estes santos e bons homens os viessem tirar daquele cativeiro, os conheceriam por isto, que não lhes fariam nenhum mal, senão bem, e lhes haviam de dar grandes e boas cousas e, desta maneira, estivessem advertidos e avisados, que os que os haviam de livrar daquele lugar cercado de água viriam a eles pacificamente.

Era isto antre eles já mui comunicado e notório, e todos tinham esperança de ser dali a melhor lugar transferidos, pela qual causa nada se alteraram quando João Machim se descobriu com os seus, e, ainda que muitos deles, que a este tempo estavam com El-Rei, puderam tomar pedras e seus paus tostados, com que e a suas mãos uns com outros em suas pelejas se feriam, não o fizeram, mas alevantaram-se todos assi juntos, retirando-se atrás, a um lugar mais alto, o que vendo João Machim e os seus, disseram: «a eles, a eles, tomemos alguns». E aconteceu que a filha de El-rei, que estava ainda como suspensa e embebida ou transportada no sacrifício, ou pelo permitir Deus pera bem seu, não se alevantou. E indo João Machim já mais depressa pera onde os islenhos e El-Rei estavam, inda que não com espadas desembainhadas, senão cobertos com suas rodelas, passaram por onde a moça, filha de El-rei, estava, sem se haver levantado, e podia ser não a ter El-rei achado menos (sic), e, como João Machim, que ia adiante, a viu, deitou mão dela e, posto que El-rei, seu pai, viu que lhe tinham tomado a filha, nem por isso se moveu donde estava, mas consentiu que a tivesse João Machim pela mão, ao que a moça se pôs a chorar; e João Machim a começou afagar e quanto mais a afagava tanto mais ela chorava, dando maiores gritos, o que não sofrindo (sic) João Machim (ou seria algum dos seus), deu-lhe uma bofetada, à moça, que com seu tamarco de couro vestida estava. Vendo isto, el-rei, seu pai, disse aos seus:-«não são estes os homens bons e gente santa que nos vem a buscar». Dizendo isto, se moveram contra João Machim os seus às pedradas e com seus paus tostados, tão rijos como de ferro, a ferir neles. Mas João Machim, que valoroso biscainho era, deu a moça a um dos seus, que a levasse às naus e fizesse vir prestes gente sua com armas pera se defenderem dos islenhos, que muitos acudiam das covas, que parece serem já idos do sacrifício, quando o Machim chegou. O que levava a moça pôs tal diligência, que a tomou às costas com a boca pera riba por que mais a cegasse o Sol e também por que lhe não mordesse com raiva no pescoço; que, em breve espaço, chegou ao porto com ela e avisou do que passava os companheiros, os quais logo foram ao socorro, tornando o da moça com eles, que podiam ser uns e outros até cinquenta homens, afora os marinheiros que nos navios ficavam. Acudiram contra João Machim e os outros mais de trezentos islenhos, homens e mulheres, moços e moças, com paus e pedras, e tão ousadamente os acometeram, sem ter de ver com as espadas que os espanhóis traziam, que, com trabalho, podia João Machim virar o rosto a um cabo e a outro pera ver o que os companheiros faziam, por não serem cercados dos islenhos, porque, se a isso chegaram, sem falta foram tomados e mortos; e, assi, se foram o melhor que puderam, retirando atrás, onde viram que se podiam melhor defender, porque tinham já muita necessidade. E, estando em tal perigo, disse João Machim: «não pelejam estes gentios com paus, senão com ferro, e assi são rijos como ferro». E, se não chegaram a este tempo os que vinham das naus, todos os seis, que eram, foram mortos. Chegando os das naus, fizeram tanto, que puderam tirar daquela briga ao Machim e seus companheiros quase mortos. E por ser tarde e por não se atreverem contra tantos, se recolheram pelo vale abaixo; os islenhos os seguiram, até que viram o porto e descobriram as naus. Vendo-as, de espantados se puseram mais a olhá-las que a segui-los abaixo, onde ao embarcar puderam fazer muito dano, e, desta maneira, se puderam embarcar os espanhóis sem impedimento.

Isto contava um islenho chamado João Roiz, ferrenho, e Maria Machim, mulher nobre antiga, moradora na Palma, que de Espanha veio com seu pai e mãe ao Ferro, a qual dizia que, antes que a Palma se ganhasse, se ganhou o Ferro. Luzia Machim, irmã desta Maria Machim, ainda que assaz velha, era muito mais moça e contava o mesmo, posto que não havia conhecido a seu pai. Sua mãe era islenha, porque, morta a mulher que trouxe este Machim, se casou com uma formosa islenha segunda vez, e queriam dizer que também era filha deste Rei Ossinisso. O qual, com os seus, vendo que nada tinham aproveitado aquele dia na empresa que tomaram de pelejar com tão poucos, sem poder tomar algum deles, nem os espanhóis tão pouco lhe tinham feito muito mal (por donde parece claro que não levavam arcabuzaria, ou por ainda se não usar, ou por alguma outra razão), acordaram os islenhos de não se apartar daquele lugar, sobre o porto, até ver se saíam, ao outro dia, fora seus contrários.

João Machim e os seus, que mui espantados estavam de como os islenhos os haviam tanto perseguido e posto em extremo de se perder, se curaram das escalavraduras dos paus e pedras, que tinham recebido, e feridas, como se foram feitas com dardos de ferro, pelo que disse o Machim que bem pareciam paus de ferro e não de madeira e feridas de ferro e não de pau, e que, com razão, lhe chamaria ilha de Ferro, pois como o parecia nas pedras assi o era nos paus e nos gentios dela; e disse mais: — «Tornemo-nos daqui a dar conta a El-rei, meu Senhor, desta ilha do Ferro e levemos-lhe esta peça que nela, com tanto trabalho, ganhámos e far-nos-á mercês.

Outros dizem que disse mais: — «E oferecer-lhe-emos a primeira ilha que se viu com gente e, por testimunha, lhe levarei esta moça tão fermosa que tomei». Pelo que crêem alguns que o Ferro foi a primeira ilha que se descobriu, ainda que não a primeira que se tomou. E assi parece, porque desta vez teve El-rei D. Fernando motivo pera mandar quem as conquistasse todas a um tempo por diversos conquistadores, pois Lançarote e Forteventura couberam aos Sayavedras e Ferreiras, Canária, Tenerife e a Palma a D. Afonso e a D. Luiz de Lugo, seu irmão, o Ferro e a Gomeira aos de Ayala de Xerez e a Machim e a seus companheiros.

Seja como for, o João Machim, estando já curados e descansados do trabalho daquele dia, pesava-lhe de não haver tomado outra moça ou pessoa daqueles islenhos, pera que se apaziguara aquela fermosa moça, e acordou com os mais de sair pela manhã outra vez a eles e tomar os que pudessem. Mas, como, em amanhecendo, vissem todos os gentios juntos e com grande alarida, entenderam que nenhum deles escaparia se determinassem sair em terra, porque estavam os imigos em tal lugar, que, com não fazer mais que deitar pedras com os pés, não poderiam subir nem fazer presa; e vendo ser inútil seu propósito, se lhes mudou em que alçassem as velas, elevassem âncoras e fossem à volta de Espanha a dar conta disto a El-rei, como logo fizeram, porque tinham de carnes frescas havida grande cópia, que os que nas naus ficaram, enquanto Machim com os mais andaram lá no encontro do sacrifício, não estiveram ociosos, mas saíram a ver de curiosos a terra e tomaram muito gado cabrum, que mataram e salgaram, com o qual, tendo tempo que lhes serviu, em poucos dias chegaram a Espanha e à corte, onde, sabido por El-rei D. Fernando o que passava e vista a moça que traziam, deu crédito a Machim.

Ao qual mandou com outro capitão, chamado Ayala, com bastante armada, logo no ano seguinte, a esta empresa. E chegando à dita ilha um dia de Santo André, a tempo que os naturais dela também estavam em outro sacrifício, como os espanhóis iam apercebidos e soubessem bem o que haviam de fazer, sem nenhum temor saltaram em terra e, sendo dos islenhos sentidos, se alevantaram, mas como viram tantos, não quiseram pelejar, mandando-lho assi seu rei. E em um instante desapareceram todos, metendo-se em suas covas, donde nenhum saiu aquele dia até o outro, em que saiu El-rei, primeiro, e todos sem paus nem pedras, fazendo sinal com as mãos, umas em cima doutras, de querer paz com os que vinham, principalmente conhecendo a Machim, que dantes tinham visto, na primeira entrada. E El-rei, que antre todos se adiantou, lhe foi dando a mão à maneira de paz e conhecimento, e porque Machim soube da filha seu pai se chamar Ossinissa e outras cousas que dela pôde aprender na língua islenha, por a moça ir tomando em breve a língua espanhola, foi o mesmo Machim também com sua mão tomar a de El-rei, dizendo: — «Ossinissa, tu leyva Nisa (que leyva em islenho ferrenho quere dizer filha e Nisa era o nome próprio da filha) manda por ti». E como traziam aviso dos nomes das cousas que lhes era necessário tratar, se abraçaram. E logo El-rei se foi fazer o mesmo a D. Diogo d'Ayala, que, por capitão-mor, vinha com Machim pera conquistar outras ilhas, como por ordem de El-rei traziam.

E outros querem dizer que Ayala e Machim vieram três anos depois que a Palma foi ganhada e as outras ilhas, conforme ao que Maria Machim dizia, e João Roiz Ferrenho (sic) afirmava que dali a um ano. Mas bem podia este não acertar, pois não sabia de conta ao tempo que foi tomado, ou por ser já muito velho.

Estando El-rei e os capitãis assentados em toda paz, Ossinissa fez sinal aos seus que se viessem oferecer aos capitãis, o que todos fizeram. E El-rei mandou trazer uns vasos, a modo de pratos de barro (que eles fazem mui lisos, às mãos lavrados, e brunidos com calhaus), cheios de requeijões e natas e de gofio amassado com leite, porque tinham uso de cevada, de que tostada e moída antre pedras, ou pisada e limpa, o faziam a seu modo. E lhes fez presente de tudo isto com grande amor, dizendo a Machim na sua linguagem que comessem ele e o capitão Ayala, ao que respondeu Machim que por seu amor o fariam, e assi comeram de tudo, mandando das naus trazer outras cousas e vestidos pera Ossinissa e muitos mantimentos, vinho e frutas de Espanha e de todos os mimos que os capitãis traziam pera suas pessoas. E desta maneira se irmanaram todos em breve espaço, como se de longo tempo se conheceram, o que bem parece vir ordenado por Deus, que foi servido não se perderem as almas destes islenhos, desta e das mais ilhas, e quis por este meio trazê-los ao grémio da Igreja e a seu conhecimento.

Os capitãis, pelo regimento que de El-Rei levavam, puseram em execução o que convinha. Fizeram logo a igreja do Apóstolo Santo André, assi como puderam. Informou-os Machim pela língua na fé; receberam baptismo e, em quatro meses que estiveram os capitãis na terra, fizeram casar sacramentalmente aos que acharam juntos, o que eles admitiram de boa vontade. Dentro em um mês se lhes disse missa na igreja feita e acabada, informados que aquele era o divino e verdadeiro sacrifício. Aceitaram a fé com grande amor e devação.

Deram-lhe vestidos e calçado, de que El-rei D. Fernando mandou levar muita cópia, com as quais obras os obrigaram tanto, que nem irmãos nem irmãs queriam ver senão aos espanhóis.

E assi acabou de confirmar Ossinissa que Deus lhes mandara aquele bem pera os tirar da gentilidade e caminho de perdição, e trazer ao caminho da Verdade. E outras cousas que seria longo processo contá-las. Abasta, em suma, dizer que eles ficaram pera sempre verdadeiros cristãos. Ficaram com eles clérigos e gente espanhola. E todos louvavam a Deus pela mercê que lhes fez.

El-rei ficou como capitão de todos, mas dando a obediência a um irmão de Ayala, que aí ficou com cargo de justiça por El-rei.

E acabando de pôr em ordem todas as cousas, a igreja e duas ou três casas que os espanhóis fizeram, puseram nome à vila, Vila dos Chãos, que lá dizem Lhanos de Santo André da ilha do Ferro, a qual está assentada em um campo ou grota à maneira de várzea ou fajã, ou vale, onde, de uma e outra parte, tudo são covas em rocha e em terra, feitas as mais delas à mão, tão bem lavradas e repartidas dentro, como umas lógeas bem traçadas.

Parece que quando estes (?) antigamente ali foram deitados, que lhe ficaram instrumentos de ferro com que as fizeram, e não lhe ficando instrumentos de frágua e fogo com que pudessem fazer ferramenta pera cultivar a terra, consumiu o tempo tudo. E, ainda que tivessem uso de cevada e a colhiam, era lavrada a terra com paus tostados de tea e til, com que recolhiam pera seus gofios o que haviam mister.

Dizem que também das raízes dos feitos e gamões comiam, assadas e cozidas com a carne, mas bebiam leite, porque em toda aquela ilha não há água corrente de fonte, nem ribeira que seja manifesta, nem poço algum, ainda que cavem até o centro; tudo é sequíssimo e estéril, sem nenhuma humidade, e a pouco espaço que cavem, logo dão com a pedra, como na ilha de Santa Maria, quase sua semelhante na aparência da terra e grandura, mas não tão alta no cume como os picos dela.

Ayala e Machim, havendo primeiro corrido e andado toda a ilha, posto que estava cheia de arvoredo e pinhais, especialmente pera a ponta de Santa Luzia, que cai à parte do Sul, ou quase à do Sueste, donde divisaram e viram a ilha da Gomeira, que até li (sic) não era achada, e, como lhe pareceu que estava mui perto, dia de Santa Luzia se partiram pera ela, que dista oito ou nove léguas uma da outra, quase Noroeste Sueste. Os quais deixaremos em sua viagem por tornar a particularizar as cousas que há na ilha do Ferro e como os espanhóis e islenhos, até hoje, são os habitadores dela, ainda que não são muitos agora, porque, como foram práticos e caíram em bom uso da razão, logo se deram a ir-se daí a outras partes. Mas

parece que jamais se extinguirão até o fim do mundo, porque sempre as covas estão cheias deles, e não fazem casas, senão algumas que se casam com portugueses.

Já tenho dito como esta ilha do Ferro é, pouco mais ou menos, de três léguas e meia, e quanto há do porto à vila, e o nome, sítio e moradas que tem, e como não há fonte em toda ela, nem água alguma, manancial, nem de poço.

Mas Deus, que não deixa ninguém sem remédio, proveu esta terra, e já no tempo dos islenhos, antes de serem conquistados, lhe tinha dado um estranho socorro, não com tanta abundância, como é depois que os espanhóis entraram nela, que o ampliaram, dando o Senhor a indústria. E é desta maneira, afora o que de outras informações disto tenho contado.

Há uma só árvore grande, indo pera a encumeada, não mui longe dela, que está como em uma quebrada em uma fajã pequena, ou vale sombrio, por estar algum tanto como em uma cova, onde o vento não chega rijo, nem entra, senão manso e brando, pelo que continuamente nesta parte há névoa, e se lhe falta alguma hora do dia, não passa outra que não acuda logo a névoa sobre a grande árvore; a qual, como tenha em si a névoa, logo destila água de si em tanta abundância, que faz ao pé, e ao redor dele, charcos de água, onde os islenhos tinham feito com paus e pedras, cavando a terra, umas covas à maneira de tanques ou poças, em que tomavam aquela água, que bebiam, e da que corria sobeja destas poças davam de beber a seus gados.

Vendo os espanhóis ser este lugar remédio único pera haver água, dispuseram-se a cortar tea e fazer caixas grandes e grossas, como pera lagares, pondo por baixo da árvore alguns destes tanques de madeira, nos quais tomaram e foram tomando tanta água, que lhes abastava a eles e a seus gados. Crescendo depois mais o povo e havendo mais necessidade, usaram os homens de mais indústria e fizeram tudo ao redor da árvore, por baixo, um tanque em quadra tão grande, que levará mais de três mil pipas de água, o qual sempre está com muita, ainda que não cheio; e é tão boa e sã, que a chamam a água santa, e a árvore também santa, a qual está fechada e os meirinhos têm a chave e se reparte por todos, três ou quatro vezes cada somana (sic). E é cousa maravilhosa que jamais está vazio. Mas, por causa dos gados ovelhuns e cabruns, que há agora mais que nunca houve, se põem tanta guarda nesta água, ainda que pera tudo sobeja. Bendito o Senhor em todas suas obras, que tão prestadio remédio foi servido dar pera tal necessidade.

A árvore, em que o Senhor pôs este bem tão necessário, dizem alguns não se conhecer de que espécie seja. Um serrador de madeira, ou carpinteiro, que aí foi ter da ilha da Madeira, afirmou ser til, assi na folha como na casca. Ninguém ousa chegar a cortar nela. Tem as folhas estreitas e compridas quase como de pereira, senão que é mui verde e obscura, tanto que é quase preta e mais comprida e não tão lisa; a casca é como a do vinhático e quase parece à do castanheira. É árvore que se parece muito com o barbusano em sua pretidão e postura, mas não na folha. E se o cerejeiro tivera a folha mais larga e romba da ponta, mui aparente lhe fora, ainda que não na cor preta e verde obscuro que mostra. Finalmente é cousa maravilhosa, querida e dada por Deus, e, como tal, não se compreende nem distingue bem se é certamente til ou não, ou que pau seja, mais que ter maior aparência de til que doutra alguma árvore.

Seja o Senhor louvado pera sempre universal e gracioso provedor, que, sendo esta ilha, de que trato, por obra natural, estéril de águas e sem refúgio de se poderem haver pera o uso humano, proveu sua divina clemência e sumo poder, por via tão maravilhosa, de tão bastante remédio. Digo via maravilhosa, pois fez uma só árvore, apartada de todas as outras que estão na subida pera o cume da ilha, da parte do Sul ou quase Sueste, atractiva das nuvens e névoas, que, postas em cima, à maneira de cobertura e manto, estilasse de si continuamente água, a mais doce, sã e sabrosa (sic) que se tem visto.

Cousa é de admiração e pera, por ela, louvar muito ao Senhor, pois está claro não suceder isto a caso (sic), nem ser tanto obra natural, posto que sejam as árvores atractivas da humidade. Mas como há outras muitas pelo mesmo vale arriba, muito espessas, e não atraem névoa assi particular, como esta, senão quando a serra e encumeada acerta de se toldar toda (sic). Mas esta não assi, senão que o mais do tempo se põem (sic) sobre ela a névoa e logo estila água, como todos vêem e de que todos bebem.

Está esta fonte desta árvore da vila de Santo André mais de um quarto de légua. E não edificaram a vila junto dela por não ser lugar disposto e conveniente pera isto. Nem ousaram edificar ali moradas por não ser causa de expeller (sic) aquele bem da nuvem, nem fazem

lavouras pela mesma razão, senão já apartado em Santa Luzia e nos Chãos, que eles chamam Lhanos.

O mais de outro vale, do povo pera o mar, à parte do Nordeste, que quase vai a Leste, tem prantado de vinhas. O pão, que mais se dá nesta ilha, é cevada branca muito boa, de que fazem gofio os islenhos, e todos são criadores, liberais e bons cristãos.

O trato da terra é lãs, queijos, breu, que fazem muito, por ser a maior parte pinhais. Também carregam nela navios de cevada pera Espanha e, às vezes, pera a Palma. Fazem muitas chacinas de gado miúdo. Há muitos porcos, que se criam nos feitais.

Tem a vila mais de cem vizinhos. A Santa Luzia, começam a fazer outra povoação.

Isto é o que desta ilha pude saber em soma.

Do Machim e da filha de El-rei Ossinisso direi na descrição da Gomeira.

CAPÍTULO VIGÉSIMO

COMO FOI DESCOBERTA E TOMADA A ILHA CHAMADA GOMEIRA, E DE ALGUMAS COUSAS DELA

A ilha chamada Gomeira (em que tocou Cristóvam Colon quando no ano de mil quatrocentos e noventa e dois ia descobrir as Índias Ocidentais, ou Antilhas), foi achada e tomada, depois da do Ferro, por Machim e Ayala ([254]), capitãis, os quais, como a vissem, estando no Ferro dia de Santa Luzia, a souberam bem demarcar. E partidos pera ela, levando-a sempre à vista, chegaram em breve espaço aquele próprio dia à parte do Norte, onde agora chamam S. José.

E chegados com suas três naus, os gentios islenhos, que por ali traziam seus gados, espantados de ver o que nunca viram, se começaram a juntar, chamando e apelidando uns a outros e correndo todos ao mar, crescendo cada vez mais, na dianteira dos quais andava um velho branco, de cabelo comprido, mais ornado de seus tamarcos de peles, o qual pondo-se em um alto de uma ponta, disse o capitão Ayala a João Machim: — «Parece, aquele S. José, que se espantou com os três Reis do Oriente»; — mas não fugiu, senão chegou-se a eles, pelo que ambos estes capitãis disseram: — «Se Deus nos deixa tomar esta ilha, aqui se fará uma igreja do Benaventurado S. José», - como fizeram logo depois da ilha entrada.

Aquele dia se deixaram estar ali ancorados por ser já tarde e o lugar dificultoso de entrar e áspero, ainda que não mui alto, aguardando até o outro, fazendo conta de correrem a costa com alguma barca pera ver onde seria melhor a saída. Vinda a manhã, viram vir ainda mais islenhos sem paus e sem pedras, como os do Ferro, senão com os braços uns sobre outros e pegados uns dos outros, como fazem os framengos quando vão contentes do vinho, pelo que entenderam estes capitãis que não eram dados a pelejar, nem tinham com quê, senão que eram pastores de gados cabruns, que viam andar pelas rochas.

Estiveram os islenhos grande espaço olhando pera as naus (era perto de Nossa Senhora da Esperança, antes da testa do Natal) e, começando andar ao longo do mar pelo alto da rocha, da banda de Leste pera a parte do Sueste, D. Diogo de Ayala e João Machim mandaram levar âncoras e, com tempo que lhe servia, foram rodeando a ilha, que redonda se mostrava por todas as partes, senão naquela pequena ponta de S. José e em outra que iam buscar, indo-os seguindo os islenhos por terra, crendo que iam buscar o porto do povoado. E chegando àquela ponta, que é de alta rocha, ainda que chã por cima, os gentios se ajuntaram muitos mais e, quedos, se puseram a olhar pera as naus que à vela iam correndo a costa com suas bandeiras e estandartes estendidos, tocando seus tambores e trombetas, ao qual som foi tanto gentio islenho junto, que, vendo-os D. Diogo de Ayala, disse: — «Valha-me Nossa Senhora de Guadalupe, e quantos, rogo-vos, Senhora, rogueis a Deus que esta nação se venha a nós em paz e nos recebam sem dano, pera que sejam verdadeiros cristãos, que eu vos prometo de neste lugar, onde agora os vejo juntos, sobre aquela ponta fazer vossa igreja». E assi foi Deus servido de lhe cumprir seus desejos; e ele cumpriu sua promessa, que logo fez a igreja de Nossa Senhora de Água de Lupe naquele próprio lugar, depois de entrada a ilha.

E mandando deitar o prumo, achando ser aquela costa limpa, ancoraram; e dali foram com as barcas, vendo pera baixo a costa, até que descobriram um bom porto que tem, onde viram a povoação. E acharam outro porto, qualquer deles disposto pera poder, por ele, entrar na terra.

Viram aquele vale que à borda do mar começava, cheio de palmas mui altas, e um sítio tão deleitoso e gracioso, que os convidava a sair nele logo, sem quererem ir mais abaixo pela parte do Sul, e tornando onde estavam as naus, à ponta de Água de Lupe (nome que lhe ficou pera sempre), folgaram aquele dia. E vindo a manhã do outro, se moveram pera a povoação que tinham visto.

E chegando ao primeiro porto que, de então, se chama o porto de Nossa Senhora de Bom-passo, nome posto pelos dois capitãis, não por ser bom de passar, senão porque viram tantos islenhos amontoados nele e quedos defronte das naus, disseram: — «Estoutro é bom passo pera rodear a estes; amanhã, que é dia de Nossa Senhora, sairemos por ele, enquanto estes estão embebidos a olhar pera as naus, que já estavam surtas». Por isso lhe ficou este nome. Como também à ilha chamaram Gomeira, por verem aquele vale cheio de palmas altas com seus frutos e dáctiles, e muitos almásticos e alguns dragoeiros, todos correndo goma de si. E outros lhe chamam Gomeira por outra razão, que adiante se dirá, mas não sei se acertam.

Como os capitãis, aquela noite, acordaram de sair pelo porto de Bom-passo pera desembarcar, por ser alto sobre todo o vale, onde ficariam senhores dos islenhos e daí veriam se queriam antes paz que guerra e, não querendo, os fariam render por força, pois podia ser que trouxessem seus surrões cheios de pedras com que podiam receber dano, como o tinham recebido dos mouros de Granada que pouco antes (parece) fora conquistada, tendo este conselho por bom, o puseram por obra.

Começando, pois, os tambores e trombetas ao outro dia muito cedo dar sua alvorada das naus, estando os islenhos pasmados e ocupados em ouvir e ver no outro porto, saíram os espanhóis no do Bom-passo e, subindo por uma íngreme ladeira, se puseram no mais alto daquela subida, onde agora está a ermida de Nossa Senhora da Esperança. Vendo-se ali, determinaram de cometer aos islenhos, pera o que mandaram tocar seus instrumentos de guerra, com que os gentios se alvoraçaram, mas não que buscassem modo de pelejar, inda que muitos eram. Vendo isto os capitãis, acordaram de mandar a eles alguns de seus soldados, cobertos de seus escudos e rodelas, e não se sabe se levavam alguns arcabuzes ou se já se usavam, ou iriam com bestas, os quais descendo pelo vale abaixo, que daquela parte era raso, sem árvores, tanto quanto lhe era mandado a tomar os islenhos que pudessem, cada um espanhol levou o seu pelo braço, daqueles que ao vale desceram, sem os sentirem os que estavam na praia, e, quando o sentiram, já eram postos em cobro. E, chegados onde os capitãis estavam, se alegrou Machim com eles, entendendo de os entender, cuidando ser sua linguage a que com a filha de Ossinisso tinha aprendido, chamada Nasci, que depois se chamou Clara, porque em dia de Santa Clara a fizeram cristã, a qual D. Clara foi depois uma insigne mulher, assi em formosura como em virtude, e prudência, e querem dizer que o Ayala, que na ilha do Ferro ficou, tornando a Espanha, se casou com ela por amor da grande amizade que com Ossinisso ou Ossinissa, seu pai, tivera e que o pai a viu casada com ele antes de sua morte.

E disto não sei mais, senão que os espanhóis cobraram a ilha da Gomeira aquele dia de Nossa Senhora, e os islenhos se vieram a eles com dansas a seu modo e ofereceram aos capitãis seus requeijões, carnes, dáctiles e palmitos, que são os olhos das palmas, pera comer tenros e gostosos. Machim nada entendeu da linguage destes; senão só por acenos se veio a dar a entender e a entendê-los, principalmente porque traziam alguns islenhos do Ferro pera este fim de serem línguas, mas não se entenderam uns a outros mais que o modo e meneios que se faziam; e quanto ao comer e trajo, todo era um, por onde em breve tempo se vieram a entender e consentir que os baptizassem e não deixavam por fazer cousa que vissem ser aos espanhóis agradável, dando as novas uns aos outros por todas as partes da ilha, que é muito maior que a do Ferro e toda redonda, de nove léguas em circuito; outros dizem que de doze.

Mais adiante do meio da ilha, tomando de Leste a Loeste, e de S. José a Santiago, que é do Norte ao Sueste, tem um vale chamado do Gram Rei, o qual tinha uma filha chamada Aremoga, que em língua islenha quere dizer Gomeira ou Gomeiroga, que é o mesmo que mulher sábia. Esta dizem que, quando soube que outras gentes tinham entrado na ilha, disse a seu pai: — «Deus quere ser com nós outros, mas tu não serás rei; vamo-los a ver por que te honrem e podes lhe dar obediência, porque estes são filhos de Deus». E logo seu pai e ela vieram como em andas a ver os capitãis e naus, avisados de todos os outros reis, que cinco havia na ilha. As andas, em que vinha cada um, eram uns paus tecidos com palmas à maneira de padiolas, senão que tinham quatro braços de cada banda, a qual traziam aos ombros oito daqueles islenhos.

E assi chegaram com esta pompa onde agora chamam Armigua, que era lugar de água, que em sua língua se chamava Angira e os capitãis lhe puseram nome Armigua, porque uma grande ribeira de boa água, onde agora estão os moinhos, que aqui vêm de mais adiante um grande espaço, toda se mete por uma caverna da terra, que ali a Natureza criou, e não se vê

mais; por isso a chamaram Armigua, como quem diz manilha, ainda que pera isso devera dizer Armilha; pode ser que se corrompeu o vocábulo, ou por outra razão não sabida.

Chegados o Gram Rei e sua filha Aregoma ou Aremoga com todos os seus que os cercavam, postos em terra e saídos da sua maneira de andas, se foram, ele com as mãos estendidas e a filha, com trajo mui honesto e alegre rosto, a D. Diogo de Ayala e a Machim, que já os estavam esperando, dos quais foram bem recebidos e festejados com toda música de estromentos e estrondo de tambores e trombetas.

E, mandando estender toalhas e tapetes pera se assentarem naquele prado, se ordenou de comer assi de carne assada da terra como do que vinha nas naus, ao que El-rei e sua filha sucederam com mostras de grande obediência, e, estando os outros quatro reis já juntos, comeram e beberam como viam fazer aos espanhóis, espantados de suas presenças e atavios e som de trombetas e menistris, que, de indústria, os capitãis ordenaram pera melhor e com mais vontade os atraer (sic) à polícia cristã.

Acabando de comer, os capitãis tomaram antre si o Gram Rei, que era de melhor entendimento que os quatro, e a filha, e fizeram que se vestissem de ricos vestidos que pera este efeito mandaram trazer das naus a este lugar, apartado quase uma légua do porto, sem nenhum pôr dúvida a se vestir e calçar, com o qual os capitãis se fizeram amar e obedecer deles e os foram ensinando a entender a língua espanhola, em que os deixaram destros e cristãos em cinco ou seis meses que aí estiveram, e com quatro ou cinco igrejas feitas e todo o necessário pera celebrar nelas. Todo o dito até aqui se soube de D. Fernando de Ayala, irmão de D. Diogo de Ayala, conde que agora é da Gomeira e do Ferro, bisneto do conde primeiro desta ilha, que foi primeiro capitão, de que, ao presente, digo que a descobriu com João Machim. Dizem que viveu muitos anos e foi mui prudente e bem acondiçoado e agradável a El-rei D. Fernando, que de pobre fidalgo o fez conde. E este seu bisneto D. Fernando, que agora é conde e casou na Palma, contou isto que de seu bisavô tinha lido e ouvido ao conde D. Afonso, seu pai, que foi o terceiro conde desta ilha, e a outras pessoas ([255]).

Foi esta ilha e a do Ferro havidas sem morte nem dano de alguém, que, como disse, dista uma da outra nove léguas. E a Gomeira da Palma outras nove, de terra a terra, e, de porto a porto, doze. E de Tenerife, de terra a terra, cinco e, de porto a porto, onze, demorando-lhe Tenerife a Les-Nordeste e a Palma ao Norte e a ilha do Ferro ao Noroeste, e ela oposta a todas, ao contrário destes rumos, redonda e alta. Em toda a costa ao redor se apanha urzela, como no Ferro, a melhor que vai a Frandes.

Toda a costa é de uma rocha ruiva, pelada e descoberta de árvores, à banda do Norte e Noroeste, Leste e Nordeste, pelas quais partes se dá muito pão, ainda que não tem água, senão uma fonte a S. José, e um areal à entrada da ponta, onde um islenho achou uma vez um tão grande monte de ambre, que pudera fazer ricos a todos os da ilha, se fora pera isso; parece que conheceu mal o que era, crendo, todavia, ser alguma cousa boa, e descobriu-se a quem o disse ao conde D. Afonso de Ayala, pai do que agora é, o qual, como o soube, foi com pessoas de sua casa aonde o ambre estava escondido pelo islenho meio português, dizendo-lhe que era seu, e quase por força lho tomou, que dizem ser mais de um grande quarto dele. Como o conde o teve em seu poder, trabalhou de contentar ao islenho com afagos e alguma cousa que lhe deu, dizendo-lhe que, se fosse aquilo cousa boa, o faria homem, se se calasse pera que ninguém o sentisse; e descobrindo-lhe o islenho que tinha mais um saco cheio em sua casa, que levaria indo com ele pera Espanha, o houve o conde à sua mão com cor de ir todo em uma pipa, que diria ser de açúcar, e com todo se foi a Espanha, deixando ao islenho. E lá se aproveitou do âmbar que vendeu por milhares de cruzados, com que pagou grandes dívidas que devia em Sevilha ([256]), porque era amigo da corte e tinha muitos filhos, alguns deles bastardos. Sabido isto pelo islenho, foi ter com ele, requerendo-lhe que lhe pagasse, senão que o faria saber ao imperador; pela qual causa satisfez o conde ao pobre islenho, que se contentou com o que lhe deu. Se assi é, como na Gomeira se conta.

Junto desta ponta de S. José há esta fonte, que disse, e uma maneira de parecer porto, onde dificultosamente podem abaixar ao areal, e não há outro porto nem descida em toda a banda do norte, nem do Noroeste. A Loeste, estão uns pequenos ilhéus de penedia, apartados da ilha no mar, onde também não há caminho por ser rocha talhada. À parte do Sudoeste e à do Sul parece haver fontes e árvores verdes.

Indo, pela parte do norte, do porto de Bom-passo ao de Guadalupe, há mais de légua, e do de Guadalupe ao de S. José há mais de duas léguas e meia, o qual porto de S. José está

direito Norte Sul com a brenha da cidade da ilha da Palma oito léguas e meia e Leste Oeste, com a ponta de Nagua de Tenerife, cinco léguas. Da ponta de S. José à de Arure, que está no meio da ilha, há duas léguas, e de Arure ao porto de Bom-passo, a Leste, quatro léguas e meia, e outras quatro e meia até o porto de Santiago, que está com a boca ao Sueste e é um dos melhores que há nas ilhas todas; tem este nome por D. Diogo de Ayala fundar ali uma ermida deste apóstolo com pedra branca que ali havia, lavrada por oficiais, que mandou vir de Espanha pera as fortificações da ilha. E depois mandou prantar aquele vale de árvores de espinho e de outras sortes de frutas, que ali se dão muitas e boas, cercadas ao redor de grandes vinhas. Dista do porto da vila quase duas léguas.

De modo que, contando toda a costa com suas pontas e feição da ilha, tem toda em circuito onze léguas e meia e sem estas particularidades tem nove somente, e em diâmetro por todas as partes três e meia, pouco mais ou menos. Mas ainda que é pequena, dá muitos proveitos de pão, vinho, açúcar, queijos, lãs e chacinas. E tem mais bestas asnais esta só que todas as outras, porque há muitos homens que têm, cada um, mais de cinquenta e sessenta asnos. E a um Gaspar Borges, grande artífice de cousas de ferro, que foi aí ter, roubado, cometeu o conde D. Belchior e Almenara, seu governador, um casamento, dizendo que, além dos bois e fazenda de raiz e dinheiro, lhe dariam cinquenta asnos, ao que ele respondeu:- — «Se eu tal fizer, seremos cinquenta e um», pelo que não lhe falaram mais nisso.

É esta ilha da Gomeira mui frutífera. E antre o porto do Bom-passo e o Grande, que é toda a boca de um vale tem uma honrada vila, grande e bem situada, rica e povoada de nobre gente.

O porto de Bom-passo, ainda que é pequeno, se fez porto por terem nele abrigo os navios com o tempo Sul e Sueste, ainda que este com a boca a Les-Nordeste; mas é abrigo a estes ventos por causa de uma comprida e larga ponta, que da terra, como espigão, sai ao mar, tanto como um tiro de arcabuz do lugar onde está a igreja de Nossa Senhora do Bom-passo, abaixo da qual é tão delgado, ametade, que não há, de um mar a outro, mais grossura que de uma rua, e a outra ametade vai fazendo cabeça e alargando-se mais que uma boa praça redonda, indo torcendo o pescoço sobre o braço esquerdo, com que faz ficar o dito porto de Bom-passo seguro de todolos ventos, porque, como está com a boca pera o Nordeste e, a esta parte, a ilha de Tenerife seja mui alta com a encumeada do pico de Teide e a ponta de Chasna muito baixa, porque do cume pera ela corre muito costa abaixo, por onde não há vento que lhe faça dano, nem pera Deixe, fazem grandes calmarias antre estas duas ilhas nesta parte a todos os ventos, senão ao Norte e Noroeste; pelo que este porto fica abrigado pelo lanço que entra no mar antre estes dois portos na parte que é grosso e largo, (sic) é também mui alto, todo de rochedo, com que corta as amarras, e este só dano tem, mas nunca nele se perdeu navio.

Também à banda de Nossa Senhora de Guadalupe faz outra sacada muito grossa ao mar, à maneira de meia rodela, com que abriga um porto e outro do Norte. O porto Grande entra pela terra na boca daquele vale, onde agora é a vila, todo o que é de comprido, o espigão que antre os dois portos está, e bota pela parte do Norte a um forte que se fez depois que Pé de Pau ali foi e acometeu esta ilha o ano de mil e quinhentos e cinquenta e três, em véspera de S. Pedro ad Vincula, mas não ousou nem a pôde entrar, tão bem se souberam valer e animar os moradores dela, islenhos e não islenhos, como adiante direi. E vai fazendo esta boca uma volta pera a parte do Norte, e pera o Noroeste vai em quadra tanto como o vale é de largo, que será dois tiros de arcabuz.

E faz a ilha, à banda do Sul ou Sueste, outra grande sacada de meia légua ao mar em torno, à maneira de um muro redondo, e pera a serra vai subindo até o cume dela, chamando-se Serro do Camelo por ter no alto uma grande árvore com uma corcova de um braço, com que parece camelo a quem a vê da vila e de outras partes; e logo torna a dar volta pera o Norte e cerra-se arriba do vale com outro Serro de Bom-passo, que vai subindo cada vez mais até se ajuntar com o do Camelo; dali pera baixo é tudo vale chão e espaçoso, onde está a vila quase em redondo, a qual se parte em quatro ruas: a de Pero Tomel, genro do conde e cunhado do que agora é, a de Samora, a de S. Francisco e a que vai de casa do Conde, por fora da praça, à igreja.

Na praça estão três palmas quase tão altas como a torre de Sevilha, que cansa a vista de olhar sua altura, mas não dão dáctiles.

Defronte do porto, no meio do areal, está uma torre de cantaria com seus tiros e mais pera a vila, à parte do mosteiro de S. Francisco, está uma alagoa de água doce, onde há rãs como em Espanha, e mais pera a praça está um poço, que só ele é de água salobre (sic) em toda a ilha,

de que se provêem os navegantes; e, afora este poço, há mais de cento na vila, que quase todos têm em suas casas de doce e gostosíssima água, a qual afirmam todos ser a ribeira dos moinhos de Armiga que disse se metia por um algar na terra e não se vê mais, sendo muita. Com a qual água dos poços que os moradores fazem em suas casas, cavando somente até duas braças, escusam o serviço de fora. Com uma grande enchente de água de Armiga, que pela mesma ribeira veio, há poucos anos, arrebentou na vila, e alagando-a toda, cuidando os moradores ser subvertidos, se acolheram às ladeiras altas do vale e, cessando o impeto da ribeira, cessou a água na vila e tornou tudo a seu lugar, como dantes, ainda que se diz ficar a boca aberta da água, que arrebentou abaixo da ermida de S. Sebastião.

Outras três palmas estão na horta do esprital ([257]), que dão tâmaras e, segundo dizem, não é tudo uma cousa dáctile e tâmara. E outras palmas há na vila e no mosteiro de S. Francisco.

A igreja principal tem sete piares ([258]) por banda; é da advocação de Nossa Senhora da Assunção. E há cinco ermidas, em uma das quais, de Nossa Senhora dos Remédios, está uma fermosa, grave e devotíssima imagem de Nossa Senhora, de pincel, que parece penetrar e inflamar em devação o coração de quem a vê, a qual deu ao Conde e à Condessa um grande senhor que ia por vizo-rei pera as Índias, que lhe não pôde negar, sendo pedida pelos grandes presentes que deles tinha recebido.

Quando Pé de Pau foi ter a esta ilha da Gomeira, depois de saquear a Palma, ancorou no porto desta vila véspera de S. Pedro Ad Vincula, pondo suas oito ([259]) naus apartadas umas das outras pera que o tomassem todo, a fim de fazer dano em todo lugar, por então ser mau de defender e não ter fortaleza, como agora tem ([260]). Mas os gomeiros souberam mais que ele, porque todos vieram à praia e a Bom-passo, fazendo de noite trincheiras e covas na areia em que se metessem quando disparasse a artilharia, que o dia seguinte todo esteve disparando. E vendo os gomeiros que se deliberava o imigo cometê-los, mandaram, a noite que veio, fora da vila as mulheres e moços e moças, e todas as pessoas que não eram pera pelejar, estar sobre os altos, que cercam o vale, com seus tambores e bandeiras e paus por lanças e arcabuzes, que parecesse vir gente de dentro da terra a defender a entrada do porto, e, entrando com este ardil, antes de sair o Sol, se mostrou uma companhia ao Camelo e outra em outro espigão, ali perto, e outra ao caminho de Armiga; e como Pé de Pau e a gente das naus os viram, parecendo-lhe ser grande número de gente e ser impossível poder entrar na terra, que se defendia melhor que os da Palma, mandaram alçar âncoras e velas, ouvindo os gritos e desafios dos gomeiros que lhe chamavam feios e injuriosos nomes, dizendo que saíssem e não fossem fugindo, que bem aparelhadas lhe tinham as mesas e os mimos. E desta maneira ficou a terra livre, e esteve mais de vinte e quatro anos que franceses tornassem a ela, informados uns de outros da boa gente que tinha.

Mas depois, haverá seis ou sete anos, foi entrada de noite, por má vigia, e o conde e condessa, pela misericórdia de Deus, escaparam sós e quase sem vestidos, e os franceses, a modo de turcos, cativaram os que puderam tomar e saquearam quanto acharam aquela noite e, pela manhã, lhes deram resgate, o qual havido, se foram, sem estar mais no porto, temendo não lhe viessem os de dentro da terra fazer algum mal, os quais são tão poucos que não há setenta moradores, e os mais dos que têm lá suas fazendas moram na vila, senão os que estão nos engenhos de açúcar, que são três.

Armiga, de que já disse, é um lugar quase uma légua da vila, onde estão os moinhos; há nele até doze vizinhos, todos lavradores, em casas apartadas umas das outras, segundo têm suas fazendas, onde esteve a corte do Grão Rei, pelo que se chama o Vale do Grão Rei ([261]); é muito fresco, com uma fresca ribeira de boa água, em que se acham grãos de ouro que o ano de cinquenta e cinco, em Setembro, um mestre Lourenço Florentim, indo por esta ilha pera as Índias de Castela, como era bom apartador, apartou em umas bacias, não de cobre, como se costuma, mas de pau, e tirou grãos que valeram três cruzados.

De Armiga e Benchehigua, nome islenho que quer dizer terra fresca, há perto de meia légua; é também grangeria, onde está um engenho de açúcar dos Samoras; tem terras de pão, como Arure, que cai à parte do Norte, onde há muitos pastos, e à banda do Sul está Chepude com o engenho de açúcar de Preto Meleão, genro do Conde.

Arure em língua islenha quer dizer casa de El-Rei e Chepude terra de palmas, porque légua e meia, que pode haver de Benchehigua a Chepude, tudo são palmares que dão dáctiles e não são as que dão tâmaras. Os dáctiles são como azeitonas pretas, daquela feição e redondos, senão que não são agudos na ponta, de cor lionada, mui gostosos e muitos, por ser tão

espesso o palmar, que com trabalho se pode andar antre ele, onde há grande cópia de veados, que não tem nenhuma das outras ilhas, multiplicados de dois pares deles que de Espanha mandou trazer o Conde D. Afonso de Ayala por sua recreação, vendo este lugar disposto pera esta criação. O ano de mil e quinhentos e cinquenta e cinco, no princípio de Novembro, foi a esta caça o Marquês de Canhete, que ia por viso-rei às Índias a Perú, com dois seus filhos e outros muitos fidalgos, sendo conde D. Belchior, que aquele ano era entrado na terra, e os levou a este Chepude e mataram três cervos que, com grande festa e som de estromentos, levaram abertos e atravessados em azémalas com dois porcos do monte à vila. E a Rure (sic) foram à caça de perdizes, de que há muitas da banda do Norte, que é rasa e descoberta, com algum mato baixo e verde.

Está Rure de Benchehigua meia légua, dali às rochas e costa, passando uma serreta sem árvores altas, senão palmitos, da parte do Norte e Noroeste, há mais de meia légua.

Os outros palmares de Chepude são mui grandes; estendem-se, pera a banda do Sul, quase até o vale de Santiago. Têm mais proveito estas palmas de dáctiles, que, dando-lhes um golpe no meio do tronco, estilam por ele licor, de que usam como vinho tão agradável ao gosto, que se bebe bem, e há tavernas dele. E pera melhor o aproveitarem, põem um canal desde a ferida da palma até à boca de qualquer vasilha que querem encher e, tirado dali, não há mister mais artifício senão bebê-lo.

Nesta parte se mostra a terra mais comprida e larga que em todo o mais dela. E de Benchehigua, Chepude e Arure será à vila quase duas léguas. De Benchehigua, indo por baixo de Armiga, há vinhas que dão bons vinhos. E passando uma tresposta, onde nasce a água de Armiga, que faz uma volta à parte do Norte e se ajunta com outra, que vai por detrás de Arure, se mostram grandes rochedos, em que se acha muita urzela, que dizem ser a melhor do Mundo.

Atravessando esta baixa serra cheia de palmas e outras árvores, no baixo dela começa o vale do Grão Rei, donde aparece da outra parte do Norte uma quebrada de areia de cor dourada, da qual, por conselho de alguns que por ali passavam pera as Índias, mandou o Conde D. Afonso um saco, de que se fizeram ensaes (sic) em Sevilha e não se tiraram dois cruzados de ouro, fazendo quase o mesmo de custo, por ser fraca a influência que deu naquela areia, que procede daquela serreta, como mineral, e enche todo aquele vale do Grão Rei, como em Gram Canária o Confeital, que também é mineral e daquelas pedras miúdas, da grandura, cor e feição de confeitos, com que se enganam muitos.

E assi cantam os islenhos da Gomeira uma endecha: «*Arnna Sanchez, Anna Sanchez, flor del valle del Gran Rey, deseo tengo de cogerte, mas más saludad tengo de verte, flor del valle, del vallete, flor del valle del Gran Rey* ([262]).

E dobrando-a muitas vezes com grande sentimento, dizem que a cantam pela filha do Gran Rei, chamada Aregoma ou Aremoga, a qual depois, quando se tornou cristã, por ser informada que Santa Ana foi mãe da Virgem Nossa Senhora, Mãe de Deus, disse que se chamaria ela Ana, e assi se chamou, e seu pai D. Sancho, de que ela tomou Sanchez por sobrenome, pelo que os islenhos cantam a dita endecha ou cantar soidoso, com saudade dela que quis ir morrer a Espanha e ver donde saíram os homens filhos de Deus, que lhe foram causa de tanto bem. E dizem que, sendo esta donzela mui formosa, nunca quis casar e que na corte da Rainha D. Isabel morreu benaventuradamente.

Tornando ao vale do Gram Rei, é de largo um quarto de légua e estendendo-se de comprido até o mar mais de meia, pera a parte do Sul, e todo é frutífero e se dão nele canas de açúcar, que se podem regar com duas fontes que tem, uma a um lado, outra ao outro, as quais se moem em um engenho que está nele. Tem também terras de pão e de pastos, onde residem muitos criadores. Há nas faldras destas serras, à parte de Noroeste e Oeste, muita caça de cervos e perdizes; os coelhos são tantos que com paus os matam, e também se acham porcos javaris. Há também romãs e cidras e fruta de espinho em todo aquele sítio pera a parte do mar. Dista este vale do Gram Rei três léguas e meia da vila. Pelas outras partes pera Oeste e Norte são palmares de palmitos e alguns pinhos. Dizem que Paulo Jaymes, rico vizinho da vila, fez um engenho de açúcar antre Benchehigua e este vale do Gram Rei, do qual vale até o cabo da ilha haverá légua e meia, com que vem justa a conta das doze léguas que tem esta ilha de comprido e quatro de largo, de figura mais ovada que redonda.

E é tão rica de mantimentos, que de sua fertilidade procedem, que não se sabe ilha tão pequena, tal como esta da Gomeira. O que se vê bem claro nisto que agora direi: Pois no mês de Outubro do ano de mil e quinhentos e cinquenta e quatro, véspera de S. Lucas, chegando a ela a frota de Espanha, que eram sessenta naus e cinco galeões de armada, que Pero Meledez levava, e estando dezoito dias surtos no porto, já dito, da vila da Gomeira, sem terem tempo pera a viagem, e sendo tanta a gente espanhola que em terra saía cada dia, que nem nas ruas, nem nas praças, nem no porto cabiam, e tudo era cheio, não lhes faltou pão, vinho, carnes, leitões, cabritos, aves, caça, leite, queijos, frutas e todo refresco, em tanta abundância todos os dezoito dias que esteve surta a frota, que tudo sobejava e não faltava. E nem em Sevilha se pudera achar tanto e em preços tão comuns, porque um castrado mui bom não custava mais de dois, três reales, os queijos a quatro e cinco reales, como contínuo se vendem, o arrátel de pão a doze réis, como antes se comia, os ovos a dois réis, as galinhas a três reales e todos os mantimentos, nos mesmos preços que na terra tinham, se vendiam, sem exceder o modo e não como em outras partes, onde se usa com os estrangeiros de muita crueza, não sei se contra caridade vendendo o gato por lebre, e o mesmo parece que fariam com grande desumanidade, se pudessem vender a água por vinho, as pedras por pão e a terra por fruta. Cuido eu que, se aos que hoje estão no Inferno fora concedido vir ao Mundo, foram boas testemunhas desta verdade.

Mas tornando ao que ia dizendo, não faltou também naqueles dezoito dias aos espanhóis naquela fértil ilha de doze léguas de terra açúcar, conservas, em tanta abundância que levavam, o mel de abelhas, as candeias, cevo e cera, legumes, a cevada com os moinhos, em que fazem gofio, de que o Vice-rei, e seus filhos e os fidalgos, que com ele iam, foi mui satisfeito de como é manjar tão são, amassada aquela farinha de cevada com mel e azeite, que nutre, alimpa e engorda e causa muita força e ligeireza, de que levaram grande cópia, e carneiros, patos, galipavos, não fazendo continuamente senão embarcar e gastar, sem alevantar nenhuma cousa a maiores valias, até que se partiu pera as Índias o Viso-rei, mui alegre e contente, com todos os seus, a três de Novembro do dito ano.

Há também na costa desta ilha Gomeira muito e bom marisco, e cranguejos de duas maneiras, como são os que chamam mouros e judeus, burgaus, ameixas e cracas, como têm todas as outras ilhas Canárias; assi como tem também gados, queijos, lãs, mel, cera, açúcar, e conservas de todas as coisas que se podem fazer, até de gamões, ou gamonilha, que por outro nome se chama raiz de abrótia, e conserva do nabo do feito, que chamam denteabrum, do qual nabo moído também fazem pão e o cozem com leite. Isto é o que há nas quatro ilhas, Gram Canária, Tenerife, a Palma e esta da Gomeira, mas Lançarote, Forteventura e a Ferro, por sua esterilidade, não dão açúcar, nem entram com estas na fertilidade, e em todo o mais são quase semelhantes. E na Gomeira há caracóis, que não há em nenhuma das outras. E ela e a Palma só têm batatas mui extremadas e boas. E em todas estas ilhas há muito pescado, afora o que a elas vem da pescaria, de que ali há grande escala.

A ilha de Gram Canária e a de Tenerife e a da Palma são de Sua Majestade e por ele está a justiça. A ilha de Lançarote e Forteventura são do Conde D. Agostinho de Ferreira, que agora é Marquês de Lançarote e Senhor de Forteventura ([263]), e as ilhas da Gomeira e do Ferro dizem que são do Conde D. Diogo de Ayala.

CAPÍTULO VIGÉSIMO PRIMEIRO

EM QUE BREVEMENTE CONTA A VERDADE O QUE PÔDE SABER DO DESCOBRIMENTO DAS ILHAS DO CABO VERDE

Como atrás já tenho dito, quatrocentos e quarenta anos antes da Encarnação de Cristo Nosso Senhor, um Hannon, capitão cartaginense, partiu de Andaluzia com sua armada contra a costa de África e Guiné. E dizem que este foi o primeiro que neste caminho e jornada descobriu as Canárias e, além delas, outras que agora chamam do Cabo Verde, mas não ficaram suas, porque não teve mais que de passada a vista delas.

Outros dizem que no ano de mil e quatrocentos e quarenta e seis depois do nascimento de Nosso Senhor um escudeiro de El-rei D. João, e outros dizem que de El-rei D. Afonso, quinto do nome, e de ambos podia ser em diversos tempos, que se chamava Diniz Fernandes, morador em Lisboa, movido por favores e mercês que lhe o Infante D. Henrique fez por ser homem abastado e de honrados feitos, armou um navio pera ir ao descobrimento da costa de África, propondo de passar o termo aonde os outros capitãis tinham chegado e, passando o reino Çanaga (sic), que está em quinze graus e meio de altura da parte do Norte e estrema os mouros dos jalofos, tomou uma almadia de quatro negros (que foram os primeiros que vieram ao reino de Portugal), passou avante até chegar a um notável cabo que a terra de África lança contra o ponente, ao qual ele chamou Cabo Verde, por causa da mostra e parecer com que, então, se mostrou (o qual cabo e nome é ao presente dos mais notáveis e celebrados que temos neste oceano ocidental, que está em catorze graus e um terço da mesma parte) e não prosseguindo mais adiante pelos temporais que na volta dele corriam, saiu em uma ilheta que está pegada nele e, fazendo ali muita matança em muitas cabras, se tornou ao reino, onde, pela novidade da terra que descobriu e negros que trazia, lhe fez o Infante muita honra e mercê.

E no ano de mil e quatrocentos e sessenta e dois vieram ao reino de Portugal três genoeses, pessoas nobres: o primeiro deles era António de Nole, e um seu irmão e sobrinho, cada um em seu navio, os quais pediram licença ao Infante D. Henrique pera descobrir as ilhas do Cabo Verde, e ele a deu. Alguns querem dizer que fossem aquelas que os antigos chamavam Górgonas, Hespéridas e Órcadas. Mas eles lhe puseram o nome: a Maia, Santiago, S. Filipe, pelas acharem em seu dia. Outros lhe chamam as ilhas de Antão ou de António, e este nome que tem de ilha de António é o mais verdadeiro, porque, quando se foram povoar, o genoês deste nome, dito António de Nole, teve uma quinta ao pé de um pico muito alto que há na ilha de Santiago, donde lhe puseram o pico de António, derivado do nome do possuidor, assi chamado.

E João de Barros diz que António de Nole achou a ilha de Santiago e João Baptista, francês, a ilha de Maio.

Mas o que por mais certo tenho destas ilhas do Cabo Verde é o que diz o docto e grave cronista Damião de Góis no oitavo capítulo da Crónica do Príncipe D. João, rei que foi destes reinos, segundo do nome, cujas palavras são estas: — «No ano de mil e quatrocentos e quarenta e quatro mandou o Infante um Vicente de Lagos a descobrir, em cuja companhia foi um gentil-homem veneziano, por nome Luiz de Cadamusto (sic), muito curioso de ver mundo, o qual Vicente de Lagos navegou até o rio de Gambra. Este Luiz de Cadamusto diz em um itinerário, que fez, que já neste tempo o Infante mandara fazer o castelo de Arguim e que, seguindo sua viagem, acharam no dito lugar muitos oficiais que trabalhavam naquela obra, que é bem ao contrário do que dizem algumas pessoas que destas navegações escreveram, afirmando que no ano de mil e quatrocentos e sessenta e um mandou El-rei D. Afonso fazer este castelo por um Sueiro Mendes, fidalgo de sua casa, morador em Évora; mas parece que seria mais mandá-lo acabar que começar de novo, pois o Infante foi o autor da tal obra. No

qual tempo, diz Luiz de Cadamusto que os nossos tinham navegado até o rio de Senega, a que os da terra chamam Sonedech, e que havia já um ano que o Cabo Verde era descoberto, que é também contra a opinião destes mesmos que dizem que o Cabo Verde foi primeiramente descoberto no ano de mil e quatrocentos e quarenta e cinco por um Diniz Fernandes, escudeiro de El-rei D. João primeiro, e que nesta paragem tomou em uma almadia alguns negros, que consigo trouxe, e que foram os primeiros que vieram a Portugal; do que se mostra manifestamente que, se o Cabo Verde foi descoberto por este Diniz Fernandes, que (sic) seria no ano de mil e quatrocentos e quarenta e três, porque neste e nos de mil e quatrocentos e quarenta e quatro e de mil e quatrocentos e quarenta e cinco seguintes já no reino havia muitos negros, que os que iam descobrir consigo trouxeram. Este Vicente de Lagos, com quem ia Luiz de Cadamusto, navegando pera o rio de Gambra, se encontrou com um gentil-homem genoês, por nome Antonieto de Nole, que, com licença do Infante, ia também descobrir, e ambos juntos chegaram ao dito rio e dali, sem mais passarem adiante, se vieram pera o reino, os quais, com licença do Infante, tornaram a fazer viagem no ano seguinte de mil e quatrocentos e quarenta e cinco em uma nau, que lhes mandou armar em Lagos, e, desta vez, descobriram estes gentis-homens as ilhas do Cabo Verde no mesmo ano de mil e quatrocentos e quarenta e cinco, e não de mil e quatrocentos e sessenta e um, como também alguns erradamente cuidam, porque no ano de mil e quatrocentos e sessenta, depois do falecimento do Infante D. Henrique, fez El-rei D. Afonso quinto doação delas e das Terceiras ao Infante D. Fernando, seu irmão. Às quais ilhas do Cabo Verde estes dois gentis-homens chegaram do dia que partiram do reino a dezasseis dias e, à primeira, que viram, puseram nome Boavista, e à outra Santiago e S. Filipe, por chegarem a ela o primeiro dia de Maio, em que cai a festa destes santos, e à terceira, a que foram, puseram o nome de Maio por lembrança do mês e dia em que as descobriram. Destas ilhas foram ter ao Rio Rha, a quem nós chamamos de Caramansa, nome que lhe deram porque o senhor daquela terra se chamava assi, donde navegaram até o Cabo Vermelho, do qual se fizeram à vela pera o reino. Estas ilhas são por todas onze, e em uma doação que El-rei D. João segundo fez delas no ano de mil e quatrocentos e oitenta e nove a D. Emanuel, Duque de Beja e de Viseu, que depois foi rei mui próspero e felice destes reinos, se chamam, por ordem, a primeira Santiago, as outras de Maio, S. Cristóvão, do Sal, ilha Brava, S. Nicolau, S. Vicente, Rasa Branca, Santa Luzia e Santo António».

Até aqui são palavras do cronista e, antes que trate, brevemente, alguma cousa delas, direi como estão arrumadas.

Do Cabo Verde, que está em catorze graus e um terço, (que Ptolomeu chama Asinario Promontório) à ilha de Santiago, que está Leste Oeste com ele, há noventa e cinco léguas. A ilha de Maio está logo ao longo dela doze léguas a Leste. E a ilha do Fogo a treze léguas e meia pera o Sul da ilha de Santiago e na mesma altura dela, em catorze graus e meio (dizem alguns que estas três ilhas se acharam em um mesmo dia, que foi o primeiro de Maio, e por isso se chamou a primeira ilha de Maio ou Maia, e a segunda de Santiago, e a terceira, que é a do Fogo, ilha de S. Filipe, por caírem estes dois santos no primeiro dia de Maio). E logo a ilha Brava está, Leste Oeste com ela, cinco léguas da mesma ilha do Fogo, e vinte da ilha de Santiago, da banda de Loeste. Antre a ilha de Maio está uma baixa, que se chama a baixa de Boavista, treze léguas dela, e de Boavista cinco, em quinze graus e meio. A ilha chamada Boavista está, em dezasseis graus menos um quarto, dezoito léguas da ilha de Santiago, Nordeste Sueste com ela, que é ao Nordeste dela. A ilha do Sal está ao Norte de Boavista, Norte e Sul com ela, dez léguas, em dezasseis graus e dois terços. E quem for ao redor de Boavista guarde-se dela, que tem baixos ruins antre ela e a ilha do Sal, e pela banda de Leste. E da ilha do Sal à de Santiago há trinta léguas.

A balravento destas ilhas, a Loeste delas, estão quatro ilhas. A primeira se chama S. Nicolau, apartada de Santiago trinta léguas, e está em dezassete graus. E logo a Loeste da de S. Nicolau seis léguas está a segunda, que se chama Santa Luzia, em dezassete graus e um terço. E da banda do Sul dela e da de S. Nicolau, estão dois ilhéus de muito peixe, onde fazem pescaria os navios que vão pera o Brasil e S. Tomé. Também, a loeste de Santa Luzia está outra ilha, que chamam de S. Vicente, em distância de cinco léguas dela, em dezassete graus e meio esforçados. E a Loeste de S. Vicente está a ilha de Santo Antão, que é muito viçosa de muitas águas, frutas e gado, em dezoito graus menos um quarto. E todas estas ilhas, chamadas de Balravento, têm os canais antre umas e outras tão limpos, que podem por eles passar naus mui grandes seguramente, sem ter de que se guardar senão do que virem. E quem partir da ilha de Santiago a Leste, à quarta do Nordeste, dará em uma baixa que está,

em treze graus e meio, noventa léguas dela. Finalmente, estão todas estas ilhas do Cabo Verde arrumadas de catorze graus e meio até dezoito.

A ilha de Santiago é a metrópolis e cabeça principal do bispado de todas as ilhas do Cabo Verde e está em quinze graus e meio, e outras cartas têm catorze e meio da parte do Norte. É de dezoito léguas; tem a compridão de Norte a Sul; a cidade se chama Santiago, e daí tomou o nome toda a ilha, ou a cidade tomou o nome da ilha. Será a cidade de duzentos vizinhos, pelo meio da qual corre uma ribeira. Ali reside o bispo dela e de todas as outras: a de Santo Antão e de S. Nicolau, a da Maia, a de Santa Luzia, a ilha do Sal, que tem muitas marinhas onde carregam muitos navios de sal, a ilha do Fogo ([264]).

A ilha de Santiago dá muito açúcar, e fazem-se nela muito boas conservas, ainda que nada disto chega ao da ilha da Madeira. E tem muitas palmeiras, que dão cocos, e muitos algodoais, que são árvores tão grandes como macieiras, que deitam uns bugalhos, donde se cria e sai o algodão, dos quais, abertos, o tiram. E duram estas árvores e este fruto três e quatro anos depois de semeadas. Tem muitas bananeiras que dão uns figos da feição de pepinos, que se chamam bananas, que são como pepinos verdes e tortos, e partido aquele figo ou banana em talhadas ao través, em cada talhada se vê matizada a figura do crucifixo ou cruz, pelo que dizem os naturais da terra e moradores dela que aquele é o fruto vedado do Paraíso Terreal. Não dá trigo esta terra, senão muito milho branco e grado, de maçaroca, e tanto, que carregam dele navios pera muitas partes. E também dá outro milho miúdo. Tem muita fruta de espinho e outras frutas: peras, figos, melões, uvas, que duram todo ano, em que se acham sempre maduras, e outras em agraço, e outras que começam a cernir e a alimpar.

Há muitos bugios, galipavos, Balinhas de Guiné e outras galinhas mansas. Tem feijões e abóboras de muitas maneiras.

Antre outras cousas notáveis, que tem, há nela muitos gatos de algália os quais destroem e comem as galinhas e galipavos que na terra se criam. E há também muitos bugios que, a tempos, são achados pelejarem uns com os outros em campo, de banda a banda, como se fora gente, e capitanearem-se, andando em bandos, e fazendo cada bando deles seu capitão particular que os governe e reja, a quem, como gente racional, obedecem; na peleja fazem grandes ladridos, como cães, que, propriamente, são chirreados, e às vezes pelejam com paus, que do mato colhem ou nele acham cortados ou quebrados, e também, mordendo-se uns a outros, fazem antre si grandes batalhas, e algumas vezes se acham exércitos deles de mil e mil e quinhentos, e quinhentos e quatrocentos duma banda pelejando com o contrabando de outros tantos, São ladrões, e o que peor é e mais de notar, que, se alguns vão furtar ou comer nas árvores a fruta que é seu mantimento, outros ficam vigiando como atalaias e, se vem gente, bradam pera que os outros fujam e, se se descuidam as atalaias de os avisar e bradar com tempo, eles mesmos os matam.

A ilha de S. Filipe, que (como já disse) por outro nome se chama a ilha do Fogo, por ter um altíssimo pico, que sempre arde e deita fogo de dia e de noite, que, do plano da água do mar até o cume dele, imaginando uma linha direita, poderá ter três léguas de alto e vomita grandíssimos fogos de contino e às vezes deita grandes ribeiras de fogo e todas se convertem, depois de resfriadas, em cinza e pedra pomes e vão ter ao mar. Dizem que se acha ser este pico maior que outro que há nas Índias de Castela e outro que há em Maluco, na Índia de Portugal, e que outro de Sicília. Quis nomear estes vulcões, porque são nomeados por todo o Mundo e não se acham outros, até agora, tão contínuos e furiosos; e declaro que este do Cabo Verde, chamado S. Filipe, se é de noite e está o tempo sereno, deita tão grande fogo no cume que se parece a catorze e quinze léguas ao mar, e se é de dia e está o tempo sereno e o céu limpo, ver-se-á o fumo e a grande nuvem, que faz, a vinte léguas e de avantage.

E é de saber que depois de se acharem estas duas ilhas, Santiago, que é a principal, e S. Filipe, que é a ilha do Fogo, dali a sete anos, se descobriu outra ilha, que chamam a Brava, que distava da ilha de S. Filipe sete léguas.

E pelo tempo em diante se descobriram, da mesma altura de Santiago, que (como disse) está em quinze graus e meio até dezoito graus ao Nordeste e ao Noroeste da mesma ilha de Santiago, as ilhas seguintes, Santo Antão, que é uma ilha maior que a ilha Terceira, cujo senhor é agora um fidalgo de Évora, chamado Gonçalo de Sousa, genro de Bernardim de Távora, reposteiro-mor. Está mais S. Vicente, que tem mais terra que a ilha do Faial, que é do Conde de Portalegre, mordomo-mor de El-rei. Nesta ilha há muitos corvos brancos e muitos pretos e infinitas pombas e muitos lagartos verdes que as comem. Há diversos géneros de

aves, como rolas e adens e doutras maneiras. Cria muito gado cabrum. E estas mesmas cousas tem a ilha de Santiago, acima nomeada. Há mais outra ilha, por nome Santa Luzia, tamanha e de avantagem como a ilha Terceira; esta ilha foi primeiro de D. Martinho Castelo Branco, e agora de seus herdeiros, e com ela a ilha Brava, que é como a ilha Graciosa; cria muito gado cabrum; sai nela muito âmbar. Está mais S. Nicolau, que é uma ilha grande, de mui altas serras; é do Conde de Portalegre; cria muito gado cabrum e vacum; tem muitas árvores de espinho, como laranjeiras e cidreiras, e muitos arvoredos estrangeiros, e tem muito âmbar. Há também uma ilha, que chamam a do Sal, e outra de Boavista; dizem que foram de D. Martinho, acima nomeado, e agora de seus herdeiros. Criam muito gado cabrum e asnos, e têm muito âmbar.

Todas estas ilhas são muito sadias e têm muitos ares frescos nortes e nordestes. Dão todas as frutas que há em Portugal e maravilhosíssima hortaliça. Todo o pescado delas é muito sadio. Dão infinitíssimos algodões e não tendo trigo, por estarem na zona tórrida e serem ilhas, dão todo o género de legumes de que a gente se sustenta. Criam muitos cavalos mui ligeiros e muitas éguas e mulas e asnos, e infinitas vacarias. Somente na ilha de Santiago, que é cabeça, há muito ruim pescado, de que às vezes se causam algumas esquinências; e, pera concluir, toda a infâmia que há destas ilhas serem doentes e muito enfermas é falsa, porque os homens regrados no comer e no beber, tendo castidade, vivem muito nelas e, sendo luxuriosos, morrem a poder de câmaras e de sangue.

Pela ilha de Santiago vão as naus de Espanha pera as Índias de Castela e as de Portugal pera Angola, pera Guiné e para Congo, como também, à tornada, vêm deferir à ilha Terceira.

Nestas ilhas do Cabo Verde não chove em todo ano mais que em quatro meses, Junho, Julho, Agosto, Setembro, e em todo o mais tempo do ano de nenhuma maneira há chuva, em tanto que, se puserem uma folha de papel ao sereno, não a molhará, nem humedecerá, e poderão escrever nele, e em todos os oito meses, tirando os quatro ditos, se se deita alguém no campo a dormir de noite, não há sereno nem orvalho que lhe faça nojo, porque o não há aí.

E assi ficaram estas ilhas do Cabo Verde de Portugal, por as primeiras e mais principais delas serem primeiro descobertas por estes três nobres genoeses que tenho dito, por licença e mandado do dito Infante D. Henrique, e as outras depois por portugueses ([265]).

CAPÍTULO VIGÉSIMO SEGUNDO

EM QUE A VERDADE, RESPONDENDO À SEGUNDA PERGUNTA, CONTA O DESCOBRIMENTO DAS ANTILHAS, QUE AGORA SE CHAMAM ÍNDIAS OCIDENTAIS. E COMO OS REIS DE CASTELA AS POSSUEM, DECLARANDO A LINHA DA REPARTIÇÃO DA CONQUISTA ANTRE ELES E OS REIS DE PORTUGAL

Quanto ao que das Antilhas ou Índias de Castela duvidais, por esta regra, que já disse, de conceder o lugar a quem primeiro o ocupa, e pode ser também por alguma confirmação do Padre Santo, que eu não alcancei ver nem saber, toda esta conquista do mar oceano descobriu e possuiu o Infante D. Henrique, que mandou descobrir estas ilhas dos Açores e por seu falecimento se diz que a deixou à Coroa Real de Portugal, como ao tronco donde ele descendia, a qual tiveram estes reis alguns anos, até que em tempo de El-rei D. João, segundo do nome, se antremeteu um Cristóvam Colon e quis fazer outra navegação diferente daquela, não ao longo da costa da terra firme, mas desviando-se pelo espaçoso mar do ponente, ao qual El-rei não quis dar crédito nem ouvidos, que foi causa de se dividir e partir esta conquista, como agora contarei.

Um homem de nação italiano, genoês, chamado Cristóvam Colon, natural de Cugurco, ou Narvi, aldeia de Génoa, de poucas casas, avisado e prático na arte da navegação, vindo de sua terra à ilha da Madeira, se casou nela, vivendo ali de fazer cartas de marear. Aonde, antes do ano de mil e quatrocentos e oitenta e seis, veio aportar uma nau biscainha, ou (segundo outros) andalusa, ou portuguesa, havendo com tormentas e tempos contrários descoberto parte das terras que agora chamamos Índias Ocidentais ou Novo Mundo. O piloto, cujo nome se não sabe, nem de que nação era (somente têm alguns que era português e carpinteiro), e três ou quatro companheiros, que com ele vinham, sem ninguém saber até agora que viagem levavam, senão somente que andavam pelo mar oceano do ponente, tendo um tempo rijo e tormenta grande, a qual os levou perdidos pela profundeza e largura do espaçoso mar até os pôr fora de toda conversação e notícia que os experimentados marinheiros e sábios pilotos sabiam e alcançavam por ciência e longa experiência, onde viram pelos olhos terras nunca vistas nem ouvidas. Com a mesma tormenta que os levou a vê-las, ou com outra contrária, se tornaram pera Espanha, tão perdidos e destroçados, que, de muitos marinheiros que deviam ser, somente escapou o piloto que digo, com três ou quatro companheiros, os quais, chegando à ilha da Madeira, onde Cristóvam Colon morava, acaso se agasalharam e pousaram em sua casa, onde foram bem hospedados; mas não aproveitou isso pera poderem cobrar forças e saúde, porque vinham tão perdidos e destroçados, tão pobres e famintos, tão fracos e enfermos, que não puderam escapar com a vida, não tardando em morrer. E, não tendo o piloto na morte outra cousa melhor que deixar a seu hóspede, em pago da boa obra (que, ainda que feita a pobre gente, não perde seu prémio, antes, a quanto maior pobre se faz, alcança maior galardão) deu-lhe certos papéis e cartas de marear e relação mui particular do que em aquele naufrágio tinha visto e entendido. Recebeu isto Cristóvam Colon de mui boa vontade, porque seu principal ofício era tratar em cousas do mar e fazia muito a caso de sua arte o aviso deste piloto e de seus companheiros. Mortos eles, começou Cristóvam Colon a levantar os pensamentos e a imaginar que, se por ventura ele descobrisse aquelas novas terras, não era possível senão que nelas acharia grandes riquezas e que seria pera ele cousa de muita honra e proveitosa. E pera ver se levavam caminho suas imaginações, comunicou seu negócio com Frei João Perez de Marchena, do mosteiro da Arrábida, bom cosmógrafo, o qual (parecendo-lhe que não ia fora de caminho) lhe aconselhou que não deixasse de procurar esta navegação, que não podia ser senão de proveito e honra juntamente. Desta maneira contam isto os escritores castelhanos.

Mas João de Barros, docto e curioso inquiridor das verdades, dá outras razões que moveram a Cristóvam Colon, dizendo que era homem experto, eloquente e bom latino e mui

glorioso em seus negócios. E, como naquele tempo os genoeses eram os que dos italianos mais navegavam, por razão de suas mercadorias e comércios, este Colon, seguindo o uso de sua pátria e sua própria inclinação, andou navegando pelo mar de Levante tanto tempo, té que veio às partes de Espanha e deu-se à navegação do mar oceano, seguindo a ordem de vida que dantes tinha. E vendo ele que El-rei D. João não cessava de mandar descobrir a costa de África com tenção de per ela ir à Índia, como era homem latino, curioso em as cousas da geografia, e lia por Marco Paulo, que falava modernamente das cousas orientais do Regno Cataio e assi da grande ilha Cipango, veio a fantesiar que por este mar oceano ocidental se podia navegar tanto, té que fossem dar nesta ilha Cipango e em outras terras incógnitas, porque, como no tempo do Infante D. Henrique se descobriram estas ilhas dos Açores e tanta parte da terra de África nunca sabida nem cuidada dos espanhóis, assi poderia, mais ao ponente, haver outras ilhas e terras. Com as quais imaginações, que lhe deu a continuação do navegar e prática dos homens desta profissão, que havia no regno de Portugal mui expertos com os descobrimentos passados, veio a querer ter requerimentos com os reis, que, pois ele não podia, lhe dessem navios pera ir descobrir a ilha Cipango por este mar ocidental, não confiando tanto em o que tinha sabido (ou por melhor dizer sonhado) dalgumas ilhas ocidentais, como querem dizer alguns escritores de Castela, quanto em a experiência que tinha em estes negócios serem acreditados os estrangeiros. Assi como António de Nole, seu natural, o qual tinha descoberto a ilha de Santiago, de que seus sucessores tinham parte da capitania, e um João Baptista, francês de nação, tinha a ilha de Maio, e Jós Dufra ([266]) framengo, outra do Faial. E per esta maneira, ainda que mais não achasse que alguma ilha erma, segundo logo eram mandadas povoar, ela bastava pera satisfazer a despesa que com ele fizessem. Esta é a mais certa causa de sua empresa, que algumas ficções que (como ele disse) dizem escritores de Castela.

E Hierónimo Cardano, médico milanês, diz em o livro que compôs «De Sapientia» que a causa de Colon tomar esta empresa foi um dito de Aristóteles, que no mar oceano além de África havia terra, pera a qual navegavam os cartaginenses, e por decreto público foi defeso que ninguém navegasse pera lá, por que, com a abastança e molícias dela, se não apartassem das cousas da guerra.

Era Cristóvam Colon animoso e de altos pensamentos, mas pobre e sem cabedal bastante pera cometer uma cousa de tanta dúvida e custo, pelo qual cuidou que seria bom pedir favor de algum príncipe cristão. E como naquele tempo El-rei de Portugal, D. João, o segundo do nome, estava ocupado em a conquista tão dificultosa e custosa da Índia e El-rei D. Fernando de Castela na guerra de Granada, determinou de se ir a Ingraterra a El-rei Henrique sétimo. Por não perder tempo mandou lá a Bartolomeu Colon, seu irmão, e como não achou a entrada que quisera, tornou-se sem negociar nada, pelo qual acordou tentar, todavia, a El-rei de Portugal. E foi-lhe tão contrário o licenciado Calçadilha, bispo de Viseu, que não pôde alcançar cousa alguma; antes o tiveram por enganador e mentiroso. Foi-se com isto Colon, meio desesperado, a Castela e em Palos de Moguer comunicou suas imaginações com Martim Fernandes Pinção, grande piloto, e, de conselho deste e de Frei João Perez de Marchena, frade de S. Francisco, grande humanista, morador na casa da Arrábida, do qual levou cartas pera D. Frei Fernando de Talavera, Bispo de Ávila, confessor da rainha, pôs em prática seu negócio com D. Henrique Gusmão, Duque de Medina Sidónia, e depois com D. Luiz de Lacerda, Duque de Medina Celi, que tinham bons portos, que o ajudassem ao descobrimento destas terras novas, os quais fizeram escárneo dele, que certo parecia cousa de zombaria, mormente que Colon andava tão mal tratado e só, que perdiam muito crédito suas razões com ver sua pouca autoridade, porque é isto assi, que a verdade sem mangas compridas é mui mal recebida em qualquer boda e, quase sempre, cada feira vale menos.

Finalmente acordou de se ir à corte de El-rei D. Fernando de Castela, pera quem estava guardada tão boa ventura, em a qual entrou no ano de mil e quatrocentos e oitenta e seis. Aos princípios também zombavam dele ali, como nas outras partes, pelo qual e pelas muitas ocupações de El-rei com a guerra de Granada, não se lhe deu audiência tão asinha. Todavia achou favor em Afonso de Quintanilha, contador-mor, o que fez as leis da Irmandade. Este deu a Colon entrada em casa do Cardeal D. Pero Gonçalves de Mendonça. O Cardeal (que tudo mandava) o pôs com El-rei e da primeira vista tirou boas palavras e esperança de que, acabada a guerra de Granada, se falaria em seu negócio mais de propósito, porque até então não haveria bom aparelho de dinheiro. Antreteve-se com isto Cristóvam Colon na corte perto de seis anos. E quando viu acabada a guerra com tão bom sucesso, tornou a tratar de seu

negócio e, por fim, se lhe deu licença pera ir descobrir as terras que dizia e pera que armasse os navios que lhe fossem necessários.

Deram-lhe dezasseis mil cruzados, que se tomaram emprestados de Luiz de Sanctangel, escrivão de rações. No ano de mil e quatrocento e noventa e dois assinaram os Reis de Castela a Colon a décima parte dos direitos reais das terras que descobrisse, contanto que o descobrimento fosse sem prejuízo dos Reis de Portugal. Fizeram-se estes concertos na cidade de Santa Fé, e o privilégio da mercê em a de Granada a trinta dias de Abril do dito ano de mil e quatrocentos e noventa e dois. E com isto se partiu da corte mui contente. Em Palos de Moguer tomou companhia com Martim Fernandes Pinção e com Afonso Pinção, seu irmão, os quais armaram duas caravelas, e de uma delas foi capitão um dos Pinções e Bartolomeu Colon da outra, e Cristóvam Colon tomou o título de capitão geral da frota.

Saíram, em nome de Deus, com até cento e vinte companheiros, de Palos de Moguer a três de Agosto do ano do Senhor de mil e quatrocentos e noventa e dois.

Tocou Cristóvam Colon na Gomeira, uma das Canárias. Dali tomou sua derrota a via do ponente. E uma manhã, que foi a onze dias do mês de Octubro, descobriu terra Rodrigo de Terrazas, outros dizem de Triana, com grande festa. E como a viram, dando todos graças a Deus. começaram a cantar *Te Deum Laudamus.* Endereçaram a proa logo pera ela e tomaram terra em uma das ilhas Lucaias, que assi se chamavam todas as que ali perto estavam. A em que primeiro saíram foi Guanahamy, que chamou S. Salvador, que é uma daquelas a que ora os castelhanos chamam ilhas Brancas dos Lucaios, e ele lhe pôs nome Primeiras por serem as primeiras que viram antre a Flórida e Cuba. De Guanahamy foram à Barucoa, porto de Cuba. E tomando certos índios, deram volta pera outra ilha, chamada pelos da terra Hayte; puseram nome ao porto onde surgiram, chamando-lhe Porto Real. Em saltando em terra, viram gente que logo se pôs em fugida; não puderam tomar mais que uma mulher, a qual trataram tão bem que ela fez vir ali logo a seu rei (que eles chamam Cacique), o qual saudando-se com Cristóvam Colon, se deram seus presentes, ficando o Cacique e suas gentes amigos dos espanhóis. E, começando a tratá-los por sinais e mostrar-lhes a Cruz, se amansaram e, como que souberam o que era a Cruz, batiam aos peitos de giolhos. A alegria que Colon recebeu disto não se pode encarecer. Começando logo a conversar com eles e cambiar os índios seu ouro e mantimentos por cascavéis e cousas de pouco preço, com o serviço dos índios edificou mui prestes um castelo de terra e madeira, pera deixar ali alguns dos seus e vir a Castela com tão alegre nova. Pôs nele a Diogo de Arana com trinta e oito companheiros. E porque ele perguntava aos moradores por Cipango, que era a ilha do seu propósito, e eles entendiam por Cibáo ([267]), que é um lugar das minas da ilha Hayte, o levaram a ela, aonde foi bem recebido do rei da terra. E tomando consigo dez daqueles índios, quarenta papagaios, alguns galipavos e outras aves, e frutas da terra, e alguma mostra de ouro, que ali havia, e outras cousas diferentes das destas terras, deu volta pera Espanha.

E no ano seguinte de mil e quatrocentos e noventa e três, (estando El-rei de Portugal, D. João, o segundo do nome, no lugar de Vale de Paraízo, que é acima do mosteiro das Virtudes, por caso das grandes pestes que nos lugares principais daquela comarca havia) a seis dias de Março, veio ter a Restelo, em Lisboa, este Cristóvam Colon, que vinha deste descobrimento das ilhas de Cipango e Antilhas (como dito é), que, per mandado de El-rei e da Rainha de Castela, tinha descoberto; das quais trazia as ditas mostras das gentes e ouro e outras cousas que nelas havia. E, sendo El-rei disso avisado, o mandou chamar e mostrou, por isso, receber nojo e sentimento, assi por crer que o dito descobrimento era feito dentro dos mares e termos de seus senhorios de Guiné, como porque, o dito Colon, por ser de sua condição alevantado, e no modo do contar das cousas fazia isto em ouro e prata e riquezas muito maior do que era, e acusava El-rei por se escusar deste descobrimento e não no querer mandar a isso, pois primeiro se lhe viera oferecer que aos Reis de Castela, e que fora por lhe não dar crédito. E El-rei foi cometido que houvesse por bem de lho matarem aí, porque, com sua morte, o descobrimento de Castela não iria mais avante por todos terem pera si que estavam aquelas ilhas dentro dos limites da conquista de Portugal, por a pouca distância que havia destas ilhas dos Açores a estas que Colon descobrira, e que, dando Sua Alteza a isso consentimento, se poderia fazer sem suspeita porque, por ele ser descortês e alvoraçado, podiam com ele travar de maneira que cada um destes seus defeitos parecesse a causa de sua morte. Mas El-rei, como era mui temente a Deus, não somente o defendeu, mas ainda lhe fez honra e mercê e com ela o despediu, mandando vestir de grã os índios que trazia.

E navegando Colon pera Castela, em cinquenta dias de navegação depois que partiu das Antilhas com duas caravelas (que a terceira em chegando lá se tinha perdido), veio a tomar porto em Palos de Moguer, donde partiu logo pera Barcelona, aonde El-rei de Castela estava, e entrou na corte a três dias de Abril do ano de mil e quatrocentos e noventa e três, oito meses justos depois que de Palos de Moguer havia partido pera as Índias, com tanto nome e fama, que espantava as gentes, apresentando diante dos Reis aquelas cousas de ouro e as mais que das novas e incógnitas terras trazia. Chegaram a Barcelona vivos seis índios, que os demais morreram no caminho. Baptizaram-nos a todos seis e El-rei e a Rainha foram seus padrinhos e, com eles, o Príncipe D. João. Estes seis índios foram as primícias daquela gentilidade e os que primeiro receberam o santo Baptismo.

Foi grandíssimo o contentamento que os Reis Católicos receberam e mostraram deste negócio e muitas as cortesias e honras que a Colon fizeram, até o fazer assentar diante deles e dar-lhe título de Almirante das Índias e divisas e armas, a ele e a seu irmão, como fidalgos, em cujo brazão tomou Colon este letreiro: *«Por Castilla i por Leon, nuevo mundo halló Colon»,* conformando-se o letreiro com a obra. E a seu irmão, chamado Bartolomeu Colon, que na viagem e no demais a ela tocante havia antes e depois trabalhado muito, fizeram adiantado.

Deu El-rei de Castela notícia deste negócio ao Papa Alexandre sexto, o qual recebeu o mesmo contentamento que todos receberam de ouvir uma cousa tão nova e importante. Enviou-lhes sua bula, dada em S. Pedro de Roma a quatro dias de Maio do ano seguinte, no ano primeiro de seu pontificado, pela qual lhe fez graça da conquista das novas terras, julgando-lhes o direito domínio de todo o que descobrissem, sem prejuízo dos Reis de Portugal que já descobriam de alguns anos atrás pelo oriente. E pera tirar dúvidas e demandas, declarou na mesma bula a parte que a cada um dos dois Reis de Castela e Portugal havia de caber, concedendo nela uma linha de repartição antre estes dois Reis, El-rei D. Fernando de Castela e El-rei D. João de Portugal, segundo do nome, a qual linha distasse do meridiano das ilhas do Cabo Verde, que passa por estas ilhas dos Açores, por espaço de cem léguas pera a parte do ocidente.

Havida esta bula do Sumo Pontífice, determinou El-rei de Castela despachar outra vez a Cristóvam Colon pera as Índias, com muito aparato de gente pera descobrir e povoar aquelas remotíssimas terras. Armaram-se dezassete navios, em que iriam mil e quinhentos homens. E cuidando El-rei de Portugal bem neste negócio e o peso deste caso, se foi logo a Torres Vedras, onde sobre isso teve conselhos, em que foi determinado que armasse contra aquelas partes uma grande armada, que logo mandou fazer com grande diligência, e fez capitão-mor dela D. Francisco de Almeida, filho do conde de Abrantes, D. Lopo, que depois foi o primeiro viso-rei da Índia, homem de muita confiança e muito bom cavaleiro. E sendo já a armada prestes, chegou a El-rei um mensageiro de El-rei e da Rainha de Castela, os quais, por serem certificados que a dita armada ia contra a sua, que eles tinham aparelhada pera tomar as Antilhas, mandaram requerer a El-rei que a não mandasse até se ver per direito em cujos mares e conquista o dito descobrimento cabia, pera o qual mandasse a eles seus embaixadores e procuradores com todas as cousas que fizessem por seu título, e, segundo razão e justiça, eles se justificariam e concertariam, como fosse direito, pelo qual El-rei deixou de mandar a dita armada.

Saiu Colon com a segunda frota, que aparelhada estava, do porto de Caliz a vinte e cinco de Setembro de mil e quatrocentos e noventa e três anos.

E El-rei de Portugal, sobre este negócio, mandou logo a El-rei de Castela o Doctor Pero Dias e Rui de Pina, cavaleiro de sua casa, que, da verdade bem informados, foram ter com El-rei, que estava em Barcelona ao tempo que, por El-rei Carlos de França, se fez a segunda concórdia e entrega de Perpinhão e do condado de Russilhão em Catalunha. E os ditos procuradores não tomaram com El-rei conclusão alguma e a causa foi por lhe sucederem assi prosperamente seus negócios com França e, principalmente, porque antes de tomarem concerto sobre a dita conquista, ilhas e terras, quiseram outra vez ser certificados de toda a verdade delas e de todo o que nelas havia, pera que já tinham enviados seus navios (como está dito), que ainda não eram tornados, porque, segundo fosse a estima das ditas terras, assi se concertariam. E pera dilatarem este negócio, que não parecesse que o faziam por esperar a dita armada e passar este tempo sem se tomar conclusão, ordenaram de enviar a reposta (sic) a El-rei de Portugal por seus embaixadores, e assi lho mandaram dizer pelos embaixadores de El-rei de Portugal, que se tornaram com esta reposta.

E logo mandaram a El-rei de Portugal, El-rei e a Rainha de Castela, por embaixadores, um Dom Pedro de Ayala e D. Garcia Carvajal, irmão do Cardeal Santa Cruz, que sobre o dito caso traziam procuração pera concerto, os quais acharam El-rei em Lisboa e foram com muita honra recebidos, e eles traziam honrada companhia e grande aparato do negócio, tudo fingido. E depois de estarem com El-rei, tais cousas requereram e apontaram e por tais meios e modos, tão fora de razão e concrusão, que bem claro se viu que vinham mais pera dilatarem que pera concerto algum, segundo suas razões e palavras eram mal concertadas.

Neste meio tempo, fazendo Colon sua segunda viagem pera as Antilhas, a primeira terra que tocou, depois das Canárias, foi uma ilha que chamou a Desejada. Dali foi desembarcar na Espanhola (que assi quis chamar), e ao porto chamou-lhe da Prata. E, achando em Hayte os companheiros mortos pelos índios, porque lhe tomavam as mulheres, não quis povoar senão outra ilha, que chamou a Isabela, por honra da Rainha Católica, D. Isabel. Fez uma fortaleza nas minas e pôs nela por alcaide a Mosem Pedro Margarite. E com isto despachou, dos dezassete navios que levara, doze pera Espanha, com António de Torres, e deu-lhe muitos grãos de ouro e outras muitas cousas que trouxesse.

Chegado Torres a Espanha, depois que os reis de Castela foram sabedores de todo o das ditas ilhas e terras por estes navios que vieram, e de tudo bem certificados, mandaram este recado aos embaixadores que em Portugal até ali andavam com prolongas e rodeios. E porque um dos embaixadores era o D. Pedro de Ayala, muito manco de uma perna, e outro era D. Garcia Carvajal, muito vão, El-rei de Portugal, depois de estar com eles e os ouvir, entendendo seu intento, disse que aquela embaixada de El-rei e da Rainha, seus primos, não tinha pés nem cabeça nas pessoas dos embaixadores e na concrusão dela, despachando-os sem concrusão alguma, porque eles vinham sem ela, e assi tornaram pera Castela. Mas, logo, sobre a concórdia e concerto da dita conquista, pera se acabar de concluir este caso, mandou El-rei por seus embaixadores e procuradores aos ditos Reis de Castela Ruy de Sousa e D. João de Sousa, seu filho, e o licenciado Aires de Almada, corregedor da corte, e Estevão Vaz, por secretairo, pessoas no reino de muito bom saber, grande confiança e muita autoridade, e com eles mui honrada companhia. Foram com grande honra recebidos de toda a gente da corte em Medina do Campo, onde os Reis estavam. Deram suas embaixadas e em nome de El-rei se concertaram com os ditos Reis sobre a demarcação e repartição dos ditos mares e certos rumos e linha de polo a polo, per que as ditas ilhas e terras descobertas ficaram com os ditos Reis de Castela com outra muita parte do mar e da terra, sem prejuízo da costa e ilha da conquista de todo (sic) Guiné, de que se fizeram contratos assinados e jurados pelos ditos Reis, com grande seguridade.

As demarcações que, por razão de concórdia e parentesco antre Castela e Portugal, se fizeram na vila de Tordesilhas em um sábado, sete dias do mês de Junho da era de mil e quatrocentos e noventa e quatro anos, foram estas... s... ([268]) que os Reis Católicos de Castela, D. Fernando e D. Isabel, deram ao dito rei D. João, o segundo do nome, que pedia que lhe dessem mais da sua conquista, com vontade e acordo do Papa, trezentas léguas sobre as cento que o Papa Alexandre lhe havia dado pera a parte do ponente, de maneira que dista esta linha da repartição das ilhas do Cabo Verde quatrocentas e setenta léguas, da qual, pera a parte do oriente, é a conquista de Portugal; repartindo o mundo pelo meio até outro meridiano a ele opósito, e dela ao ponente, até tornar ao oriente por debaixo da Terra, é a conquista de El-rei de Castela. Dizem alguns (que têm que são sós trezentas e setenta léguas, pouco mais ou menos) que passa esta linha da repartição pelo cabo das Correntes, na costa do rio Maranhão, ao meio-dia pelo rio S. Sebastião e pela parte setentrional (que já disse) pelos Bacalhaus e a do Lavrador. Fica à parte de Castela a ilha Espanhola e Isabela, que agora se chama a ilha da Cuba, e a terra firme, e a que, com nome comum, se chama as Índias Ocidentais. Mas sendo quatrocentas e setenta léguas, há-de passar a linha mais além cem léguas.

Do qual concerto todos mostraram receber descanso e contentamento por se escusarem antre estes reis diferenças e discórdias, que se já começavam a revolver contrairas a sua paz e amizade. E, com este assento concertado, tornaram os ditos embaixadores no mês de Julho do dito ano a Setúvel, onde El-rei estava, que com sua vinda foi alegre e os recebeu com muita honra e gasalhado, por lhe serem todos mui aceitos.

CAPÍTULO VIGÉSIMO TERCEIRO

DA DIFERENÇA QUE HOUVE SOBRE A LINHA DA REPARTIÇÃO DA CONQUISTA DA OUTRA BANDA, OPOSTA À PRIMEIRA ATRÁS DITA, ANTRE PORTUGUESES E CASTELHANOS, NAS ILHAS DE MALUCO, ONDE SE ENCONTRARAM

Acabada esta contenda, como o imigo do género humano tenha a propriedade que dizem ter a serpente Lerna que, cortada uma cabeça, lhe nascem sete, urdiu e teceu outra antre os reis destes reinos, principalmente antre El-rei de Portugal D. João, terceiro do nome, e o Imperador Carlos quinto, Rei de Castela, no ano de mil e quinhentos e vinte e cinco, tomando por instrumento no ano de mil e quinhentos e dezassete a um Fernão de Magalhães, português, que foi homem de boa casta e que andou no livro dos moradores da casa de El-rei D. Manuel em bom foro e o serviu nas partes de África, e na Índia também, onde esteve sete anos e se achou com Afonso de Albuquerque na tomada de Malaca, dando sempre de si a conta que soem dar os homens que a têm com a honra (ainda que não deixou de ser murmurado em algumas cousas), ao qual parecendo que, pelos serviços que tinha feito, merecia a El-rei acrescentamento de sua moradia, que é a mercê que os portugueses neste tempo mais estimam de seu Rei, por lhe ficar como por herança pera seus filhos e descendentes, começou ter alguns requerimentos com El-rei D. Manuel, antre os quais dizem que foi este do acrescentamento da moradia, cousa que (como diz João de Barros) tem dado aos homens nobres de Portugal muito trabalho e parece que é uma espécie de martírio, antre os portugueses, e, acerca dos reis, causa de escândalo, porque, como os homens têm recebido por opinião comum que as mercês do Príncipe, dadas por mérito de serviço, são uma justiça comutativa que se deve guardar igualmente em todos, guardada a qualidade de cada um, quando lhe negam a sua porção, posto que o sofram mal, têm paciência; mas quando vêem exemplo em seu igual, principalmente naqueles a que aproveitou mais artifícios e amigos que méritos próprios, aqui se perde toda a paciência, daqui nasce a indignação e dela ódio e finalmente toda desesperação, até que vêm cometer crimes com que dana a si e a outrem.

Trabalhou muito Magalhães no requerimento desta moradia, pedindo a El-rei que lhe acrescentasse mais duzentos réis por mês, que é meio cruzado de ouro, ao que El-rei saiu com um tostão por mês, do que se não contentando e conhecendo em El-rei D. Manuel que desgostava dele, por este respeito e por alguns reportes que lhe dele fizeram, do tempo que o estava servindo em Azamor, como particularmente conta João de Barros, se desnaturou do Reino, tomando disso instrumentos públicos; e levando consigo a um Rui Faleiro, português, homem que fazia profissão de astrólogo e matemático, também agravado de El-rei, porque o não quis tomar pera este ofício, por mais confirmar o que pedia. Avindos ambos neste propósito de darem algum desgosto a El-rei, primeiramente deram consigo em Sevilha, levando alguns pilotos também doentes desta sua enfermidade, onde acharam outros amorados deste reino com que fizeram corpo de sua abonação, por àquela cidade concorrer muita gente deste mister do mar, por causa das armadas que se ali faziam pera as Antilhas.

E de Sevilha se foram a Castela, sendo, pouco havia, falecido El-rei D. Fernando e governando o Reino o Cardeal D. Frei Francisco Ximenes, arcebispo de Toledo. E dando a entender que as ilhas de Maluco e Banda estavam nos limites das demarcações feitas antre El-rei D. Fernando e a Rainha D. Isabel de Castela e El-rei D. João de Portugal, segundo do nome, se ofereceram a descobrir a viagem destas ilhas de Maluco e comércio da especiaria por diferente e mais breve caminho que o faziam as armadas de Portugal pera Calecut, Malaca e China.

Foram ouvidos do Conselho Real muitas vezes. E muito mais era ouvido Fernão de Magalhães por falar melhor nas cousas do mar que o Faleiro, o qual dizia a D. João de Afonseca, presidente do Conselho Real das Índias de Castela, e aos do mesmo Conselho que

pela costa do Brasil e Rio da Prata havia mais breve navegação à especiaria que pelo cabo de Boa Esperança e que, além de Samatra e Maluco e outras terras orientais caírem na conquista de Castela, as ilhas de Maluco estavam não muito adiante de Panamá e golfo de S. Miguel, e que em todas estas terras havia não somente grande abundância de ouro, pérolas, pedras de grande valor, mas muitas especiarias, drogas e medicinas, cousas odoríferas. E fingiam ambos outros grandes negócios de descobrir grandes terras e, especialmente, Fernão de Magalhães tinha uma relação de Luiz de Bertomão, de nação bolonhês, que havia ido a Banda, Borneo, Bachião, Tidore e outras terras de especiaria, que estão debaixo da equinoctial, e mostrava cartas de seus amigos escritas na Índia, principalmente de um Francisco Serrão, que das ilhas de Maluco lhe escrevera, onde depois faleceu, e, além disto, tendo uma escrava de Samatra, que entendia muitas línguas daquela terra, e um escravo havido em Malaca. Com estas cousas e outros artifícios pretendiam dar melhor cor a seu negócio, pelo qual pediam ambos o devido prémio.

Deram-lhes o Cardeal D. Francisco Ximenes e os do Conselho das Índias graças pelo aviso e boa esperança pera o sucesso, quando D. Carlos, Rei de Castela (que depois foi Imperador), viesse de Frandes onde então estava.

E no ano de mil e quinhentos e dezoito, falando com El-rei D. Carlos Fernão de Magalhães e Rui Faleiro, prometendo-lhe de descobrir esta viagem da especiaria por novo caminho, foi El-rei de Castela em alguma maneira contente, tendo por certo que por outra via não se podia navegar àquelas terras, senão por esta que lhe diziam, pelo qual deu a cada um deles o hábito de Santiago e lhe mandou aparelhar cinco navios pera esta viagem. Ao que acudindo Álvaro da Costa, que lá andava sobre o negócio do casamento da Infanta D. Leonor, irmã de El-rei D. Carlos, com El-rei D. Manuel, rei de Portugal, vendo o desserviço que estes pretendiam fazer a seu rei, falou sobre isso a El-rei D. Carlos, trazendo-lhe à memória as fianças e parentesco dele com os Reis de Portugal, e sobretudo o casamento da Infanta, sua irmã, com El-rei D. Manuel, dizendo que Fernão de Magalhães e Rui Faleiro eram desleais e enganadores e que os que não haviam guardado fidelidade a seu rei natural menos a guardariam ao estranho e outras razões que moveram a El-rei a querer desistir desta empresa. Mas os de seu Conselho lho contrariaram e sobre todos o bispo de Burgos, pelo que El-rei não pôde al (sic) fazer senão cumprir com o que tinha prometido a Fernão de Magalhães e a Rui Faleiro, que era dar-lhes embarcação pera fazerem esta viagem. Do que Álvaro da Costa avisou El-rei per suas cartas, o qual logo sobre isso teve conselho em Sintra, onde então estava, no qual foram D. Jaimes (sic), Duque de Bragança, D. João de Meneses, bispo de Lamego, capelão-mor de El-rei, que depois foi arcebispo de Lisboa, em que o parecer de El-rei, do Duque e do Conde foi que não mandassem chamar Fernão de Magalhães por não dar ocasião de outros fazerem o mesmo. Mas o bispo disse que seu parecer era que o mandasse El-rei chamar, porque o negócio que começava era mui prejudicial ao Reino e seria ainda causa de muitos males e danos. Contudo, a resolução foi que o não fizesse.

Sobre este negócio falou Álvaro da Costa em Saragoça muitas vezes a Fernão de Magalhães e, achando nele vontade de se tornar pera o Reino, escreveu uma carta a El-rei, que o devia de recolher por ser homem de grandes espíritos e mui prático nas cousas do mar; que do bacharel Rui Faleiro não fizesse conta, porque andava quase fora de seu sizo.

Mas nem isto aproveitou pera se não efectuar um tamanho desserviço à coroa destes reinos, de que se tantos desgostos e gastos depois seguiram e tanta fama ao mesmo Fernão de Magalhães, que todo o mar da banda do Sul e o estreito que descobriu, por onde lá passou, se chama do seu sobrenome e chamará até o fim do Mundo.

Assi que contratados Fernão de Magalhães e Rui Faleiro neste negócio com El-rei D. Carlos sobre a viagem que haviam de fazer, com certos pontos principais, contanto que não descobrissem nem fizessem cousa nenhuma nas demarcações e limites de El-rei de Portugal, nem em seu prejuízo, salvo nos limites e demarcação de Castela.

Este contrato se fez antre a Rainha D. Joana e El-rei D. Carlos, seu filho, reis de Castela, e Fernão de Magalhães e o bacharel Rui Faleiro, na vila de Valhadolid, aos vinte e dois dias do mês de Março do ano do Senhor de mil e quinhentos e dezoito, assinado por El-rei e escrito pelo secretário Francisco de Covos. O qual contrato feito, El-rei D. Carlos se foi ao reino de Aragão e em Barcelona deu regimento a Fernão de Magalhães e ao bacharel Rui Faleiro do que haviam de fazer nesta viagem, feito aos oito dias do mês de Março do ano de mil e quinhentos e dezanove, com que se foram a Sevilha. E, casando-se ali Magalhães com uma

filha de Duarte Barbosa, alcaide das Ataracenas da mesma cidade, acabou de endoudecer Rui Faleiro de puro nojo de andar em desserviço de seu rei natural, pelo qual ficando Rui Faleiro com sua doença em Espanha, onde depois faleceu, e alguns querem dizer que faleceu antes da partida de seu companheiro na mesma cidade de Sevilha, donde partiu Fernão de Magalhães aos dez dias do mesmo mês e ano, e de S. Lucar de Barrameda a vinte de Setembro da dita era, uma terça-feira, levando consigo, em lugar do Faleiro, a um André de Sam Martin, também astrólogo, havendo quase três anos que pera alcançar esta viagem andava em Castela.

Levava cinco naus armadas, que lhe El-rei tinha mandado aparelhar pera esta viagem, de que era capitão-geral com alçada de poer e tirar capitãis e oficiais, como lhe parecesse ser serviço de El-rei, e de executar justiça cível e crime em todos os que iam na frota, de qualquer qualidade que fossem.

Uma das naus se chamava a nau Vitória, onde ia por piloto João Sebastião do Cano, natural de Guetaria, vila da província de Guipuscoa. As outras se chamavam Santo Antão, Santiago, Concepção e a Trindade, que era a capitaina, de que iam por capitãis Luiz de Mendonça, Gaspar de Queixada, João de Cartagena e João Serrão, todos naturais castelhanos. E em todas elas iam duzentos e trinta e sete homens, antre soldados e marinheiros.

E continuando sua navegação, passou as Canárias e ilhas do Cabo Verde, indo ter à terra do Brasil, donde, navegando contra o polo do Sul, seguindo seu descobrimento, passando o rio de Janeiro da província de Santa Cruz e o rio da Prata, que está em trinta e cinco graus, chegaram a dois dias de Abril do ano de mil e quinhentos e vinte a um rio, a que chamaram de S. Julião, que está em cinquenta graus, e isto já com tantas tormentas e frios que os mareantes não podiam marear as velas. E da consulta, que ali tiveram sobre o que haviam de fazer, procederam algumas paixões antre todos, por Fernão de Magalhães nela se mostrar isento e não subjecto aos votos dos capitãis e pilotos que eram de contrário parecer, dizendo não ser serviço de El-rei irem mais avante, dando boas razões pera isso, que, por razão de o Magalhães as não acceptar, determinando invernar ali, se lhe amotinaram três capitãis com o propósito de o matar, querendo-se tornar pera Espanha, os quais ele logo mandou matar, que por terem saudades da sua terra acabaram na alheia, como foi um Luiz de Mendonça, capitão de uma nau, a quem matou a punhaladas, por mandado de Magalhães, um Gonçalo Gomes de Espinhosa, que servia de meirinho da armada, e outro capitão, Gaspar de Queixada, foi esquartejado vivo, e assi o Luiz de Mendonça depois de morto. E a outro capitão, chamado João de Cartagena, foi perdoada aquela morte natural; e houve outra cível, de perpétuo degredo, naquela erma terra, onde ficou, com grandes saudades da sua e, com as mesmas, com ele também um clérigo que tinha a mesma culpa, que o Magalhães dizia ser de tredores contra o serviço de El-rei de Castela, não lhe lembrando a sua, que contra o serviço de El-rei de Portugal naquela viagem cometia, os quais, desterrados, ficaram sós naquele ermo com trinta arráteis de pão, cada um, pera se manterem.

Assentando Magalhães passar ali o inverno, que eram estes quatro meses, Maio, Junho, Julho e Agosto, que o Sol anda cá da parte do Norte que habitamos, neste tempo não somente ocupou aos outros em corregimento das naus (que era cousa piedosa de ver o que padeciam com frio), mas ainda os mandou entrar pela terra dentro, que fossem descobrir e atentar se ouviam da outra parte algum tom do mar, prometendo mercê àquele que trouxesse alguma boa nova. Na qual ida entraram pelo sertão, em que gastaram dez dias, e trouxeram consigo uns homens da terra tão grandes como gigantes, cujos corpos passavam de doze palmos, aos quais o capitão-mor mandou dar dádivas e reteve dois por mostra de sua grandeza e os trazer a Castela; mas duraram pouco, por ser gente costumada comer carne crua. E mandando Magalhães daqui um navio, de que ia por capitão João Serrão, diante ver se achava algum cabo ou estreito, se lhe perdeu vinte léguas dali, ainda que a gente se salvou, parte da qual pós onze dias até, com tantos trabalhos de fome e frio, chegar à armada, que veio buscar per terra, que, quando chegaram, quase os não conheciam; e os mais que lá ficaram mandou vir Magalhães em um batel.

E havendo invernado nesta terra estes quatro meses ditos, onde lhe faleceu alguma gente de fome e trabalho e frio, começou a prosseguir sua viagem no ano de mil e quinhentos e vinte, indo costeando a terra, entrando em baías e portos por ver se achavam algum estreito, até que chegaram a um cabo a que chamaram das Virgens, por ser no dia que a Igreja celebra a festa das Onze Mil, o qual está em cinquenta e dois graus da Equinoctial, onde se acharam com sós seis horas de noite.

E, adiante dele obra de doze léguas, aos vinte e um dias do mês de Setembro de mil e quinhentos e vinte, acharam a barra de um estreito, que estava em altura de cinquenta e dois graus e seis minutos e tinha de boca obra de uma légua. E, como pela grande força que trazia e diligências que mandou fazer e sinais de baleias mortas, que achavam na praia, entendeu Magalhães que passava ao outro mar largo; fazendo grandes festas, entrou pelo estreito, que em partes tem largura de tiro de espingarda e bombarda e em outras de légua e légua e meia, tudo de ambas as partes terra alta, muita dela, e escaldada dos ventos, e a outra com arvoredo, em que havia aciprestes, e no cume das mais altas montanhas viam jazer a neve, como que todo o ano está sem se derreter, que parece que devem ser aquelas partes antípodas de Frandes ou de Polónia, pois são tão frias. E terá este estreito de comprido, de mar a mar, cento e dez léguas e outros dizem que cento e trinta. E posto que faça alguns tornos, ora a um rumo, ora ao outro, quase a saída ao mar do Sul está na altura da entrada. Mas não o achando (segundo alguns dizem) ([269]), dali a alguns anos, um capitão ([270]) que navegou depois por aquela costa, indo descobrir a terra do Chile, da banda do Sul, nas Índias de Castela, por mandado de El-rei D. Filipe, lhe escreveu, ao mesmo rei, que ou a terra quebrara e tapara aquele estreito de Magalhães, ou não sabia que fizesse nem dissesse, porque com toda a diligência que tinha feito o não achava. O mesmo dá a entender D. Alonso de Ercilha e Çunhiga, grave poeta, no princípio de sua História Araucana ([271]). Mas no ano de mil e quinhentos e oitenta, uns castelhanos, que passaram, em um navio, do mar do Sul por este estreito ao mar do Norte, vindo ao longo da costa, tomaram um gigante, que devia ser daqueles que Magalhães achou naquela terra, como agora acabei de contar, e no mês de Julho do dito ano vieram ter ao porto da cidade de Angra da ilha Terceira, onde o viram muitos.

Sendo já Magalhães per dentro daquele estreito até cinco léguas, vendo pela ribeira dele angras, rios e esteiros que entravam pela terra, passaram um lugar mais estreito que se fazia antre duas serras mui altas; além desta estreiteza, viram que se fazia em dois braços. Não sabendo Fernão de Magalhães determinar qual daqueles passava ao outro mar, pelo da parte do Norte mandou um batel que, descobrindo somente até doze léguas, tornou logo. E pelo da parte do Sul mandou entrar a nau Santo Antão, cujo capitão era Álvaro de Mesquita, pondo-lhe limitação que aos três dias tornasse; e, sendo já passados seis, mandou outra que a fosse buscar, o capitão da qual tornou dali a três dias sem achar da outra notícia alguma, a qual alguns dizem que, antes de entrar no estreito, se foi pera Espanha. Mas João de Barros diz que (como pronosticou por sua astrologia o astrólogo André de Sam Martin) era, então, dali tornada pera Castela (como tornou), porque o piloto, com favor de toda a gente, se fez na volta de Espanha; e ainda sobre o capitão Álvaro de Mesquita o contrariar foi ferido e preso. E vieram-se por onde deixavam os dois degradados, João de Cartagena e o clérigo, que se chamava Pero Sanchez de Reina, e chegaram a Castela passados oito meses depois que se partiram de Fernão de Magalhães.

O qual navegando pelo dito estreito, saiu ao espaçoso mar do Sul e, voltando sobre a mão direita aos dezassete dias do mês de Octubro, em que acabou de passar à outra banda do mar do Sul, no qual navegando após o Sol, lhe morreram alguns de fome por falta de mantimentos e lhe aconteceram vários casos no caminho, buscando as ilhas de Maluco. E por achar o mar do ponente tão furioso como o Oriental, donde vinha, por causa da frialdade do clima mandou navegar contra a linha aequinoctial pera se meter no quente. E como achou os mares mais brandos, pôs a proa a loesnoroeste per espaço de quatro meses e, sendo obra de mil e quinhentas léguas da boca do estreito (segundo sua estimação) e em altura de dezoito graus da banda do Sul, acharam uma pequena ilha, que foi a primeira terra que viram depois da saída do estreito, a que puseram nome Ilha Primeira. E daí a duzentas léguas ao noroeste desta, em altura de treze graus, acharam outra que seria de uma légua, em a qual fizeram pescaria e, pelos muitos tubarões que nela havia, lhe chamaram dos Tubarões. E porque Fernão de Magalhães sabia que as ilhas de Maluco estavam debaixo da linha aequinoctial, desta ilha dos Tubarões foi navegando até se meter nela, cursando per este rumo cento e oitenta graus de largura; parecendo-lhe que tinha escorrido as ilhas de Maluco, passou-se da banda do Norte, em altura de quinze graus e meio, a ver se achava algumas ilhas, das que os portugueses navegavam, pera saber em que paragem era, onde achou um número de ilhas pequenas, e, daí, por serem desertas, foram subindo té altura de vinte e um graus, desejando achar alguma terra firme. Andando por aqui, tornando a diminuir da altura, de ilha em ilha, em uma parte lhe matavam homens, em outra lhe furtavam o batel e, se em algumas lhe davam mantimentos, logo em outra lhos negavam, até que veio ter a uma chamada Zebut, e por outro nome Subo, que estava em altura de dez graus da parte do Norte, com cujo Rei Hamabar, que

se tornou cristão com muita gente sua, tiveram a Páscoa de Ressurreição do ano de mil e quinhentos e vinte e um. E, tomando mantimentos e língua das ilhas de Maluco, se embaraçou Magalhães em fazer guerra a Culpulapo, senhor da ilha de Mautão e inimigo de Hamabar, e foi morto ele e o astrólogo André de Sam Martin, com alguns outros, em uma batalha, um sábado, vinte e sete de Abril deste mesmo ano, havendo descoberto o dito estreito que por ele foi chamado de Magalhães, acabando em terra alheia com saudades da que não era sua.

Não tardou muito em ser preso de El-rei Hamabar João Serrão, piloto-mor da armada, que, em lugar de Magalhães, havia sido elegido por capitão, com mais de sessenta companheiros, que o mesmo rei Hamabar matou e prendeu, pelo qual sós cento e quinze homens, que escaparam com vida, navegaram até Cohol, onde, queimando uma nau, repairaram as duas que ficaram, com as quais chegando às terras de Siripida, Rei de Bornéo, que, então, não estava bem com os portugueses, foram dele e da sua gente bem recebidos e tratados. E, assentando amizade antre El-rei Siripida e El-rei de Castela, se passaram à ilha de Cimbubom e, depois de estar ali um mês e repairar suas naus, em uma sexta-feira, oito de Novembro de mil e quinhentos e vinte e um, aportaram em Tidore (uma das cinco ilhas Malucas, que comummente chamam Tidore, Ternate, Mate, Matil e Machião; outros lhe chamam Timor, Borneo, Banda, Maluco, Liquijo, que são pequenas e estão perto umas das outras e distam de Espanha, pela conta dos castelhanos, mais de cento e sessenta graus, estando debaixo ou perto da equinoctial). Almançor, Rei de Tidore, ainda que era mouro, folgou com sua chegada e recebendo amizade com El-rei de Castela, os deixou livremente contratar.

Reinava neste tempo em Portugal El-rei D. Manuel, que faleceu em uma sexta-feira, dia de Santa Luzia, a treze de Dezembro do dito ano de mil e quinhentos e vinte e um, sendo de idade de cinquenta e três anos, antes que tivesse aviso deste descobrimento dos castelhanos, que foi causa das discórdias que sobre isso tornaram a nascer antre eles e os portugueses. Porque, sucedendo no Reino de Portugal El-rei D. João, terceiro do nome, por falecimento de seu pai, El-rei D. Manuel, não tardou em ter grandes diferenças com o Imperador D. Carlos quinto, Rei de Castela, seu primo irmão, sobre esta especiaria e navegação das ilhas de Maluco, porque a armada castelhana estando cinco meses na ilha Tidore, vieram a ela Corala, senhor da ilha Ternate, sobrinho de Almançor, e Luzufa, Rei de Gilolo, amigo de Almançor, e outros senhores daquelas ilhas, dando-se todos por tributários de El-rei de Castela por desgostos que tinham dos portugueses, com que dantes tratavam e que primeiro descobriram aquelas ilhas, do qual se sentiram os portugueses que andavam na Índia. Especialmente, toparam os castelhanos com um Pedro Afonso, português, do qual souberam haver chegado àquela terra caravelas portuguesas a comprar cravo e, também, como Francisco Serrão, português, amigo e parente de Fernão de Magalhães era falecido em Ternate sete meses antes que eles chegassem a Tidore, sendo capitão de Corala, senhor da ilha Ternate e o que escreveu a Magalhães, seu parente, que fosse às ilhas de Maluco, se em breve queria ser rico, donde nasceu a Magalhães o grande desejo de procurar em Castela esta viagem em que acabou seus dias, como está dito.

As duas naus castelhanas que ficaram, chamadas Trindade e Vitória, acabando de se carregar de cravo e presentes daqueles senhores, acordaram de tornar a Espanha e que a nau Vitória viesse pelo caminho dos portugueses, como depois contarei sua vinda, e a nau Trindade, que fazia água, viesse a Panamá ou à costa da nova Espanha, por ser viagem mais breve.

Partindo primeiro a nau Vitória, a outra nau que se chamava Trindade, que era capitaina, por fazer água, ficou na ilha de Tidore com um capitão chamado Gonçalo Gomes de Espinhosa, natural de Espinhosa dos Monteiros, meirinho que fora de toda a armada, donde, depois de acabar de tomar sua cárrega, partiu aos seis de Abril do ano de mil e quinhentos e vinte e dois com propósito de ir tomar a terra firme de Dariem, que é uma das províncias que os castelhanos têm descoberto da banda do mar do Sul. Navegaram até se pôrem em quarenta e dois graus do polo ártico, ou do Norte, segundo eles demarcaram, e, por lhes faltarem mantimentos e a gente lhes morrer de frio, arribaram às ilhas de Maluco, donde dantes partiram, e vieram surgir antre as ilhas de Doi e Batechina, no qual lugar, estando sobre âncora, souberam de uns paraus de El-rei de Gilolo, que passaram por junto deles, que era chegado às ilhas de Maluco António de Brito, capitão de El-rei de Portugal D. João, o terceiro do nome, com cinco naus portuguesas e que na ilha Ternate estavam portugueses fazendo uma fortaleza, pelo que despacharam logo o escrivão da nau a lhes pedir que como próximos cristãos lhe quisessem valer, que na nau não havia gente pera marear por mais serem mortos

e os outros doentes. Ao que logo António de Brito (que, como dito é, chegara às ilhas de Maluco depois desta nau partir e era capitão da fortaleza que fazia em Ternate) mandou D. Garcia Anriques em um navio e Gaspar Galo em uma fusta e Duarte de Resende em um bergantim, com alguns paraus, que os acharam cinquenta léguas da ilha Ternate, onde os levaram e lhes foi feito muito bom gasalhado. Dos quais castelhanos, foram ter quarenta e oito a Maluco e daí a Portugal, onde o Espinhosa veio ter no ano de mil e quinhentos e vinte e seis, porque a sua nau com tormenta, que logo sobreveio, deu à costa na mesma ilha de Ternate, à qual eles chegaram a vinte e seis dias de Junho, tendo navegadas, pela conta que faziam, mil e quinhentas léguas, do dia que partiram da ilha de Tidore até tornarem à de Ternate.

E de cinco naus que de S. Lucar de Barrameda saíram em busca da nova viagem da especiaria, tornou só a Vitória, como logo direi, deixando de dizer aqui muitas particularidades que nesta viagem aconteceram, pelas tratarem muitos, e melhor que todos o doctíssimo e curiosíssimo João de Barros em a terceira Década da sua Ásia, no livro quinto, nos capítulos octavo, nono e décimo, onde os curiosos as podem ler e saber.

CAPÍTULO VIGÉSIMO QUARTO

DA TORNADA DA NAU VITÓRIA A ESPANHA. E DE OUTRAS ALGUMAS DIFERENÇAS QUE HOUVE SOBRE AS ILHAS DE MALUCO ANTRE PORTUGUESES E CASTELHANOS E DA RAZÃO PORQUE AS POSSUÍRAM DEPOIS OS REIS DE PORTUGAL PACIFICAMENTE

A nau Vitória (que tinha partido de Tidore primeiro que a nau Trindade, no mês de Abril do ano de mil e quinhentos e vinte e dois, com quarenta e sete espanhóis e treze homens naturais de Tidore), fazendo seu caminho e passando por muitas ilhas, tomou sândalo branco em Timor, onde em uma briga morreram muitos. E tomaram em Eudeto muita mais canela, fazendo sua viagem por junto de Samatra, não parando até passar o cabo de Boa Esperança. E aportando às ilhas de Cabo Verde, na de Santiago quiseram tomar refresco, mas o capitão de El-rei de Portugal D. João terceiro, governador daquela ilha, lho estorvou, prendendo a treze companheiros que em terra saltaram, pelo qual, fazendo-se à vela João Sebastião do Cano, capitão da mesma nau, em um sábado, seis dias de Setembro deste mesmo ano de mil e quinhentos e vinte e dois, chegou a S. Lucar de Barrameda, havendo tardado nesta viagem tão comprida três anos menos quatro dias, em os quais rodeou o Mundo por água, cousa nunca escrita, nem ouvida, nem vista, pois, saindo do ocidente, dando volta pelo globo do Universo, tornaram pelo oriente ao mesmo porto donde haviam partido, o que nenhum há feito desde a criação do Mundo até nossos dias.

Andou, segundo alguns, João Sebastião catorze mil léguas nesta viagem, e atravessou diversas vezes a tórrida zona, contra a opinião dos antigos filósofos. Mas outros dizem que navegou dez mil. E, de qualquer maneira que seja, sua navegação há sido a maior do Mundo e com o discurso dos dias vieram a comer carne em duas sextas-feiras e a celebrar dois domingos em segunda-feira, chamando-se com razão esta nau Vitória, pois alcançou a vitória e vencimento que nenhuma dantes alcançou. E por João Sebastião do Cano, capitão e piloto da dita nau, ser o primeiro, e não haver outro que desde a criação do Mundo até nossos dias rodeasse o Mundo como ele, com muita razão o Imperador Carlos quinto, Rei de Castela, lhe deu um privilégio de armas correspondente à nunca dantes ouvida nem lida viagem, dando-lhe o Mundo por divisa com outras insígnias e um letreiro ao propósito: «TU PRIMUM CIRCUMDEDISTI ME», no qual, falando o Mundo com João Sebastião, lhe diz: «Tu primeiro me rodeaste».

E com a vinda desta nau, houve depois antre El-rei de Portugal, D. João, terceiro do nome, e o Imperador Carlos quinto, Rei de Castela, algumas dúvidas, tratando-se o caso sobre estes dois pontos, posse e propriedade, por razão das demarcações que antre estes dois reinos havia. E esta mesma nau Vitória, que tornou a Sevilha com cravo e especiaria, deu causa ao Imperador D. Carlos mandar outra armada de outras cinco naus, que fossem a Maluco, a fazer fortaleza na ilha de Tidore. E desta armada somente a nau capitaina passou a Maluco com outro navio mais pequeno. E antre o capitão desta nau (que já não era o capitão-mor) e o capitão português da fortaleza da ilha de Ternate houve grandes diferenças e requerimentos, de parte a parte, pugnando cada um por seu rei e por seu direito. E antre estes e outros houve depois outros encontros e guerras por muitas vezes, em que morreram alguns castelhanos e portugueses. E antre os reis deles se recresceram muitas dúvidas e discórdias sobre quem havia de ficar senhor deste comércio e em cuja demarcação e conquista caíam estas ilhas de Maluco. E muitas armadas de Castela tiveram lá ruim sucesso e se perderam, vindo os castelhanos em poder dos portugueses.

E no princípio do ano de mil e quinhentos e vinte e quatro, sendo contentes El-rei D. João, terceiro do nome, e o Imperador D. Carlos que determinassem estas diferenças homens doctos em matemáticas e arte de navegar, nomeou El-rei D. João, de sua parte, juízes de posse e propriedade, procuradores fiscais e secretários, que eram três géneros de pessoas, juristas,

geógrafos e mareantes, sendo o principal o licenciado António de Azevedo, e Diogo Lopes de Sequeira, que havia sido governador da Índia, e Pedro Afonso de Aguiar, Francisco de Melo, Simão de Tavila e outras pessoas expertas que entendiam o negócio, os quais foram à cidade de Elvas com poderes bastantes. E de Castela, por parte do Imperador, vieram a Badajoz o licenciado Açunha, do Conselho Real, e o licenciado Barrentos, do Conselho das Ordens, e Pero Manuel, da Chançalaria de Valhedolit, D. Fernando Colon, filho do almirante Cristóvam Colon, e João Sebastião do Cano, Pero Rodrigues de Vilhegas, natural da cidade de Burgos, com outras muitas pessoas de letras e navegação. Os quais se ajuntaram a praticar a primeira vez junto do rio Caia, que divide Portugal de Castela e corre antre as duas cidades de Elvas e Badajoz, e, dali adiante um dia se ajuntavam em Elvas, outro em Badajoz, em que gastaram muitos dias, dando cada um razões por sua parte, sem efectuar nada. Ouvindo aos castelhanos, parece que têm razão, e escuitando aos portugueses, que foram os primeiros descobridores destas ilhas de Maluco, parece que têm também razão e justiça.

Mas como são cousas de compridos caminhos e de longes terras e espaçosos mares, e não se saber a altura de leste a oeste, não se pode bem cercear e averiguar a conta e medida deles, pelo que destas demarcações dantre Portugal e Castela, dos termos que a cada um destes reinos cabem no que é descoberto e está por descobrir, ainda que algumas pessoas disseram e escreveram, uns em favor de um reino e outros de outro, não se pode bem determinar nada do que eles tratam em suas alturas, senão remeter-se à razão e ao que se nisso achar na verdade, porque, ainda que se demarcasse a linha onde começa a repartição destas conquistas, não está bem acabado de averiguar por onde se há-de lançar a outra linha ou meridiano em oposição da primeira, que precisamente parta o Mundo e a conquista dele pelo meio.

Diziam os castelhanos que João Sebastião do Cano descobrira primeiro as ilhas de Maluco com outras razões que davam, o que tudo negavam os portugueses, dizendo que eles as acharam primeiro e que a linha primeira se havia de deitar de uma das mais orientais ilhas do Cabo Verde, que são Boavista ou a do Sal. e não pela de Santo Antão, que é ocidental, como os castelhanos diziam, e há aí noventa léguas de uma parte a outra. E, todavia, os castelhanos, deitando a linha trezentas e setenta léguas da ilha de Santo Antão, segundo o concerto dos Reis, pronunciaram sentença à sua vontade em cima da ponte do rio Caia uma terça-feira, trinta e um de Maio do dito ano, a qual reprovaram os portugueses, dizendo que a quantos castelhanos fossem às ilhas de Maluco fariam pagar seu atrevimento, e assi se apartaram uns dos outros sem ser conformes na sentença. E, por ficar o negócio desta maneira, sem conformidade decidido, continuaram ambos os príncipes a navegação das ilhas de Maluco, ainda que aos castelhanos sempre sucedeu mal; e os portugueses continuam e prosseguem esta viagem até nossos tempos com prósperos sucessos.

Tanto duraram as altercações e diferenças antre uns e outros, até que o Imperador veio a conceder o que El-rei D. João desejava; o qual no ano de mil e quinhentos e vinte e nove, havendo de ir o Imperador a Itália a coroar-se em a cidade de Bolónia por mão do Papa Clemente sétimo, lhe deu empréstimo ou penhor de trezentos e cinquenta mil cruzados, ficando-lhe as ilhas de Maluco como empenhadas, porque pera esta viagem tinha necessidade de dinheiro. E o licenciado António de Azevedo, que por mandado de El-rei entendeu nisso, foi castigado por El-rei pelo descuido que teve em não assinar e limitar o tempo quando se havia de tornar o dinheiro. E, ainda depois disto, cometeram os castelhanos e ingreses e franceses esta navegação sem ter efecto o que pretendiam. Um Sebastião Gaboto (que outros chamam Gabato), veneziano, descobriu a terra dos Bacalhaus à custa de El-rei Henrique sétimo de Ingraterra, com tenção de achar estreito pelo ponente pera chegar em poucos dias a estas ilhas de Maluco, mas não houve efecto seu desejo.

E muitas vezes suplicaram os castelhanos ao Imperador que em todo caso desfizesse o empenho das Malucas, tornando a El-rei D. João seu dinheiro, mas, não condescendendo a isso, lhe foi ainda suplicado e requerido pelos procuradores das cidades e vilas de seus reinos nas cortes que, estando o Imperador em Frandes, se celebraram na vila de Valhedolit no ano de mil e quinhentos e quarenta e oito, oferecendo-se os reinos a pagar tudo o que o Imperador devia a El-rei D. João, contanto que por tempo de sós seis anos lhe fosse dado em arrendamento a especiaria e, passado este tempo, lhe deixariam o comércio livre, o qual mandou de Frandes que não se falasse nisso, com que todos se maravilharam, ficando a El-rei D. João mais livre e sem estorvo dos castelhanos o trato das ilhas de Maluco.

Parece que quis passar por isso o Imperador ou por ver não ter nele direito, ou por razão dos muitos vínculos de sangue e afinidade e matrimónios de filhos, uns com os outros, que antre estes reis havia. E, ainda que depois deste mandado do Imperador muitas vezes tentaram os castelhanos esta viagem das Malucas, principalmente da parte do sul das Índias Ocidentais, donde mandavam lá suas armadas, sempre lhe saiu adversa, que parece que até agora a reservava Deus pera sós os portugueses, que levaram o trabalho de primeiro as descobrirem, a quem sempre sucedeu bem este comércio, e eles estavam em posse dele. Ainda que os castelhanos, porque viam pelas operações do astrólogo André de Sam Martim, e assi per suas singraduras e estimativa, ao modo de sua arte ser mais em favor dos portugueses que do seu, situavam as terras da derrota nas cartas de marear a seu propósito e não segundo o que achou o seu astrólogo. E destas outras cousas serem feitas com malícia testemunhou à hora de sua morte um deles, por nome Bustamante, o qual, indo em um navio português de Malaca pera a Índia, foi ter às ilhas de Maldiva, onde faleceu, por ir muito enfermo, e no seu testamento disse que por descarrego de sua consciência declarava que tal cousa e tal em alguns estromentos, que os castelhanos tiraram em Maluco sobre aquele seu negócio, ele testemunhara o contrário da verdade, porque o fazia em seu favor. E, segundo dá a entender o doctíssimo João de Barros, a verdade deste caso há-de determinar o mesmo astrólogo André de Sam Martim com seus eclipses e experiências, em que mostra estarem as ilhas de Maluco na conquista de Portugal.

E quanto à posse, quem ler a continuação que os portugueses tinham naquelas partes do ano de mil e quinhentos e vinte, antes que a armada de Castela lá fosse, que são dez anos de tempo, com todolos outros negócios de cartas e requerimentos que os reis daquelas ilhas tiveram com os portugueses, parece que julgará a posse por boa. E ainda que não fora outra cousa e Portugal não tivera o direito que tem, pelas razões já ditas e outras que não digo por não fazer um longo processo, a posse de tantos anos, adquirida e sustentada com tanto trabalho dos portugueses, abastava pera sobre este negócio não se falar mais palavra da parte de Castela, se Deus por seus ocultos juízos não entregara neste tempo o reino de Portugal ao mui católico, alto e poderoso Rei D. Filipe, com que não somente ficou rei de toda Espanha, mas da Índia Oriental, onde estão as Malucas, e da Ocidental, esmaltada de tão ricas minas de ouro, prata, esmeraldas e outras pérolas, chegando seu poder e reinado de extremo a extremo, com que é agora o maior senhor de toda a Redondeza. E com isto tenho, senhora, declarado, o melhor que pude alcançar, as dúvidas que me perguntastes.

CAPÍTULO VIGÉSIMO QUINTO

EM QUE MOSTRA A VERDADE, POR EXPERIÊNCIA DE MODERNOS E ALGUMA RAZÃO, NÃO ESTAR O ESTREITO DE MAGALHÃES ANTRE DUAS TERRAS FIRMES, MAS TER DA PARTE DO POLO ÁRTICO TERRA FIRME E DA DO ANTÁRCTICO SOMENTE ALGUMAS ILHAS

Pelo que tenho dito, e muitos antigos afirmam, parece estar este estreito de Magalhães antre duas terras firmes, grandes e espaçosas. Mas a experiência de outros mais modernos, que depois o passaram, mostra o contrário. E alguma razão há por onde parece que só da parte do nosso polo Ártico, ou setentrional, tem terra firme, que é a do Brasil e Perú, e da banda do polo Antártico, austral, não há terra firme, senão somente algumas ilhas, como, pelo que agora direi, se verá.

A nação ingresa, de trinta anos a esta parte, se tem tanto exercitado nas cousas da navegação, que, não contentes de navegarem pelos mares que seus antepassados soíam, se atreveram os modernos de agora a navegar além do estreito do mar Mediterrâneo, não lhe ficando nenhuma das ilhas do dito mar, assi do Baleárico, Ligústico, Adriático, Tirreno, Africano, de Lepanto, Líbico, Púnico, Aegipcíaco, Greciano, Aegeu, como Constantino Politano, e não sei se até o Ponto Euxino e a alagoa Meotis, e até outros muitos portos deste mar, com grandes riscos de suas pessoas, não estimando os perigos das galés turquescas e outros cossairos. E, além deste comércio, descobriram outro pera Moscóvia, Rússia e Polónia, aonde vão todos os anos de Londres quinze e vinte naus a trocar suas mercadorias pelas daquelas partes, sendo eles próprios pilotos de suas naus. E, não contentes somente destas lícitas navegações, empreenderam outras vedadas, como são as que fazem pelas costas das Índias e Brasil, Mina e Guiné, onde vão negociar todos os anos, os quais, vendo as riquezas daquelas partes, não se contentaram ainda com elas.

Mas um Francisco Draque, natural de Pleâmua ([272]) no reino de Inglaterra, junto a Cornualha, homem de mar, nascido de parentes não dos mais honrados daquele povo e que, antes de chegar ao que lhe sua fortuna tinha guardado, algumas vezes soía levar em seu bote, que cá chamamos batel, pescado a vender a Londres, este, enfadado da pobreza e querendo aventurar-se à fortuna do mar largo, se mudou do bote, em que andava, a outras naus, que cometeram outras diferentes empresas, indo nelas algumas vezes às costas de Guiné e Índias, como foram aquelas viagens que pera elas fez aquele capitão Haquens, natural da mesma vila de Pleâmua, a quem serviu. E depois de se fazer prático e piloto daquelas costas, tomou uma empresa, a mais dificultosa que até hoje se viu, e não me determino se foi maior que a que fez Magalhães pelo seu estreito, ainda que, a juízo de muitos que trabalharam por saber bem o modo de sua navegação, foi mais atrevido nela, porque o Magalhães nunca se apartou da costa da terra do Brasil, que era a da mão direita, e por ali foi sempre até passar aquele mar, que chamam estreito do seu nome, ao do Sul. E a este aconteceu diferentemente, que, indo navegando por ele, lhe deu tanta tormenta, que lhe foi forçado ir correndo ao Sul sete ou oito dias com grandíssimos perigos, donde entendeu que o dito estreito é mar largo e, porque tem daquela parte do Sul muitas ilhas, cuidou o primeiro descobridor, Magalhães, que era estreito, porque sempre se acostou a estoutra costa. Basta que se afirma que o dito estreito é mar largo e que tem muitas ilhas, como se pode conjecturar pelo que adiante direi.

E tornando à viagem e empresa do dito Draque, partiu da Inglaterra no ano de mil e quinhentos e setenta e sete com três naus de bom porte, levando consigo alguma gente nobre, com determinação de passar este estreito, que tenho dito, e por ele ir ao mar do Sul, como foi; e, antes de chegar à boca dele, correu muita parte da costa do Brasil, onde perdeu uma das naus que levava, indo dali por diante somente com duas. O capitão e gente da outra nau, enfadados já dos trabalhos que tinham sofrido até ali, se quiseram por algumas vezes apartar

dele e tornar pera sua terra, o qual a nada quis dar orelhas, indo sempre avante. E determinado o capitão e certos homens da outra nau de o matarem com peçonha, sendo disso avisado, teve modo com que acolheu na sua nau o capitão da outra, que era filho de um homem honrado e muito principal em Londres, e aos outros que eram com ele na consulta, e, tirando informação e testemunhas processadas do que lhe ordenavam contra a ordem e regimento que levava da Rainha de Inglaterra, tomando juízes na sua nau, julgaram que fosse degolado e os mais enforcados, como se fez; o qual feito lhe não foi depois estranhado, quando tornou a sua terra.

Indo, assi, navegando na volta do dito estreito, sendo já dentro nele, se achou com a sua nau somente, sem as duas com que partira, mas nem com isto lhe faltou ânimo pera ir avante. É certo que, se este homem não maculara sua fama em se apartar da fé e ([273]) com o latrocínio que fez, como direi adiante, também, como outro Magalhães, fora digno de memória ([274]) porque, indo pelo dito estreito, padeceu muitos trabalhos por muitas vezes, estando nele algumas ancorado, onde em muitos lugares querendo lançar âncora, não sendo de terra um tiro de arcabuz, não achava fundo, do que ficavam os seus marinheiros mui maravilhados, por ver ali tanto o contrário do que é em suas terras, nas quais depois contavam maravilhas daquela perigosa viagem. E, antre outras cousas, diziam que, indo uma vez a terra, com lhe haverem feito sinais de paz e amizade a gente dela (que eram gigantes e homens de grande estatura), um dos que ali na praia estavam, vendo desmandado e apartado dos mais um marinheiro ingrês, se foi a ele e o matou, sem os outros se bulirem do lugar donde estavam; alvoroçando-se os ingreses e cuidando que lhe fizessem outro tanto, os asseguraram os gigantes da terra, dizendo por sinais que não houvessem medo e o que fizera aquilo fora porque aquele ingrês lhe matara seu pai, suspeitando por isto os ingreses que, em algum tempo, naquela costa havia desembarcado gente branca.

Indo Francisco Draque prosseguindo sua viagem, lhe aconteceu o que, atrás, já disse e foi pela banda do Sul daquelas ilhas (que ali há muitas) a entrar no mar do Sul e, por ele entrado, correndo já a costa do Perú, encontrou com a mais rica nau (que vinha pera Panamá) que até hoje se sabe navegar por aquele mar, a qual afirmam trazer um conto e meio de ouro de Sua Majestade e partes, que, como não trazia gente de guerra, nem artilharia (como se usa naquela costa), pois não havia de quem se poder temer, lhe foi fácil tomá-la; e passando toda aquela riqueza à sua, foi prosseguindo sua viagem na volta das Malucas. O governador do Perú, sabendo o que havia passado e como entrara naquele mar nau de cossairos, ordenou duas naus, que aparelhou bem com gente de guerra, e, mandando-as em busca do dito Draque na volta do estreito, por onde lhe pareceu que tornasse a fazer a derrota, uma das naus passou o dito estreito (sem nenhuma delas o achar) e veio ter à ilha Terceira o ano de mil e quinhentos e setenta e nove, sem, até então, haver nova alguma do dito Draque, o qual prosseguindo sua viagem (como tenho dito) na volta das Malucas, lhe aconteceram muitas vezes vários casos e cousas notáveis com os reis daquelas partes, a quem fazia dádivas e serviços das cousas que levava consigo de Inglaterra pera seu resgate, como quem, pera o efeito dele, as não havia mister, pois o havia já feito tam bom sem troca delas.

A nau pôs duas ou três vezes a monte, sendo de porte de até cem tonéis, tirando umas távoas furadas do gusano e pondo outras, e o mesmo ao leme, que duas vezes renovou, sucedendo-lhe sempre tudo felice e prosperamente, nunca lhe faltando os mantimentos pera a sua gente, que levava, que eram mais de cinquenta e tantas pessoas.

Por ali veio, dobrando aquelas partes da China, alargando-se sempre ao mar e afastando-se dos portos e da costa da Índia, até chegar ao cabo de Boa Esperança, que com grandes perigos passou, e veio, pelo caminho que fazem as naus da Índia, a ver vista destas ilhas dos Açores e, depois, chegou a sua terra e porto de Pleâmua e salvamento, aonde, e a toda a costa de Inglaterra, a petição dos embaixadores de Sua Majestade e a requerimento dos procuradores das partes a quem tocava o que havia tomado naquela nau, a Rainha tinha já mandado ordem pera que, em chegando, se prendesse e lançassem mão de todo o que trouxesse.

E chegando no mês de Octubro da era de mil e quinhentos e oitenta a outro porto, foi bem recebido, assi da justiça daquela vila como da Rainha de Inglaterra, porque, dali a poucos dias, mandando ir aquela nau, tão visitada do povo ingrês, a Grinuiche, abaixo de Londres, onde está posta, por memória, varada em terra, a mesma Rainha, por sua mão, dentro nela o fez cavaleiro com lhe fazer muitas honras e dar muitos títulos, repartindo o tesouro, que veio nela, como lhe bem pareceu, ficando ao Draque uma boa parte dele, e o mais se levou e meteu na

Torre de Londres; se hoje está ali ou não, a Rainha e o Conselho o saberão. O que se sabe é que, com grande instância, se pede por parte de Sua Majestade e dos mercadores e partes, a quem pertence, sem se poder haver conclusão no retorno dele.

Ficou este Draque tão honrado naquele regno com esta viagem que fez, que, quando vai a Londres, o anda a gente vendo como a cousa divina. É homem baixo de corpo, encorpado, vermelho, bem disposto ([275]) e gentil homem alegre e bem assombrado, mui destro na guerra, muito entendido nas cousas do mar e gentil capitão, se fora católico ([276]). E, segundo soube de um Manuel Martins ([277]), nobre mercador, prudente e curioso, natural desta ilha de S. Miguel, a quem ele levou a sua casa, que comprou depois que fez esta viagem, nove milhas daquele lugar de Pleâmua, onde a edificou como uns ricos paços, é a mais nobre casa de quantas há naquela parte, porque tem nelas (sic) lustrosas câmaras bem guarnecidas e providas de ricas camas de seda, em que pode agasalhar cem pessoas, e armas de toda sorte, com que poderá armar duzentos homens, muitos cavalos nas estrebarias, grande número de criados e gentis-homens bem dispostos e donas e moças mui fermosas, e comprou naquelas partes muitas terras de pão e comedias de gado, donde tira muito proveito. E nas costas da casa tem uma coutada de muitos coelhos e um parque (que cá chamamos coutada), em que traz muita quantidade de veados, e uma pesqueira, que, saindo de um braço daqueles esteiros que fazem as abras de Pleâmua, vem a ter àquela casa, donde cada dia, ordinariamente, se tomam nela uma dúzia e meia de trutas, mui grandes por extremo, e no tempo dos sarmões (sic) se pescam também nela boa quantidade, de maneira que de um pobre pescador, com grandes perigos que passou, veio a valer tanto naquele regno; queira Deus que não seja com outro maior perigo de sua alma.

E acabarei esta matéria com dizer somente que me disse o dito Manuel Martins lhe ouvira dizer, praticando ele com um certo senhor, temendo-se da infâmia de latrocínio, que todo o que fizera naquela viagem não fora outra cousa senão o que a sua Rainha lhe havia mandado e que assi o mostraria em todo o tempo. E como isto sejam matérias de Estado, não convém ir mais adiante per esta. Somente direi que depois fez este Draque outros excessos atrevidíssimos, dignos todos de grave castigo nesta vida, e muito mais na outra, onde lhe não valerá dizer que sua Rainha lhos mandava fazer ([278]).

À imitação deste Draque se alvoraçaram logo muitos gentis-homens em Inglaterra pera irem àquelas partes. E fazendo-se prestes no ano de mil e quinhentos e oitenta e um, não foram, então, por ir ali ter o Senhor ([279]) D. António que, querendo converter aquela empresa em outra maior, como era a que pretendia da ilha Terceira, e desta de S. Miguel e armadas, ficou tudo aquele ano no ar, sem uma e outra cousa haver efeito. O ano seguinte, que foi de oitenta e dois, no mês de Maio, partiram a esta empresa quatro navios, sc., uma nau, de porte de mais de quatrocentos e cinquenta tonéis, de um homem rico de Antona, e outra, de Londres, por nome Henrique Boaventura, e duas pinaças ligeiras de remo, todas as quais se fizeram de companhia que em Londres se ordenou antre fidalgos daquele regno e mercadores, a rogos deles, nas quais levavam muita quantidade de mantimentos e, em cada nau, obra de cento e vinte marinheiros, afora muitos gentis-homens, filhos de nobres de Inglaterra, que os mandaram a se fazerem práticos naquelas partes. Partiram da ilha Duhique ([280]) a vinte de Maio de oitenta e dois, e até a de oitenta e três se não sabe destas naus ([281]); parece que deviam fazer comprida viagem. O capitão desta armada se chamava o capitão Fenten. E contra eles mandou Sua Majestade uma armada, que este ano veio ter à ilha Terceira, sem se encontrarem, por ser o mar muito espaçoso e largo.

Da experiência deste capitão Francisco Draque se vê claramente que são ilhas, e não terra firme, as que aparecem no estreito de Magalhães, da parte do Polo Antártico Austral, e que é lá tudo mar largo, o que se confirma pelo que aconteceu ao mesmo Magalhães quando o descobriu, porque, (como tenho atrás dito), indo por ele até cinco léguas, vendo pela ribeira dele angras, rios e esteiros que entravam pela terra, passaram um lugar mais estreito que se fazia antre duas serras mui altas, além da qual estreiteza viram que se fazia em dois braços, e não sabendo Fernão de Magalhães determinar qual daqueles passava ao outro mar, pelo da parte do Norte mandou um batel que, descobrindo somente doze léguas, tornou logo, e pelo da parte do Sul mandou entrar a nau Santo Antão, cujo capitão era Álvaro de Mesquita, pondo-lhe limitação que aos três dias tornasse e, sendo já passados seis, mandou outra que a fosse buscar, o capitão da qual tornou dali a três dias sem achar da outra notícia alguma, a qual diz o docto João de Barros que (como pronosticou por sua astrologia o astrólogo André de Sam Martim que Magalhães consigo levava) era já então dali tornada pera Castela, como tornou,

porque o piloto, com favor de toda a gente, se fez na volta de Espanha, e, ainda sobre o capitão Álvaro de Mesquita o contrariar, foi ferido e preso. E pois esta nau tornou sem passar, da tornada, pelo lugar tão estreito onde Magalhães a esperou tantos dias, claro parece que se foi por outro braço e estreito que achou antre aquela terra e, assim, deste por onde tornou a sair e do outro segundo braço por onde entrou, como das angras, rios e estreitos que Magalhães ia vendo entrar por aquela terra, se colige claramente que não é terra firme, senão ilhas, que depois viu com seus olhos o capitão Francisco Draque e sua companhia, como já está dito.

Por este estreito de Magalhães bem se pode navegar pera as ilhas de Maluco, mas dizem alguns que é mais comprido caminho que o que fazem os portugueses, pelo que não se pode tanto frequentar como o primeiro. Outros afirmam ser mais breve ([282]).

Um Vasco Nunes de Balboa foi o primeiro dos espanhóis que viu o mar do Sul da Nova Espanha, mas Fernão de Magalhães, português, foi o primeiro que navegou por ele e achou a entrada do estreito do seu nome. E depois o passaram outros, antre os quais, afora os já ditos, foi um André de Vodaneta, homem discreto e experimentado na Cosmografia e na arte de marear, o qual, indo com o comendador Loaysa, passou o dito estreito e chegou às ilhas de Maluco e, tornando a Espanha, deu conta a El-rei de Castela do que lá viu. E, depois, tornando à Nova Espanha, se fez frade da ordem de Santo Agostinho e tendo El-rei Católico Filipe informação de sua muita experiência, o ano de mil e quinhentos e sessenta e quatro lhe mandou que fosse de Nova Espanha em descobrimento das ilhas de Maluco, o que ele fez em breve tempo, e, vindo de lá à Nova Espanha, se veio a Castela o ano de mil e quinhentos e sessenta e seis e deu conta mui particular a Sua Majestade de todo o que havia visto e descoberto, pelo que se fez em Madrid um ajuntamento de alguns cosmógrafos, em que (segundo conta o doctor Gonçalo de Ilhescas) o dito padre Frei André de Vodineta (sic) mostrou, provavelmente, como a demarcação do que a El-rei de Castela cabia pela concessão de Alexandre sexto chega doze graus ao Ponente adiante das ilhas de Maluco. E diz o mesmo Ilhescas que, segundo uma e outra conta, são mais de onze graus, e que isto constava pelos padrões dos mesmos portugueses que o não podiam negar. Mas digo eu que ([283]) este ajuntamento e consulta se fez em Castela, sem estarem presentes cosmógrafos portugueses, que afirmam outra cousa. E, como tenho dito, Deus deitou o bastão antre esta contenda, unindo estes reinos em uma só coroa.

CAPÍTULO VIGÉSIMO SEXTO ([284])

COMO PARECE QUE CRISTÓVAM COLON COM SUA VIAGEM DEU PRINCÍPIO DONDE TOMOU O IMPERADOR CARLOS QUINTO A EMPRESA DAS COLUNAS QUE PÔS EM SUAS ARMAS E, CONTINUANDO-A FERNÃO DE MAGALHÃES, DESEJOU DE AS PÔR MAIS AVANTE. EM QUE SE DECLARAM ALGUMAS OUTRAS INSÍGNIAS DAS ARMAS IMPERIAIS

Com os descobrimentos de terras que fizeram Colon e Magalhães, vassalos de El-rei de Portugal, ao Imperador e, principalmente, com a viagem a que Colon deu princípio e depois Magalhães prosseguiu e ampliou mais além, dizem que pôs em suas armas as duas colunas que Hércules tinha postas no cabo da terra firme, no estreito de Gibraltar, dizendo (como contam autores gregos) em grego estas palavras *Tapira Gadira Úpera tá,* que querem dizer em latim *Ultra Cades non sunt navigabilia, ou Ultra Cades non est navigatio,* e dizem em português: *Além de Cales não há navegação, ou terras pera onde navegar,* arrancando o Imperador as mesmas colunas da terra, e pondo-as não em terra, mas em mar por onde tão longe navegou, que dizem chegar ao meio do Mundo. Afora as quais colunas, tem também as armas do Duque Filipe ou Carlo de Borgonha, de quem ele e o católico e potentíssimo Rei D. Filipe, segundo do nome, seu filho, procedem, que são as da Ordem da Cavalaria do Tusão, que o dito duque ordenou, cuja insígnia é uma cadeia de ouro de pedernais e fuzis com um carneiro, pendente dela, e deu empresa aos cavaleiros a defensão da Igreja Cristã com uma letra que dizia *Por manter a Igreja onde Deus faz a sua mansão inventei a ordem que chamam do Tusão,* da qual ordem hão sido e são cabeça e mestres os Duques de Borgonha e seus sucessores, até hoje, e o número era o Duque e trinta cavaleiros até que o Imperador Carlos quinto, rei de Espanha, o acrescentou até cinquenta; e agora é cabeça e mestre da ordem nosso rei D. Filipe, Duque de Borgonha, que hoje reina ([285]). Ao qual propósito diz Paulo Jóvio, grande e docto cronista, que lhe parece que os grandes príncipes, por haverem e terem diante de si homens de excelente engenho e doctrina, hão conseguido a honra da invenção, como há sido, antre outros, o Imperador Carlos quinto, o Católico Rei de Espanha, o magnânimo Papa Leão, porque em efeito o Imperador sobrepujou com grande parte a bela empresa do fuzil, a qual trouxe já o valoroso seu avô materno, o grão Carlo, Duque de Borgonha. E, certamente, a sua empresa das Colunas de Hércules com a letra de Plus Ultra não somente há sobrepujado de gravidade e galantaria aquela do fuzil do avô, mas ainda todas as outras que hão trazido até agora os outros reis e príncipes. Porque estas colunas com a letra, considerada a boa fortuna da felice conquista da Índia Ocidental (a qual excede toda a glória dos antigos romanos), satisfaz maravilhosamente com o subjecto à vista que a vê e com a letra ao entendimento que a considera. Nem é de maravilhar, porque o inventor dela foi um excelente homem, chamado mestre Luiz Marliano, milanês, que foi médico de Sua Majestade e morreu Bispo de Tui, e, além de outras virtudes, foi gram matemático, e estas semelhantes empresas não saem das boticas dos médicos enluvados, mas de delicatíssimos (sic) engenhos.

A história desta famosa invenção do fuzil do Duque de Borgonha, com a qual se ornam de gloriosa coluna os valorosos cavaleiros de nossa idade do honradíssimo colégio da Ordem do Tusor (sic), ampliado do invictíssimo Carlos quinto, posto que é matéria muito intrincada e pouco entendida ainda daqueles senhores que trazem este fuzil ao pescoço, porque é também junto um velo de um carneiro tosquiado, interpretado de alguns pelo velocino dourado de Jasom, trazido dos Argonautas que o conquistaram na ilha de Colcos, onde Frixo o tinha sacrificado a Júpiter pera o livrar de sua madrasta Ino ([286]). E alguns o referem à sagrada escritura do Testamento Velho, dizendo que ele é o Velocino de Gedeom, o qual significa fé incorrupta.

Digo que o valoroso Carlos, Duque de Borgonha, que foi ferocíssimo em armas, quis trazer a pedra de fogo com o fuzil e dois troncos de lenho, querendo demonstrar que ele tinha o modo

de excitar grande incêndio de guerra, como foi verdade, mas este seu ardente valor teve tristíssimo sucesso, porque, empreendendo ele a guerra contra Loreno e Suíços, foi, depois dos dois desbaratos de Morat e de Grason, desbaratado e morto sobre Nansi a vigília da Epifania. E esta empresa foi escarnecida de Benato (sic), Duque de Loreno, vencedor daquela guerra, ao qual, sendo apresentada uma bandeira com a empresa do fuzil, disse: «por certo este infortunado Senhor, quando teve necessidade de se aquentar, não teve tempo de obrar com o fuzil». E tanto mais foi galante este dito quanto, aquele dia do vencimento, a terra era coberta de neve rociada de sangue, e foi o maior frio que se acordasse jamais à memória dos homens. De sorte que se viu no Duque Carlos que a ladra fortuna não quis acompanhar a sua virtude naquelas três últimas jornadas.

A causa principal da morte e vencimento deste Duque de Borgonha foi que, havendo ele dado uma bofetada a um conde, chamado Nicola de Campo, baixo capitão seu de gente de armas, por uma diferente opinião em contrário do Duque em feito de armas, este por se vingar (porque, como diz o mesmo Jóvio, não se deve jogar de mãos com homem feito) reservou a vingança a ocasião, dissimulando e sofrendo. E tendo guerra o Duque de Loreno e o Duque de Borgonha sobre Nansi, avisou o conde ao Duque de Loreno que não duvidasse dar a batalha e cometer com os suíços que tinha, que ele se estaria à vela, sem o ajudar nela com a sua gente de armas, o que o Duque de Loreno fez, e o Conde alevantou a bandeira por Loreno e seu senhor, o Duque de Borgonha, foi vencido e morto. E pera significar esta vingança fez o Conde Nicola uma empresa de uns mármores despedaçados de certa erva chamada figueira silvestre, que o costuma fazer, metendo-se per as veias deles, com uma letra que diz: *Ingentia marmora findit caprificus,* e quere dizer: grandes mármores fende e desfaz a figueira silvestre, que é uma das graves empresas que se podem achar e contar.

E, porque o Imperador partiu o Mundo pelo meio, dizem também alguns que traz em suas armas a águia partida, ou de duas cabeças, por causa desta partilha. Da história, que conta Virgílio no quinto livro dos Aeneidos, como Ganimedes, troiano, andando caçando no monte Ida, foi arrebatado pela águia (que era pagem das armas ou da lança de Júpiter) pera o servir de seu copeiro no céu, parece que tomaram os imperadores a águia por armas, porque os imperadores antigos descenderam de Aeneias. E os cristãos são como águias na terra, pagens da lança ou das armas, e justiça de Deus que por Ele ministram. E, quando no duodécimo livro dos Aeneidos, Virgílio significa a Turno pelo cirne e a Aeneias pela águia, e de Aeneias vieram os imperadores, parece que, por isso, tinha o imperador Carlo quinto a águia por armas, porque, na verdade, como a águia é rainha das aves, assi o imperador é monarca supremo de todos reis e senhores. E, por o Imperador Carlos quinto partir a conquista do Mundo pelo meio, dizem também alguns que traz em suas armas a águia partida. E, como conta Píndaro, pera se averiguar qual era o meio da Redondeza (ainda que em qualquer lugar o é, porque no globo redondo qualquer ponto, que nele se põem (sic) é o meio), mandou Júpiter duas águias voando pera diversas partes desencontradas e vieram-se encontrar junto de Macedónia, em Focis, pequena região de Grécia, adjacente à enseada Crissea, mas afamada com o Délfico oráculo e com os dois altos montes, Helicon e Parnaso, que nela estão, o qual monte Parnaso dantes se chamava Larnaso, da arca de Deucalion que no dilúvio, que daquele tempo pintam, veio ter a ele, porque larna em grego quer dizer arca. E por ser altíssimo este monte vieram a dizer que era o embigo (sic) do globo do Universo e, por isso, em Focis, onde as duas águias de Júpiter se encontraram, concederam e fizeram o meio do Mundo; e, em memória disto, dizem que está ali uma águia de ouro, ou duas em um corpo, com duas cabeças, como no mesmo lugar ambas se ajuntaram. E ainda que daqui, mais que de nenhum lugar dos outros ditos, querem dizer alguns que tomou o Imperador suas armas e pôs nelas a águia de duas cabeças, deixando à parte (segundo alguns dizem) a águia que todos os imperadores gentios, desde o tempo de Júlio César, primeiro imperador de Roma, traziam por armas, a qual tomaram de Aeneas, que a trouxe de Itália, das terras que estavam perto de Troia, ou do Monte Ida, onde fingem que a águia primeiramente nasceu. O que parece mais verdade é (como conta Anacreão, autor antigo, e refere-o Fulgêncio no livro das Mitologias e Aeneas Vico no livro das Medalhas dos Antigos) que, querendo Júpiter fazer guerra aos Titanos (outros dizem contra seu pai Saturno) ([287]), fez sacrifício ao Céu e, estando-o fazendo, veio uma águia voando sobre ele, como ave doméstica que o favorecia, que ele teve a sinal de próspero sucesso; e assi foi, porque alcançou ele maravilhosa vitória, pela qual causa tomou uma águia de ouro por armas, que trazia no escudo e no pendão vermelho ([288]), e, porque, depois disto, venceu a Ganimedes, levando na batalha esta águia por armas e insígnias, vieram a dizer os poetas que uma águia fora a que arrebatara Ganimedes e o levara a Júpiter. E porque os romanos tomavam a Júpiter

por valedor, e a águia é alta e penetrativa, e excede em nobreza todas as outras aves, e se mostrou propícia a júpiter com seu doméstico e brando voo, e se pôs sobre o seu pendão vermelho ([289]), pelo que ele a pôs no seu escudo e bandeira, portanto a tomaram por brazão e divisa do Romano Império, quando era só um; mas, porque ele se depois dividiu em duas monarquias, se dividiu ela em duas cabeças. Verdade é que diz Alexandre ab Alexandro, no quarto dos Dias Geniais, que esta insígnia militar veio de Júpiter aos cretenses, e deles aos troianos, e dos troianos a Itália por Aeneas, do qual a tomaram os romanos como aqueles que se jactavam trazer dele sua origem e geração. Mas, como quer que fosse, todos concertam que o primeiro que teve águia por armas foi Júpiter e que, por sua causa, a tomaram os romanos, ora fosse per via de Aeneas, ou per outra qualquer. Mas a causa porque então pintavam esta águia com uma só cabeça e agora a pintam com duas é pera denotar que, sendo no princípio o império um, depois se dividiu em dois, no Oriental e no Ocidental, e dizem que Carlo (sic) Magno, Imperador, a mandou trazer partida no escudo do império que traziam no peito os reis de armas ([290]). Mas, ainda que seja partido em duas potências, que são as duas cabeças, contudo, deve ser um o corpo, que é o ânimo com que se deve governar. Esta é a significação da águia de duas cabeças que traziam por armas os dois imperadores cristãos, assi o de Constantinopla no Oriente, como o de Alemanha no Ocidente, antes que, por nossos pecados, os turcos se apoderassem do Império Oriental.

E no tempo de Constantino, imperador, se dividiu o Império e foram dois impérios, Oriental e Ocidental, ainda que outros autores digam outra cousa. O fundador de Constantinopla foi um Pausânias, capitão dos Lacedemónios, como conta Justino no livro nono e Paulo Orósio no terceiro e Estrabo no livro sétimo, ainda que não nomeie o fundador quem fosse. E todolos modernos, dizendo que este Pausânias e sua gente, buscando onde fariam nova povoação, foram perguntar ao oráculo de Apolo onde povoariam, e foi-lhe respondido que povoassem defronte dos cegos, e que isto lhe foi dito pelos Megarenses, que haviam povoado a Calcedónia, defronte donde está Constantinopla, em lugar estéril e mau, e deixando o de Constantinopla, melhor e mais fértil. E esta era a cabeça da Igreja grega dos gregos cristãos, como agora Roma é cabeça dos latinos. A qual Roma não edificou Rómulo, como comummente se diz, mas suas origem é esta. Quando El-rei Atlante, décimo quinto Rei de Espanha, deixando nela por rei a seu filho Sicono, sabendo que Hespero, seu irmão (que ele havia deitado fora de Espanha), andava em Itália mui quisto, temendo perder os estados e terras de Itália, se partiu pera lá; levou por mar muitos espanhóis, parte dos quais povoaram em Sicília e parte em Roma, na província Saturna, nas ribeiras do rio Tibre, onde fizeram uma povoação que foi depois chamada Roma. A qual, muitos anos depois, convém a saber, no ano de setecentos e cinquenta e dois antes do nascimento de Cristo Nosso Senhor, ampliou Rómulo, do qual tomou o nome de Roma, que nomeiam por seu fundador. Ainda que outros dizem haver tomado este nome de Romi, uma das filhas de El-rei Atlante, que nasceu em Espanha de sua mulher Leucária. E esta cidade, ao presente, é cabeça da Cristandade e da Igreja Romana e Católica. Assi que houve ao tempo antigo dois impérios (ou, por melhor dizer, um império com duas cabeças), um Romano, chamado de outros nomes Ocidental e Latino, situado em Roma, que durou e prevaleceu até se acabar em Augústulo, filho do tredor Orestes, que, fugindo de El-Rei Odoacer dos étulos (sic) ([291]), que veio sobre Roma, se despiu dele e os trajos imperiais, e morreu pobre e tristemente ano de mil e duzentos e vinte e nove ([292]), que começou o império em Júlio César (sic) e 477 do nascimento de Cristo, sendo Zenon imperador de Constantinopla e Oriente ([293]); e outro Constantinopolitano em Constantinopla, que se chamou assi pelo nome de Constantino Magno (filho de Helena, a que achou a Cruz de Jesu Cristo, Nosso Deus), seu reedificador, ainda que dantes se chamava Bizâncio, pera a qual este Imperador passou a cadeira do Império de Roma ([294]), chamado também Oriental e Grego. O qual (depois de passados mil e cento e noventa anos que tiveram e possuíram cristãos esta cidade) durou até a era de mil e quatrocentos e cinquenta e três anos, em que, por morte e pouca dita do Imperador Constantino, undécimo deste nome, por sobrenome Dragão ou Paleólogo, também filho de outra Helena, (que foi o derradeiro Imperador de Constantinopla), por permissão de Deus a tomou, por força de armas, Mahometo, Rei dos Turcos e Senhor de Ásia, a Menor, e de outras muitas províncias, bisavô de Solimão, e, dentro de dois anos primeiros seguintes, conquistou o mesmo turco o Império de Trapisonda e prendeu ao Imperador Caiojoanes, último e cristão, e a Imperatriz sua mulher ([295]), e os turcos acabaram então de conquistar este Império Oriental, e ficou somente o Ocidental e Romano.

E pela divisão do Império em tempo de Constantino Magno, que fez ali em Constantinopla seu assento, dali tomou e teve o Imperador por armas duas águias em um corpo, ou uma águia

só de duas cabeças, que significa o Império da Cristandade que teve duas cabeças da Igreja, romana e grega, situadas em duas cidades, sc. Roma e Constantinopla. Ainda que em tempo de Maximiliano lhe diziam que não trouxesse por armas monstro de duas cabeças, mas, por esta significação, as consentiu e conservou sempre.

Além desta águia (como tenho dito), pelo que a Castela descobriram Colon e Magalhães, parece que arrancou o Imperador as duas colunas, donde as Hércules tinha postas (que são dois grandes montes Calpe, em Espanha, e Avila, em África, que fez com multidão de pedras que ajuntou pera que o estreito do mar, de antre Gibraltar de Espanha e Ceita de África, não se alargasse) ([296]), e pô-las em suas armas, assentadas não em campo, como Hércules, mas em mar, como mais magnânimo, porque navegou mais além, às Antilhas e terras do Perú e Flórida, até chegar às ilhas de Maluco.

E voou tanto desta parte do Ocidente, tendo o Sereníssimo Rei de Portugal voado muito do Oriente, que, indo tão desencontrados da linha de repartição que tenho dita, cada um, por sua parte, se vieram a encontrar (voando como águias, não de Júpiter, deus fingido, mas de Cristo, Deus verdadeiro) em Maluco, onde deveram de assentar o meio do Mundo todo e deixá-lo a Portugal, que, além de outras razões que por sua parte tem, o achou primeiro. Como as aras ou altares dos dois irmãos filenos em África, com tanta fama celebrados, que, havendo grande contenda antre Cartago e Cirenas sobre a demarcação de seus limites, por fim de muitas porfias vieram a concluir, por concerto, que mandassem de ambas as partes mancebos que partissem a uma mesma hora e aonde se encontrassem fosse o fim do limite de cada um povo deles. E, alevantando-se dois irmãos cartaginenses muito de madrugada, antes da hora assinada, alongaram o termo de Cartago com a pressura do passo, o que entendendo os mancebos cirenenses e aqueixando-se do engano que lhe fizeram, vieram a fazer um concerto, com que, com a crueza da condição dele, satisfizessem o agravo que tinham recebido, dizendo ser contentes que aquele lugar onde se encontraram fosse o termo de Cartago, se os filenos consentissem que os enterrassem ali vivos; mas o fim não respondeu ao conselho destes cirenenses, que cuidavam que o tal não consentiriam seus contrários; os cartaginenses filenos, sem demora nenhuma, se entregaram, consentindo ser deles ali vivos enterrados, aos quais (por quererem que sua pátria tivesse mais compridos termos que sua própria vida) fizeram os moradores de Cartago, ali, uns altares, a que chamam as Aras dos Filenos, onde por memória deles faziam grandes sacrifícios.

Como parece que se deviam de deixar, sem mais contenda, as ilhas de Maluco aos portugueses, pois mais que os castelhanos madrugaram em as buscar, com tanto trabalho, e nelas se enterraram primeiro e deixaram enterrar, antes que largar a posse delas. E, principalmente, por não estar acabado de averiguar em cujos limites e conquista estão estas ilhas de Maluco e haver sobre isso diversos pareceres e opiniões de homens doctos e graves de ambas as partes. Porque, sem as deixarem aos portugueses, não sei como se possa dar outro melhor meio antre as grandes diferenças que sobre isso, antre portugueses e castelhanos, com tanto escândalo recresceram e, ao diante, poderão recrescer muito maiores.

E, fazendo isto, parecerá tão bem, como agora pouco tempo há pareceu ao Mundo dia de Páscoa florida o dia que as duas águias, que das outras procederam, em Guadalupe se ajuntaram, por ver os filhos das águias, não de Júpiter, mas de Deus, (ainda que diversos reis e cabeças) ambos juntos e incorporados em um coração e corpo e em uma vontade, com perpétuo nó de amor pera sempre, com que mediante Deus se deverá conservar sempre antre estes reis e seus reinos perpétua paz e união verdadeira, unidos ambos com indissolúvel vínculo de cristã caridade.

Antre estas colunas traz o Imperador uma letras que dizem em Francês «*Plus oultre, ou plus oultro*» ([297]), e não em Latim (como alguns escrevem *plus ultra*), que, se em latim estiveram, melhor era dizer *ulterius*, que querem dizer mais avante, por não se contentar com a terra que Hércules tinha descoberto, mas querer passar mais adiante por grandes e espaçosos mares até se descobrir toda a terra onde se assentem, pois há muita por descobrir, pirincipalmente das bandas de ambos os Polos, Ártico e Antártico. Mas, por mais mares que se naveguem, nunca suas muitas águas apagarão o fogo ardente da sede humana. E por mais e mais terras que se descubram, claro está que nem as descobertas nem por descobrir, nem as havidas nem por haver, nem todas as terras juntas, e outras imaginadas, jamais poderão acabar de encher nem satisfazer um coração de terra.

CAPÍTULO VIGÉSIMO SÉTIMO

DE DUAS OPINIÕES QUE HÁ DESTAS ILHAS DOS AÇORES

Mas, deixando, Senhora, o insaciável coração de terra (que depois da morte com pouca se contenta e cabe em mui pequeno espaço dela) e o certo descobrimento das novas terras, que acabo de dizer, vos quero começar a contar o duvidoso e incerto destas ilhas, que dias há que são descobertas. E direi mais algumas cousas, que nisso dizem, que a certeza averiguada, pois não há quem a saiba.

Porque as cousas antigas, de que pela pouca curiosidade dos homens não ficou memória escrita, deram ocasião e causa a muitas opiniões diferentes e a diversos e, às vezes, não acertados pareceres, como são os que se têm destas ilhas dos Açores e, principalmente, destas de San Miguel e de Santa Maria, de que mais particularmente contar quero, que, por não haver quem disso escrevesse, ainda que algumas cousas contem, é tudo tão encontrado e duvidoso que põem grande dificuldade e trabalho ao que quere atinar e acertar com a verdade, e muito mais a quem, nem velando, nem dormindo, nem sonhando, nem cuidando, nem calando, nem falando, deseja e queria e nunca deixa de querer, nem cuidar, nem falar o contrário dela, como confesso e professo que este é o meu desejo e meu ofício de sempre falar verdade e, se outra cousa desejasse ou fizesse, a mim só contrária seria e de meu mesmo ser e nome cruel inimiga.

Mas, como é notório e sabido que, por ser eu muito amiga de mim, fiquei inimiga de muitos e quase de todos enjeitada, não se crerá que antre o golfão de opiniões e linguagens tão confusas, como espalhadas de Babel, nadando e bracejando, não deseje chegar a porto seguro. E se, por a variedade que vejo, alguma vez me afogar ou sossobrar em algum marulho de más línguas e contrárias ondas de vários pareceres e sentenças (sem eu nisto ter culpa, por mais não poder saber), em algum tempo espero salvar-me na bóia da boa vontade que tenho, Senhora, de fazer a vossa e servir a todos, que essa me faz andar às obscuras, como pastor por tempo nevoado, careando (sic) e ajuntando as singelas simples ovelhas das verdades que em mato tão bravo e embaraçado tão pouco claras acho.

Mas, se algumas delas se me perder de vista, à injúria dos rudos tempos e obscuros nevoeiros, e não à guarda delas, se devia com razão imputar essa culpa, porque (como diz o provérbio) homem sou humano, que com olhos humanos vejo as cousas, e não adivinhador Edipo, que com excesso de humana criatura, ou como mais que homem, saiba e adivinhe as verdades. E, se isto me não desculpar de todo, culpareis, Senhora, aos vossos rogos e desejos, que, pelos satisfazer, me ofereco nas línguas dos murmuradores e mal-dizentes, a risco de cair em culpas mui grandes.

A quanto maior perigo, Senhora (me respondeu ela), por amor de mim vos puserdes, em tanto maiores obrigacões me pondes.

As obrigações (lhe respondi eu), todos vos estão nelas, e eu mais que ninguém pera vos fazer tudo o que pedis como amiga e podeis mandar como Senhora, que, ainda que sois inferior no reino de meu pai, o Tempo, bem sei eu que, enquanto ele reinou e há-de reinar, tendes vós levado dele algumas vezes, como mais poderosa, e levareis ainda gloriosos triunfos. Porque, posto que, comummente, se diga que vós triunfais da morte e o tempo de vós triunfa, todavia claras memórias há de antiquíssimos e heróicos feitos, que nunca por longos tempos se puderam apagar, mas sempre permaneceram. E nestes, ao menos, não o tempo de vós, mas vós dele mesmo ganhais mil troféus, pelo que, reconhecendo-vos em muitas cousas por maior, Senhora, que meu pai, me ofereço servir-vos, pois vós sois tal que os trabalhos, que de vossos vassalos e servidores recebeis por serviços não pequenos, lhe ficam a eles do retorno da vossa mão, por comprido galardão e mercês mui crescidas.

Satisfazendo, pois, agora a vosso mandado (que os rogos dos príncipes mandados se chamam) e a este meu obediente desejo, sabei, Senhora, que destas ilhas dos Açores há duas opiniões,

A primeira é, que muitos disseram e tiveram pera si, que foram terra firme, apegadas na parte de Europa pelo cabo que os portugueses a estão mais povoando e cultivando, e que era uma ponta da serra da Estrela que se mete no mar, na vila de Sintra. E, por isso, navegando destas ilhas a Portugal, ordinariamente se vai demandar esta rocha de Sintra, como que a seu todo, por onde quebrou, se vai ajuntar a parte. Como afirmam também que a serra Verde, que se mete na água junto da cidade de Safim, em Teracuco, é a primeira de Monchim do Algarve e que em estas arrebentam as ilhas do Porto Santo e da Madeira. E outros afirmam que também as Canárias foram pegadas com África e são parte dela. Porque dizem que todas as ilhas têm as raízes na terra firme, por muito apartadas que estem (sic) dela, e que doutra maneira, como cousas fundadas no ar, não se sustentariam. E, desta sorte, querem dizer e afirmar que todo este espaço grande (que devia ser terra firme) de Portugal até estas ilhas se subverteu e sumiu nalgum tempo e cobriu das águas do mar, que agora o possui, e ficaram sobre ele alevantadas estas ilhas, que, como pedaços daquela grande e antiga terra, sem se sumir escaparam.

A segunda opinião é fundada no que escreve o grave Platão em o seu Diálogo de Timeo e Elisio ([298]), ao princípio, onde querendo engrandecer os atenienses e como foram tão animosos e venturosos, que em tempos antiquíssimos, de que já não havia memória antre eles, porque havia nove mil anos, haviam subjugado e vencido o povo belicosíssimo da ilha Atlanta, que houvera antigamente no mar Oceano Atlântico, que é da parte de África ao Ponente dela, os reis da qual Atlanta eram tão grandes e poderosos que venceram os reis de Espanha e senhoreavam grande parte vizinha e comarcã da terra firme. Conta ali maravilhas Platão daquela ilha e, sobre isso, promete de fazer dela particular história, o que satisfaz no colóquio a que do nome dela chamou também Atlanta. Dali inferem alguns que estas ilhas dos Açores foram e são uma parte desta Atlanta. A qual diz Platão que era maior que África e Ásia, porque tomava das Colunas de Hércules, que são em Caliz, na boca de estreito, e se estendia por todo este mar do Ocidente até umas ilhas que diz que estão junto de uma terra verdadeiramente firme; pelas quais ilhas entendo a Espanhola, que por outro nome se diz também a Isabela, ou a ilha de S. Domingos, a qual, antes que fosse descoberta pelos espanhóis, se chamava Haiti e Quisqueja, que quere dizer aspereza e terra grande, porque tem de Leste Oeste cento e cinquenta léguas e de largura quarenta. E a ilha Borriquem, que tem à parte do Levante, a que agora chamam a ilha de S. João, e as ilhas de Cuba e Jamaica, da parte do Ponente, e as ilhas dos Lucaios ou Canibales, ao Norte, e outras muitas ilhas que, a par dela, se acham em distância de vinte e cinco e cinquenta léguas. E pela terra firme entendo que entendia a que agora chamam Antilhas, ou Índias de Castela. Além da qual terra firme dizia que estava um mar verdadeiramente mar, que não deve ser outro senão o mar do Sul do Perú (porque dizem que antes do tempo de Platão este nosso não se tinha por verdadeiro mar, senão por alagoa em comparação daquele); a causa dá ele, dizendo que se alagou esta ilha Atlântica por grande sobejidão e correntes de águas, pelo que este mar estava apaulado, e, pela tormenta grande com que se fundiu a Atlântica com tudo o que tinha, ficou tanto lodo e ciscalho nele, que se não podia navegar.

E afirmam alguns, que têm a segunda opinião, que se não navegou dali a muitos tempos e que não com sobejidão das águas aquela ilha se destruiu, mas com terremotos e incêndios e coluviões ou dilúvios da terra, e que, assim, ficaram dela estes pedaços destas ilhas dos Açores subjectos àquela maldição e trabalho.

O mesmo Platão diz que a Atlântica era fertilíssima, produzia todos os metais em grandíssima abundância, principalmente cobre, e, como estes não se criam senão em terras que têm muita matéria de fogo, como é enxofre, pedra hume, salitre, e outros minerais menores, claro está que serão subjectas a terremotos, a incêndios e dilúvios, como também há no Perú. E já sabem todos que nesta ilha e nas demais dos Açores há tanto disto, principalmente, de enxofre, de marquezita e de pedra hume, que, por isso, dizem que bem parecem com a mãe de que procederam.

E pera confirmação destas opiniões se pode acrescentar (como o nobre e notável capitão António Galvão por seu braço e pena, digno de perpétua memória, em o Tratado que compôs de diversos descobrimentos) que, segundo a opinião dos que escreveram, não se pode negar que não houve muitas terras, ilhas, cabos, istmos, angras e enseadas, que os tempos e as

águas terão gastadas e apartadas umas das outras, assi na Europa, como em África, Ásia e Nova Espanha, Perú e outras que são descobertas e estão ocultas pela contínua diferença que tem a humidade da água com a sequidão da terra. E assi escreveram outros que junto da ilha de Calez, contra o estreito, havia umas ilhas que se chamavam Frodísias, bem povoadas e frequentadas, com muitos jardins, pomares e hortas, de que já agora não temos outra memória senão o que representa a escritura. A mesma ilha de Calez se afirma ser tamanha que se ajuntava à terra de Espanha. Outros querem que de Espanha a Ceita se passasse por terra e que as ilhas de Cerdenha e Córsega se ajuntassem uma com outra, Sicília com Itália, Negroponte com a Grécia. Assi conta que acharam cascos de naus, âncoras de ferro nas montanhas de Suíça, mui metidas pela terra, onde parece que nunca houve mar nem água salgada.

Também dizem que na Índia e terra do Malabar, que é tamanha e tão povoada, foi já tudo mar até o pé da serra, e que o cabo de Comorim e a ilha de Ceilão era tudo uma cousa, e a ilha de Samatra que fora pegada com a terra Malaca por uns baixos de Capasia e junto dela está uma ilheta que não há muito que, ela e a terra firme, tudo era uma cousa. Ptolomeu em suas távoas põem (sic) esta terra de Malaca ao Sul da linha, em três ou quatro graus de altura, ficando agora a ponta dela, que se chama Ojentana, em um grau da banda do Norte (como se vê no estreito de Sincapura (sic), por onde cada dia passam pera a Costa Sião e China, onde está a ilha de Ainão, que também dizem que foi junta com a terra da China, que Ptolomeu assenta da parte do Norte muito além da linha, ficando agora mais de vinte graus dela da parte do Norte, de maneira que, assi Ásia como Europa, ambas agora estão desta banda, pelo que bem podia ser que nos tempos passados a terra de Malaca e China fossem acabar além da linha, da banda do Sul, como as pinta, porque pegaria a ponta da terra de Ojentana com as ilhas de Bintão, Bonqua e Salitres, que há por ali muitas, e seria a terra toda maciça, e assi a ponta da China com as ilhas dos Lucões, Borneos, Líquios, Midanaos e outras que jazem nesta corda, que também têm por opinião, ainda agora, que a ilha de Samatra foi pegada com a Jaoa (sic) pelo canal de Sunda, e a ilha de Bali, Anjane, Simbala, Solor, Hogaleao, Maulua, Vintara, Rosolanguim e outras, que há nesta corda e alturas, todas foram pegadas com a Jaoa, e a terra uma, e assi dizem que o parece a quem as vê de fora, porque ainda agora há nestas partes ilhas tão juntas, umas com as outras, que parece tudo uma cousa, e quem passa per antre elas vai tocando com a mão os ramos do arvoredo de uma banda e outra. E não há muito tempo que ao Levante das ilhas de Banda se fundiram muitas. E também se afirmou, poucos anos há, que na China se alagaram mais de sessenta léguas de terra, e assi se teve por verdade.

Ajunta-se a isto o que diz Plínio nos capítulos 87, 88, 89 e 100 do livro segundo da sua Natural História, onde põem muitas ilhas que, de novo, no tempo antigo nasceram, como Delos e Rodas e outras. E terras que o mar da terra cortou e fez ilhas, como Sicília de Itália, Chipre de Síria, Euboea de Beócia, e de Euboea a Talante e Macrim, e de Bitínia Lésbico, e Leucásia do promontório dos Sirenos. E outras ilhas que se tiraram ao mar e se ajuntaram à terra, como Antissa a Lésbio, Zéfiro a Halicarnasso, e Thisa (?) a Minda, Dromiscom e Pernam a Mileto, Nartecusa ao promontório Parthenio, e Epidauro e Orico que deixaram de ser ilhas. E outras se tiraram à terra e se mudaram em mar, como o lugar onde está o mar Atlântico (se a Platão cremos), Acarnánia na enseada de Ambracia, Acaia na enseada de Coríntio. E o mar cortou e rompeu a Leucada, a Thyrreo, o Helesponto e os dois Bósforos, que dantes eram terras, por onde se não deve haver por muito o que Ptolomeu e os outros antigos deixaram escrito. E ser também possível que estas ilhas dos Açores fossem antigamente pegadas com terra de Portugal (como diz a primeira opinião), ou pedaços que ficaram da grande ilha Atlanta, que (como diz Platão) se alagou, segundo tem a segunda opinião que referida tenho.

CAPÍTULO VIGÉSIMO OITAVO

CONTRA AS DUAS OPINIÕES EM QUE, CONTANDO A VERDADE OS REIS ANTIGOS DE ESPANHA ATÉ O TEMPO QUE PLATÃO DIZ SEREM VENCIDOS DOS REIS DA ILHA ATLANTA, SEM SE ACHAR TAL VITÓRIA, SE PROVA NÃO HAVER SIDO TAL ILHA, E POR OUTRAS RAZÕES NÃO SEREM ESTAS ILHAS DOS AÇORES EM ALGUM TEMPO PEGADAS COM EUROPA

Não desfaço, Senhora, cousa alguma nestas opiniões tão autorizadas, porque bem entendo que mais estranhas maravilhas tem feito e pode fazer Deus Omnipotente e a poderosa Natureza. E muito maiores cousas que estas sei que aconteceram, e podiam e podem acontecer no Mundo, e as mais das que contei concedo, mas nem por haverem sido algumas destas se segue que podia ser ou foram estoutras que as duas opiniões afirmam, porque o argumento de cousa semelhante, ainda que ajuda e tem aparência alguma, não conclui o que pretende, nem faz suficiente prova disso. E as razões, que em contrário vejo, me fazem não crer a qualquer delas, pois uma desfaz a outra, que é a primeira razão que contra elas ambas digo, porque, se uma for verdadeira, sendo estas ilhas dos Açores pedaços da ilha Atlanta subvertida, a outra há-de ser mentirosa, pois não seriam pegadas com Espanha, que é terra firme. E se a primeira for certa, sendo em algum tempo pegadas estas ilhas com a rocha de Cintra, bem se segue que poderá ser ou seja a segunda falsa, não sendo estas ilhas pedaços da ilha Atlanta, senão de Portugal, que é terra firme e não é ilha; quanto mais que nem uma nem outra destas opiniões me satisfaz, como, porventura, a quem as tem não poderá satisfazer a minha.

Mas, se me é lícito antre tão delicados pareceres, opiniões estranhas e tão graves autores, cidadãos de Atenas, em meio do suave canto dos brancos cirnes sair eu ao terreiro com rouca voz de negro corvo, e com a minha grosseira e ruda cantiga de pobre e tosca aldeia, e de engenho pouco limado pera altos pontos, e muito moderno e novo pera cousas tão antigas, afirmo que nenhuma cousa destas duas opiniões me pode bem caber nele, nem no entendimento.

Mas o meu parecer é (salvo o melhor juízo) que nunca estas ilhas foram apegadas com a terra firme de Portugal, nem, tão pouco, são parte ou pedaços daquele ilha Atlanta subvertida, ou de Platão fingida, ou mal dele entendida, porque, se eu contar, desde o primeiro, todos os reis e governadores que em Espanha foram até o tempo de Platão, sem se saber nem escrever que algum deles fosse em algum tempo vencido de reis de Atlanta (como Platão conta), bem se seguirá e crerá que, pois, o colhem no que não é, nem foi, nem, como ele diz, houve tal Atlanta, e, mostrando eu que nos mesmos tempos foi navegada a costa de Espanha toda, como agora é pela parte do Ocidente, claro ficará destas ilhas dos Açores não haverem sido em algum tempo pegadas nela. E pera que melhor se entenda isto de raiz, contarei as principais destas cousas de seu princípio, repetindo este negócio de mais longe com a mor brevidade que puder, ainda que faça alguma digressão do propósito que levo pera mais clareza.

Como conta o docto, curiosíssimo e universal historiador de Espanha, Estevam de Garibay e Camalhoa Cantabro, em tempo que Enos (filho de Seth e neto de Adão, nosso primeiro pai) governava o Mundo, antes do dilúvio, seu sexto neto Lamech, sendo, segundo a conta hebreia, de idade de cento e oitenta e dois anos (que eram anos solares como os nossos de doze meses), dois mil e novecentos e cinco anos antes do nascimento de Cristo, filho de Deus, gerou um filho chamado Noé, em que se cumpriu a décima e última geração da primeira idade do Mundo, e foi avô de Tubal, povoador de Espanha. E antes do dilúvio, sendo Noé de idade de quinhentos anos, que foi dois mil e quatrocentos e cinquenta anos antes da vinda de Cristo Nosso Senhor, gerou três filhos: o primeiro se chamou Sem, o segundo Chara (sic) ([299]) que

por outro nome é chamado Zoroastes, e o terceiro Jafet, que significa cousa formosa, ou larga e dilatada, o qual Jafet, depois do dilúvio (segundo no décimo capítulo do Génesis se escreve), teve sete filhos: o primeiro Gomer, o segundo Magog, o terceiro Madai, o quarto Javão, o quinto Tubal, o sexto Mosoch, o sétimo Tiras. E desta geração, que foi bendita de Noé, descendeu a geração espanhola, porque Tubal, quinto filho de Jafet, foi o que, com o discurso do tempo, veio a povoar Espanha, cujo nascimento sucedeu alguns poucos dias depois do dilúvio em terra de Arménia.

E como o gigante Nembroth (sic), filho de Chus e neto de Cham e bisneto de Noé, primeiro tirano que, depois do universal dilúvio, houve no Mundo, depois de edificar a grande cidade de Babilónia na terra de Sanaar, que muitos anos depois se chamou Caldeia, começasse a fabricar na mesma cidade uma soberba e altíssima torre, a qual, sendo já de altura de 5174 passos, quis Deus desfazer com a confusão das línguas, o patriarca Tubal, quinto filho de Jafet, achando-se ali forçado naquela confusão com os de sua geração, houve sua diferente linguagem e, doze anos depois que a torre se começou, residiu naquela região de Arménia e Sanaar e, ao fim deles, determinou vir à mais ocidental região que pela parte setentrional tivesse o Mundo, que foi a província que depois veio a chamar-se Espanha (segundo a comum opinião dos autores mais graves e diligentes que de sua vinda tratam). E partiu daquelas orientais regiões no ano de dois mil e cento e sessenta e três, antes do nascimento de Nosso Senhor. E, ou viesse por terra, como alguns dizem, ou, como outros afirmam, por mar, provendo-se do que pera uma viagem tão comprida era necessário e com deliberação de vir à terra mais ocidental que o Mundo tivesse, na província que depois foi chamada Europa, chegou à costa de Jafa, onde (segundo alguns autores escrevem), aparelhando as embarcações necessárias pera sua navegação, se embarcou com as gentes e companhias que Noé havia bendito em seus filhos Sem e Jafet e, passando pelas águas do mar Mediterrâneo, encaminhado por Deus veio a Espanha, onde (segundo diversos autores querem provar) surgiu com suas companhias na costa de Catalunha, que confina com o rio Ebro, no ano de dois mil e cento e sessenta e três antes do nascimento de Nosso Senhor, que foi de mil e setecentos e noventa e oito anos da criação do Mundo, segundo computação hebreia, e aos cento e quarenta e dois anos depois do dilúvio geral.

Chegado Tubal com estas gentes àquelas montanhas daquela região de Catalunha e da região de Cantábria, ora fosse sua vinda por terra, ou por mar, donde pôde depois subir pelo rio Ebro, cujas águas se soíam navegar até as suas ribeiras da cidade de Cantábria, começou a fazer suas estâncias e habitações pelas montanhas e alturas dos montes de Navarra, que é terra que há aí antre as águas de Ebro e o mar oceano Cantábrico, onde achou muitas maneiras de árvores que, sem mais agricultura, davam frutas pera sustentar suas gentes. E tiveram o patriarca Tubal e suas gentes ocasião legítima de povoar estas montanhas, assi pela necessidade que pera isso tinham, não somente por causa dos alimentos, mas também porque não ousavam parar nos lugares baixos, que, havendo ouvido de seus pais a chaga tão fresca do dilúvio em que o Mundo foi alagado, queriam habitar nas alturas, receando-se de outros alguns particulares dilúvios, que Deus, porventura, enviaria ao Mundo (como também, por este medo e outras cousas e males de soberba, começara antes o gigante Nembroth a edificar em Caldeia a soberba torre de Babilónia), e com o discurso do tempo se vieram a espalhar e estender pela terra chã e pelas vertentes dos montes Pireneus pera a parte de França, e dos campos chãos se veio depois a povoar toda Espanha. E fazendo esta primeira povoação de Espanha em Cantábria, ensinou Tubal aos seus a maneira e forma de viver, que haviam de ter, em metros (segundo diversos autores afirmam), pera que, conservando-as assi melhor na memória, vivessem com mais ordem, porque dizem de Tubal que foi o homem mais sábio que em seu tempo houve. E nas leis de natureza, que lhe deu, permaneceram os cantabros até que os Santos Apóstolos e seus discípulos começaram a pregar a Lei Evangélica por toda a redondeza. Foi também Tubal justo e bom príncipe e ensinado. Depois, visitado em Espanha de seu avô Noé, adorava e reverenciava a um só Deus verdadeiro, criador do Mundo e de todas as cousas, sem nenhum género de idolatria. Assi que tendo o patriarca Tubal começado a ser príncipe em Espanha no ano de dois mil e cento e sessenta e três, como fica dito, e havendo reinado cento e cinquenta e cinco anos, faleceu dois mil e oito anos antes do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, que foi cinquenta e três anos antes do falecimento de Noé, seu avô.

No mesmo ano de dois mil e oito antes do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, sucedeu no regno, por Rei de Espanha, Ibero ao patriarca Tubal, seu pai, do qual foi chamada Ibéria. O qual Ibero, havendo reinado trinta e oito anos, faleceu mil novecentos e setenta e dois

([300]) anos antes do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, que foi dezassete anos antes do falecimento de seu bisavô Noé.

Idubeda, trisneto de Noé, sucedeu a El-rei Ibero, seu pai, no dito ano de mil e novecentos e setenta e dois antes do nascimento de Nosso Senhor. Deste Rei se denominaram os montes Idubedos de Espanha, que começam de Aguilar do Campo e fenecem no mar Mediterrâneo. No ano décimo sétimo do reinado deste Rei Idubeda, que foi de mil e novecentos e cinquenta e cinco antes do nascimento de Nosso Senhor, faleceu em Itália Noé, sendo de idade de novecentos e cinquenta anos, e trezentos e cinquenta anos depois do dilúvio geral, e cinquenta e oito anos depois que do nascimento de Abraão havia começado a terceira idade do Mundo, o qual Abraão nasceu aos dois mil e treze anos antes do nascimento de Nosso Senhor. Viveu El-rei Idubeda, depois da morte de Noé, cinquenta anos. E em seus dias as suas gentes saíam dos montes Pireneus e de Cantábria, chegando-se à terra que agora chamam Castela. Reinou Idubeda sessenta e sete anos e faleceu mil e novecentos e cinco anos antes do nascimento de Nosso Senhor.

A El-rei Idubeda sucedeu Brigo, seu filho, tartaraneto (sic) de Noé e quarto rei de Espanha no dito ano, antes do nascimento de Cristo Nosso Deus, de mil e novecentos e cinco, o qual foi amigo de fazer povoações e fortalezas. E mandou gentes povoar a ilha de Irlanda, conjunta com Escócia, chamada primeiro Hibérnia de um capitão espanhol chamado Hibero que, com grande número de gente, passou a ela a fazer sua primeira povoação, segundo diz Polidoro Virgílio no Livro décimo tércio da História Ingresa. No tempo deste rei, já as gentes espanholas iam entrando mais pela terra dentro, apartando-se cada dia mais de Cantábria, que deixavam povoada. Reinou El-rei Brigo cinquenta e um anos e faleceu mil e oitocentos e cinquenta e quatro ([301]) anos antes do nascimento de Nosso Senhor.

No mesmo ano sucedeu a El-rei Brigo seu filho Tago; do nome deste rei tomou o seu o rio Tejo, que passa pela insigne cidade de Lisboa. Este rei não somente fez em Espanha muitas povoações, mas também mandou fora dela muitas gentes a diversas regiões do Mundo. Algumas delas a África, a povoar as terras de Berbéria, e outras às remotas regiões de Ásia, onde povoaram em os montes Cáspios e em Fenícia e em a região de Albânia. Parece que se houvera ilha Atlanta tão perto de Espanha (como diz Platão), que a mandara este rei povoar, pois mandava suas gentes a tão remotas terras. Reinou este Tago trinta anos e faleceu mil e oitocentos e vinte e quatro ([302]) anos antes do nascimento de Nosso Senhor.

Sucedeu a El-rei Tago seu filho Beto, cognominado Turdetano, no mesmo ano. Deste rei Beto tem o seu nome o rio Bétis, que agora se chama Guadalquivir, que passa pela insigne cidade de Sevilha. Do qual rio tomou sua denominação, chamando-se Bética, a fertilíssima província de Andaluzia. Havendo reinado El-rei Beto trinta e dois anos, faleceu mil e setecentos e noventa e três anos antes do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo.

No mesmo ano Gerion, chamado primeiro Deabos e cognominado Crisco, sucedeu a El-rei Beto. E então se começou em Espanha a segunda geração de reis, havendo-se acabado em El-rei Beto a clara linhagem de seu quinto avô Tubal, patriarca de Espanha, depois de trezentos e setenta anos de sua vinda a povoá-la, que foi no ano de quinhentos e doze depois do universal dilúvio.

Foi El-rei Gerion, de nação, africano (segundo a comum opinião) e gigante em corpo. E como era forasteiro, saiu príncipe tão tirano que, roubando as gentes, veio a ser tão rico de gados e ouro e prata pera vasilhas, que, por isso, os gregos o cognominaram Criseo (sic), que quer dizer ouro e rico. Cuja tirania ouvindo Osiris Dionízio, rei de Egipto, veio a Espanha, onde nas terras, junto de Tarifa, (que depois se chamaram Tartésias) houve batalha com Gerion, em a qual, sendo a primeira de Espanha das que em a escritura se acham, houve a vitória Osiris Dionízio, sendo também morto El-rei Gerion; cujo corpo referem os autores ser o que em Espanha primeiro foi enterrado, porque dantes os deitavam nos rios, ou os dependuravam das árvores, ou os deixavam pelos campos. Dizem mais os autores que certos alarves, chamados cenitas, que com ele tinham vindo, fizeram suas povoações junto do mar do cabo de S. Vicente, os quais habitadores nunca fizeram menção de ilha Atlanta, que forçadamente haviam de ver, se ali tão perto estivera, como Platão afirma. Havendo reinado Gerion trinta e cinco anos, sucedeu sua morte mil e setecentos e cinquenta e oito anos antes do nascimento de Nosso Senhor.

A este Gerion, sétimo rei de Espanha, sucederam os três Geriões, irmãos, seus filhos, octavo, nono e décimo reis de Espanha, chamados também Lomínios, no dito ano de mil e

setecentos e cinquenta e oito ([303]), antes do nascimento de Nosso Senhor, os quais, sendo mancebos de pouca idade, fez Osiris Dionízio reis de Espanha, dividindo-lhes a terra com aviso que não fossem tiranos como seu pai, porque Osiris Dionízio, sendo temperado em suas cousas, não havia vindo tão comprido caminho por cobiça de reinar em Espanha, senão por castigar ao tirano dela. E as superstições egípcias deste foram causa de primeiramente idolatrarem os espanhóis, apartando-se do caminho do verdadeiro Deus e da doctrina do patriarca Tubal. E nestes erros estiveram depois de mil e oitocentos anos, até a pregação do Evangelho.

Estes Geriões, por serem tão conformes no nascimento, no nome, na vontade, se disse fabulosamente que havia sido um Gerion que tinha três corpos. E, assi, confederando-se todos três, desejando tomar vingança da morte de Gerion, seu pai, tiveram inteligência e pacto com Tifo, irmão de Osiris Dionísio, pera que matasse a seu próprio irmão, a qual morte executou quando Osiris tornou a Egipto. E, sabido isto por um filho de Osiris, que se chamava Hércules (a quem os gentios chamaram Apolo, cognominado Egipciano, e o grande Oron Líbio, por diferença do outro Hércules Alceu, grego), veio de Ásia, onde então estava, pera Espanha, em a qual, na ilha que agora chamamos Calez, pôs em memória de sua chegada duas colunas; o mesmo, dizem, que fez no Estreito de Gibraltar, assentando uma na ribeira de Espanha e outra na de África. E contam os autores gregos, como atrás tenho contado, que assentando-as, disse estas palavras em grego: *«Tapira, Gadira, úpera tà»,* que querem dizer em latim, *Ultra Gades non sunt navigabilia, ou ultra Cades non est navigatio.* E dizem em português: *Além de Calez não há navegação ou terras pera onde navegar.* Porque não sabiam parte de outras terras naquele mar, nem de ilha Atlanta, nem tal notícia houve nunca dela, senão a que Platão, de ouvida, sem mais fundamento, quis crer e contar, porque, se, como ele diz, a ilha Atlanta começara de junto daquelas colunas e estivera ali perto, ou houvera notícia dela naquele mar ocidental tão vizinho, não dissera Hércules estas palavras ao assentar das colunas; a qual sentença de Hércules, naquele tempo, se confirma com o nome que Calez tem, que se chama Gades, que em hebreu quer dizer cousa final ou extrema, porque ali se acabava a terra, sem haver, nem se ver, outra mais além, nem a ilha Atlanta ali perto, donde parece que era ali o cabo da terra, sem haver junto dela tão grande terra Atlanta, como Platão quis dizer.

Sabendo os Geriões a chegada de Hércules, ajuntando suas gentes, acordaram de lhe dar batalha, mas Hércules, por escusar mortes de muitos, pediu batalha a todos os três reis irmãos, de um por um, e, contentes, outorgando-lha eles, havendo quarenta e dois anos que reinavam, foram mortos aos mil e setecentos e desasseis ([304]) anos antes do nascimento de Nosso Senhor. E neles se acabou a segunda linha destes primeiros reis de Espanha. E foram enterrados na ilha de Calez, ainda que alguns têm por fabulosa a história dos Geriões.

Hispalo, undécimo rei de Espanha, escrevem que sucedeu aos três reis Geriões, seus predecessores no dito ano, antes do nascimento de Nosso Senhor, de mil e setecentos e dezasseis. No qual começou nos reis de Espanha a terceira linhagem, não havendo durado a segunda, que foi dos Geriões, mais de setenta e nove anos antre o pai e os três filhos. A linhagem deste novo rei, Hispalo, era egípcia por ser filho de Hércules e neto de Osiris Dionízio. Depois desta vitória, levando Hércules por mar e por terra muitas gentes e riquezas de Espanha, se passou a Itália, deixando por rei a seu filho Hispalo, o qual Hispalo dizem que reinou dezassete anos em Espanha. E faleceu mil seiscentos e noventa e nove ([305]) anos antes do nascimento de Cristo Nosso Senhor.

E no mesmo ano sucedeu Hispão, duodécimo rei de Espanha, a El-rei Hispalo, seu pai. E deste rei Hispão tomou Espanha este seu derradeiro nome, que até agora dura. Residia este rei Hispão em Calez. E reinou trinta e um anos. E faleceu mil e seiscentos e sessenta e oito ([306]) anos antes do nascimento de Cristo Nosso Senhor.

Hércules sucedeu a El-rei Hispão, seu neto, no sobredito ano. Do qual dizem que, quando em Itália soube a morte de El-rei Hispão, seu neto, veio a Espanha, trazendo consigo a um capitão, chamado Hespero, irmão de outro capitão, chamado Atlante, italiano, que em seu lugar deixava em Itália.

Nos tempos futuros, depois deste Hércules, houve no Mundo mais de quarenta Hércules que, convidados dos grandes feitos deste fortíssimo varão, tomaram seu nome, havido por divino, sendo o último Hércules Alceu, ou Alcides, que foi grego, natural de Tebas, filho de Amfitrio Grego, ao qual muitos historiadores atribuíram as cousas deste grande Hércules, décimo tércio rei de Espanha, o qual, sendo muito velho e havendo reinado em Espanha vinte

anos, faleceu mil e seiscentos e quarenta e oito ([307]) anos antes do nascimento de Nosso Salvador. E foi enterrado em Calez, onde seu corpo foi reverenciado por Deus não somente dos espanhóis, mas também dos africanos e asiáticos e de outras muitas gentes de Europa, que à sua sepultura e oráculo vinham em romaria.

No dito ano de mil seiscentos e quarenta e oito ([308]) antes do nascimento de Nosso Senhor, sucedeu a El-rei Hércules Hespero, décimo quarto rei de Espanha, por mandado do mesmo Hércules, seu predecessor. No qual Hespero se começou em Espanha nova e quarta linhagem de reis, acabando-se a de Hércules, que foi a terceira, depois de haver durado nele e em seu neto e filho sessenta e oito anos. Deste rei Hespero dizem alguns que se chamou Espanha, Hespéria e Hespérida. E quando Atlante Italiano soube da morte de El-rei Hércules e que Hespero, seu irmão, lhe sucedera no reino, não obstante que ambos eram irmãos, publicando-se por sucessor de El-rei Hércules, veio de Itália, passados alguns anos, a Espanha, onde, dividindo-se os espanhóis, uns favorecendo a Atlante Italiano e outros a Hespero, vindo a diversas batalhas e encontros, o fez fugir e tornar a morar em Itália, a qual, por sua ida, também foi chamada Hespéria, a Grande, a diferença de Espanha, ainda que Espanha é maior província que Itália. Havendo depois reinado El-rei Hespero onze anos, foi despojado do regno aos mil e seiscentos e trinta e sete anos antes do nascimento de Nosso Redentor.

E no mesmo ano lhe sucedeu no reino Atlante Italiano, ou Italo, assi cognominado pelos muitos e formosos gados, que em Itália possuía, de bois e bezerros, que os gregos chamam italos, e assi Itália quer dizer terra de bezerros, de que há hi (sic) nela grande abundância. Este rei Atlante foi o que venceu nesta guerra, que disse, a El-rei de Espanha, e não rei de Atlanta, que nunca houve, como quer dizer Platão. Sendo este rei Atlante avisado que El-rei Hespero, seu irmão, andava mui quisto em Itália, temeu de perder aqueles estados e terras que tinha, pelo qual, deixando em Espanha a um seu filho chamado Sicoro e levando consigo muitas gentes, depois de haver reinado dez anos em Espanha, afirmam que tornou a Itália mil seiscentos e vinte e sete ([309]) anos antes do nascimento de Nosso Senhor.

No sobredito ano Sicoro, chamado também Oro, sucedeu a El-rei Atlante, seu pai, em cujo tempo faleceu em Itália seu pai, El-rei Atlante. E nasceu em Egipto, aos trinta e seis anos de seu reinado, o profeta Moisés. Reinou El-rei Sicoro quarenta e seis anos. E faleceu mil e quinhentos e oitenta e um antes do nascimento de Cristo Nosso Redentor ([310]).

Neste mesmo ano lhe sucedeu no reino El-rei Sicano, seu filho, o qual mandou socorro de gente aos espanhóis que habitavam em Itália na ribeira de Tibre, primeiros fundadores do povo romano, que tratavam guerras com os aborígenes e enótrios, seus inimigos e comarcãos, contra os quais se diz que depois foi em pessoa, com grande poder, o mesmo rei Sicano. E à tornada, dizendo-lhe que os espanhóis de Sicília traziam fortes guerras com uns gigantes chamados Ciclopas e Lestrigonas, foi a Sicília, onde, vencendo-os em batalha campal e deixando seu nome àquela ilha de Sicília, que dele foi chamada Sicânia e dantes se chamava em grego Trinácria, que quer dizer cousa de três pontas ou esquinas, como o ela é, como triângulo, tornou triunfante a Espanha. E havendo trinta e dois anos que reinava, faleceu mil e quinhentos e quarenta e nove anos antes do nascimento de Nosso Senhor.

Logo, no dito ano, lhe sucedeu no reino Siceleo, seu filho, que com grande exército passou a Itália a favorecer um seu tio, chamado Iásio, filho de Eletra, filha de El-rei Atlante, que trazia guerra com Dardano, seu irmão, sobre a sucessão dos estados de Cambom, seu pai. E depois de os fazer amigos, matando Dardano a Iásio, indignado dele, El-rei Siceleo por esta treição foi contra ele, o qual se acolheu aos aborígenes e enótrios, inimigos de espanhóis, e, indo Siceleo contra todos eles, fez fugir a Dardano pera Ásia, onde fundou um povo que de seu nome se disse Dardânia e depois se chamou Tróia, de Troio, seu sucessor e neto. E pondo Siceleo no estado dos dois irmãos a Coribanto, filho de Iásio, havendo quarenta e quatro anos que reinava, faleceu em Itália no ano que deu esta batalha, que foi de mil e quinhentos e cinco antes do nascimento de Cristo Nosso Senhor.

Sucedeu a Siceleo, neste ano, seu filho Luso, estando em Itália no tempo que seu pai faleceu. E vindo depois a Espanha acompanhado de muitos italianos, amigos seus, lhes deu as terras de Lusitânia pera que as povoassem. E por este rei Luso, ou por Luso, capitão e companheiro de Dionízio Jaco, ou Baco, capitão grego, que veio a Espanha em tempo de El-rei Romo, filho de El-rei Testa Triton, foram chamadas Lusitânias. E havendo reinado trinta e um anos, faleceu mil e quatrocentos e setenta e quatro anos antes do nascimento de Cristo Redentor Nosso ([311]).

Neste ano sucedeu a Luso seu filho Sículo, que, por ser amigo de ter grossas e muitas naus e aparatos navais, por excelência foi chamado filho de Neptuno, a quem a gentilidade idólatra reverenciou por deus das águas, o qual rei vencendo aos inimigos dos espanhóis em Itália e aos gigantes em Sicília, ficou nome a esta ilha, do seu nome Sículo, Sicúlia e depois Sicília, como agora se chama. E, porque com estas vitórias estendiam e alargavam cada dia mais sua região os espanhóis, italianos de Roma, foi chamada Lácio, como diz Virgílio: *Tendimus in Latium.* Depois de reinar este rei Sículo sessenta e dois anos, faleceu aos mil e quatrocentos e doze anos antes do nascimento de Nosso Senhor. E em tempo deste rei não eram estas ilhas dos Açores pegadas com Portugal, como da História parece. Sucedeu a Sículo, no mesmo ano, Testa, cognominado Triton, de nação africano, seu parente, em o qual começou em Espanha nova e quinta linhagem de reis, acabando-se a dos rei Hespero e Atlante Italo, que durou duzentos e trinta e seis anos. Reinou este rei setenta e três anos. E faleceu mil e trezentos e trinta e nove anos antes do nascimento de Cristo Nosso Redentor ([312]).

No dito ano sucedeu a El-rei Testa Triton Romo, seu filho, o qual reinou trinta e três anos e faleceu mil e trezentos e seis antes do nascimento de Cristo Nosso Redentor ([313]).

Sucedeu no mesmo ano a Romo El-rei Palatuo, seu filho; no segundo ano de seu reinado (dizem) se cumpriram mil anos depois do dilúvio de Noé. E havendo dezoito anos que reinava em paz, se alevantou contra ele um forte guerreiro espanhol, chamado Licínio, cognominado Cacos. Tiveram batalha junto da serra chamada Moncauno, e agora Moncaio, na qual foi vencido Palatuo e, fugindo de Espanha, andou peregrinando pelo Mundo muitos anos; havendo dezanove que reinava, foi despojado do reino mil e duzentos e nove anos antes do nascimento de Cristo Nosso Redentor ([313]).

No dito ano sucedeu a El-rei Palatuo Licínio, cognominado Cacos, vigésimo quarto rei de Espanha, o qual, por ser curioso de buscar minas e fazer fundição de ferro, fingiram os poetas ser filho de Vulcano, a quem a gentilidade reverenciava por deus das ferrarias. Neste começou em Espanha sexta linhagem de reis antigos, ainda que o seu reinado começou e acabou nele mesmo, tornando a recuperar o domínio de Espanha a quinta linhagem de El-rei Testa, cobrando seus estados El-rei Palatuo; o qual, não podendo achar nos príncipes estrangeiros o favor que desejava, tornou, com suas gentes e com as poucas que pôde haver, a Espanha, onde, sendo ajudado de muitos espanhóis, veio a nova, e mais crua que a passada, batalha com El-rei Licínio Cacos, em a qual foi vencido El-rei Licínio Cacos e morto depois por mãos de Hércules Alceu. E, havendo trinta e seis anos que reinava, fugindo de Espanha, foi privado do reino tirânico mil e duzentos e cinquenta e três anos antes do nascimento de Nosso Senhor.

No mesmo ano, tornando a reinar Palatuo em seus estados de Espanha, sucedeu a seu adversário Licínio Cacos. Este rei Palatuo, depois de sete anos, que desta segunda vez reinava, e sessenta, que desde a primeira vez havia começado a reinar, faleceu mil e duzentos e quarenta e seis anos antes do nascimento de Cristo Nosso Senhor ([314]).

Sucedeu a Palatuo, no dito ano, Eritreo, seu parente. Aos trinta e um anos do seu reinado foi fundada Cartago na costa de África, três léguas mais atrás de donde agora está Túnes, por dois capitães de Fenícia, naturais de Tiro: um chamado Zaro e o outro Charquedon. E quase no mesmo tempo, em Ásia, foi destruída dos gregos a cidade de Tróia, chamada primeiro Dardânia. E havendo reinado El-rei Eritreo sessenta e sete anos, faleceu mil e cento e setenta e nove anos antes do nascimento de Nosso Senhor.

E antre o ano de mil duzentos e quarenta e seis ([315]), em que faleceu El-rei Palatuo, e o ano de mil e cento e setenta e nove ([316]), em que faleceu El-rei Eritreo, sucessor de Palatuo, reinando o mesmo Eritreo vinte e um anos antes que falecesse e passados quarenta e seis anos que reinava, logo aos mesmos quarenta e seis anos cumpridos de seu reinado se contém e inclui, e foi, a era de mil e duzentos anos antes do nascimento de Nosso Salvador, que são os setecentos e cinquenta anos antes de Platão, que se fazem de nove mil anos egípcios, sendo meses pela conta dos mesmos egípcios, porque quatrocentos e cinquenta anos antes da vinda de Cristo, em que Platão floresceu, e setecentos e cinquenta ([317]), antes destes, em que ele diz que os reis de Espanha foram vencidos dos reis da Atlanta, fazem mil e duzentos anos antes do nascimento de Cristo Nosso Deus, em o qual tempo e era de mil e duzentos anos, antes do nascimento de Nosso Senhor, por boa conta havia de acontecer que os reis da ilha Atlanta (que Platão diz) deviam de vencer os reis de Espanha. E, pelo mesmo caso, não haviam de vencer a outro rei, senão a este rei Eritreo, que, então, reinava. Mas não se escreve, nem se sabe na vida deste rei Eritreo e dos mais reis de Espanha, que naquela conjunção de

tempo reinaram, que tal guerra, nem vitória, em seu tempo acontecesse, sabendo-se outras particularidades dos mesmos anos que, então, corriam, como foi a fundação de Cartago e destruição de Tróia, que tenho dito, pelo que parece claro que nunca tal vitória, nem tal ilha Atlanta, foi no Mundo.

CAPÍTULO VIGÉSIMO NONO

EM QUE PELA HISTÓRIA DOS MAIS REIS E SUCESSOS DE ESPANHA, DEPOIS DE EL-REI ERITREO ATÉ O TEMPO DE PLATÃO (QUE DIZEM QUE FLORESCEU 450 ANOS ANTES DO NASCIMENTO DE NOSSO SENHOR) NÃO SE ESCREVE, NEM HOUVE VITÓRIA QUE REIS DE ILHA ATLANTA TIVESSEM DE REIS DE ESPANHA, NEM SUBVERSÃO DE ILHA ATLANTA, NEM SINAIS DISSO, NEM QUE ESTAS ILHAS DOS AÇORES FOSSEM PEGADAS COM A TERRA DE PORTUGAL, CUJO MAR, JUNTO DE SUA COSTA, NAQUELE TEMPO (SEM SE TAL ACHAR) ERA MUITO NAVEGADO

E pera mais abundância de prova de não haver ilha Atlanta, nem reis dela haverem vencido reis de Espanha em algum tempo, direi e continuarei, Senhora, os mais reis e sucessos que em Espanha houve até o tempo de Platão, que (segundo alguns dizem) floresceu quatrocentos e cinquenta anos antes da vinda de Nosso Senhor, sem antre eles se achar tal novidade, como têm estas opiniões antigas.

No mesmo ano de mil e cento e setenta e nove, em que faleceu El-rei Eritreo, vigésimo quinto rei de Espanha, lhe sucedeu El-rei Gargoris, espanhol, cognominado Melícola, vigésimo sexto rei da mesma Espanha. No qual começou a sétima e última linhagem dos reis antigos de Espanha, porque a de El-rei Testa Triton, havendo durado duzentos e trinta e três anos, se acabou em El-rei Eritreo, contando neles os trinta e seis que reinou El-rei Licínio Cacos, que se contou por sexta linhagem. Este rei Gargoris, antre outras cousas que fez em seu tempo, ensinou aos espanhóis criar abelhas e tirar mel dos enxames, pelo qual dos latinos é chamado Melícola, que quer dizer grangeador de mel.

Sendo destruída pelos gregos a cidade de Tróia, vieram a Espanha muitos capitãis gregos e rodeando a costa dela, chegaram a Cantábria, sem achar pegadas estas ilhas dos Açores com a terra firme dela na rocha de Sintra, como diz a primeira opinião que tenho referida, antre os quais veio por mar um capitão chamado Ulisses à terra que agora chamamos Portugal, onde quase no ano de mil e cento e sessenta e três, antes do nascimento de Cristo, fundou na ribeira do rio Tejo uma cidade que de seu nome se chamou Ulissipolis, que em língua grega quer dizer cidade de Ulisses, que agora se chama Lisboa. A qual, em nossos tempos, é a maior povoação de Espanha e é ordinário aposento dos Reis de Portugal. E este ano de mil e cento e sessenta e três da fundação de Lisboa deve ser célebre em os ânimos da nação espanhola, assi pela fundação desta insigne cidade, como porque nele se cumpriram mil anos inteiros da vinda do patriarca Tubal a povoar a Espanha.

Dizem que uma filha de El-rei Gargoris, cometendo fraqueza de seu corpo, veio a parir um filho, cuja criação foi tão estranha que El-rei, seu avô, deitando-o primeiro às bestas feras silvestres e depois aos alãos, e logo às ondas da água, foi livrado de tudo. E depois que nas montanhas foi criado, veio a poder de seu avô, sendo tomado em um laço, cuidando ser besta fera, o qual, como o reconhecesse pela fisionomia e gesto da filha, pôs nome ao neto Abidis e daí em diante o criou com muita veneração El-rei Gargoris, seu avô, que, havendo reinado setenta e quatro anos, faleceu mil e cento e cinco anos antes do nascimento de Nosso Senhor.

Sucedeu no mesmo ano a Gargoris Abidis, seu neto, vigésimo sétimo rei de Espanha e último dos antigos reis dela. Este ensinou aos espanhóis o uso de semear trigo, e colher e comer e cozer pão, e ajuntar bois em jugo pera lavrar as terras, e a enxertar e transplantar as árvores. E em fim de seus dias, mil e setenta e um anos antes do nascimento de Nosso Senhor, acabou a terceira idade do Mundo, havendo durado novecentos e quarenta e dois anos; e no fim de Saúl, primeiro rei de Israel, houve fim esta idade. A quarta idade do Mundo começou no reino do santo Rei David e durou até os dias de Sedechias (sic), Rei de Israel. E no mesmo ano, em que houve fim a terceira idade do Mundo, tiveram também fim os antigos reis de Espanha. E, desde que a quarta idade do Mundo começou, não houve em Espanha reis

próprios até passadas algumas centenas de anos da sexta e última idade do Mundo. Havendo trinta e quatro anos que reinava Abidis, faleceu no dito ano de mil e setenta e um, antes do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, que foi aos mil e noventa e dois anos da vinda do patriarca Tubal a povoar a Espanha, e a mil e duzentos e trinta e quatro anos do universal dilúvio, e a dois mil e oitocentos e noventa anos da criação do Mundo.

Durou o senhorio destes vinte e sete reis antigos de Espanha mil e noventa e dois anos, acabando-se em El-rei Abidis no ano de mil e setenta e um antes da vinda de Cristo Senhor Nosso, e começando no mesmo ano o primeiro interregno, porque, dividindo-se Espanha por morte de El-rei Abidis em muitas províncias, pereceram totalmente seus reis antigos, passando mais de mil e quatrocentos e oitenta e cinco anos sem conhecerem reis próprios, porque algumas vezes estiveram com os cartaginenses e outras com os romanos, até que, vindo o tempo dos reis godos, começaram a ter por si novo e só senhorio, como monarquia.

A causa de cessarem estes reis antigos de Espanha escrevem alguns autores, dizendo que, passados quarenta anos depois da morte de El-rei Abidis, perto do ano de mil e trinta antes do nascimento de Nosso Senhor, veio um açoite grande de Deus. E deixando de chover vinte e seis anos, se despovoou Espanha, fugindo primeiro os pobres e os que pouco podiam, uns a África, outros a França e Itália e outras partes, até às terras de Ásia, e outros às terras de Cantábria, Astúrias e Galiza e dos montes Pirenéus, que com seus ares setentrionais e chuvosos se puderam medianamente conservar. Os ricos, podendo-se conservar alguns dias aguardando melhoria dos tempos, quando quiseram caminhar, achando nas terras grandes aberturas da grande seca, sem achar vitualhas pelos caminhos despovoados, pereceram todos. E tirando as terras nomeadas, referem os autores que pereceu no restante de Espanha toda alma vivente, racional e irracional, até que, tornando a chover perto do ano milésimo antes do Nascimento, se começou a segunda vez a povoar Espanha das gentes que a Cantábria e Astúrias e Galiza e aos Pirenéus se tinham recolhido. E sabido isto, começaram a vir muitas gentes que fora de Espanha haviam peregrinado. E, se esta seca e esterilidade é verdade (ainda que há vivas razões de homens doctos que parece que provam o contrário), passadas estas calamidades, recuperando Espanha parte de suas quebras e começando a povoar-se de novo, chegou o ano de novecentos e sessenta e um antes do nascimento de Nosso Senhor, no qual se cumpriram três mil anos da criação do Mundo.

Perto do ano de novecentos e trinta, antes do nascimento de Nosso Senhor, vieram ter a Espanha e povoá-la outras gentes, chamadas Celtas Bácaros, naturais de França, da província Narbonense, trazendo em sua companhia outros Celtas Berones.

Perto do ano de novecentos e dez antes do nascimento de Nosso Senhor vieram a Espanha os de Rodas, península de Ásia.

E perto do ano de oitocentos e noventa e um correram nos mares de Espanha grandes armadas dos Frígios, gente dependida de Espanha, assegurando de cossairos em mais de vinte e cinco anos as águas do mar, sem achar nele ilha Atlanta, nem sinal que dela ficasse, se dantes a houvera.

E perto do ano de oitocentos e oitenta antes do nascimento de Nosso Senhor, dando os pastores fogo aos montes Pirenéus, arderam de tal maneira, que correram deles ribeiras de prata, com que depois muitas nações, que a Espanha vieram, se fizeram ricas.

Quase junto do ano de oitocentos e vinte e dois, aportando os feníces (sic) de Tiro e Sidónia com grande armada na costa de Espanha, trazendo por capitão um Siqueu Arcena, que se presume ser marido da Rainha Dido, e indo pela terra dentro aos montes Pirenéus, depois de haver carregado suas naus de quanta prata puderam levar, fizeram as âncoras de prata por levar mais riquezas, com que se tornaram pera Levante. E, com este gosto, logo no ano de oitocentos e dezoito tornaram a Espanha com outro capitão chamado Pigmalião, irmão de Elisa Dido, cunhado de Siqueu, a quem este Pigmalião havia morto por lhe roubar os tesouros levados de Espanha. E discorrendo pela costa de Espanha pelo mar oceano, sucedeu a morte de Pigmalião. E da tornada apartaram em Cález, onde, daquela viagem ou de outra depois, ajudaram ali a povoar a terra, porque, passados três anos, de segunda viagem no ano de oitocentos e quinze começaram a fabricar um solene templo dedicado à vaidade de seus deuses, Hércules o Egípcio e o Grego, cuja obra durou cinquenta anos e se acabou no ano de oitocentos (setecentos?) e sessenta e cinco antes do nascimento de Cristo, verdadeiro Deus e Senhor Nosso.

No ano de setecentos e cinquenta e nove, passando os celtiberos da província Tarragonesa a Lusitânia, começaram a fazer nela novas povoações e povoaram a cidade de Segóvia e muitas terras da Estremadura.

Depois de edificada a cidade de Segóvia, dali a sete anos, no ano de setecentos e cinquenta e dois antes do nascimento de Nosso Senhor, foi também reedificada e ampliada a cidade de Roma, sendo autor da obra um homem principal, chamado Rómulo.

Perto do ano de seiscentos e oitenta e dois nasceu um príncipe espanhol, chamado Argantónio, e nestes tempos vieram armadas de estrangeiros a Espanha, em cuja costa fez muito dano el-rei Tarraco, e os de Cález venceram e mataram a um Tiron em batalha naval. E se edificou por Elisa Dido, junto de Cartago, uma fortaleza chamada Birsa com que ficou a cidade de Cartago mui ampliada e enobrecida.

No ano de seiscentos e sessenta e três antes do nascimento de Nosso Senhor, discorrendo os cartaginenses com suas armadas pelos mares de Espanha, ocuparam a ilha de Ivica (sic).

Em todo este tempo os fenices (sic) da ilha de Cález, não contentes com fazer muitos roubos, vendiam os homens. E pera evitar estes roubos dos feníces, os tartésios de Tarifa e seus comarcãos, enlegeram (sic) por seu capitão, quase no ano de seiscentos e vinte e dois, a Argantónio, acima nomeado, o qual começou a defender as tiranias e roubos dos fenices de Cález. E dizem que por espaço de oitenta anos governou a Espanha, sua pátria, regnando neste tempo em Hierusalém El-rei Sedechias, vigésimo segundo e último Rei dos Judeus. Este Sedechias, sendo posto por Nabucodonosor, Rei de Babilónia e de Caldeia, no reino de Hierusalém e Judá, no ano de seiscentos e sete antes do nascimento de Cristo Nosso Senhor, lhe prometeu com juramento dar-lhe párias e tributo em reconhecimento deste benefício, e não dar nenhuma ajuda aos egípcios, nem tratar contra ele cousa alguma. E não guardando o recapitulado com ele no ano nono de seu reinado, que foi no de quinhentos e noventa e oito antes do nascimento, tentou de se sair da sobjeição dos caldeus. E sentindo muito El-rei Nabucodonosor esta ingratidão e desobediência de El-rei Sedechias, não podendo ele por sua doença tornar às terras de Judeia, mandou um seu filho, chamado também Nabucodonosor, com grandes exércitos. E, cercando a Hierusalém, a tomou e assolou a cabo de ano e meio que a teve cercada, no ano de quinhentos e noventa e seis antes do nascimento de Nosso Senhor, no undécimo e último ano de Sedechias, levando cativos a Babilónia os que ficaram vivos. Então se acabaram os reis de Israel; e acabou a quarta idade do Mundo, havendo durado trezentos e sessenta e quatro anos e meio.

Depois Nabucodonosor, pondo também em sobjeição quase toda Berbéria, dela passou a Espanha com grandes exércitos contra os fenices, que nela moravam, perto do ano de quinhentos e noventa antes do nascimento de Cristo. E discorrendo desde as primeiras terras de Espanha, da província de Catalunha, por mar e por terra, todas as suas regiões marítimas do mar Mediterrâneo, chegou ao estreito de Gibraltar até as Colunas de Hércules, onde ninguém faz menção que visse ilha Atlanta. E depois de fazer grandes estragos e despojos, se tornou à sua oriental terra do senhorio dos Caldeus. E estes, ou os que ali ficaram, fundaram a Sevilha que em caldeu se chama Sepilha, que significa cousa chã, como ela é em Espanha. E a montanha que está junto a Gibraltar chamaram Calpe, que em caldeu quere dizer divisão, como é o seu estreito que divide ali a Europa de África. E também puseram outro nome à fronteira desta montanha, posta na parte de África, chamando-a Ávila que, em hebreu, significa termo, como é este, sendo limite último de África, na fronteira de Espanha, sem adiante nunca se fazer menção de ilha Atlanta, que se diz que começava de junto deste estreito, cuja boca mais estreita é de Tarifa, na parte de Europa, até Alcácer Ceguer, na parte de África, que são três léguas de travessa.

Perto do ano de quinhentos e quarenta e sete antes do nascimento de Cristo Nosso Senhor, os focenses gregos, que habitavam em Jónia, província de Ásia, vieram com grandes companhias a Espanha e, dali a cinco anos, faleceu o príncipe Argantónio, perto do ano de quinhentos e dois antes do nascimento de Nosso Senhor. E tornaram os andaluzes a ter guerras com os fenices. E apremados os fenices dos andaluzes, no ano de quinhentos e dezassete se ajudaram do favor de certas gentes gregas de Atenas, que andavam desterradas de sua pátria. E indo adiante suas guerras, pediram ajuda à cidade de Cartago, que lhe mandou uma boa armada, sendo (segundo se pode coligir) o capitão dela chamado Mazerbal, o qual chegou a Espanha à ilha de Cález quinhentos e dezasseis anos antes do nascimento de Nosso Senhor, e mil e seiscentos e quarenta e oito anos depois da vinda de Tubal, e mil e

setecentos e noventa anos depois do dilúvio geral, e quatrocentos e oitenta e quatro anos, pouco mais ou menos, depois da segunda povoação de Espanha, onde tiveram grandes guerras.

E logo no ano de quinhentos, antes do nascimento de Nosso Senhor, houve grande fome em Andaluzia e grandes tremores de terra em suas partes marítimas, até mudarem madres alguns rios e certos outeiros se transportarem de uma parte a outra e fazerem as terras grandes aberturas pela parte dos montes Pirenéus do cabo de Creus, e aparecendo-se metais, dos que debaixo da terra estavam ocultos desde o incêndio dos Pirenéus, foi muito o que os marselhanos levaram de Espanha em diversas viagens que com seus navios faziam. O qual sabido pela república de Cartago, com cobiça destas riquezas, desejando antremeter-se mais em Espanha, mandou a ela com grande aparato naval dois capitãis, Asdrúbal e Amílcar, que pararam em Sardenha. E com suas gentes, renovando de caminho as pendenças passadas, foi ferido mortalmente Asdrúbal e faleceu deixando três filhos, Aníbal, Asdrúbal e Safo. Com tudo isto Amílcar viera a Espanha, se não tivera necessidade de ir a Sicília a conservar as terras que naquela ilha possuía Cartago, com o qual e com outras ocasiões deram fim os cartaginenses às cousas de Sicília, perto do ano de quatrocentos e oitenta e três antes do nascimento de Nosso Senhor. Com isto, determinou Cartago enviar gentes à conquista de Espanha, mas, sobrevindo novas guerras em Sicília com um capitão chamado Teron, não só fez isto, mas antes pera esta guerra levaram a seu soldo doze mil espanhóis que, sendo a flor de seu exército, pereceram ali em uma batalha no ano de quatrocentos e setenta e oito antes do nascimento de Nosso Senhor, morrendo também o capitão Amílcar que, morto nem vivo, não apareceu mais.

E no ano de quatrocentos e sessenta e quatro Cartago mandou residir em Espanha Safo, filho de Asdrúbal, defunto, o qual Safo, passando de Espanha a Mauritânia, que agora se chama Marrocos, guerreou tanto aquela terra até que ele por sua parte, e Cartago pela sua, domaram a seus inimigos. E tornaram os espanhóis a suas casas perto do ano de quatrocentos e cinquenta e nove com seu capitão Safo. O qual Safo tratava bem os de Cález, que nestes dias faziam compridas navegações pelo oceano em diversas viagens, sem acharem sinal, nem rasto, de ilha Atlanta. Mas, como seus irmãos Aníbal e Asdrúbal, juntamente com seus primos irmãos, Himilcon, Hanon e Gisgon, filhos de Amílcar, que em Sicília morreu, governassem a Cartago, foi Safo, por seu mandado, de Espanha pera Cartago no ano de quatrocentos e cinquenta e dois, e em seu lugar foram enviados Himilcon e Hanon, irmãos, dos quais Hanon ficou nas ilhas de Malhorca e Minorca; depois veio também a Espanha no ano quatrocentos e quarenta e oito anos antes do Nascimento, onde foi recebido com grande amor de seu irmão Himilcon e dos mais andaluzes. E estando depois estes dois irmãos em Espanha, Hanon navegou até o cabo de S. Vicente, reconhecendo toda aquela terra, donde tornado a Andaluzia, como desse aviso de sua viagem aos de Cartago. foi mandado a ambos os irmãos que Hanon navegasse ao oceano ocidental de África e Himilcon ao oceano de Espanha e Gisgon, seu irmão, que com estes despachos vinha, presidisse em Andaluzia.

Antre o ano de quatrocentos e cinquenta e dois antes do nascimento de Nosso Senhor, em que foi Safo, por mandado da república de Cartago, de Espanha pera a mesma cidade de Cartago, e o ano de quatrocentos e quarenta e oito, quando Hanon, vindo das ilhas de Malhorca e Minorca, chegou a Espanha, se inclui e antremete o ano de quatrocentos e cinquenta antes do nascimento de Nosso Redentor, em o qual ano (como alguns dizem) e nos propínquos, antes e depois, floresceram alguns filósofos em Grécia, antre os quais foi Platão, discípulo de Sócrates, em tempo de Filipe, Rei de Macedónia, pai de Alexandre Magno, no qual tempo, nem no tempo dos reis e sucessos atrás contados, nem depois, desde o dilúvio de Noé e depois de Tubal, primeiro Rei de Espanha, até este ano de quatrocentos e cinquenta antes do nascimento, em que Platão floresceu, nunca se soube parte de ilha Atlanta, nem escreve nenhum autor dela, nem que reis dela vencessem alguns reis de Espanha, nem que estas ilhas dos Açores estivessem pegadas com a Rocha de Cintra, pois navegavam aquelas nações, acima ditas, a costa de Espanha, da boca do estreito de Gibraltar até Lisboa, e até Cantábria, segundo tenho referido e notado no acima dito dos reis e guerras e sucessos de Espanha, coligido e abreviado do universal e doctíssimo e diligentíssimo cronista, Estêvão de Garibai Cantabro. E não rodeavam tão longo caminho, como fora, se estas ilhas dos Açores estiveram pegadas com a terra de Portugal, como diz a primeira opinião. Nem viam ilha Atlanta junto das Colunas de Hércules, por onde eles passavam, donde começava a mesma Atlanta, de que dizem ser parte estas ilhas, segundo tem a segunda opinião, fundada no que Platão refere,

pelo que nenhuma destas duas opiniões parece verdadeira, nem tem por si fundamento firme, nem razão provável.

CAPÍTULO TRIGÉSIMO

EM QUE PÕEM (SIC) A VERDADE OUTRAS HISTÓRIAS DE OUTROS TEMPOS ALÉM DE PLATÃO CONTRA AS DUAS OPINIÕES JUNTAMENTE CONTRARIADAS

Dito tenho como em todo este tempo, do dilúvio de Noé até quatrocentos e cinquenta anos antes do nascimento de Nosso Salvador, em que Platão floresceu (como alguns dizem), nunca se achou feita menção de ilha Atlanta, senão a que conta Platão, que, sem fundamento, quis dar crédito nisso a algum velho verboso que, fingidamente, lho contaria, porque não pode ser que alguém dela não falasse ou escrevesse, se no mundo houvera cousa tão grande, rica, poderosa e belicosa, ou, ao menos, de sua subversão que em Espanha, tão chegada sua vizinha, houvera de ser sentida e mui notória, como foi um terramoto desta ilha na ilha Terceira, que está trinta léguas dela, e o da ilha do Pico, ao derredor nas outras ilhas todas. E como na navegação, que, então, se cursava pela costa de Espanha não se fazia tanto rodeio que pudessem estar estas ilhas dos Açores pegadas nela, agora, pera maior prova disto, direi mais as razões seguintes. E continuarei as cousas mais notáveis que em Espanha aconteceram até o tempo de Aristóteles, que foi discípulo e viveu depois de Platão, pera melhor compreender o tempo em que Platão podia viver e escrever o que diz conforme ao que outros dele têm, que floresceu depois do ano de quatrocentos e cinquenta, antes do nascimento de Nosso Senhor, alguns anos.

Claro está que antes da chegada de Tubal a Espanha, que foi cento e quarenta anos depois do universal dilúvio, que depois do dilúvio em tão poucos anos, como são cento e quarenta e dois, não se podia multiplicar tanta gente de Noé, nem de Tubal, que já houvesse reis em a Atlanta (que dizem) que pudessem vencer os de Espanha, que antes de Tubal, primeiro povoador dela, não havia, nem depois de Tubal, como está provado até o tempo de Platão, nem nos anos próximos de Platão, como irei dizendo. Nem os que, dantes de Platão muitos anos navegaram, nem depois, tal Atlanta acharam, nem sinais que de sua subversão ficassem no mar por onde foram, como do que agora direi se verá claramente.

Logo no ano de quatrocentos e quarenta e cinco antes do nascimento de Nosso Senhor, por mandado dos cartaginenses, partiu o capitão Himilcon de Gibraltar com sua armada, donde correndo e reconhecendo devagar toda a costa de Espanha, França, Frandes e Alemanha, e alguns querem que a Gótica e que chegasse à ilha de Tili e Islanda, que dizem estar debaixo do Círculo Ártico em sessenta e seis graus do Norte, e pusera dois anos na viagem até chegar à ilha que tem os dias de Junho de vinte e duas horas e as noites de Dezembro de outro tanto, pelo que é frigidíssima; parece que gemem e bradam os homens nela, por onde dizem que ali é o Purgatório de S. Patrício. Há também nesta ilha ursos, raposos, lebres, corvos, falcões e outras aves e alimárias bravas. E é tanta a erva, que a segam duas vezes pera que os gados possam pascer nos campos, porque cresce em tanta maneira e com tanto viço, que a não podem vencer, e muitas vezes os tiram dela por que não abafem com gordura. Há aí mui grandes e disformes pescados e tanto que põem aos navegantes medo, e de seus ossos e costas fizeram uma igreja. Não há aí pão, vinho, azeite, nem de que o façam; alumeiam-se com o do pescado, porque em toda a parte proveu a Divina Majestade. Himilcon, como homem prudente, tomando sua viagem por escrito, tornou a Andaluzia, que seu irmão Gisgon governava, sem achar ilhas dos Açores pegadas com Portugal, nem sinal disso, nem ver ilha Atlanta, nem ciscalho que ficasse dela junto do estreito donde havia partido.

Hanon, que saiu de Cález, fez viagem mais comprida e tomando na mão a costa de África e Guiné, dizem que descobriu as ilhas Benafortunadas, que agora chamamos Canárias, e, além delas, outras que dizem Dórcadas, Hespérias, Gorganas, que se agora chamam do Cabo Verde, como já disse. E foi, assi, ao longo da costa até dobrar o cabo de Boa Esperança e, tomando a terra, fora ao longo dela a outro cabo que se chama Aromático, e agora de

Guardafui, que está Leste Oeste com o Verde em 14 graus da parte do Norte. E que chegara à costa de Arábia, que está em dezasseis e dezassete, e pusera cinco anos até tornar a Espanha. Outros querem que não passasse da Serra Leoa e que Públio, depois dele, descobrisse até a linha, mas parece que não faria tão curta navegação, pois gastou tanto tempo neste trabalho. Ele tornou a Espanha no ano de quatrocentos e quarenta antes do nascimento de Nosso Senhor, que são dez anos depois que disse que Platão florescia, sem achar junto do estreito, nem de toda aquela costa, ilha Atlanta, nem sinal onde ela estivesse, nem ciscalho que em aquele mar dela ficasse, como diz Platão, por onde parece que não leva razão o que ele desta ilha Atlanta conta.

E, antes destes, conta Heródoto, gravíssimo autor, a quem Cícero chama Pai da História, que no ano de quatrocentos e oitenta e cinco antes da Encarnação de Cristo Nosso Senhor, mandou El-rei Xerxes a Sataspe, seu sobrinho, descobrir a Índia, o qual saiu pelo estreito de Gibraltar, que está em trinta e seis graus da parte do Norte, e passou o promontório de África, que é aquele que agora chamamos cabo de Boa Esperança, que está da parte do Sul em trinta e quatro pera cinco graus de altura. E enfadado de tão grande navegação, e por falta de mantimentos, se tornou pera o Egipto (como o almoxarife Bartolomeu Dias em nossos tempos fez), sem encontrar no estreito, nem nessa costa, toda a ilha Atlanta da contenda, nem ciscalho dela.

Tornando Hanon a Andaluzia no ano de quatrocentos e quarenta ([318]), não querendo em sua viagem passar adiante, temendo que lhe faltassem os mantimentos, depois foi a Cartago, ficando sempre Gisgon no governo de Espanha. Depois proveu Cartago por governador de Espanha a Aníbal, acima nomeado, o qual começou a governar em Espanha perto do ano de quatrocentos e trinta e sete, havendo partido dela seu primo Gisgon, que na viagem foi alagado com toda sua gente e tesouros, que eram os maiores que, até então, Cartago tirou de Espanha. Onde o novo governador Aníbal se ocupou mais em granjarias de gados e descobrimentos de minas e fortificação de povos que em navegações. Não passaram muitos anos que os andaluzes não viessem a ter forte guerra antre si, sobre as partilhas dos pastos e ervages (sic), a qual contenda cresceu tanto, que no ano de quatrocentos e trinta e um, vindo a uma crua batalha que todo um dia durou, morreram oitenta mil pessoas, de ambas as partes, onde também pereceu o governador Aníbal.

Sabendo Cartago o sucesso desta batalha, mandou Magon a Malhorca e a Minorca, o qual, chegado a Espanha com alguns daquelas ilhas, tiradores de fundas, e alguns cartaginenses, achou a terra sossegada pelo grande quebrantamento da batalha. E havendo residido três anos no governo, tornou a Cartago no ano de quatrocentos e vinte e oito antes do nascimento de Nosso Senhor, ficando quase todo o governo de Cartago em Hanon, por morte de seus primos Asdrúbal e Safo. Por este Hanon ser o primeiro que com sua prudência domou e amansou leões que, sem fazer nenhum mal, andavam pelas ruas de Cartago, arreceando, por isso, os cartaginenses que também domaria as gentes e usurparia a república, o privaram do ofício, pondo cem pessoas que a governassem, e por cabeça delas a Sarveo Barce, o Barcino. E foi desterrado Hanon.

Passadas estas cousas, houve em Espanha tanta falta de chuvas, que, secando-se os rios e fontes, entravam os animais silvestres pelos povos e casas buscar de beber. E sobreveio a esta seca grande peste, até que no ano de quatrocentos e dezoito começou a melhorar o tempo e a saúde. E neste ano faleceu Hanon em seu desterro. Tendo guerra Cartago com Atenas sobre as cousas da ilha de Sicília, foram muitos espanhóis a soldo de Cartago a Sicília, onde no ano de quatrocentos e doze venceram aos atenienses, não deixando homem a vida, sendo os que mais nisso com suas gentes e navios se sinalaram os de Cález, os quais Cartago, por isso, restituiu a sua antiga liberdade, não reservando pera si nenhuma cousa.

Não cessando as guerras de Sicília, onde por principal émula tinha a cidade de Agrigento, chamada agora Gergento, tornou de novo a levar a Cartago muitos espanhóis e até quinhentos fundeiros de Malhorca que, vindos à batalha no ano de quatrocentos e oito, foi tanta a chuva das pedras dos malhorquins e o que uns e outros pelejaram, que, vencidos os inimigos, por fim Gergento, depois de cercada, foi tomada no ano de quatrocentos e seis. Ganhada esta cidade, revolveu-se nova guerra antre Cartago e um capitão chamado Dionízio, cognominado o Tirano, que, procurando usurpar a república de Saragoça de Sicília, tentava fazer o mesmo de Gergento, sob color de dar-lhes favor e liberdade, pera cuja resistência Cartago levou de Espanha dez mil infantes e alguma cavalaria e mil malhorquins fundeiros, criando por geral de seus exércitos um capitão cartaginense chamado Himilcon Cipo, o qual, chegando a Cartago

com estas gentes que iam em uma armada de Cález, partiu pera Sicília no ano de quatrocentos e três. E chegando lá lhe saiu ao encontro Dionízio Siracusano com nove mil de cavalo e trinta mil infantes e muita potência naval, sendo ele mesmo singular capitão e de grande esforço, ainda que tirano. Himilcon tinha também, sem os espanhóis e fundeiros, quinze mil infantes africanos e cinco mil cavalos. E vindo um dia à batalha, foi vencido Dionízio, com morte de vinte mil homens dos seus, morrendo também dos vencedores dois mil espanhóis e três mil africanos. E prosseguindo Himilcon a guerra, deu peste no exército vitorioso, não ficando espanhol nem africano quase a vida (sic). E tornando o capitão Himilcon a Cartago, se matou a si mesmo, pelo qual Dionísio pôde recuperar suas quebras no ano seguinte de quatrocentos, antes do nascimento de Nosso Senhor.

E no ano de trezentos e noventa e seis se puseram tréguas antre Cartago e Dionízio por trinta anos, não cessando os contratos e comércios antre Espanha e Cartago, cujos moradores, desejando descobrir novas terras no oceano do Ponente, navegaram tanto perto do ano de trezentos e noventa e dois, que acharam uma grande ilha que se suspeita ser a que agora se diz Espanhola, que por outro nome chamam de Santo Domingo, como adiante contarei.

Quisera Cartago no ano seguinte de trezentos e noventa e um fazer certa gente de guerra em Andaluzia e, indignando-se os espanhóis das mortes passadas de suas gentes, cessou, mas todavia se fizeram na costa de Andaluzia duzentas galés, com que quisera romper a trégua com Dionízio, se não fora pelos espanhóis, em quem ainda estava a chaga fresca. Ao qual ajudou também a grande seca, que sobreveio no ano de trezentos e oitenta e três na costa do Mediterrâneo de Espanha e nas do oceano ocidental, até ter necessidade de se bastecer de pão de África e Ásia e, sucedendo peste sobre a fome (como sói acontecer), foram maiores os trabalhos de Espanha.

Nesta razão, porque Dionízio havia travado guerra com os de Apúlia e Calábria e terras de Itália, a romperam com ele os cartaginenses, pera o qual, fazendo em Espanha no ano de trezentos e oitenta e um vinte mil infantes e mil de cavalo, um capitão de Cartago, chamado Hanon passou com eles a Cartago, onde, tomando doze mil africanos e alguns malhorquins fundeiros, foi a Sicília, onde durou a guerra com Dionízio muitos anos, resistindo nela os espanhóis até que, vindo o ano de trezentos e sessenta e seis, cessou com a morte de Dionízio, a quem sucedeu um seu filho, chamado Dionízio o Menor, cruel e tirano como seu pai, mas não tão valoroso, pelo qual Cartago prosperou muito os negócios de Sicília. Depois mandou Cartago no ano de trezentos e sessenta e quatro a Andaluzia um capitão, chamado também Hanon, que em dez anos ajuntou muitas riquezas e, fazendo com elas desaforos, tomaram os Andaluzes armas contra ele, o qual, sabido por Cartago, proveu de novo governador. As revoltas de Sicília estiveram em véspera de se renovar perto do ano de trezentos e cinquenta e um. E em Espanha, em alguns anos, sucederam grandes águas e tormentas do mar e fortes tremores, que turbaram as gentes, até que, vindo o ano de trezentos e quarenta e seis, parece que se mitigou a cousa. E Cartago proveu em Espanha por governador no ano de trezentos e quarenta e três a um cavaleiro, chamado Boodes, por falecimento do que em lugar de Hanon tinha vindo.

Nestes tempos, conta o universal cronista de Espanha Estevão de Garibai, que floresceu em letras Aristóteles, príncipe dos filósofos, que foi discípulo de Platão e mestre de El-rei Alexandre Magno. E de sessenta e dois anos, que foi sua vida, os vinte e três viveu depois da morte de Platão. E, contando o mesmo Estevão de Garibai, desde o princípio do Mundo até Tubal, e de Tubal até ao tempo de Aristóteles, discípulo de Platão, todos os reis e governadores de Espanha e cousas notáveis que nela aconteceram (como sumariamente tenho dele coligido, notado e relatado), não faz menção que, em algum tempo passado até o tempo de Platão e Aristóteles, algum rei de Espanha fosse vencido de reis de ilha Atlanta, nem que tal Atlanta houvesse (como Platão quis dizer), pelo que claramente se segue não serem estas ilhas dos Açores pedaços dela, como tem a segunda opinião que tenho dita.

Reinando Alexandre Magno, discípulo de Aristóteles, que reinou sós doze anos e faleceu pouco mais de vinte e oito, cuja vida acabou no ano de trezentos e vinte e dois antes do nascimento de Nosso Senhor (como faz menção Ptolomeu em seu princípio, ou como escreve Plínio, citando a Cornélio Nepote), em seu tempo, houve um rei em Egipto, chamado Ptolomeu Látiro, e, fugindo dele pelo golfão Arábico, e outros dizem que fugindo do mesmo Alexandre um grande astrólogo, chamado Euxodo, e saindo bem de dentro do mar Roxo, rodeou o cabo de Boa Esperança e levou fogo por ali, onde nunca dantes o houvera, nem havia, com que os

moradores daquelas partes folgavam tanto que não se enfadavam de abraçar a chama dele que tão formosa cousa lhe parecia. E deste lugar, diz Ângelo Policiano na sua Silva, que, logo, quando o fogo primeiramente veio do Céu, um sátiro o abraçava. Assi que, rodeando este Eudoxo o cabo de Boa Esperança, entrou em Cález, que estava nas portas do estreito junto das Colunas de Hércules, sem achar sinal de ilha Atlanta, que diz Platão que dali junto delas começava.

E no ano de duzentos, antes da Encarnação de Cristo Nosso Deus, dizem que os romanos mandaram uma armada à Índia contra o Gran Cão do Cataio e, saindo pelo estreito de Gibraltar fora, correram ao Noroeste e, defronte do cabo de Finisterre (sic), acharam dez ilhas, em que havia muito estanho. Dizem alguns que deviam ser aquelas que chamam Casseteriais. E postos em cinquenta graus de altura, acharam um estreito, por onde foram a Loeste à Superior Índia e, pelejando com o senhor do Cataio, se tornaram à cidade de Roma, sem achar estas ilhas dos Açores pegadas com a costa de Portugal ou de Europa, rodeando-a toda até ao cabo de Finisterre, sem fazer tão longo rodeio como fora, se pelas ditas ilhas dos Açores foram. Pelo que, do que tenho contado, se segue que nunca estas ilhas dos Açores foram pegadas com Portugal, como tem a primeira opinião, nem com ilha Atlanta, que não houve antes nem depois de Platão (como ele diz), que é a segunda opinião, como, pelas histórias contadas atrás e pela experiência que dos mais tempos já tão conhecidos e lembrados temos, tão claro parece.

CAPÍTULO TRIGÉSIMO PRIMEIRO

EM QUE A VERDADE PÕE OUTRAS RAZÕES E CONJECTURAS, POR ONDE PARECE NÃO HAVER SIDO ILHA ATLANTA

Ainda se Platão não tivera que o Mundo teve princípio e cuidara, como cuidou Aristóteles, que era *ab eterno,* deste erro pudera persuadir que houvera em algum tempo atrás (de que não houve memória de homens) a ilha Atlanta, porque ninguém, então, lho pudera nem soubera contrariar, pela infinidade de anos em que atrás pudera haver sido o que contara ele e qualquer outro que quisera fingir histórias muito antigas. Mas ele tem que o Mundo teve princípio e a Igreja Católica, que é mais verdadeira e certa mestra que as escolas de Atenas, assi o afirma; e é verdade infalível de fé que teve o Mundo princípio, como se vê e prova no primeiro capítulo do Génesis, onde a Sagrada Escritura começa que no princípio criou Deus o Céu e a Terra. E temos anos contados no Mundo, desde o princípio dele até agora.

E os reis e governadores de Espanha que de Tubal, primeiro rei dela, começaram até os que em tempo de Platão e Aristóteles, seu discípulo, reinaram e governaram, e claramente vimos que, no tempo que eles reinaram e governaram, nem setecentos e cinquenta anos antes que Platão escrevesse (como ele diz) haver tal Atlanta, nem rei dela, que aos de Espanha em algum tempo depois, nem dantes, vencesse, como tenho contado, os que a Tubal sucederam até os anos em que Platão e Aristóteles floresceram, e até os tempos claros e conhecidos em que notoriamente experimentamos e sabemos não haver tal Atlanta, por onde, nestes nossos tempos acordados, parece ficar ar e nada o sonho da Atlanta que Platão, como dormindo, sonhou e contou.

E muitos se enganam, cuidando ser verdade haver sido Atlanta, pelas particularidades e histórias e nomes de pessoas, que dela e de seus reis e habitadores miudamente vai contando. Mas já eu vi contar histórias vãs e fingir aventuras e encantamentos com mais palavras e nomes que esta, coartando tudo a lugar e tempo e contestes todos os pontos delas, e, todavia, na substância e realidade da verdade, tudo era fingido e nada, como desta Atlanta se inventaria, de alguns antigos amigos de invenções, fábulas e novidades, esta fingida história, que, pera lhe dar alguma cor de verdadeira, lhe acrescentariam muitas cores particulares fingidas, como às vezes o servo dispenseiro pouco fiel, pera que o creiam, dá, do que em grosso gastou, pelo miúdo a conta com bicos.

Não quero nisto dizer que Platão quisesse fingir esta história da Atlanta, senão que a contou como a ouviu a alguns, a que deu mais crédito do necessário, donde parece que a veio fingir, como as suas ideas (que dela dizem), ou quis dar, debaixo desta história da Atlanta e do sentido anagógico dela, alguma doctrina e entender outra cousa, como também dá a entender Marsílio Fiscino, florentino, no argumento que faz ao mesmo Diálogo, de Platão, da Atlanta.

Mas digo: ou os nove mil anos, que diz Platão, são anos ou são meses; se são anos, e nove mil, não havia tantos que o Mundo era nem é criado, nem que o dilúvio de Noé passado era, como claramente se vê na Escritura Sagrada, pois da criação do Mundo até agora, que são mil e quinhentos e noventa ([319]) depois do nascimento de Nosso Senhor, não há sete mil anos, quanto mais nove mil no tempo de Platão, que há tantos anos que floresceu em Atenas, no tempo de Filipe, rei de Macedónia, pai de Alexandre Magno.

E, se são meses chamados anos, contando pelo modo dos egípcios (como quer dizer Marsílio Fiscino por escusar o inconveniente e erro que, por isso, em Platão achava, dizendo que não nos embaraçarão estes nove mil anos, se ouvirmos a Eudoxo, astrólogo, que diz aqueles anos dos egípcios não haver sido solares, mas lunares, e que eram meses e não anos), e sendo nove mil meses, ficavam somente setecentos e cinquenta anos. A isso digo que, pois, Platão era ateniense e em Atenas escreveu e de cousas de atenienses, e não de

egípcios, contava e com os atenienses falava, que só tinham anos solares, como havia de falar com eles, por conta de anos egípcios e lunares, sem dizer logo que o eram? Donde se vê que está esta conta muito embaralhada e incerta. Diga Marsílio Fiscino o que quiser, comente anos egípcios e lunares, não parece que Platão falasse senão de anos solares, que era a sua linguage e daqueles com quem praticava, porque, como não tinha o lume da fé, falava às obscuras e cuidaria que muitos mais anos haveria de nove mil que era criado o Mundo. E assi como errou nesta conta, assi também parece que errou em contar da Atlanta, que, do dilúvio de Noé, nem da criação do Mundo, não se lê, nem acha em escrituras sagradas nem profanas, nem em memória e tradição de homens antigos nem modernos, haver tal sido nem havido.

Também diz Platão que dos egípcios ouvira o que da Atlanta conta, e se, por isso, diz e conta por seus egípcios anos, e são meses, e sendo anos lunares e meses, os nove mil se tornam em anos solares setecentos e cinquenta. Do dilúvio de Noé e de seu neto Tubal, primeiro rei de Espanha, tenho eu contado, até os tempos claros em que não havia Atlanta, todos os reis e governadores de Espanha, sem haver algum que pelos reis da Atlanta em algum tempo vencido fosse, como Platão afirma. E se me disserem que conta isto Platão, dizendo que o ouviu aos egípcios, e, por isso, fala pelo modo de seus anos, a isto respondo (como dizem) que não conjunta nem quadra que os egípcios tivessem melhor lembrança das cousas de Atenas, e que as ignorassem os atenienses, sendo próprias suas.

Além disto, pois, Platão, como cousa nova, conta aos atenienses esta história da Atlanta e dos reis dela, como, sendo tão belicosos, foram vencidos pelos mesmos atenienses, como a eles nova e deles nunca sabida, nem ouvida. Eu não sei como possa ser que uma cousa tão grande, como diz que era a Atlanta, e tão poderosos reis dela e vencedores dos reis de Espanha, ou a subversão dela, ou a vitória que dela houveram os atenienses (como ele conta), sendo cada uma destas cousas tão grande e de tanto nome, que a menor delas era digna de memória perpétua, fosse ignorada e esquecida no Mundo todo, e especialmente em Espanha e em Atenas, pois de muito menores cousas e acontecimentos há tantas memórias e estão as escrituras cheias, como tenho dito, e florescendo tantas letras e tantos engenhos antre os gregos em Atenas, sendo ela a universidade mais principal de Grécia e, naquele tempo, do Mundo todo, estar esquecida de cousa que sós setecentos e cinquenta anos atrás havia passado, sem haver memória nem escritura antre eles de uma tal vitória que tanto os honrava e engrandecia. Pois Suidas e Pausânias e os dois melhores historiadores de todos os gregos, Heródoto e Tucídides, filósofo, excelente historiador e maravilhoso capitão ateniense, que escreveu a guerra dos peloponenses e atenienses e floresceu quatrocentos anos antes do nascimento de Nosso Senhor, e Antígono, rei de Macedónia, e Temístocles, Epaminundas (sic), capitãis gregos, e outros autores gregos escrevem outras cousas muito menores de Atenas e toda Grécia, sem escrever de tal e tão grande guerra que os atenienses tivessem com os reis da Atlanta, nem de tal e tão insigne vitória que deles em algum tempo atrás houvessem, pelo que, pois, os atenienses e autores gregos, nunca esquecidos de sua glória e fama, nenhuma memória tiveram de tal vitória; nem eles, nem nenhuns outros autores latinos, nem hebreus, nem gentios, nem cristãos, nem astrólogos, nem matemáticos, nem geógrafos, nem cosmógrafos, nem humanistas, nem filósofos (tirando só Platão) fizeram menção de tal ilha Atlanta, nem de tal vitória com que os reis dela dos de Espanha em algum tempo triunfassem, nem da que os atenienses dos da Atlanta houvessem tido. Mais claro que o meio dia fica e parece que nem reis de Atlanta venceram reis de Espanha, nem atenienses venceram reis de ilha Atlanta, nem tal Atlanta no Mundo houve em algum tempo, pois tenho contado os tempos e as mais notáveis cousas e guerras deles (em que Platão diz que foi), sem neles, dantes nem depois, disso se achar nem em escritura, nem tradição, nem memória de homens lembrança, faro, parte, nem mandado.

E ainda que esquecessem as particularidades de qualquer destas cousas, eram cada uma e todas elas tão grandes, que sempre houvera de durar o tom e fama do geral delas ao menos assi em grosso e confuso antre os vizinhos e comarcãos e antre a geração e descendentes daqueles que o passaram ou fizeram, com dizer ou lembrar antre si houve uma ilha Atlanta, os reis dela venceram aos de Espanha, os atenienses venceram os da Atlanta. Mas, pois, nada disto antre eles se dizia, nem sonhava, claro parece quanto Platão disso diz ser como cousa sonhada.

E não pode ser que alguém dela não falasse ou escrevesse, se no Mundo houvera cousa tão grande, rica, poderosa e belicosa, ou ao menos de sua subversão, que em Espanha, tão chegada vizinha sua (como Platão diz), houvera de ser sentida e notória, como foi um

terramoto desta ilha de S. Miguel, na ilha de Santa Maria e na ilha Terceira, que está trinta léguas dela, cujo rasto e cinzeiro chegou a Portugal, e o da ilha do Pico, ao derredor, nas outras ilhas todas, suas vizinhas. E o mesmo aconteceu o ano de mil e quinhentos e oitenta, quando no mês de Maio arrebentou o fogo na ilha de S. Jorge, cujo fumo e cheiro de enxofre cobriu a terra e o mar antre estas ilhas até esta de S. Miguel, que está mais longe, de tal maneira e com tanta obscuridão e fumaça, que os que estavam aqui, apartados em menos espaço de um tiro de arcabuz, uns a outros se não viam, cujos estrondos e urros se ouviam mui claros na ilha Terceira, que está vinte léguas das Velas, e também nas outras ilhas, que estão mais perto.

Diz mais Platão que tão grande era a ilha Atlanta como África e Ásia juntas. E claro está que das Colunas de Hércules, onde ele diz que começava, até a ilha de S. Domingos, onde acabava, é muito menos espaço e mais pequeno que das mesmas Colunas de Hércules, ou da costa ocidental de África, ao cabo da China, que é o fim de Ásia, lá no Oriente, pelo que se vê claramente o contrário de sua opinião, que não pode ser como ele afirma, porque do estreito de Gibraltar, onde estão as Colunas de Hércules, donde ele diz que começava a Atlanta, até a ilha de S. Domingos, onde acabava, são ao mais mil e duzentas léguas; porque de Espanha até Gram Canária há, aí, duzentas e cinquenta, e de Canária até a ilha que se chama Desejada, há, aí, setecentas e cinquenta, e da Desejada até chegar à cidade de S. Domingos são cento e cinquenta; por todas mil e cento e cinquenta ou mil e duzentas léguas, segundo as cartas de marear que agora se têm por melhores e mais emendadas. Mas África e Ásia têm muito mais léguas, porque de Portugal a Goa, que é o nosso porto principal da Índia, há cinco mil léguas, e dali à China há mil e duzentas, e até o cabo da Terra devem ser muito mais, e ainda que não se conte o caminho, costeando senão por linha direita, é muito mais comprido caminho o de Portugal até a China que mil e duzentas léguas, que ao mais há do estreito de Gibraltar até a ilha de S. Domingos.

E se me disserem que, já que na compridão da costa ocidental de África, ou de Portugal até a China, de Oeste a Leste, não fosse a ilha Atlanta tão grande (segundo diz Platão) como África e Ásia, o seria na largura, medindo do polo Ártico ao Antártico, a isto respondo que, pois Platão põem (síc) por compridão da Atlanta a longura que há das portas do estreito de Gibraltar até umas ilhas que estão junto de uma terra firme no Ocidente, que são a ilha de S. Domingos e as outras que tenho ditas, como parece fazer ele esta compridão, pois pera encarecer a grandura da Atlanta põem a maior longura dela; claro está que a largura não há-de ser tão grande como a compridão, mas a compridão, que ele diz, são somente ao mais mil e duzentas léguas (como tenho dito e está sabido); logo, a largura menos devia de ser ou, ao mais, tão grande como a compridão, e, sendo menos ou igual, claro fica que ficava a Atlanta muito menor que África só ou que Ásia só, quanto mais que África e Ásia juntamente.

Além disto, se, porfiadamente e sem razão bastante, me quiserem dizer que a compridão da Atlanta seria de Norte a Sul (o que não pode ser, pois se colige claramente o contrário das palavras do encarecimento de Platão), a isto respondo que a terra dos Bacalhaus, que está da banda do nosso Norte, que é o polo Ártico, e a grande terra Austral, que dizem estar, ou ilhas que estão além do estreito de Magalhães, da parte do polo Antártico, impidem que pudesse ser esta ilha tão grande como Platão afirma. E se ele isto quere dizer e não se houver de entender o que diz em outro algum sentido alegórico ou metafórico, pois não há tanta compridão nem largura neste meio mar como África e Ásia juntas, claro se vê não ser verdade no sentido literal o que diz Platão. E quem diz e conta, afirmativamente, uma cousa que não se acha ser assi, como esta, também dirá outras do mesmo teor e põem pouco crédito em quantas depois da mesma cousa conta.

E se Platão literalmente afirma (o que eu duvido) que era tão grande a Atlanta como África e Ásia juntas, e não houve tal ilha, ou não podia ser tão grande como ele diz, como pelas razões ditas claramente se colige, sendo mentira o que a Platão disseram (entendido no sentido literal), como parece ser, eu não vi nunca mentira tamanha, pois é uma mentira tão grande como África e Ásia. E pela conta que tenho dado, tem pouco menos de comprido seis mil e trezentas léguas, e daí pera cima, que não tem mais em circuito o globo redondo, feito juntamente de mar e terra. E, além disto, se fora tão grande a ilha Atlanta, já que era maior que África e Ásia juntas (como diz Platão), fora terra firme e não ilha, e África e Ásia, terra firme, em respeito dela parece que ficaram ilha.

E não é muito não crer eu nisto a Platão, pois Plínio duvida do que ele diz, e isto parece que dá a entender no lugar acima alegado, quando, tratando que umas ilhas se tiraram à terra e se

mudaram em mar, como o lugar onde está o mar Atlântico, que diz Platão, acrescenta, logo dizendo estas palavras: «*Si Platoni credimus*», como se dissera se damos nisto crédito a Platão, porque eu o tenho por duvidoso e incerto.

E nenhum geógrafo, nem cosmógrafo, dos que escreveram, faz menção de ilha Atlanta, que tal houvesse nem fosse, senão somente do mar Atlântico, que herdou este nome, não de ilha Atlanta, senão do monte Atlas, que está perto daquela costa, ou do grande rei de Numídia ali vizinho, que também se chamou Atlas, que foi rei de Mauritânia, que é aquela parte de África que agora se chama Marrocos, do qual dizem, fabulosamente, que sustentava o Céu com seus ombros, porque foi o primeiro que, com seu engenho e curiosidade, alcançou a saber o curso e revoluções do Sol e da Lua e das estrelas. Este dizem que foi irmão de Prometeu e, sendo amoestado e avisado pelo oráculo que se guardasse do filho de Júpiter, não queria recolher nenhum hóspede em sua casa. E não o podendo sofrer e tomando-se disso Perseu, filho de Júpiter e de Danae, mostrou-lhe a cabeça de Medusa, a mais fera das fúrias infernais, que chamam Górgonas, que ele (dormindo ela) lhe cortou (segundo fingem os antigos), a qual vendo Atlas se converteu em um monte tão alto, que não se pode ver o alto dele, porque também quase do meio dele pera cima começam as nuves (sic) que o cercam, e em inverno e em verão sempre tem neve.

Daqui teve também lugar a fábula, que se conta, que este Atlas, rei de Mauritânia, tem e sustenta o Céu com seus ombros, por ser este monte Atlas mui alto. E deste rei Atlas se chamou o monte Atlas e do mesmo rei Atlante, ou do monte assi chamado (como já disse) e não da Atlanta (que não há, nem cuido que houve) se chama o mar oceano ali vizinho, naquela costa de África, mar Atlântico. E por isso diz Cícero no tratado que fez do sonho de Cipião, como falando o morto com os vivos: «*Omnis terra, quae colitur a vobis, parva quaedam insula circunfusa illo mari, quod Atlanticum, quod magnum, quod Occeanum appellatis in terra*», que quer dizer «toda a terra que é habitada de vós outros vivos (principalmente falava da terra firme) é uma pequena ilha, banhada e cercada com aquele mar que chamais na terra Atlântico, grande oceano».

Pelo que e pelas razões sobreditas claro parece que nunca houve ilha Atlanta, nem estas ilhas dos Açores são parte sua, como tem a segunda opinião, nem tam pouco de Portugal ou de Europa, como a outra primeira opinião afirma, porque, se estas terras eram povoadas de gente, alguma houvera de ficar nestas quando se dividiram e, senão pessoas humanas, ao menos gado, ou lobos, ou feras, ou cobras, lagartos e lagartixas e sapos, ou lebres, coelhos, ou galinhas, ou alguma maneira de caça de outra sorte, como em Portugal há, ou na Atlanta, se tal fora, forçadamente houvera de haver, por onde estas ilhas, pequenos membros tivessem alguma semelhança com os corpos donde (como eles dizem) saíram.

Mas elas de tudo isto careciam e, se algumas cousas destas têm, de fora depois vieram, e somente tinham garajaus e outras aves do mar e pombos bravos, que também em algum tempo de fora vieram a ela, pois podem voar de umas terras a outras, como se viu, claramente, na ilha de Santa Maria, onde se tomaram pombas bravas com os papos cheios de junça, carecendo lá dela e não a havendo perto, senão nesta ilha de S. Miguel naquele tempo, pelo que estava entendido que de lá vinham as pombas a comer a junça nesta. Por onde não podem dizer os das opiniões contrárias que estas pombas ficaram nas ilhas da Atlanta, que fingem que houve, ou da terra firme de Portugal, ou da serra de Cintra, senão se me disserem que havia aqui formigas, aranhas, moscas e mosquitos e outras semelhantes cousas, que são os mais ferozes e peçonhentos animais desta terra, e que estas podiam ficar das outras terras que dizem. A que a reposta (sic) está clara, pois claramente se vê que estas e outras quaisquer terras criam ou podem criar semelhantes cousas sem princípio nem sementes doutra parte trazidas, pois cousas desta maneira está claro antre filósofos que se geram mediante a podridão, de que é causa o húmido e quente da mesma terra ou do ar. E, como diz Aristóteles, a geração de uma cousa é corrupção de outra, ou, pelo contrário, a corrupção de uma cousa é geração de outra. Também aqui, algumas vezes, vêm de outras terras, voando, águias, falcões, açores, gaviões, corvos, patas, rolas e andorinhas e aves de outra feição e formosura, que é claro que passam o mar como estas pombas que disse, mas, como não criados nestas ilhas e estranhos destas terras, logo se tornam pera as suas.

E se me disserem que estas ilhas são, ou parecem, pedaços de terra quebrados de outra terra grande (que poderia ser a Atlanta), pelas altas rochas que têm em muitas partes como quebradas, a isso respondo que está claro (como se vê nesta ilha de S. Miguel) que, de princípio, junto do mar, eram as faldras das rochas rasas e quase ao lível (sic) com o mesmo

mar e, depois, por incêndios que, antigamente, em diversos tempos aconteceram, com que muitos ou quase todos os montes que, então, arrebentaram, deitando uns de si pedra de diversas maneiras e terra e cinza e areia e pedra pomes por diversas vezes, se alevantaram e engrossaram as faldras baixas da terra e fizeram a altura que agora têm, indo quebrando, às vezes, ou com o mar que as comia ou com o peso da pedra e da terra, pela pouca liga que faz antre si a pedra pomes, e, às vezes, com os grandes tremores (que muitos em vários tempos houve nelas), sacudiram de si a pedraria e pedra pomes e cinza e terra que nos cabos, junto do mar, estava mal grudada e, quebrando e caindo no mar, ficaram as rochas íngremes e talhadas, como agora estão.

E é de tudo isto bom sinal e testemunho o que se vê claramente nesta ilha de S. Miguel, cujas grotas e rochas têm estes veeiros e camadas, uns de pedra que correu em algum tempo, e logo, sobre eles, outros de pedra pomes e, logo em cima, outros de cinzeiro e, logo mais no alto, outros outra vez de pedra e na face de cima outra camada de terra que correu ou caiu do ar, em que, com o terremoto, se alevantava dantes, ou se fez da podridão das raízes ou folhas das árvores ou ervas que, pelo longo tempo atrás, sobre ela nasceram e caíram. E ao longo das rochas muita pedraria e penedia, que, solapando-as o mar, caiu e quebrou das mesmas rochas juntamente com as outras mais camadas de pedra pomes, cinzeiro e terra, as quais, por serem levadiças, brandas e leves, as comeu e gastou o mar depois de quebradas e caídas nele, ou junto dele, e ficaram ao pé das rochas, ao longo da água, somente assi as pedras quebradas, feitas pedaços, e penedos grandes e pequenos, como também calhaus, maiores e menores, das mesmas pedras caídas, com o rolo das contínuas ondas do mar já feitos lisos e redondos, e cascalho e areia, uma grossa e outra mais miúda. E afora estas rochas, que desta dita maneira se fizeram altas e talhadas (e não por se quebrarem de ilha Atlanta, nem de terra firme), estão muitas, feitas nas grotas, mui altas, que as águas das enchentes vão fazendo, e morros, que são uma terra alta ao longo do mar, e também alguns meios picos, quebrados da banda do mar, que claramente se vê que em algum tempo foram inteiros, e aquela terra dos morros também inteira e que entrava e saía mais ao mar, mas que arrebentou, como os picos, com algum incêndio e terremoto, e o que dos morros e picos quebrou, comeu e gastou o mar pelo discurso do tempo, sumindo-se tudo nele e ficando somente os morros talhados e os meios picos, ao longo das suas águas, tão bem feitos como rocha talhada, como é nesta ilha de S. Miguel o pico de Guiné, no biscoutal grande, e o pico de Jorge Nunes, que agora se chama da Areia por estar meio coberto dela no areal grande, na freguesia de S. Roque, e o pico da Forca, de Rosto de Cão, afora outros muitos, e como são todos os morros e terras mais altas, assi chamadas, que há ao longo da costa de toda esta ilha. E como nesta se fizeram as rochas altas, íngremes e talhadas, assi se fariam nas outras ilhas que as têm.

E no lugar da Relva, meia légua da cidade da Ponta Delgada, desta ilha de S. Miguel, onde a costa é de uma rocha muito alta, está claro, a quem tiver olhos pera ver e entendimento pera entender, que está esta rocha, como as mais da ilha, feita destas camadas de pedra e terra, e que a fonte que chamam do Contador, que está ao lível com o mar, ao pé da alta rocha, já em tempo antigo correu pela face da terra e, por se cobrir depois (como se cobriram outras muitas fontes e ribeiras que vão sair ao olivel (sic) do mar, como alguns cuidam que é a do porto da cidade da Ponta Delgada e outras que em grotas e rochas saem nesta ilha) com as camadas de polme, terra e pedra, que com os terremotos e incêndios correu, e com pedra pomes e cinzeiro que, alevantados com o fogo, tornaram, como chovidos, a cair sobre a mesma terra, se alevantou aquela rocha, que depois foi quebrando e cobriu aquela fonte do Contador que dantes ia pela flor e superfície da terra e, depois de coberta, buscou caminho e saída ao olivel (sic) do mar, por onde dantes corria, como o buscaram muitas ribeiras e fontes que há nesta ilha, como disse que se suspeita que é a ribeira que sai no porto da Ponta Delgada e outras fontes à Calheta de Pero de Teves, afora outras muitas que se acham sair ao derredor, ao longo do mar, pela costa de toda a ilha, ainda que eu tenho pera mim serem da água do mar, que, com a enchente dele, entrando pela terra, torna a sair, coada dela, algum tanto mais doce.

E ainda que em outras cousas que contam das Índias de Castela saiu Platão verdadeiro, essas concedo eu que no tempo antigo se teria notícia delas, como logo direi, porque realmente eram; mas parece que misturaram, os que lhas contaram, com elas outras cousas fabulosas que nunca foram, como da Atlanta tenho dado razões prováveis que nunca foi nem podia ser (segundo Platão conta) e, não sendo ela, não podiam estas ilhas ser sua parte. E, como tenho dito, não puseram os antigos nome de fim da terra, ou fisterra (sic) (como outros dizem), em Europa se, além dele, se estenderam estas ilhas dos Açores apegadas nela (como tem a primeira opinião), nem Hércules dissera, ao assentar das suas colunas, que, além de

Cález, não havia terra pera onde navegar, se ali junto estivera a ilha Atlanta, que Platão diz, da qual tem a segunda opinião que são parte estas ilhas, pelo que nenhuma delas parece verdadeira.

Também o padre Afonso Venero, da ordem de S. Domingos, no seu Enchiridion dos Tempos, diz que o regno dos gregos ou dos argivos teve princípio perto de três mil e trezentos anos depois da criação do Mundo. No qual reino primeiramente foi rei Inacho, cuja filha foi Io, a qual, vindo a Egipto, ensinou as letras aos egipcianos. E o quarto rei que teve domínio neste reino se chamou Argos, de cujo nome se chamaram os gregos argivos. E que a grande cidade de Atenas, mãe de todas ciências, que está neste reino, foi fundada por El-rei Cecrops, do qual se chamaram os atenienses cecrópides, e que floresceu este rei que a fundou perto de três mil e quinhentos e cinquenta anos depois da criação do Mundo. E dali a muito tempo, convém a saber, perto dos anos da criação do Mundo de quatro mil e cinquenta, floresceu nesta cidade El-rei Codro, o qual (segundo diz Valério Máximo no Livro Quinto), sabendo que seu reino não podia ter paz senão por sua morte, entrou na batalha, tirado o hábito real, por que não pudesse ser conhecido de seus imigos (sabendo eles que os atenienses haviam de ser vencedores se morresse seu rei) e, com sua morte, salvou seu povo. E, se não fosse longo processo, se puderam contar aqui os reis e capitães de Grécia e de Atenas depois de sua fundação, sem haver em tempo de nenhum deles memória de vitória que os atenienses tivessem de reis de Atlanta, pelo que claro parece nunca haver sido tal ilha. E não a havendo, mal podem ser estas ilhas dos Açores partes dela.

CAPÍTULO TRIGÉSIMO SEGUNDO

EM QUE A VERDADE PÕE A OPINIÃO E PARECER QUE TEM DA FUNDAÇÃO DAS ILHAS DOS AÇORES E DE ALGUMAS OUTRAS, E DE SEUS PRIMEIROS E MAIS ANTIGOS DESCOBRIDORES. E DIZ COMO SE PERDEU A NAVEGAÇÃO ANTIGA, EM ALGUNS TEMPOS, ATÉ SE TORNAR A COBRAR PELOS NOSSOS PORTUGUESES, DE QUE FOI PRIMAZ E PRINCÍPIO O INFANTE D. HENRIQUE, DE GLORIOSA MEMÓRIA, QUE MANDOU DESCOBRIR AS MESMAS ILHAS DOS AÇORES

Se, pera prova de não serem estas ilhas parte de Europa, nem da ilha Atlanta, não são, Senhora, suficientes as razões que atrás tenho ditas, digo que elas e outras, que por brevidade deixo de dizer, são bastantes pera me persuadir e concluir, a mim, a ter o contrairo das duas opiniões e me convencem meu entendimento pera afirmar que entendo e não posso entender outra cousa, senão que parece claro que nunca estas ilhas dos Açores foram pegadas com Portugal ou Europa, como tem a primeira opinião. Nem houve em algum tempo ilha Atlanta, nem estas ilhas são parte sua, como a segunda opinião afirma. Mas nem com isso quero obrigar os entendimentos doutros (pois Deus os fez livres) a que entendam o mesmo e digam o que eu digo. Entenda e diga cada um o que quiser, que eu isto entendo e afirmo, enquanto não vejo outras melhores razões que me convençam meu entendimento no que agora disto alcanço saber.

E, se me disserem que pois não entendo que fossem estas ilhas dos Açores e outras pegadas com Europa, nem partes da ilha Atlanta, que diga o meu parecer da sua fundação ou criação? E se, antes de achadas pelos portugueses, há conjectura que fossem descobertas por alguns antigos, e se houve alguma antiga navegação antes da que agora temos? De boa vontade proporei o que nisso me parece e pude alcançar, segundo agora irei dizendo.

Diz o capitão António Galvão que no ano de quinhentos e noventa antes da Encarnação de Cristo Nosso Senhor partiu de Espanha uma armada de mercadores cartaginenses, feita à sua custa, e foi contra o Ocidente por esse mar grande ver se achava alguma terra. Dizem que foram dar nela e que é aquela que agora chamamos Antilhas e Nova Espanha, que Gonçalo Fernandez de Oviedo quere que neste tempo fosse já descoberta, ainda que Cristovão Colon nos deu dela mais verdadeira notícia.

E como conta o doctíssimo doctor Aleixo Vanegas, diz Aristóteles (que floresceu depois de Platão e foi seu discípulo), em o livro que escreveu das cousas maravilhosas que na Natureza se acham (ainda que alguns querem dizer que este livro é de Teofrasto, o qual tem tanta autoridade como Aristóteles), que uns mercadores cartaginenses, feita uma armada à sua custa, partiram de Espanha, das Colunas de Hércules, e foram contra o Ocidente (sem achar diante de si ilha Atlanta) por esse mar grande, ver se achavam alguma terra. E, navegando muito tempo, acharam uma ilha que distava de terra firme por espaço de muitos dias de navegação, na qual não havia moradores, ainda que era abundante de todas as cousas que à vida humana são necessárias, além de mui grandes rios navegáveis, que havia nela, pelo qual acordaram de se ficar ali e povoarem a ilha. E como viesse isto à notícia dos cartaginenses, não querendo entender em tão comprida viagem, entraram em ajuntamento e conselho sobre o que haviam de fazer daquela ilha. Cuidando que, se a fama da riqueza dela viesse à notícia das estranhas nações, com a cobiça iriam a ela e a fariam um propugnáculo e defensão, em que se recolhessem pera se senhorear de todos, por onde sua liberdade podia vir em detrimento, se nações estranhas tivessem o domínio daquela ilha, pelo qual mandaram que qualquer que fosse ousado navegar pera ela logo pelo mesmo caso morresse e que os cartaginenses que lá haviam edificado, se os pudessem haver, os matassem.

E como nota o doctíssimo e curiosíssimo cronista universal de Espanha, Estevão de Garibai, escrevendo também desta navegação e viagem destes mercadores cartaginenses,

como atrás tenho contado, que, desejando descobrir novas terras no oceano do Ponente, acharam esta grande ilha, que se suspeita ser a que agora se diz a Espanhola, que também se chama de Santo Domingo. Foi e aconteceu isto perto do ano de trezentos e noventa e dois antes do nascimento de Nosso Senhor.

E desta autoridade de Aristóteles, diz o mestre Aleixo Vanegas que é manifesto que as ilhas que descobriu D. Cristóvão Colon e Vespúcio Américo (sic) no ano de mil e quatrocentos e noventa e dois depois do nascimento de Nosso Senhor, aos onze dias do mês de Outubro do dito ano, já haviam sido achadas antes mil e oitocentos e oitenta e quatro anos, porque os cartaginenses, segundo conta o dito Estevão de Garibai, fizeram esta viagem no ano de trezentos e noventa e dois antes do Nascimento. E Colon achou a ilha de Santo Domingo no ano de mil e quatrocentos e noventa e dois depois do Nascimento, a onze de Octubro; juntos trezentos e noventa e dois anos dantes com mil e quatrocentos e noventa e dois depois fazem a soma dita dos mil e oitocentos e oitenta e quatro anos em que a ilha de Santo Domingo se havia dantes achado primeiro pelos cartaginenses (segundo conjecturo), quando Colon a descobriu depois.

E por isso diz o mesmo mestre Aleixo Vanegas que não será juízo sem fundamento dizer que dos moradores destas ilhas, sc., ([320]) destes cartaginenses, se povoaram as ilhas da terra firme, pois é verdade que todos os homens descendem de Adão, porque a multiplicação dos homens foi causa da povoação das terras e, quanto mais se iam multiplicando, se iam mais estendendo. Pois que maravilha é que passassem três mil anos sem que se houvessem estendido os homens por todas as partes do Mundo? Logo, se sucessivamente se havia de povoar, que impedimento haverá, se dizemos que antes destes cartaginenses, de quem diz Aristóteles, não haviam ido homens à quarta parte do Mundo que agora, de poucos anos a esta parte, se descobriu? Que inconveniente é que digamos que daqueles cartaginenses que povoaram a ilha, que, por firmes sinais, conjecturamos que é a Espanhola, donde se traz o pau guaiacão, que chamam pau das Índias, se multiplicassem os homens? E condissem (sic) até a ilha de Cuba, e daí se derramassem até a terra firme de América, e daí condissem (sic) até Nombre de Dios, Panamá, Iucatão, o México, e o Perú? Como também conjecturo que a costa da outra parte do Oriente até às ilhas de Java e Maluco se povoaria dos chins, que já estavam na terra firme oriental, como por muitas conjecturas dá a entender o notável capitão que foi de Maluco, António Galvão, em o seu Tratado que fez de descobrimentos diversos. Se de Adão e Eva se povoaram as três partes do Mundo, que maravilha é que de cartaginenses se povoasse a América que estava vizinha das ilhas Espanhola e Cuba? E dela se povoassem outras muitas que se descobriram pelos mesmos, da parte do Oriente, que é desta nossa, em respeito dela, e da do Ocidente, em respeito dos chins que lá na Índia moravam? Assi que partidos estes cartaginenses das Colunas de Hércules e navegando por esse grande mar oceano, não acharam nele ilha Atlanta. E por esta razão e pelas mais que alegadas tenho, parece (salvo melhor juízo) que a não houve. E desta maneira não serão estas ilhas dos Açores pedaços dela, porque, ainda que sejam subjectas a terremotos, como querem que era a Atlanta antes de ser subvertida, também muitas ilhas e quase todas as que há em todas as partes, até as terra firmes (ainda que menos vezes), vemos ser cursadas de tais trabalhos. E nem por isso foram, nem são, parte dessa que dizem Atlanta, ainda que a houvera. E estes cartaginenses parece que nesta viagem, que fizeram, acharam algumas destas ilhas dos Açores (como logo adiante direi), porque não se acham outros em escritura antiga que pera estas partes do Ocidente navegassem senão eles, conforme às palavras de Aristóteles alegadas e outros navegantes que ele mesmo diz e logo direi.

Deixando à parte o que disse de Ptolomeu (contra o qual diz João de Barros em sua Ásia que os antigos geógrafos, como Ptolomeu e outros, se enganaram, chamando à ilha de Samatra Quersoneso, não sabendo, como agora sabemos, o canal que há antre ela e a terra firme, que na fronteira de Maluco tem doze léguas de largo e tem muitos baixos e restingas e ilhetas com canais, e que daqui procedeu, naquele antigo tempo de Ptolomeu e dos outros geógrafos, não ser aquele trânsito navegável, como agora é, parecendo-lhes ser Quersoneso pegado, com algum istmo, pescoço ou garganta estreita, com a terra firme e não ser ilha, como é), bem sei que muitas ilhas foram subvertidas e outras de novo alevantadas e até na terra firme (como fica dito) muitas mudanças grandes; mas não posso acabar de cuidar que houvesse Atlanta, nem que estas ilhas dos Açores fossem nalgum tempo pegadas com terra firme, mas, sometendo-me no dito e por dizer (como obediente filho) à correição, censura, amparo e proteição da Santa Igreja, nossa piedosa Mãe e verdadeira Mestra, e de seus

católicos ministros, e a qualquer parecer que, melhor que eu, acertar pode, digo também o meu, que não valha nada, se não presta.

Que, como Deus, quando recolheu as águas, como em odre, e lhe pôs lei que não passassem seus limites e disse no primeiro capítulo do Génesis: *Congregentur aquae, quae sub coelo sunt in locum unum et appareat arida,* ajuntem-se as águas que estão debaixo do Céu, que é o ar, pera um lugar, ou em um lugar, e apareça a terra em cima delas pera habitação dos homens e animais que nela se criarem, pondo Deus, seu criador, a água e a terra de tal maneira, quando disse estas palavras - *appareat arida-,* que ou alevantou a terra sobre as águas que a cobriam pelas partes em que se vê descoberta, ou, o que se tem por mais certo, dizendo as mesmas palavras, ou logo, quando no princípio criou a terra e a água, de ambas fez um corpo perfeitamente redondo, que tem em circuito seis mil e trezentas léguas, medindo por círculo maior, como está claro antre todos os homens doctos e o trata doctissimamente o nobre e docto cavaleiro Pero Mexia, na sua Silva de Vária Lição, no livro terceiro, no capítulo décimo nono. Como se esta bola, ou corpo redondo, feito de água e terra, juntamente se fizera de cera branca e cera preta, por umas partes aparecera a cera preta e por outras a branca, assi ficando as águas por algumas partes deste mundo e globo redondo, apareceu a terra por outras partes dele, em algumas em grandes pedaços, como são os da terra firme, e em outras em pequenos, de diversas granduras, como são as ilhas todas, delas grandes e delas pequenas, como estas dos Açores, que, ou Deus, então, logo criou no princípio como agora estão, ou depois com alguns incêndios de veeiros de salitre ou enxofre, ou por outras causas naturais brotaram do centro ou interior da Terra e do fundo das águas do mar, e se alevantaram sobre elas pera habitação dos homens e dos animais brutos. E isto é o que de sua criação ou feitura (salvo o melhor juízo) entendo.

E não criou Deus, nem alevantou ou descobriu tudo terras chãs e fértiles, mas também fez montes e vales, outeiros e campos chãos, terras mimosas e pedregosas, algumas secas e outras regadias, sendo só um elemento com tantas variedades, como a espécie dos homens com tão diversos rostos. As criaturas todas com virtudes, feições, cores, propriedades e qualidades tão estranhas e diferentes antre si, e tudo pera fermosura do Universo, pera, como bom pintor, com diversidades de cousas e cores, realçar com umas a formesura das outras. Assi também, ou quando logo criou o Mundo, no princípio fez terra firme e muitas ilhas, ainda que adiante, ou antes do dilúvio ou depois dele ou com ele, algumas mudanças fossem e se fizessem.

E estas ilhas dos Açores, ou sempre des (sic) a criação, foram ilhas, ou depois sobre as águas se alevantaram, como sobre a face da Terra se alevantam casas, pera amparo e habitação dos moradores delas, sem nunca depois do dilúvio de Noé serem pegadas à terra firme, nem à Atlanta (se tal houve), pois também elas são lustro e fermosura do Mundo todo. E ainda que pera isto não prestassem, prestam neste grande mar postas, como vendas ou fontes, poços e ribeiras em compridos e despovoados caminhos nalgum deserto, pera escala e aguadas dos cansados mareantes e enfadados passageiros dos importunos mares e das compridas viagens de longas terras, ou pera hospitais dos pobres doentes, que nas compridas viagens adoecem, onde, como soldados feridos no exército dos navegantes, servem as ilhas de casas de cirurgiões e médicos, que os curam, e muitos chegariam ao porto antes de chegar a ele, porque, buscando o da terra alongada, lhe ficaria o mar por sepultura muitas vezes, se muitas ilhas não fossem, que, como vemos e sabemos, curam muitas destas faltas, ainda que não todas.

E se ainda pera isto nada aproveitassem as ilhas (quanto mais que pera tudo aproveitam), pelo menos serviriam aos navegantes de sinais e balizas de seus caminhos, como se viu no ilhéu do Corvo, onde (quando ele se descobriu) foi achado, pera a parte do Noroeste dele, um vulto de um homem de pedra, grande, que estava em pé sobre uma lagem ou poio, e na lagem estavam esculpidas umas letras, e outros dizem que tinha a mão estendida ao Nornordeste, ou Noroeste, como que apontava pera a grande costa da Terra dos Bacalhaus; outros dizem que apontava pera o Sudoeste, como que mostrava as Índias de Castela e a grande costa da América com dois dedos estendidos e nos mais, que tinha cerrados, estavam umas letras, ou caldeias ou hebreias ou gregas, ou doutras nações, que ninguém sabia ler, que diziam os daquele ilhéu e ilha das Flores dizerem: Jesus avante.

Desta estátua, ou vulto de homem, e letras que tinha escritas, ou na mão ou na lagem em que estava (as quais, segundo meu parecer, deviam ser dos cartaginenses pela viagem que eles pera estas partes fizeram, como atrás dito tenho, e da vinda, que das Antilhas alguns

tornassem, deixariam aquele padrão com as letras por marco e sinal do que atrás deixavam descoberto, que, por não serem conhecidas, ou por estarem já muito gastadas da antiguidade e do rocio do mar, não se puderam ler), afirmam outros que estava com o braço direito estendido, apontando pera o Sudoeste, como que demonstrava que pera aquela parte havia novas terras que descobrir. E que era a lagem, em que este vulto em pé estava, assentada sobre uma rocha que, segundo parece, se foi comendo, solapando e gastando por baixo toda, de maneira que se não podia chegar a ele sem dificuldade grande. E algumas pessoas, daquela antigualha curiosas, a quiseram dali mudar com cordas e aparelhos que pera isso ordenaram, e não o puderam fazer por via alguma; antes se viu que depois caiu dali e se fez pedaços. E antre as pessoas que muito pretenderam alcançar o segredo desta antiguidade, foi o corregedor Luiz da Guarda, ou outro seu propínquo antecessor, estando na mesma ilha do Corvo fazendo correição, como soía. Ou seria outro corregedor, dantes, que as iria tirar por mandado de algum Rei de Portugal, que parecia ser D. João, o segundo do nome.

Mas o docto e curioso cronista Damião de Góis na Crónica deste Rei, no capítulo nono, tratando desta antiguidade notável com mais verdade e curiosidade e falando das ilhas dos Açores, diz delas que a que mais está no Norte é a do Corvo, que entende pelo ilhéu, que terá uma légua de terra, a qual os mareantes chamam ilha do Marco, porque com ela (por ter uma serra alta) se demarcam, quando vêm demandar qualquer das outras. E que no cume desta serra, da parte do Noroeste, se achou uma estátua de pedra, posta sobre uma lájea, que era um homem em cima de um cavalo, em osso, e o homem vestido de uma capa, como bedém, sem barrete, com uma mão no coma do cavalo e o braço direito estendido e os dedos da mão encolhidos, salvo o dedo segundo, a que os latinos chamam index, com que apontava contra o Ponente. Este vulto, que todo saía maciço da mesma lájea, mandou El-rei D. Manuel tirar pelo natural por um seu criado debuxador, que se chamava Duarte d'Armas. E depois que viu o debuxo, mandou um homem engenhoso, natural da cidade do Porto, que andara muito em França e Itália, que fosse a esta ilha pera, com aparelhos que levou, tirar aquela antigualha, o qual, quando de lá tornou, disse a El-rei que a achara desfeita de uma tormenta que fizera o inverno passado. Mas a verdade foi que a quebraram por mau azo e trouxeram pedaços dela, sc., a cabeca do homem e o braço direito com a mão e uma perna, e a cabeça do cavalo e uma mão, que estava dobrada e alevantada, e um pedaço de uma perna, o que tudo esteve na guarda-roupa de El-rei alguns dias, mas o que se depois fez destas cousas, ou onde se puseram, diz o mesmo cronista que o não pôde saber.

E diz mais que esta ilha do Corvo e Santo Antão foram de João da Fonseca, escrivão da fazenda de El-rei D. Emanuel, e dele as herdou seu filho, Pero da Fonseca, escrivão da chancelaria do mesmo rei e de El-rei D. João terceiro, seu filho. O qual Pero da Fonseca no ano de mil e quinhentos e vinte e nove as foi ver e soube dos moradores que na rocha abaixo donde estivera a estátua, estavam talhadas na mesma pedra da rocha umas letras e, por o lugar ser perigoso pera se poder ir onde o letreiro está, fez abaixar alguns homens per cordas bem atadas, os quais imprimiram as letras, que ainda a antiguidade de todo não tinha cegas, em cera, que pera isso levaram. Contudo, as que trouxeram impressas na cera eram já mui gastadas e quase sem forma, assi que por serem tais, ou, porventura, por na companhia não haver pessoa que tivesse conhecimento mais que de letras latinas, e este imperfeito, nenhum dos que se ali acharam presentes soube dar razão nem do que as letras diziam, nem ainda puderam conhecer que letras fossem. E a opinião, que o dito cronista desta antigualha tem, é que esta gente, que veio ter a esta ilha e nela deixou esta memória, poderia ser de Noruega, Gótia, Suécia ou Islanda, porque nos tempos passados e muito antes que os habitadores destas províncias fossem cristãos, havia antre eles muitos cossairos e tão poderosos que aos males que faziam pelo mar oceano e de Alemanha se podia mui dificultosamente resistir, do que dão testemunho Saxo Gramático, antigo escritor, e Joannes Magnus Gothus, arcebispo de Upsália, no reino de Suécia; os quais escritores, ambos, nas crónicas que fizeram das cousas aquilonais, tratam assaz destes cossairos. E o mor argumento, que o dito cronista diz ter desta sua opinião, é que todas estas nações acostumavam fazer talhar e esculpir todos seus feitos, acontecimentos e façanhas em rochas de pedra viva pera mor lembrança e perpetuidade dos casos que lhe aconteciam, como naquelas províncias todas hoje em dia se vê e acham em muitas partes delas imagens e histórias talhadas, abertas, esculpidas e escritas em rochedos e outras pedras altas e de maravilhosa grandeza. E porque esta antiguidade desta ilha do Corvo é do toque destoutras, se pode crer que alguns destes cossairos viessem ter, esgarrados da fortuna do mar, a estas ilhas e, pelas acharem desertas e desabitadas, quisessem deixar de si aquela memória, o que se poderia facilmente tirar a limpo, se a esta ilha fosse ter alguma

pessoa, ou a mandassem, que soubesse as linguagens destas terras, o que se faria com pouca dificuldade, se os príncipes e senhores que possuem as províncias fossem tão curiosos de saber como o são de haver e lograr os bens e rendas que lhe delas resultam.

Até aqui, somente, são palavras de Damião de Góis acerca desta estátua, e é parecer este, por certo, de um tão docto e tão visto e benemérito cronista de tão altos e poderosos Reis D. João, segundo do nome, e D. Emanuel, de gloriosas memórias (que também faz a caso de não serem estas ilhas dos Açores pegadas com Europa, pois naquele tempo diz que navegavam aquelas nações por este mar do Ponente e puseram aquela estátua na ilha do Corvo), provado por tão boas razões e conjecturas que parece ser esta a verdade daquela antigualha. Ao que eu acrescento que possível será aqueles cossairos, esgarrados com tormenta, irem ter às Antilhas, ou costa da terra firme ocidental, que agora chamamos Índias de Castela, e, da tornada, virem ter à ilha ou ilhéu do Corvo, em que poriam aquela estátua apontando pera o Ponente, onde a terra lá descoberta lhe ficava e demorava.

Mas porque não se acha escritura autêntica que diga isto e a temos de Aristóteles ou Teofrasto, como atrás tenho referido da navegação dos cartaginenses, se estes cossairos não foram autores desta estátua e me é lícito dizer também meu parecer diante de tão docto e experimentado cronista, ainda que não seja fundado com tão evidentes razões como as suas, digo que o que eu desta estátua de pedra cuido e suspeito é: que, também, de duas cousas possíveis pode ser uma, que ou deviam ser cartaginenses os que ali a puseram, pela viagem que eles pera estas partes fizeram, como atrás tenho contado, e, da volta que das Antilhas alguns de sua frota fizessem pera dar cá novas do que lá tinham descoberto, deixariam naquele ilhéu aquele padrão de figura de homem, pera mais memória, como por baliza, marco e sinal do que atrás deixavam descoberto; ou também podia este vulto ser obra dos fenicianos, os quais (como diz Aristóteles no lugar e livro acima dito) navegaram quatro dias pera o Ocidente com vento Apeliotes (que é o vento que vem do Oriente, a que os latinos chamam Subsolanus por vir e ventar donde nasce o Sol, situado em o lugar por onde o Sol nasce o dia do Equinoctio, e os gregos pela mesma razão o chamaram Apeliotes que, acerca deles, soa e quere dizer o mesmo, e também alguns deles o chamaram Euro, por ventar do Oriente, ao qual vulgarmente chamamos Levante em Espanha e Itália, e os navegantes Leste ou Soão) e apartaram a uns lugares incultos, que estavam em contínuo movimento e o mar os cobria e descobria e deixava em seco mui grande cópia de atuns, maiores que os que há em outras partes, os quais atuns dizem que acharam depois na ilha da Madeira e Porto Santo e na ilha do Faial ou da Nova Flândria, que é uma destas ilhas dos Açores. E já que estes acharam o Faial, parece que também seriam os primeiros descobridores destas outras, como também o foram (segundo a conjectura dita) da ilha da Madeira e Porto Santo. E depois deles a descobriria o ingrês Machim, como atrás tenho contado e contarei adiante mais largo, e da nau de sua companhia, pela informação que desta ilha deram, moveram a El-rei de Castela mandar buscar ilhas, como depois fez e descobriu as Canárias. E esta nova, que soou depois em Portugal, deste ingrês moveria também ao Infante D. Henrique ao mesmo.

Mas como ia dizendo, parece que não foi este Machim o primeiro descobridor desta ilha da Madeira, senão os fenicianos, segundo o que Aristóteles conta, como já disse; e não somente daquela, mas também de alguma destas sete dos Açores, pois acharam o Faial, uma do seu número, delas. E pode ser que também passaram estes fenicianos às Antilhas, por serem (como diz Pompónio Mela no Livro Primeiro, capítulo segundo, de sua Geografia) inclinados e dados a navegar, já que chegaram a descobrir o Faial aqui, tão perto, e seriam os primeiros descobridores destoutras ilhas dos Açores, segundo parece, como também o foram do Faial e da ilha da Madeira e Porto Santo. E da tornada das Antilhas fariam e poriam na ilha ou ilhéu do Corvo, que está no caminho e rota delas, esta baliza e memória com letras suas na rocha, abaixo donde estivera a estátua, que deviam dizer: em tal ano, em tempo de tal rei, os cartaginenses ou fenices, navegando por aqui, deixaram neste ilhéu esta estátua, apontando com o dedo pera a terra que atrás deixam descoberta, que demora ao Sudoeste, ou outro vento, e está tantas léguas desta, declarando o número das léguas. Uma destas nações parece que havia de pôr ali aquele vulto e letreiro.

E não me afirmei nos cartaginenses logo, por causa que estavam escritas as letras na lajem e na furna ou concavidade da rocha, que ali estava, ou no letreiro que a estátua na mão tinha, porque, ainda que os africanos têm agora outras letras, naquele tempo antigo usavam de outras diferentes, que eram as letras reais e figuras de animais e outras cousas pintadas, costumadas primeiramente antre os egípcios, de que usavam por letras quando ainda as não

havia, antes de serem inventadas, como, claramente, diz Cornélio Tácito com estas palavras: *Primi Aegyptii per figuras animalium sensus mentis effingebant, ex antiquissima monumenta memoriae humanae saxis impressa cernuntur, et litterarum inventores perhibentur,* que Blondo *Ab urbe condita* e Célio Rodogínio e outros autores mais antigos chamam hieroglíficas, como eram as pinturas em que leu Eneias a destruição de Tróia no templo de Cartago, como cá temos histórias pintadas em retábulos, panos, painéis de Frandes, lonas e sarjas, e destas usam hoje em dia os índios das Antilhas, que bem parece que as tomaram, os desta nossa banda, dos cartaginenses e, da outra parte e costa, dos chins, que quase usam as mesmas, e por isso tem o seu abecedário mais de noventa mil letras, porque pera cada cousa têm os chins uma figura e letra ou sinal, donde parece que quantas cousas houver tantas figuras e letras hão mister. E como as letras da lajem não eram figuras, parece que por isto não seriam letras dos cartaginenses, mas a isto se pode responder que, pois os cartaginenses tiveram ânimo pera navegar tão remotas ([321]) terras e não sabidas, também alguns dos que ali iam teriam espírito pera em alguma outra terra, fora de sua pátria, onde dantes haviam estado, aprenderem alguma memória de letras que ali na lajem poriam, ou no letreiro da estátua ou nos dedos, como vemos ingreses e framengos e biscainhos criados em Espanha falar e escrever espanhol. E o mesmo podiam fazer estes cartaginenses, pois era tão rica e havia tantas minas, mui abundantes, de prata nela que em tempo de fenices, e logo de cartaginenses, e depois os romanos, assi vinham as nações estrangeiras a ganhar riquezas a Espanha, como agora os mesmos espanhóis vão às Índias. E assi escreveram os cartaginenses, com letras não naturais, mas aprendidas em outra terra, no letreiro que a estátua tinha na mão, ou na lajem em que em pé estava na ilha ou ilhéu do Corvo, ou em baixo na rocha, da tornada que das Antilhas alguns fizeram, pera deixarem memória e aviso pera os que depois ali viessem saberem como havia terra grande e rica daquela parte pera onde o vulto apontava, ou pera o Sudoeste ou Ponente, declarando a terra do Perú, ou ao Noroeste ou Nornordeste, mostrando a grande costa da Terra dos Bacalhaus que do Norte pera o Sul se estende até à Flórida e Brasil; de maneira que, por os cartaginenses não terem em aquele tempo antigo letras, senão de figuras das cousas, disse que, se eles não foram os autores daquele vulto (que também podia ser letra sua de figura pera com ela significarem ([322]) o que queriam mostrar, principalmente se estava a cavalo, dando a entender que em cavalo de madeira haviam de buscar aquelas terras que com o dedo apontava), podiam ser fenicianos os que aquilo escreveram, pois eles usavam de bedéns, como a estátua o tinha, que em latim se chama *pinula,* quase frisando com o nome de fenices ou penos, e também costumavam fazer estátuas em memória do que faziam. E foram os que inventaram as letras e sabiam escrever, ainda que não tenho certeza que às Antilhas fossem, como quase a há dos cartaginenses, segundo Aristóteles afirma no seu livro já dito. E, quanto ao que dizem os moradores da ilha das Flores e do ilhéu do Corvo que o letreiro dizia Jesus avante, claro está que dizem o que suspeitam, mas não por as letras o dizerem, pois ninguém as soube ler nem entender, somente suspeitar-se que deviam dizer que pera aquela parte, onde apontava com o dedo, estava terra. E não podia ter o letreiro o nome de Jesus (senão se algum Anjo ou profeta nele o escrevesse), pois os fenices, nem os cartaginenses, de que Aristóteles conta as viagens sobreditas naquele tempo antigo, não eram cristãos, nem os havia no mundo antes da vinda de Cristo Nosso Senhor, nem tinham ainda notícia de nome tão santo quando estas viagens fizeram, tanto antes que Cristo Nosso Redentor nascesse.

A qual antiguidade de tempo mostrava bem a imagem de vulto ou estátua, pois os mesmos naturais da ilha das Flores e do Corvo, por tradição dos antigos, dizem que, quando foi achada ali no princípio do descobrimento daquelas ilhas, estava carcomida, com as faces do rosto e outras partes sumidas, cavadas e quase gastadas do muito tempo que tudo gasta e consome, como brevemente direi, quando tratar da ilha das Flores e ilhéu do Corvo, em que a mesma estátua foi achada.

E, como não se pode precisamente saber a certeza destas cousas, porque não pode homem adivinhar, digo somente estas razões e conjecturas, que nada valerão diante das que dá o dito cronista, ou quando outros me derem outras melhores que elas, pelo que quis agora dizer e propor estas desta estátua ali achada, esperando o juízo dos que mais dela souberem e atinarem com quem a pôs em lugar tão remoto e não sabido, pera aprender de boa vontade a verdade de quem quere que ma quiser ensinar nisto e em tudo, não querendo, nem pretendendo nunca ser como estaca das habilidades alheias, porque minhas ignorâncias e faltas me têm ensinado a consentir e pedir a todos que quem melhor oração souber a diga. E ainda que se não há-de pedir conselho senão aos sábios, contudo, se um cego me ensinar e

mostrar o caminho certo, tomarei e seguirei de boa vontade (como diz Horácio) seu conselho. E nisto uso como o jogo dos mininos (sic) que alço minha razão, ou minha palha, onde der em mentira e não der no certo e na verdade, que não valha.

Bem conheço que me detive muito nestas digressões e dissonâncias tão compridas, mas tudo foi (como costumam fazer os músicos) pera vir cair e tocar na consonância do que pretendo, que é contar o descobrimento destas ilhas da Madeira, de S. Miguel e Santa Maria, e o que há nelas, e algumas cousas das outras dos Açores, posto que, como cuido, já nalgum tempo antigo foram vistas e achadas, mas não povoadas, como agora. Porque, segundo conta o notável capitão António Galvão no Tratado referido, já antigamente havia grande navegação, e além desta sabida verdade das antigas navegações, pelas que tenho atrás contadas e pelas autoridades de Aristóteles ditas e pela estátua de pedra do ilhéu do Corvo com o letreiro das letras incógnitas na mão ou na lajem ou rocha, apontando pera o longe, como dizendo haver pera aquelas partes algumas terras, que é certa prova haver sido este mar do Ponente navegado antigamente, sem nele estar ilha Atlanta, nem ser terra apegada com Europa, pelo que podia em tempo de Platão haver notícia da Nova Espanha e do grande mar do Sul, da banda do Perú, como ele diz.

Também pera a banda do Oriente está notório haver navegações, pelas que contei. Além das quais, Estrabom, citando a Aristónico, diz que depois da destruição de Tróia, El-rei Menelau saiu do estreito e mar do Levante ao Atlântico e costa de África e Guiné, e dobrou o Cabo de Boa Esperança e em certo tempo foi ter à Índia. E Heródoto conta que Neco, Rei de Egipto, mandou fazer por certos fenices, homens experimentados nas cousas do mar, outra navegação, os quais, partindo do mar Roxo, navegaram tanto até chegarem ao mar Austral e daí vieram ter ao estreito de Gibraltar, donde tomaram seu caminho pera Egipto, ao qual chegaram passados já dois anos do tempo que havia que partiram do mar Roxo. E Strabo (sic) conta como no mar de Arábia, estando aí César, filho de Augusto, se acharam pedaços de naus espanholas, que ali com tormenta lançara o mar à costa. E o mesmo Strabo, Plínio, Cornélio Nepos e Pompónio Mela escrevem de Eudoxo, astrólogo, que navegou por este mar do Sul da Índia Oriental, por onde se vê que houve antigamente navegações de que a memória era já antre os homens perdida.

E o capitão António Galvão diz que depois que os romanos senhorearam a melhor parte do Mundo se fizeram muitos e notáveis descobrimentos, mas vieram os godos, mouros e outros bárbaros e destruíram tudo. Porque no ano de quatrocentos e doze depois da Encarnação de Cristo Nosso Senhor, tomaram a cidade de Roma e os vândalos saíram de Espanha a conquistar África. E no ano de quatrocentos e cinquenta El-rei Átila destruiu muitas cidades de Itália, e começou-se a de Veneza. E neste tempo os franceses e vândalos entraram em África. E no ano de quatrocentos e setenta e quatro se perdeu o Império de Roma. E depois disto vieram os longobardos a Itália.

No qual tempo se diz que andavam os demónios tão soltos pela terra, que tomavam a figura de Moisés e os judeus enganados foram muitos no mar afogados, e a seita arriana (sic) prevalecia. E Merlim foi neste tempo em Inglaterra. E no ano de seiscentos e onze foi Mafamede e os da sua seita que tomaram por força a África e Espanha. Assi que, segundo parece, nestas idades todo Mundo ardia, por onde dizem que esteve quatrocentos anos tão apagado e obscurecido, que não ousava nenhum povo andar de uma parte pera outra por mar, nem por terra.

Tão grande abalo e mudança se fez em tudo, que nenhuma cousa ficou em seu ser e estado; assi monarquias como regnos e senhorios, religiões, leis, artes, ciências, navegações, escrituras, que disso havia, foi tudo queimado e consumido (segundo contam), porque os godos eram tão cobiçosos da glória mundana, que quiseram começar em si outro novo mundo e que do passado não houvesse nenhuma memória. Os que depois sucederam, sentindo tamanha perda e proveito como era o comércio e trato das gentes umas com outras e que não podiam gastar suas mercadorias, nem haver as alheias sem este meio, determinaram de buscar maneira como se não perdesse de todo e as mercadorias do Levante tornassem ao Ponente, como soíam. Porque, afora a navegação, que Salamão (sic) mandava fazer em seu tempo por qualquer mar que fosse, dizem que no ano de quinhentos e trinta e cinco antes de Cristo Nosso Senhor navegavam os espanhóis por todo o *Mare Magnum,* até chegarem às praias das Índias, Arábia e suas costas, donde levavam e traziam muitas e diversas mercadorias. E andavam nestes tratos e outros por diversas partes do Mundo em grandes navios, pelo que não é de maravilhar se os mesmos espanhóis se tornassem a restituir nestas

navegações, principalmente os portugueses, primeiro, pera o Oriente, e os castelhanos, depois, navegassem pera a parte do Ocidente.

Daqui parece que se espertou o ânimo do Infante D. Henrique e dos Reis de Portugal pera mandar descobrir as Índias e novas terras e estas ilhas, como amanhã contarei, pois as longas e maiores sombras, que já caem dos altos montes, nos convidam a recolher-nos, Senhora, à cova onde moro, onde vos agasalharei, como puder, e não segundo vosso merecimento.

E, dizendo isto com muito doces palavras, comendo das verdes ervas do campo, e das silvestres árvores não tão doces frutos, nos fomos por antre elas, recolhendo à minha sombria morada, em que passamos a noite obscura até o claro Sol com seus dourados raios alumiar o dia seguinte, em que com amorosas práticas nos tornamos a assentar no lugar donde partimos.

E, rogando-me a Fama, lhe comecei a contar alguma parte da vida do Infante D. Henrique, primaz e o primeiro autor e inventor do novo descobrimento da costa de África e destas ilhas, e a história das ilhas da Madeira e Porto Santo, que primeiro foram achadas, na maneira seguinte.

N O T A S

(1) Saudades da Terra, Livro I, pág. VI, Ponta Delgada, 1939.
(2) Vid. Livro VI das Saudades da Terra, ed. de 1963, pág. VII e VIII.
(3) Vid. Correio dos Açores, 3 de Agosto de 1950.
(4) Vid. Notícia bibliográfica das Saudades da Terra, Livro III, ed. de I922, pág. CXI e seguintes.
(5) Las Islas Canarias, de Gaspar Frutuoso, ed. do Instituto de Estudios Canarios, 1964, pág. XVII.
(6) Idem. pág. XV e XVI.
(7) Vid. Garcia da Horta, vol. 9.º, n.º 1.
(8) Garcia da Horta, vol. 9.º pág. 27.
(9) Idem, pág. 29.
(10) Vid. Livro VI das Saudades da Terra, ed. de 1963, pág. VI.
(11) Idem, pág. VIII e XI.
(12) Elucidário Madeirense, 2.ª edição, vol. II. pág. 58.
(13) Archivo dos Açores, vol. IV, pág. 24.
(14) Archivo dos Açores, vol. 4.º, pág. 24.
(15) Bibliotheca Açoriana, 1.º vol. pág. 129 a 132.
(16) Na Biblioteca da casa Cadaval em Muge existem duas cópias, uma das quais contém nove capítulos do Livro V. João de Simas, num dos artigos que escreveu no «Correio dos Açores» em Agosto de 1950, dá conta desta circunstância. (Nota de J. B. Rodrigues).
(17) Vid. a propósito deste assunto «Palavras Prévias» em «Livro Quinto das Saudades da Terra», (edição de 1964), pág. XIV-XVIII. (Nota de J. B. Rodrigues).
(18) Documento n.º 5 de pág. 408 do 1.º vol. do Archivo dos Açores.
(19) Historia Insulana, Cap.º 2.º do L.º 2.º; 1.º vol. da edição de 1866, pág. 63 e seguintes.
(20) Este manuscrito, «Crónicas da Província de S. João Evangelista das ilhas dos Açores», foi publicado pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada em 1960 e consta de três volumes; é no segundo volume, a pág. 269, que está a biografia do Dr. Gaspar Frutuoso (Nota de J. B. Rodrigues).
(21) *Archivo dos Açores,* vol. 1.º, pág. 407.
(22) *Archivo dos Açores,* vol. 10.º, pág. 487.
(23) No título com que encima o «Livro V das Saudades da Terra», Frutuoso declara-se «natural da ilha de São Miguel» (Nota de J B. Rodrigues).
(24) As decisões do concílio tridentino foram publicadas nesta ilha a 4 de Fevereiro de 1565, pelo Licd.º Ascêncio Gonçalves, ouvidor do eclesiástico em toda a ilha e depois vigário de S. Pedro da Ribeira Grande, contemporâneo e amigo do Dr. Frutuoso.
Anteriormente ao concílio de Trento, o Infante D. Afonso, Cardeal Arcebispo de Lisboa, em sínodo celebrado a 25 de Agosto de 1536, determinou aos párocos o registo de batismos, casamentos e óbitos dos seus fregueses. Diz o Dr. Ernesto do Canto *(Archivo dos Açores,* vol. 2.º, pág. 132, nota 16.ª) que esta determinação foi mandada praticar nos Açores pelo Bispo D. Rodrigo Pinheiro, por intermédio do seu coadjutor, o Bispo de Lora D. Baltazar de Évora, que aqui esteve em 1549. Enganou-se evidentemente: o primeiro termo do livro 1.º de batisados da Matriz da Ribeira Grande tem a data de 11 de Dezembro de 1541, oito anos antes de ter aqui vindo em visita o Bispo de Lora, porque este foi visitador e não coadjutor de D. Rodrigo Pinheiro, Bispo de Angra, que nunca veio às ilhas da sua diocese, e que directamente de Lisboa ordenaria para aqui o registo paroquial criado no sínodo do Cardeal Infante D. Afonso, de 1536. D. Baltazar não podia demorar a visita oito anos; de resto, sabe-se que em 1542 estava cá um outro visitador, Nuno Álvares Pereira (também depois Bispo de Angra), e em 1543 o Licd.º Francisco de Maceirão, nomeado por D. Rodrigo Pinheiro em 27 de Outubro de 1542.
O Sr. Fortunato de Almeida, na sua *História da Igreja em Portugal,* diz que as Constituições saídas do sínodo de 1536 só prescrevem que em cada igreja haja um livro em que se registem os *batisados e finados,* tratando-se portanto de batismos e óbitos, e não de casamentos, cujo registo já fora ordenado no século XIV por uma lei de D. Afonso 4.º, que se não sabe até que ponto foi observada.
(25) Os extractos dos livros de matrículas, cursos e graus publicados sob n.º 3 do *Apenso,* que provam esta data, mostram que as buscas mandadas operar no arquivo da Universidade salamantina pelo Dr. Ernesto do Canto não foram completas, porque o documento n.º 1 da Pág. 405 do 1.º vol. do *Archivo dos Açores* dá o ano de 1553 como o primeiro em que ali aparece o estudante Gaspar Frutuoso, enquanto que estes agora encontrados retrotraem a data da primeira matrícula para 1548, visto que a 13 de Maio de 1549 se lhe passou carta de bacharel em artes.
(26) *Saudades da Terra,* L.º 4.º, cap.º 46.º.
(27) O Dr. Gaspar Gonçalves foi casado com Maria Correa Drumond, que fez testamento aprovado em 2 de Fevereiro de 1621, e era filha de Diogo Gonçalves Correa (diz Frutuoso que sobrinho do visconde de Ponte de Lima e

também sobrinho do bacharel Diogo Pereira, ouvidor do capitão-donatário da ilha de S. Miguel) e de sua mulher Isabel Ferreira, filha de Afonso Gonçalves Ferreira, morador em Ponta Delgada, onde era tabelião no primeiro quartel do século XVI; destes Ferreiras Drumondes trata o Dr. Frutuoso no cap.º 34.º do L.º 4.º das *Saudades da Terra.*

No documento n.º 4 do *Apenso,* Frutuoso reforça com o seu voto a criação de um partido médico na Ribeira Grande para este seu amigo. A amizade de ambos infere-se ainda de outros documentos, como são: o termo do casamento de Gabriel Pinheiro (filho de Manuel Pinheiro e de Guiomar Fernandes, de Tavira) com Apolónia Tavares (filha de Francisco Pires da Rocha e de Ana Tavares), celebrado na Matriz da Ribeira Grande a 17 de Novembro de 1586 pelo vigário da Matriz de Ponta Delgada, em que foram testemunhas o Licd.º Diogo Dias, o Dr. Gaspar Frutuoso e o Dr. Gaspar Gonçalves, físico; e o termo de fls. 7 verso do L.º 2.º de batismos da mesma paróquia da Ribeira Grande: *«A 29 de Janeiro de 1569 batisou o Padre Frutuoso Coelho, beneficiado de Vila Franca, a Isabel, filha de Diogo de Caravaca e de Inês Silveira sua mulher; foram compadres Gaspar Frutuoso e Maria Correa, mulher do Doutor Gaspar Gonçalves, (ass.) Gaspar Frutuoso».*

O Dr. Gaspar Gonçalves aparece matriculado na Universidade de Salamanca nos anos de 1553 - 1554, 1554 - 1555, 1555 - 1556; no primeiro figura como estudante médico, com o n.º 13 no respectivo livro de matrículas, com a seguinte designação - *gaspar gs. português -;* no livro do ano imediato, tem o n.º 113 e está registado - *gaspar gs. b. ar* — (bacharel em artes); no terceiro ano, no livro dos estudantes médicos, está - *gaspar gs. insulano;* e a fls. 190 v.º do Livro de provas de cursos e bacharelamentos em teologia, artes e medicina está com a data de 16 de Março de 1556 o registo dos cursos de - *gaspar gonçales de la isla de san Miguel* - , lendo-se que em 11 de Maio de 1555 - *«probo el dicho tres cursos uno de filosofia natural e dos de medicina de los dos anos de cincuenta y tres en cinquenta y quatro e de cinquenta y quatro en cinquenta y cinco anos con gaspar frutuoso e con Rodrigo de miranda el de filosofia y de medicina del ano de cinquenta y tres en quatro y de medicina deste ano de cinquenta e quatro en cinco anos con Juan hernandes e con pedro de llerena. Juraron en forma de derecho».* Na mesma Universidade nada mais se encontra concernente ao Dr. Gaspar Gonçalves, talvez por estarem incompletos os livros de provas de cursos de 23 de Abril de 1557 a 2 de Abril de 1560, de 20 de Abril de 1558 a 14 de Abril de 1559 e de 2 de Maio de 1561 a 6 de Setembro de 1561, bem como os de licenciamentos e doutoramentos de 1558 a 1560, segundo a informação que nos prestou o arquivista da Universidade, a quem muito agradecemos os dados que aqui reproduzimos.

Algumas outras referências se encontram nos livros da Misericórdia de Ponta Delgada, acerca do médico Dr. Gaspar Gonçalves; citaremos as seguintes: - No L.º da receita e despesa de 1572 - 1573 aparece em Junho de 1572 a verba: - *«2.230 réis que se pagaram a Gaspar Gonçalves boticário na Ribeira Grande, pelas mesinhas que deu na Ribeira Grande por mandado do provedor, por receitas do Dr. Gaspar Gonçalves, para cura que se fez no Ribeiro e a Marcos Pires e Gaspar Correa, trabalhadores, por serem pobres».* No mesmo L.º, na relação de esmolas dadas a 5 de Março de 1573: - *«A Gaspar Correa na Ribeira Grande se dê o necessário, segundo parece de uma carta do Dr. Gaspar Gonçalves, de sua enfermidade, ao qual se despachou dessem 480 réis cada mês para as mesinhas necessárias para se curar».* Em idêntico L.º de 1570-1571, aparece na despesa: - *«1.000 réis que se pagaram ao boticário da Ribeira Grande e os recebeu seu pai e são das mesinhas que deu sendo provedor Francisco d'Arruda, para uma moça doente que faleceu na Ribeira Grande, a qual curava o Dr. Gaspar Gonçalves».*

([28]) *Archivo dos Açores,* vol. 2.º, pág. 134, nota 19.ª.

([29]) Frei Domingos de Soto foi um célebre teólogo espanhol que nasceu em Segóvia em 1494 e morreu em Salamanca em 1560, em cuja Universidade professou filosofia e teologia. Carlos V, de quem foi confessor, enviou-o ao concílio tridentino com o título de primeiro teólogo do Imperador. Em Trento foi um dos escolhidos para redigirem as decisões e decretos do concílio. É autor de várias obras, sendo as de mais nomeada o «Comentário ao Mestre das Sentenças (Pedro Lombardo)», e um «Tratado sobre a natureza da graça».

([30]) *Archivo dos Açores,* vol. 1.º, pág. 408, e vol. 10.º, pág. 486 a 490.

([31]) *Archivo dos Açores,* vol. 1.º, pág. 405 e 407.

([32]) *História Insulana,* do Padre António Cordeiro, §.ºs 13.º e 17.º do cap.º 2.º do L.º 2.º (pág. 65 e 67 do 1.º vol. da edição de 1866).

([33]) *História Insulana*, loc. cit §.º 13.º e *Apenso,* a esta biografia, documento n.º 1.

O Padre Dr. Miguel de Torres era espanhol e desempenhou cargos eminentes da Companhia na Província de Portugal; por três vezes foi visitador: a primeira, de 1552 a 1553, veio aquietar a Província agitada com uma mudança de Provincial, tendo-lhe passado patente para esse efeito Santo Inácio de Loyola, em Roma a 1 de Janeiro de 1532; em 9 de Julho seguinte estava em Coimbra, vindo de Salamanca, onde era reitor do Colégio; a segunda, de 1555 a 1561; e a terceira, de 1566 a 1567. Foi confessor da Rainha D. Catarina de Áustria. - O Padre Rui Vicente foi Provincial na Província de Goa, de 1574 a 1583. (Vid. *Revista de Históri*a, ano X, pág. 170).

([34]) Que, desde cedo, Frutuoso se interessou pela instalação de um Colégio de Jesuítas na ilha de São Miguel, prova-o a escritura lavrada em Ponta Delgada a 26 de Novembro de 1568, pela qual João Lopes Henriques doou aos padres da Companhia de Jesus doze moios de trigo para se fazer colégio nesta cidade. Nesse documento figura já o cronista juntamente com Manuel Martins Soares e o Lcdo. Pero Gago para o encargo de cobrar os ditos moios em cada ano e empregar os respectivos rendimentos, enquanto não chegarem os religiosos. (Vid. «História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal», tomo II, vol I, pág. 70, em que vem pormenorizada informação sobre a fundação dos colégios das Ilhas Adjacentes. (Nota de J. B. Rodrigues).

([35]) *Archivo dos Açores,* vol. 1.º, pág. 403.

([36]) D. Julião de Alva foi o primeiro Bispo de Portalegre e o terceiro de Miranda (ou de Bragança, que é a mesma diocese). Era castelhano, natural de Madrid e veio para Portugal com a Rainha D. Catarina de Áustria. Foi nomeado Bispo de Miranda em Fevereiro de 1560 e confirmado em Março seguinte. Em 11 de Novembro de 1563 reuniu sínodo, em que foram publicadas as Constituições do bispado, cujo governo deixou em finais desse ano ou princípios do de 1564. Foi capelão-mor de El-rei D. Sebastião e morreu a 13 de Fevereiro de 1570. (Vid. *«História da Igreja em Portugal»* por F. de Almeida, vol. 3.º, 2.ª parte, pág. 517 e 859).

([37]) D. António Pinheiro foi um eminente prelado português que figurou na política desde D. João 3.º até D. Filipe 1.º, a quem por sua eloquência, chamavam o *Cícero português.* Ocupou altos cargos, e em 1564 foi nomeado Bispo de Miranda; há notícia do seu governo no bispado de Miranda desde Janeiro de 1566 em diante; mas parece já

ter tomado posse da diocese em Janeiro de 1565, quando foi nomeado visitador e reitor da Universidade de Coimbra. Foi transferido de Miranda para Leiria em 1579 e morreu em Lisboa a 9 de Dezembro de 1582. (Vid. *História da Igreja em Portugal,* de F. de Almeida, vol. 3.º, 2.ª parte, pág. 857).

([38]) Vol. 3.º, parte 2.ª, pág. 857.

([39]) *Archivo dos Açores,* vol. 10.º, pág. 487.

([40]) Frei Manoel Rodrigues Pereira morreu depois de 30 de Janeiro de 1565, data em que foi aprovado em Ponta Delgada o seu testamento, que se encontra no L.º do Tombo Antigo da Misericórdia desta cidade.

([41]) *Archivo dos Açores,* vol. 10.º, pág. 487.

([42]) Alvarás a pág. 489 e 490 do vol. 10.º do *Archivo dos Açores.*

([43]) *Archivo dos Açores,* vol. 1.º pág. 408.

([44]) Vid. a propósito da atitude de Frutuoso perante tais acontecimentos «Livro Sexto das Saudades da Terra», (edição de 1963), pág. XXVI (Nota de J. B. Rodrigues).

([45]) Vid. Crónicas, de Fr. Agostinho de Monte Alverne, vol. II, pág. 176, edição de 1961 (Nota de J. B. Rodrigues).

([46]) Refere-se provavelmente ao Cardeal Infante D. Henrique, que foi proclamado regente do reino na menoridade de D. Sebastião, a 23 de Dezembro de 1562; porque o 6.º capitão-donatário da ilha de S. Miguel, Manoel da Câmara (que nasceu em 1501 e morreu em Lisboa a 13 de Março de 1578, tendo governado a capitania durante 43 anos) esteve aqui com o filho D. Rodrigo (depois 7.º donatário) em 1566 e talvez nos anos seguintes.

([47]) O Livro II, que sofreu numerosas emendas e interpolações, todas do punho ou com o consentimento do próprio autor, como se dirá a seu tempo, deve ter sido redigido em 1584, ou talvez, como diz João de Simas, antes de 17 de Junho de 1583, baseando-se num passo do cap.º 50.º, em que ao falar de Rui Gonçalves da Câmara, capitão-donatário da ilha de S. Miguel, não o trata por conde de Vila Franca, título a que naquela data tinha sido elevado. (Nota de J. B. Rodrigues).

([48]) Fr. Belchior Homem, que Frutuoso designa também por P.e Belchior Homem, morreu, de facto, em 17 de Maio de 1582, mas deixou um sobrinho neto P.e Belchior Barreto Homem, o qual parece ser sobrinho de um outro Belchior Homem, a quem alude no seu testamento, feito a 3 de Maio de 1582. Qual o Belchior a que o texto de Frutuoso aqui se refere? Vid. a este respeito «Arquivo dos Açores», vol. XV, pág. 397. (Nota de J. B. Rodrjgues).

([49]) No original, o capítulo figura com letra diferente da de Frutuoso; contudo, pode muito bem ser da sua autoria, como, aliás, acontece em outras partes da obra (Nota de J. B. Rodrigues).

([50]) Aliás, a escrita apresenta-se sempre feita com firmeza e sem qualquer tremulência, mesmo nos numerosos acrescentamentos com que até ao fim quis melhorar, corrigir ou actualizar a sua obra. (Nota de J. B. Rodrigues).

([51]) *Archivo dos Açores,* vol. 1.º, pág. 408, documento n.º 6.

([52]) Ibidem, vol. 10.º, pág. 489.

([53]) Ibidem, vol. 10.º, pág. 486.

([54]) *Archivo dos Açores,* vol. 2.º pág. 140, nota 30.ª, e cap.º 46.º do L.º 4.º das *Saudades da Terra.* No L.º do Tombo da freguesia de S. Pedro da Ribeira Seca está a carta de confirmação do primeiro vigário, o Padre Luís Cabral, passada a 13 de Dezembro de 1576; a posse foi a 24 do mesmo mês, estando presente *«o Reverendo Padre Dr. Gaspar Fructuoso, vigario e pregador na egreja de N.ª Snr.ª da Estrela da Ribeira Grande»,* que assinou como testemunha.

([55]) *História Insulana* do Padre Cordeiro, L.º 2.º, cap.º 3.º, pág. 71 da edição de 1866, e *«Crónicas»* de Fr. A. de Monte Alverne, cap.º 2.º, (Documento n.º 1 do *Apenso).*

([56]) *História Insulana,* do Padre Cordeiro, loc. cit. e *Crónicas* de Fr. A. de Monte Alverne (Documento n.º 1 do *Apenso).*

([57]) Manuscrito existente na importante biblioteca do falecido bibliófilo micaelense José do Canto.

([58]) *Archivo dos Açores* , vol. 1.º, pág. 103.

([59]) *Archivo dos Açore*s, vol. 12.º, pág. 160.

([60]) *Archivo dos Açores* , vol. 1.º, pág. 252.

([61]) «O reino não é do rei, mas da comunidade; e o próprio poder real é por direito natural da comunidade e não do rei; e portanto não pode a comunidade absolutamente abdicar dele».

([62]) Vid. nota n.º 34 de fl. XIX deste volume.

([63]) Se, acaso, Frutuoso quis retratar-se num dos dois amigos a que se refere o Livro V das «Saudades da Terra», é muito difícil saber-se qual dos dois o personifica. Aliás, Filidor figura sempre como autor das poesias que ali se contêm, as quais hoje não temos dúvida em atribuí-las ao próprio cronista. (Nota de J. B. Rodrigues).

([64]) Júlio Obsequens, a quem Frutuoso chama *Obsequente,* foi um escritor latino do século IV, autor do livro — *De Prodígios* — de grande reputação, então, como expositor no estudo das ciências naturais.

([65]) Avicena, ilustre médico árabe que nasceu em 980, escreveu diversas obras sobre diversíssimos assuntos, medicina, filosofia, geologia, etc.; os seus livros foram vertidos para latim e eram estudados nos cursos científicos das escolas europeias.

([66]) Sacrobosco, chamado de seu verdadeiro nome John Holywood, viveu no século XIII, estudou na Universidade de Oxford, foi astrónomo afamado e professou matemáticas na Universidade de Paris. A sua obra primacial - *Tractatus de sphaera* - foi impressa a primeira vez em Ferrara em 1472, tendo grande voga e muitas edições. Outro seu livro célebre é o - *De Computo eclesiastico* - em que aponta o erro do calendário Juliano e propõe para o remediar a correcção depois adotada com o nome da Gregoriana.

([67]) Vid. em especial os cap.ºs 57.º, 72.º e 91.º do Livro 4.º das *Saudades da Terr*a, em que o autor se alarga em explicações científicas acerca do *paste*l, das convulsões vulcânicas e *da alforr*a.

([68]) As numerosas correcções que a cada passo se notam no original das «Saudades da Terra», todas do punho do cronista, são indicativas de que tencionava em publicar a obra. (Nota de J. B. Rodrigues).

([69]) O Exame do Livro V das Saudades da Terra, e, sobretudo, as correcções que, com a letra de Frutuoso, por vezes surgem nas poesias que ali se contêm, convencem-nos de que estas são da sua autoria. (Nota de J. B. Rodrigues).

([70]) A letra de tais aditamentos e entrelinhas parece-nos sempre firme e sem evidentes sinais de tremulência; é, por vezes, de tipo tão miúdo, que a olhos mais cansados não dispensa o auxílio de uma lente. (Nota de J. B. Rodrigues).

([71]) O historiador Duarte Leite, que acusa Frutuoso de confuso e fonte pouco fidedigna em matéria de descobrimento dos Açores, reconhece, no entanto, a sua «probidade indiscutível» e a «sua diligência em aproveitar todos os elementos de informação» (Vid. História dos Descobrimentos, vol. I, pág. 367).

([72]) Publicado no 11.º vol. do *Archivo dos Açores,* pág. 268 e seguintes.

([73]) Em 1563, data da erupção do pico do Sapateiro, diz Rodrigo Rodrigues que Frutuoso estava ausente desta ilha para se doutorar, conforme a opinião do Dr. Ernesto do Canto, que coloca este passo da sua vida entre 1560 e 1565. No entanto, isto não impede que tivesse vindo a S. Miguel a tempo de observar os efeitos da erupção (Nota de J. B. Rodrigues).

([74]) *Archivo dos Açores,* vol. 1.º, pág. 540. (Nota do Dr. Eugénio Pacheco indicando a transcrição do cap.º 85.º do L.º 4.º das *Saudades da Terra).*

([75]) *Acernefe* (Olivina) é o nome que os indígenas da ilha de Tenerife davam a esta ilha, chamando-a Tekinerfe ou *Chernefe*; -Webb e Berthelot, «Hist. Nat. des Can.» T. I, pág. 119. (Nota do Dr. Eugénio Pacheco).

([76]) *Archivo dos Açore*s, vol. 2.º, pág. 172 (Nota do Dr. Eugénio Pacheco indicando a transcrição do cap.º 88.º, do L.º 4.º das *Saudades da Terra*).

([77]) Nunca foi publicada, segundo informação do Sr. Coronel Francisco Afonso de Chaves.

([78]) *Bibliotheca Açoreana,* 1.º vol. pág. 131.

([79]) A que está descrita sob n.º 14 a pág. 132 do 1.º vol. da *Bibliotheca Açoreana.*

([80]) Diz-nos o Sr. Hugo Moreira que já o Dr. Ernesto do Canto pressentira que o cronista era da família dos Furtados da Rocha, da Ribeira Grande, como se pode depreender dos «muitos termos que extractou, em conjunto, num dos seus manuscritos, justamente na época em que procedia a estudos frutuosianos». (Nota de J. B. Rodrigues).

([81]) O Dr. Ernesto do Cento, ao anotar o nome de Frutuoso Dias nas árvores de geração que extraiu das *Saudades da Terra* (ms. existente na Biblioteca Pública de Ponta Delgada) confundiu o pai com o filho, atribuindo ao marido de Maria Dias o cargo de almotacé que o filho homónimo exerceu na Ribeira Grande em 1578, quando o pai já era falecido.

([82]) Por vários processos de contas de legados-pios do extinto cartório dos Resíduos (no arquivo da Administração do concelho de Ponta Delgada), sabe-se que em 1621 estava ausente nas Índias de Castela um Manuel Dias Furtado, casado com Maria Mendes, os quais aparecem como outorgantes numa escritura de 1623, nas notas do tabelião de Ponta Delgada, Rafael Cardoso, com seus filhos Manuel Dias Furtado e Margarida Furtado. Este, que foi às Índias de Castela, é talvez o Mestre, filho de Frutuoso Dias, suposição reforçada pelo nome da filha, Margarida Furtado, vulgar na família de Frutuoso Dias. Esta Margarida foi casada com João Soares de Sousa (que vinculou por testamento aprovado em Ponta Delgada a 30 de Julho de 1664), e morreu viúva na freguesia de S. José a 9 de Dezembro de 1666, com testamento de 20 de Maio de 1665, em que também instituiu vínculo; deixou cinco filhos: Manuel Dias Furtado, testamenteiro e herdeiro do tio materno do mesmo nome (que morreu solteiro a 30 de Maio de 1665 na freguesia de S. José de Ponta Delgada, com testamento de 27 de Janeiro desse ano, em que diz morar com sua irmã Margarida Furtado, dona viúva de João Soares de Sousa); Vitória de Sousa Furtado, casada na mesma paroquial a 2 de Junho de 1664 com Manuel da Câmara de Sousa, em cuja descendência se continuou a administração dos vínculos (de que foi último administrador Manuel Leite da Gama); Agostinho de Sousa de Almada, casado com Isabel Cabral de Melo, com numerosa geração nos Fenais da Luz; e João Soares de Sousa, que não sabemos se foi casado, mas teve um filho Manuel Dias Furtado, cuja descendência se desconhece. O Manuel Dias Furtado, que foi às Índias de Castela (Antilhas) e que deve ser o Mestre, filho de Frutuoso Dias, voltou a esta ilha, onde morreu, porque o filho homónimo pede no testamento para ser sepultado na cova de seu pai, na igreja do convento de S. Francisco desta cidade, junto do altar de Santo António.

([83]) Advogado em Ponta Delgada, onde morou na rua do Garcia, a que deu o nome (rua do Lcd.º Manuel Garcia), hoje rua do Conselheiro Hintze Ribeiro; fez testamento a 15 de Maio de 1581, em que diz ser freguês da Matriz de S. Sebastião há mais de 40 anos.

([84]) De facto, conforme verificamos, é Maria Dias que está no original, pela letra do próprio Frutuoso (Nota de J. B. Rodrigues).

([85]) Hoje rua de Sant'Ana.

([86]) No Arquivo da Repartição de Finanças do distrito de Ponta Delgada.

([87]) Na edição desta obra, promovida pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada, este capítulo está a fls. 299 do vol. II (Nota de J. B. Rodrigues).

([88]) Abreviatura de Gonçalves (Nota de J. B. Rodrigues).

([89]) A fls. 149 do vol. II da edição atrás citada (Nota de J. B. Rodrigues).

([90]) Refeitureira?

([91]) Deste documento por ser mais conforme com o original, transcreve-se a versão que amavelmente nos forneceu o sr. Hugo Moreira, por ele próprio copiada do Livro I das Visitações, existente no Arquivo da Igreja Matriz da Ribeira Grande. (Nota de J. B. Rodrigues).

([92]) À margem: «não está cumprido».

([93]) Scilicet. Tem à margem: «q se mãde de nouo aos irmãos a q. carrega esta obrigação».

([94]) À margem: «na de S. Luzia não se cumpriu nada».

([95]) À margem: «de nouo aos irmãos».

([96]) À margem:«não está pintado e he administrador».

([97]) À margem: «o espelho esta feito».

([98]) À margem:«não esta feita a charola, nem dourada que não aja charola».

([99]) Á margem: «estão concertados».

([100]) À margem: «está cumprido».

([101]) À margem: «sobre o sino».

([102]) À margem: «fizerão diligência».
([103]) À margem: «não a cumprio».
([104]) À margem: «Thiz.º tem de renda hum moio de tr.º e dous mil reis em d.ro; e aqui se lhe acrescentou mais 4x000».
([105]) À margem: «Thz.º laua a roupa».
([106]) À margem: «vide q. quatro... mil rs Se daução ao... Gaspar fructuoso pa ... insinar doutri.ã».
([107]) À margem: «Vid. fls. 54 v.º».
([108]) À margem: «Vid. fls. 48 v.º».
([109]) À margem: «Vide fotum Sobre o Vig.ro».
([110]) À margem: «nota totum».
([111]) À margem: «Vid. fls. 87 e v.º».
([112]) À margem: «Sahia as Missas dos fies Sive do pouo — a quarenta e outo alqueire, e hum Outavo, e meia de tr.º e 1333 em dr.º» As Missas do Inf.e São 36 a (?) e hum 8.º e a dr.º 1000».
([113]) À margem: «40$000 e 13$333».
([114]) À margem: «obrigação do vig.ro».
([115]) À margem: «Sobre o vig.ro».
([116]) À margem: «A capella q. o Vig. diz aos Sabados po... Alma do Infante dom Henrique lhe paga de fora p.te de orden... tres mil rs».
([117]) À margem: «Vid. Missas pro populo & .. não tem os vig.os tal obrigação &».
([118]) À margem: «Riscarãose estas noue regras, porq. ãtes de se publicar este liuro faleceo o d.or Gaspar fructuoso. Estacio.», No texto seguem-se umas linhas riscadas, não podendo ler-se o que estava escrito. (Vid. Saudades da Terra, ed. 1922, L.º 3.º pp. XXXV).
([119]) À margem: «Sobre os padres beneficiados confesores».
([120]) À margem: «Se não cumpre».
([121]) À margem: «O q. o tesoureiro ade leuar dos guizam.tos».
([122]) À margem: «Não se fez diligência».
([123]) À margem: «Ornam.to».
([124]) À margem: «que Se mande requerer».
([125]) À margem: «não tem barão» Esta marginália foi riscada por cima com a mesma tinta com que foi escrita.
([126]) À margem: «não tem taboa da Sacra e a pedra». N. B. Está riscado: «e a pedra».
([127]) À margem: «q. Se Requeira».
([128]) Num espaco em branco que foi preenchido com outra tinta e com letra diferente, está escrito: «Sete centos e Sesenta e Sinco».
([129]) Num espaço, deixado propositadamente, foi escrito com a letra e a tinta que se mencionam na chamada anterior duas mil e Seis centas e Sincoenta e outo».
([130]) À margem: «Outo Bnd.s acrescentam.to de mais dous».
([131]) À margem: «Fora Certida, (sic) aos Padre An.to P.co de Bulhões Cabral e Mello; e An.to Policarpo Rebello em 16 de M.ço de 1791 Vig.ro Per.a Sa».
([132]) À margem:-«M.e da Capp.a Criado de novo Com dous moyo de tr.o Cada anno».
([133]) À margem: «q. Se p. *(proveu?)* já nisto».
([134]) O Snr. Hugo Moreira teve igualmente a amabilidade de nos fornecer os três documentos, que abaixo se transcrevem, por ele extraídos do mais antigo livro que actualmente existe no Arquivo da Igreja de N. Sr.ª da Estrela da Ribeira Grande, destinado a Visitas Pastorais. Um deles é o único texto escrito por Frutuoso hoje existente naquela Matriz, que é como segue:

«Certifico Eu gaspar fructuoso Vigayro da Igreja de nossa Snorã da Estrella desta Villa da Ribeira grande q. Domingo treze dias de Dezembro de mil E quinhentos E outenta E Sete annos na dita Igreja à Estação foy publicado hum breue q. o nosso Santo padre Sixto quinto passou no anno de mil E quinhentos E outenta E Cinco ao primeiro de Setembro, de constituição perpetua Sobre a festa da apresentação de nossa Snorã, insinuado pello Snõr Bpõ Dõ Manuel de gouuea, para q. depois *(ou day?)* por diante Se guarde a dita festa, E Se reze della o officio de nossa Snorã de Setembro, mudando o nome de natiuidade Em o da apresentação, a Vinte e hum dias de Novembro. E por Verdade fiz disso Esta Certidão aqui por mim assinada a dezouto de Dezembro da dita Era de mil e quinhentos E outenta e Sete annos. Digo q. Se ha de celebrar E guardar a dita festa da apresentação de nossa Snorã a Vinte E hum dias de Nouembro de cada anno. gaspar fructuoso» *(a fls. 32 do citado Livro das Visitas Pastorais),*

O segundo documento relata a Visitação do Bispo D. Pedro de Castilho, subscrita na Vila da Ribeira Grande a 26 de Novembro de 1580, e no seu começo *(a fls. 12 do referido Livro)* faz-se alusão a Frutuoso, nos seguintes termos:

«Dom Pedro de Castilho por merce de Ds. e de Sancta Igreja de Roma Bpo d'Angra, e ilhas dos Açores do conselho del Rey N. S. & Fazemos saber aos que esta nossa carta de visitação virem, que visitando nos a Igreja de N. Snora da Estrella desta villa da Ribeira grande da ilha de São Miguel, por informação que do doctor Gp ar Fructuoso Vigr.o e freigueses della tomamos, achamos que por seruiço de nosso snõr, como do da dicta Igreja, e bem do pouo se deuia puer *(prover)* nas cousas seguintes».

O terceiro documento é um excerto do termo da Visitação que à mesma igreja fez o Licenciado Gaspar Luís Cardoso, a qual foi subscrita em Ponta Delgada em 29 de Dezembro de 1595, de que, por se referir a Frutuoso, se transcreve o parágrafo 13.º, que determina:

«Ha muitos annos que ao pulpito desta igreja estão applicados de ordenado em cada hum anno acusta da fazenda de sua Mag.de quatro moyos de trigo, e dez mil rs em dinheiro: e em tempo do doctor Gaspar fructuoso Vigairo e pregador q. foi da dicta igreja el Rey nosso S.or lhe fez merce a elle Somente de lhe acrescentar o dito ordenado com mais cinco mil rs & assi vencia quinze mil rs e os quatro moyos de trigo o que foi em tempo que em toda esta Ilha as cousas valião mais da ametade menos do q. agora valem, e os dizimos não ymportauão

tanto. Pello que, e auendo respecto a carestia de todas as cousas, e as letras do L.do Manuel de Brito vigairo e pregador q. hora he da mesma igreja, e ao grande serviço que nesta Villa faz a nosso Snõr, e muyto fructo com sua doctrina, e exemplo, como por experiencia Se vê, e ao pouco ordenado que tem em respecto do muyto trabalho Sua Mag.de deue de auer por bem acrecentarlhe mais hum moyo de trigo, e dous mil rs para assi ter cinco moyos de trigo, e doze mil rs em dinheiro & que Se lhe paguem na forma que ate agora Se lhe pagou o dito ordenado», *(a fls. 43 e seguintes do referido Livro das Visitas Pastorais).*- (Nota de J. B. Rodrigues).

([135]) Por lapso, no prefácio do «Livro VI das «Saudades da Terra», ed. de 1963, se disse que o número de folhas era de 583.

([136]) Vide «Correio dos Açores», de 6 de Agosto de 1950.

([137]) Vid. a este propósito o que diz João de Simas na «Notícia Bibliográfica das Saudades da Terra», Livro III, ed. de 1922, pág.ª CXLIII.

([138]) Bibliotheca Açoreana, vol. II, pág. 103.

([139]) Bibliotheca Açoreana, vol. I, pág. 129.

([140]) Bibliotheca Açoreana, vol. II, pág. 104.

([141]) «Notícia bibliográfica das Saudades da Terra», Livro III, ed. de 1922, pág. CLVIII.

([142]) «Correio dos Açores», 27 de Agosto de 1950.

([143]) Livro III das «Saudades da Terra», ed. de 1922, pág. CXXVI.

([144]) Livro VI das «Saudades da Terra», ed. de 1963, pág. XVIII.

([145]) Correio dos Açores, de 6 de Agosto de 1950.

([146]) Livro III, das «Saudades da Terra», ed. de 1922, pág. CLXI.

([147]) Livro III das «Saudades da Terra», ed. de 1922, pág. CXXXII.

([148]) Como diz o Prof. Damião Peres na sua edição do Livro II das «Saudades da Terra», trata-se da «História dos Cercos que em tempo de António Moniz Barreto, governador, que foi do Estado da India, os Achens e Jaos puseram à fortaleza de Malaca, sendo Tristão Vaz da Veiga o capitão dela».

([149]) Livro VI das «Saudades da Terra», ed. de 1963, pág. XIV.

([150]) Vid. Correio dos Açores, de 7 de Setembro de 1950.

([151]) Vid. O Prior do Crato, pelo P.e José de Castro, pág. 328.

([152]) Correio dos Açores, de 6 de Agosto de 1950.

([153]) «Documentos antigos», do Dr. Ernesto do Canto, fls. 92-93, hoje na Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

([154]) Sobre a origem judaica destes Dias, vid. a publicação de António Ferreira de Serpa, intitulada «Suum quique», folheto editado no Porto, em 1925. (Nota de João Bernardo Rodrigues).

([155]) Correio dos Açores, de 27 Agosto de 1950.

([156]) Correio dos Açores, de 27 de Agosto de 1950.

([157]) Idem.

([158]) Correio dos Açores, de 3 de Setembro de 1950.

([159]) Correio dos Açores, de 3 de Setembro de 1950.

([160]) Vid. Livro III das «Saudades da Terra», ed. de 1922, pág. CXXXI.

([161]) Vid. Livro VI das «Saudades da Terra», ed. de 1963, pág. XXV.

([162]) Vid. «História Insulana», Livro II, cap. II, § 22.

([163]) Vid. Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, vol I, pág. 114.

([164]) Vid. o documento transcrito a pág. 178, nota 1, pelo Prof. Damião Peres, na sua edição do Livro II das «Saudades da Terra».

([165]) «História Insulana», do Padre Cordeiro, ed. de 1866, pág. IX.

([166]) Abaixo deste título está escrito por letra, que me parece do século XVIII, o seguinte: «Está ordenado pelos Superiores q. Este liuro se não empreste em nenhu modo pera fora de Casa, por varios inconuenientes q. nisso pode aver. E ainda quando em Casa se deise ver a algue de fora, deue assistir-lhe algu dos nossos por boas rezões». Esta nota foi certamente lançada quando o autógrafo estava na posse do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada.
Mais abaixo está também escrito nesta primeira página do manuscrito: «N.º 141 - Pagou de sello quarenta reis - lançado a fol. 6 do competente livro. Ribeira Grande, 30 de Agosto de 1865.
O Escrivão de Fazenda ... Alves (?). O recebedor ... (assinatura ilegível).

([167]) No original, esta primeira página tem uma margem bastante estragada, de modo que, nesta passagem, só se lê «vim ... em dores tristes». Contudo, na cópia que serviu para a primeira edição deste Livro I está «vim a dar».

([168]) Idem com respeito a «ver».

([169]) Idem com respeito a «bem».

([170]) Idem com respeito a «contino».

([171]) Idem com respeito a «mortal vida».

([172]) Idem com respeito a «ricos».

([173]) Idem com respeito a «quieta».

([174]) Idem com respeito a «trabalhos».

([175]) Idem com respeito a «vale de».

([176]) Sic - deve ser «ais».

([177]) Está aqui roto no original, mas a referida cópia diz «começaram-se».

([178]) Idem com respeito a «me perderam».

([179]) Idem com respeito a «viver».

([180]) Ilegível por estar estragada esta parte marginal da página; já o devia estar quando se fez a cópia em que se baseou a primeira edição deste Livro I.

([181]) Idem.

([182]) Idem, mas na cópia a que nos referimos está escrito «dizer».

([183]) Idem, com respeito a «eram».
([184]) Idem, com respeito a «deixar».
([185]) «Nono» está escrito nas entrelinhas, pela letra muito miúda do autor, a substituir «outavo» que riscou, e a que se seguia «Céu estrelado», cuja última palavra também riscou.
([186]) «Cristalino» está também nas entrelinhas pela mesma letra, a substituir a palavra «firmamento» que foi riscada.
([187]) Idem com respeito a «quarenta e nove», a substituir «trinta e seis».
([188]) Palavra ilegível, por estar roto o manuscrito neste sítio.
([189]) «De Eva» está escrito nas entrelinhas, assim como «de Adão formada», pela letra muito miúda do punho de Frutuoso.
([190]) «Costa» estava primeiramente precedido da palavra «primeira», que foi riscada.
([191]) Na margem está escrito «por a vida» (por letra que não é do autor).
([192]) Estava escrito por letra do autor «toda», palavra que foi riscada e substituída (em cima) por «cristã», com letra que me parece do autor.
([193]) «Ainda que com mais detença» está no original escrito à margem, por letra do autor.
([194]) «Minhas grandes mágoas são mais pesadas, antre elas» está também escrito à margem a substituir frases riscadas, algumas ilegíveis, como que o autor modificou algum tanto a forma primitiva do texto.
([195]) Esta primeira proposição está escrita à margem, pela letra do autor.
([196]) «e má vontade» está em entrelinhas pela letra do autor.
([197]) No original, a palavra «dor» está ilegível, por acção da traça; contudo, assim está na cópia sobre que se fez a primeira edição deste Livro Primeiro.
([198]) «Deriva e procede» escrito à margem por letra do autor porque no texto o que se segue a «varão perfeito» está riscado.
([199]) «Por saber as cousas delas» está nas entrelinhas pela letra miúda do autor, pois que a seguir a «estas ilhas» estão sete linhas riscadas e ilegíveis.
([200]) «Introduzida» foi escrita nas entrelinhas, para substituir a palavra «inveterada» que está riscada.
([201]) Ilegível no original, por estar aqui roído pela traça, mas na cópia sobre que se fez a primeira edição deste Livro está «olho».
([202]) No original «despender», está nas entrelinhas pela letra do autor, a substituir «gastar», palavra que foi riscada.
([203]) Sic, mas deve ser «pese».
([204]) Na edição destes capítulos do Livro I das «Saudades da Terra» promovida pelo Instituto de Estudos Canarios, de La Laguna de Tenerife, e intitulada «Las Islas Canarias», vem a pág. 88 uma nota que diz que a história deste Machim, biscainho e não inglês, foi esclarecida recentemente por J. Alvarez Delgado no Anuario de Estudos Canarios, VII, 1961.
([205]) O mesmo que Guipuscoanos.
([206]) Data errada, na opinião dos comentadores da edição, atrás referida, destes capítulos do Livro I das «Saudades da Terra». O erro, muito divulgado, procede da edição da «Cronica de Juan II» por Galindez Carvajal. (Vid. «Las Islas Canarias», de Gaspar Frutuoso, pág. 88, nota n.º 3).
([207]) Vid. obra citada, pág. 89, nota n.º 5, onde se diz que a cânfora nunca se produziu nas Canárias, podendo entender-se que o autor a tenha confundido com a resina de outras espécias arbóreas.
([208]) Deve ser Jerez.
([209]) «Ritos» está, nas entrelinhas, pela letra muito miúda de Frutuoso, a substituir uma palavra que se não lê.
([210]) Vid. obra citada, pág. 91, nota n.º 6, em que se diz que o autor desconhecia que este nome se aplicou durante dois séculos a Tenerife.
([211]) Desde «e outros de Tereira» até «Magestade» está escrito nas entrelinhas pela letra muito miúda do autor.
([212]) Igualmente, desde «e vêem claramente» até «circuito» foi escrito no alto da página pela mesma letra.
([213]) Desde «e dali» até ao fim do período está escrito à margem pela mesma letra muito miúda do autor.
([214]) «de que levam a Espanha grande cópia» foi escrito nas entrelinhas pelo autor.
([215]) Tabonas (Vid. obra citada, pág. 92, nota n.º 9).
([216]) «Assada e cozida» está à margem pela letra miúda do autor.
([217]) Afirmação incompatível com a cevada torrada, atrás referida, e com tudo o mais que se conhece pela Arqueologia (Vid. Obra citada, pág. 93, nota n.º 11).
([218]) É Cádiz.
([219]) Vid. obra citada, pág. 97, nota n.º 14, em que se suspeita de uma corrupção do texto a propósito de «dois Sayavedra e Nuno Ferreira».
([220]) Os comentadores da edição espanhola destes capítulos sobre o arquipélago das Canárias identificam «mahoreros» com «maforeiros», palavra citada pelo autor a pág. 74, (Vid. obra citada, pág. 97, nota n.º 15).
([221]) Lugar não identificado (vid. obra citada, pág. 97, nota n.º 16).
([222]) Schirmeiros foi já usado por Valentim Fernandes para designar os pescadores azenegues das ilhas e costa de Arguim, ao Sul do cabo Branco (Vid. obra citada, pág. 97 nota n.º 17).
([223]) O mesmo que corsários.
([224]) Todo o período foi escrito nas entrelinhas pela letra miúda que o autor emprega nas suas correcções e acrescentamentos, o que prova que ele escreveu este livro antes de 1586.
([225]) Vid. obra citada, pág. 100, nota n.º 18, em que se diz que o autor mostrou algum conhecimento dos conquistadores de Grã Canária a pág. 70.
([226]) Guimar está em Tenerife; provavelmente este nome está por Gáldar (Vid. obra citada, pág. 100, nota n.º 191).
([227]) Dizem os comentadores referidos que em vão intentariam orientar-se neste itinerário (Vid. obra citada, pág. 102, nota n.º 20).
([228]) Sabe-se-que foi a última (1494-1496), portanto a sétima (Vid. obra citada, pág. 103, nota n.º 21).

(229) Parece que houve cativos na conquista de todas as ilhas, embora os de Tenerife fossem mais numerosos nos mercados (Vid. obra citada, pág. 104, nota n.º 22).
(230) Em espanhol «liñanoel».
(231) Erro de transcrição, pois trata-se de Tag (u) anana, o que prova que o autor informou-se sobretudo por via escrita. (Vid. Obra citada, pág. 106, nota n.º 24).
(232) É Adeje (Vid. obra citada, pág. 107, nota n.º 25).
(233) Na obra citada, pág. 108, nota n.º 26, diz-se que estes ossos eram de covas funerárias dos indígenas e não de pessoas mortas de fome.
(234) O mesmo que «atiram».
(235) Dizem os comentadores de «Las Islas Canárias», de Gaspar Frutuoso, que «coziam» está em vez de «cogian», que, provavelmente, era a palavra que figurava no texto em castelhano utilizado pelo autor. (Vid. obra citada, pág. 109, nota n.º 27).
(236) Seguem-se no original duas linhas riscadas com tinta igual à empregada pelo autor, e que dizem o seguinte: «de que se viu claramente ser castigo de Deus pelo pecado nefando que dois turcos cativos começaram a introduzir na . . . (ilegível) até que foram castigados com seus sequazes, pelo qual» .. . (Segue imediatamente o texto com o «E» intercalado). Tudo indica que tal passagem foi riscada pelo autor.
(237) Seguem-se dez palavras riscadas com a tinta empregada pelo autor. Tais palavras são: «acabando de queimar o derradeiro dos delinquentes no pecado nefando». (Vid. nota anterior).
(238) O mapa do autor estava mal orientado: onde ele diz Leste é Norte, e Oeste leia-se Sul. (Vid. obra citada, pág. 111, nota n.º 28).
(239) É Tarudant, capital do Sus, não longe de Agadir, donde, com efeito, no século XVI se exportava açúcar, cultura e indústria introduzidas pelos próprios canários no século XV, quando frequentavam o mercado de Tagaos (Vid. «Las Islas Canarias», de Gaspar Frutuoso, pág. 113, nota n.º 29).
(240) Vid. obra citada, pág. 113, nota n.º 30, em que os comentadores da edição justificam a substituição de «Alfàndega», por «Alhóndiga».
(241) Atrás, a pág. 43, chamou-lhe Diogo.
(242) O mesmo que saque.
(243) Segue-se uma palavra riscada e por isso ilegível; talvez por este motivo a construção sintática ficou incorrecta e pouco clara.
(244) Talvez «Moreiro»? (Vid. obra citada, pág. 115, nota n.º 33). Por informação posterior do Dr. Sebastião Pestana, que foi um dos comentadores da referida edição de «Las Islas Canárias», de Frutuoso, deverá ser «Boviero», conclusão a que chegou depois de confrontar o texto de Frutuoso com as informações de Torriani. Isto é mais uma prova de que o autor se serviu de uma informação escrita para redigir estes capítulos referentes às ilhas Canárias.
(245) Assim se chamou desde o século XV; contudo, nos primeiros mapas (século XIV), aparece a designação em italiano de «Isola delli palme», plural que os cartógrafos espanhóis confundiram com o singular, donde se conclui que o nome não significa referência a uma palma especial. (Vid. obra citada, pág. 122, nota n.º 34).
(246) A propósito deste crustáceo vid. «Las Islas Canárias», de Gaspar Frutuoso, pág. 123, nota n.º 35.
(247) «Como o Granel» está escrito nas entrelinhas a substituir três palavras riscadas e ilegíveis, tudo feito por mão do autor.
(248) Em espanhol Fuencaliente.
(249) Os comentadores de «Las Islas Canárias», de Gaspar Frutuoso, lembram aqui que o autor está desorientado; o seu poente é na realidade o Sul. (Vid. obra citada, pág. 126, nota n.º 37).
(250) Água Tavar. Dizem os comentadores da obra citada que em nomes próprios ou desconhecidos, o autor frequentemente põe «u» em lugar de «a», certamente por má leitura de um «a» mais ou menos aberto no seu traçado (Vid. obra citada, pág. 127, nota n.º 38).
(251) Em qualquer mapa se vê que esta costa desde Barlavento corre Este Oeste entre 20 e 25 kilómetros; porém, logo a seguir a uma ampla curva se dirige para o Sul até Fuencaliente (Vid. obra citada, pág. 128, nota n.º 39).
(252) Vid. obra citada, pág. 128, nota n.º 41, em que se diz que esta palavra não foi identificada pelos respectivos comentadores.
(253) Por aqui se vê que Frutuoso não visitou esta ilha.
(254) Os comentadores já citados anotam a contradição: Machim e Ayala descobrem estas ilhas ao dirigirem-se para as Índias e Colombo toca em a Gomeira depois deles. (Vid. obra citada, pág. 138, nota n.º 44).
(255) Vid. «Las Islas Canárias», de Gaspar Frutuoso, pág. 141, nota n.º 45, em que se rectificam as confusões do autor acerca desta família.
(256) No original a palavra Sevilha lê-se mal, em virtude de um borrão, que não parece propositado, e daí a sua confusão com «a ilha», como se reproduziu na l.ª edição deste Livro I.
(257) O mesmo que hospital.
(258) O mesmo que pilares.
(259) No cap.º XV mencionam-se sete.
(260) Dizem os comentadores da obra citada que já existia a torre do Conde, embora sem utilidade perante o uso eficaz da artilharia (Vid. Las Islas Canarias, de Gaspar Frutuoso, pág. 144, nota n.º 47).
(261) Os referidos comentadores informam que hoje, pelo menos, este nome não é o do vale de Hermigua (Armiga), mas outro a ocidente da ilha (Vid. obra citada, pág. 144, nota n.º 48).
(262) Vid. obra citada, pág. 145, nota n.º 50, em que se diz que estes versos estão mais ou menos corrompidos no texto original.
(263) «que agora é Marquês de Lançarote e Senhor de Forteventura» foi acrescentado pelo próprio autor.
(264) O Prof. Orlando Ribeiro estranha que o autor tivesse omitido, na descrição que fez de algumas das ilhas, aquela que, em segundo lugar mais se desenvolvera - o Fogo. (Vid. «Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa», pág. 148, nota n.º 1).

([265]) Na revista «Garcia da Horta», Lisboa, 1961, a pág. 27, vem um artigo do sr. A. H. de Oliveira Marques, intitulado «Gaspar Frutuoso e a colonização de Cabo Verde», em que se acentua o interesse das «Saudades da Terra» como fonte primeva da história cabo-verdiana.

([266]) É Dutra.

([267]) Está, neste sítio, o manuscrito roto pela traça, mas na cópia sobre que foi feita a primeira edição deste Livro I assim está escrito.

([268]) A saber.

([269]) No original, as palavras «segundo alguns dizem» estão escritas à margem por letra do autor.

([270]) No original o nome do capitão está riscado, mas de forma que ainda é possível ler-se «Francisco de Ercilha».

([271]) Este período, no original, é um acrescentamento, pois está à margem por letra do autor.

([272]) É Plymouth.

([273]) As palavras «em se apartar da fé e» estão entrelinhadas no original com letra do autor.

([274]) No original «memória» está precedida do adjectivo «imortal», que se acha riscado com a tinta usada pelo autor.

([275]) No original, «e gentil homem alegre e bem assombrado mui» são palavras que estão riscadas pelo autor (o que depreendemos pela tinta), mas com traços bem carregados.

([276]) «se fora católico» está entrelinhado no original pelo punho do autor.

([277]) Deve ser Manuel Martins Soares, mercador que morreu a 19 de Outubro de 1595 e casou com Maria Jácome Raposo, fundadora do convento de S. João Evangelista de Ponta Delgada (escritura de 10 de Agosto de 1602). A ele se refere Frutuoso no Livro IV, cap.ºs XII, XXXII e LI e ainda Rodrigo Rodrigues no Arquivo dos Açores, vol. XIII, pág. 568 e seguintes. Manuel Martins Soares foi igualmente fundador d'aquele convento, mas morreu no começo da obra.

([278]) Todo este parágrafo se acha riscado no original, com tinta exactamente igual à que o autor empregou para escrever a respectiva página, donde parece concluir-se ter sido ele próprio quem o riscou, empregando um único traço e tão leve, para que propositadamente ficasse legível; consideraria, embora, não ser conveniente publicá-lo um dia que se fizesse a impressão da obra, pelo melindre a que ele próprio alude nesta passagem.

O último período foi acrescentado com a sua letra extremamente miúda, que emprega em todas as entrelinhas e interpolações que introduziu depois de concluída a obra. Nele se refere a latrocínios e actos de pirataria, de que teve conhecimento, como é óbvio, após a conclusão deste capítulo. A propósito destas referências a Drake, vid. Livro I das Saudades da Terra, ed. de 1938, ensaio crítico de Manuel Monteiro Velho Arruda, pág. XXXI.

([279]) No original «o Senhor» está riscado, parece que pela mesma mão e a mesma tinta que riscaram o parágrafo atrás citado, que devem ser as do autor.

([280]) Será a ilha de Wight?

([281]) Pela maneira de dizer, parece ser esta, 1583, a data em que Frutuoso escreveu este Livro I.

([282]) Este último período foi acrescentado no original por letra do autor, assim como «dizem alguns que», do período anterior.

([283]) «digo eu que» está riscado, parece que pelo proóprio punho do autor.

([284]) Neste capítulo é visível a substituição de uma folha, acto praticado pelo próprio autor, como se depreende da letra, que é manifestamente a sua, embora muito mais miúda, e também da tinta, que, sendo da mesma qualidade, está, no entanto, ainda bastante viva. Tal folha tem, no original, a numeração 44, também da mesma mão, mas de aspecto mais recente do que a das restantes folhas do livro; começa em «que Hércules tinha postas» e termina em «além de outras razões».

([285]) Todo este período (desde *Afora as quais colunas* até *reina)* foi acrescentado pelo autor, pois que se encontra escrito numa margem em letra extremamente miúda.

([286]) Desde «que o conquistaram» até «Ino» está, no original, escrito nas entrelinhas e à margem, com a letra muito miúda que o autor emprega nestes acrescentamentos.

([287]) Esta frase do parêntesis está escrita nas entrelinhas pelo autor.

([288]) Idem quanto a «vermelho».

([289]) A frase «e se pôs sobre o seu pendão vermelho», foi acrescentada, escrevendo-a o autor nas entrelinhas.

([290]) Esta parte final do período (desde «e dizem») está entrelinhada no manuscrito original e escrita pelo próprio punho do autor.

([291]) Deve ser hérulos.

([292]) Era da fundação de Roma.

([293]) Desde «até se acabar» até «Constantinopla e Oriente» está escrito na margem do original, por letra que tudo indica ser a do autor.

([294]) A frase «para a qual este Imperador passou a cadeira do Império de Roma» está entrelinhada no original por letra do autor.

([295]) Desde «e dentro de» até «Imperatriz sua mulher», no original, está escrito nas entrelinhas e na margem, por letra do autor.

([296]) Todo o parêntesis está escrito à margem por letra do autor e com a tinta que empregou nos outros acrescentamentos deste capítulo.

([297]) *«Ou plus oultro»* está escrito à margem pelo autor.

([298]) Aliás *Critias. - Os* diálogos de Platão que tratam da Atlântida são o *Timeo* e o *Critias.*

([299]) É Cham.

([300]) Por algarismos no original.

([301]) Por algarismos no original.

([302]) Por algarismos no original.

([303]) Por algarismos no original.

([304]) Por algarismos no original.

([305]) Idem.

(306) Idem.
(307) Idem.
(308) Por algarismos no original.
(309) Idem.
(310) «de Cristo Nosso Redentor» foi acrescentado com letra diferente da do autor.
(311) «Cristo Redentor Nosso» foi acrescentado com letras diferentes, embora «Redentor Nosso» esteja escrito à margem com letra igual à dos demais acrescentamentos deste livro, que são do autor.
(312) «de Cristo Nosso Redentor» foi acrescentado com tinta e letra diferentes das do autor.
(313) «de Cristo Nosso Redentor» foi acrescentado com tinta e letra diferentes das do autor.
(313) «de Cristo Nosso Redentor» foi acrescentado com tinta e letra diferentes das do autor.
(314) «Nosso Senhor» foi acrescentado com letra do autor.
(315) Por algarismos no original.
(316) Idem.
(317) Por algarismos no original.
(318) Em algarismos no original.
(319) Fructuoso escreveu primeiramente no original «oitenta» e deixou a seguir um espaço em branco, que depois preencheu com «e sete» que se lê mal, por ter sido riscado juntamente com «oitenta» e substituído mais tarde por «noventa», o que está bem evidente, tanto na letra como na tinta, que são diferentes das empregadas no texto, embora da mesma época.
(320) «s», significa «a saber».
(321) No original a palavra «remotas» está nas entrelinhas com tinta mais recente e letra que me parece do autor a substituir a palavra «longes» que foi riscada. Na primeira edição deste Livro, feita sobre cópias, está escrito «longes», donde se conclui que o copista não escreveu «remotas» ou por tal palavra não existir então no manuscrito ou por lhe parecer que «longes» é que era do próprio punho do autor.
(322) No manuscrito original o autor escreveu primeiro «dizerem» palavra que está riscada e substituída por «significarem» nas entrelinhas escrita com a mesma tinta e letra da palavra a que se refere a nota anterior.